



**DOCUMENTOS
PREVISIONAIS**
2017



OURÉM
MUNICÍPIO

ÍNDICE

1 – Mensagem do Presidente do Órgão Executivo	7
2 – Missão, Visão, Valores e Objectivos Estratégicos	10
3 – Perspetiva Económica	12
<u>3.1 – Conjuntura Internacional</u>	12
3.1.1 – União Europeia e Zona Euro	17
3.1.1.1 – Projeções para o crescimento do PIB	17
3.1.1.2 – Outras projeções macroeconómicas	19
3.1.1.3 – Quadro macroeconómico	19
<u>3.2 – Conjuntura Nacional</u>	20
3.2.1 – Projeções para o crescimento do PIB	20
3.2.2 – Outras projeções macroeconómicas	22
3.2.3 – Projeções – Cenário Macroeconómico	23
<u>3.3 – Conjuntura da área adstrita ao Município de Ourém</u>	23
3.3.1 – Caracterização da área adstrita ao Município	24
3.3.2 – Análise SWOT	25
3.3.2.1 – Pontos Fortes	25
3.3.2.2 – Oportunidades	25
3.3.2.3 – Pontos Fracos	26
3.3.2.4 – Ameaças	27
3.3.3 – Indicadores da área adstrita ao Município	27
3.3.4 – Cenário Macroeconómico Municipal	45
3.3.5 – Impacto do Orçamento de Estado e do Orçamento Municipal	46
3.3.5.1 – Participação nos impostos do Estado	46
3.3.5.2 – A proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2017	46
3.3.6 – PAEL (Programa de Apoio à Economia Local)	51

4 – Orçamento	54
<u>4.1 – Orçamento da Receita e da Despesa</u>	54
<u>4.2 – Resumo da Despesa por Classificação Económica</u>	54
<u>4.3 – Resumo da Despesa por Classificação Orgânica</u>	54
<u>4.4 – Resumo do Orçamento</u>	54
<u>4.5 – Resumo do Orçamento por capítulos</u>	54
5 – Especificação do Classificador Económico	55
<u>5.1 – Orçamento da Receita</u>	55
<u>5.2 – Orçamento da Despesa</u>	57
6 – O Orçamento por objetivos definidos em Opções do Plano	61
<u>6.1 – Educação</u>	61
<u>6.2 – Cultura, Desporto e Tempos Livres</u>	72
<u>6.3 – Ação Social</u>	88
<u>6.4 – Saúde</u>	93
<u>6.5 – Habitação e Urbanismo</u>	93
<u>6.6 – Saneamento e Salubridade</u>	118
<u>6.7 – Proteção Civil</u>	121
<u>6.8 – Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público</u>	121
<u>6.9 – Comunicações e Transportes</u>	125
<u>6.10 – Defesa do Ambiente</u>	127
<u>6.11 – Freguesias</u>	127
<u>6.12 – Instalações Municipais</u>	128
7 – Estrutura Orçamental	130
<u>7.1 – Receita</u>	130
7.1.1 – Descrição	130
7.1.2 – Quadro (Estrutura da Receita)	130
7.1.3 – Gráfico (Estrutura da Receita)	131
7.1.4 – Gráfico (Estrutura da Receita – Resumo)	132

7.1.5 – Observância às regras previsionais	132
<u>7.2 – Despesa</u>	138
7.2.1 – Descrição	138
7.2.2 – Quadro (Estrutura da Despesa)	138
7.2.3 – Gráfico (Estrutura da Despesa)	139
7.2.4 – Gráfico (Estrutura da Despesa – Resumo)	140
8 – Análise Comparativa do Orçamento	141
<u>8.1 – Comparação das Dotações de Receita Previstas – 2015 a 2017</u>	141
8.1.1 – Descrição	141
8.1.2 – Quadro (Comparação das Dotações da Receita Previstas – 2015 a 2017)	148
8.1.3 – Gráfico (Comparação das Dotações da Receita Previstas – 2015 a 2017)	149
<u>8.2 – Comparação das Dotações de Despesa Previstas – 2015 a 2017</u>	149
8.2.1 – Descrição	149
8.2.2 – Quadro (Comparação das Dotações de Despesa Previstas – 2015 a 2017)	155
8.2.3 – Gráfico (Comparação das Dotações de Despesa Previstas – 2015 a 2017)	156
<u>8.3 – Comparação do Financiamento de Despesas de Capital com Receitas Correntes – 2015 a 2017</u>	157
8.3.1 – Quadro (Comparação do Financiamento de Despesas de Capital com Receitas Correntes – 2015 a 2017)	157
8.3.2 – Gráfico (Comparação do Financiamento de Despesas de Capital com Receitas Correntes – 2015 a 2017)	158
9 – Fontes de Financiamento	159
<u>9.1 – Receitas Próprias</u>	159
9.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	159
9.1.2 – Evolução das Receitas Próprias Previsionais	160
9.1.3 – Indicadores	161
<u>9.2 – Outros Financiamentos</u>	161
9.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	161
9.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos Previsionais	162

9.2.3 – Participação do Município nos Impostos do Estado	162
9.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	165
9.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	165
9.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	166
9.2.5 – Fundos Comunitários	166
9.2.6 – Endividamento Municipal	167
9.2.6.1 – Curto Prazo	167
9.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	168
9.2.7 – Indicadores	168
10 – Aplicação dos Recursos Financeiros	170
<u>10.1 – Despesas de Funcionamento</u>	170
10.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	170
10.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	171
10.1.3 – Indicadores	171
<u>10.2 – Despesas com pessoal</u>	172
10.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	172
10.2.2 – Indicadores	172
<u>10.3 – Aquisição de bens e serviços</u>	172
10.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	172
10.3.2 – Indicadores	173
<u>10.4 – Serviço da dívida</u>	174
10.4.1 – Evolução do serviço da dívida	174
10.4.2 – Indicadores	174
<u>10.5 – Apoios concedidos a terceiros</u>	174
10.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	174
10.5.2 – Evolução do apoio concedido a terceiros	175
10.5.3 – Indicadores	175
<u>10.6 – Investimento Municipal</u>	176

10.6.1 – Investimento direto	176
10.6.1.1 – Evolução do investimento direto	176
10.6.1.2 – Indicadores	176
10.6.2 – Investimento total (direto e indireto)	177
10.6.2.1 – Evolução do investimento total	177
10.6.2.2 – Indicadores	177
11 – Cumprimentos legais na despesa	179
<u>11.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal</u>	179
<u>11.2 – Cumprimento do equilíbrio orçamental</u>	179
<u>11.3 – Limite da dívida total</u>	180
<u>11.4 – Grau de execução orçamental mínimo a observar</u>	181
<u>11.5 – Regime de crédito</u>	181
12 – Grandes Opções do Plano – 2017/2020	182
<u>12.1 – Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) – 2017/2020</u>	182
<u>12.2 – Plano Plurianual de Investimentos – 2017/2020</u>	182
<u>12.3 – Atividades mais relevantes – 2017/2020</u>	182
<u>12.4 – Códigos de leitura</u>	182
13 – Análise às Grandes Opções do Plano – 2017/2020	184
<u>13.1 – Descrição</u>	184
<u>13.2 – Resumo das Grandes Opções do Plano – 2017</u>	184
13.2.1 – Quadro (Resumo das Grandes Opções do Plano – 2017)	184
13.2.2 – Gráfico (Resumo das Grandes Opções do Plano – 2017)	186
<u>13.3 – Quadro (Evolução das Grandes Opções do Plano – 2017/2020)</u>	186
<u>13.4 – Comparação das dotações previstas em GOP's – 2017 a 2020</u>	187
13.4.1 – Quadro (Comparação das dotações previstas em GOP's – 2017 a 2020)	187
13.4.2 – Gráfico (Comparação das dotações previstas em GOP's – 2017 a 2020)	188
<u>13.5 – Comparação das dotações previstas em PPI – 2017/2020</u>	188
13.5.1 – Quadro – Comparação das dotações previstas em PPI – 2017 a 2020	188

13.5.2 – Gráfico – Comparação das dotações previstas em PPI – 2017 a 2020	189
<u>13.6 – Comparação das dotações previstas em AMR's – 2017 a 2020</u>	189
13.6.1 – Quadro – Comparação das dotações previstas em AMR's – 2017 a 2020	190
13.6.2 – Gráfico – Comparação das dotações previstas em AMR's – 2017 a 2020	190
14 – Mapa de Pessoal para o ano de 2017	191
15 – Encargos com empréstimos	192
16 – Normas de execução orçamental	194
17 – Orçamentos de entidades participadas	201
<u>17.1 – OUREMVIVA</u>	201
18 – Mapa de entidades participadas	202
19 – Responsabilidades contingentes	204
20 – SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015)	222
21 – Documentos de encerramento e aprovação	225
<u>21.1 – Encerramento dos documentos previsionais para o ano económico de 2017</u>	225
<u>21.2 – Aprovação final</u>	226

1. Mensagem do Presidente do Órgão Executivo



Aqui apresentamos mais um orçamento e documento previsionais, para 2017, num contexto diferente do habitual.

De facto, e após a profunda recuperação financeira do Município, facto que nos permite, hoje, empreender novas dinâmicas, juntam-se outros fatores de enquadramento que, sem dúvida, modificaram o tempo em que vivemos.

Alguns aspectos importa sublinhar para melhor compreensão, que vou enumerando.

Primeiro – O orçamento é reforçado em 6, 2 milhões de euros devido a vários factores de que sobressaem as candidaturas já em curso no Portugal 2020; recorde-se que estes procedimentos enfermam de uma dificuldade orçamental que decorre da necessidade de prévia cabimentação, a qual será anulada aquando dos concursos respectivos e, bem assim, da assinatura dos contratos inerentes à formalização das candidaturas comunitárias.

Por exemplo, para melhor compreensão, está inscrita uma rubrica destinada à qualificação da avenida D. Nuno Álvares Pereira, correspondente ao valor base da obra. É esperado que as propostas a apresentar pelos concorrentes possam ser de valor inferior, com alguma substância nesta diferença, dadas as contingências do mercado. A candidatura comunitária permite ao Município aceder a um apoio de cerca de 85 % deste valor, num máximo de 1,6 milhões. Isto é, a verba inscrita em orçamento pelo valor base, será libertada aquando da formalização destas contratações, ficando apenas pela despesa que couber efectivamente ao Município, apesar desta inscrição obrigatória agora, a qual será profundamente alterada depois.

O mesmo raciocínio se pode fazer em relação às rubricas que merecerão apoio comunitário, já em curso.

Segundo – Dado o equilíbrio financeiro de que goza hoje o Município e depois de tantos anos em que os colaboradores não puderam ser valorizados profissionalmente, abre-se em sede de documentos previsionais, a possibilidade de valorização, nos termos da Lei, abrindo a possibilidade de recurso aos meios de criação de uma estrutura mais compatível com a realidade do concelho e com o valor de muitos funcionários.

Terceiro – A Lei irá impor uma reestruturação profunda no sistema contabilístico das autarquias, sendo o tempo previsto para essa alteração, o primeiro trimestre de 2017. Tal modificação legal irá obrigar a uma profunda reestruturação em todas as frentes do sistema contabilístico, indo ao ponto da reclassificação de cada bem municipal....

Tal facto irá impor uma revisão orçamental, em data a designar, para incorporar o novo sistema de gestão das autarquias, mas que aproveitaremos também para incorporar o saldo de tesouraria de 2016 que se estima ser superior a 3 milhões de euros e, bem assim, outras eventuais candidaturas comunitárias que, entretanto possam vir a surgir e que, tal como no exemplo acima, alteram profundamente a matriz dos documentos previsionais.

Quarto – Continua o ritmo de intervenções na rede viária, no apoio às Juntas de Freguesia, aos clubes e associações, sobressaindo a garantia de uma comemoração de elevada dignidade do Centenário das Aparições, bem como a estratégia de interacção com a associação empresarial do concelho.

Quinto – Destacamos a manutenção das taxas municipais nos mesmos valores, em níveis mais baixos que a média dos Municípios.

Sexto – Este ímpeto de investimentos públicos só obterá o seu real alcance se poder ser catalisador e impulsionador das vontades dos muitos empreendedores aquém e além-mares, briosos Oureenses que estimo e a quem muito reconheço.

Nestes termos, apelo à dimensão do concelho que deve manter-se unido e saber manter-se acima de questões de diferendo artificial. Apelo a que estes documentos possam ser aprovados e permitir que o concelho trilhe um novo impulso de desenvolvimento, aproveitando os fundos comunitários, a visibilidade do centenário das Aparições e a estabilidade financeira conseguida nestes anos de empenhamento e rigor. Certo que o bem de um de nós será o bem de todos e que o mal de um de nós será o mal de quase todos.

Ourém, outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal



(Paulo Fonseca)

2. Missão, Visão, Valores e Objectivos Estratégicos

MISSÃO

O Município de Ourém, tem por missão, definir estratégias e linhas orientadoras para o desenvolvimento sustentável do Concelho, contribuindo para a afirmação da importância e competitividade do mesmo no quadro regional, nacional e internacional, através da execução de medidas e programas nas diferentes áreas da sua competência e promovendo a qualidade de vida dos seus munícipes, em diálogo constante com as instituições e os diferentes agentes de intervenção local.

VISÃO

- Município com afirmação externa
- Município com pujança empresarial
- Município de excelência social

VALORES

- **De Transparência:** a disponibilização aos Munícipes de informação nos processos que lhes dizem respeito e a disponibilização em plataforma eletrónica de documentos globais e/ou que sejam estruturantes à atividade da Autarquia ou ao Município.
- **De Racionalização:** o uso racional dos recursos ao dispor do Município, sejam eles humanos, materiais ou financeiros e o apoio ou intervenção na criação de sinergias que possibilitem uma redução de encargos para o mesmo nível de serviços.
- **De Respeito:** pelo público que serve, através da disponibilização de informação, na ótica de uma administração aberta que dá acesso aos Munícipes da informação que lhes diz respeito; de Respeito pelas instituições, através de uma postura colaborativa e de serviços dedicados; de Respeito pelos Trabalhadores do Município, reconhecendo-lhes devidamente o esforço de melhoria que realizam.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Promover a inovação interna aproximando os serviços aos cidadãos
- Garantir a coesão social e a qualidade de vida
- Dinamizar o património cultural, histórico e ambiental
- Promover a competitividade e o empreendedorismo local
- Racionalizar recursos

3. Perspetiva Económica

3.1 – Conjuntura Internacional

Quadro 1 – Sumário de Projeções¹

	2015	2016	2017	Fonte
1. Crescimento real do PIB				
Economia Mundial	3,2	3,1	3,4	FMI
Economias avançadas	2,1	1,6	2,2	FMI
EUA	2,6	1,6	2,2	FMI
Japão	0,5	0,5	0,6	FMI
Euro Área	2,0	1,7	1,5	FMI
Economias-mercados emergente e desenv.	4,0	4,2	4,6	FMI
Países europeus em desenvolvimento	3,6	3,3	3,1	FMI
Países asiáticos em desenvolvimento	6,6	6,5	6,3	FMI
América Latina e Caraíbas	0,0	-0,6	1,6	FMI
Total OCDE	2,1	1,8	2,1	OCDE
2. Inflação				OCDE
EUA	0,3	1,0	1,8	OCDE
Japão	0,8	0,1	2,1	OCDE
Euro Área	0,0	0,2	1,2	OCDE
Total OCDE	0,7	1,1	1,8	OCDE
3. Taxa de desemprego				OCDE
EUA	5,3	5,0	4,7	OCDE
Japão	3,4	3,2	3,1	OCDE
Euro Área	10,8	10,2	9,8	OCDE
Total OCDE	6,8	6,4	6,2	OCDE
4. Volume do comércio mundial	2,6	2,1	3,2	OCDE
5. Balança de transações correntes				OCDE
EUA	-2,7	-2,5	-2,5	OCDE
Japão	2,9	3,4	3,7	OCDE
Euro Área	3,8	3,8	3,6	OCDE
Total OCDE	0,1	0,2	0,2	OCDE
6. Taxas de juro de curto prazo				OCDE
EUA	0,5	1,0	1,5	OCDE
Japão	0,1	-0,1	-0,1	OCDE
Zona Euro	0,1	0,0	0,0	OCDE

¹ Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook – October 2016 e OECD Economic Outlook, n.º 99 (2016)

A economia mundial continua a atravessar um período de particular incerteza e de riscos sistémicos, assistindo-se a uma alteração dos principais impulsionadores. Após a ocorrência da maior recessão económica do pós Segunda Guerra Mundial, a recuperação da grande recessão tem permanecido lenta, tendo por vezes ameaçado descarrilar por completo. As economias mais avançadas estão a registar algum fortelacimento, com um crescente aumento dos níveis de confiança do setor privado. Após anos de fraqueza, o investimento e o comércio têm demonstrado sinais de melhoria, enquanto o desemprego permanece em níveis manifestamente elevados, embora o mercado de trabalho assinale alguns progressos na generalidade dos países, tendo-se sustido, virtualmente, a deterioração deste indicador nas economias mais avançadas.

Por outro lado, o ritmo de crescimento económico na maioria das economias emergentes abrandou. Parte desta desaceleração está no seu início, refletindo abrandamentos cíclicos de posições iniciais sobreaquecidas. Contudo, gerir a desaceleração do crédito e os riscos que este construiu durante o período em que vigoraram condições monetárias globais favoráveis constitui, atualmente, um grande desafio.

A probabilidade de alguns dos acontecimentos mais inquietantes que preocupavam os mercados e tornavam incerteza na formulação das políticas públicas mais adequadas. Contudo, depois de 7 anos da crise financeira, a economia mundial persiste em debater-se com inúmeros riscos e incertezas, designadamente as repercussões internacionais do ajustamento em curso na política monetária de economias desenvolvidas, a vulnerabilidade das economias emergentes, as remanescentes fragilidades na área do euro, a insustentabilidade das finanças públicas a longo prazo para muitos dos países desenvolvidos e as tensões geopolíticas.

Apesar das melhorias, aparentemente observadas, nas condições inerentes aos mercados financeiros e numa redução dos riscos de curto prazo, a economia mundial persiste em expandir-se a um ritmo manifestamente moderado.

As economias mais avançadas têm promovido uma gradual neutralidade fiscal, estimulando a produção e a queda do desemprego, apesar de persistirem pressões deflacionárias. A recuperação económica é mais notória nos Estados Unidos e no Reino Unido, e mais ténue e com evidentes fragilidades na sua sustentabilidade, na área do euro e no Japão.

Nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, 2016 deverá representar uma inversão da tendência de abrandamento verificada nos 5 anos anteriores, embora a alteração do sentido seja manifestamente ténue.

O que estará subjacente à previsão de moderação do crescimento? Persistentemente, verificam-se reduzidos níveis de investimento. Uma baixa procura agregada é um fator que desencoraja o investimento, constituindo um ciclo vicioso de influência negativa. Complementarmente, o envelhecimento da população, particularmente nas economias avançadas, restringe ainda mais o investimento. Em alguns países as deficiências institucionais e ou a instabilidade política são recorrentes. Num contexto mais extremo, o agravamento de crises políticas em algumas áreas territoriais induziram um elevado número de pessoas deslocadas, dentro e fora de fronteiras, com custos sociais e económicos de elevada amplitude.

Alguns historiadores da área económica avançam com a ideia de que a experiência com crescimento global do pós-guerra reflete, em larga medida, retornos decrescentes ao longo da margem inerente à inovação tecnológica, temporariamente atenuados pela entrada da China e dos antigos países da União Soviética na economia de mercado global e pela revolução da informação e da comunicação. Outros afirmam que a inovação transformadora continua em muitas áreas, desde a robótica à bioengenharia. Contudo, tal como no processo de eletrificação ocorrido há mais de um século atrás, estes avanços tecnológicos poderão levar décadas até à sua efetiva incorporação nos processos de produção comerciais, com consequente influência nas rendas nacionais.

Embora seja expectável que grande parte das regiões mundiais apresentem uma recuperação económica, o crescimento deverá continuar a manter-se abaixo do seu

potencial, perspectivando-se que, quer as economias avançadas, quer as economias emergentes apresentem um fortalecimento gradual.

As políticas monetárias implementadas e a melhoria das condições financeiras e dos processos de consolidação orçamental, de acordo com a OCDE, continuarão a ser os promotores do crescimento económico das economias mais avançadas, registando os Estados Unidos um crescimento mais forte que o Japão e a euro área.

Na China, a procura interna tem sido mais moderada do que o esperado, refletindo o esforço em conter o crescimento do crédito, complementado com ações de correção inerentes à actividade do Estado. Deste modo, deverá persistir a tendência de abrandamento no crescimento económico que se vem verificando nos últimos anos. Consequentemente, o crescimento na China deverá situar-se em 6,2%, o que contrapõe, com os 6,5% estimados para 2016 e 6,9% em 2015.

A atividade económica na Rússia desacelerou em 2015 e 2016, em resultado das tensões geopolíticas verificadas, as quais influenciaram negativamente a procura interna. Em 2017, a negatividade ocorrida deverá inverter-se, prevendo-se que regresse o crescimento económico, embora manifestamente moderado (+1,1%).

As principais economias europeias deverão permanecer com níveis moderados de crescimento, sendo de salientar que no contexto da área do Euro, deverá verificar-se um arrefecimento do crescimento económico com uma estimativa de 1,7% em 2016 e uma previsão de 1,5% em 2017. Os países do sul e periféricos, continuam a enfrentar uma acentuada crise, cujo aumento da competitividade e das exportações representam ténues sinais, que não permitem confortar os efeitos resultantes da depressão verificada na procura interna.

Diversos economistas continuam a sustentar a necessidade da consolidação orçamental a promover, ser complementada por políticas monetárias flexíveis, subjacentes a reformas estruturais que contenham o impacto social negativo decorrente das ações de redução dos défices. Contudo, será prudente considerar que, manter de modo prolongado políticas monetárias flexíveis, poderá originar distorções económicas e financeiras, desencorajar a consolidação orçamental, e estimular as fugas de capitais para outras regiões, enquanto que a sua eficácia poderá ser limitada.

Enquanto prosseguem processos de consolidação orçamental, não há dúvida que tal circunstância tem uma forte influência no enfraquecimento dos níveis de procura. O FMI (Fundo Monetário Internacional) preconizava que o reequilíbrio se deveria efetuar em resultado do aumento da procura privada, alterando-se a vigência do período recente de estímulos fiscais e orçamentais. Contudo, e pese embora se tenha verificado que na larga maioria dos países das economias mais avançadas se assiste à implementação de políticas de consolidação orçamental, a procura privada ainda não se apresenta em níveis que permitam que esta se constitua como um importante catalisador do crescimento económico mundial.

Os sistemas financeiros continuam a manifestar-se enfraquecidos e sem funcionarem de modo eficiente. Em muitos países, os bancos ainda se apresentam debilitados, circunstância agravada pelos reduzidos níveis de crescimento económico, sendo evidente a existência de fortes restrições no acesso ao crédito, e a pesada herança decorrente da bolha imobiliária, particularmente na área da habitação. Em resultado, diversos bancos centrais continuam a promover taxas de juro baixas, procurando auxiliar algumas categorias de credores.

Face ao cenário referenciado, segundo o FMI, 2016 deverá apresentar um crescimento económico mundial na ordem dos 3,1% e estabelece um crescimento ligeiramente superior para o ano económico de 2017 (3,4%).

Ainda de acordo com o FMI, as economias emergentes, deverão continuar a apresentar um crescimento mais forte do que o apresentado pelas economias mais avançadas, ou seja, denotando diferentes dinâmicas da economia global. Deste modo, as referidas economias deverão crescer 4,2% e 4,6%, em 2016 e 2017, respetivamente.

Já as economias dos países mais avançados onde a procura interna é moderada e a recuperação do consumo privado tem sido frágil, pautando-se ainda com elevados níveis de desemprego e com uma necessidade ainda premente de consolidação orçamental, deverão apresentar um crescimento de 1,6% em 2016 e 2,2% em 2017. Relativamente à taxa de desemprego, segundo a OCDE e para a respetiva área,

esta deverá diminuir de 6,4% em 2016, para 6,2% em 2017, taxas que serão superiores na Euro área (10,2% em 2016 e 9,8% em 2017). Efetivamente, os problemas inerentes ao desemprego permanecem como um aspeto chave num conjunto largo de países, particularmente onde se verifica um reduzido dinamismo da atividade económica e a implementação de políticas fiscais austeras, circunstância particularmente premente na Euro área.

O comércio mundial, depois de abrandar em 2016, deverá aumentar o seu ritmo de crescimento em 2017. Deste modo, o comércio mundial deverá aumentar 2,1% em 2016 e 3,2% em 2017.

No que concerne ao petróleo, o FMI estima que o preço anual do barril subirá 18% em 2017, situando-se acima dos 50 dólares. O referido organismo considera um cabaz que abrange as variedades do Brent, do Dubai e dos EUA.

Em 2017, a inflação na área da OCDE deverá situar-se em 1,8% face aos níveis de procura expectáveis, às elevadas taxas de desemprego (6,2% no total da OCDE). Várias economias, designadamente no sul asiático e em África, irão continuar a evidenciar taxas de inflação elevadas, principalmente devido a elevadas expectativas inflacionárias, ao rápido crescimento do crédito e a problemas estruturais decorrentes da escassez energética.

3.1.1 – União Europeia e Euro área

3.1.1.1 – Projeções para o crescimento

O choque provocado pela crise financeira global verificada em 2008 deixou diversos Estados-membros com in comportáveis níveis de dívida pública e elevadas taxas de desemprego.

Deste modo, a recuperação das economias da União Europeia continua a trilhar um percurso sinuoso, apesar das persistentes volatilidades e tensões dos mercados financeiros e da emergência de novos riscos, os quais tornaram o ambiente externo mais desafiador.

Desde o verão de 2012 que as condições dos mercados financeiros na Europa têm assinalado uma melhoria substancial. Contudo, este progresso não se tem ainda sentido no crescimento económico. Será expectável que a fraca procura interna decorrente quer das políticas de ajustamento interno, quer dos desequilíbrios externos, possa diminuir os efeitos de desalavancagem patentes.

Fatores relacionados com o reequilíbrio externo a consolidação das finanças públicas estão a influir de formas diferentes nos diversos Estados Membros. Os processos de consolidação orçamental de reafetação de recursos em curso influenciam negativamente o crescimento no curto prazo e aumentam a vulnerabilidade dos Estados Membros a riscos sistémicos.

As consequências do Brexit induzem um aumento considerável de incerteza, em virtude da imprevisibilidade subjacente à negociação que será promovida, com impactos evidentes nos cenários políticos, económicos e sociais. No contexto do projeto europeu, esta ocorrência poderá representar o seu falhanço, havendo a possibilidade de outros países avançarem para processos similares, agravando-se a preocupação dos países periféricos na centralização do poder na Alemanha, persistindo um modelo de desenvolvimento económico europeu significativamente sinuoso.

Importa referir a crise humanitária que assola a Europa decorrente dos fluxos de migração, essencialmente oriundos da Síria e do Norte de África, na tentativa desesperada de fuga à pobreza e a territórios onde impera a violação dos direitos humanos.

As projeções económicas da CE estabelecem um crescimento do PIB de 1,9% na UE e de 1,8% na Euro Área (1,8% na UE e 1,6% na Área Euro em 2016), com o consumo privado a crescer 1,8 na UE e 1,5 na Euro Área.

O consumo público deverá sofrer um abrandamento (1,2 em 2017 face a 1,5 estimados para 2016), circunstância similar à procura interna, (2,1 em 2017 face a 2,2

estimados para 2016), em resultado das debilidades existentes na confiança e nas restrições do acesso ao crédito.

3.1.1.2 – Outras projeções macroeconómicas

As condições do mercado de trabalho continuam a evidenciar uma contração do emprego, com as taxas de desemprego a atingirem, em 2017, 8,5% na UE e 9,9% na Euro área, embora reflectindo uma ligeira melhoria. Contudo, esta situação é bastante heterogénea dentro da UE, prevendo-se que em 2017, a República Checa e a Alemanha apresentem uma taxa de 4,4% e 4,7%, respetivamente, em oposição à Grécia e Espanha, cujas taxas de desemprego se devem situar em 23,6% e 18,1%, respetivamente.

No que concerne aos preços, depois das pressões deflacionistas recentes, e em resultado de uma quebra nos preços dos fatores energéticos, projeta-se um Índice Harmonizado de Preços de 1,5, na UE e de 1,4 Euro área.

Relativamente às finanças públicas, as quais foram severamente afetadas pela crise, observa-se que a situação está longe de estar resolvida. Com o fim das medidas de estímulo e a alteração das políticas públicas com o propósito de se verificar uma consolidação orçamental, o défice das administrações públicas na União Europeia deverá situar-se em -1,8%.

Já no que concerne à dívida pública, esta deverá sofrer uma ligeira diminuição situando-se, em 2017, em 85,5% do PIB na UE e 91,1% na Euro área. Assim, corrigir esta trajetória continua a ser o desafio chave da economia europeia, tendo em vista salvaguardar a prazo a sustentabilidade orçamental, face a um menor crescimento potencial do que o verificado nos desenvolvimentos passados e em virtude de um contexto demográfico vincadamente desfavorável, num futuro já não muito distante.

3.1.1.3 – Quadro macroeconómico

Quadro 2 – Projeções macroeconómicas para UE

(variação média anual, em percentagem)

	2012	2013	2014	2015	2016e	2017p
PIB real	-0,5	0,0	1,4	2,0	1,8	1,9
Procura interna	-1,6	-0,3	1,5	2,1	2,2	2,1
Consumo privado	-0,7	-0,1	1,4	2,0	2,1	1,8
Consumo público	0,3	0,2	1,0	1,4	1,5	1,2
Investimento Total	-2,8	-1,5	2,5	2,9	2,9	3,8
Taxa de desemprego	10,5	10,9	10,2	9,4	8,9	8,5
IHPC	2,6	1,5	0,6	0,0	0,3	1,5
Défice Orçamental (% PIB)	-4,2	-3,2	-2,9	-2,4	-2,1	-1,8
Dívida Pública	85,1	87,3	88,6	86,8	86,4	85,5

Fonte: Previsões de Outono/2016 da Comissão Europeia (adaptação)

e – estimativa

p – previsão

Quadro 3 – Projeções macroeconómicas para a Euro Área

(variação média anual, em percentagem)

	2012	2013	2014	2015	2016e	2017p
PIB real	-0,8	-0,4	0,9	1,7	1,6	1,8
Procura interna	-2,3	-0,9	0,8	1,8	2,0	1,9
Consumo privado	-1,3	-0,7	1,0	1,7	1,8	1,5
Consumo público	-0,1	0,3	0,7	1,3	1,4	1,2
Investimento Total	-3,7	-2,5	1,1	3,4	3,0	3,8
Taxa de desemprego	11,4	12,0	11,6	10,9	10,3	9,9
IHPC	2,5	1,4	0,4	0,0	0,2	1,4
Défice Orçamental (% PIB)	-3,6	-2,9	-2,4	-2,1	-1,9	-1,6
Dívida Pública	91,1	93,2	94,2	92,9	92,2	91,1

Fonte: Previsões de outono/2016 da Comissão Europeia (adaptação)

e – estimativa

p – previsão

3.2 – Conjuntura Nacional

3.2.1 – Projeções para o crescimento do PIB

Desde o início do século que Portugal tem vindo a registar um débil crescimento económico, sempre inferior à média da área do euro. Esta circunstância tem-se caracterizado por uma persistente baixa produtividade, por uma deterioração da competitividade, pelo crescimento do desemprego e por um considerável défice externo.

Segundo a CE (Comissão Europeia), a atual crise veio exacerbar as fraquezas já existentes, sendo de referir que alguns destes desequilíbrios apenas têm vindo a ser corrigidos de forma lenta e parcial. Efetivamente, com o crescimento dos níveis de incerteza e de aversão ao risco, observou-se uma queda abrupta e marcada das expectativas dos agentes, da atividade económica e do comércio internacional, pelo que os referidos choques adversos se propagaram rapidamente ao conjunto das economias integradas globalmente em termos reais e financeiros, incluindo Portugal, e amplificaram a dinâmica de desaceleração já presente em várias economias, nomeadamente as que observavam correções significativas nos mercados imobiliários.

Actualmente, embora se tendo invertido a contração económica que se verificou até 2013, o crescimento económico verificado em Portugal é inferior ao observado no contexto europeu, ou seja, não se verificando a ambicionada convergência económica. O moderado crescimento económico observado deve-se, em parte, à fraca procura externa, enquanto o consumo privado se manteve robusto. O investimento, por outro lado, caiu acentuadamente, permanecendo elevados riscos no contexto bancário e a necessidade premente em se implementarem reformas estruturais.

As recentes mudanças nas políticas fiscais são susceptíveis de aumentar a renda disponível, especialmente beneficiando as famílias de rendimentos mais reduzidos. Porém, a dívida pública permanece elevada e colocá-la em trajetória descendente pode exigir medidas adicionais de consolidação orçamental.

De acordo com a OCDE, a economia portuguesa deverá apresentar um crescimento do PIB, na ordem de 1,3% em 2017 (1,2% estimados para 2016).

Consequentemente, os maiores obstáculos ao crescimento económico são os elevados níveis de dívida pública e privada, complementada pela persistente necessidade de consolidação orçamental. No entanto, existem riscos ascendentes relacionados com o impacto positivo da depreciação do euro e de uma política monetária mais flexível, bem como do Brexit, que segundo os cálculos da *Euler Hermes*, custará à economia portuguesa um valor na ordem dos 400 milhões de euros, entre 2017 e 2019, ou seja, 0,2% do PIB.

3.2.2 – Outras projeções macroeconómicas

Segundo a Comissão Europeia, será expectável que os preços no consumidor sofram uma ligeira variação em 2016 (0,7), perspetivando-se uma variação do IHPC de 1,2%, em 2017.

As medidas de consolidação orçamental adicionais continuarão a influenciar, determinantemente, a procura interna, embora as previsões apontem para uma inflexão da tendência negativa verificada em anos anteriores. Note-se que o FMI sustenta que se deverá transitar de um modelo de crescimento baseado no consumo para um modelo baseado vocacionado na exportação.

O desemprego permanecerá um flagelo social ostentando valores manifestamente elevados, embora se perspetive uma continuação da sua diminuição (11,6% em 2016 e 10,7% em 2016, segundo a CE).

Continua a persistir a implementação de uma reestruturação do modelo de desenvolvimento económico, na qual se defina uma reforma estrutural do Estado.

Para o FMI, o êxito depende da execução continuada de um conjunto de reformas estruturais que eliminem a rigidez e os estrangulamentos que estão na origem da estagnação do crescimento. Consequentemente, visando a melhoria da competitividade dos custos da mão de obra, os salários do setor privado deverão seguir o exemplo do setor público, aplicando-se reduções sustentadas. Relativamente à concorrência, a organização referida reporta a necessidade em se eliminarem

algumas distorções à concorrência, particularmente na liberalização de alguns mercados, nomeadamente o das comunicações, ou ainda no âmbito da energia e das profissões regulamentadas.

Importa referir que, em 7 de abril de 2011, Portugal requereu ajuda financeira externa à União Europeia e ao FMI, tendo sido elaborado um programa de ajustamento económico para o período de 2011 a 2014. O programa foi apoiado por um empréstimo de 52 mil milhões de euros da União Europeia e 26 mil milhões de euros do FMI, ao abrigo do mecanismo alargado de financiamento. Embora, desde 2015 não se verifique a intervenção direta da designada “*troika*”, o acompanhamento do programa de ajustamento financeiro estabelecido, permanece até ao integral pagamento do empréstimo obtido, pelo que, em 2017, os acordos externos firmados continuarão a influenciar a economia portuguesa, particularmente no âmbito de constrangimentos subjacentes à política orçamental e fiscal.

3.2.3 – Projeções – Cenário Macroeconómico

Quadro 4 – Projeções macroeconómicas para Portugal

Crescimento real em percentagem:	2016				2017			
	OCDE (Junho/16)	CE (Out/16)	FMI (Out/16)	BP (Junho/16)	OCDE (Junho/16)	CE (Out/16)	FMI (Out/16)	BP (Junho/16)
PIB real	1,2	1,5	1,0	1,3	1,3	1,7	1,1	1,6
Consumo privado	2,2	1,8	2,2	2,1	1,5	1,7	1,4	1,7
Consumo público	0,1	0,6	0,3	1,1	0,3	0,4	0,5	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	-1,5	1,6	-1,2	0,1	1,2	4,9	2,0	4,3
Exportações (bens e serviços)	2,8	4,1	2,9	1,6	3,8	5,1	3,4	4,7
Importações (bens e serviços)	2,8	4,3	3,2	2,8	3,6	5,6	3,8	4,9
IHPC	0,3	0,7	0,7	0,7	0,8	1,2	1,7	1,4
Taxa de desemprego (% da pop. activa)	12,1	11,6	11,8	:	11,5	10,7	11,3	:
Dívida Pública	128,3	126,0	128,3	:	128,3	124,5	128,0	:
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-2,7	-3,0	:	-2,6	-2,3	-3,0	:

3.3 – Conjuntura da área adstrita ao Município de Ourém

3.3.1 – Caracterização da área adstrita ao Município de Ourém

“Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39° 30´ N e 39° 50´ e a longitude 8° 30W e 8° 40´W. A área afeta a este município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria”.²

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres, e Olival, registando em 2011 (dados censitários), uma população na ordem dos 46 mil habitantes distribuídos por 13 freguesias.

No que concerne a infraestruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias, sendo de referir, a disponibilização recente de uma via complementar de importância regional, o IC9.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o setor terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do setor secundário (42%) e por fim o setor primário (3%).

O turismo e em particular o de cariz religioso detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual próximo dos 6,7 milhões de visitantes.

² Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

3.3.2 – Análise SWOT

3.3.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à autoestrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Assinalável dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do setor da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do setor da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que embora esteja em crescimento se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;
- Capacidade de atração de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supramunicipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a atividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossáurios, Santuário, Museus, Castelo, ...).

3.3.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima) que deverão reforçar a sua coesão e complementaridade;

- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visita religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região;
- Basílica da Santíssima Trindade como pólo de atratividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, bem como o IC9, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- A valorização do setor vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste setor na área deste município;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

3.3.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias (denominação das Freguesias aquando dos censos 2011): Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infraestruturação e dinamização cultural;
- Agricultura denotando um subaproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de município face à proximidade de Fátima;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade e valorização do serviço ferroviário;
- Centralidade do município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da atividade turística, embora com tendências em se esbater;

- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infraestruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

3.3.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- A reforma judicial com o encerramento de tribunais e a transferência de valências, circunstância que afetará a proximidade dos munícipes deste território aos serviços de referência;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada;
- Tecido económico fortemente fustigado pela adversa conjuntura económica nacional e perceção da existência de reduzidos níveis de confiança dos empresários.

3.3.3 – Indicadores da área adstrita ao Município de Ourém

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em finais de 2015 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2014, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é, fundamentalmente, referente a 2013 e 2014.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se, seguidamente, um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Quadro 5 – Informação Estatística 2013 e 2014 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em dezembro de 2015 pelo INE)

1. - TERRITÓRIO	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km ²)	416,68
1.1.2 - Perímetro (Km)	128
1.1.3 - Comprimento Máximo (Este-Oeste) (Km)	34
1.1.4 - Comprimento Máximo (Norte-Sul) (Km)	24
1.1.5 - Altitude máxima (m)	677
1.1.6 - Altitude mínima (m)	95
1.1.7 - Amplitude altimétrica	582
1.2 - Temperatura média do ar	
1.2.1 - Média	15,5
1.2.2 - Mínima	10,1
1.2.3 - Máxima	20,8
1.3 - Rede Natura 2000	
1.3.1 - Sítios (Rede Natura 2000)	2979
1.3.2 - Áreas Protegidas - Parque Natural	1220
1.4 - Ordenamento do território	
1.4.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.4.1.1 - Urbano	7.422,7
1.4.1.2 - Equipamentos e parques urbanos	345,7
1.4.1.3 - Industrial	1.197,6
1.4.1.4 - Turismo	49,3
1.4.1.5 - Solo rural	34.220,2
1.4.1.6 - Áreas Protegidas (PEOT) aprovados (un)	1,0
1.5 - Lugares Censitários	
1.5.1 - População isolada	731,0
1.5.2 - População residente - com menos de 2000 habitantes	30.446,0
1.5.3 - População residente - de 5000 a 9999 habitantes	14.763,0

1.6 - Estrutura Territorial	
1.6.1 - Lugares	244
1.6.1.1 - População residente	45209
1.6.2 - Vilas	4
1.6.3 - Cidades	2
1.6.3.1 - População residente	14813
1.6.4 - Freguesias	13
1.6.4.1 - Área média (ha)	3.205,0
1.7 - Indicadores de Ambiente	
1.7.1 - Gestão de resíduos - despesas por 1 000 habitantes (Eur)	56.227,0
1.7.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem (Eur)	6.704,0
1.7.3 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (Kg)	335,0
1.7.4 - Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	11,0
1.8 - Qualidade das águas para consumo humano	
1.8.1 - Análises regulamentares obrigatórias (milhares de m ³)	2.020
1.8.2 - Análises realizadas obrigatórias (milhares de m ³)	2.048
1.8.3 - Análises em falta (milhares de m ³)	0
1.8.4 - Análises realizadas com valor paramédico	
1.8.4.1 - Em incumprimento do valor paramédico	0
1.8.4.2 - Total	1.590
1.8.5 - Água segura (%)	100
1.9 - Resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha e tipo de destino	
1.9.1 - Tipo de recolha	15157
1.9.2 - Recolha indiferenciada	
1.9.2.1 - Aterro	10969
1.9.2.2 - Valorização energética	60
1.9.2.3 - Valorização orgânica	2248
1.9.2.4 - Valorização multimaterial	212
1.9.3 - Recolha seletiva	
1.9.3.1 - Aterro	23
1.9.3.2 - Valorização energética	0
1.9.3.3 - Valorização orgânica	17
1.9.3.4 - Valorização multimaterial	1627
1.10 - Receitas e despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e proteção ambiental	
1.10.1 - Receita	
1.10.1.1 - Gestão de resíduos	1773
1.10.1.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	1
1.10.1.3 - Outros	0

1.10.2 - Despesa	
1.10.2.1 - Gestão de resíduos	2547
1.10.2.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	304
1.10.2.3 - Outros	0
2. - POPULAÇÃO	
2.1 - Densidade populacional (hab/km2)	108,3
2.2 - Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,72
2.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,62
2.4 - Taxa de crescimento migratório (%)	-0,10
2.5 - Taxa bruta de natalidade (%)	6,10
2.6 - Taxa bruta de mortalidade (%)	12,30
2.7 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	3,20
2.8 - Taxa bruta de divórcio (%)	2,40
2.9 - Taxa bruta de fecundidade geral	26,80
2.10 - Nados vivos fora do casamento (%)	33,60
2.11 - Proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as	8,30
2.12 - Proporção de casamentos católicos (%)	56,90
2.13 - População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 hab.	0,18
2.14 - Índice de envelhecimento	162,70
2.15 - Índice de dependência de idosos	33,50
2.16 - Índice de longevidade	55,20
2.17 - Relação de masculinidade	89,3
2.18 - População residente segundo grandes grupos etários e o sexo	
2.18.1 - Homens	21.293
2.18.2 - Mulheres	23.834
2.18.3 - Total	45.127
2.18.1.1 - Dos 0 a 14 anos	6.032
2.18.1.2 - Dos 15 a 24 anos	5.303
2.18.1.3 - Dos 25 a 64 anos	23.890
2.18.1.4 - 65 e mais anos	9.812
2.18.1.5 - 75 e mais anos	5.415
2.19 - Movimento da população e população estrangeira	
2.19.1 - Nados-vivos	
2.19.1.1 - Homem	141
2.19.1.2 - Mulher	136
2.19.1.3 - Fora do casamento	93
2.19.1.4 - Em coabitação dos pais	70
2.19.2 - Óbitos	

2.19.2.1 - Homem	255
2.19.2.2 - Mulher	301
2.19.3 - Casamentos	
2.19.3.1 - Entre pessoas de sexo oposto (só civis)	62
2.19.3.2 - Entre pessoas de sexo oposto (católicos)	82
2.19.3.3 - Casamentos dissolvidos por divórcio	94
2.19.3.4 - Casamentos dissolvidos por morte	250
2.19.3.2 - Entre pessoas de sexo oposto (católicos)	
3. - EDUCAÇÃO	
3.1 - Indicadores de educação	
3.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	101,1
3.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
3.1.2.1 - Ensino Básico	114,5
3.1.2.2 - Ensino Secundário	143,9
3.2 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
3.2.1 - 1º Ciclo	2,6
3.2.2 - 2º Ciclo	4,1
3.2.3 - 3º Ciclo	8,4
3.2.4 - Total	5,3
3.3 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
3.3.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	83,6
3.3.2 - Cursos vocacionais	84,5
3.3.3 - Total	84
3.4 - Instituições de educação por nível e natureza	
3.4.1 - Educação Pré-Escolar	
3.4.1.1 - Público	25
3.4.1.2 - Privado	5
3.4.2 - 1º Ciclo	
3.4.2.1 - Público	28
3.4.2.2 - Privado	1
3.4.2.3 - Dos quais com menos de 21 alunos	1
3.4.3 - 2º Ciclo	
3.4.3.1 - Público	4
3.4.3.2 - Privado	3
3.4.4 - 3º Ciclo	
3.4.4.1 - Público	4
3.4.4.2 - Privado	3
3.4.5 - Secundário	

3.4.5.1 - Público	1
3.4.5.2 - Privado	4
3.5 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
3.5.1 - Educação Pré-Escolar	1117
3.5.2 - 1º Ciclo	1645
3.5.3 - 2º Ciclo	1211
3.5.4 - 3º Ciclo	1895,0
3.5.5 - Secundário	2300
3.6 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
3.6.1 - Educação Pré-Escolar	69
3.6.2 - 1º Ciclo	110
3.6.3 - 2º Ciclo	96
3.6.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	317
3.6.5 - Formadores(escolas profissionais)	50
3.7 - Pessoal não docente do ensino não superior	365
4. - CULTURA E DESPORTO	
4.1 - Indicadores da cultura e desporto	
4.1.1 - Recintos de espetáculos - lotação média total das salas	486,0
4.1.1.1 - Espectadores por habitante	0,6
4.1.1.2 - Valor médio dos bilhetes vendidos (em euros)	8,1
4.1.2 - Visitantes por museu	7.720,0
4.1.3 - Proporção de visitantes escolares (%)	22,6
4.2 - Publicações periódicas por município	
4.2.1 - Publicações	13,00
4.2.2 - Edições	220,00
4.2.3 - Circulação Total	
4.2.3.1 - Total	1.959.947
4.2.3.2 - Jornais	1.112.246
4.2.3.3 - Revistas	388.909
4.2.4 - Exemplares vendidos	
4.2.4.1 - Total	608.119
4.2.4.2 - Jornais	185.450
4.2.4.3 - Revistas	332.389
4.3 - Recintos de espetáculos e espetáculos ao vivo	
4.3.1 Recintos utilizados	1
4.3.2 Espetáculos ao vivo	95
4.4 - Museus e galerias de arte	
4.4.1 - Museus	3

4.4.1.1 - Total de visitantes	23.160
4.4.1.2 - Visitantes escolares	5.237
4.4.1.3 - Bens	11.046
4.4.2 - Galerias	4
4.4.2.1 - Exposições temporárias	19
4.4.2.2 - Obras expostas	459
4.4.2.3 - Autores/as representados	88
5. - SAÚDE	
5.1 - Indicadores de saúde	
5.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	2
5.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	1
5.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0
5.1.4 - Consultas nos hospitais por habitante	0
5.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2009/2013)	0,60
5.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2009/2013)	0,60
5.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,60
5.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,50
5.2 - Hospitais	
5.2.1 - Número	0
5.3 - Centros de Saúde e suas extensões	
5.3.1 - Total	2
5.3.2 - Com internamento	0
5.3.3 - Sem internamento	2
5.4 - Consultas médicas	
5.4.1 - Total	120.510
5.4.2 - Medicina geral e familiar/clínica geral	103.673
5.4.3 - Planeamento familiar	3.399
5.4.4 - Saúde do recém-nascido da criança e do adoescente	11.694
5.4.5 - Saúde materna	1.666
5.4.5 - Outras especialidades	78
5.5 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
5.5.1 - Farmácias	15
5.5.2 - Postos farmacêuticos móveis	5
5.5.3 - Farmacêuticos de oficina	33
5.5.4 - Profissionais de farmácia	16
5.5.5 - Médicos com residência na área do município	51
6. - MERCADO DE TRABALHO	
6.1 - Indicadores do mercado de trabalho	

6.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	27,6
6.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	13,3
6.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	907,8
6.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	11,0
6.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	20,1
6.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por setor de atividade (%)	5,6
6.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	19,2
6.1.8 - Disparidade no ganho médio mensal por profissão principal (%)	25,9
6.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o setor de atividade	
6.2.1 - Primário (CAE: A)	97
6.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	3213
6.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	6912
6.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por setor de atividade	
6.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	655,39
6.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	975,18
6.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	880,08
6.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	
6.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	98
6.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	1579
6.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	1851
6.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	2912
6.4.5 - Ensino secundário	2303
6.4.6 - Bacharelato	176
6.4.7 - Licenciatura	1206
6.4.8 - Mestrado	79
6.4.9 - Doutoramento	4
6.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por conta de outrem, segundo o nível de habilit.	
6.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	721,04
6.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	813,53
6.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	817,28
6.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	820,53
6.5.5 - Ensino secundário (em euros)	899,20
6.5.6 - Bacharelato (em euros)	1302,71
6.5.7 - Licenciatura (em euros)	1332,72
6.5.8 - Mestrado (em euros)	1261,51
6.5.9 - Doutoramento (em euros)	1246,78
7. - PROTEÇÃO SOCIAL	
7.1 - Indicadores de proteção social	

7.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
7.1.1.1 - Invalidez	4.613
7.1.1.2 - Velhice	4.467
7.1.1.3 - Sobrevivência	2.456
7.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	2.925
7.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	195
7.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	847
7.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	56
7.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	
7.2.1 - Invalidez	1.539
7.2.2 - Velhice	8.215
7.2.3 - Sobrevivência	3.175
7.3 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
7.3.1 - Menos de 25 anos	100
7.3.2 - 25 a 29 anos	238
7.3.3 - 30 a 39 anos	559
7.3.4 - 40 a 49 anos	499
7.3.5 - 50 a 54 anos	254
7.3.6 - 55 e mais anos	405
7.4 - Prestações familiares	
7.4.1 - Abono de família para crianças e jovens	
7.4.1.1 - Beneficiários	3.434
7.4.1.2 - Descendentes ou equiparados	5.716
7.4.2 - Subsídio por assistência de 3ª pessoa	
7.4.2.1 - Beneficiários	57
7.4.2.2 - Descendentes ou equiparados	57
7.4.3 - Subsídio mensal vitalício	
7.4.3.1 - Beneficiários	29
7.4.3.2 - Descendentes ou equiparados	29
7.4.4 - Subsídio de funeral	
7.4.4.1 - Beneficiários	101
7.4.4.2 - Descendentes ou equiparados	22
7.5 - Subsídio por doença	
7.5.1 - Total de beneficiários	2.171
7.5.2 - Dias processados	120.589
7.5.3 - Valores processados	1.839
7.6 - Subsídio parental	
7.6.1 - Total de beneficiários	602

7.6.2 - Valor processado (milhares de euros)	923
7.7 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	372
8. - ACTIVIDADE ECONÓMICA	
8.1 - Indicadores das empresas	
8.1.1 - Densidade de empresas (N.º/Km2)	11,80
8.1.2 - Proporção de empresas individuais (%)	63,45
8.1.3 - Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	100,00
8.1.4 - Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	95,00
8.1.5 - Pessoal ao serviço da empresa	2,90
8.1.6 - Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	231,90
8.1.7 - Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	22,41
8.1.8 - Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)	13,20
8.2 - Volume de negócios das empresas segundo a CAE (em milhares de euros)	
8.2.1 - A	21.268
8.2.2 - B	6.933
8.2.3 - C	192.345
8.2.4 - D	6
8.2.5 - E	9.088
8.2.6 - F	116.451
8.2.7 - G	556.623
8.2.8 - H	81.128
8.2.9 - I	45.803
8.2.10 - J	5.220
8.2.11 - L	24.075
8.2.12 - M	16.818
8.2.13 - N	36.432
8.2.14 - O	1.659
8.2.15 - P	15.736
8.2.16 - Q	3.622
8.2.17 - R	3.177
8.2.18 - S	
8.3 - Comércio internacional declarado de mercadorias	
8.3.1 - Importações	66.869
8.3.2 - Exportações	64.846
8.4 - Agricultura e floresta	
8.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	6.299
8.4.2 - Vinho licoroso com DOP	0
8.4.3 - Vinho com DOP	

8.4.3.1 - Branco	231
8.4.3.2 - Tinto/Rosado	299
8.4.4 - Vinho com IGP	
8.4.4.1 - Branco	576
8.4.4.2 - Tinto/Rosado	703
8.4.5 - Vinho sem certificação	
8.4.5.1 Branco	1.282
8.4.5.2 Tinto/Rosado	3.209
8.5 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
8.5.1 - Ameixieiras	771
8.5.2 - Amendoeira	142
8.5.3 - Castanheiros	233
8.5.4 - Cerejeiras	434
8.5.5 - Damasqueiros	288
8.5.6 - Diospireiros	257
8.5.7 - Kiwi	375
8.5.8 - Laranjeiras	495
8.5.9 - Limoeiros	291
8.5.10 - Macieiras	11.729
8.5.11 - Nogueiras	669
8.5.12 - Pereiras	659
8.5.13 - Pessegueiros	1056
8.5.14 - Tangerineiras	820
8.5.15 - Oliveiras	1639
8.6 - Incêndios florestais e bombeiros	
8.6.1 - Ocorrência de incêndios florestais	22,0
8.6.2 - Área ardida (ha)	
8.6.2.1 - Total	4,0
8.6.2.2 - Povoamentos florestais	2
8.6.2.3 - Matos	3
8.6.2.4 - Corporações de bombeiros	3
8.6.2.5 - Número total de bombeiros	232
8.7 - Energia	
8.7.1 - Consumo de energia elétrica segundo o tipo de consumo (kWh)	
8.7.1.1 - Total	151.797.276
8.7.1.2 - Doméstico	49.977.192
8.7.1.3 - Não Doméstico	54.819.657
8.7.1.4 - Agricultura	2.899.682

8.7.1.5 - Indústria	32.376.066
8.7.1.6 - Iluminação das vias públicas	7.930.699
8.7.1.7 - Iluminação interior de edifícios do Estado	3.793.980
8.7.2 - Consumidores de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)	
8.7.2.1 - Total	30.521
8.7.2.2 - Doméstico	25.301
8.7.2.3 - Não Doméstico	4.150
8.7.2.4 - Agricultura	637
8.7.2.5 - Indústria	433
8.7.3 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
8.7.3.1 - Gás	
8.7.3.1.1 - Butano	413,7
8.7.3.1.2 - Propano	1.107,1
8.7.3.1.3 - Gás auto (GPL)	0,0
8.7.3.2 - Gasolina	
8.7.3.2.1 - Sem chumbo 95	3.113,6
8.7.3.2.2 - Sem Chumbo 98	658,2
8.7.3.3 - Petróleo	6,8
8.7.3.4 - Gasóleo rodoviário	49.964,7
8.7.3.5 - Gasóleo colorido	6.370,4
8.7.3.6 - Gasóleo para aquecimento	330,4
8.7.3.7 - Fuel	2.084,2
8.8 - Construção e Habitação	
8.8.1 - Indicadores de construção e habitação	
8.8.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.1.1 - Pavimentos por edifício	2,00
8.8.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,60
8.8.1.1.3 - Divisões por fogo	4,90
8.8.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	21,90
8.8.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.2.1 - Pavimentos por edifício	2,40
8.8.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,60
8.8.1.2.3 - Divisões por fogo	5,50
8.8.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	21,00
8.8.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
8.8.1.3.1 - Urbanos transacionados, em propriedade horizontal	62.985,00
8.8.1.3.2 - Urbanos transacionados, total	32.530,00
8.8.1.3.3 - Rústicos transacionados	9.129,00

8.8.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	56.767,00
8.8.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	82.926,00
8.8.1.3.6 - Rústicos hipotecados	21.474,00
8.8.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	135,00
8.8.2 - Edifícios licenciados para construção	
8.8.2.1 - Construções novas	
8.8.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	33
8.8.2.1.2 - Edifícios para apartamentos	1
8.8.2.1.3 - Edifícios, total	34
8.8.2.1.4 - Fogos para habitação familiar	43
8.8.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	26
8.8.2.2.2 - Edifícios, total	53
8.8.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.3.1 - Entidade promotora	
8.8.3.1.1 - Pessoa singular	43
8.8.3.1.2 - Empresa privada	0
8.8.3.1.3 - Outras entidades	0
8.8.3.2 - Tipologia	
8.8.3.2.1 - T0 ou T1	3
8.8.3.2.2 - T2	10
8.8.3.2.3 - T3	24
8.8.3.2.4 - T4 ou mais	6
8.8.4 - Edifícios concluídos	
8.8.4.1 - Construções novas	
8.8.4.1.1 - Edifícios para habitação familiar	
8.8.4.1.1.1 - Apartamentos	3
8.8.4.1.1.2 - Moradias	36
8.8.4.1.2 - Edifícios, total	39
8.8.4.1.3 - Fogos para habitação familiar	52
8.8.4.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.4.2 - Edifícios para habitação familiar	18
8.8.4.3 - Edifícios, total	42
8.8.5 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.5.1 - Entidade promotora	
8.8.5.1.1 - Pessoa singular	33
8.8.5.1.2 - Empresa privada	0
8.8.5.1.3 - Outras entidades	19

8.8.5.2 - Tipologia	
8.8.5.2.1 - T0 ou T1	1
8.8.5.2.2 - T2	8
8.8.5.2.3 - T3	32
8.8.5.2.4 - T4 ou mais	11
8.8.5 - Estimativas do parque habitacional	
8.8.5.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	23.997
8.8.5.2 - Alojamentos familiares clássicos	29.466
8.8.6 - Habitação Social	
8.8.6.1 - Edifícios para habitação social	1
8.8.6.1.1 - Objeto de obras de conservação no último ano	0
8.8.6.2 - Fogos de habitação social	
8.8.6.2.1 - Arrendados	1
8.8.6.2.2 - Objeto de obras de reabilitação no último ano	0
8.8.6.3 - Contratos de arrendamento efetuados no último ano	0
8.9 - Transportes	
8.9.1 - Indicadores de transportes	
8.9.1.1 - Veículos automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes	11
8.9.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	2
8.9.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas autoestradas (%)	3
8.9.2 - Veículos automóveis registados	
8.9.2.1 - Total	509
8.9.2.2 - Ligeiros de passageiros	219
8.9.2.3 - Ligeiros de mercadorias	130
8.9.2.4 - Pesados de passageiros	0
8.9.2.5 - Pesados de mercadorias	6
8.9.2.6 - Pesados, tratores de espécie diversa	132
8.9.2.7 - Tratores agrícolas	22
8.9.3 - Acidentes de viação e vítimas	
8.9.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	177
8.9.3.2 - Vítimas	
8.9.3.2.1 - Total	252
8.9.3.2.2 - Mortos	3
8.9.3.2.3 - Feridos graves	12
8.9.3.2.4 - Feridos ligeiros	237
8.10 - Comunicações	
8.10.1 - Indicadores de comunicações	
8.10.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	36,3

8.10.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	28,13
8.10.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	2,67
8.10.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	6,62
8.10.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	24,29
8.10.2 - Postos telefónicos fixos	
8.10.2.1 - Total de acessos telefónicos públicos	121
8.10.2.2 - Total de acessos telefónicos residenciais	12.741
8.10.2.3 - Total de acessos telefónicos não residenciais	3.701
8.10.3 - Estações e postos de correio	
8.10.3.1 - Estações de correio	
8.10.3.1.1 - Total	3
8.10.3.1.2 - Estações fixas	3
8.10.3.1.3 - Estações móveis	0
8.10.3.2 - Postos de correio	11
8.11 - Turismo	
8.11.1 - Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	1,9
8.11.1.2 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	160,7
8.11.1.3 - Hóspedes por habitante	8,5
8.11.1.4 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	61,6
8.11.1.5 - Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	37,3
8.11.1.6 - Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	1.428,8
8.11.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
8.11.2.1 - Estabelecimentos	
8.11.2.1.1 - Total	65
8.11.2.1.2 - Hotelaria	44
8.11.2.1.3 - Alojamento local	20
8.11.2.1.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	1
8.11.2.2 - Capacidade de alojamento	
8.11.2.2.1 - Total	7.280
8.11.2.2.2 - Hotelaria	5.987
8.11.2.2.3 - Alojamento local	...
8.11.2.2.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	...
8.11.3 - Hóspedes, dormidas e aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.3.1 - Número total de dormidas	647.091
8.11.3.2 - Número total de hóspedes	385.903
8.11.3.3 - Total de proveitos de aposento (milhares de euros)	15.389
8.11.4 - Dormidas nos estab. de alojamento turístico, segundo o país de residência habitual	

8.11.4.1 - Total	647.091
8.11.4.2 - Portugal	195.916
8.11.4.3 - Europa (excluindo Portugal)	331.000
8.11.4.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	325.420
8.11.4.5 - Alemanha	15.657
8.11.4.6 - Espanha	144.737
8.11.4.7 - França	29.858
8.11.4.8 - Reino Unido	10.325
8.11.4.9 - África	5.474
8.11.4.10 - América	62.221
8.11.4.11 - Ásia	48.264
8.11.5 - Hóspedes nos estab. de alojamento turístico, segundo o país de residência habitual	
8.11.5.1 - Total	385.903
8.11.5.2 - Portugal	148.369
8.11.5.3 - Europa (excluindo Portugal)	153.616
8.11.5.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	150.672
8.11.5.5 - Alemanha	6.464
8.11.5.6 - Espanha	66.724
8.11.5.7 - França	17.917
8.11.5.8 - Reino Unido	3.127
8.11.5.9 - África	2.049
8.11.5.10 - América	38.760
8.11.5.11 - Ásia	40.531
8.12 - Setor Monetário e Financeiro	
8.12.1 - Indicadores do setor monetário e financeiro	
8.12.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	7,5
8.12.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	8,12
8.12.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	61,8
8.12.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	7763
8.12.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	...
8.12.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
8.12.1.6.1 - Caixas automáticas Multibanco por 10 000 habitantes	12,2
8.12.1.6.2 - Operações por habitante	73
8.12.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	2.274
8.12.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	1.679
8.12.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.2.1 - Bancos e caixas económicas	
8.12.2.1.1 - Número de estabelecimentos	29

8.12.2.1.2 - Pessoal ao serviço	149
8.12.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
8.12.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
8.12.2.2.2 - Pessoal ao serviço	12
8.12.3 - Movimentos dos estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.3.1 - Depósitos	
8.12.3.1.1 - Total (milhares de euros)	759.446
8.12.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	61.645
8.12.3.2 - Crédito concedido	
8.12.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	568.873
8.12.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	351.570
9. - JUSTIÇA	
9.1 Indicadores de Justiça	
9.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
9.1.1.1 - Cíveis (meses)	26
9.1.1.2 - Penais (meses)	12
9.1.1.3 - Trabalho (meses)	0
9.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	-5,6
9.1.3 - Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1ª instância (%)	51,1
9.1.4 - Proporção de não condenados por desistência de queixa (%)	19,3
9.1.5 - Proporção de não condenados por absolvição/carência de prova (%)	42,7
9.1.6 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	
9.1.6.1 - Crimes contra a integridade física	3,3
9.1.6.2 - Contra o património	14,5
9.1.6.3 - Furto/roubo por esticção e na via pública	0,2
9.1.6.4 - Furto de veículo e em veículo motorizado	1,7
9.1.6.5 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	1,8
9.1.6.6 - Condução sem habilitação legal	0,8
9.2 - Movimento de processos de 1ª instância (%)	
9.2.1 - Processos Cíveis	
9.2.1.1 - Pendente a 31 de dezembro	4.139
9.2.1.2 - Entrados	1.726
9.2.1.3 - Findos	1.982
9.2.2 - Processos Penais	
9.2.2.1 - Pendente a 31 de dezembro	190
9.2.2.2 - Entrados	321
9.2.2.3 - Findos	334
9.2.3 - Processos tutelares	

9.2.3.1 - Pendente a 31 de dezembro	104
9.2.3.2 - Entrados	162
9.2.3.3 - Findos	156
9.3 - Principais atos notariais celebrados por escritura pública	
9.3.1 - Total de escrituras	1.360
9.3.2 - Compra e venda de imóveis	454
9.3.3 - Constituição de propriedade horizontal	13
9.3.4 - Constituição de sociedades com. e civis	3
9.3.5 - Doação	170
9.3.6 - Habilitação	340
9.3.7 - Hipoteca	15
9.3.8 - Justificação	268
9.3.9 - Mútuo	40
9.3.10 - Partilha	112
9.4 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
9.4.1 - Total	1.179
9.4.2 - Contra as pessoas	
9.4.2.1 - Total	239
9.4.2.2 - Contra a integridade física	149
9.4.3 - Contra o património	
9.4.3.1 - Total	655
9.4.3.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	10
9.4.3.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	76
9.4.4 - Contra a vida em sociedade	
9.4.4.1 - Total	182
9.4.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	83
9.4.5 - Contra o Estado	13
9.4.6 - Legislação avulsa	
9.4.6.1 - Total	90
9.4.6.2 - Condução sem habilitação legal	37
10. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (apuramento geral referente às eleições de 29/09/2013)	
10.1 - Indicadores da participação política	
10.1.1 - Eleição para as Câmaras	
10.1.1.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.1.2 - Proporção de votos em branco	4,7
10.1.1.3 - Proporção de votos nulos	3,5
10.1.1.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	38,9
10.1.1.5 - Partido/coligação mais votado	PS

10.1.2 - Eleição para a Assembleia Municipal	
10.1.2.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.2.2 - Proporção de votos em branco	5
10.1.2.3 - Proporção de votos nulos	4
10.1.2.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	40,3
10.1.3 - Eleição para a Assembleia de Freguesia	
10.1.3.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.3.2 - Proporção de votos em branco	4,2
10.1.3.3 - Proporção de votos nulos	3,9
10.1.3.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	45,1
10.2 - Resultados na eleição para a Câmara Municipal	
10.2.1 - Mandatos	
10.2.1.1 - PS	3
10.2.1.2 - PPD/PSD - CDS/PP	3
10.2.1.3 - Independente IV	1
10.3 - Resultados na eleição para a Assembleia Municipal	
10.3.1 - Mandatos	
10.3.1.1 - PPD/PSD - CDS/PP	10
10.3.1.2 - PS	8
10.3.1.3 - Independente IV	2
10.3.1.4 - PCP/PEV	1
10.4 - Resultados na eleição para as Assembleias de Freguesias	
10.3.1 - Presidências de Juntas de Freguesias	
10.3.1.1 - PS	7
10.3.1.2 - PPD/PSD - CDS/PP	6

3.3.4 – Cenário Macroeconómico Municipal

Volume de investimento previsto

Neste âmbito, importa considerar que, relativamente ao quadro comunitário de apoio para o período de 2014 a 2020, se verificou um desvio temporal significativo na sua implementação. No contexto do território em que se insere o Município de Ourém, salienta-se a aprovação tardia do Plano Estratégico de Desenvolvimento (Médio Tejo 20-20)

Deste modo, considerando o atraso patente, apenas em 2017 se deverão verificar os primeiros recebimentos inerentes ao novo quadro comunitário, circunstância que permitirá alavancar o volume do investimento municipal no horizonte previsto nos documentos previsionais para o quadriénio 2017/2020.

Complementarmente, na senda dos cenários macroeconómicos já apresentados para o contexto internacional e nacional, e em resultado de um crescimento económico moderado, os níveis de desemprego existentes, deverão permanecer elevados, embora com tendência para o decréscimo e denotando valores inferiores à média prevista para o território nacional

3.3.5 – Impacto do Orçamento de Estado no Orçamento Municipal

No dia 14 de outubro de 2016 foi divulgada a Proposta de Orçamento de Estado para 2017 e a respetiva proposta de lei. Neste âmbito, embora se verifique que se propõe atenuar algumas das medidas de austeridade que foram implementadas no âmbito da intervenção externa, o condicionamento resultante das metas orçamentais e da dívida pública decorrentes dos compromissos internacionais firmados, designadamente com a União Europeia, refletem a permanência de algumas medidas determinadas inicialmente como temporárias, bem como o surgimento de novos contextos fiscais.

3.3.5.1 – Participação nos impostos do Estado

Relativamente à participação do Município de Ourém nos impostos do Estado, verifica-se uma variação absoluta positiva em 382,3 mil euros a qual resulta de um aumento de 405,4 mil euros no Fundo de Equilíbrio Financeiro, apesar da quebra em 77,1 mil euros no IRS e à estagnação do Fundo Social Municipal.

3.3.5.2 – A proposta de Lei e de Orçamento de Estado para 2017

Neste contexto, e face à escassez de tempo entre a disponibilização da PLOE2017 e a elaboração dos documentos previsionais da autarquia, reportam-se de forma sucinta as principais alterações com impacto na realidade municipal:

1. Determinação de fundos disponíveis em atividades e projetos cofinanciados

Em 2017 são alteradas as regras inerentes à consideração dos projetos cofinanciados para efeitos da determinação dos fundos disponíveis.

2. Subsídio de refeição

O subsídio de refeição sofre um aumento absoluto em 0,25 euros, denotando um aumento em 5,85%. Deste modo, o subsídio de refeição tramita de 4,27 euros para 4,52 euros.

3. Pagamento do subsídio de Natal

O pagamento do subsídio de Natal será pago 50% no mês de novembro de 2017 e os restantes 50% em duodécimos, ao longo do ano de 2017

4. Duração de mobilidade

As mobilidades existentes podem ser excecionalmente prorrogadas até 31 de dezembro de 2017, mediante autorização da competência do órgão executivo.

5. Encargos com contratos de aquisição de serviços

Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.

6. Estudos, pareceres, projetos e consultadoria

Os estudos, pareceres, projetos e serviços de consultadoria, bem como quaisquer trabalhos especializados, devem ser realizados por via dos recursos próprios das entidades contratantes. A decisão de contratar apenas pode ser tomada pelo dirigente

máximo do serviço, em situações excepcionais devidamente fundamentadas. no caso da administração local, o parecer prévio vinculativo é da responsabilidade dos respetivos órgãos de governo próprios, não estando explicitado, qual dos órgãos municipais tem a repetiva competência.

7. Fundos disponíveis e entidades com pagamentos em atraso no subsetor local

Em 2017, na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsetor local, incluindo as entidades públicas reclassificadas neste subsetor, devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes, com as demais regras constantes na LEI 8/2012 e no Decreto-Lei 127/2012.

A assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis não é fator impeditivo de candidaturas a projetos com financiamento. Pela redação constante (n.º 3 do artigo 52.º da PLOE/2017), apenas se garante a possibilidade de promover candidatura e não a de contratualizar despesa.

8. Transferências financeiras ao abrigo da descentralização de competências para os municípios e as entidades intermunicipais

As dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação para financiamento das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico e gestão do parque escolar no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, não são atualizadas.

9. Redução do endividamento

Permanece a obrigatoriedade para a redução mínima de 10% dos pagamentos em atraso, bem como a circunstância da contribuição para o FAM não relevar para o limite da dívida total prevista na LEI 73/2013.

10. Despesas urgentes e inadiáveis

Excluem-se da aplicação do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as despesas urgentes e inadiáveis a efetuar pelos municípios quando resultantes de incêndios ou catástrofes naturais e cujo valor, isolada ou cumulativamente, não exceda o montante de 100 mil euros.

11. Assunção pelas autarquias locais de despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus

A contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus e certificada pela autoridade de gestão, não revela para o cumprimento das obrigações legais previstas quanto ao limite da dívida total previsto na Lei 73/2013.

12. Previsão orçamental das receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis

A exemplo da LOE/2017, volta a dispor que os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2018, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

13. Taxa de Direitos de Passagem e de Ocupação de subsolos

Para efeitos de liquidação da TMDP e da Taxa Municipal de Ocupação do subsolo, as empresas titulares de infraestruturas comunicam a cada município, até 31 de março de 2017, o cadastro das suas redes nesse território, devendo proceder à atualização da informação prestada até ao final do ano.

14. Alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

Neste contexto, estabelece-se um adicional de 0,3%, o qual não constitui receita dos municípios, mas do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o qual incide sobre a soma dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos situados em território português de que o sujeito passivo seja titular, aplicando-se uma dedução ao valor tributável de 600 mil euros, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 135.º C da PLOE/2017, reportando o seu n.º 7 que o disposto na referida alínea não se aplica a sujeitos passivos que não tenham a sua situação tributária e contributiva regularizada.

O pagamento do adicional de imposto estabelecido é efetuado no mês de setembro do ano a que o mesmo respeita.

15. Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais

Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução até 25% da taxa do imposto municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética.

16. Alteração à Lei 73/2013

A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente a impostos e outros tributos próprios.

Os benefícios fiscais referidos devem ter em vista a tutela dos interesses públicos relevantes e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade.

A Autoridade Tributária comunica a cada município:

- Até 31 de maio de cada ano e com referência a 31 de dezembro do ano anterior, o valor patrimonial tributário para efeitos do IMI de cada prédio situado no seu território, indicando quais os prédios isentos, bem como a identificação dos respetivos sujeitos passivos;
- Até 31 de maio de cada ano e com referência às declarações do IMT entregues no ano civil anterior, a identificação dos sujeitos passivos e o valor do imposto liquidado, relativamente a factos tributários localizados nesses municípios, por sujeito passivo;
- Até 30 de setembro, e com referência aos períodos de tributação determinados no ano civil anterior, a identificação dos sujeitos passivos de IRC sujeitos a derrama nesses municípios e o valor da derrama liquidada, por sujeito passivo.

- Enquanto não for publicado o previsto na alínea c) do artigo 15.º, a AT disponibiliza, até 31 de julho de cada ano, informação sobre o número e montante exequendo dos processos de execução fiscal que se encontrem pendentes, desagregada por imposto municipal.
- Os trabalhadores e titulares dos órgãos municipais que tenham acesso a informação transmitida pela AT ficam sujeitos aos deveres de sigilo e confidencialidade nos termos previstos no artigo 64.º da Lei Geral Tributária.

3.3.6 – PAEL (Programa de Apoio à Economia Local)

Em 2012, o Município de Ourém aderiu ao PAEL (programa II), tendo recebido no decurso de 2013, em duas tranches, o empréstimo contratualizado.

No âmbito do referido programa, foi aprovado pela Assembleia Municipal, em 28 de setembro de 2012, um Plano de Ajustamento Financeiro, o qual contempla um conjunto de ações e metas a observar.

Note-se que todos os Municípios que aderiram ao PAEL, além da informação disponibilizada no SIIAL, estão sujeitos à prestação de informação adicional, enquanto o empréstimo do PAEL não for amortizado na sua totalidade, dispondo relatório da implementação das medidas apresentadas no PAF e elencando e justificando todos os desvios verificados face ao plano aprovado. Complementarmente, nos documentos de prestação de contas passará a constar um relatório inerente ao acompanhamento da execução do PAF.

No âmbito do plano estabelecido destacam-se ainda as seguintes premissas:

- Maximizar as receitas municipais.
 - Aumento gradual da tarifa de resíduos sólidos e da taxa de saneamento (podendo o incremento ser menos pronunciado se verificada uma poupança significativa nos custos associados;
 - Definição de novas taxas municipais, na qual se poderá enquadrar uma taxa turística e uma taxa de proteção civil;

- Aumento da eficiência na aplicação e cobrança das taxas vigentes, através da definição de mecanismos de fiscalização e cobrança coerciva mais eficazes.
- Reduzir a despesa:
 - Redução/racionalização na aquisição de um conjunto preponderante de bens e serviços, nomeadamente: matérias-primas; prémios, condecorações e ofertas; peças e manutenção de equipamentos e viaturas; combustíveis; material de escritório; deslocações e estadas; estudos, pareceres e consultadoria; publicidade não obrigatória; consultadoria jurídica externa.
 - Reposição gradual dos apoios concedidos a Freguesias, após redução expressiva verificada nos anos económicos de 2013 e 2014;
 - Reposição gradual de apoios concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos, após inexistência de novos apoios nos anos económicos de 2013 e 2014;
 - Redução pronunciada nas contratualizações estabelecidas com empresas do setor empresarial local, representando quebras num conjunto vasto de áreas: educação; ambiente; urbanismo e ordenamento do território; desporto e cultura.

Como orientações define-se:

- Diminuir o volume de negócios das empresas do setor empresarial local existentes e consequentemente da sua expressividade nas despesas municipais:
 - Descontinuar atividades;
 - Diminuir o grau de operacionalidade de alguns serviços com menor impacto sobre o cidadão;
 - Internalizar no município algumas atividades, racionalizando-as e impelindo, nomeadamente, uma poupança fiscal decorrente do IVA.
- Promover estudos de sustentabilidade económica e de impacto social em todos os investimentos futuros municipais a realizar, tendo como objetivo, se necessário, a reformulação concecional dos projetos, a definição estratégica das localizações criando complementaridades, inibindo a duplicação de

estruturas e, sobretudo, tornando a decisão pública num ato mais consciente e fundamentado;

- Promover estudos de sustentabilidade económica e de impacto social nos serviços municipais com maior relevância material, almejando uma reformulação que incremente novas poupanças e uma maior racionalização de recursos;
- Impedir a proliferação de novos equipamentos públicos que se constituam como meras duplicações de valências já existentes, limitando, ainda, novas ampliações de infra-estruturas, nomeadamente no que concerne à rede viária e à iluminação pública, devendo-se privilegiar a remodelação e requalificação urbana, potenciando-se, assim, os investimentos já realizados.
- Priorizar a alocação dos recursos próprios para a promoção dos investimentos municipais consignados a projetos com financiamento externo aprovado, condicionando os investimentos futuros à capacidade de poupança que vier a ser gerada, no âmbito da redução e racionalização das despesas municipais, sujeitando todos os projetos de investimento a uma criteriosa análise, tendo por base estudos de sustentabilidade.
- Inibir a contratualização, no médio prazo, de novos empréstimos de médio, longo prazo, considerando o elevado volume anual de encargos com amortização e juros de empréstimos já contratualizados, os quais absorvem uma parte significativa das receitas próprias municipais.
- Promover no setor empresarial local, o desenvolvimento de fontes de receita adicionais, externas ao financiamento direto do município, incrementando o seu grau de autonomia e sustentabilidade.

4. Orçamento

4.1 – Orçamento da Receita e da Despesa

ANEXO – A

4.2 – Resumo da Despesa por Classificação Económica

ANEXO – B

4.3 – Resumo da Despesa por Classificação Orgânica

ANEXO – C

4.4 – Resumo do Orçamento

ANEXO – D

4.5 – Resumo do Orçamento por Capítulos

ANEXO – E

5. Especificação do Classificador Económico

5.1 – Orçamento da Receita

Resumo dos valores das rubricas de receita de acordo com a sua natureza.

IMPOSTOS DIRETOS: 8.797.700,00€ – Compreende as receitas advindas dos impostos diretos municipais estabelecidos na Lei das Finanças Locais, designadamente, imposto municipal sobre imóveis, imposto único de circulação, imposto municipal sobre transmissões e derrama.

IMPOSTOS INDIRETOS: 455.500,00€ – Compreende as receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais, nomeadamente as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: 1.099.800,00€ – Compreende as receitas com taxas, onde se incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE: 1.658.400,00€ – Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES: 13.757.278,00€ – Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES: 1.358.600,00€ – Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES: 38.000,00€ – Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO: 5.400,00€ – Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: 10.400.558,00€ – Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda, cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

ATIVOS FINANCEIROS: € 2.100,00 – Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação.

PASSIVOS FINANCEIROS: 1.500.200,00€ – Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos.

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL: 300,00€ - Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de *know-how*.

REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS: 114,00€ – Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam.

5.2 – Orçamento da Despesa

Resumo dos valores das rubricas de despesa de acordo com a sua natureza.

A agregação das despesas contém as seguintes desagregações orgânicas:

- 01 – Assembleia Municipal;
- 02 – Câmara Municipal;
- 03 – Operações Financeiras;

As despesas referentes à Assembleia Municipal estão desagregadas e individualizadas nos termos do artigo 31.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

As despesas referentes à Câmara Municipal estão desagregadas e individualizadas de acordo com a sua natureza, nos termos do POCAL e em consonância com as alterações ao classificador económico introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro, mas agregadas em termos orgânicos.

A orgânica referente às Operações Financeiras considera despesas, tais como, juros e outros encargos, aquisição de bens em sistema de locação financeira, ativos financeiros e passivos financeiros.

Os montantes inscritos em cada uma das rubricas são os seguintes:

DESPESAS COM PESSOAL: 7.525.250,00€ – Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações, que necessariamente requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de

forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem contudo serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

AQUISIÇÃO DE BENS: 501.800,00€ – Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente, matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: 10.391.100,00€ – Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transporte, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras eventuais despesas.

JUROS E OUTROS ENCARGOS: 130.800,00€ – Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente, juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES: 2.438.000,00€ – Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

SUBSÍDIOS: 758.500,00€ – Compreende os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou fatores de produção.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES: 207.300,00€ – Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações.

AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO: € 3.404.900,00 – Compreende as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando por regra um aumento do ativo, designadamente, terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros.

LOCAÇÃO FINANCEIRA: 500,00€ – Compreende as despesas com contratos de locação financeira de acordo com a legislação em vigor. Apesar de evidenciarem a forma de despesas de investimento, carecem de procedimento diferenciado.

BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO: 8.099.000,00€ – Compreende as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público, os quais são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis, estando afetos ao uso público e que alguma norma jurídica os classifica como tal, tais como, viadutos, arruamentos e obras complementares, sistemas de drenagens de águas residuais, parques e jardins, viação rural, bens do domínio histórico, artístico, cultural e outros.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: 1.916.800,00€ – Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

ATIVOS FINANCEIROS: 223.800,00€ – Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação.

PASSIVOS FINANCEIROS: 3.476.000,00€ – Compreende as operações financeiras, designadamente, amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL: 200,00€ – Rubrica de natureza residual.

6. O Orçamento por objetivos definidos em Opções do Plano

6.1 – Educação

Eixos estratégicos

Na definição do Plano de Acção para a Educação delinear-se 7 eixos estratégicos de intervenção desta unidade conforme se descreve no quadro seguinte.

Eixo de Acção	Objetivos	Designação do projeto/Actividade
Planeamento e dinâmica local da educação	Promover a acção do órgão fundamental para a definição da política educativa do Município	Dinamização do Conselho Municipal de Educação
	Actualizar instrumentos de planeamento no domínio educativo	Revisão da Carta Educativa; Articulação com os serviços responsáveis do Ministério da Educação, as equipas responsáveis pelo Plano Director Municipal (PDM) e a Rede Social, enquanto instrumento de desenvolvimento e ordenamento do território para a área da educação
	Consolidar as Atividades de Enriquecimento Curricular	Atividades de Enriquecimento Curricular - Protocolo entidades prestadoras das AEC's
		Consolidação e Avaliação da competência municipal, transferida por Contrato de Execução
		Apoio ao desporto escolar com a adaptação ao meio aquático das crianças do ensino 1.º CEB, integrado nas AEC's - Protocolo CEF
	Atividades promovidas pelas Escolas	Gestão dos pedidos de colaboração referentes às atividades desenvolvidas pelas escolas
		Apoio nas visitas de estudo e atividades integradas nos planos educativos dos Agrupamentos de Escolas e no plano de atividades do Município
	Participar nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas	Integrar os Conselhos Gerais desenvolvendo um papel activo no exercício das suas competências
	Vigilância e acompanhamento de crianças em meio escolar	Contrato Prestação Serviços Ourémviva-vigilância de crianças (afetas às escolas)
	Formação profissional da equipa da Educação	Formações/Conferências para a equipa da educação nas áreas da educação, transportes escolares, delegações de competências e recentes alterações legislativas nessa área

Parque Escolar	Articular o reordenamento da rede escolar do concelho em consonância com as orientações do MEC e com as necessidades locais	Proceder ao encerramento dos estabelecimentos escolares que não reúnam os requisitos exigidos pelo MEC para a sua abertura
	Garantir instalações e equipamentos escolares de qualidade em todos os níveis de ensino	Ampliação do Complexo Escolar de Carvoeira
		Ampliação do JI Boleiros/Maxieira
		Ampliação do JI Atouguia (tipologia CE - JI/EB)
		Proceder a obras de reabilitação, ampliação ou beneficiação dos estabelecimentos educativos do ensino Pré-escolar e 1.º CEB em que não se perspectiva a sua reconversão em Centros Escolares, adequando as estruturas físicas às necessidades do atual conceito de escola moderna
		Equipar os estabelecimentos escolares de mobiliário, material informático e didático nos estabelecimentos que não serão integrados em CE de forma gradual, rentabilizando os recursos existentes:
		a) Mobiliário JI/EB para CE Carvoeira
		b) Material didático para CE Carvoeira
		c) Equipamento informático para CE Carvoeira
		d) Palamenta para refeitório CE Carvoeira
		e) Biblioteca CE Carvoeira - aquisição de livros
		Contrato Prestação serviços Ourémviva- Conservação e manutenção de equipamentos educativos de 2/3 CEB (Agrupamentos de escolas Conde de Ourém, Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão e Freixianda) ao abrigo do Contrato de Execução
		Contrato Prestação serviços Ourémviva- Conservação e manutenção de equipamentos educativos de JI e 1.º CEB
	Gestão dos pedidos das escolas	Áreas: informática, abastecimento (gás, lenha), mudança de mobiliário, pequenas reparações, telefones, etc.
Transportes escolares	Melhorar a rede de transportes coletivos	Transportes Escolares 2º, 3º Ciclo, Secundário
		Transportes Escolares Centros Escolares - Escolas Suspensas
		Protocolos de Transportes - Casa da Criança do Valinho de Fátima
		Protocolos de Transportes - Centro Social e Paroquial de Atouguia
		Protocolos de Transportes - União das Freguesias de Matas e Cercal
		Protocolos de Transportes - junta de Freguesia de Espite
		Protocolos de transportes - a celebrar com Apajefátima para transporte alunos

		<p>Reforço da rede de transportes escolares e transporte de alunos com NEE (não financiados pelo MEC) com recurso utilização de táxis</p> <p>Aluguer de autocarros para visitas de estudo e atividades integradas nos planos educativos dos Agrupamentos de Escolas e no plano de atividades do Município</p> <p>Licenças IMTT e inspeções autocarros tipo B</p> <p>Aquisição de 6 veículos de passageiros (9 lugares)</p> <p>Aquisição de 2 mini-autocarros</p> <p>Limpeza forras cadeirinhas e cortinas dos autocarros</p> <p>Aquisição de cadeirinhas para os autocarros (em substituição das que se encontram em mau estado)</p> <p>Acompanhamento do C32 Estudo da rede e serviço de transportes (CIMT);</p> <p>Prestar transportes adequados a crianças portadoras de deficiência ou com necessidades educativas especiais</p> <p>Elaborar o Regulamento de transportes municipais</p> <p>Plano dos transportes escolares para o ano letivo 2016/17</p> <p>Contrato Prestação serviços Ourémviva-transportes escolares (motoristas e vigilantes)</p>
Transportes	Apoiar o associativismo através da realização de transportes no âmbito das atividades desenvolvidas pelas associações locais	<p>Aluguer de autocarros no âmbito do apoio ao associativismo</p>
Família em contexto escolar	Prevenir e combater o abandono escolar e a exclusão social através do apoio à escola e família	<p>Articulação com a CPCJ, Intervenção Precoce, Núcleo Local de Inserção, CRI, IPSS, Saúde, Segurança Social, e demais serviços que promovem a inclusão social</p> <p>Apoio no transporte de alunos integrados em programas específicos, especialmente os relacionados com o combate ao absentismo e com alunos em situações de carência socioeconómica grave: PIEC, CEF, EFA, entre outros.</p> <p>Apoio psicossocial a famílias</p> <p>Programa Permanente de recolha e entrega de bens</p> <p>Projeto de voluntariado docente "Tempo para aprender tempo para ensinar"</p> <p>Projeto de educação parental: "Crescer em família"</p> <p>Equipamento para sala Snoezelen - Projeto para crianças com necessidades educativas especiais</p> <p>Apoio aos SPO dos Agrupamentos de Escolas</p>

	Apoiar o desenvolvimento da AAAF, do CAF e do programa de Generalização de Refeições escolares	Atividades de Animação e Apoio à Família e Refeições Pré-Escolar
		Refeições 1º CEB
		Protocolos de Cedência de Instalações - Junta de Freguesia de Rio de Couros
		Contrato Programa Ourémviva - Serviços escolares (AAAF, refeições pré-escolar e 1 CEB)
		Clube Aprender e Brincar
Saúde Escolar	Promover a saúde escolar	Vistorias periódicas e elaboração de recomendações
		Elaboração de ementas cíclicas
		Rastreios em contexto escolar
		Dia Mundial da Alimentação
Actividades	Atividades/Projetos	Festa da Criança
		Abertura Oficial do ano letivo 2016/2017
		Forum Estudante

Eixo 1 - Planeamento e dinâmica local da educação

Percecionar a realidade como um todo e desenvolver programas integrados de intervenção, que aglutinam esforços e recursos e definem prioridades integradas nas políticas nacionais e locais, são princípios fundamentais do Plano de Acção Local para a Educação para o ano económico em apreço. Perspectiva-se a realização de um trabalho que reforce a articulação dos diferentes projetos educativos dos estabelecimentos escolares (públicos e privados). O espaço privilegiado para este trabalho será o Conselho Municipal de Educação onde se pretende conciliar as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promover a gestão integrada dos recursos e insirir a intervenção educativa numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade. Neste domínio deverá ainda ser revista a Carta Educativa do Município (processo em curso com a colaboração da CIMT), instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios educativos, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer. Este trabalho tem em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Município, trabalho a realizar em estreita articulação com o Ministério da Educação, os estabelecimento escolares públicos, privados e do ensino cooperativo do Município e as equipas responsáveis pela elaboração do Plano

Director Municipal, o Plano de Desenvolvimento Social e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Pretende-se dar continuidade ao processo de consolidação e avaliação das atividades de enriquecimento curricular, competência transferida por Contrato de Execução, na qual incluímos a adaptação ao meio aquático das crianças do ensino 1.º CEB.

Numa fase mais amadurecida do processo de autonomia, administração e gestão escolar importa fortificar o trabalho do Município e dos restantes elementos presentes num dos órgãos de administração e gestão, o Conselho Geral, desenvolvendo um papel cada vez mais ativo no exercício das suas competências.

No âmbito da saúde escolar pretende-se implementar o serviço de nutrição e dietética de apoio a crianças e jovens, melhorar as condições de higiene e segurança alimentar através de realização de vistorias periódicas e elaboração de recomendações, promover a uniformização dos serviços e melhorar a qualidade nutricional das refeições, através da elaboração de ementas cíclicas, e apostar na formação de manipuladores de alimentos junto das entidades prestadoras de refeições.

Em termos de atividades e projetos iremos privilegiar o apoio à concretização dos planos de actividades dos Agrupamentos, através da cedência de espaços, recursos, transportes e aquisição de equipamentos (destacando-se o da sala de sala Snoezelen, de estimulação sensorial), entre outro tipo de iniciativas. Perspectiva-se a realização de três iniciativas de maior expressão: a Festa da Criança, a abertura oficial do ano letivo 2017/18 e o Fórum Estudante, trabalho que resultará do esforço dos parceiros da educação.

Eixo 2 - Parque Escolar

No domínio do parque escolar a perspectiva é a de articular o reordenamento da rede escolar do concelho em consonância com as orientações do MEC e com as necessidades locais, garantir instalações e equipamentos escolares de qualidade em todos os níveis de ensino e planear a utilização dos estabelecimentos devolutos. O

ordenamento da rede escolar apresenta duas vertentes distintas. Por um lado, uma concentração de estabelecimentos em centros escolares com uma oferta de recursos e serviços considerável, num ambiente escolar moderno e ajustado à vida familiar. Por outro, a preocupação pelos estabelecimentos unitários onde apesar de não terem o modelo dos CE, reúnem condições físicas, recursos e um ambiente integrado e acolhedor na comunidade local que, com a facilidade de acesso a Atividades de Apoio e Animação à Família (pré-escolar), Componente de Apoio à Família e refeições escolares e algumas melhorias a introduzir no espaço externo, garantem a equidade no ensino deste território.

O investimento previsto para reabilitação, ampliação ou beneficiação dos estabelecimentos educativos do ensino Pré-escolar e 1.º CEB centra-se fundamentalmente na criação de melhores condições no exterior dos espaços escolares, uma vez que se reconhece que o edificado se encontra em bom estado de conservação, as quais favorecerão um desenvolvimento equilibrado com uma componente lúdica e desportiva, favorecedora das interações com o seu grupo de pares. Expressa-se neste ponto a preocupação pela rentabilização dos recursos existentes, designadamente mobiliário de escolas e equipamento informático que fecharam no corrente ano letivo e uma racionalização das aquisições nesta matéria expressa na postura de que só se realizam investimentos em equipamento em estabelecimentos que, à partida, sabemos que não serão integrados nos futuros centros escolares.

A manutenção e conservação dos estabelecimentos escolares JI e EB 1.º CEB continua a cargo, por via da contratualização, da Ourémviva, Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos E.E.M., adiante designada por Ourémviva, entidade que tem demonstrado eficácia na resolução dos problemas. Em relação às obras de pequena e média dimensões nas Escolas E/B 2,3 perspectiva-se a contratualização da execução de algumas delas através de contrato-programa com a Ourémviva. Os serviços encontram-se em fase de elaboração do estudo de beneficiação da Escola E/B 2,3 do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão.

Salientam-se ainda as obras a executar no âmbito do contrato de execução que serão apenas as de pequena e média dimensão com o limite anual de 60.000,00€, valor correspondente ao financiamento do MEC.

No que concerne a investimentos serão de reportar os seguintes projetos:

a) Centro Escolar de Caxarias (JI/EB1 Carvoeira)

Neste projeto, com execução a iniciar em 2017, estando ainda sujeito à aprovação de candidatura a fundos comunitários, conforme contratualização estabelecida no seio da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) no âmbito da ITI (Investimentos Territoriais Integrados).

O projeto contempla duas dimensões distintas: obras de beneficiação do edificado existente e uma aplicação. O objetivo fundamental prende-se com a melhoria significativa das condições educativas no principal estabelecimento escolar do território educativo de Caxarias. Consideramos que a conceção do espaço ao prever uma melhoria do refeitório, a existência de uma biblioteca com espaço informático e uma sala de ciências, gabinete para docentes, espaço para unidades de ensino estruturado, sala de reuniões e de coordenação, um espaço multiusos/polivalente que favorece a realização das atividades de enriquecimento curricular, tem as condições favoráveis ao desenvolvimento de um bom projecto educativo. A sua estruturação com espaços para atividade de animação e apoio à família (AAAF) e componente de apoio à família (CAF), dinamizadas pelo Clube Aprender e Brincar (um serviço público) também evidencia a preocupação pela compatibilização da vida das famílias com o acesso ao ensino das crianças.

Atualmente o edifício apresenta diversas deficiências e com degradação, não tendo o numero de salas e espaços adequados à integração das crianças do JI/EB de Pisões neste centro escolar. As condições exteriores do espaço estão desajustadas às necessidades das crianças nesta faixa etária.

De momento a escola tem 4 turmas (uma de JI e três de 1 CEB), sendo necessária a sua ampliação 7 turmas (três de JI e quatro de EB1) dado que se pretende proceder

ao encerramento do JI/EB de Pisões, edifício altamente degradado e sem as melhores condições escolares para os alunos. Consideramos que este CE poderá constituir-se como um equipamento educativo de referência na zona norte do concelho e potenciar as sinergias da comunidade local e, a médio prazo, poderá vir a integrar alunos de mais duas escolas localizadas nas proximidades, designadamente a Mata e Casal dos Bernardos. Potenciará a rentabilização de recursos humanos, meios técnicos e pedagógicos, corresponderá claramente a um espaço com as melhores e mais modernas condições educativas para estas crianças.

Consideramos que o modelo de gestão pedagógica do CE de Carvoeira passa pelo Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, o equipamento é da propriedade e responsabilidade do Município, cabendo-se as responsabilidades inerentes às competências municipais em matéria de educação, designadamente a manutenção e conservação dos espaços e equipamentos. As Atividades de Animação e Apoio à Família e a Componente de Apoio à Família são desenvolvidas pelo Clube Aprender e Brincar, serviço que resulta da parceria entre o Agrupamento de Escolas, o Município e a Ourémviva (entidade empresarial municipal). Não é expectável a obtenção de receita, excepto a que resulta da prestação dos serviços referidos (AAAF e CAF).

b) Centro Escolar de Fátima – Pastorinhos

Este Centro Escolar, pretende afetar alunos da freguesia de Fátima que residam nos aglomerados urbanos externos à cidade de Fátima, designadamente Boleiros e Maxieira.

c) Centro Escolar de Atouguia

A existência de dois edifícios escolares na sede de Freguesia da Atouguia levanta algumas dificuldades na gestão da vida escolar obrigando a contínuas deslocações de alunos do 1º CEB para usufruírem de espaço de refeição e atividades de tempos livres. A construção recente do JI com todos os equipamentos de Refeitório, Biblioteca e Centro de Recursos e o facto de apenas ser frequentado por uma turma de JI, leva à reflexão da possível ampliação deste espaço para o acolhimento integrado do ensino pré-escolar e 1º CEB num modelo de Centro Escolar.

Eixo 3 - Transportes escolares

Neste âmbito, verificam-se constrangimentos, designadamente a dificuldade manifestada pelas empresas concessionárias dos transportes públicos em garantir horários mais adequados às necessidades dos alunos. Veja-se a título exemplificativo, os alunos residentes nas Freguesias de Matas e Espite são atraídos para o Município de Leiria porque os horários de transportes para as escolas de referência, no caso Escola Básica e Secundária de Ourém e a Escola EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, são menos atrativos nos tempos de espera e na distância também é superior, tendo reflexos no custo do transporte a imputar ao setor público e ao aluno. Esta situação verifica-se também na Freguesia de Freixianda onde a atratividade recai nos Municípios de Alvaiázere e Pombal. Esta situação já não é tão expressiva quanto o que fora nos anos anteriores, dadas as melhorias introduzidas neste ano letivo, mas continuamos a almejar melhorias que permitam uma maior atractividade às escolas do concelho.

A frota dos transportes públicos, composta por veículos que cumprem a legislação em vigor para o sector público não prevê o ajustamento à Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, permitindo que haja uma sobrelotação da ocupação no veículo o que significa que os alunos poderão ser transportados em pé. Este tem sido um ponto crítico no transporte dos alunos, apontado por pais, escolas e restante comunidade escolar, o qual merecerá a contínua discussão já travada com as concessionárias mas cuja resolução se prevê difícil porque há um vazio legal nesta obrigatoriedade.

Face ao descrito, o Município de Ourém realizou um estudo da *rede e serviço de transportes integrado, realizado* pela CIMT que tem como objetivo avaliar estas questões e servir de base a uma reflexão sobre novas propostas de melhoria neste domínio. Pretende-se aprofundar o campo de negociação dos horários e circuitos com as concessionárias de transportes públicos na área, para que haja uma melhor prestação e adequação do serviço de transportes público às necessidades específicas dos transportes escolares.

Apesar das implicações financeiras dos transportes adequados a crianças portadoras de deficiência ou com necessidades educativas especiais, assumidas integralmente pelo Município, deverá permanecer a tendência na criação das condições mais favorecedoras a um ensino adequado às necessidades dos alunos.

Eixo 4 - Transportes

Com o propósito de apoiar o associativismo, através da realização de transportes no âmbito da atividade desenvolvida pelas associações locais, dar-se-á continuidade ao apoio iniciado em 2016, o qual se traduz na criação de condições favorecedoras à atividade desenvolvida pelas associações locais, designadamente através do transporte de equipas ou grupos culturais para fora do concelho.

Eixo 5 - Família em contexto escolar

Na ótica de apoiar a família na prevenção e combate ao abandono escolar e à exclusão social iremos reforçar as parcerias neste domínio das crianças e jovens em risco social através da articulação com as estruturas locais designadamente a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Intervenção Precoce, o Núcleo Local de Inserção, o Centro de Recursos para a Inclusão, as instituições particulares de solidariedade social, a Saúde, a Segurança Social, e demais serviços que promovem a inclusão social. O apoio no transporte de alunos integrados em programas específicos no combate ao absentismo e de alunos em situações de carência socioeconómica grave, como o PIEC, CEF, EFA, entre outros, é outra das apostas neste domínio do apoio escolar e familiar. A estas juntam-se o apoio psicossocial a famílias, o programa permanente de recolha e entrega de bens accionado sempre que o estabelecimento escolar nos referencia uma situação de necessidade de bens primários, o Voluntariado Docente: “Tempo para aprender, tempo para ensinar” para crianças em risco com dificuldades de aprendizagem e o Projeto de educação parental: “Crescer em família” destinado a trabalhar as competências parentais de famílias com este tipo de necessidades.

As atividades de animação e apoio à família, a componente de apoio à família e o programa de generalização de refeições escolares constituem respostas destinadas

aos alunos, garantindo a prestação de uma refeição saudável, o acompanhamento das crianças na componente não letiva e o apoio às famílias.

Quanto à ação social escolar irão considerar-se os processos apresentados ao longo do ano refletindo os pedidos nos benefícios das refeições escolares de modo a garantir o acesso generalizado às refeições escolares.

Eixo 6 - Saúde Escolar

Em termos de saúde escolar pretende-se manter as vistorias periódicas e a elaboração de recomendações, a comemoração do Dia Mundial da alimentação, iniciativas para as quais se conta com a colaboração da Ourémviva. Pretendemos implementar rastreios em contexto escolar, nos domínios: auditivo, ótico e dentário (título experimental).

Eixo 7 – Atividades/projetos específicos

Neste ponto damos destaque a duas atividades: a Festa da Criança, a Abertura Oficial do ano letivo 2017/2018 e o Fórum Estudante.

Importa ainda referir que no âmbito da ITI contratualizada com a CIMT, estão previstos alguns projetos com financiamento comunitário, tendo em vista o combate ao insucesso e ao abandono escolar:

- Planos Estratégicos Multinível;
- Implementação de medidas de intervenção precoce;
- Implementação de medidas de promoção da cultura científica, artes e competências cognitivas;
- Iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar.

6.2 – Cultura, Desporto e Tempos Livres

Princípios orientadores

Os programas que vêm sendo trabalhados tomando como orientações os objetivos estratégicos do Município, com destaque para a qualidade de vida e afirmação externa.

Associativismo

O apoio ao associativismo cultural e desportivo do Município de Ourém rege-se pelo Regulamento de apoio ao associativismo publicado em Diário da República de 26 de novembro de 2010 e prevêem os seguintes programas de apoio:

- Programa A – apoio ao desenvolvimento cultural, recreativo e desportivo e à realização de atividades respetivas;
- Programa B – apoio ao investimento;
- Programa C – apoio aos atletas de alta competição;
- Programa D – apoio às classificações e realizações de mérito cultural e desportivo

Perante as restrições financeiras que comprometeram o apoio monetário às coletividades culturais, desportivas e recreativas, foi implementado um conjunto de medidas de apoio nas valências técnicas, disponibilização gratuita de instalações, bens e equipamentos e apoio logístico e de divulgação das iniciativas promovidas pelas associações.

Em 2015, restabeleceram-se os apoios financeiros às associações, embora ainda num modelo gradual, conforme decorre da aplicação do Plano de Ajustamento Financeiro e condicionado à efetiva concretização das previsões de receita estabelecidas no cenário estabelecido no presente orçamento.

O apoio financeiro será complementado com:

- Cedência ou disponibilização de instalações: Esta cedência destina-se à realização de ensaios, reuniões, atividades e instalação de sedes, com isenção de taxas;

- Disponibilização de transporte: Através da frota municipal ou de apoio financeiro consubstanciado sob a forma de subsídio;
- Apoio material e logístico: Cedência/disponibilização de bens/equipamentos necessários à realização de atividades;
- Apoio técnico: Colaboração técnica no desenvolvimento de projetos de arquitetura e de atividades que sejam de interesse municipal;
- Formação: Programa anual de formação destinado aos agentes associativos (Dirigentes, Treinadores, Monitores, Professores, Funcionários, etc.) que operam nos vários segmentos de desenvolvimento cultural e desportivo;
- Divulgação: Disponibilização dos meios ao serviço no Município para a divulgação das iniciativas promovidas pelas coletividades, conforme deliberação de reunião do órgão executivo, em 17 de dezembro de 2013;
- Atribuição de lembranças: Atribuição em eventos de mérito e reconhecimento às coletividades ou associados por feitos, homenagens ou outros motivos comemorativos.

Eventos – Cultura

- Cenourém - Festival de Teatro Amador de Ourém (organização)

A razão principal de existir um festival de teatro em Ourém prende-se com a forte mobilização dos movimentos educativo e associativo, em que a atividade ajuda na coesão de grupo.

- Via-Sacra ao vivo na Vila Medieval de Ourém (organização)

Dramatização por residentes do Município, com especial incidência na Freguesia de N.^a Sr.^a das Misericórdias. A iniciativa decorre anualmente durante a tarde de Sexta-feira Santa e corre com as participações institucionais da Paróquia de N.^a Sr.^a das Misericórdias, Junta de Freguesia de N.^a Sr.^a das Misericórdias, Sociedade Filarmónica Ouriense, Pousada Conde de Ourém, Bombeiros Voluntários Ourém, Agrupamento de Escuteiros das Misericórdias e Câmara Municipal.

- Feira do livro (organização)

A atividade decorrerá em estreita colaboração com a Rede de Bibliotecas escolares concelhias.

- 25 de Abril (organização)

Comemoração oficial e iniciativas temáticas que deverão promover o debate e a reflexão da história e da atualidade da democracia em Portugal.

- Festas de Ourém (participação)

As Festas do Município decorrem de um trabalho conjunto entre os serviços municipais, OurémViva, coletividades, agrupamentos de escolas e outras entidades concelhias. A sua programação assenta modelo descentralizado no território. Às celebrações oficiais juntam-se as atividades de animação, na cidade e nas freguesias concelhias.

- Festival - Vila Medieval de Ourém em setembro (organização conjunta)

O protocolo de cooperação entre o Município de Ourém e a Fundação da Casa de Bragança estabelece a valorização dos monumentos património da Fundação da Casa de Bragança e da Vila Medieval no seu todo. O nº 4 da cláusula primeira do protocolo, prevê concretamente a “dinamização de programa cultural, regular e de qualidade, que envolva os atores locais (nomeadamente coletividades) na participação das dinâmicas e que projete externamente o Município como um pólo cultural e turístico”.

Correspondendo ao acordo entre as partes, o Município de Ourém e a Fundação da Casa de Bragança tomam a iniciativa de realizar anualmente o Festival de Setembro - música e outras artes.

O conceito do Festival de Setembro assenta em três matrizes: *História do Lugar*, *Património* e *Multiculturalismo*. A programação artística e cultural compreende concertos de música, teatro e dança, *palestras*, *visitas*, gastronomia e outras iniciativas

artísticas e culturais. Parte da base identitária, histórica e cultural da antiga Vila Medieval de Ourém na relação com o mundo. Em cada ano é trabalhado um tema que relaciona as três matrizes.

- Datas comemorativas

Designadamente o Dia Mundial dos Monumentos e Sítios, Dia dos Centros Históricos, Dia Mundial do Teatro, Dia Mundial da Dança, Dia Mundial da Juventude, Jornadas Europeias do Património, entre outros.

- Iniciativas em parceria com entidades públicas, associativas ou outras

Nomeadamente num trabalho de participação em eventos supra-locais, com escala regional/nacional e da organização de iniciativas em conjunto com parceiros locais (coletividades e outras entidades).

- Atividades regulares (danças na praça...)

A dinâmica cultural do Município assenta num programa regular de respostas a vários interesses e tipos de públicos.

Eventos – Desporto

- *Atividades regulares ao longo do ano: “Mexa-se com a Idade” - Desenvolvimento da Curto-circuito.*

É uma iniciativa que visa conciliar a prática desportiva, por via da caminhada, a socialização inter-pessoal, e o conhecimento de recursos económicos e de outras valências através de leituras da respetiva dimensão cultural na sociedade local, promovendo deste modo a valorização e difusão dos valores locais.

- Outras dinâmicas

Atendendo à camada associativa expressiva na área do desporto, à sua forte mobilização e dinâmica e capacidade organizativa, o Município centrará a sua ação sobretudo na co-organização de iniciativas e parceria com as mesmas.

Programas de Apoio à Cultura, ao Desporto e à Juventude

- Prémio Jovem Universitário de Ourém

O Município de Ourém prevê instituir o Prémio Jovem Universitário de Ourém. Este prémio tem o intuito de incentivar a realização e promover a divulgação de trabalhos académicos relacionados com o concelho de Ourém. Os trabalhos deverão ser realizados por alunos ou investigadores ligados ao Ensino Superior. A atribuição do prémio é feita por um júri, constituído por especialistas de reconhecida competência na área científica e técnica a que o prémio diz respeito.

- “Férias em Movimento”

Visa promover a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens no período de férias escolares.

- Iniciativas promovidas pelo Conselho Municipal da Juventude

Funciona como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas da juventude, visando a promoção de atividades / iniciativas de e para os jovens.

- Iniciativas em parceria

Inscrevem-se aqui as iniciativas especificamente dinamizadas por grupos jovens, ou vocacionadas para estes, em parceria com coletividades, IPDJ e outras estruturas com atuação na esfera da juventude.

Oficina de Artes

O Município, no âmbito das suas competências de promover o acesso das populações às artes e o estímulo à criação artística, bem como de prestar o apoio técnico a grupos

artísticos, instalou, em 2010, a Oficina de Artes no edifício da antiga escola primária de Vale da Perra (Atouguia).

A Oficina de Artes funciona enquanto plataforma de suporte às seguintes funções:

- promoção da expressão artística, desde a conceção, passando pela produção e partilha nos diferentes domínios artísticos;
- acolhimento de artistas conceituados e amadores, residentes e visitantes;
- espaço de cruzamento entre a pedagogia e a criação artística com contributo para uma melhor cidadania através do investimento na formação individual;
- espaço de iniciativas culturais de outra índole, em articulação com a valência da produção e formação artística.

Gestão do Espaço Jovem

Esta é uma plataforma ao dispor dos jovens para divulgação de projetos e para a dinamização de iniciativas que promovam o desenvolvimento humano e o bem-estar, aliando à fruição e lazer.

Integra as valências da Loja Ponto Já, Centro de Marcha e Corrida e sede do Conselho Municipal da Juventude.

Funções museológicas – Museu Municipal de Ourém (MMO)

- Investigação

O trabalho de investigação/estudos promovido pelo MMO assenta na pesquisa em torno das suas coleções; e na investigação sobre os temas e as áreas disciplinares privilegiadas pelo museu (antropologia, sociologia, arqueologia, história e biologia). A pesquisa disciplinar incide em representações tangíveis e intangíveis, culturais e naturais cujos resultados geram contributos para as várias áreas funcionais do museu. O MMO privilegia o princípio da «pesquisa participativa» da comunidade local e de investigadores.

Um dos projetos mais enraizados e com perspectivas de continuidade são as “Férias Arqueológicas”, destinadas especialmente aos jovens, num concílio entre a aprendizagem e a ocupação de tempos livres.

- Documentação e difusão

Inventário das coleções móveis, do património imóvel e do património imaterial.

- Conservação

A conservação incide nas coleções móveis do MMO e no património cultural imóvel e arqueológico do concelho (com proposta de salvaguarda em PDM), e regem-se pelas normas de conservação preventiva e pelas metodologias administradas pelos técnicos de conservação e restauro do Município.

- Exposição e interpretação

Exposições temporárias na Casa do Administrador

O MMO desenvolve exposições em sala e em itinerância. O discurso expositivo das exposições em sala utiliza mensagens de linguagem escrita (vários níveis gradativos de leitura, desde o mais amplo ao mais minucioso) e constituintes não-escritos, designadamente: Artefactos/ espécimes, Registos Visuais; Registos Gráficos, Maquetas e dioramas e Registos Áudio.

Exposições temporárias de artes na Galeria Municipal

Mediante uma comissão de consulta para a arte, são realizadas exposições de arte, que prestigiam a Vila Medieval de Ourém.

A Galeria Municipal de Ourém, núcleo do Museu Municipal, concilia os serviços de exposição, venda e promoção turística. Realiza os serviços de exposição, visitas guiadas à Vila Medieval, informação turística sobre Ourém, venda e disponibilização de material promocional, turístico, publicações, artesanato e outro material de

divulgação local e regional. Para se garantir a resposta aos serviços prestados é necessário garantir exposições de qualidade artística e manter atualizados os conteúdos de divulgação turística, designadamente por via da produção de conteúdos de difusão.

Instalação e gestão do núcleo museológico Espaço Memória (Paços do Concelho)

Temas tratados em exposição: As memórias da presença dos *videntes de Fátima no edifício*; a memória histórica do *municipalismo em Ourém*; a memória patrimonial da antiga Vila Nova de Ourém, ícone da arquitetura oitocentista em Ourém.

Consolidação da ruína e interpretação da capela de São Sebastião (Atouguia)

O discurso museológico conciliará o valor arquitetónico do imóvel com o valor histórico associado ao templo e à envolvente (como o acampamento das tropas de D. João I. a caminho da batalha de Aljubarrota (numa relação simbólica com a figura de D. Nuno Álvares Pereira, 3.º conde de Ourém. Remete também para outros pontos turísticos da rota do Condestável).

- Serviço educativo e cultural

Através de um discurso pedagógico e inteligível, o serviço educativo do MMO disponibiliza à comunidade um conjunto de iniciativas programadas enquanto extensão da dimensão pedagógica do património material e imaterial de Ourém. As temáticas incidem em áreas conexas com as exposições do Museu e com áreas afins às funções museológicas da conservação, investigação e documentação.

Enquadram-se neste domínio de atuação visitas guiadas, ações recreativas e lúdicas, palestras, experiências interativas, seminários e espetáculos, particularmente nas valências das artes visuais e performativas.

Núcleos expositivos e interpretativos

- Castelo e Paço³

O programa de intervenção no conjunto castelo/paço dos condes encontra-se em fase de execução pelo Município de Ourém e Fundação da Casa de Bragança (com base no protocolo de cooperação celebrado em 20 de junho de 2014), com vista a uma atualização ajustada aos pressupostos delineados conjuntamente, conciliando os objetivos estratégicos e operacionais definidos com a salvaguarda deste Monumento Nacional.

- Galeria Municipal e turismo

A Galeria Municipal de Ourém, núcleo do Museu Municipal, concilia os serviços de exposição, venda e promoção turística. Realiza os serviços de exposição, visitas guiadas à Vila Medieval, informação turística sobre Ourém, venda e disponibilização de material promocional, turístico, publicações, artesanato e outro material de divulgação local e regional. Para se garantir a resposta aos serviços prestados é necessário garantir exposições de qualidade artística e manter atualizados os conteúdos de divulgação turística, designadamente por via da produção de conteúdos de difusão.

- Acessibilidades Vila Medieval (comunicação)⁴

Os acessos condicionados à vila medieval são obstáculos ao aumento da taxa de visita ao burgo. Simultaneamente importa rever o trânsito rodoviário intra-muralhas.

A escassez de sinalética direcional é outra lacuna identificada para a deslocação de potenciais turistas. Paralelamente, deverão ser implementadas medidas de segurança no interior das muralhas, acautelando acidentes.

³ Vide objetivo 5 para informação complementar

⁴ Idem

- Iluminação Pública na Vila Medieval⁵

O Castelo, Paço dos condes e a Vila Medieval no seu todo revela algumas lacunas em termos de iluminação pública. Nuns casos porque mantém sistemas de iluminação obsoletos e com elevados níveis de consumo energético (castelo e paço dos condes), noutros casos porque mantém áreas pouco iluminadas e com opções pouco eficientes na valorização dos monumentos, e, de um modo geral, verifica-se um conjunto de opções de iluminação (nomeadamente sistema de cores) que poderão ser reavaliados de modo a garantir uma solução de iluminação global que seja concertada e configura uma imagem atrativa e coerente da Vila no seu todo.

- Capela São Sebastião

A intervenção em curso e projetada deve ser entendida como mais uma etapa da história do edifício cuja estrutura, com o aparelho à vista, permite ao observador interpretar a história do edifício. O programa de intervenção compreende a consolidação da ruína (numa primeira fase), que está em curso, e a interpretação do templo e envolvente (na segunda fase) mediante um programa museológico que trabalhará os conteúdos, os suportes interpretativos, a iluminação e a comunicação, numa identidade comum à dos núcleos em funcionamento no museu municipal.

- Antigos Paços do Concelho - Espaço Memória

Perante o objetivo de consolidar a rota dos videntes de Fátima e a memória do municipalismo local, será instalado no antigo edifício dos Paços do Concelho um *Espaço Memória*. Este espaço justapõe a evocação de três temas: As memórias da presença dos *videntes de Fátima no edifício*; a memória histórica do *municipalismo em Ourém*; a memória patrimonial da antiga Vila Nova de Ourém, ícone da arquitetura

⁵ Vide objetivo 5 para informação complementar

oitocentista em Ourém. Em 2017 será instalado o núcleo museológico “Espaço de Memória” no edifício.

- Casa do Administrador

Durante o próximo quadriénio será necessário reformular algumas partes da exposição de longa duração (com atualização de conteúdos e renovação de imagem) e dar continuidade às exposições temporárias referidas, com especial enfoque para o centenário das aparições de Fátima.

- Oficina Património

Foi realizado um conjunto de intervenções urgentes e indispensáveis para a instalação dos serviços de conservação, investigação e documentação (reservas, sala de registo e incorporação, laboratório de conservação e restauro) e sequente conclusão do processo de adesão do Museu Municipal à Rede portuguesa de Museus. Todavia, é necessário concluir as medidas previstas em projeto e acordadas com a Direção Geral do Património Cultural, com vista à garantia das condições de conservação e segurança das coleções e de dinamização dos serviços instalados, designadamente: a valorização do Jardim Oficina, a tardoz do edifício, para a realização de oficinas pedagógicas ao ar livre e para a fruição pela comunidade, numa devolução do jardim à cidade; instalação de ar condicionado nas restantes salas de reservas; adaptação das instalações sanitárias no rés-do-chão para pessoas com mobilidade condicionada; instalação de *black out* nas salas de reservas.

- Moinhos Fazarga

Em protocolo de cooperação com a empresa Coelho e Sá Lda., detentora de *Know How* sobre o funcionamento destes equipamentos de moagem tradicional, responsabilizou-se pela execução de obras de reabilitação e pela ativação da unidade. Paralelamente, a DAC irá executar o programa de interpretação do espaço, com produção de conteúdos e aplicação de suportes complementares às visitas pedagógicas a realizar ao abrigo do presente protocolo.

Propõe-se ainda a articulação entre o Município e os proprietários dos restantes moinhos envolventes (quatro), com vista à repintura dos mesmos, promovendo uma melhoria da imagem turística deste conjunto molinológico.

- Património imóvel e arqueológico com proposta de salvaguarda em PDM

No âmbito da revisão do PDM, em 2011 foi desenvolvido um trabalho de prospeção, identificação, registo e pré-inventário dos bens patrimoniais arqueológicos e arquitetónicos concelhios, viabilizando uma leitura do panorama patrimonial concelhio e consequentemente a elaboração de um instrumento de gestão adequado a cada bem patrimonial sinalizado. Essa base permite a definição de um programa de intervenções de salvaguarda e reabilitação dos bens patrimoniais com vista à promoção turística e, consequentemente, ao desenvolvimento económico do concelho.

Neste âmbito, enquadram-se os apoios técnicos a projetos de valorização de bens patrimoniais propriedade e/ou tutelados por outras entidades, através da conceção de programa/projeto/plano de conservação; acompanhamento técnico, ou intervenção direta, mediante as capacidades de resposta do Município.

Uma das medidas de salvaguarda a prosseguir é a classificação patrimonial. São prioritários os bens do Município, onde se incluem a capela de São Sebastião, o edifício dos antigos Paços do Concelho e o edifício da antiga Casa dos Magistrados (atual Casa da Música). Existem bens que não revelam pertinência para serem submetidos a um processo de classificação patrimonial, mas devem merecer uma ação de salvaguarda via registo e inventário (nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), que deverá figurar através de linhas orientadoras constantes em PDM.

Biblioteca Municipal (BMO)

- Dinamização regular - Serviço cultural e educativo

Exposições, Oficinas de escrita e de leitura, apresentação livros, palestras e debates sobre a literatura, outras atividades de promoção da leitura.

Rubricas em curso: Co(n)tributos, Exposições temáticas, Histórias com... movimento, Aqui há história!, Oficina de poesia, Afetos e uma manta!, A voz das Lendas de Portugal, IV Concurso Concelhio de Leitura, Bibliomóvel - Biblioteca em itinerância e Fora da Estante.

- Publicações municipais

É fundamental manter uma dinâmica editorial que promova a publicação sobre temas de interesse local, em especial nas áreas da investigação sobre o concelho e de promoção externa do Município.

- Aquisição de publicações e divulgação da oferta da BMO e Bibliotecas Escolares

A aquisição de novos títulos é fundamental para o cumprimento das funções da BMO, permitindo aos públicos acederem às novidades literárias. Para o efeito é necessária a atribuição de um montante anual para a aquisição de títulos ao longo do ano, num acompanhamento actualizado dos lançamentos de obras com pertinência no âmbito da vocação da BMO.

É ainda prioritária a disponibilização *on line* do catálogo da rede de bibliotecas concelhias, gerido pelo grupo concelhio de bibliotecas.

Ainda no âmbito da Biblioteca Municipal será relavante referir que funciona em instalações não municipais e não programadas para o efeito. Não integra a Rede de Bibliotecas Públicas por não apresentar um conjunto de requisitos indispensáveis à respetiva integração, como a área insuficiente para os serviços. De acordo com as normas em vigor, será necessário uma tipologia B2 (área útil de 1345m²), para resposta a um nível populacional entre 20 000 e 50 000 habitantes. O edifício acolhe ainda o Arquivo Histórico Municipal, que, a curto prazo, também terá limitações de espaço. O programa/projeto a aprovar deverá contemplar a conexão espacial da Biblioteca e do Arquivo Histórico Municipais, na medida em que tal opção resultará numa otimização de espaços (com funções partilhadas), recursos humanos e outros encargos de funcionamento.

Arquivo Municipal

- Incorporação, tratamento e acondicionamento de documentos

Incorporação de documentação nas instalações do Arquivo Histórico Municipal. Tratamento de conservação preventiva, acondicionamento e tratamento arquivístico de recenseamento, inventário e classificação da mesma.

- Disponibilização *on line* e física de documentos

Disponibilização *online*, através da plataforma Digitarq, a documentação tratada.

Reporte dos principais projetos de investimento direto e indireto previstos no programa Cultura, Desporto e Tempos Livres:

a) Remodelação do Antigo Edifício Paços do Concelho

Este projeto surgiu na sequência da mudança dos serviços municipais para o novo Edifício Sede do Município e pela necessidade de recuperação e reconversão deste emblemático edifício com um importante valor histórico e patrimonial, construído em 1875 e que atualmente se encontra devoluto.

Além do referido, importa destacar que o espaço envolvente a este edifício foi recentemente requalificado, pelo que, a reabilitação do mesmo é fundamental para que se possa dar continuidade àquele espaço renovado.

Este investimento iniciado no 2.º semestre de 2014 terá em 2017 a fase de investimento inerente à aquisição de equipamento e à sua implementação enquanto espaço cultural e museográfico.

No espaço em referência procura dar-se particular atenção à constituição de um projeto museográfico da sala onde foram interrogados os videntes de Fátima, como reforço de mecanismo de captação do capital turístico a partir de Fátima. Complementarmente, deverá apresentar-se proposta de interpretação do antigo

Hospital à Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida no que toca especialmente ao internamento do vidente Jacinto, constituindo estas duas unidades, uma rota a desenvolver.

b) Pavilhão Gimnodesportivo de Olival

Prevê-se retomar este investimento direto municipal, na Freguesia de Olival, tendo como objetivo servir a população da referida freguesia, bem como das freguesias limítrofes, abrangendo uma população total aproximadamente 8,6 mil habitantes, sendo de destacar de entre os utilizadores previstos, o universo constituído pelos alunos do ensino básico das diversas escolas.

Este equipamento desportivo terá condições para a prática de desportos de pavilhão, tais como: voleibol, basquetebol, futebol de cinco, entre outros.

Importa sublinhar que esta infraestrutura pretende ser um equipamento polivalente, permitindo criar espaços com outra polivalência, como a organização de eventos de cariz tanto lúdico como cultural, passando pelo social através da dinamização de atividades ligadas às dinâmicas locais.

A construção do pavilhão desportivo coberto com bancadas terá capacidade para albergar 332 espetadores em lugares sentados e 10 espetadores para pessoas portadoras de deficiência. Este equipamento desportivo contempla ainda os seguintes espaços:

- Recinto de desporto (ringue) com 44mx25m;
- Duas salas para educação física e formação;
- Dois grupos de vestiários, balneários e instalações sanitárias para os atletas, incluindo atletas deficientes e professores. Estas instalações servirão os dois espaços supra referidos;
- Espaço para arrecadação de material desportivo e de material de limpeza;
- Um posto médico;
- Compartimento e respetivo equipamento mecânico para aquecimento de águas;
- Um bar com a respetiva copa;

- Instalações sanitárias para o público em geral.

c) Equipamentos desportivos no Parque da Cidade António Teixeira

Neste âmbito pretende-se alargar a oferta desportiva existente no mencionado parque designadamente para a prática do ténis.

d) Parque de Caravanismo

Este investimento visa criar um parque de caravanismo no Parque da Cidade conferindo uma nova âncora do pêndulo turístico.

e) Qualificação do auditório dos Monfortinos

A qualificação do auditório no edifício dos Monfortinos dotará a cidade de Fátima de condições para a prática cultural regular e qualificada, através das estruturas associativas com atuação no meio e de participações profissionais inseridas na programação cultural do Município.

f) Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Neste âmbito, os encargos previstos decorrem, essencialmente, de contratos-programa a estabelecer com associações desportivas no âmbito da promoção de investimento que propicie melhores condições para a prática desportiva, particularmente no que concerne à melhoria das infra-estruturas existentes, particularmente no que concerne a relvados sintéticos.

6.3 – Ação Social

Na definição do Plano de Acção para os assuntos sociais delinearão-se 10 eixos de intervenção desta unidade conforme se descreve no quadro seguinte, designadamente: rede social, intervenção social, habitação social, equipamentos sociais, saúde e bem-estar, igualdade de género, voluntariado, deficiência, envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações.

Eixo de Ação	Objetivos	Designação do projecto/Actividade
Rede Social	Planeamento e dinâmica local da Rede Social	Plano de Ação Rede Social / Diagnóstico Social 2017
		Atividade corrente da Rede Social
		Dinamização da actividade das Comissões Sociais de Freguesia
	Produção de Documentos	Conclusão da Carta dos Equipamentos Sociais (digital)
	Dinamização dos grupos setoriais	Atividades da Rede Social - Grupo de Envelhecimento
		Atividades da Rede Social - Grupo de Infância e Juventude
	Participação em projectos financiados	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G)
Intervenção Social	Melhorar a qualidade de vida dos munícipes	Formação
		Workshop's
		Tarifas Sociais
		Ação Social Direta
		Ação social escolar do 1º CEB- subsídios escolares (ano letivo 2017/2018)
		Regulamento da Ação Social escolar
		Bolsas de estudo
		Processos de execução
		Apoio aos cidadãos para a realização de funeral social
		Transporte especial para consultas infanto-juvenis, doentes em risco social
		Núcleo de Apoio à Vítima
		Projeto CAIS
		Atividades Socialmente Úteis-Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção
		Campanha permanente de recolha/entrega de bens
		Campanhas de Solidariedade
		Equipamentos Sociais-Alojamento Temporário de Emergência
		Centro Comunitário de Voluntariado
		Banco de Ajudas Técnicas
		Espaço de Atelier's Ocupacionais
		Espaço de Comércio Social – Ponto de Partilha
		Espaço de Voluntariado
		Espaço Infantil
		Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis
		Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens

		Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens-Apoio renda para jovens em processo de autonomização
		Acompanhamento e dinamização da Rede Local de Intervenção Social
		Acolhimento de Refugiados
		Contrato Prestação serviços Ourémviva-apoio à ação social
		Contrato Prestação serviços Ourémviva-Manutenção de instalações de âmbito social
Habitação Social	Melhorar a qualidade habitacional dos cidadãos	Regulamento para apoio à Recuperação habitacional
		Habitação Social-contrato arrendamento
		SOLARH
		Contrato-Programa: Recuperação de habitação social - Associação do Centro Social da Paróquia de Seixa
Apoio ao terceiro setor	Equipamentos sociais	Programa de Apoio às IPSS
		Contrato-Programa: Protocolo Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida
		Contrato-Programa: Associação do Centro Social da Paróquia de Seixa
		Contrato-Programa: Jardim Infantil de Ourém (aquisição veículo)
		Centro Social Paroquial de Rio de Couros (projeto e aquisição de um veículo)
Saúde e bem-estar	Melhorar a qualidade de vida dos munícipes	Serviço de Nutrição e Dietética
		Campanhas de prevenção / sensibilização
		Dia Mundial do Dador - Recolha de sangue
		Unidade Cuidados Continuados
		Comemoração Dia Mundial da Luta Contra a SIDA
		Atividade "Rastreio da Diabetes"
		Atividade Dia Mundial da Diabetes
		Ciclo de formações na área da saúde mental
CPCJ	Interação pais-filhos e bem-estar emocional	Projeto Crescer em família
		Semana Aventura 2017
		Sessões de música para crianças
		Celebração do Dia Mundial da Criança
	Sensibilização da comunidade	Ações de prevenção junto da comunidade
		Comemoração do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual
		Assinalar o mês contra os maus tratos - Abril
	Estimulação do conhecimento	Voluntariado docente: "Tempo para ensinar... Tempo para aprender"
	Operacionalização da actividade técnica	Reunião Comissão Alargada
		Reunião Comissão Restrita
		Grupos de trabalho

	Formação	Participação da equipa no Encontro Nacional das CPCJ Projeto: "Tecer a prevenção"
	Técnico-administrativo	Informatização dos processos
		Reorganização administrativa dos processos (continuação)
Igualdade de género	Planeamento	Diagnóstico e Plano Municipal para a Igualdade de Género em Ourém
	Educacional	Género e cidadania no pré-escolar/1.º CEB
		Comemoração do Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres
	Igualdade de Género	Dia Mundial da Igualdade
		Seminário da Igualdade
		Outras iniciativas no âmbito da igualdade de género e cidadania
	Terceiro setor	Sensibilização para a igualdade de género e cidadania nas IPSS
Voluntariado	Acções de Voluntariado	Voluntariado na comunidade/IPSS
	Dinamização do Centro Comunitário de Voluntariado	Funcionamento do Centro Comunitário de Voluntariado
		Festa Natal no CCV Ourém
		Aniversário Ponto Partilha
		Mochila Amiga
		Ateliers ocupacionais: Criatividade à Solta, Atelier's: Pintura, Sapataria, Costura, Carpintaria.
		Clube Voluntariado Jovem
		Semana de Voluntariado
		Feira Solidária
		Campanhas de Recolha Alimentar
		Workshop's para públicos específicos
Deficiência	Prevenção e educação	Intervenção precoce
		Acção de formação anual no âmbito da parceria com a ELI
	Planeamento e Execução	Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local Médio Tejo (em fase de implementação de algumas ações)
	Apoio às famílias	Aquisição de Ajudas Técnicas
Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações	Comemorações	Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência
	Divulgação	Newsletter semestral destinada a divulgar as iniciativas desenvolvidas na área social pelos diversos parceiros
	Apoio directo	Cartão Municipal 65+Social
	Lazer e interação comunitária	Passeio Sénior 2017
		Comemorações do Dia Internacional do idoso

No âmbito da Rede Social salienta-se a necessidade de proceder à atualização do Plano de Desenvolvimento Social (processo já iniciado), adequando-o aos planos

nacionais e ao Plano Estratégico do Médio Tejo, a aprovação do Plano de Ação 2017 e a conclusão da Carta dos Equipamentos Sociais (processo em curso).

Em matéria de intervenção pretende-se reforçar o apoio na emergência social, tanto através da ação social direta como através de acompanhamento psicossocial. Iremos dar continuidade a todos os apoios implementados, destacando-se os apoios às famílias, e reforçando-se a dinamização do Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens e a criação do apoio para a renda destinado a jovens em processos de autonomização. Pretende-se a consolidação do Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis. Iremos ainda integrar o plano de acolhimento nacional de refugiados. Neste particular, é expectável o acolhimento de 4 famílias, num total de 17 cidadãos. A equipa irá ainda ter um acréscimo de trabalho decorrente da implementação da Rede Local de Intervenção Social e do processo de consolidação da implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social 3G dado que muitos dos objetivos deste trabalho passam pelo apoio do Município.

O investimento nos equipamentos sociais centra-se no apoio técnico e financeiro realizado no Contrato-Programa e protocolos com IPSS's para melhoria ou criação de respostas sociais ou aquisição de veículos adaptados às necessidades das instituições. No terceiro setor haverá um trabalho de estruturação de um regulamento de apoio que convergirá para a aplicação de medidas políticas nas instituições da economia social.

Ao nível da saúde e bem-estar pretende-se dar apoio à comunidade escolar e à comunidade em geral. Para o efeito contaremos com o apoio da Ourémviva nos pareceres técnicos e no desenvolvimento de alguns projetos pontuais, bem como das unidades de saúde. Haverá ainda um investimento significativo na formação na área da saúde mental com o propósito de ter recursos técnicos com maior capacidade para a criação de respostas nesta área (numa perspectiva supramunicipal).

Em matéria de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, considerando o expectável aumento do número de problemas sociais, entende-se que os esforços se devem centrar no trabalho técnico, realizando-se algumas dinâmicas que permitam o

consolidar o apoio às famílias. Haverá necessidade do reforço de técnicos a designar pelas instituições sociais ou cooptados nos termos da lei.

No âmbito da Igualdade de Género perspectiva-se a execução do Plano da Igualdade de Género e Cidadania (aguardando-se novo financiamento para o efeito), a realização de formação nesta área, a sensibilização para a igualdade de género e cidadania nas IPSS e nas escolas.

Pretende-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido no Centro Comunitário de Voluntariado, dinamizando a atividade do Ponto de Partilha, com o Espaço de Comércio Social e o Atelier Ocupacional. Serão realizadas atividades no âmbito do voluntariado e inserção social. Também assume especial destaque as campanhas de solidariedade. Iremos dar continuidade ao voluntariado docente para a área específica do apoio às crianças.

No apoio à deficiência verifica-se a necessidade de investir em mais algum equipamento com o banco de ajudas técnicas e a realização de pequenas intervenções no âmbito das acessibilidades, já programadas no Plano das Acessibilidades Locais. Ao nível do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações destacamos duas atividades o Passeio Sénior e a comemoração do dia internacional do idoso.

Estão ainda previstas ações de divulgação e um reforço da aquisição de material técnico especializado destinado às avaliações psicológicas.

6.4 – Saúde

Embora os municípios não disponham de competências diretas nesta área, o Município de Ourém estará particularmente atento às funções exercidas pela Administração Central na área territorial inerente à sua jurisdição, com diligências junto dos responsáveis e de todas as entidades do setor.

Neste contexto será ainda de observar o investimento previsto executar definido no objetivo 12, particularmente no que concerne à implementação de Centros de Saúde em Sobral, Alburitel, Olival e Caxarias.

6.5 – Habitação e Urbanismo

Habitação

Neste contexto, no “Programa de Apoio aos Refugiados”, prevê-se a adaptação de edifícios municipais para o acolhimento, tendo em vista garantir um eventual acolhimento de famílias em risco, enquanto contributo para uma resposta à emergência humanitária que atualmente assola a Europa, decorrente do fluxo migratório oriundo, essencialmente, da Síria e do Norte de África.

Planeamento Urbanístico

- Plano Diretor Municipal (PDM)

O PDM está a ser revisto internamente, bem como com recurso a contrato de prestação de serviços estabelecido com a OurémViva e outras consultadorias externas, designadamente no âmbito da avaliação ambiental, jurídica e na área do urbanismo e ordenamento do território. Importa realçar a importância que este projeto representa para o Município, tendo em consideração o conhecimento do território que se adquire, bem como o *know-how* referente ao desenvolvimento do procedimento de planeamento que se constituem como mais-valia para a autarquia. A informação recolhida e processada que serve de apoio à sua elaboração é integrada na base de dados do Sistema de Informação Geográfica (SIG), melhorando assim a gestão e conhecimento da mesma, possibilitando ainda o seu cruzamento com a restante informação territorial.

Será expectável que no início do primeiro semestre de 2017 se verifiquem todos os pareceres externos obrigatórios (42 entidades) no âmbito do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território. Após essa ocorrência, seguir-se-á uma fase de

concertação com todas entidades envolvidas e finalmente um período aberto à discussão pública da versão final.

Consequentemente, prevê-se que a aprovação final da primeira revisão do PDM de Ourém ocorra no 1º semestre de 2017.

- Planos de urbanização

Neste projeto estão integrados o Plano de Urbanização de Ourém (PUO) e o Plano de Urbanização de Fátima (PUF).

O PUO abrange o perímetro urbano de Ourém, foi iniciado em 1997 e a última proposta apresentada data de 2005. Atualmente, o trabalho inerente à atualização da proposta e outros elementos que integram e acompanham o plano é executado internamente.

O PUF abrange o perímetro urbano de Fátima. Em 2015 verificou-se um procedimento de alteração o qual visou resolver desajustamento identificados, os quais têm vindo a provocar alguns constrangimentos a uma adequada gestão urbanística.

Em 2017 irá promover-se novo procedimento de alteração considerando que ainda foram detetadas algumas necessidades de ajustamento.

- Planos de pormenor

Neste âmbito dever-se-á encetar um procedimento para definir um Plano de Pormenor de Salvaguarda da Vila Medieval, bem como uma suspensão e subsequente revisão do PPAPJXXIII (Plano de Pormenor Av. Papa João XIII) em Fátima.

O Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Fátima é um procedimento que teve o seu início em 2005 e cujo percurso se tem revelado algo complexo. Contudo, espera-se que em 2017 se conclua este processo.

- Estudos setoriais

Os estudos setoriais são essenciais no âmbito da elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Consideram-se contemplados neste projeto, os mapas de ruído e de redução de ruído, definição de zonas mistas e sensíveis, relatórios ambientais, relatórios de fatores críticos para a decisão, estudos geomorfológicos, hidrogeológicos, faunístico, cartografia de risco e outros estudos específicos, que se vão revelando necessários.

- Consultadoria Jurídica Externa

Esta consultadoria jurídica diz respeito ao apoio jurídico específico necessário para a revisão do PDM e assuntos diversos relacionados com PMOT e pontualmente com o licenciamento de obras particulares, que é um assunto igualmente sensível e importante para o Município.

- Ortofotocartografia e cartografia

Neste contexto, torna-se fundamental a atualização da cartografia existente em resultado da dinâmica mutacional existente no território, constituindo-se como ferramentas elementares para uma adequada gestão territorial.

- SMART CITIES

Esta ação visa o desenvolvimento de projetos em meio urbano, tendo por base a sustentabilidade dos territórios, promovendo-se um contexto urbano onde a mobilidade e a eficiência energética se centram no quotidiano dos cidadãos.

Iluminação

Neste âmbito, importa observar o que se dispõe no objetivo 08 “Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público”, particularmente no âmbito do programa “Energia”.

Urbanização

Neste âmbito estabelecem-se diversas intervenções de requalificação urbanística, particularmente nas cidades e nas vilas. Com particular relevo surge o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) estabelecido para a Área de Reabilitação Urbana definido na cidade de Ourém e que seguidamente se descreve, bem como a Beneficiação de Infraestruturas em Fátima – Centenário das Aparições.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

Em setembro de 2015, o Município de Ourém apresentou uma candidatura no balcão 2020 no âmbito do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) a qual veio a merecer aprovação em 2016 representando um financiamento externo consignado na ordem dos 5,5 milhões de euros.

O Território dos vários planos a integrar pelo PEDU, nomeadamente o Plano Ação de Regeneração Urbana e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, corresponde a parte da ARU da cidade de Ourém, englobando as duas centralidades históricas e a zona ribeirinha que as interliga (margem direita da ribeira de Seiça)

Neste âmbito apresentam-se, seguidamente, os que respeitam a investimento municipal.

Plano de Ação – Regeneração Urbana de Ourém:

a) Gestão e animação da área urbana

Esta ação engloba um conjunto de intervenções que têm por objetivo minimizar o impacto dos trabalhos a realizar em cada operação de reabilitação do espaço público ao longo do período em que decorrerem as obras nomeadamente: posto de informação; conteúdos / edições / publicações; boletim informativo; quiosques multimédia; decoração urbana; apoio ao comércio local; marketing direto / handlings e eventos.

b) Promoção da atividade económica – centro da cidade de Ourém

Promoção do comércio tradicional de rua dos centros históricos, com intervenções de sensibilização e comunicação da população e de potenciais investidores e promotores no que respeita à reabilitação urbana e ao seu potencial económico, dando a conhecer o PARU e dinamizando o envolvimento da sociedade na promoção e reabilitação económica e social dos centros históricos.

c) Promoção da atividade económica – Vila Medieval

Situação similar à descrita na alínea anterior, mas respeitante ao território inerente à Vila Medieval de Ourém.

d) Reabilitação do antigo Edifício do CRIO – Universidade Sénior e Academia Nacional de Futebol Feminino

A Universidade Sénior de Ourém (USO), instituição sem fins lucrativos, foi fundada em 2008. Dirigida a um público-alvo com mais de 49 anos de idade, pretende acima de tudo privilegiar o lazer, convívio, sociabilização, ocupação de tempos livres e aquisição e enriquecimento de conhecimentos. Desde a sua fundação tem tido um número considerável de alunos continuando este número a aumentar.

Todavia, a USO funciona em instalações provisórias e que não reúnem as condições adequadas para a realização das iniciativas a que se propõe.

Paralelamente, o Município de Ourém e o Clube Atlético Ouriense tencionam criar a Academia de Futebol Feminino Ourém, que irá ao encontro dos resultados que têm sido alcançados pela equipa feminina do Clube.

O edifício, propriedade do Município de Ourém, que durante vários anos alojou os serviços do Centro de Recuperação Infantil de Ourém, ficou recentemente desocupado. O referido imóvel reúne condições de centralidade adequadas para responder às necessidades de ambas as valências: USO (com salas de aulas práticas e teóricas, gabinetes de trabalho e reunião, arrumos, instalações sanitárias); e instalações que visam servir a Academia de Futebol Feminino de Ourém.

e) Reabilitação do Antigo Mercado Municipal – Fórum Cultural

O edifício onde funciona a estação de autocarros é uma obra de Carlos Manuel Ramos, o arquitecto português que fez passar a história da arquitetura portuguesa do século XX pela cidade de Ourém. Carlos Ramos foi autor de duas importantes obras arquitetónicas do século XX na cidade de Ourém: A Casas dos Magistrados, na Rua Dr. Carlos Faria de Almeida, e a Estação de Autocarros de Ourém/Antigo Mercado Municipal. Ambas as obras estão referenciadas no *Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX*.

Por sua vez, a Biblioteca Municipal funciona atualmente em instalações não municipais e não programadas para o efeito. Não integra a Rede de Bibliotecas Públicas por não apresentar um conjunto de requisitos indispensáveis à respetiva integração, como a área insuficiente para os serviços. De acordo com as normas em vigor, será necessário uma tipologia B2 (área útil de 1345m²), para resposta a um nível populacional entre 20 000 e 50 000 habitantes. O edifício acolhe ainda o Arquivo Histórico Municipal, que, a curto prazo, também terá limitações de espaço. O programa/projeto “Fórum Cultural” contemplará a conexão espacial da Biblioteca e do Arquivo Histórico Municipais, na medida em que tal opção resultará numa otimização de espaços (com funções partilhadas), recursos humanos e financeiros (eletricidade...).

A intenção de instalar a Biblioteca Municipal no espaço atualmente ocupado pela estação de autocarros assenta nas seguintes premissas:

- ✓ O edifício pré-existente será parcialmente reabilitado, funcionando como espaço de memória de um arquiteto de referência com obra na cidade no século XX;
- ✓ O espaço revela grande centralidade na cidade e potenciará o alargamento da malha das dinâmicas culturais deste centro urbano;
- ✓ O programa/projeto deverá contemplar a conexão espacial da Biblioteca e do Arquivo Histórico Municipais, na medida em que tal opção resultará numa otimização de espaços (com funções partilhadas), recursos humanos e

financeiros, além de contribuir para uma melhoria da prestação do serviço ao utilizador. A instalação de ambos os serviços neste edifício propriedade municipal resultará num benefício de custos a médio prazo, uma vez o Município deixará de pagar renda, como acontece desde 1998.

- ✓ Esta solução será suportada por uma fusão e/ou contiguidade espacial de serviços comuns à Biblioteca e ao Arquivo, bem como a outras entidades/funções a instalar no edifício, como já foi referido. São exemplo as áreas de receção e atendimento dos utilizadores; receção e tratamento de documentos; consulta; depósito; arrumos; sala de reuniões; auditório; sala de pessoal; cafetaria; instalações sanitárias.

Biblioteca Municipal

Setor Público

- Átrio / Balcão (partilhado)
- Seção de Adultos (zona de empréstimo domiciliário e consulta local, zona de consulta local e referência, zona de periódicos, zona de autoformação, zona de atendimento).
- Seção infantil (zona de empréstimo domiciliário e consulta local, espaço para os mais pequenos/área de animação, arrumos, atendimento).
- Sala polivalente (partilhada)
- Sanitários (partilhados)

Setor privado / de acesso reservado

- Gabinetes de trabalho
- Sala de reuniões (partilhada)
- Sala de pessoal (partilhada)
- Receção e manutenção de documentos (contígua)
- Depósito de documentos (contígua)
- Arrumos

Arquivo Histórico Municipal

Setor Público

- Sala de atendimento (partilhada)
- Sala de consulta (contígua)
- Sanitários (partilhados)

Setor privado / de acesso reservado

- Depósito de documentos de arquivo (contíguo)
- Sala de higienização/tratamento de documentos (contíguo)
- Gabinetes de trabalho
- Arrumos

f) Reabilitação do Cine-Teatro Municipal

Atualmente, o cineteatro municipal é o equipamento principal de apoio à dinamização cultural do concelho de Ourém. Todavia, o edifício carece de uma reestruturação que o adapte a exigências para a realização de espetáculos com determinadas características e que corresponda à legislação em vigor para o funcionamento deste tipo de espaços, sendo evidentes os condicionalismos funcionais existentes que inibem, significativamente, a dinâmica cultural local.

Deste modo, é necessária uma intervenção de recuperação da estrutura exterior e interior do edifício e de requalificação da sala de espetáculos, tornando-a apta a acolher espetáculos com diferentes graus de especificidades e exigência.

As intervenções principais consistem na ampliação do palco, camarins, circulação interna e arrumos, melhoria das condições de acústica e de equipamentos necessários à produção de artes do espetáculo. O projeto cénico contempla aquisições como: acessórios cénicos (varas, reguladores, cenas e cortinas), iluminação cénica e respetivo equipamento (caixa para circuitos, projetores), equipamento cénico eletrificado, luz de trabalho e espetáculo, sonorização, comunicação, amplificadores, vídeo...

g) Reabilitação do Antigo Colégio Fernão Lopes – Pavilhão Multiusos

O edifício do antigo Colégio Fernão Lopes constitui um importante marco histórico e referente arquitetónico para a cidade de Ourém. Atualmente, o edifício encontra-se devoluto, em processo de deterioração contínua.

Paralelamente, a cidade de Ourém não dispõe de um pavilhão desportivo municipal que permita a prática de várias modalidades em recinto coberto. A construção de um multiusos será uma mais valia para a cidade e para o concelho que permitirá acolher grandes competições desportivas, concertos, exposições e congressos com localização privilegiada numa das entradas principais da cidade, de acesso ao IC9.

Simultaneamente, ajudará a responder a necessidades de iniciativas em espaço coberto, tendo em conta as fragilidades de acústica do Centro de Negócios para esse efeito.

O Multiusos de Ourém propõe-se como equipamento que permita a prática de atividades desportivas e que possibilite a realização de eventos pontuais de grande dimensão. Em função da configuração adoptada, poderá receber um número significativo de visitantes, através da instalação de bancadas do tipo telescópico, com capacidade até mil lugares sentados.

A área principal do pavilhão multiusos deverá permitir o ajustamento para a prática de diferentes modalidades desportivas e eventos. Deverá contemplar balneários, sala de conferências, gabinetes técnicos, salas para eventos.

O edifício que alojou o antigo Colégio Fernão Lopes deverá ser reabilitado e integrado no programa de instalação do Multiusos, através da integração de áreas funcionais específicas e destinadas a números de pessoas comportáveis pelo espaço, de modo a valorizar a sua identidade arquitetónica e patrimonial enquanto marco educativo da cidade de Ourém.

O imóvel deverá ser objeto de aquisição pelo Município de Ourém.

h) Reabilitação de Antiga Azenha – Centro de Interpretação e Apoio ao Parque Dr. António Teixeira

Neste contexto, pretende-se reabilitar Antiga Azenha situada na área de expansão do Parque Dr. António Teixeira, para Centro de Interpretação de Apoio ao Parque, nomeadamente possuindo informação do funcionamento da área de regadia que aí existiu outrora, bem como das espécies de flora e fauna existente no parque. Complementarmente serão disponibilizadas instalações sanitárias.

O imóvel deverá ser objeto de aquisição pelo Município de Ourém.

i) Reabilitação do Castelo e Paço do Conde – Núcleo Museológico

O conjunto patrimonial Castelo e Paço do Conde é propriedade da Fundação da Casa de Bragança. Em 20 de junho de 2014 foi celebrado o protocolo de cooperação entre o Município de Ourém e a Fundação da Casa de Bragança (FCB), visando a valorização dos monumentos património da FCB e da Vila Medieval. Conforme a Cláusula segunda, alíneas a) e f), compete ao Município assumir a gestão dos Espaços e formular candidaturas a programas de financiamento, com acordo com a FCB, por comodato ou outra figura jurídica similar, de modo a viabilizar a intervenção e sequente gestão pelo Município enquanto tutela.

O programa de intervenção no conjunto Castelo/Paço dos Condes encontra-se em fase de estudo conjuntamente pelo Município de Ourém e pela Fundação da Casa de Bragança, conciliando os objetivos estratégicos e operacionais definidos com a salvaguarda deste Monumento Nacional.

O Município de Ourém justifica a prioridade de investimento neste conjunto monumental por três razões, seguidamente enquadradas e fundamentadas:

- o valor patrimonial do bem (Monumento Nacional);
- a urgência da sua conservação (riscos de perda da perenidade e integridade do bem, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001);

- as suas potencialidades científicas, culturais e turísticas, cuja valorização trará mais-valias de conhecimento, fruição e económicas para a região.

O valor patrimonial do Castelo e Paço do Conde

O conjunto monumental do Castelo e Paço do Conde tem a classificação patrimonial de Monumento Nacional (MN) por Decreto de 16-6-1910.

Castelo – Já existia no séc. XII. Sabe-se que no séc. XV D. Afonso, 4.º Conde de Ourém providenciou a sua recuperação.

Paço do Conde – Mandado construir por D. Afonso, IV Conde de Ourém por volta de 1450.

Urgência na conservação e restauro do conjunto monumental

Os edifícios do Castelo e Paço do Conde apresentam patologias que comprometem, a curto prazo, a salvaguarda do conjunto edificado.

Potencialidades

- *Potencialidade científica*

Em 2005 foram realizadas escavações arqueológicas no recinto interior do Castelo, que confirmaram vários períodos de ocupação humana desde a Pré-História até à Idade Moderna.

Acresce-lhe a dimensão arquitetónica e artística do Castelo e do Paço do Conde, bem como episódios e narrativas com densidade histórica (com escala nacional) que lhes são associados.

Tais circunstâncias confirmam o interesse científico do conjunto monumental e justificam-no como pólo incontornável de investigação e de conhecimento no contexto da História e da representação da identidade de Portugal.

- *Potencialidade cultural e educativa*

As condições físicas, monumentais e paisagísticas do conjunto Castelo e Paço do Conde são ideais para a dinamização de programas educativos e culturais diversificados, com qualidade e acesso democratizado.

- *Potencialidade turística*

A localização geográfica do Castelo e Paço do Conde no centro do país e a sua proximidade do Santuário de Fátima (a cerca de 15 minutos, por automóvel) confere-lhe uma situação turística privilegiada. Esta situação reúne condições para a captação de públicos para visitas temáticas complementares e alternativas ao turismo religioso de Fátima. A posição geográfica do conjunto monumental Castelo e Paço do Conde entre o Convento de Cristo (Tomar) e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e a proximidade simultânea aos dois Monumentos Património da Humanidade favorece a sua integração na rota turística de cariz monumental da região. Congrega ainda aspetos históricos, artísticos e culturais contemporâneos e/ou conexos com os de ambos os monumentos mundiais, os quais reforçam o argumento da sua valorização como investimento integrado no território.

O conjunto Castelo e Paço do Conde inscreve-se num burgo amuralhado dotado de um acervo patrimonial rico e bem conservado. Estas características classificam a Vila Medieval como um centro histórico que, já por si, é um importante pólo turístico, enquadrável em roteiros temáticos de Aldeias Históricas, Centros Históricos e outros conjuntos arquitetónicos preservados.

Valoriza-o ainda a dinâmica residente da Vila Medieval, na medida em que é um lugar permanentemente habitado e dinamizado pelas populações locais, o que configura uma mais-valia cultural e turística, com as comunidades a participarem na valorização dos patrimónios dos seus territórios, retirando dividendos económicos, sociais e culturais.

Programa de intervenção

Investigação, programação e projeto

Esta fase é prioritária e determinante para a concretização das fases seguintes. A sua concretização deverá compreender consecutivamente as etapas de:

- Estudo arqueológico, arquitetónico e histórico-cultural do conjunto monumental, diagnóstico das patologias e plano de intervenção, conceção do projeto arquitetónico e programa museológico de interpretação;
- Plano de conservação e restauro dos edifícios Castelo e Paço do Conde;
- Projeto de arquitetura e programa interpretativo dos edifícios, privilegiando a definição dos circuitos de visita, a segurança do património e visitantes e o acesso à informação.

A investigação servirá de suporte à valorização, devendo prosseguir através de campanhas arqueológicas (já iniciadas) e da pesquisa documental, designadamente nos arquivos da Fundação da Casa de Bragança.

Conservação e restauro do Castelo e Paço do Conde

São motivos de resolução de vários problemas estruturais, com destaque para: fissuras estruturais identificadas em várias zonas do castelo, dos torreões e torre central do Paço do Conde; a desagregação de materiais de construção (pedra, tijolo); infiltrações nos torreões a sul (com danos para a conservação dos interiores); agentes biológicos de degradação e outros infestantes.

É ainda fundamental providenciar condições de segurança para o conjunto monumental e para os visitantes, considerando o risco atual dos circuitos de visita (risco de queda, piso inadequado, ausência de guardas) e de exposição dos monumentos (vandalismo).

Musealização do Castelo e Paço do Conde

O programa de musealização do Paço do Conde confere uma resposta informativa e cultural ao visitante sobre a narrativa histórica, artística-arquitetónica e cultural do conjunto patrimonial. Mas também deverá assentar numa funcionalidade contemporânea que corresponda aos interesses dos cidadãos.

O projeto de valorização do conjunto monumental Castelo e Paço do Conde de Ourém é da responsabilidade do arquiteto João Lino (com adjudicação pela Fundação da Casa de Bragança), com base no programa museológico consertado com o Município de Ourém.

A programação das intervenções aponta para a seguinte versão:

- CASTELO
 - Consolidação e limpeza das torres do castelo
 - Regularização dos adarves
 - Execução de escada e passadiço metálico
 - Instalação de centro de interpretação na torre sul com execução de cobertura transparente e pavimento reversível.
- PAÇO DOS CONDES
 - Consolidação e limpeza geral do edifício
 - Regularização dos adarves e instalação de cobertura
 - Instalação de um espaço museológico, com programa interpretativo e expositivo, área de receção, instalações sanitárias, sala polivalente, áreas de apoio.
- TORREÃO NASCENTE
 - Consolidação e limpeza geral do edifício
 - Instalação de salas de serviço educativo/cultural
 - Ligação em estrutura aligeirada ao túnel do Paço
- TORREÃO POENTE
 - Consolidação e limpeza geral do edifício

- Instalação de áreas de apoio às dinâmicas culturais e educativas
- ARRANJOS EXTERIORES
 - Limpeza e arranjo do pátio norte do Paço, melhorando o acesso ao Castelo

Comunicação e dinamização do Castelo e Paço do Conde

Neste contexto, torna-se fundamental estabelecer um plano de comunicação/projeção turística do Castelo e Paço do Conde (designadamente com: materiais de divulgação específicos sobre a vila; produção bilingue dos conteúdos de interpretação dos espaços; reforço da programação cultural regular, eclética e consonante com a identidade do monumento).

j) Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira

Tomando como ponto de partida o Parque da Cidade António Teixeira, o Município de Ourém pretende criar condições para expandir para poente o percurso do parque ao longo da ribeira de Seiça, até à zona da chamada Ponte dos Namorados, junto ao Intermarché. Será um novo percurso com cerca de 1500 m.

Neste contexto, pretende-se intervir numa faixa ao longo da ribeira, de modo a permitir prolongar o caminho do parque. Será um percurso utilizável pelos utentes da cidade, e passível de ser percorrido a pé ou de bicicleta. A área liga-se à cidade nos seus extremos sendo o resto do percurso afastado de construções e em envolvente rural.

A ribeira deverá ser objeto de intervenções de limpeza, consolidação e regularização das suas margens. A vegetação ribeirinha poderá ser reforçada, sempre que se justifique, e para estabilização do nível de água ao longo do ano deverá promover-se a criação de açudes.

Serão implementados pontos de interesse ao longo de todo o percurso, com o objetivo de se incrementar a capacidade de atração dos utilizadores do percurso. Neste contexto, salienta-se o projeto específico inerente à reabilitação da antiga azenha para centro de interpretação do parque, enquanto núcleo expositivo/interpretativo.

Complementarmente, serão introduzidos elementos externos que possam contribuir para potenciar o interesse da intervenção com as áreas de estadia, de pontos que favoreçam a observação da natureza, de algum mobiliário e de alguma iluminação pública.

O atravessamento da Avenida dos Bombeiros Voluntários será um ponto sensível a tratar com cuidado para tentar minimizar o impacto do atravessamento do percurso por automóveis.

k) Reabilitação do Jardim de Plessis-Trévise

O jardim é atualmente delimitado pela Av. Dom Nuno Álvares Pereira, pela Praça do Município e pelo edifício do Tribunal.

Antes da designação de jardim de Le Plessis-Trévise ele próprio era a Praça do Município. Na década de 70 do século passado era ainda um espaço amplo em terra, um terreiro de usos vários. Rodeado por alguns edifícios de habitação e comércio foi o espaço de encontros e de conversas, onde se esperava pela “camioneta” e, também onde se armava a grande tenda do circo e o recinto de touradas. Na década de 80 terá sido feita a intervenção que o transformou definitivamente no espaço com a forma atual, de desenvolvimento em dois patamares a cotas diferentes (desnível de cerca de 3 m). A plataforma inferior ocupada por um jardim de desenho geométrico de canteiros rectangulares, delimitados por bucho e ocupados por relva, flores e árvores. Ao centro o monumento constituído por elemento escultórico e jogos de água, de homenagem ao povo de Ourém, com os seus 800 anos de história.

A intervenção pretendida tem como objetivo central, a reabilitação deste espaço de modo a que ele possa assumir, em definitivo, a sua vocação como principal praça da cidade e centro cívico, espaço público de excelência e “condensador” social.

Para tal será necessário desenvolver um projeto que consiga, respeitando o espírito do local e o seu papel simbólico, libertá-lo dos elementos supérfluos, e com generosidade e simplicidade criar uma área ampla e confortável aos usos, e que esteja devidamente articulada com a envolvente.

Este espaço deverá ser flexível e versátil, podendo acolher com conforto tanto as vivências do quotidiano como as multidões convocadas em datas de exceção.

I) Reabilitação da Av^a. D. Nuno Álvares Pereira

A Avenida D. Nuno Álvares Pereira constitui um dos arruamentos estruturantes da cidade de Ourém, sendo importante como via de atravessamento e de distribuição local.

O presente projeto de arranjo geral integra-se na intervenção global de requalificação urbana desta avenida, desde a rotunda na interseção com a Rua dos Álamos até à saída em direção a Tomar (EN 113), numa extensão de cerca de 1 300 m.

OBJETIVOS

Após avaliação da situação no local e tendo em conta os condicionalismos em presença, definiram-se como objetivos a considerar na intervenção os seguintes:

1. Reordenamento do espaço disponível através da definição de um perfil geral bem como de um conjunto de soluções construtivas/materiais adaptáveis às várias larguras do perfil da avenida, e que possam funcionar como elemento unificador para todo o espaço a tratar;
2. Compatibilização dos requisitos da circulação automóvel com as necessárias condições de dignidade, segurança e acessibilidades para a circulação pedonal;
3. Integração do estacionamento na solução geral, em faixa lateral à via e em algumas bolsas onde o espaço disponível o permita;
4. Substituição da debilitada arborização existente por nova arborização, integrada na solução de arranjo geral, como elemento de amenização ambiental e de enquadramento do espaço urbano.

Aspetos gerais

Como base foi definida uma plataforma de 7,0 m para circulação automóvel em dois sentidos. O resto do espaço disponível será repartido pelos dois passeios. Sempre que possível foram introduzidas áreas de estacionamento e arborização nos passeios. O estacionamento paralelo à via implica deslocar o atual eixo da plataforma de circulação. Todo o arranjo foi compatibilizado com os necessários acessos às propriedades particulares que atravessam os passeios.

Todas as passeadeiras de peões serão marcadas por pavimentos em cubos de pedra em duas tonalidades contrastantes: calcário branco e granito cinza escuro. As que se situam fora de cruzamentos semaforizados serão sobrelevadas 7 a 8 cm e dotadas de rampas com 2,0 m de projeção horizontal e inclinações na ordem dos 3,5%. Na concordância com o nível dos passeios existirão também zonas de rampa com largura de 1,0 m e inclinação de 8%.

Soluções construtivas e materiais

O pavimento da parte rodoviária foi sofrendo sucessivas recargas ao longo dos anos, pelo que a atual faixa de rodagem se encontra, em muitos pontos, quase ao nível dos passeios. Por outro lado há diversas zonas com abatimentos. Esta componente dos pavimentos viários está tratada em projeto de especialidade.

Nos passeios os pavimentos são em calçada que se encontra polida pelo uso e, apresentam-se deformados por diversos abatimentos que se foram somando ao longo dos anos.

Os passeios irão ser refeitos tendo em conta a necessidade de respeitar as cotas de soleira existentes e o arranjo e dependentes pretendidos. Na maior parte da área irão manter-se os níveis próximos dos existentes. Nos casos em que estão previstos acertos altimétricos foram elaborados desenhos específicos (áreas tipo/específicas do Arranjo Geral, e cortes transversais na parte da Rede Viária).

Em termos de perfil transversal, e no geral, pretende-se assegurar pendentes mínimas de 2,5% na via, em estacionamentos e em passeios.

As soluções preconizadas em termos de materiais são as seguintes:

- Na parte reservada à circulação automóvel mantém-se a solução em pavimento betuminoso, a tratar conforme definido em projeto de especialidade;
- As áreas de estacionamento serão em cubo de 9/11 cm de granito cinza escuro e separadas da via por lancil guia de 10 cm de Granito Cinza Alpalhão, com o topo superior em acabamento flamejado;
- Os passeios são delimitados por lancil em pedra de Vidraço de 20 cm de largura, o pavimento será em cubo 4/6 cm de calçada branca de Vidraço, e será mantida a atual delimitação por duas faixas de 4 fiadas de pedra preta cada uma delas, cubo de 4/6 cm, uma junto ao lancil e outra no limite com as propriedades particulares;
- Nos acessos às propriedades particulares o atravessamento da faixa de estacionamento será em cubo 9/11 cm, em faixas de 20 cm de largura alternando-se a pedra de Vidraço branco e o granito cinza escuro, facilitando a perceção dos condutores daquela zona como excluída da área de estacionamento. Para permitir a subida do passeio serão usados vários tipos de rampa, nomeadamente lancil rampeado em pedra de Vidraço com 40 cm de largura. A frente rampeada terá uma largura útil de 3,0 m. No atravessamento do passeio será usado cubo 9/11 cm de pedra branca de Vidraço o que irá permitir uma diferença de textura sem interromper a cromática e enfatizando a primazia do peão neste espaço. O atravessamento será balizado pela aplicação de duas fiadas de cubo 9/11 cm de pedra branca de Vidraço e um pilarete de cada lado;
- As zonas das passadeiras serão em cubo 9/11 cm de granito cinza escuro e pedra branca de Vidraço. Terão uma largura total de 10 m: 4 m para a passadeira propriamente dita, mais 2 m de rampa para cada lado, e mais 1 m de cada lado para marcação da linha de paragem. Na aproximação à passadeira será rampeado o passeio, e colocados pavimentos com pisos de alerta e direcional, em conformidade com a normativa sobre acessibilidades;
- Na frente de acesso aos bombeiros irá manter-se o lancil de 20 cm de largura em pedra branca de Vidraço em colocação rebaixada para o nível do

betuminoso (apenas com espelho de 2 cm) sendo a zona de passeio em cubo 9/11 cm de pedra de Vidraço branco;

- Existe neste troço da avenida uma paragem de autocarro que se irá manter ainda que localizada de acordo com o novo arranjo. Na paragem de autocarro, no lado norte, é criada uma plataforma em lajeta de Granito Cinza Alpalhão (acabamento flamejado) que faz o prolongamento do passeio para dentro da linha de estacionamento de modo a permitir a imobilização do autocarro parcialmente na faixa de rodagem e na de estacionamento. Deste modo consegue-se manter a circulação na via e minorar a redução no número de lugares na faixa de estacionamento.

Mobiliário urbano

Sendo a intervenção numa das principais ruas da cidade de Ourém a escolha do mobiliário urbano procurou conciliar a dignidade dos equipamentos com a simplicidade e a necessidade de manter os custos num nível controlado.

Desta forma o mobiliário urbano escolhido foi o seguinte:

- Pilaretes/disuasores – do tipo URBELAB mod. Step fixo, ou equivalente;
- Grelhas para caldeira de árvore – do tipo URBELAB mod. Nuno Álvares Pereira, ou equivalente;
- Grelha para caldeira de árvore c/ banco integrado – do tipo URBELAB mod. Nuno Álvares Pereira c/ banco de assento curvo integrado, ou equivalente;
- Equipamentos de recolha de resíduos – embora o fornecimento destes equipamentos não faça parte desta empreitada, foi previsto no arranjo geral a manutenção dos dois contentores de resíduos existentes, bem como a colocação de um ecoponto.

Arborização e áreas verdes

Face ao debilitado estado da arborização existente foi prevista a sua substituição. Como tal está contemplada a remoção das árvores existentes e o seu transporte e acondicionamento no estaleiro municipal, e a plantação de novas árvores.

A arborização nova será composta por duas espécies: Liquidâmbar (*Liquidambar styraciflua*) e Tulipeiro-da-virgínia (*Liriodendron tulipifera*). A plantação será feita misturando as duas espécies aleatoriamente, conforme indicado em desenho, e com um compasso de 8,25 m (correspondente a 1,5 lugares de estacionamento).

As covas para plantação serão protegidas nos seus quatro lados e na sua profundidade (1,1 m), por chapa de aço galvanizada ondulada com 0.5 mm espessura, a fim de minimizar interferência das raízes com as redes de infraestruturas.

Nas caldeiras para plantação das árvores optou-se por um modelo com formato sobre o comprido para reduzir o seu impacto na largura livre do passeio. As caldeiras serão protegidas por uma grelha de aço pintado, permitindo a colocação dos tutores, necessários na primeira fase de crescimento das árvores. Onde se justifique criar zonas de estadia, caso da zona de paragem de autocarro, o sistema de grelhas previstas irá incluir a colocação lateral de um ou dois bancos individuais

Irão existir igualmente algumas zonas de canteiros onde serão plantados arbustos. Tanto a arborização como os canteiros serão dotados de sistema de rega

Iluminação pública

A colocação da iluminação pública teve em conta o arranjo geral. As colunas serão colocadas no passeio do lado norte, em alinhamento com a arborização.

Sinalização

Na sinalização integram-se a sinalização horizontal e vertical.

m) Reabilitação do espaço público da Vila Medieval

Valorização dos circuitos pedonais e revisão do circuito rodoviário

A escassez de sinalética direcional é uma das lacunas identificadas na deslocação de potenciais turistas. É necessário reabilitar circuitos pedonais no seio da Vila, como por

exemplo o caminho pedonal entre a Rua de São João e a Rua da Saudade (junto do parque de estacionamento poente do castelo).

Paralelamente, deverão ser implementadas medidas de segurança no interior das muralhas, e rever o trânsito rodoviário intra-muralhas, acautelando acidentes e melhorando o fluxo (rodo)viário.

Iluminação pública da Vila Medieval e dos monumentos nela inscritos

O projeto de iluminação pública da Vila Medieval de Ourém foi implementado nos anos 2005 e 2006. Não obstante, a valorização do conjunto monumental do burgo pressupõe um projeto integrado da iluminação dos monumentos que o integram. Neste processo encontram-se executadas as iluminações cénicas do pelourinho, da galeria municipal, da cisterna do castelo, da cripta do 4.º Conde de Ourém e do o espaço exterior que medeia a antiga colegiada e os sanitários públicos.

Nesta sequência, deverá prosseguir um plano integrado da iluminação cénica a projetar para os monumentos da Vila Medieval, o qual deverá conciliar a salvaguarda do património, a valorização e cenografia da sua monumentalidade e responder às necessidades de segurança dos cidadãos.

Mobilidade Urbana Sustentável – Ourém

a) Criação de eixo vertical pedonal estruturante – Vila Medieval

Os acessos condicionados à Vila Medieval são obstáculos ao aumento da taxa de visitas ao burgo. Como tal, é fundamental implementar um sistema de acesso ao interior do burgo, o qual trará vantagens acrescidas à circulação no interior do mesmo, uma vez que permitirá libertar ou minimizar o tráfego rodoviário e aumentar a circulação pedonal. Por conseguinte, esta medida é favorável à segurança dos residentes e visitantes, à fruição dos espaços públicos por esses e à salvaguarda do património cultural.

O acesso ao interior das muralhas será estabelecido entre a zona de interface de transportes a constituir a nascente da Vila Medieval, e o Largo do Pelourinho, onde está instalada a Galeria Municipal/Posto de Turismo, que acolhe e encaminha os visitantes/turistas da Vila Medieval.

O acesso deverá ser assegurado por uma plataforma mecânica de acesso ao interior das muralhas, pretendendo responder às exigências de segurança e de adaptação à mobilidade condicionada, ao mesmo tempo que visa introduzir elementos de conforto climático e de zonas de descanso.

b) Requalificação de eixos pedonais estruturantes – Centro da Cidade de Ourém

Neste âmbito, estabelece-se a requalificação de passeios, aumentando a sua largura útil, introduzindo novos pavimentos mais seguros e adaptados a mobilidade condicionada, introdução de elementos de conforto climático e de zonas de descanso, redimensionamento da iluminação pública, requalificação das travessias, alteração das paragens de TPU, entre outros.

Com esta ação pretende-se efetuar a ligação pedonal entre os pólos de concentração de atividade comercial e serviços (Edifício Sede do Município/centro histórico da cidade/zona de equipamentos/terminal de transportes/parque urbano), mediante intervenção em 4 eixos a fortalecer (Rua 5 de Outubro / Carvalho Araújo / Rua Dr. Francisco Sá Carneiro / Rua da Olaria / R. António Leitão)

c) Terminal de Transportes da Vila Medieval

Esta ação prevê a construção de um novo nó sistema de transportes, com cais de embarque, apoiado por uma zona de estacionamento, permitindo conexões de vários modos e/ou serviços de transporte, através de uma infra-estrutura que deverá estar conexa com a plataforma mecânica de acesso ao interior das muralhas, reforçando condições de estrutura física que permitam incentivar a mobilidade pedonal no acesso ao Castelo, constituindo modos suaves de mobilidade.

d) Terminal de Transportes do Centro da Cidade

O atual Interface de Transportes Rodoviários está localizado no edifício do Antigo Mercado Municipal, o qual irá ser reabilitado, conferindo-lhe uma nova funcionalidade, conforme descrita no projeto E2.

Consequentemente, esta valência sofrerá uma realocização para uma parcela próxima do centro urbano, nas imediações de diversos equipamentos coletivos, nomeadamente o centro de congressos, as piscinas municipais e o atual mercado municipal.

O interface será disposto na zona de cota baixa situando-se o acesso principal de passageiros a uma cota intermédia, sendo contudo a entrada de pessoas com acessibilidade condicionada efetuado junto à entrada geral de viaturas (cota mais baixa).

Edifício

O Edifício será subdividido em duas zonas, que embora interligadas, funcionarão como espaços autónomos (zona de público e zona de serviços/funcionários).

Na zona de público projeta-se um bar/cafetaria que terá uma vivência própria que se interligará com a envolvente.

A sala de espera forma um espaço amplo, na qual os utilizadores poderão usufruir de vários serviços, tais como, multibanco, telefones, internet, bilheteiras/informação/receção.

Em ligação estrita com a sala de espera, encontra-se o gabinete do chefe da estação e dos operadores, assim como as instalações sanitárias do público.

A zona de serviço/funcionários é constituída pela sala de descanso do pessoal, instalações sanitárias, balneários, vestiários e arrecadações.

Beneficiação de Infraestruturas Urbanas em Fátima – Centenário das Aparições)

Este investimento previsto está subjacente a candidatura a contrato-programa no âmbito da cooperação técnica e financeira da Administração Central com a Administração Local, instrumento regulado no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, sendo esperado um financiamento externo de 90% do valor elegível.

Fátima tem cada vez visibilidade no mundo, afluindo atualmente a esta cidade 6,7 milhões de visitantes de diversos pontos do globo movidos pela crença religiosa, mas atraídos por razões culturais e históricas. Em 2017 comemorar-se-á o primeiro Centenário das Aparições em Fátima, pelo que constituirá um período de extrema importância pelo valor histórico, religioso e social associado aquele acontecimento.

As comemorações do Centenário das Aparições que destacará Fátima e Portugal no mundo, e a vinda do Papa Francisco a Fátima em 2017, mobilizou assim as autoridades locais nos preparativos da cidade numa tentativa de proporcionar um melhor acolhimento junto do público alvo, designadamente dos milhares de peregrinos e turistas que se perspectivam que venham a participar nas comemorações, mas também da população residente.

Em contraste com a imagem disciplinada e monumental que caracterizam o Santuário de Fátima soma-se um desconexo de espaços e construções urbanisticamente desordenados. Assim, e tendo por base a forte ligação que Fátima desperta nos públicos locais, regionais e nacionais, o volume de gente que a cidade acolhe nos dias de maior peregrinação, as comemorações do primeiro Centenário das Aparições e a vinda do Papa Francisco urge equilibrar com a beneficiação de algumas infra-estruturas urbanísticas de forma a facilitar e complementar os acessos ao santuário, aos estacionamento, aos alojamentos, ao comércio, à restauração, mas também melhorar o ambiente paisagístico da cidade.

Neste sentido, as intervenções a realizar procuram melhorar a imagem da cidade e concomitantemente melhorar a qualidade de vida dos que ali residem e daqueles que por ali passam diariamente. Em suma, perspetiva-se assim beneficiar e requalificar essencialmente algumas infra-estruturas como os acessos a Fátima, objectivando em

última instância a segurança da população residente mas também dos diversos públicos que visitarão Fátima próximo ano.

Face ao exposto, o presente projeto traça os seguintes objetivos:

- 1) Melhorar a imagem urbana de Fátima;
- 2) Descongestionamento do tráfego nos dias de maior afluência;
- 3) Contribuir para o ordenamento do território na cidade;
- 4) Melhorar a qualidade de vida social e visual aos habitantes e turistas;

6.6 – Saneamento e Salubridade

Saneamento

O saneamento básico é um serviço público de interesse geral, que na área do Município ainda apresenta uma reduzida taxa de cobertura. Deste modo, será fundamental desenvolver uma rede de infraestruturas de saneamento, com o intuito de aumentar a qualidade ambiental dos recursos hídricos existentes. Por outro lado, urge remodelar e redimensionar algumas redes existentes, nomeadamente em Fátima, pois a forte pressão demográfica existente neste local, induz a necessidade de se proceder à adequação das infraestruturas existentes à procura atual e tendencial.

Após a anulação do concurso de concessão promovido anteriormente, será necessário aguardar pelas novas perspetivas de apoios financeiros particularmente no que concerne a fundos comunitários, considerando que sem a garantia de financiamento externo, não será exequível garantir os elevados volumes de investimento necessários promover nesta área.

A estratégia do *PENSAAR 2020* deixou de estar centrada na realização de infraestruturas para o aumento da cobertura, e passou agora a focalizar-se na gestão dos ativos, seu funcionamento e na qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente, requerendo uma nova conceção.

Em 2016 foram efetuadas candidaturas no âmbito do ciclo urbano da Água, estando a decorrer a fase de apreciação. A candidatura apresentada prevê a execução de dois

investimentos, concretamente no Sistema de Fátima englobando as localidades de Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga e uma outra que inclui as localidades de Cercal, Espite e Matas. O investimento global previsto situa-se na ordem de 3 milhões de euros.

Resíduos Sólidos Urbanos

As despesas com a recolha, transporte, tratamento de RSU's, bem como de limpeza urbana, assumem uma particular relevância no contexto dos encargos correntes deste município.

Ao nível estratégico destaca-se a publicação do PERSU 2020, em Diário da República, pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em DR (I Série) n.º 179, de 17 de setembro de 2014.

A estratégia para os resíduos, preconizada neste Plano, é assumida mantendo o objetivo de garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas. Promove ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procura integra-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactes da extração de recursos naturais e assegurar os recursos essenciais às nossas economias, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de desenvolvimento económico e de emprego (**Fonte:** Agência Portuguesa do Ambiente).

O PERSU 2020 também estabelece metas para o sistema multimunicipal da Valorlis:

- i. Meta Mínimo de Preparação para Reutilização e Reciclagem – 38% de RU recicláveis;
- ii. Meta Máximo de Deposição de RUB em Aterro – 50% de RUB produzidos;
- iii. Meta de Retomas de Recolha Seletiva – 42% Kg per capita por ano.

A Valorlis foi criada a 6 de agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, sendo responsável pelo transporte em alta e tratamento de resíduos sólidos urbanos e por todo o sistema

que envolve os resíduos sólidos urbanos recicláveis, tendo um contrato vigente por 25 anos.

Com a publicação do DL n.º 100/2014, de 02/07, com o objetivo de introduzir as adaptações necessárias para a entrada de iniciativa privada, a Valorlis passou a ter um contrato vigente até 2034, passando a ser exequível a entrada de capitais privados.

A SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A através de um contrato de prestação de serviços celebrado em 1995, renegociado em 2011 e depois de em 2016, por decisão do Tribunal Arbitral ter ficado definida uma prorrogação do contrato por mais de 5 anos, é responsável pela recolha e transporte até à estação de transferência da Gondemaria (ETG) de resíduos sólidos urbanos e pela limpeza urbana. A referida entidade é ainda responsável pela limpeza urbana.

Relativamente à recolha de monos, este serviço é atualmente prestado pela empresa do setor empresarial local Ourémviva.

Importa salientar que a diminuição das despesas decorrentes deste programa estão diretamente dependentes da alteração dos hábitos dos cidadãos que influem neste âmbito, designadamente em matéria de reciclagem e de tendências de consumo.

Para além do PERSU 2020, está aprovado o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos que vincula os municípios à adaptação dos seus tarifários ao regulamento, bem como a uma convergência tarifária em 5 anos, isto é até 2019.

Higiene Pública

No âmbito deste programa prevê-se a construção de um canil/gatil municipal, procurando-se garantir adequadas condições de abrigo para os animais que se encontrem abandonados na via pública.

Cemitérios

Em resultado da perspectiva de rutura, a breve prazo, do Cemitério Municipal situado na cidade de Ourém, urge encontrar uma solução que vise a disponibilização de mais espaço, a qual deverá tramitar pela sua ampliação.

6.7 – Proteção Civil

O Centro Municipal de Proteção Civil é uma estrutura permanente de direção que pretende garantir a coordenação e a articulação com todos os agentes de proteção civil municipal integrantes do sistema de proteção e socorro, assegurando a coordenação e o controlo das situações de âmbito municipal que, pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, requeiram a sua intervenção, acompanhando em permanência a situação operacional no domínio das entidades integrantes ao Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, apoiando técnica e operacionalmente o Município de Ourém e desenvolvendo cenários simulados de emergência, onde se testam e exercitam planos de contingência.

Na área territorial adstrita a este Município existem 3 corporações de bombeiros, designadamente, Associação Humanitária do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caxarias, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém. A corporação de Ourém tem ainda duas seções destacadas, sitas nas localidades de Espite e Freixianda. Consequentemente, importa harmonizar de forma articulada a coordenação e distribuição dos meios afetos a cada corporação, maximizando-se os recursos e potenciando-se a sua eficácia.

Relativamente ao apoio financeiro ao funcionamento das corporações de bombeiros existentes na área territorial do Município de Ourém, em 2014 estabeleceram-se protocolos com as três corporações, os quais vigoram até 2017.

6.8 – Desenvolvimento Económico

Água

O Sistema de Abastecimento de Água à população é explorado pela empresa CGE(P) (atualmente Be Water S.A.) no âmbito do contrato de concessão celebrado em 1996. Em 2005, foi feita uma renegociação ao contrato existente, tendo o tarifário sofrido um aumento de modo a ser possível proceder à remodelação das infraestruturas, através de um Plano de Investimentos no valor de 15 milhões de euros.

Em 2011 iniciou-se a renegociação do contrato, tendo o processo sofrido alguns atrasos devido à complexidade do negócio e ausência de indicadores na fase de concurso.

Em 2014, após um longo período de renegociação, a empresa apresentou uma última proposta (em finais do 1.º semestre de 2014), a qual sendo manifestamente divergente da proposta apresentada pela autarquia, derivou numa evidente falta de acordo.

Na sequência da audiência do dia 27 de outubro de 2015 do Tribunal Arbitral constituído para a resolução do conflito existentes entre o Município de Ourém e a Be Water, foi proferida a decisão arbitral que tem valor de sentença, que considera o seguinte acordo entre as partes:

- Alteração dos Anexos E1, H1, e L do Contrato de Concessão, de acordo com as novas redações;
- O tarifário previsto no Anexo H2, a preços constantes de 2012, a atualizar a 2015, passar a vigorar em 01/12/2015;
- A empresa concessionária comprometer-se a suportar, relativamente ao tarifário social e de famílias numerosas, um valor máximo total de 120 mil euros por ano, sendo o restante suportado pelo MO;
- A empresa concessionária comprometer-se a pagar anualmente ao MO uma renda no valor de 50 mil euros, valor que vence no dia 31/12 de cada ano que respeita, tendo início em 2016, do qual deverá ser deduzida a importância de 1.500,00 euros anuais, destinada à realização de ações de sensibilização ambiental;
- Qualquer financiamento ou subvenção pública de investimento a realizar pela concessionária, designadamente através de fundos comunitários, determina o

direito de reequilíbrio económico-financeiro do Contrato, o qual se repercutirá direta e imediatamente no tarifário, na proporção do investimento que a concessionária deixa de suportar.

O Plano de Investimentos previsto no Anexo E2 totaliza o montante de 3.410.705,00€ a preços constantes de 2004.

Energia

Neste âmbito, integrado no financiamento comunitário contratualizado na CIMT relativamente a Investimentos Territoriais Integrados, prevêm-se duas ações relativas à eficiência energética designadamente no âmbito da Piscina Municipal de Ourém e da Iluminação Pública, com as quais se almejam induzir poupanças no consumo energético associado.

Turismo

Tendo como objetivo assinalar o centenário das aparições em Fátima (1917/2017), serão desenvolvidas diversas ações que vão desde iniciativas promocionais à valorização urbana do território, tendencialmente em parceria com entidades externas. Nestas ações elencam-se as seguintes:

- a) Workshop Internacional de Turismo Religioso: Sendo já uma referência, pretende-se que Workshop assuma uma relevância adicional em 2017, podendo dar um contributo decisivo para a consolidação de um Mercado de Turismo Religioso em Portugal.
- b) Exposição “ A Estada dos Pastorinhos na Casa do Administrador ”: Exposição evocativa e educativa da passagem da sede do concelho dos Videntes.
- c) Caminhada Internacional da Paz: Esta prova de carácter lúdico/desportivo deve ser um momento adicional de divulgação da mensagem de Fátima, mas também um novo momento no calendário turístico/económico do nosso concelho.
- d) Jardim do Centenário (plantação de 100 árvores): Este jardim ambiciona ser uma nova centralidade na Freguesia de Fátima, procurando assim

disponibilizar uma nova valência de natureza que a cidade até à data não possui.

- e) Festival da Paz: Momento festivo, de carácter artístico, que terá como principal objetivo brindar os jovens de idade e os jovens de espírito, de bons momentos musicais e artísticos. Procura-se nesta organização a presença de artistas dos 5 continentes e que possam também eles serem exemplos da mensagem de Fátima.
- f) Congresso de Ourém: Programa abrangente de debate e de valorização dos pensadores do território e das políticas públicas de investimento. Ao longo de 12 meses, em sessões trimestrais pretende-se debater temáticas relacionadas com Fátima e com a sua interação com as pessoas e economias regionais.
- g) Festival Internacional de Folclore: Procurar a internacionalização e a amizade entre povos por via da dança tradicional, podendo buscar outras formas de danças tradicionais, para além do que é a nossa riqueza nacional e acreditando que esta herança é totalmente compatível com a mensagem e a vocação de Fátima.
- h) Encontro Nacional de Pastelaria: Este encontro pretende valorização e destaca-las publicamente, competências ricas e próprias do nosso território, podendo também assim divulgar a boa formação educacional como umas características desta marca Fátima. Sabemos que hoje os fluxos turísticos se fazem também considerando as experiências gastronómicas e de prazeres de sabores.
- i) Conferência “Fátima e a 1ª República”: Sessão de saber científico que trará até nós um debate diverso, mas certamente caraterizador de contextos relevante para a história.
- j) Festival Literário de Fátima: Decorrida uma primeira edição, estamos certos que esta vertente literária, acompanhará nas próximas décadas a vontade dos homens de Ourém e de Fátima. A simbiose da experiência introspectiva da religião, com a valorização de experiências vividas por experiências literárias, caminhará juntos em vivências futuras.

Ainda no âmbito do turismo serão de referir o projeto inerente aos Caminhos de Fátima no qual se pretende requalificar os caminhos do peregrino existentes no

Concelho, bem como a implementação de uma rede wireless na Vila Medieval de Ourém.

Apoio ao tecido empresarial

No âmbito do investimento municipal serão de destacar a área de localização empresarial em Freixianda, a beneficiação da zona industrial de Casal dos Frades, esta última numa perspetiva de intervenção mais alargada, designadamente no que concerne à melhoria dos acessos (troços IC9 – ZI e ZI – Caxarias), o Parque de Negócios Ourém Poente (Gondemaria) e o Núcleo de Atividade Económica da Lameirinha.

Outras ações de desenvolvimento

Neste contexto destaca-se a participação do Município nas ações inerentes à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, ou ainda diversas ações de apoio ao emprego e particularmente no âmbito de estágios profissionais e programas de emprego inserção.

Será ainda de referir a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) previsto na Lei 53/2014, de 25 de agosto, segundo o qual o MO irá contribuir com 1.540.412,98 euros. Esta realização será efetuada em 7 anos, tendo-se iniciado em 2015 e terminando em 2021. Deste modo, o encargo anual será na ordem de 220,1 mil euros.

Ações de Cooperação

Neste programa estabelecem-se despesas relativas à cooperação com outros territórios sejam cidades geminadas/congéneres ou PALOP's

6.9 – Comunicações e Transportes

No âmbito deste objetivo, será premente referir a enorme extensão de redes viárias municipais, facto que induz a necessidade premente de beneficiação das infra-estruturas existentes, induzindo a afetação de um elevado volume das despesas

municipais a estes objetivos, as quais não estão expressas na sua totalidade nas Opções do Plano, considerando que uma parte significativa destas intervenções é efetuada com recurso à Administração Direta.

No ano económico de 2017, destacam-se os seguintes investimentos:

a) Beneficiação da EN360 (Zona limítrofe c/Alcanena)

Com esta ação pretende-se proceder à beneficiação desta via, a qual é preponderante no eixo viário de acesso interno e externo à área do Município, ou seja, com ligação intermunicipal entre o Município de Ourém e o Município de Alcanena, tratando-se de uma estrada nacional desclassificada.

Importa referir que, para além de ser uma das principais vias rodoviárias de acesso a este Município, nomeadamente à cidade de Fátima, trata-se de uma via cuja circulação pedonal, em certos períodos do ano, é intensa devido à grande afluência de peregrinos que convergem a Fátima oriundos de sul, nomeadamente entre os meses de maio a outubro.

b) ER 356 (Intervenção para salvaguarda da vida humana – Lei 27/2016)

A estrada em referência, cuja responsabilidade é do IP, manifesta acentuada degradação, pondo em risco a segurança dos seus utilizadores diários. Face à inoperância da entidade pública que gere a referida infraestrutura, apesar do Município de Ourém ter formalizado, através de relatório detalhado, a identificação das situações graves que carecem de resolução urgente, será forçoso que esta autarquia se substitua ao IP, sanando com urgência as situações elencadas, tendo em vista a salvaguarda da vida humana, na expectativa de, após tal ocorrência, encetar imediatamente um procedimento de ressarcimento financeiro do montante dispendido.

c) Rotunda de S. Sebastião (Atouguia);

d) Estrada de Fungalvaz (Alburitel);

e) Beneficiação da Ligação (Gondemaria-Olival);

f) Reabilitação da Estrada N.ª Sr.ª da Ortiga (Fátima);

g) Reabilitação da Estrada do Salgueiral (Espite);

- h) Variante do Olival;
- i) Largo do Teso – CEOurém Nascente;
- j) Rua da Salgueira (Casal dos Bernardes);
- k) Rua da Amenta (Freixianda).

6.10 – Defesa do Ambiente

No âmbito deste objetivo surge como despesa de maior dimensão material a manutenção de jardins e espaços verdes, estando uma parte da área de intervenção inerente a este objetivo, à responsabilidade de uma empresa municipal, cujo capital é detido a 100% por este Município.

6.11 – Freguesias

Lei 75/2013

A Lei 75/2013, de 12 de setembro veio estabelecer no artigo 132.º, que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia as seguintes competências das Câmaras Municipais:

- a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- f) Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

Deste modo, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º da lei em referência, as câmaras municipais e as juntas de freguesia, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, celebram um acordo de execução que prevê expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas no artigo anterior.

Complementarmente, reporta o artigo 115.º que deverão ser promovidos os estudos necessários (com as devidas adaptações) de modo a que a concretização da transferência de competências assegure a demonstração dos seguintes requisitos:

- a) O não aumento da despesa pública global;
- b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos;
- c) Os ganhos de eficácia;
- d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º (aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis);
- e) A articulação entre os diversos níveis de administração pública.

Neste âmbito, a assembleia municipal, em 27 de junho de 2014, aprovou um protocolo de cooperação no domínio da rede viária e arruamentos, o qual estabelece uma transferência financeira anual para as freguesias de 700 mil euros (2015 a 2017, após 250 mil euros em 2014). Em 2016, em resultado do elevado volume de saldo orçamental do exercício anterior, o valor anual da transferência foi extraordinariamente alterado para o dobro do valor inicial, ou seja, para 1,4 milhões de euros.

6.12 – Instalações Municipais

Neste objetivo será de destacar o Edifício Multiusos de Caxarias. Este investimento visa dotar, num único espaço, a Vila de Caxarias com diversos serviços públicos, como a instalação da sede da Freguesia, Casa do Povo, de um posto de saúde e até mesmo de uma ludoteca, facultando à população um acesso versátil e diversificado. Complementarmente, importa sublinhar que esta infraestrutura permitirá criar espaços com outra polivalência, como a organização de eventos de cariz lúdico, cultural e social, bem como a promoção de atividades ligadas às dinâmicas locais.

O projeto em apreço será composto por dois pisos, o rés do chão e o piso superior, o que perfaz uma área útil de 1 477.30 m². Na disposição destes pisos, instalar-se-á a

Casa do Povo, Centro Médico, uma ludoteca, a sede da Freguesia bem como uma Sala Polivalente com Cozinha e respetivos comuns.

Em contrato-programa a estabelecer com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o Município deverá executar projetos de investimento que visam a implementação de Centros de Saúde em Sobral, Alburitel, Olival e Caxarias, procurando garantir-se melhores condições para os serviços de saúde associados.

7. Estrutura Orçamental

7.1 – Receita

7.1.1 – Descrição

As transferências correntes e as transferências de capital assumem o maior peso no orçamento da receita, representando, respetivamente, 35,2% e 26,6% do seu total. Ainda com um peso bastante significativo, destacam-se as receitas relativas a impostos diretos (22,5%).

As receitas resultantes de rendimentos de propriedade significam 4,2% das receitas totais.

Importa referir que as receitas resultantes do recurso ao crédito representam 3,8% das receitas totais. Porém, importa mencionar que, o montante em apreço se encontra influenciado pela dotação relativa ao empréstimo de curto prazo.

As vendas de bens e serviços e as taxas, multas e outras penalidades constituem repetivamente 3,5% e 2,8% das receitas totais.

As receitas próprias deverão representar 34,3% das receitas totais, circunstância que reflete a relevância das receitas resultantes de transferências correntes e de capital, as quais ascendem a um valor próximo de 24,2 milhões de euros, ou seja, assumem 61,8% das receitas totais previstas.

7.1.2 – Quadro (Estrutura da Receita)

Quadro 7 – Estrutura da Receita

Descrição da Receita	Uni :Euro	
	2017	(%)
Impostos directos (1)	8.797.700,00	22,52
Impostos indirectos (2)	455.500,00	1,17
Taxas, multas e outras pen. (3)	1.099.800,00	2,81
Rendimentos de prop. (4)	1.658.400,00	4,24
Transf. Correntes (5)	13.757.278,00	35,21
Venda bens/serv. Correntes (6)	1.358.600,00	3,48
Outras receitas correntes (7)	38.000,00	0,10
Venda bens investimento (8)	5.400,00	0,01
Transf. Capital (9)	10.400.558,00	26,62
Activos financeiros (10)	2.100,00	0,01
Passivos financeiros (11)	1.500.200,00	3,84
Outras receitas capital (12)	300,00	0,00
Reposições não abat. pag. (13)	114,00	0,00
Total de Receitas Correntes	27.165.278,00	69,52
Total de Receitas de Capital	11.908.558,00	30,48
Outras Receitas	114,00	0,00
TOTAIS	39.073.950,00	100,00

7.1.3 – Gráfico (Estrutura da Receita)

O presente gráfico considera os seguintes pressupostos, obtidos por relação ao quadro da estrutura da receita apresentado no ponto anterior:

Impostos e Taxas = (1) + (2) + (3)

Transferências Correntes = (5)

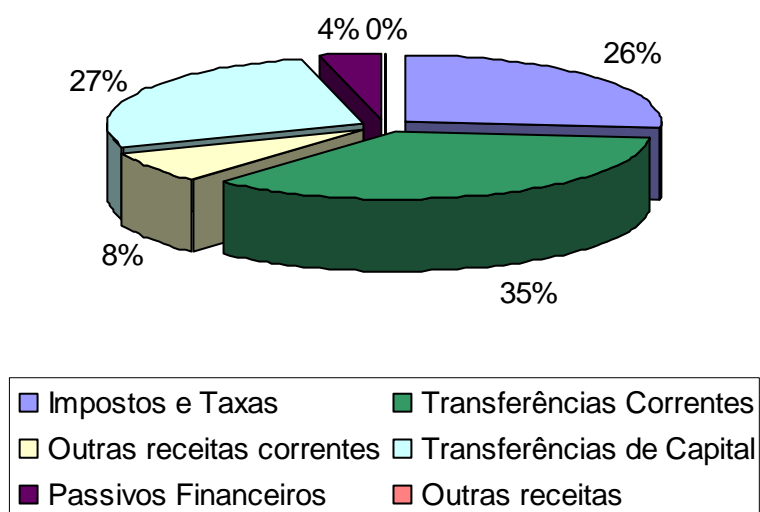
Outras receitas correntes = (4) + (6) + (7)

Transferências de Capital = (9)

Passivos Financeiros = (11)

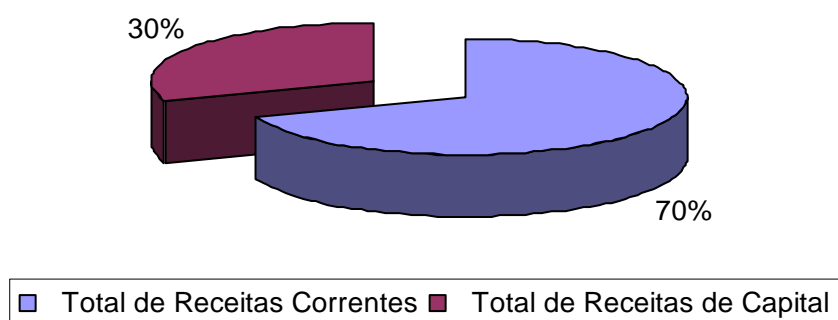
Outras receitas de capital = (8) + (10) + (12) + (13)

Gráfico 1 - Estrutura da Receita



7.1.4 – Gráfico (Estrutura da Receita - Resumo)

Gráfico 2 - Estrutura da Receita (Resumo)



7.1.5 – Observância das regras previsionais

Quadro 8 – Cumprimento das regras previsionais (Impostos, taxas e tarifas)

Uni: Euro

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	DESIGNAÇÃO	01/09/2014 a 31/12/2014	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2016 a 31/08/2016	TOTAL de Receitas Cobradas	Média aritmética simples	Dotação p/2017	Obs.
					RECEITAS CORRENTES - cobradas líquidas							
01					Impostos directos *							
01	02				Outros							
01	02	02			Imposto municipal sobre imóveis *	2.068.840,33	6.422.449,24	4.244.608,87	12.735.898,44	6.367.949,22	6.367.900,00	
01	02	03			Imposto único de circulação	287.116,27	981.678,83	702.234,21	1.971.029,31	985.514,66	985.500,00	
01	02	04			Imposto municipal sobre as transacções onerosas de imóveis	300.177,15	1.128.207,20	824.429,78	2.252.814,13	1.126.407,07	1.126.400,00	
01	02	05			Derrama	81.783,97	493.807,58	556.298,21	1.131.889,76	565.944,88	565.900,00	
01	02	07			Impostos abolidos *				0,00			
01	02	07	01		Contribuição autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
01	02	07	02		Imposto municipal de sisa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
01	02	07	03		Imposto municipal sobre veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
01	02	07	99		Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
01	02	99			Impostos directos diversos *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
					TOTAL DO CAPÍTULO 01	2.737.917,72	9.026.142,85	6.327.571,07	18.091.631,64	9.045.815,82	9.046.200,00	
02					Impostos indirectos *							
02	02				Outros							
02	02	06			Impostos indirectos específicos das autarquias locais *							
02	02	06	01		Mercados e feiras *	1.280,94	11.221,27	7.836,89	20.339,10	10.169,55	10.200,00	
02	02	06	02		Loteamentos e obras *	46.617,70	131.966,32	132.305,91	310.889,93	155.444,97	155.400,00	
02	02	06	03		Ocupação da via pública *	259,48	1.405,56	464,28	2.129,32	1.064,66	1.100,00	
02	02	06	05		Publicidade *	8.529,91	26.772,99	26.695,75	61.998,65	30.999,33	31.000,00	
02	02	06	06		Saneamento *							
02	02	06	06	01	Conservação	51.321,29	147.253,78	97.172,70	295.747,77	147.873,89	147.900,00	
02	02	06	06	02	Tratamento	24.308,54	68.535,50	42.856,62	135.700,66	67.850,33	67.900,00	
02	02	06	07		Utilização da rede viária municipal *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
02	02	06	99		Outros *							

02	02	06	99	01	TMDP *	2.744,03	17.279,97	7.459,62	27.483,62	13.741,81	13.700,00
02	02	06	99	02	TDFTH *	30,55	584,64	79,43	694,62	347,31	300,00
02	02	06	99	03	Gestão de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
02	02	06	99	04	Gestão florestal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
02	02	06	99	05	Emolumentos notariais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
02	02	06	99	06	Certidões	532,30	2.082,49	816,30	3.431,09	1.715,55	1.700,00
02	02	06	99	07	Autenticação documental	267,83	1.282,58	1.077,29	2.627,70	1.313,85	1.300,00
02	02	06	99	08	Plantas topográficas	76,64	516,24	105,60	698,48	349,24	300,00
02	02	06	99	09	Taxis	60,00	175,00	229,10	464,10	232,05	200,00
02	02	06	99	10	Licenciamento especial de ruído	418,59	2.475,17	1.157,53	4.051,29	2.025,65	2.000,00
02	02	06	99	11	Fogueiras e queimadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
02	02	06	99	12	Elevadores	5.216,80	15.822,80	23.006,50	44.046,10	22.023,05	22.000,00
02	02	06	99	13	Instalações de amaz. e abastecimento de combustíveis	1.804,60	4.075,00	602,70	6.482,30	3.241,15	3.200,00
02	02	06	99	14	Máquinas de diversão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
02	02	06	99	15	Inertes - Ressarcimento de prejuízos causados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
02	02	06	99	16	Espectáculos e divertimentos públicos	159,90	498,60	518,70	1.177,20	588,60	600,00
02	02	06	99	17	Serviço de Metrologia Municipal	3.595,12	10.923,08	5.597,73	20.115,93	10.057,97	10.100,00
02	02	06	99	99	Outros	2.001,50	5.837,74	3.580,17	11.419,41	5.709,71	5.700,00
TOTAL DO CAPÍTULO 02						149.225,72	448.708,73	351.562,82	949.497,27	474.748,64	475.300,00
04					Taxas, multas e outras penalidades *						
04	01				Taxas						
04	01	23			Taxas específicas das autarquias locais *						
04	01	23	01		Mercados e feiras	33.228,40	119.219,98	66.403,19	218.851,57	109.425,79	109.400,00
04	01	23	02		Loteamentos e obras	78.713,68	222.421,29	148.239,06	449.374,03	224.687,02	224.700,00
04	01	23	03		Ocupação da via pública	0,00	460,99	72,54	533,53	266,77	300,00
04	01	23	05		Caça, uso e porte de arma						
04	01	23	06		Saneamento *						
04	01	23	06	01	Conservação	153.963,91	441.761,34	278.020,81	873.746,06	436.873,03	436.900,00
04	01	23	06	02	Tratamento	72.925,62	205.606,48	124.070,80	402.602,90	201.301,45	201.300,00
04	01	23	99		Outras *				0,00		
04	01	23	99	01	TDFTH *	0,00	48,72	48,88	97,60	48,80	100,00
04	01	23	99	02	Taxa pela emissão de certificado de registo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00

04	01	23	99	03	Gestão de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
04	01	23	99	04	Gestão florestal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
04	01	23	99	05	Emolumentos notariais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
04	01	23	99	06	Certidões	2.578,50	13.914,77	6.336,94	22.830,21	11.415,11	11.400,00
04	01	23	99	07	Autenticação documental	233,29	574,89	588,92	1.397,10	698,55	700,00
04	01	23	99	08	Plantas topográficas	1.604,65	3.617,24	2.021,21	7.243,10	3.621,55	3.600,00
04	01	23	99	09	Taxis	30,00	30,00	115,80	175,80	87,90	100,00
04	01	23	99	10	Licenciamento especial de ruído	10,34	51,50	82,72	144,56	72,28	100,00
04	01	23	99	11	Fogueiras e queimadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
04	01	23	99	12	Elevadores	1.073,60	1.850,60	3.227,40	6.151,60	3.075,80	3.100,00
04	01	23	99	13	Instalações de amaz. e abastecimento de combustíveis	241,40	1.077,60	600,00	1.919,00	959,50	1.000,00
04	01	23	99	14	Máquinas de diversão	0,00	0,00	54,40	54,40	27,20	100,00
04	01	23	99	15	Guarda nocturno	0,00	74,10	0,00	74,10	37,05	100,00
04	01	23	99	17	Gestão de licenças de condução	0,00	0,00	9,75	9,75	4,88	100,00
04	01	23	99	99	Outras	1.142,97	2.010,77	1.016,90	4.170,64	2.085,32	2.100,00
04	02				Multas e outras penalidades						
04	02	01			Juros de mora *	35.324,90	44.858,21	32.408,05	112.591,16	56.295,58	56.300,00
04	02	02			Juros compensatórios *	2.383,94	6.649,90	3.076,47	12.110,31	6.055,16	6.100,00
04	02	04			Coimas e penalidades por contra-ordenações *	17.446,41	42.468,73	23.076,11	82.991,25	41.495,63	41.500,00
04	02	99			Multas e penalidades diversas *	0,00	0,00	432,00	432,00	216,00	200,00
TOTAL DO CAPÍTULO 04						400.901,61	1.106.697,11	689.901,95	2.197.500,67	1.098.750,34	1.099.700,00
07					Venda de bens e serviços correntes *						
07	01				Venda de bens						
07	01	01			Material de escritório *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
07	01	02			Livros e documentação técnica *	0,00	0,00	14,16	14,16	7,08	100,00
07	01	03			Publicações e impressos *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
07	01	04			Fardamentos e artigos pessoais *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
07	01	05			Bens inutilizados *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
07	01	06			Produtos agrícolas e pecuários *	0,00	58.585,96	855,60	59.441,56	29.720,78	29.700,00
07	01	07			Produtos alimentares e bebidas *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
07	01	08			Mercadorias *	348,93	2.359,97	2.044,31	4.753,21	2.376,61	2.400,00
07	01	09			Matérias de consumo *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
07	01	10			Desperdícios, resíduos e refugos *						
07	01	10	01		Sucata	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
07	01	10	02		Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00

07	01	11			Produtos acabados e intermédios *							
07	01	11	01		Inertes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	01	11	02		Outros	31,20	42,00	46,00	119,20	59,60	100,00	
07	01	99			Outros	214,70	871,29	879,99	1.965,98	982,99	1.000,00	
07	02				Serviços							
07	02	01			Aluguer de espaços e equipamentos *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	03			Vistorias e ensaios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	04			Serviços de laboratório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	05			Actividades de saúde *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	06			Reparações *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	07			Alimentação e alojamento *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	08			Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto *							
07	02	08	01		Serviços sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	08	02		Serviços recreativos							
07	02	08	02	01	Turismo Sénior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	08	02	99	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	08	03		Serviços culturais							
07	02	08	03	01	Turismo Sénior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	08	03	99	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	08	04		Serviços desportivos	0,00	0,00	254,01	254,01	127,01	100,00	
07	02	09			Serviços específicos das autarquias *							
07	02	09	01		Saneamento (Ligação) *	6.093,56	24.763,87	12.880,80	43.738,23	21.869,12	21.900,00	
07	02	09	02		Resíduos sólidos *	439.781,03	1.231.676,36	762.877,00	2.434.334,39	1.217.167,20	1.217.200,00	
07	02	09	03		Transportes colectivos de pessoas e mercadorias							
07	02	09	03	01	Transporte efectuado pelos bombeiros ou ambulância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	09	03	02	Transportes escolares	1.409,85	2.582,45	0,00	3.992,30	1.996,15	2.000,00	
07	02	09	03	03	Transporte de pessoas e mercadorias	595,68	1.213,73	1.556,94	3.366,35	1.683,18	1.700,00	
07	02	09	03	09	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	02	09	04		Trabalhos por conta de particulares *	333,82	1.520,28	430,50	2.284,60	1.142,30	1.100,00	
07	02	09	05		Cemitérios	10.093,90	24.203,40	8.571,90	42.869,20	21.434,60	21.400,00	
07	02	09	06		Mercados e feiras *	12.266,99	9.004,46	0,00	21.271,45	10.635,73	10.600,00	
07	02	09	07		Parques de estacionamento	0,00	1.631,10	4.301,00	5.932,10	2.966,05	3.000,00	
07	02	09	08		Parques de campismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	

07	02	09	99		Outros *	0,00	0,00	6,43	6,43	3,22	100,00	
07	02	99			Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
07	03				Rendas							
07	03	01			Habitação	126,57	83,82	85,10	295,49	147,75	100,00	
07	03	02			Edifícios	10.146,17	51.540,17	25.431,36	87.117,70	43.558,85	43.600,00	
07	03	99			Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
TOTAL DO CAPÍTULO 07						481.442,40	1.410.078,86	820.235,10	2.711.756,36	1.355.878,18	1.358.600,00	
09					Venda de bens de investimento *							
09	01				Terrenos	39.050,00	20.550,00	0,00	59.600,00	29.800,00	29.800,00	
09	02				Habitações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
09	03				Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
09	04				Outros bens de investimento	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	500,00	500,00	
TOTAL DO CAPÍTULO 09						0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	500,00	500,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES RELATIVAS A IMPOSTOS, TAXAS E TARIFAS, VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO						3.769.487,45	11.991.627,55	8.189.270,94	23.950.385,94	11.975.192,97	11.979.800,00	

7.2 – Despesa

7.2.1 – Descrição

Ao nível das despesas correntes, destacam-se as despesas relacionadas com a aquisição de bens e serviços, as quais representam no seu cômputo 27,9%, sendo a sua representatividade individual respetivamente de 1,3% e 26,6%, denotando um forte pendor de representatividade das despesas reportadas à aquisição de serviços.

As despesas com pessoal significam 19,3% do total do orçamento da despesa e 34,3% do total das despesas correntes.

Relativamente a entidades terceiras, constata-se a afetação de 13,1% do orçamento da despesa aos subsídios e às transferências correntes e de capital concedidas.

A aquisição de bens de capital (aquisição de bens de investimento, locação financeira e bens de domínio público) tem uma significativa preponderância no orçamento da despesa, visto significar 29,4% do seu total, sendo particularmente representativa a componente reportada à aquisição de bens do domínio público (20,7%), sendo esta circunstância alavancada com os financiamentos externos consignados aos investimentos previstos captar em 2017.

Os encargos com o stock da dívida (juros e amortizações) designam cerca de 9,2% das despesas totais, sendo importante realçar que este montante se encontra afetado pela dotação referente à amortização do empréstimo de curto prazo.

Com um baixo valor de representatividade dada a especificidade associada, surgem as outras despesas correntes (0,5%), bem como os capítulos inerentes a ativos financeiros (0,6%) e outras despesas de capital.

7.2.2 – Quadro (Estrutura da Despesa)

Quadro 9 – Estrutura da Despesa

Descrição da Despesa	Uni : Euro	
	2017	(%)
Pessoal (1)	7.525.250,00	19,26
Aquisição de Bens (2)	501.800,00	1,28
Aquisição de Serviços (3)	10.391.100,00	26,59
Juros e Outros Encargos (4)	130.800,00	0,33
Transferências Correntes (5)	2.438.000,00	6,24
Subsídios (6)	758.500,00	1,94
Outras Despesas Correntes (7)	207.300,00	0,53
Aquis. Bens de Investimento (8)	3.404.900,00	8,71
Locação Financeira (9)	500,00	0,00
Bens do Domínio Público (10)	8.099.000,00	20,73
Transferências de Capital (11)	1.916.800,00	4,91
Activos Financeiros (12)	223.800,00	0,57
Passivos Financeiros (13)	3.476.000,00	8,90
Outras Despesas de Capital (14)	200,00	0,00
Total de Despesas Correntes	21.952.750,00	56,18
Total de Despesas de Capital	17.121.200,00	43,82
TOTAIS	39.073.950,00	100,00

7.2.3 – Gráfico (Estrutura da Despesa)

O presente gráfico considera os seguintes pressupostos, obtidos por relação ao quadro da estrutura da receita apresentado no ponto anterior:

Pessoal = (1)

Aquisição de Bens e Serviços = (2) + (3)

Transferências Correntes = (5)

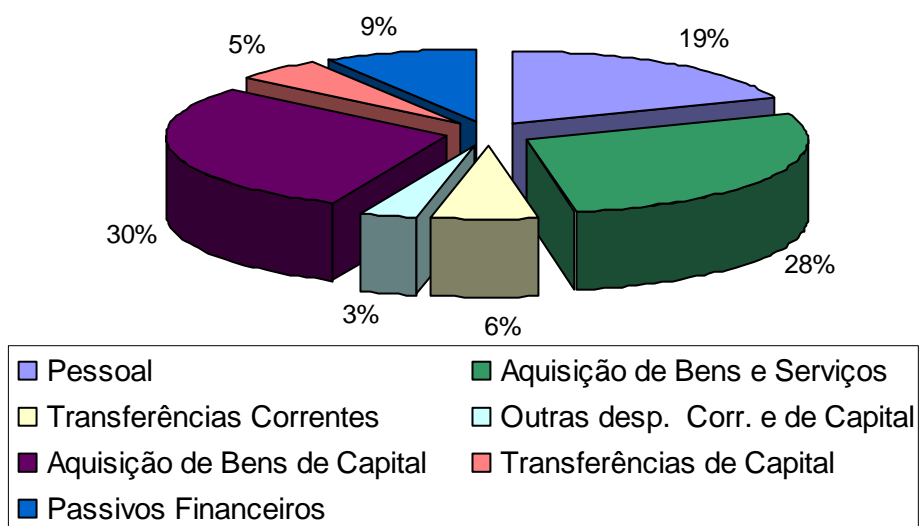
Aquisição de Bens de Capital = (8) + (9) + (10)

Transferências de Capital = (11)

Passivos Financeiros = (13)

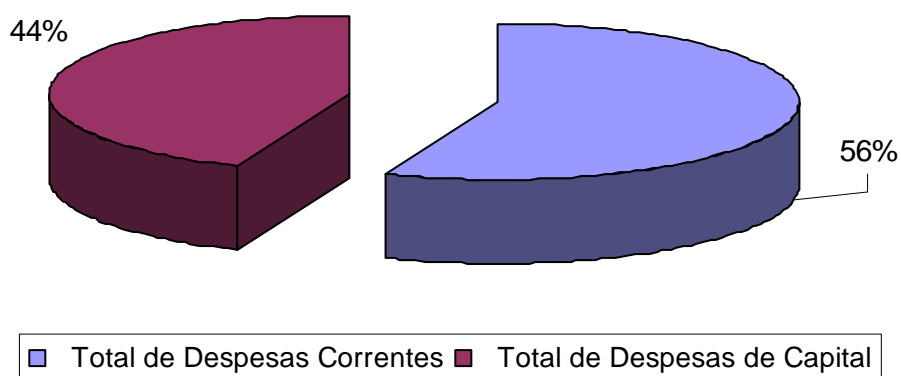
Outras Despesas = (4) + (6) + (7) + (12) + (14)

Gráfico 3 - Estrutura da Despesa



7.2.4 – Gráfico (Estrutura da Despesa – Resumo)

Gráfico 4 - Estrutura da Despesa (Resumo)



8. Análise Comparativa do Orçamento

8.1 – Comparação das dotações de Receita Previstas (2015 a 2017)

8.1.1 – Descrição

Descrição das Receitas por capítulos:

- **IMPOSTOS DIRETOS**

Ao nível destes impostos, o orçamento apresenta uma variação negativa, em 4,9% (-452,9 mil euros), resultante essencialmente do decréscimo previsto no IMI (-421,1 mil euros).

Neste âmbito será de referir que a comparação é efetuada com as previsões iniciais constantes nos documentos previsionais de 2016, as quais, neste âmbito, estão condicionadas às regras previsionais estabelecidas pelo POCAL.

No contexto dos impostos municipais, e considerando que não foi deliberado pela assembleia municipal a carga fiscal a incidir em 2017, considera-se a aplicação das taxas praticadas em 2016. deste modo:

- IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis:
 - 0,330% sobre prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis) (no ano anterior vigorou 0,700%);
 - 0,80% para prédios rústicos.
- Derrama sobre o IRC:
 - Taxa geral de 1,35% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas);
 - Isenção da taxa reduzida, a qual incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (Imposto sobre o

Rendimento de Pessoas Coletivas), para as entidades com volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros.

No que se reporta ao IMI será de referir que o Município de Ourém denota uma evidente vantagem fiscal, face a um considerável número de municípios que integram a região envolvente e que abdica de um acréscimo potencial desta receita (se aplicada a taxa máxima), na ordem de 2,25 milhões de euros.

A LOE/2015 (Lei 82-B/2014), de 31 de dezembro, veio aditar o CIMI, com a possibilidade dos municípios deliberarem uma redução da taxa do IMI incidente sobre a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que fazem parte do seu agregado, atendendo ao previsto no artigo 13.º do Código do IRS, de acordo com a seguinte tabela:

Quadro – Reduções admissíveis

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa até
1	10%
2	15%
3	20%

De acordo com os dados remetidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo por referência o ano de 2015 (cobrança em curso no ano de 2016), o número de agregados que poderão beneficiar desta eventual redução ascende a 3.906, associado a um Valor Patrimonial Tributário (VPT) de 330.921.710,99 euros, da qual deriva uma coleta de 778.878,57 euros (a coleta tem em consideração as isenções de IMI vigentes).

Se praticada a redução aplicada em 2016 (redução pelas taxas máximas), as receitas anuais sofrerão uma quebra próxima de 103,6 mil euros, beneficiando 3.906 famílias.

No que concerne à Derrama importa salientar que a aplicação de isenção aplicável às entidade com volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros, representa uma isenção fiscal a 66% do setor empresarial. Mantendo a taxa atualmente vigente, o Município de Ourém abdica de uma receita próxima de 108,7 mil euros.

- **IMPOSTOS INDIRETOS**

Os valores apresentados indicam uma ligeira variação positiva, face às previsões estipuladas no orçamento de 2016, na ordem dos 0,5%.

Neste âmbito, as receitas com maior expressividade, reportam-se ao saneamento, as quais significam 47,4% do total dos impostos indiretos.

Os impostos indiretos relativos aos loteamentos e obras sofrem agora uma inflexão da tendência de quebra que se vem verificando, anualmente, desde 2006, prevendo-se para 2017 uma receita na ordem de 155,4 mil euros, embora muito distante se efetuada comparação com o auge obtido em 2006.

Nesta área, persiste a premência de intervenção no contexto da publicidade e do domínio público, áreas em que o Município está manifestamente aquém do seu potencial de receita e onde impera, sobretudo, aplicar maior justiça tributária, embora seja de salientar que o regulamento de publicidade, complementado com a legislação actualmente vigente, impele uma assinalável diminuição dos actos sujeitos a cobrança.

- **TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**

As previsões estabelecidas significam uma quebra destas receitas em 41%, (variação absoluta negativa em 763,9 mil euros), sendo de salientar que o ano de 2016 apresentava a previsão dos valores decorrentes do acionamento de garantias bancárias às entidades Aquino Construções S.A. e Asibel S.A., ambas relativas às empreitadas de requalificação da Av. D. J. Alves Correia da Silva, mas cuja recebimento, nesta fase, não será expectável.

Importa ainda mencionar a relevância das taxas inerentes ao saneamento (638,2 mil euros), e embora com menor expressão, as taxas decorrentes dos loteamentos e obras (224,7 mil euros) e de mercados e feiras (109,4 mil euros).

- **RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**

No âmbito das receitas incluídas no presente capítulo, prevê-se um aumento próximo de 2,4%.

Com um peso muito significativo no âmbito destes rendimentos, surgem as rendas de concessão de bens do domínio público, particularmente as resultantes do contrato firmado com a EDP ($\pm 1,5$ milhões de euros).

- **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

No que concerne às receitas desta natureza, prevê-se um aumento na ordem de 1,9%. Este aumento resulta da variação positiva obtida no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e apesar da quebra na participação do IRS (5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município de Ourém, relativos aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º1, do artigo 78º do Código do IRS) e à circunstância de desde 2016 o Orçamento de Estado não prever qualquer transferência para os Municípios no âmbito dos transportes escolares, os quais passaram a estar incluídos no Fundo Social Municipal, o qual não sofre qualquer variação em 2017.

Será ainda de sublinhar que, no que concerne à área da Educação, embora se reconheçam dívidas do Ministério da Educação e Ciência referentes a transportes escolares (escolas suspensas e alunos com necessidades especiais), bem como no âmbito das refeições escolares, estas não foram dispostas no orçamento da receita, face à dificuldade de cobrança existente no horizonte da previsão estabelecida.

O valor ligeiramente superior a 2,1 milhões de euros relativos a transferências de competências na área da Educação, visa financiar os encargos de similar dimensão, com o pessoal não docente transferido pelo Ministério da Educação para o Município de Ourém (competência delegada desde 2010).

Será ainda de destacar uma receita previsional de 10 mil euros, relativa a políticas ativas de emprego e formação profissional, consignada às despesas decorrentes de estágios profissionais e contratos de emprego inserção.

- **VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**

Espera-se um aumento destas receitas em 3%, que em termos absolutos significa um acréscimo em 39,7 mil euros.

Será de salientar que a tarifa de resíduos sólidos urbanos ascende a um valor ligeiramente superior a 1,2 milhões de euros, ou seja, representando 89,6% das receitas englobadas no presente capítulo.

- **OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

Para esta rubrica de natureza residual prevê-se um aumento em 6,7%, mas que em termos absolutos apenas significa uma variação em 2,4 mil euros.

- **VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO**

Ao nível destas receitas, não se projeta qualquer variação. O valor previsional disposto (5,4 mil euros), reflete a abertura com valor residual das diversas classificações económicas que compõem este capítulo.

Apesar do disposto, será de referir que o Município de Ourém apresenta 4,8 milhões de euros liquidados referentes à parceria público privada estabelecida com a MaisOurém, cuja cobrança, por diversas ordens de razão não se deverá verificar, razão pela qual não se entendeu dotar a venda de bens de investimento do referido montante, face à relevante influência daí resultante, bem como em observância às regras definidas na LOE2016 e que se reforçam na Proposta da LOE2017, inerentes às regras subjacentes às previsões a efetuar no âmbito das classificações económicas em referência.

Complementarmente, será de ter presente que o Município de Ourém dispõe de um conjunto de imóveis alienáveis, pois não se encontram em utilização, nem sendo

manifesta a necessidade dos mesmos. Porém, tal circunstância não deverá ocorrer, face às actuais condições adversas do mercado.

- **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

No que respeita às receitas desta natureza, prevê-se um aumento na ordem dos 214,6% (variação absoluta próxima de 7,1 milhões de euros), sendo relevante considerar que neste capítulo se destacam as seguintes receitas:

- a) 988.458 euros do Fundo de Equilíbrio Financeiro (componente de capital), o qual sofre um aumento em 53,7 mil euros (+5,7%);
- b) 3.730.000 euros do Estado – Administração Central o qual se descrimina do seguinte modo:
 - 330 mil euros ARSLVT (financiamento consignado aos Centros de Saúde em Sobral, Alburitel, Olival e Caxarias);
 - 900 mil euros da DGAL (financiamento consignado à Beneficiação de Infraestruturas Urbanas em Fátima – Centenário das Aparições);
 - 2.250.000 euros do IP (50% do valor constante no Protocolo n.º 455/2006 estabelecido com o então denominado EP – Estradas de Portugal, E.P.E para requalificação e integração da EN360 na rede municipal num conjunto de troços compreendidos entre a rotunda Norte ao Km 29,780 e o entroncamento com a EN 113 no Km 40,818).
 - 250 mil euros enquanto ressarcimento do IP face à necessidade urgente de se intervir na ER 356 para salvaguarda da vida humana ao abrigo da Lei 27/2006.
- c) 1.168.000 euros que permanecem por transferir pelo Santuário N.ª Senhora do Rosário de Fátima, em resultado do protocolo estabelecido com o Município de Ourém.
- d) 4.512.500 euros de financiamentos comunitários, prevendo-se o início de recebimentos no que concerne ao ciclo de fundos inerente ao período de 2014/2020, estando o montante em referência decomposto do seguinte modo:

- 1.485.000 euros no âmbito da contratualização em ITI (Investimentos Territoriais Integrados) consignados aos seguintes projetos de investimento: Centro Escolar da Carvoeira, Reabilitação do Castelo e Paço do Conde (1.ª fase), Eficiência Energética em Edifícios Públicos, Eficiência Energética na Iluminação Pública e Educação (diversas ações);
- 200 mil euros relativos a candidatura efetuada ao POSEUR consignados aos projetos de saneamento na Freguesia de Fátima (Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima) e em Espite, Matas e Cercal;
- 2.634.500 no âmbito da contratualização em PEDU, consignados aos seguintes projetos de investimento: Reabilitação da Av. Dom Nuno Álvares Pereira, Criação do Eixo Pedonal Estruturante do Centro Histórico/Castelo, Reabilitação do Cine-Teatro Municipal, Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira, Reabilitação da Antiga Azenha para Centro de Interpretação do Parque e Reabilitação do Castelo e Paço do Conde (2.ª fase – musealização);
- 193 mil euros decorrentes da candidatura efetuada ao abrigo do PDR/2020, consignados aos seguintes projetos: Mosaicos PGC e Sistema DFCl e Pontos de Água.

• ATIVOS FINANCEIROS

No ano económico de 2017 prevêem-se receitas residuais, as quais deverão resultar de dividendos em empresas participadas.

• PASSIVOS FINANCEIROS

Ao nível destas receitas estima-se uma receita de 1,5 milhões de euros relativos à contratualização de um empréstimo de curto prazo, cujo efeito será nulo no término do ano económico em causa, face ao estabelecido no regime financeiro das autarquias locais.

- **OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL**

As receitas previstas neste âmbito são meramente residuais.

8.1.2 – Quadro (Comparação das dotações de receita previstas – 2015 a 2017)

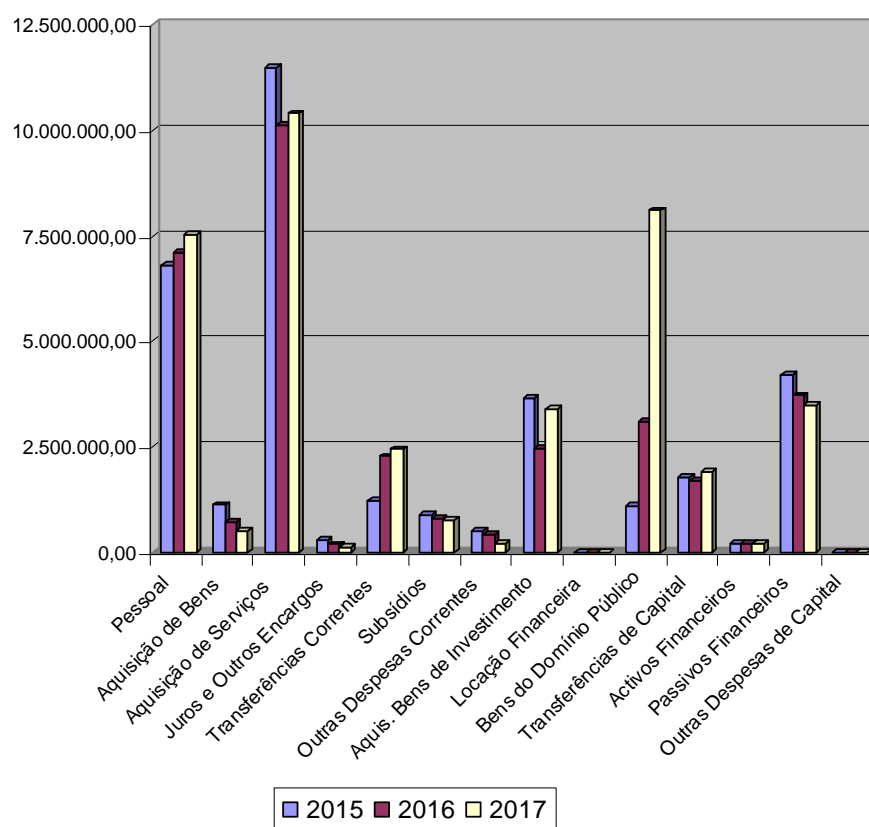
Quadro 10 – Comparação das dotações de receita previstas entre os anos de 2015 a 2017

Uni : Euro

Descrição da Despesa	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal	6.800.650,00	7.107.700,00	307.050,00	4,52	7.525.250,00	417.550,00	5,87
Aquisição de Bens	1.129.600,00	733.200,00	-396.400,00	-35,09	501.800,00	-231.400,00	-31,56
Aquisição de Serviços	11.494.100,00	10.118.850,00	-1.375.250,00	-11,96	10.391.100,00	272.250,00	2,69
Juros e Outros Encargos	300.300,00	181.800,00	-118.500,00	-39,46	130.800,00	-51.000,00	-28,05
Transferências Correntes	1.229.500,00	2.269.000,00	1.039.500,00	84,55	2.438.000,00	169.000,00	7,45
Subsídios	896.800,00	813.500,00	-83.300,00	-9,29	758.500,00	-55.000,00	-6,76
Outras Despesas Correntes	511.300,00	426.800,00	-84.500,00	-16,53	207.300,00	-219.500,00	-51,43
Aquis. Bens de Investimento	3.641.750,00	2.455.200,00	-1.186.550,00	-32,58	3.404.900,00	949.700,00	38,68
Locação Financeira	2.200,00	500,00	-1.700,00	-77,27	500,00	0,00	0,00
Bens do Domínio Público	1.115.650,00	3.105.600,00	1.989.950,00	178,37	8.099.000,00	4.993.400,00	160,79
Transferências de Capital	1.785.100,00	1.706.500,00	-78.600,00	-4,40	1.916.800,00	210.300,00	12,32
Activos Financeiros	223.900,00	223.800,00	-100,00	-0,04	223.800,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	4.221.250,00	3.720.000,00	-501.250,00	-11,87	3.476.000,00	-244.000,00	-6,56
Outras Despesas de Capital	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00
Total de Despesas Correntes	22.362.250,00	21.650.850,00	-711.400,00	-3,18	21.952.750,00	301.900,00	1,39
Total de Despesas de Capital	10.990.050,00	11.211.800,00	221.750,00	2,02	17.121.200,00	5.909.400,00	52,71
TOTAIS	33.352.300,00	32.862.650,00	-489.650,00	-1,47	39.073.950,00	6.211.300,00	18,90

8.1.3 – Gráfico (Comparação das dotações de receita previstas – 2015 a 2017)

Gráfico 6 - Comparação das dotações de despesa previstas 2015 a 2017



8.2 – Comparação das dotações de despesa previstas (2015 a 2017)

8.2.1 – Descrição

Descrição das Despesas por capítulos:

- **DESPESAS COM PESSOAL**

No âmbito das despesas com pessoal prevê-se uma variação próxima de 5,9%, o que significará um aumento destas despesas em 417,6 mil euros, face à previsão inicial de 2016, em conformidade com o mapa de pessoal que integra os Documentos Previsionais para 2017, concretamente no seu Anexo – I. Para esta circunstância contribuem as seguintes decisões gestionárias previstas no referido mapa de pessoal, cujos impactos no orçamento de 2017 se sistematizam:

- a) 24 Postos de Trabalho por tempo indeterminado em processo de recrutamento decorrentes da alteração ao mapa de pessoal promovida em 2016, prevendo-se início de funções em 01/04/2017, resultando uma previsão de encargos na ordem dos 330,8 mil euros;
- b) 14 mobilidades inter-carreiras com início previsto em 01/01/2017, significando um acréscimo da despesa em 58 mil euros;
- c) 3 mobilidades inter-carreiras com início previsto em 01/04/2017, da qual deriva um aumento da despesa em 20,4 mil euros;
- d) 3 mobilidades inter-organismos com início previsto em 01/01/2017, da qual resulta uma despesa em 37,8 mil euros;
- e) 14 Postos de Trabalho a termo certo, pelo período de 12 meses, com início previsto em 01/04/2017, resultando numa previsão de encargos próxima de 198,8 mil euros.
- f) Regresso de 3 trabalhadores em cedência à empresa municipal OurémViva que integravam a área dos jardins, com efeitos a 01/01/2017, representando uma despesa de 39 mil euros
- g) Um lugar de chefe de divisão por prover, ou seja, um encargo de 49,5 mil euros..

Complementarmente será de referir que se estabelece a prorrogação das mobilidades inter-carreiras vigentes em 2016 (11), as quais representam um encargo adicional de 38 mil euros, mas o qual já se verificou em 2016 pelo que o impacto na variação é de efeito nulo. De salientar que esta possibilidade está prevista na versão inicial da PLOE2017, concretamente no seu artigo 23.º.

Importa ainda mencionar que se acomodou a despesa decorrente da atualização do subsídio de refeição prevista na PLOE2017.

Ainda relativamente às despesas desta natureza, será fundamental reportar que um valor ligeiramente superior a 2,1 milhões de euros será integralmente financiado pelo Ministério da Educação, no âmbito do contrato de delegação de competência estabelecido, visando compartilhar a autarquia nas despesas com o pessoal não docente que foi transferido para o Município de Ourém em 1 de janeiro de 2010.

Em virtude da alteração do modelo de comparticipação do município nas despesas da ADSE, a despesa subjacente terá um elevado grau de imprevisibilidade.

Face ao disposto, prevê-se um total das despesas com pessoal, ligeiramente superior a 7,5 milhões de euros.

- **AQUISIÇÃO DE BENS**

Estas despesas denotam uma quebra em 31,5%, o que representa uma variação absoluta negativa em 231,4 mil euros.

De referir que, no que concerne às matérias-primas e subsidiárias, as quais se encontram previstas neste capítulo, será de reconhecer que estes bens se destinam a incorporar investimento municipal, pelo que, apenas transitoriamente, se revestem de carácter de despesas correntes.

As despesas mais representativas neste capítulo reportam-se a matérias-primas e subsidiárias (75 mil euros), gasóleo (125 mil euros), material de escritório (67,5 mil euros) e alimentação – refeições confeccionadas (65 mil euros).

- **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

As previsões apresentadas denotam um acréscimo em 2,7% (aumento absoluto em 272,3 mil euros), destacando-se os aumentos previstos no consumo de água (+32,5 mil euros), eletricidade (+44 mil euros), na conservação de bens (+53 mil euros),

estudos pareceres e consultadoria (+45 mil euros), publicidade (+29,6 mil euros), nos outros trabalhos especializados (+212,4 mil euros), na eletricidade (+250 mil euros) e na limpeza urbana (+205 mil euros).

Em sentido inverso, verificam-se quebras nos transportes (-337,6 mil euros), na manutenção de espaços verdes (-159,3 mil euros) e na recolha, transporte e tratamento de rsu's (-241,5 mil euros).

As despesas mais representativas deste capítulo são a iluminação pública (1,5 milhões de euros), a recolha, tratamento e transporte de RSU's (1,3 milhões de euros), os transportes escolares (1,1 milhões de euros), os outros trabalhos especializados (966,4 mil euros), a limpeza urbana (626 mil euros), a exploração e manutenção de ETAR's (595 mil euros), a eletricidade (544 mil euros), a manutenção de espaços verdes (475 mil euros), a conservação de bens (459,5 mil euros), os estudos pareceres, projetos e consultadoria (450 mil euros) e os encargos de cobrança de receitas (225 mil euros).

Neste contexto será de observar o disposto na PLOE2017, particularmente no artigo 38.º da Secção IV, onde se estabelece que os encargos globais de aquisição de bens e serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016, definindo um conjunto de regras a observar nos contratos a estabelecer. Deste modo, caso esta redação se mantenha, em 2017, após apuramento do limite subjacente, poderá ser necessário recorrer à figura da cativação de despesas inerentes ao capítulo da aquisição de serviços, tendo em vista o cumprimento do disposto.

Consequentemente, prevê-se que estas despesas ascendam a um valor próximo de 10,4 milhões de euros.

- **JUROS E OUTROS ENCARGOS**

No que concerne às despesas desta natureza, prevê-se um decréscimo na ordem dos 28,1% (variação absoluta negativa em 51 mil euros), prevendo-se um cenário, no qual a taxa de referência (Euribor) deverá permanecer histórica e assinalavelmente reduzida.

- **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

No âmbito destas despesas, estabelece-se um aumento na ordem dos 7,5% que, em termos absolutos, representa uma variação em 169 mil euros.

Estas verbas encontram-se afetas, essencialmente, a Freguesias (922 mil euros), a Famílias (792,5 mil euros), Instituições Sem Fins Lucrativos (650 mil euros).

Relativamente às Freguesias, o valor mais representativo reporta-se ao contrato plurianual assumido pelo MO, nos domínios da rede viária e arruamentos. As transferências correntes para as Famílias está subjacente à componente sócio-educativa.

Ainda neste capítulo, serão de destacar as transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos, onde assume relevo o apoio às instituições culturais e desportivas que foi retomado em 2015.

Importa ainda referir um montante de 61,9 mil euros referente à comparticipação em projetos correntes das associações de municípios.

- **SUBSÍDIOS**

Estas despesas denotam um decréscimo em 6,8%, que em termos absolutos representa uma quebra destas despesas em 55 mil euros.

Neste contexto, destacam-se as indemnizações compensatórias relativas à prática de preços sociais nas piscinas municipais (284 mil euros), nos equipamentos desportivos (119,6 mil euros) no Museu Municipal (87,5 mil euros), na Ucharia do Conde (20,7 mil euros), ou ainda nos serviços escolares (200,7 mil euros).

- **OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Ao nível destas despesas, estima-se uma diminuição em 51,4% que, em termos absolutos, simboliza um valor de 219,5 mil euros.

As quotizações assumem um valor de 110 mil euros, os quais se reportam, essencialmente, a montantes previstos pelas associações de municípios em que esta autarquia participa, e o IVA a pagar prevê-se na ordem dos 25 mil euros.

Será de salientar a previsão de 25 mil euros inerentes à restituição de impostos ou contribuições, valor definido tendo em consideração o histórico inerente às liquidações emitidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

- **AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO**

No que respeita a estas despesas, denota-se um aumento, na ordem dos 38,7%, cuja variação absoluta representa um valor de 949,7 mil euros. Consequentemente o valor total situa-se ligeiramente superior a 3,4 milhões de euros.

Será de salientar o início da execução de investimentos com financiamento externo consignado, onde se destaca o Centro Escolar de Carvoeira, a Reabilitação do Cine-Teatro Municipal e os Centros de Saúde de Sobral, Alburitel, Olival e Caxarias.

- **LOCAÇÃO FINANCEIRA**

Este capítulo que considera a aquisição de bens, em sistemas de locação financeira, evidencia um valor meramente residual (500 euros).

- **BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO**

Ao nível destas despesas, prevê-se um acréscimo na ordem dos 161% (variação absoluta próxima de 5 milhões de euros). As despesas totais previstas englobáveis neste capítulo, ascendem a um valor próximo de 8,1 milhões de euros.

A exemplo do referido na aquisição de bens de investimento, também este capítulo denota a influência de investimentos com financiamento externo, cuja influência mais representativa em 2017 decorre da Reabilitação do Castelo e Paço do Conde (1.^a fase), da Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira, da Reabilitação da Av. D. Nuno Álvares Pereira, da Reabilitação do Castelo e Paço do Conde (2.^a fase), da

Criação do Eixo Vertical Pedonal Estruturante – Vila Medieval e da Beneficiação de Infraestruturas Urbanas em Fátima – Centenário das Aparições.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As previsões estabelecidas significam um aumento na ordem dos 12,3% que, em termos absolutos, representa uma variação num valor na ordem dos 210,3 mil euros.

Com maior representatividade absoluta surgem as instituições sem fins lucrativos (1,3 milhões de euros) e as freguesias (560 mil euros).

- **ATIVOS FINANCEIROS**

Este capítulo não contempla qualquer variação face ao volume inicialmente previsto em 2016. O montante apurado resulta da realização do Fundo de Apoio Municipal em 1.540.412,98 euros, iniciada em 2015 e que ocorrerá durante 7 anos.

- **PASSIVOS FINANCEIROS**

No que respeita a estas despesas, prevê-se uma diminuição em 6,6% (variação absoluta negativa em 244 mil euros). Este facto deriva do término de alguns empréstimos anteriormente contratualizados.

Importa referir que as despesas previstas neste âmbito se situam próximas de 3,5 milhões de euros, dos quais um valor próximo de 2 milhões de euros se reporta à amortização de empréstimos de médio e longo prazo.

- **OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL**

Para este capítulo de natureza residual, não se projeta qualquer variação, sendo de expressiva materialidade o volume das receitas previstas neste capítulo.

8.2.2 – Quadro (Comparação das dotações de Despesa Previstas – 2015 a 2017)

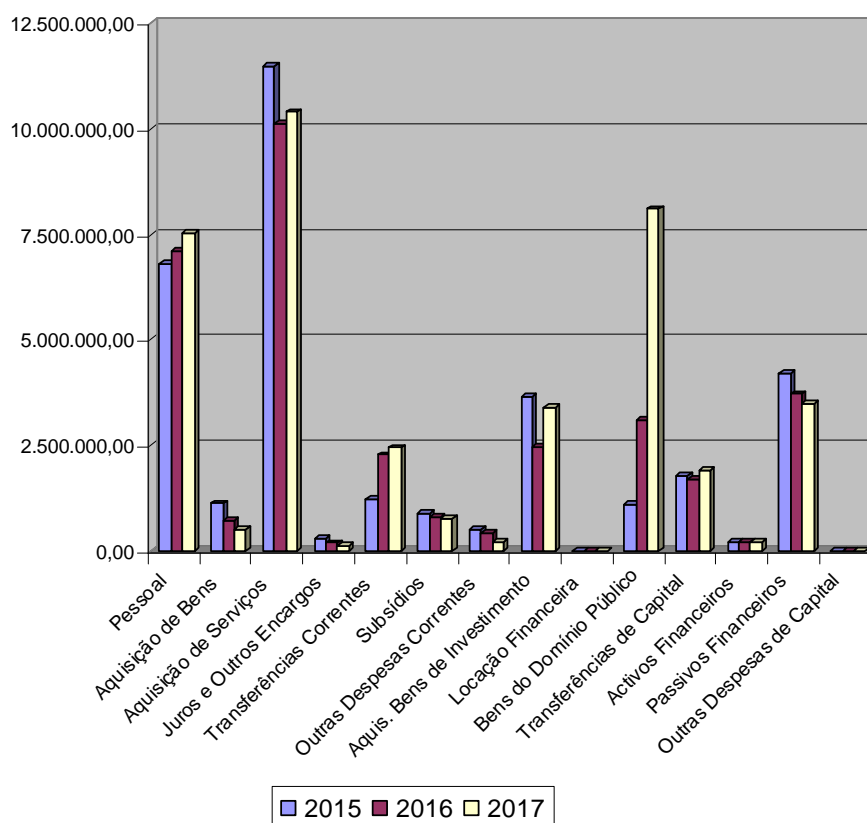
Quadro 11 – Comparação das dotações de despesa previstas entre os anos de 2015 a 2017

Uni : Euro

Descrição da Despesa	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal	6.800.650,00	7.107.700,00	307.050,00	4,52	7.525.250,00	417.550,00	5,87
Aquisição de Bens	1.129.600,00	733.200,00	-396.400,00	-35,09	501.800,00	-231.400,00	-31,56
Aquisição de Serviços	11.494.100,00	10.118.850,00	-1.375.250,00	-11,96	10.391.100,00	272.250,00	2,69
Juros e Outros Encargos	300.300,00	181.800,00	-118.500,00	-39,46	130.800,00	-51.000,00	-28,05
Transferências Correntes	1.229.500,00	2.269.000,00	1.039.500,00	84,55	2.438.000,00	169.000,00	7,45
Subsídios	896.800,00	813.500,00	-83.300,00	-9,29	758.500,00	-55.000,00	-6,76
Outras Despesas Correntes	511.300,00	426.800,00	-84.500,00	-16,53	207.300,00	-219.500,00	-51,43
Aquis. Bens de Investimento	3.641.750,00	2.455.200,00	-1.186.550,00	-32,58	3.404.900,00	949.700,00	38,68
Locação Financeira	2.200,00	500,00	-1.700,00	-77,27	500,00	0,00	0,00
Bens do Domínio Público	1.115.650,00	3.105.600,00	1.989.950,00	178,37	8.099.000,00	4.993.400,00	160,79
Transferências de Capital	1.785.100,00	1.706.500,00	-78.600,00	-4,40	1.916.800,00	210.300,00	12,32
Activos Financeiros	223.900,00	223.800,00	-100,00	-0,04	223.800,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	4.221.250,00	3.720.000,00	-501.250,00	-11,87	3.476.000,00	-244.000,00	-6,56
Outras Despesas de Capital	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00
Total de Despesas Correntes	22.362.250,00	21.650.850,00	-711.400,00	-3,18	21.952.750,00	301.900,00	1,39
Total de Despesas de Capital	10.990.050,00	11.211.800,00	221.750,00	2,02	17.121.200,00	5.909.400,00	52,71
TOTAIS	33.352.300,00	32.862.650,00	-489.650,00	-1,47	39.073.950,00	6.211.300,00	18,90

8.2.3 – Gráfico (Comparação das dotações de Despesa Previstas – 2015/2017)

Gráfico 6 - Comparação das dotações de despesa previstas 2015 a 2017



8.3 – Comparação do financiamento de despesas de capital com receitas correntes – 2015 a 2017

8.3.1 – Quadro (Comparação do financiamento de despesas de capital com receitas correntes – 2015 a 2017)

Prevê-se para o ano de 2017, a ocorrência de uma poupança corrente ligeiramente superior a 5,2 milhões de euros.

Se ao valor de poupança corrente previsto for acrescido o montante estimado na despesa para a aquisição de matérias-primas (75 mil euros), considerando que as referidas despesas, dada a sua natureza, constituem aquando da sua incorporação,

um investimento, prevê-se um superavit corrente na gestão orçamental do município, próximo de 5,3 milhões de euros.

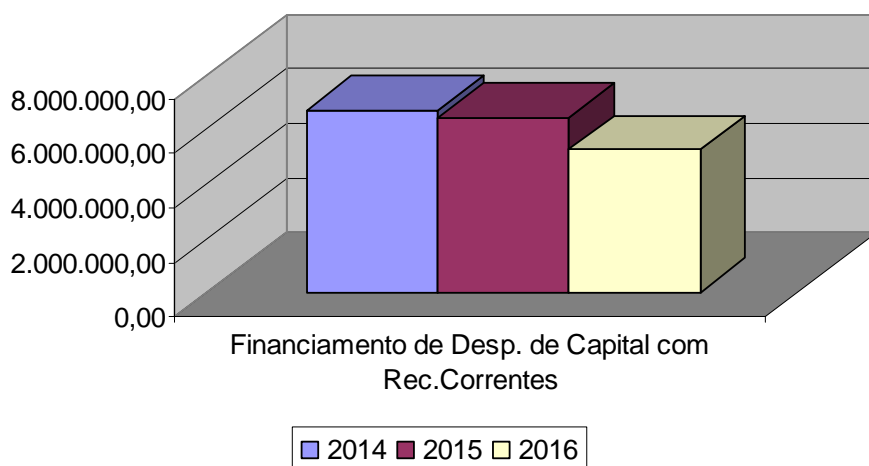
Quadro 12 – Comparação do financiamento de despesas de capital com receitas correntes – 2015 a 2017

Unid: Euro

Descrição	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Receitas Correntes	28.709.297,00	28.048.697,00	-660.600,00	-2,30	27.165.278,00	-883.419,00	-3,15
Receitas de Capital	4.643.003,00	4.813.852,00	170.849,00	3,68	11.908.558,00	7.094.706,00	147,38
Total de Receitas	33.352.300,00	32.862.549,00	-489.751,00	-1,47	39.073.836,00	6.211.287,00	18,90
Despesas Correntes	22.061.950,00	21.650.850,00	-411.100,00	-1,86	21.952.750,00	301.900,00	1,39
Despesas de Capital	11.290.350,00	11.211.800,00	-78.550,00	-0,70	17.121.200,00	5.909.400,00	52,71
Total de Despesas	33.352.300,00	32.862.650,00	-489.650,00	-1,47	39.073.950,00	6.211.300,00	18,90
Financiamento de Desp. de Capital com Rec.Correntes	6.647.347,00	6.397.847,00	-249.500,00	-3,75	5.212.528,00	-1.185.319,00	-18,53

8.3.2 – Gráfico (Comparação do financiamento de despesas de capital com receitas correntes – 2015 a 2017)

Gráfico 7 - Financiamento de despesas de capital c/receitas correntes



9. Fontes de Financiamento

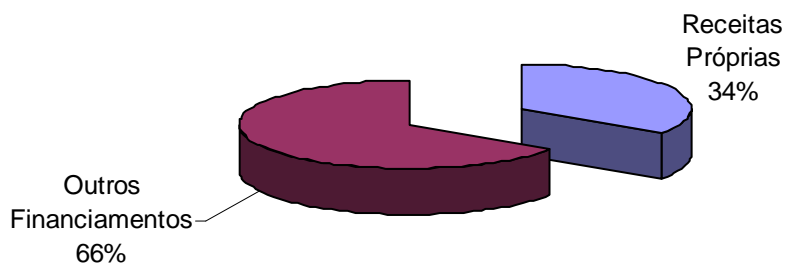
9.1 Receitas Próprias

9.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

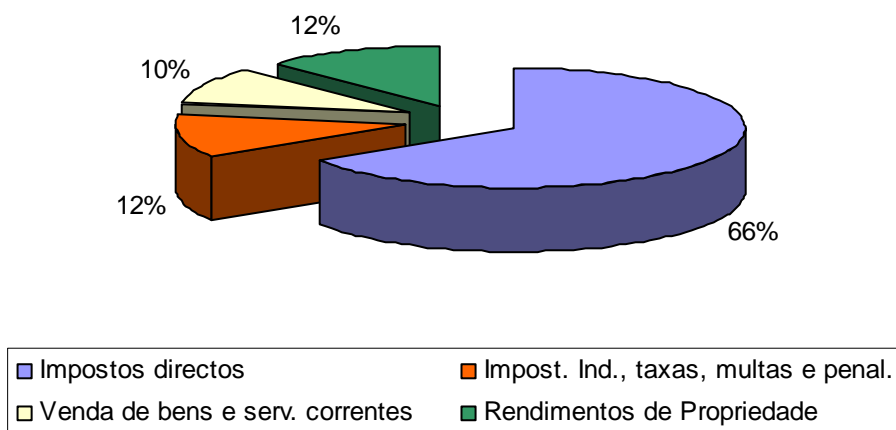
A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objetivos propostos.

Gráfico 8 - Estrutura da Receita



O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias previsionais do município representam 34% das receitas totais (44% em 2016), indicando que o financiamento externo ao município será maioritário.

Gráfico 9 - Estrutura das Receitas Próprias



As receitas com impostos directos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, significando 66% destas, seguidas dos impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades e os rendimentos de propriedade, ambas com uma representatividade de 12%..

No cômputo geral destas receitas, destaca-se ainda a venda de bens e serviços correntes (10%).

9.1.2 Evolução das Receitas Próprias Previsionais

Quadro 13 – Evolução previsional das receitas próprias a preços correntes

uni: Euro

Receitas Próprias	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2016	Var. Abs.	Var. (%)
Total	14.172.600,00	14.550.200,00	377.600,00	2,66	13.415.800,00	-1.134.400,00	-7,80

Prevê-se que, em 2017, as receitas próprias se situem num valor ligeiramente superior a 13,4 milhões de euros, denunciando uma variação negativa em 7,8% que, em termos absolutos, significa uma quebra na ordem de 1,1 milhões de euros.

9.1.3 Indicadores

Quadro 14 – Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2016	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,42	0,42	0,00	0,34	-18,25
Receitas Próprias / Despesa Total	0,42	0,42	0,00	0,34	-18,25
Receitas Próprias por Km ²	34.060,56 €	34.060,56 €	0,00	32.241,77 €	-5,34
Receitas Próprias <i>per capita</i>	308,85 €	308,85 €	0,00	297,88 €	-3,55

Através da análise dos indicadores acima expostos, podemos verificar que as receitas próprias cobrem 34% das despesas totais. As receitas próprias deverão significar um valor na ordem dos 32,2 mil euros por Km², representando uma capitação de 297,9 euros.

9.2 Outros Financiamentos

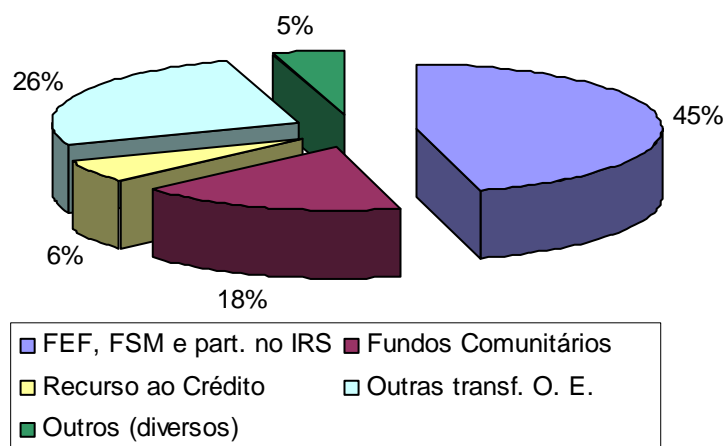
9.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos

Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado na página seguinte, o recurso financeiro mais preponderante provém da participação do município nos impostos do Estado, os quais representam 45% dos outros financiamentos.

As receitas provenientes de outras transferências do Orçamento de Estado significam 26% da totalidade dos outros financiamentos. Note-se que nas outras transferências do Orçamento de Estado, inclui-se a comparticipação nas atividades extracurriculares e nas refeições do ensino básico, a verba resultante da transferência do pessoal não docente, bem como valores contratualizados com o IP, a contratualizar no âmbito do Centenário das Aparições, bem como a comparticipação para construção de Centros de Saúde.

Os financiamentos comunitários e o recurso ao crédito representam, 18% e 6% respetivamente. Importa ter presente que o empréstimo de curto prazo é de influência nula, pois no término do ano económico, deverá apresentar-se totalmente amortizado, pelo que o efeito financeiro, entre a receita e a despesa, é neutro.

Gráfico 10 - Estrutura dos Outros Financiamentos



9.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro 15 – Evolução previsional dos Outros Financiamentos a preços correntes

uni: Euro

Outros Financiamentos	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	19.179.700,00	18.312.349,00	-867.351,00	-4,52	25.658.150,00	7.345.801,00	40,11

Os outros financiamentos manifestam um aumento em 40,1%, face ao valor definido no orçamento de 2016 (+7,4 milhões de euros), sendo o montante total previsional próximo de 25,7 milhões de euros.

9.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

A participação dos municípios nos impostos do Estado consubstancia-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento, sendo a sua distribuição efetuada tendo por base os seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão direta da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo fator 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
 - os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
 - de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
 - de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
 - > 80000 – 1.
- 25% na razão direta da área ponderada por um fator relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou
- 20% na razão direta da área ponderada por um fator de amplitude altimétrica do município e 10% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afeto à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais,

nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, sendo a sua repartição anual pelos municípios estabelecida, de acordo com os seguintes indicadores:

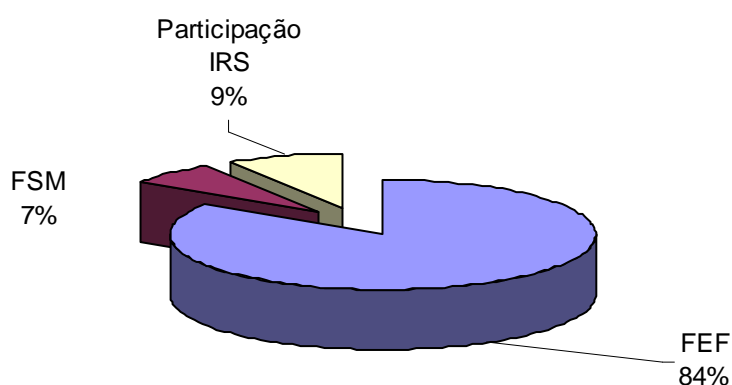
- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - 4% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - 12% na razão direta do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;
 - 19% na razão direta do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:
 - 10,5% na razão direta do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
 - 22% na razão direta do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, estabelecimentos de educação pré-escolar, equipamentos na área dos idosos, designadamente estruturas residenciais e centros de dia e programas de ação social de cada município:
 - 5% na razão direta do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência e de inclusão social;
 - 12,5% na razão direta do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - 15% na razão direta do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial e uma participação

variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com deliberação da competência da Assembleia Municipal.

9.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais

Gráfico 11 - Estrutura dos Fundos Municipais



O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF, o qual representa cerca de 84% do total dos três fundos. O FSM que é consignado a funções sociais e educativas constitui 7% dos fundos municipais, cabendo os restantes 9% à participação do IRS.

9.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Quadro 16 – Evolução previsional da participação do município nos impostos do Estado a preços correntes

uni: Euro

Participação nos Impostos do Estado	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Fundo de Equil. Financeiro	9.347.520,00	9.479.145,00	131.625,00	1,41	9.884.577,00	405.432,00	4,28
Fundo Social Municipal	808.796,00	808.796,00	0,00	0,00	808.796,00	0,00	0,00
Participação no IRS	1.116.333,00	1.123.049,00	6.716,00	0,60	1.045.963,00	-77.086,00	-6,86
Total	11.272.649,00	11.410.990,00	138.341,00	1,23	11.739.336,00	328.346,00	2,88

Comparativamente ao ano anterior, a participação do município nos impostos do Estado denota uma variação próxima de 2,9% (+328,3 mil euros). Para a referida

variação, contribui o aumento absoluto verificado no FEF em 405,4 mil euros (4,3%), apesar da quebra resultante da participação no IRS em 77,1 mil euros (-6,9%) e à estagnação do FSM.

No seu cômputo estas receitas ascendem a um valor ligeiramente superior a 11,7 milhões de euros.

9.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Nos termos do artigo 22º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, não são permitidas quaisquer formas de subsídios ou participações financeiras aos municípios por parte do Estado, dos institutos públicos ou dos serviços e fundos autónomos. Não obstante, o mesmo artigo prevê também que, excecionalmente, sejam inscritas no Orçamento de Estado, por ministério, verbas para o financiamento de projetos de autarquias locais de grande relevância para o desenvolvimento regional e local, correspondentes a políticas identificadas como prioritárias naquela Lei, de acordo com os princípios da igualdade, imparcialidade e justiça. Note-se que a concessão de auxílios financeiros às autarquias locais em situações de calamidade pública é regulada em diploma próprio, designadamente no âmbito do Fundo de Emergência Municipal.

Neste contexto, será previsível a captação de uma receita de 900 mil euros, consignados ao financiamento da Beneficiação de Infraestruturas Urbanas em Fátima – Centenário das Aparições, em virtude da visita a Fátima, em 2017, de sua Santidade o Papa Francisco.

Quadro 17 – Evolução previsional da Cooperação Técnica e Financeira a preços correntes

uni: Euro							
Cooperação Técnica e Financeira	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	100,00	100,00	0,00	0,00	900.100,00	900.000,00	900.000,00

9.2.5 Fundos Comunitários

Conforme já discriminado no capítulo 8.1 do presente documento, será expectável que em 2017 se verifiquem os primeiros recebimentos do quadro comunitário referente ao período 2014/2020, particularmente no âmbito da candidatura aprovada no âmbito do PEDU, bem como de valores contratualizados em ITI (Investimentos Territoriais Integrados).

Deste modo, perspectiva-se uma receita na ordem dos 4,5 milhões de euros relativos a financiamentos comunitários, o que representa uma variação absoluta positiva em 2,8 milhões de euros face ao volume inicialmente previsto no orçamento do ano anterior.

Quadro 18 – Evolução previsional dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro							
Fundos Comunitários	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	1.561.300,00	1.684.000,00	122.700,00	7,86	4.512.500,00	2.828.500,00	167,96

9.2.6 Endividamento Municipal

9.2.6.1 Curto Prazo

No que respeita ao limite geral dos empréstimos de curto prazo dos municípios, nos termos do n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais, já revogada), o montante dos contratos dos referidos empréstimos não podia exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.

Neste contexto, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, reporta no seu artigo 50.º que os municípios poderão continuar a contratualizar empréstimos de curto prazo, em termos similares aos estabelecidos na anterior legislação sendo, porém, omissa no que concerne ao limite do valor admissível, mas sendo expressa a circunstância do crédito em assunto se ter de

apresentar totalmente amortizado até ao final do exercício económico em que foi contratado.

Em observância ao disposto, o empréstimo de curto prazo previsto contratualizar (1,5 milhões de euros), é de valor igual ao contratualizado para o ano económico de 2016, tendo-se ainda presente, de que o montante se encontra enquadrado com as eventuais necessidades que possam surgir no decurso do referido exercício.

Nos termos da legislação em vigor, os empréstimos de curto prazo deverão ser totalmente amortizados, antes do final do ano económico correspondente. Desta forma, o valor considerado na receita, encontra valor similar no que concerne à despesa, pelo que constitui um efeito nulo.

9.2.6.2 Médio e Longo Prazo

Quadro 19 – Evolução previsional dos empréstimos de médio e longo prazo a preços correntes

uni: Euro							
Emp. m.l.p	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00

Como se verifica no quadro anteriormente exposto, não se prevê o recurso ao crédito de médio longo prazo no decurso de 2017, reportando-se o valor apresentado, à mera abertura de classificações económicas.

9.2.7 Indicadores

O quadro apresentado na página seguinte permite aferir que a previsão do peso dos outros financiamentos *per capita* é de 569,71 euros e por Km² de 61.663,42 euros.

Ao nível dos fundos municipais, estes representam 30% das receitas totais previstas para 2017 e uma capitação na ordem dos 260,66 euros.

No que concerne aos fundos comunitários, estes financiam 12% das despesas totais e representam uma capitação na ordem de 100,20 euros.

Quadro 20 – Indicadores das Fontes de Financiamento

Indicadores	2015	2015	var. (%)	2016	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,58	0,56	-3,45	0,66	17,26
Outros Financ. / Despesa Total	0,58	0,56	-3,45	0,66	17,26
Outros Financiamentos por Km2	46.093,57 €	43.948,47 €	-4,65	61.663,42 €	40,31
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	417,94 €	402,90 €	-3,60	569,71 €	41,40
Fundos Municipais / Receita Total	0,34	0,34	0,00	0,30	-11,64
Fundos Municipais / Despesa Total	0,34	0,34	0,00	0,30	-11,64
Fundos Municipais por Km2	27.091,20 €	27.053,49 €	-0,14	28.212,78 €	4,29
Fundos Municipais <i>per capita</i>	245,66 €	248,01 €	0,96	260,66 €	5,10
Coop. Técn. Financ. / Receita Total	0,00	0,00	#DIV/0!	0,02	0,00
Coop. Técn. Financ. / Despesa Total	0,00	0,00	#DIV/0!	0,02	0,00
Coop. Técn. Financeira por Km2	0,24 €	0,24 €	-0,14	2.163,18 €	901225,80
Coop. Técn. Financeira <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	0,96	19,99 €	908294,10
Fundos Comunitários / Receita Total	0,05	0,05	0,00	0,12	130,97
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,05	0,05	0,00	0,12	130,97
Fundos Comunitários por Km2	3.752,22 €	4.041,47 €	7,71	10.844,75 €	168,34
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	34,02 €	37,05 €	8,91	100,20 €	170,43
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00
Empréstimos m.l.p / Despesa Total	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00
Empréstimos m.l.p por Km2	0,48 €	0,48 €	0,00	0,48 €	0,14
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!	0,00 €	0,00

10. Aplicação dos Recursos Financeiros

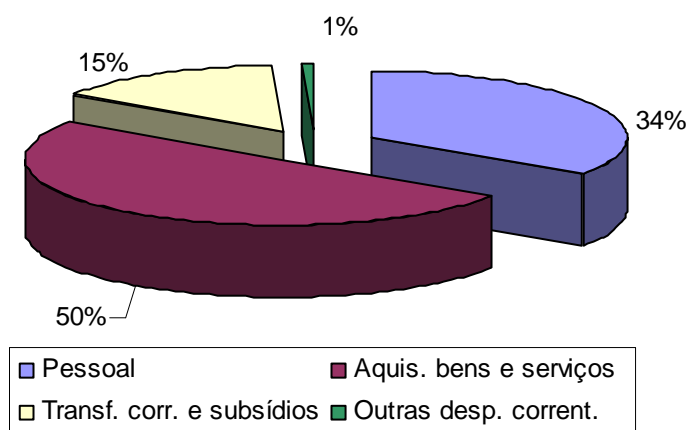
10.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade, coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo, as despesas com a execução de projetos por administração direta que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas pela rubrica residual designada por “outras despesas correntes”.

10.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico 12 - Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento previstas para 2017, reporta-se à aquisição de bens e serviços (50%).

As despesas com pessoal e as despesas relativas às transferências correntes e subsídios representam, respetivamente, 34% e 15% do total das despesas de funcionamento.

10.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro 21 – Evolução previsional das Despesas de Funcionamento a preços correntes

uni: Euro

Despesas de Funcionamento	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	22.061.950,00	21.469.050,00	-592.900,00	-2,69	21.821.950,00	352.900,00	1,64

As despesas de funcionamento deverão apresentar uma variação negativa na ordem dos 2,7%, que em termos absolutos significará uma quebra das despesas de funcionamento na ordem dos 592,9 mil euros. Note-se que a disponibilização de novas infraestruturas e serviços, refletido pelos elevados volumes de investimento verificados nos últimos anos, essencialmente em resultado dos financiamentos comunitários, influem diretamente no volume destas despesas.

10.1.3 Indicadores

Quadro 22 – Evolução previsional das Despesas de Funcionamento (Indicadores)

uni: Euro

Indicadores	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	77,00	0,77	-76,23	-99,00	0,80	0,03	4,33
Desp. Func. / Despesas Correntes	99,00	0,99	-98,01	-99,00	0,99	0,00	0,41
Desp. Func. / Despesas Totais	66,00	0,65	-65,35	-99,02	0,56	-0,09	-14,08
Despesas de Funcionamento por Km ²	53.020,79 €	51.595,89 €	-1.424,90	-2,69	52.444,00 €	848,11	1,64
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	480,78 €	467,86 €	-12,92	-2,69	484,53 €	16,67	3,56

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento, deverá registar um valor próximo dos 80%. No ano em análise, estas despesas deverão representar 56% das despesas totais. Prevê-se que as despesas de funcionamento *per capita*, devam rondar um valor na ordem dos 484,53 euros e, por Km², de 52.444,00 euros.

10.2 Despesas com pessoal

10.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro 23 – Evolução previsional das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Pessoal	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	6.800.650,00	7.107.700,00	307.050,00	4,52	7.525.250,00	417.550,00	5,87

Estas despesas deverão sofrer um acréscimo na ordem dos 5,9%, face ao valor estipulado no orçamento inicial de 2016.

10.2.2 Indicadores

Quadro 24 – Evolução previsional das Despesas com Pessoal (Indicadores)

uni: Euro

Indicadores	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,25	0,25	0,00	0,00	0,28	0,03	10,81
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,32	0,33	0,01	3,13	0,34	0,01	3,88
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,21	0,22	0,01	4,76	0,19	-0,03	-12,46
Despesas de Pessoal por Km ²	17.081,71 €	17.081,71 €	0,00	0,00	18.085,20 €	1.003,49	5,87
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	154,89 €	154,89 €	0,00	0,00	167,09 €	12,20	7,88

As despesas com pessoal deverão absorver 28% das receitas correntes, prevendo-se que a representatividade das despesas com pessoal no total das despesas correntes se situe próxima dos 34%, significando *per capita*, um valor na ordem dos 167,09 euros e, por Km², de 18.085,20 euros.

10.3 Aquisição de bens e serviços

10.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços

Quadro 25 – Evolução previsional das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	12.623.700,00	10.852.050,00	-1.771.650,00	-14,03	10.892.900,00	40.850,00	0,38

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, será de atender a uma ligeiríssima variação destas despesas em 0,4%.

Será de referir que o volume de despesas respeitantes à aquisição de bens e serviços se encontra influenciado pela execução de obras por administração direta, as quais incutem um aumento das despesas correntes, nomeadamente com a aquisição de matérias-primas e combustíveis, circunstância que influi não só uma sobreavaliação das despesas correntes verificadas, como também uma subavaliação do investimento realizado.

10.3.2 Indicadores

Quadro 26 – Evolução previsional das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços
(Indicadores)

uni: Euro

Indicadores	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,44	0,39	-0,05	-11,36	0,40	0,01	2,82
Desp. Aquisi. B.S. / Despesas Correntes	0,56	0,50	-0,06	-10,71	0,50	0,00	-0,76
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,38	0,33	-0,05	-13,16	0,28	-0,05	-15,52
Despesas c/ Aquis. B.S. por Km ²	30.338,14 €	26.080,39 €	-4.257,75	-14,03	26.178,56 €	98,17	0,38
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	275,10 €	236,49 €	-38,61	-14,03	241,87 €	5,38	2,27

Em 2017, 40% das receitas correntes deverão ficar afetas às despesas com a aquisição de bens e serviços. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais deverão representar, respetivamente, 50% e 28%. As despesas com a aquisição de bens e serviços *per capita*, deverão situar-se nos 241,87 euros e, por Km², de 26.178,56 euros.

10.4 Serviço da dívida

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da atividade municipal no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

10.4.1 Evolução do serviço da dívida

Estas despesas deverão sofrer uma quebra em 7,6% e uma variação absoluta negativa em 295 mil euros.

Quadro 27 – Evolução previsional das despesas com Serviço da Dívida a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Serviço da Dívida	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	4.747.650,00	3.901.800,00	-845.850,00	-17,82	3.606.800,00	-295.000,00	-7,56

10.4.2 Indicadores

Quadro 28 – Evolução previsional das despesas com Serviço da Dívida (Indicadores)

uni: Euro

Indicadores	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Desp. Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,14	0,12	-0,02	-14,29	0,09	-0,03	-23,08
Desp. Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,14	0,12	-0,02	-14,29	0,09	-0,03	-23,08
Despesas c/ Serviço da Dívida por Km ²	11.409,88 €	9.377,07 €	-2.032,81	-17,82	8.668,11 €	-708,96	-7,56
Despesas c/Serviço da Dívida <i>per capita</i>	103,46 €	85,03 €	-18,43	-17,81	80,09 €	-4,94	-5,82

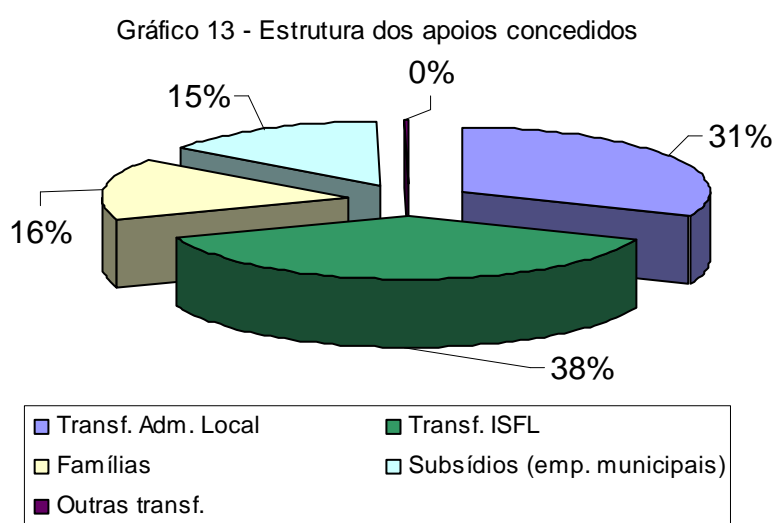
O serviço da dívida deverá representar 9% das despesas totais e absorve igualmente 9% do cômputo das receitas. As despesas com o serviço da dívida *per capita* deverão rondar os 80,09 euros e 8.668,11 euros por Km².

10.5 Apoios concedidos a terceiros

10.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros

Os apoios concedidos às Instituições Sem Fins Lucrativos serão os mais representativos dos apoios concedidos a terceiros, representando 38% do total. No decurso de 2017, os apoios a conceder à Administração Local (Freguesias) deverão situar-se na ordem dos 31% dos apoios concedidos.

Note-se ainda o peso relevante no que concerne ao apoio às famílias (16%) e aos subsídios concedidos às empresas municipais pela prática de preços sociais (15%).



10.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro 29 – Evolução previsional dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Apoios concedidos a terceiros	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	3.911.400,00	4.789.000,00	877.600,00	22,44	5.113.300,00	324.300,00	6,77

No decurso de 2017, os apoios concedidos a terceiros deverão atingir um montante ligeiramente superior a 5,1 milhões de euros.

10.5.3 Indicadores

Quadro 30 – Evolução previsional das despesas com Apoios Concedidos a Terceiros
(Indicadores)

uni: Euro

Indicadores	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Apoio conced. a terceiros / Receitas Totais	0,12	0,15	0,03	25,00	0,13	-0,02	-12,76
Apoio conced. a terceiros / Despesas Totais	0,12	0,15	0,03	25,00	0,13	-0,02	-12,76
Apoio concedido a terceiros por Km2	9.400,14 €	11.509,25 €	2.109,11	22,44	12.288,63 €	779,38	6,77
Apoio concedido a terceiros <i>per capita</i>	85,24 €	104,36 €	19,12	22,43	113,54 €	9,18	8,79

Os apoios concedidos deverão afetar cerca de 13% das receitas totais e uma capitação de 113,54 euros.

10.6 Investimento Municipal

10.6.1 Investimento direto

10.6.1.1 Evolução do investimento direto

Quadro 31 – Evolução previsional do investimento direto a preços correntes

uni: Euro

Investimento Directo Municipal	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	4.757.400,00	5.560.800,00	803.400,00	16,89	11.504.400,00	5.943.600,00	106,88

O período de 2017 deverá evidenciar um aumento do volume de investimento direto em 106,9%, face ao valor previsional de 2016. Neste contexto, será de salientar que este item deverá ascender a um montante na ordem de 11,5 milhões de euros.

10.6.1.2 Indicadores

Em 2017, prevê-se que o investimento direto deva absorver 29% das receitas totais. O volume de investimentos diretos *per capita* rondará os 255,44 euros e 27.648,16 euros por Km².

Quadro 32 – Evolução previsional do investimento direto (indicadores)

uni: Euro

Indicadores	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Investimento Directo / Receitas Totais	0,14	0,17	0,03	21,43	0,29	0,12	73,19
Investimento Directo / Despesas Totais	0,14	0,17	0,03	21,43	0,29	0,12	73,19
Investimento Directo por Km ²	11.433,31 €	13.364,10 €	1.930,79	16,89	27.648,16 €	14.284,06	106,88
Investimento Directo <i>per capita</i>	103,67 €	121,18 €	17,51	16,89	255,44 €	134,26	110,80

10.6.2 Investimento total (direto e indireto)

Nesta análise, considerar-se-ão como investimento do município, não só os investimentos previstos realizar, denominados por investimento direto, mas também o investimento previsto executar por terceiros, mas que será financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

10.6.2.1 Evolução do investimento total

Neste âmbito, regista-se um aumento do investimento total na ordem dos 84,7%. Assim, o investimento total (direto e indireto) deverá situar-se ligeiramente superior a 13,4 milhões de euros.

Quadro 33 – Evolução previsional do investimento total a preços correntes

uni: Euro

Investimento Total Municipal	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Total	6.542.500,00	7.267.300,00	724.800,00	11,08	13.421.200,00	6.153.900,00	84,68

10.6.2.2 Indicadores

Em 2017, estas despesas deverão representar 34% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total, deverá situar-se em torno dos 298,00 euros e por Km² em 32.254,75 euros.

Quadro 34 – Evolução previsional do investimento total (indicadores)

uni: Euro

Indicadores	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,20	0,22	0,02	10,00	0,34	0,12	56,13
Investimento Total / Despesas Totais	0,20	0,22	0,02	10,00	0,34	0,12	56,13
Investimento Total por Km2	15.723,38 €	17.465,27 €	1.741,89	11,08	32.254,75 €	14.789,48	84,68
Investimento Total <i>per capita</i>	142,58 €	158,37 €	15,79	11,07	298,00 €	139,63	88,17

11. Cumprimentos legais na despesa

11.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

As despesas municipais com pessoal eram limitadas pelas disposições constantes no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de abril, na redação dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de setembro.

Recentemente, estes limites têm sido anualmente definidos pelas leis do Orçamento de Estado. No âmbito da PLOE/2016, surgem restrições previstas no artigo 37.º inerentes aos municípios em situação de saneamento ou de rutura.

Complementarmente, será de observar as metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pelo MO e visado pelo Tribunal de Contas ao abrigo do PAEL. Neste contexto, as metas para 2017 serão mais flexíveis, não obstante o aumento efetivo das despesas com pessoal estar dependente dos desvios negativos na aquisição de bens e serviços subjacentes no plano estabelecido, porquanto se verifica uma meta comum ou partilhada, inerente aos encargos de funcionamento.

11.2 Cumprimento do equilíbrio orçamental

O novo regime financeiro das autarquias locais (Lei 73/2013) estabelece no artigo 40.º que a receita corrente cobrada bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Para efeitos do disposto, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Deste modo, conforme se pode verificar no quadro apresentado na página seguinte, o orçamento proposto estabelece um equilíbrio orçamental, apurado nos termos da Lei 73/2013, ligeiramente superior a 3,9 milhões de euros.

Para que não se verifique um saldo orçamental negativo, e na circunstância de uma execução integral das despesas correntes previstas, as receitas correntes cobradas brutas deverão ascender a um valor ligeiramente superior a 23,2 milhões de euros, ou seja, deverão apresentar uma taxa de execução na ordem dos 85,5%.

Contudo, importa referir que será admissível um resultado negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual, caso ocorra, deverá obrigatoriamente ser compensado no exercício seguinte.

Quadro 36 – Equilíbrio orçamental nos termos da Lei 73/2013

Designação	Valor em Euros	Observações
Despesa corrente (dotação previsional) - 2017	21.952.750,00	(A)
Amortizações médias de empréstimos de mlp apuradas nos termos do n.º 4 do artigo 40.º da Lei 73/2013	1.268.636,21	(B)
Receita corrente cobrada bruta mínima a ocorrer em 2017	23.221.386,21	(C) = (A) + (B)
Receita corrente (dotação previsional) - 2017	27.165.278,00	(D)
Resultado orçamental nos termos da Lei 73/2013	3.943.891,79	(E) = (D) - (C)
Valor negativo admissível que deverá ser obrigatoriamente compensado no exercício seguinte	-1.161.069,31	(F) = [(0,05 X (C))x (-1)]

11.3 Limite da dívida total

Nos termos do artigo 52.º da Lei 73/2013, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo das entidades intermunicipais, das entidades associativas municipais e das empresas locais e participadas, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Tendo em consideração os anos económicos de 2014 e 2015, e uma estimativa das receitas correntes líquidas previstas realizar em 2016, este limite, em 1 de janeiro de 2017, deverá situar-se na ordem de 40,4 milhões de euros.

11.4 Grau de execução orçamental mínimo a observar

Em observância ao novo regime financeiro das autarquias locais, particularmente, nos termos do disposto do artigo 56.º, a taxa de execução da receita deverá ser superior a 85%.

Deste modo, em resultado dos documentos previsionais propostos para 2017, as receitas cobradas líquidas, a verificar no mencionado ano, deverão superar um valor ligeiramente superior a 33,2 milhões de euros, para que o Município de Ourém ultrapasse a meta definida.

11.5 Regime de crédito

A lei 73/2013 é omissa quando a limites diretos nos montantes globais no que concerne ao de crédito de curto ou mesmo de médio e longo prazos. Porém, importa observar o limite da dívida total, bem como os limites de endividamento de médio e longo prazo anualmente dispostos na LOE.

Importa ainda referir que, nos termos da alínea c) do n.º 7 do artigo 49.º da Lei 73/2013, é vedado aos municípios, a celebração de contratos com entidades financeiras ou diretamente com fornecedores, com a finalidade de consolidar a dívida de curto prazo, sempre que a duração ultrapasse o exercício orçamental, bem como a cedência de créditos não vencidos.

12. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) – 2017/2020

12.1 – Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) – 2017/2020

ANEXO - F

12.2 – Plano Plurianual de Investimentos – 2017/2020

ANEXO - G

12.3 – Atividades Mais Relevantes – 2017/2020

ANEXO - H

12.4 – Códigos de Leitura

Formas realização:

- (A) – Administração Direta;
- (E) – Empreitadas;
- (O) – Fornecimentos e Outras.

Fonte de financiamento:

(Projetos com financiamento externo à autarquia local)

- (AC) – Administração Central;
- (AA) – Administração Autárquica;
- (FC) – Fundos Comunitários;

Fases de execução:

- (0) – Ação não iniciada;
- (1) – Ação com projeto técnico;
- (2) – Ação adjudicada;
- (3) – Ação com execução física até 50%;
- (4) – Ação com execução física acima de 50%.
- (5) – Não é relevante o início e o fim

Responsáveis:

- 01 – Órgãos da Autarquia
- 02 – Divisão de Tecnologias, Informação e Comunicação
- 03 – Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos
- 04 – Divisão de Gestão Financeira
- 05 – Divisão de Obras Municipais
- 06 – Divisão de Ambiente e Sustentabilidade
- 07 – Divisão Gestão Urbanística
- 08 – Divisão de Ação Cultural
- 09 – Divisão de Educação e Assuntos Sociais
- 10 – Relações Institucionais e Comunicação
- 11 – Fiscalização e Contencioso
- 12 – Licenciamentos Não Urbanísticos
- 13 – Ourém 2020
- 14 – Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017
- 15 – Autoridade Médico-Veterinária
- 16 – Serviço Municipal de Proteção Civil

13. Análise às Grandes Opções do Plano – 2017/2020

13.1 – Descrição

As Grandes Opções do Plano demonstram, desde logo, que ao objetivo “Habitação e Urbanismo” são afetadas aproximadamente 19% das dotações previstas. Importa ainda destacar a afetação relativa a “Educação” (18%) e “Saneamento e Salubridade” (16%).

Em termos particulares, no objetivo “Habitação e Urbanismo” assume relevância o investimento relativo ao Plano de Ação de Regeneração Urbana de Ourém, bem como a elaboração do Plano Diretor Municipal.

No objetivo “Educação” destacam-se as ações de cooperação, onde se inserem os AAAP (Atividades de Animação e Apoio à Família), as refeições escolares, as atividades de enriquecimento curricular, o transporte escolar, o aquecimento escolar, a conservação e equipamentos escolares e ainda o contrato de prestação de serviços inerente às vigilantes escolares. Relativamente ao objetivo “Saneamento e Salubridade” será de mencionar a influência decorrente da recolha e tratamento de RSU's, a limpeza urbana e a exploração e manutenção de ETAR's-

13.2 – Resumo das Grandes Opções do Plano – 2017

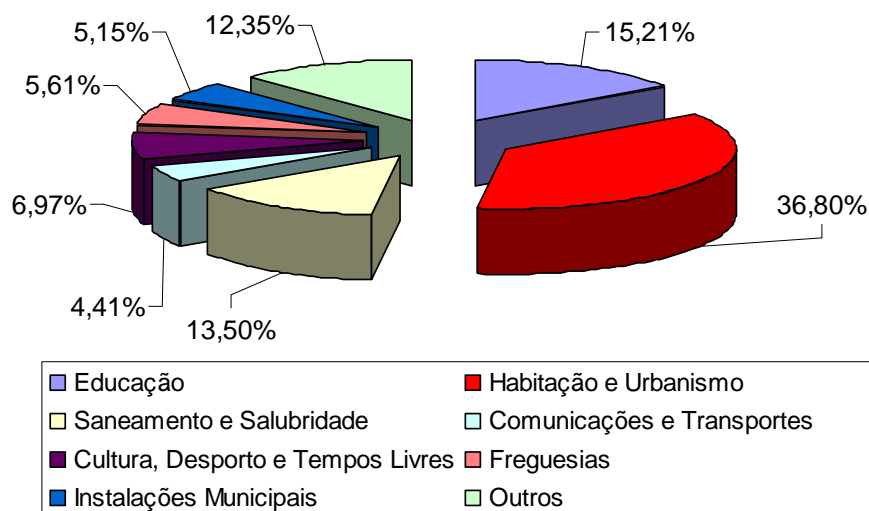
13.2.1 – Quadro (Resumo das Grandes Opções do Plano – 2017)

Uni: Euro

Código das GOP's		Designação	Dotações	
Obj.	Prog.		Valor	%
01		Educação	3.778.100,00	15,21
	001	Ensino Básico	855.000,00	3,44
	002	Ensino Secundário e Profissional	0,00	0,00
	003	Ensino Superior	0,00	0,00
	004	Ações de Cooperação	2.923.100,00	11,77
02		Cultura Desporto e Tempos Livres	1.730.450,00	6,97
	001	Cultura	563.450,00	2,27
	002	Desporto e Lazer	1.122.600,00	4,52
	003	Património	44.400,00	0,18
03		Ação Social	398.500,00	1,60
	001	Ação Social	398.500,00	1,60
04		Saúde	0,00	0,00
	001	Cuidados de Saúde Local	0,00	0,00
05		Habitação e Urbanismo	9.139.200,00	36,80
	001	Habitação	2.300,00	0,01
	002	Planeamento Urbanístico	368.500,00	1,48
	003	Iluminação	1.530.100,00	6,16
	004	Urbanização	7.238.300,00	29,15
06		Saneamento e Salubridade	3.353.200,00	13,50
	001	Despoluição Bacias Hidrográficas do Concelho	1.235.100,00	4,97
	002	Resíduos Sólidos	1.915.100,00	7,71
	003	Higiene Pública	178.500,00	0,72
	004	Cemitérios	24.500,00	0,10
07		Proteção Civil	525.000,00	2,11
	001	Serviços Municipais de Protecção Civil	273.500,00	1,10
	002	Bombeiros	251.500,00	1,01
08		Desenvolvimento Económico e Abast. Público	1.551.400,00	6,25
	001	Água	60.300,00	0,24
	002	Energia	335.300,00	1,35
	003	Turismo	517.100,00	2,08
	004	Feiras e Mercados	13.500,00	0,05
	005	Apoio ao Tecido Empresarial	26.000,00	0,10
	006	Outras Ações de Desenvolvimento	571.600,00	2,30
	007	Ações de Cooperação	27.600,00	0,11
09		Comunicações e Transportes	1.094.500,00	4,41
	001	Rede Viária e Sinalização	1.071.800,00	4,32
	002	Transportes	22.700,00	0,09
10		Defesa do Ambiente	591.700,00	2,38
	001	Parques e Jardins	480.100,00	1,93
	002	Proteção Ambiental	111.600,00	0,45
11		Freguesias	1.392.500,00	5,61
	001	Apoios ao Investimento	405.000,00	1,63
	002	Deleg. de Competênc. no âmbito de desp. corrent.	914.000,00	3,68
	003	Apoio de despesas correntes	68.500,00	0,28
	004	Deleg. de Competências no âmbito de invest.	5.000,00	0,02
12		Instalações Municipais	1.278.300,00	5,15
	001	Edifícios	356.300,00	1,43
	002	Medidas de Modernização e Eficiência	861.900,00	3,47
	003	Outros investimentos	60.100,00	0,24
TOTAL			24.832.850,00	

13.2.2 – Gráfico (Resumo das Grandes Opções do Plano – 2017)

Gráfico 14 - Resumo das GOP's (2017)



13.3 – Quadro (Evolução das Grandes Opções do Plano – 2017/2020)

Quadro 38 – Evolução das Grandes Opções do Plano – 2017/2020

Uni: Euro

Código das GOP's		Designação	2017		2018		2019		2020	
Obj.	Prog.		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
01		Educação	3.778.100,00	15,21	3.430.650,00	12,99	3.800.550,00	15,28	4.313.000,00	17,47
	001	Ensino Básico	855.000,00	3,44	182.800,00	0,69	602.600,00	2,42	1.212.000,00	4,91
	002	Ensino Secundário e Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	003	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	004	Ações de Cooperação	2.923.100,00	11,77	3.247.850,00	12,29	3.197.950,00	12,86	3.101.000,00	12,56
02		Cultura Desporto e Tempos Livres	1.730.450,00	6,97	2.063.050,00	7,81	2.261.800,00	9,09	3.166.600,00	12,83
	001	Cultura	563.450,00	2,27	713.350,00	2,70	568.300,00	2,28	368.100,00	1,49
	002	Desporto e Lazer	1.122.600,00	4,52	1.270.500,00	4,81	1.520.400,00	6,11	2.410.200,00	9,76
	003	Património	44.400,00	0,18	79.200,00	0,30	173.100,00	0,70	388.300,00	1,57
03		Ação Social	398.500,00	1,60	758.500,00	2,87	308.500,00	1,24	308.500,00	1,25
	001	Ação Social	398.500,00	1,60	758.500,00	2,87	308.500,00	1,24	308.500,00	1,25
04		Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	001	Cuidados de Saúde Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05		Habitação e Urbanismo	9.139.200,00	36,80	7.609.000,00	28,80	7.681.600,00	30,88	6.262.500,00	25,37
	001	Habitação	2.300,00	0,01	2.300,00	0,01	2.300,00	0,01	2.300,00	0,01
	002	Planeamento Urbanístico	368.500,00	1,48	188.000,00	0,71	245.000,00	0,99	176.000,00	0,71
	003	Iluminação	1.530.100,00	6,16	1.530.100,00	5,79	1.530.100,00	6,15	1.530.100,00	6,20
	004	Urbanização	7.238.300,00	29,15	5.888.600,00	22,29	5.904.200,00	23,74	4.554.100,00	18,45

Código das GOP's		Designação	2017		2018		2019		2020	
Obj.	Prog.		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
06		Saneamento e Salubridade	3.353.200,00	13,50	5.810.200,00	21,99	3.067.700,00	12,33	2.949.700,00	11,95
	001	Despoluição Bacias Hídricas do Concelho	1.235.100,00	4,97	3.445.100,00	13,04	845.100,00	3,40	820.100,00	3,32
	002	Resíduos Sólidos	1.915.100,00	7,71	2.007.100,00	7,60	2.057.100,00	8,27	2.014.100,00	8,16
	003	Higiene Pública	178.500,00	0,72	19.500,00	0,07	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
	004	Cemitérios	24.500,00	0,10	338.500,00	1,28	164.500,00	0,66	114.500,00	0,46
07		Proteção Civil	525.000,00	2,11	405.000,00	1,53	355.000,00	1,43	354.000,00	1,43
	001	Serviços Municipais de Proteção Civil	273.500,00	1,10	153.500,00	0,58	103.500,00	0,42	102.500,00	0,42
	002	Bombeiros	251.500,00	1,01	251.500,00	0,95	251.500,00	1,01	251.500,00	1,02
08		Desenvolvimento Económico e Abast. Público	1.551.400,00	6,25	1.525.200,00	5,77	1.971.900,00	7,93	2.348.910,00	9,52
	001	Água	60.300,00	0,24	60.300,00	0,23	60.300,00	0,24	60.300,00	0,24
	002	Energia	335.300,00	1,35	335.300,00	1,27	100.500,00	0,40	100.410,00	0,41
	003	Turismo	517.100,00	2,08	519.700,00	1,97	421.700,00	1,70	322.900,00	1,31
	004	Feiras e Mercados	13.500,00	0,05	13.500,00	0,05	13.500,00	0,05	13.500,00	0,05
	005	Apoio ao Tecido Empresarial	26.000,00	0,10	111.000,00	0,42	890.500,00	3,58	1.366.500,00	5,54
	006	Outras Ações de Desenvolvimento	571.600,00	2,30	457.800,00	1,73	457.800,00	1,84	457.700,00	1,85
	007	Ações de Cooperação	27.600,00	0,11	27.600,00	0,10	27.600,00	0,11	27.600,00	0,11
09		Comunicações e Transportes	1.094.500,00	4,41	1.870.700,00	7,08	2.340.400,00	9,41	1.256.400,00	5,09
	001	Rede Viária e Sinalização	1.071.800,00	4,32	1.733.000,00	6,56	2.217.700,00	8,92	1.142.700,00	4,63
	002	Transportes	22.700,00	0,09	137.700,00	0,52	122.700,00	0,49	113.700,00	0,46
10		Defesa do Ambiente	591.700,00	2,38	626.600,00	2,37	566.600,00	2,28	566.600,00	2,30
	001	Parques e Jardins	480.100,00	1,93	480.100,00	1,82	480.100,00	1,93	480.100,00	1,94
	002	Proteção Ambiental	111.600,00	0,45	146.500,00	0,55	86.500,00	0,35	86.500,00	0,35
11		Freguesias	1.392.500,00	5,61	1.392.500,00	5,27	1.392.500,00	5,60	1.392.500,00	5,64
	001	Apoios ao Investimento	405.000,00	1,63	405.000,00	1,53	405.000,00	1,63	405.000,00	1,64
	002	Deleg. de Competênc. no âmbito de desp. corrent.	914.000,00	3,68	914.000,00	3,46	914.000,00	3,67	914.000,00	3,70
	003	Apoio de despesas correntes	68.500,00	0,28	68.500,00	0,26	68.500,00	0,28	68.500,00	0,28
	004	Deleg. de Competências no âmbito de invest.	5.000,00	0,02	5.000,00	0,02	5.000,00	0,02	5.000,00	0,02
12		Instalações Municipais	1.278.300,00	5,15	928.200,00	3,51	1.125.700,00	4,53	1.765.600,00	7,15
	001	Edifícios	356.300,00	1,43	26.700,00	0,10	226.200,00	0,91	866.100,00	3,51
	002	Medidas de Modernização e Eficiência	861.900,00	3,47	841.400,00	3,18	839.400,00	3,37	839.400,00	3,40
	003	Outros investimentos	60.100,00	0,24	60.100,00	0,23	60.100,00	0,24	60.100,00	0,24
TOTAL			24.832.850,00		26.419.600,00		24.872.250,00		24.684.310,00	

13.4 – Comparação das dotações previstas em GOP's – 2015/2017

13.4.1 – Quadro (Comparação das dotações previstas em GOP's – 2015 a 2017

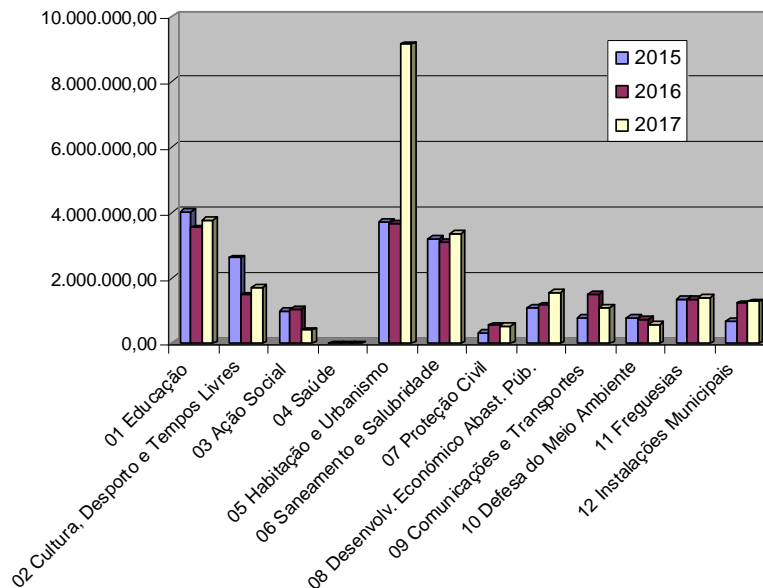
Quadro 39 – Comparação das dotações previstas em GOP's – 2015 a 2017 a p. c.

Uni: Euro

	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
01 Educação	4.032.900,00	3.531.750,00	-501.150,00	-12,43	3.778.100,00	-254.800,00	-6,32
02 Cultura, Desporto e Tempos Livres	2.612.150,00	1.486.900,00	-1.125.250,00	-43,08	1.730.450,00	-881.700,00	-33,75
03 Ação Social	978.600,00	1.032.900,00	54.300,00	5,55	398.500,00	-580.100,00	-59,28
04 Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 Habitação e Urbanismo	3.702.400,00	3.653.100,00	-49.300,00	-1,33	9.139.200,00	5.436.800,00	146,85
06 Saneamento e Salubridade	3.203.800,00	3.098.700,00	-105.100,00	-3,28	3.353.200,00	149.400,00	4,66
07 Proteção Civil	344.700,00	558.100,00	213.400,00	61,91	525.000,00	180.300,00	52,31
08 Desenvolv. Económico Abast. Púb.	1.109.900,00	1.169.800,00	59.900,00	5,40	1.551.400,00	441.500,00	39,78
09 Comunicações e Transportes	786.000,00	1.510.200,00	724.200,00	92,14	1.094.500,00	308.500,00	39,25
10 Defesa do Meio Ambiente	799.600,00	722.900,00	-76.700,00	-9,59	591.700,00	-207.900,00	-26,00
11 Freguesias	1.342.200,00	1.344.900,00	2.700,00	0,20	1.392.500,00	50.300,00	3,75
12 Instalações Municipais	702.150,00	1.228.900,00	526.750,00	75,02	1.278.300,00	576.150,00	82,06
TOTAIS	19.614.400,00	19.338.150,00	-276.250,00	-1,41	24.832.850,00	5.494.700,00	28,4

13.4.2 – Gráfico – Comparação das dotações previstas em GOP's - 2015 a 2017

Gráfico 15 - Comparação das dotações previstas em GOP's - 2015 a 2017



13.5 – Comparação das dotações previstas em PPI – 2015 a 2017

13.5.1 – Quadro – Comparação das dotações previstas em PPI – 2015 a 2017

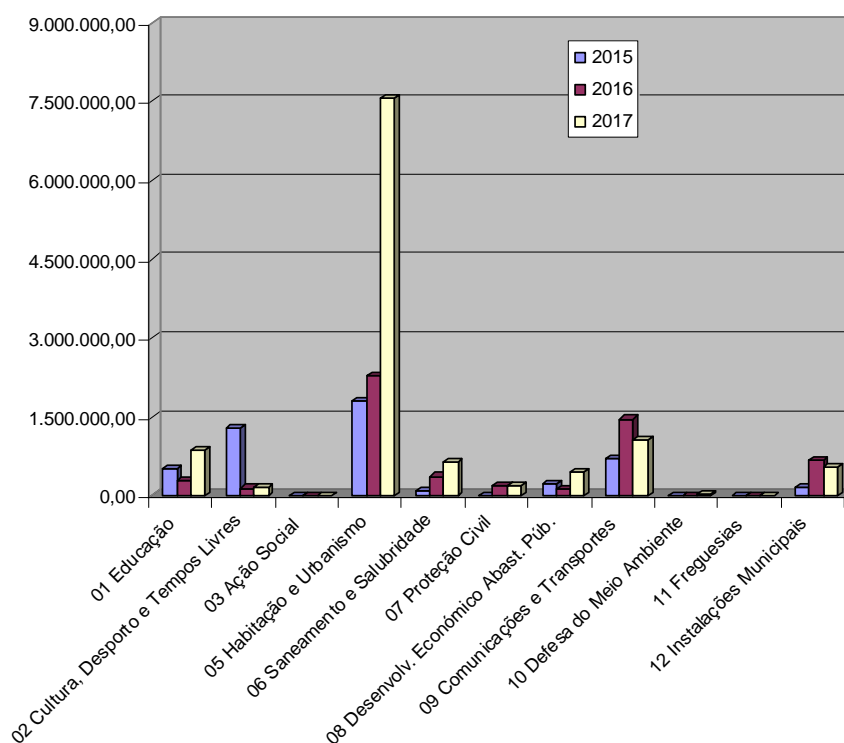
Quadro 40 – Comparação das dotações previstas em PPI – 2015 a 2017 a p.c.

Uni: Euro

	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
01 Educação	495.750,00	292.200,00	-203.550,00	-41,06	861.700,00	569.500,00	194,90
02 Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.289.400,00	140.900,00	-1.148.500,00	-89,07	158.200,00	17.300,00	12,28
03 Ação Social	5.400,00	2.900,00	-2.500,00	-46,30	2.900,00	0,00	0,00
05 Habitação e Urbanismo	1.796.450,00	2.289.000,00	492.550,00	27,42	7.564.600,00	5.275.600,00	230,48
06 Saneamento e Salubridade	89.000,00	364.700,00	275.700,00	309,78	642.700,00	278.000,00	76,23
07 Proteção Civil	2.000,00	193.600,00	191.600,00	9.580,00	196.000,00	2.400,00	1,24
08 Desenvolv. Económico Abast. Púb.	229.500,00	135.000,00	-94.500,00	-41,18	454.700,00	319.700,00	236,81
09 Comunicações e Transportes	695.500,00	1.460.000,00	764.500,00	109,92	1.059.400,00	-400.600,00	-27,44
10 Defesa do Meio Ambiente	1.100,00	6.000,00	4.900,00	445,45	30.200,00	24.200,00	403,33
11 Freguesias	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	--
12 Instalações Municipais	155.500,00	677.000,00	521.500,00	335,37	534.000,00	-143.000,00	-21,12
TOTAIS	4.759.600,00	5.561.300,00	801.700,00	16,84	11.504.400,00	5.943.100,00	106,9

13.5.2 – Gráfico – Comparação das dotações previstas em PPI – 2015/2017

Gráfico 16 - Comparação das dotações previstas em PPI - 2015 a 2017



13.6 – Comparação das dotações previstas em AMR – 2015 a 2017

13.6.1 – Quadro – Comparação das dotações previstas em AMR's – 2015 a 2017

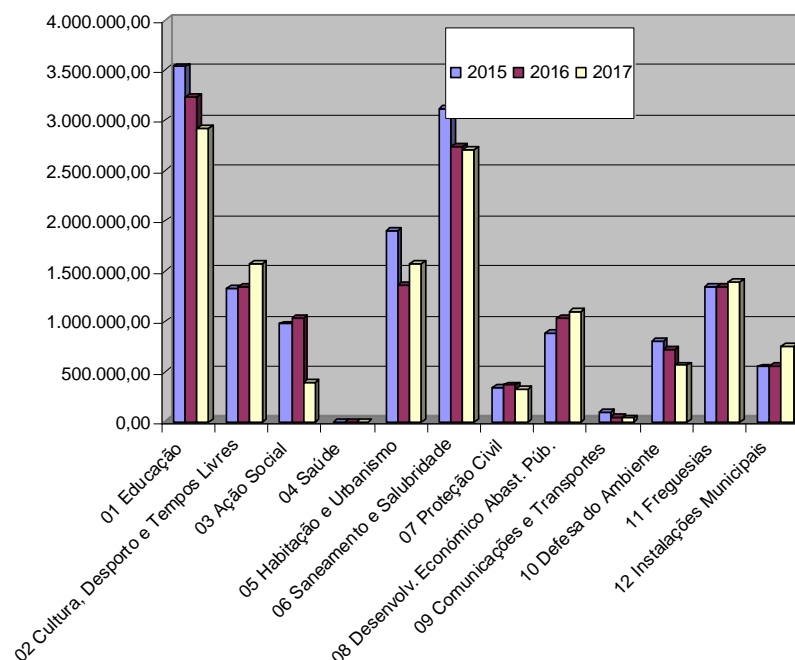
Quadro 41 – Comparação das dotações previstas em AMR's – 2015 a 2017 a p.c.

Unid: Euro

	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
01 Educação	3.537.150,00	3.239.550,00	-297.600,00	-8,41	2.916.400,00	-323.150,00	-9,98
02 Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.322.750,00	1.346.000,00	23.250,00	1,76	1.572.250,00	226.250,00	16,81
03 Ação Social	973.200,00	1.030.000,00	56.800,00	5,84	395.600,00	-634.400,00	-61,59
04 Saúde	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	--
05 Habitação e Urbanismo	1.905.950,00	1.364.100,00	-541.850,00	-28,43	1.574.600,00	210.500,00	15,43
06 Saneamento e Salubridade	3.114.800,00	2.734.000,00	-380.800,00	-12,23	2.710.500,00	-23.500,00	-0,86
07 Proteção Civil	342.700,00	364.500,00	21.800,00	6,36	329.000,00	-35.500,00	-9,74
08 Desenvol. Económico Abast. Púb.	880.400,00	1.034.800,00	154.400,00	17,54	1.096.700,00	61.900,00	5,98
09 Comunicações e Transportes	90.500,00	50.200,00	-40.300,00	-44,53	35.100,00	-15.100,00	-30,08
10 Defesa do Ambiente	798.500,00	716.900,00	-81.600,00	-10,22	561.500,00	-155.400,00	-21,68
11 Freguesias	1.342.200,00	1.344.900,00	2.700,00	0,20	1.392.500,00	47.600,00	3,54
12 Instalações Municipais	546.650,00	551.900,00	5.250,00	0,96	744.300,00	192.400,00	34,86
TOTAIS	14.854.800,00	13.776.850,00	-1.077.950,00	-7,26	13.328.450,00	-448.400,00	-3,25

13.6.2 – Gráfico – Comparação das dotações previstas em AMR's – 2015 a 2017

Gráfico 17 - Comparação das dotações previstas em AMR's - 2015 a 2017



14. Mapa de Pessoal para ano económico de 2017

ANEXO – I (Mapa de Pessoal – 2017)

15. Encargos com empréstimos

Quadro 42 – Mapa dos encargos a satisfazer com a liquidação de empréstimos

(Unidade:Euro)

Data	FINALIDADE	NºEmprest.	Ent. Cred.	Capital	Prazo de amort.	Anos decorridos	Anos que faltam	Previsão de encargos para 2017		Capital em dívida	Capital em dívida	Observ.
								Amortização	Juros	31-12-2016	31-12-2017	
21-08-2001	Rep. dos prejuízos resultantes das intempéries-Nov.2000 e Nov/2001	000178/178/19	C.G.D.	3.027.952,64	20	14	6	196.042,95	939,45	933.049,77	737.006,82	a)
14-08-2002	Investimento DTL	9015/000570/18 7/0019	C.G.D.	780.783,06	20	13	7	53.548,87	1.320,33	311.206,14	257.657,27	
13-11-2003	Estádio Municipal de Fátima	0253692-830- 002	BPI	1.039.167,00	20	10	10	92.475,57	1.074,39	301.909,14	209.433,57	
26-12-2003	Construção da Sala Polivalente do Pinheiro e do Alqueidão	1496	BES	150.943,00	15	11	4	12.578,60	134,61	25.157,00	12.578,40	
30-09-2004	Projeto Valourém (Mercado Municipal, Parque Linear e Casa dos Magistrados	9140/000160/68 7/0019	CGD	1.135.607,00	20	10	10	53.634,52	747,53	556.908,84	503.274,32	
20-12-2005	Redes de Saneamento da Bacia 47 (Seiça) - sub-bacias 1 a 6 A, Bacia 51- sub bacia 9 (parte)	9015/002061/18 7/0019	CGD	912.776,42	20	10	10	55.866,80	8,00	502.801,29	446.934,49	a)

12-10-2006	Const. J.I. Gonde Maria, Atouguia, Urqueira e Const. do Edifício Misto em Cercal	15689	BES	1.570.752,00	20	8	12	88.529,40	776,84	885.294,12	796.764,72	
29-12-2008	Programa de Reabilitação Urbana da cidade de Fátima	1111	CGD	1.002.125,00	20	8	12	66.558,03	1.919,73	792.576,14	726.018,11	
01-08-2009	Programa e Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado	1414/09	Estado	4.544.000,00	10	7	3	908.800,00	26.398,37	2.272.000,00	1.363.200,00	
11-02-2010	Const. Centros Escolares (Caridade, N.ª S.ª Misericórdias, Beato Nuno e Ampliação da Escola do 1º CEB de Cova da Iria - Fátima)	944/10	BPI	2.150.100,08	20	6	14	208.133,40	17.950,09	1.369.599,63	1.161.466,23	
16-11-2012	PAEL (Programa de Apoio à Economia Local)		Estado	3.348.152,72	15	4	11	239.153,76	58.007,33	2.511.114,56	2.271.960,80	
TOTAL				19.662.358,92				1.975.321,90	109.276,67	10.461.616,63	8.486.294,73	

a) Empréstimos incluídos nas exceções ao endividamento

16. Normas de execução orçamental

Normas do Orçamento do Município de Ourém 2017

CAPÍTULO I CONCEITOS GERAIS

Artigo 1.º (Objecto)

1. O presente normativo contém as disposições aplicáveis à execução do Orçamento do Município de Ourém (MO).
2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, importa observar as disposições constantes na Norma de Controlo Interno (NCI) do MO vigente, a qual é de aplicação obrigatória, por força do ponto 2.9 do POCAL (ponto não revogado pelo Decreto-Lei 192/2015), bem como as disposições imperativas previstas na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA) e respetiva alteração e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

CAPÍTULO II GESTÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS

Artigo 2.º (Cativos de dotações orçamentais)

1. A utilização das dotações orçamentais deve ser enquadrada numa lógica de contenção, rigor e permanente avaliação pelo que as cativações de dotação orçamental (diminuição da dotação orçamental disponível), são um instrumento de gestão financeira para conter despesa cuja receita depende de circunstâncias de mercado e de conjuntura, sendo necessário observar o comportamento definitivo desta antes da prossecução daquela.
2. No decurso do ano económico poderão ser constituídos cativos, permitindo salvaguardar uma margem de gestão contingencial no caso da receita traduzir um comportamento inferior ao expetável.
3. Os cativos têm precedência sobre as despesas obrigatórios ou outras vinculações externas que se pretendam promover.
4. A cativação, bem como a descativação total ou parcial carecem de autorização do Presidente da Câmara Municipal, podendo ocorrer por conta de outras cativações quando estas não afetem necessidades fundamentais ou compromissos assumidos.

Artigo 3.º (Tipologias de alterações orçamentais)

1. As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação ao orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis, ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas.
2. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial.
3. A alteração orçamental modificativa é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou despesa ou da qual resulta o aumento do montante global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor.
4. A alteração orçamental permutativa é aquela que procede à alteração da composição do orçamento de receita ou de despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global.
5. A inscrição ou reforço consubstancia a integração de uma natureza de receita ou de despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global.
6. A anulação ou diminuição consubstancia a extinção de uma natureza de receita ou despesa prevista no orçamento que não terá execução orçamental ou a redução de uma previsão de receita ou dotação de despesa.
7. Por crédito especial corresponde a um incremento do orçamento da despesa com compensação no aumento da receita cobrada.

Artigo 4.º
(Regras nas modificações orçamentais)

1. As alterações orçamentais são instrumento de correção e reafetação de verbas alocadas, sendo subordinadas aos seguintes princípios:
 - a. Estão proibidas as alterações orçamentais nas seguintes condições:
 - i. Que impliquem aumento ou redução da despesa obrigatória por conta de despesa com outra natureza;
 - ii. Que reduzam rubricas em que ocorram necessidades certas ou que estejam associadas a compromissos assumidos;
 - iii. Que impliquem a anulação em dotações de projetos com financiamento externo sendo proibida a reafetação de dotações de projetos / ações com financiamento externo a outros projectos / ações;
 - iv. Que violem as regras do equilíbrio orçamental previstas no artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.
2. Não deve ser efetuada a anulação de dotações orçamentais de capital para reforço de despesa corrente, sem uma prévia avaliação do equilíbrio corrente orçamental municipal;
3. As dotações orçamentais são afetadas, em primeira instância, aos compromissos e à dívida transitados do ano anterior.
4. As dotações orçamentais, por relação ao número anterior, são alocadas, na 1.ª alteração orçamental, com os ajustamentos, em termos das classificações económicas, de acordo com os compromissos e a dívida transitada, de facto, após o encerramento da execução orçamental de 2016.

5. Por razões de economia, eficiência e eficácia, só deverá ser promovida uma única alteração mensal, sendo esta elaborada com os dados comunicados à Divisão de Gestão Financeira até ao dia 18, de cada mês.
6. Os pedidos de alteração comunicados após a abertura do processo de modificação orçamental, implicam o não tratamento do pedido e o seu deferimento para a modificação orçamental seguinte, dados os constrangimentos que tal exceção cria no tratamento da informação, na operacionalização da alteração e no respeito aos prazos associados ao processo.
7. Excepcionalmente, por razões manifestamente imprevistas e inadiáveis, não imputáveis à entidade e por relevante e fundamentado interesse público, poderá ser admitida uma alteração orçamental extraordinária.
8. No último mês do ano, por razões de operacionalidade e maximização da execução orçamental, será admitida a ocorrência de uma alteração orçamental extraordinária
9. No último mês do ano, por razões de maximização da execução orçamental será admitida a ocorrência de uma alteração orçamental extraordinária adicional.

Artigo 5.º (Execução orçamental)

1. A execução orçamental compreende a prática de todos os atos que integram a atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais na prossecução das suas atribuições.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão das despesas por estes propostas e contratualizadas e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização.
3. Sendo o princípio da legalidade e do cabimento orçamental um princípio estruturante das finanças públicas, não se pode iniciar nenhum procedimento de contratualização de despesa, sem que, para além de ser legal, esteja inscrito em orçamento e disponha de dotação adequada.
4. O cabimento consiste na reserva de dotação disponível para o processo de despesa que se pretende realizar, suportado em documento interno, pelo montante dos encargos prováveis e visa assegurar a existência de dotação para a assunção do compromisso, fundamentando a autorização da despesa.
5. A autorização da contratualização de despesas não cabimentadas, porque configura a prática de um ato cujo objeto constitui crime, é um ato inválido, invalidade que o Código do Procedimento Administrativo comina com a nulidade.
6. Apenas poderão ser autorizadas despesas no âmbito das competências e atribuições definidas ao município.

Artigo 6.º (Acompanhamento orçamental)

1. Mensalmente deverão ser efetuadas análises aos desvios orçamentais apurados no âmbito das receitas municipais, face às previsões definidas.

2. Caso se verifique a ocorrência de uma captação de um volume de receita inferior à prevista para o período em causa, e o hiato seja materialmente relevante, deverá proceder-se à cativação extraordinária de dotações de despesa em montante equivalente ao desvio.
3. A anulação da cativação extraordinária prevista no número anterior, apenas deverá ocorrer caso o desvio anteriormente apurado seja colmatado e mediante aprovação do Presidente da Câmara Municipal.
4. Mensalmente, os serviços municipais incumbidos de acompanhar contratos de despesa vigentes, deverão proceder à análise dos desvios verificados face aos cronogramas financeiros aprovados, e caso se verifiquem desvios, promover de imediato, em respeito aos imperativos legais aplicáveis, particularmente aos dispostos no Código dos Contratos Públicos, desencadear processo de aprovação de novos cronogramas, informando a Divisão de Gestão Financeira para que proceda às regularizações orçamentais correspondentes.

CAPÍTULO III ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS

Artigo 7.º (Compromissos do exercício)

1. O compromisso é a assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo, em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições, implicando alocação da dotação orçamental, independentemente do pagamento.
2. Os compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como seja a emissão de uma requisição ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo.
3. Os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, sob pena da respetiva nulidade, e sem prejuízo das responsabilidades aplicáveis previstas na Lei 8//2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA) e respetiva alteração e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
4. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas as seguintes condições:
 - a. Verificação a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b. Registo no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c. Emissão de um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente.

Artigo 8.º (Compromissos plurianais)

1. Na assunção de compromissos plurianuais deverá atender-se à observância do princípio da equidade intergeracional.
2. A assunção de despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da realização, não pode ser efetivada sem a prévia autorização do órgão deliberativo do município.
3. Por motivos operacionais e de eficácia, a assembleia municipal concede uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela câmara municipal, nos casos seguintes:
 - a. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
 - b. Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos.
4. A assunção de compromissos a coberto da autorização prévia prevista no número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstas na LCPA, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução das despesas, sendo presente, em cada uma das sessões ordinárias da assembleia municipal, uma informação da qual conste uma listagem dos compromissos assumidos, ao abrigo do n.º 3 do presente artigo.

Artigo 9.º (Pagamentos)

1. Em observância ao disposto na LCPA, os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na mencionada lei, cumprimento dos demais requisitos legais de execução de despesas e após fornecimento de bens e serviços ou satisfação de outras condições.
2. Os agentes económicos que procedam ao fornecimento de bens ou serviços sem que o documento de compromisso, ordem de compra, nota de documento encomenda ou documento equivalente possua a clara identificação do emitente e o correspondente número de compromisso válido e sequencial, não poderão reclamar do MO o respetivo pagamento ou quaisquer direitos de ressarcimento, sob qualquer forma, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 9.º da LCPA
3. Os responsáveis pela assunção de compromissos em desconformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA respondem pessoal e solidariamente perante os agentes económicos quanto aos danos por estes incorridos.
4. Qualquer pagamento está condicionado à confirmação da situação tributária e contributiva do credor, designadamente a verificação da existência, ou não, de dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e/ou à Segurança Social.

Artigo 10.º (Fundos disponíveis)

Os fundos disponíveis deverão ser apurados mensalmente até ao 5.º dia útil, de acordo com o estabelecido na LCPA, sendo comunicados à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

CAPÍTULO IV DESPESA

Artigo 11.º (Fundos de Maneio)

Em casos de reconhecida necessidade e conveniência ao bom funcionamento dos serviços municipais, o órgão executivo poderá deliberar a constituição de fundos de maneio, destinados ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, em observância ao disposto no capítulo III da NCI do MO.

Artigo 12.º (Processos de despesa)

Os processos de despesa conferidos e realizados até ao final do ano transato são automaticamente cabimentados e comprometidos em 2017, até à ocorrência de dotação disponível, sem ser necessária a revalidação da autorização da despesa.

Artigo 13.º (Despesas urgentes e inadiáveis)

1. As despesas urgentes e inadiáveis, resultantes de factos inequivocamente imprevisíveis e devidamente fundamentados, que não excedam o montante de 5 mil euros, isolada ou conjuntamente, poderão ser contratualizadas, em articulação com a Divisão de Gestão Financeira, desde que no prazo máximo de 48 horas após a sua realização, possa ser concretizada a assunção do compromisso.
2. Quando esteja em causa o excecional interesse público ou a preservação da vida humana, a assunção do compromisso poderá ser efetuada no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

CAPÍTULO V RECEITA

Artigo 14.º (Processos de receita)

No âmbito dos processos de receita deverão observar-se as disposições contidas no capítulo IV da NCI do MO.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15.º
(Dúvidas sobre a execução do orçamento)

As dúvidas suscitadas na execução do orçamento e na aplicação das presentes normas são esclarecidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

17. Orçamentos das entidades participadas

17.1 – OURÉMVIVA

ANEXO – J (Relatório previsional de gestão 2017/2020 – OURÉMVIVA)

18. Mapa de entidades participadas

Quadro 43 – Entidades participadas pelo Município de Ourém

ENTIDADES	N.I.F.	Tipo de entidade	Forma Jurídica	Valor da participação	
				(em euros)	(%)
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	502 690 267	Não Societária	ASU - Associação sem fins lucrativos - sem utilidade pública	5.000,00	15,15%
ADSAICA - Associação de Desenvolvimento das Serras Aire e Candeeiros	502 500 867	Não Societária	ASU - Associação sem fins lucrativos - sem utilidade pública	1.200,00	11,00%
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508 038 430	Não Societária	AMFE - Associação de Municípios de Fins Específicos	1.600,00	2,16%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	Não Societária	AM - Associação de Municípios	5.888,61	0,32%
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502 131 047	Não Societária	AMFE - Associação de Municípios de Fins Específicos	548,68	1,05%
APOM - Associação Portuguesa de Museologia	501 056 785	Não Societária	ACU - Associação sem fins lucrativos - com utilidade pública	125,00	24,00%
Associação Caminhos de Fátima	513 689 125	Não Societária	Associação de Direito Privado	348,20	7,69%
Associação Portuguesa Segurança e Conservação de Pontes	507 380 576	Não Societária	ASU - Associação sem fins lucrativos - sem utilidade pública	100,00	0,86%
Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa	FR574 839 39 708	Não Societária	ASU - Associação sem fins lucrativos	1.500,00	0,80%
CEPAE - Centro do Património da Estremadura	503 874 825	Não Societária	ACU - Associação sem fins lucrativos - com utilidade pública	598,56	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	502 106 506	Não Societária	CIFG - Comunidade Intermunicipal de Fins Gerais	80.832,12	14,00%
Confraria dos Enófilos da Estremadura	503 217 670	Não Societária	ASU - Associação sem fins lucrativos - sem utilidade pública	100,00	
ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	505 074 737	Não Societária	ASU - Associação sem fins lucrativos - sem utilidade pública	997,60	5,76%
INSIGNARE - Associação de Ensino e Formação	502 964 685	Não Societária	ACU - Associação sem fins lucrativos - com utilidade pública	9.144,63	33,33%
FÁTIPARQUES - Parques de Negócios Ourém/Fátima, S.A.	506 930 572	Societária	SA - Sociedade Anónima	175.000,00	25,00%
Maisourém, S.A.	508 796 830	Societária	SA - Sociedade Anónima	122.500,00 €	49,00%
OUREMVIVA - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, EM, SA	505 111 691	Societária	EEM - utilidade Municipal(Empresarial)	50.000,00	100,00%
SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA.	504 864 688	Societária	SA - Sociedade Anónima	82.170,00	1,64%
RIBACARNE - Matadouro Regional do Ribatejo Norte, S.A.(1)	501 611 835	Societária	SA - Sociedade Anónima	25.000,00	0,70%
Valoris - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	503 811 866	Societária	SA - Sociedade Anónima	153.400,00	7,67%

(1) - Insolvente desde 2011

O quadro apresentado na página anterior, reporta todas as entidades participadas pelo MO, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente, em cumprimento do previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

19. Responsabilidades contingentes

Quadro – Processos judiciais (encargos contingentes)

Nome do Autor/Réu/Contra-Interessados/Pedido	N.º Registo (Município)	N.º de Processo Tribunal	Tribunal / Tipo de Ação	Último Ato Praticado	Obs.	Encargos Contingentes
Processos em Tribunal Ano de 2016						
A: Artur Leitão Lopes R: Caixa Geral de Aposentações IP: Município de Ourém, Ouremviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, EM SA, Sociedade Zurich Companhia de Seguros Requer o A. ser submetido a Junta Médica competente para a determinação do grau de incapacidade permanente resultante do acidente de serviço que sofreu e bem assim, o pagamento da pensão a que tiver direito em consequência da desvalorização sofrida.	25773/2016	65/16.3BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa	A 06/10/2016 foi enviado à LSA para contestar.	LSA – Sociedade de Advogados	

<p>A: José Carlos Alves da Cruz e Susana Maria Dias da Silva</p> <p>R: Município de Ourém</p> <p>Requer que as funções da entidades expropriante passem a ser exercidas pelo Tribunal, seguindo-se os demais termos do processo expropriativo e que o R. seja condenado nas custas do incidente.</p>	19875/2016	345/16.8T8ORM	Secção Cível, Instância Local de Ourém da Comarca de Santarém	<p>A 23/09/2016 a sentença declara procedente o incidente e deferem-se os pedidos dos A. Foi ordenado remeter ao Tribunal o processo de expropriação onde correrá os seus termos.</p> <p>A 28/09/2016 foi enviado à LSA o processo de expropriação.</p> <p>SGD/26081/2016</p>	LSA – Sociedade de Advogados	
<p>A: Centro Social e Paroquial de São João Baptista de Espite</p> <p>R: Município de Ourém</p> <p>Requer que seja declarado o incumprimento por parte do R. das condições e prazos de aviso prévio de denúncia dos protocolos celebrados entre A. e R.;</p>	2245/2016	51/16.3BELRA	<p>Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria</p> <p>Ação Administrativa Comum</p>	<p>A 08/06/2016 fomos informados que o A. apresentou um requerimento a desistir da acção.</p> <p>A 27/06/2016 enviamos à LSA requerimento a desistir do pedido de reconversão da acção. Aguarda-se que o processo seja dado como findo.</p>	LSA – Sociedade de Advogados	€ 3.343,04

E que o R. seja condenado a pagar ao A. a quantia de €3.343,04, título de indemnização por danos patrimoniais, acrescido de juros comerciais desde a citação até integral pagamento.				SGD/16554/2016		
Processos em Tribunal Ano de 2015						
A: Massa Insolvente de Asibel – Construções, S.A. R: Município de Ourém Requer a condenação no pagamento de €705.641,55, a título de reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada de obra pública “P077/2011 – Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B – Troços Entre a Passagem Desnivelada e as Rotunda Norte e Sul Inclusive, em Fátima”, acrescida de juros moratórios vincendos contados desde a citação, à taxa legal, até efetivo e integral pagamento.	24789/2015	1609/15.3BERLRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa Comum	A 21/10/2015 foi enviada PI e anexos e PA ao nosso mandatário.	LSA – Sociedade de Advogados	705.641,55 €
A: Metalneca – Comércio de Sucatas, Unipessoal, Ld.^a R: Município de Ourém Requer a condenação no pagamento de €15.696,17, acrescida de juros desde a citação, à taxa legal, até efetivo e integral pagamento, decorrente de acidente de viação	23740/2015	1555/15.0BERLRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa Comum	A 12/10/2015 foi enviada PI e anexos e PA ao nosso mandatário.	LSA – Sociedade de Advogados	15.696,17 €
A: Alfredo Manuel Dias Caetano R: Município de Ourém Requer a declaração de nulidade do despacho de 23/04/2015 do Vereador do Urbanismo que ordenou a demolição coerciva de um muro de suporte de terra em pedra solta a realizar 13/05/2015.	11293/2015	823/15.6BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa Comum	Foi apresentada contestação a 11/06/2015.	LSA – Sociedade de Advogados	
E: Soldanova – Sociedade de Construções Metálicas, Ld.^a	10893/2015	1949/15.1T8ENT	Tribunal da Comarca de Santarém – Entroncamento – Inst. Central – Sec. Execução – J1	Foi enviada a documentação para a mandatária deduzir oposição.	Dr. ^a Sofia Marques	42.354,79 €

E: Município de Ourém e União Desportiva de Pinheiro e Cabiçalva Pagamento de €42.354,79, referente à execução de sentença no processo judicial n.º 752/10.0TBVNO				Efectuado um depósito autónomo de €50.000,00. 20/05/2015		
A- A: ThyssenKrupp Elevadores, S.A. R: Município de Ourém Requer o pagamento de €9.790,18 acrescido de juros de mora vencidos no valor de €99,73, da taxa de justiça liquidada e outras despesas no valor de €40,00, tudo a acrescer juros de mora vencidos até efetivo e integral pagamento. Contrato de manutenção do elevador instalado na escola do 1.º ciclo do Ensino Básico de Ourém	2789/2015	617/15.9BELSB (Injunção n.º 16181/15.6YIPRT)	Tribunal Administrativo Central de Lisboa Ação Administrativa	Na sequência da oposição apresentada, o processo foi enviado ao TAC de Lisboa 12/03/2015	LSA – Sociedade de Advogados	9.929,91 €
A: César José Machado de Jesus R: Município de Ourém Requer o pagamento de €1.375,00 a título de indemnização por danos patrimoniais acrescida de juros vencidos até efetivo e integral pagamento	962/2015	44/15.8BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação Administrativa Comum	Enviado a 27/01/2015 ao nosso mandatário para contestar.	LSA – Sociedade de Advogados	1.375,00 €
A: Gracinda Conceição Papafina Cândido Caixeiro R: EDP – Energias de Portugal, S.A. – Distribuição; Freguesia de Fátima; Município de Ourém Requer a providência cautelar de ratificação do embargo de obra nova. Requer a restituição da posse da área de terreno de 4mts de largura e 65 de comprimento ocupada com o alargamento do caminho da Pedra Alva;	74/2015	150/14.6T8ORM	Tribunal da Comarca de Santarém – Instância Central – Seção Cível – J3 Procedimento Cautelar Tribunal da Comarca de Santarém – Instância Local de Ourém – Secção Cível	Com base no valor atribuído à acção €17.973, o processo decorrerá na Instância Local de Ourém e não na Instância Central de Santarém. 01/06/2015	LSA – Sociedade de Advogados	

<p>Requer a condenação na reposição do terreno ocupado no estado em que se encontrava antes do alargamento do caminho e reconstrução do muro de pedra solta de 1,2mts de altura e 65 de comprimento, no local onde se encontrava originalmente:</p> <p>Requer o pagamento de indemnização de valor ainda não quantificável pelos prejuízos causados e que continuam a causar.</p>						
Processos em Tribunal Ano de 2014						
<p>A: Lena Ambiente – Gestão de Resíduos, S.A.</p> <p>R: Município de Ourém</p> <p>1. Requer a anulação da decisão final tomada em reunião de Câmara de 11/07/2014, anulando-se:</p> <p>a) A deliberação de Câmara de 16/07/2013;</p> <p>b) A deliberação que revoga e substitui a decisão de adjudicação da a proposta apresentada pela A.;</p> <p>c) A deliberação que extingue o procedimento pré-contratual;</p> <p>d) Retomar o procedimento concursal a partir da adjudicação da proposta à A., seguindo-se os passos subsequentes do Concurso Público com vista à ulterior outorga do contrato de concessão.</p> <p>2. Em caso de satisfação dos interesses da A. consubstanciados na al. d), ponto 1., requer a condenação da R. a:</p>	16083/2014	1083/14.1BELRA	<p>Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria</p> <p>Ação Administrativa Especial</p>	<p>A 21/11/2014 foi apresentado um requerimento na sequencia da resposta apresentada pela A. à contestação.</p> <p>SGD 17353/2014</p>	LSA – Sociedade de Advogados	

a) Restituir a caução prestada pela A. no valor de €500.000,00 acrescida de juros moratórios, à taxa legal comercial, vencidos entre 11/07/2014 e 11/08/2014, no valor de €1.085,81 e dos juros vincendos até integral restituição;						1.085,81 €
b) Pagar à A. €390.610,93 a título de custos incorridos com o procedimento pré-contratual, acrescido de juros moratórios à taxa comercial, contados desde a data da citação e até integral pagamento;						390.610,93 €
c) Pagar à A. a título de custos incorridos com o procedimento pré-contratual, a importância que vier a ser reclamada por "Hidrovia Projectos de Engenharia Civil, S.A.".						
A: Município de Ourém R: Axa – Companhia de Seguros S.A.	13356/2014			A 29/07/2014 foi enviada documentação para instaurar acção contra a Axa.	LSA – Sociedade de Advogados	
Processos em Tribunal Ano de 2013						
A: Maria de Lurdes Oliveira Nunes e Amílcar Cartaxo Balixa	18096/2013	1117/12.4TBVNO	Tribunal Judicial de Ourém – 2.º Juízo	A 30/04/2015 foi proferida sentença onde se absolve o Município.	LCA – Sociedade de Advogados	
R: Alberto da Silva Oliveira e Maria Hermínia Faria de Jesus Oliveira; Ernesto da Silva Dias e Maria Celeste de Oliveira Nunes Dias				Os A. apresentaram recurso para o Tribunal da Relação de Évora.		
Intervenção Principal Provocada: Município de Ourém						

<p>Requerem: declararem-se nulos e de nenhum efeito os contratos de compra e venda formalizados pelas escrituras com as legais consequências, nomeadamente as do art. 289 n.º 1 do C. Civil; Ordenar-se o cancelamento na conservatória do Registo Predial de Ourém de todos e quaisquer registos que, porventura, tenham sido realizados posteriormente sobre os prédios em causa; Os RR condenados a abrir mão de todos os terrenos acima referidos, para que possam ser partilhados na herança aberta por óbito de seus pais; Os RR. condenados a indemnizar os AA. de todos os prejuízos materiais e morais que se verificarem por força da sua conduta, por valor nunca inferior a €40.000,00.</p>				<p>A 05/05/2016 o Tribunal da Relação de Évora acordou julgar procedente o recurso de apelação, revogar a decisão proferida e determinar a realização de nova audiência.</p>		
<p>O Município de Ourém aparece no processo considerando que entre José Nunes Barroca e mulher Amélia de Jesus Quartau e o 1.º réu marido foram celebrados contratos de compra e venda de determinados imóveis, por um lado, e entre os 1.os réus e o 2.º réu marido, foram celebrados outros contratos de compra e venda respeitantes aos mesmos imóveis, por outro; contudo, os 2.os réus venderam um destes imóveis ao Município, o situado em Arneiro, Fontainhas, Freguesia de Seiça. Como refere a Sra. juíza a fls. 89 «...a declaração da nulidade, tendo efeito retroativo (artigo 289.º, n.º 1, do Código Civil), implica a nulidade do contrato celebrado entre os 2.os réus e o "Município de Ourém", por falta de legitimidade dos 2.os réus (artigo 892.º do Código Civil). Se o "Município de Ourém" não intervier no processo, a declaração de nulidade dos mencionados negócios não o vinculará e poderá questioná-la noutra ação, eventualmente movida contra as partes deste processo» ».</p>				<p>A Instância Local de Ourém designou o dia 15/11/2016 para audiência de discussão e julgamento. SGD/18139/2016</p>		
<p>A: Jular Turismo, S.A. R: Município de Ourém</p>	17597/2013	1656/09.4BELRA – A	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Execuções	<p>Aguarda-se que o Tribunal pronuncie-se sobre os</p>	LSA – Sociedade de Advogados	

Requer a execução no prazo de 20 dias da sentença condenatória (do processo n.º 1656/09.4BELRA) e que se fixe um prazo limite, com imposição de sanção pecuniária compulsória aos titulares dos órgãos incumbidos de executar a sentença.				requerimentos apresentados pelas partes.		
<p>A: Lena Engenharia e Construções, S.A.</p> <p>R: Município de Ourém</p> <p>Requer a execução de sentença do processo n.º 1267/11.4BELRA que decorreu no TAFL, condenando-se a executada a adoptar os seguintes atos para executar a sentença de anulação:</p> <p>Elaborar novo relatório final de avaliação no âmbito do procedimento de contratação pública da empreitada “Requalificação Urbana da Av. José Alves Correia da Silva – Parte B – Troços entre a passagem desnivelada e as rotundas norte e sul, em Fátima”, em cumprimento do n.º 2 do art. 13.º do DL n.º 143-A/2008 de 25/07, excluindo a proposta do agrupamento Asibel – Construções, S.A. e CMR – Construções Martins e Reis, Ld.ª e adjudicando a empreitada ao concorrente classificado em 2.º lugar, a exequente;</p> <p>Nos termos do n.º 3 do art.º 176.º do CPTA, a fixação de um prazo para que a executada exerça o cumprimento do dever de executar a sentença, nunca superior a 15 dias;</p>	14823/2013	1267/11.4BELRA-B	<p>Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria</p> <p>Execuções</p>	<p>16.10.2014 – Decisão judicial a dar às partes 20 dias para negociarem a indemnização a pagar pelo R. à A.</p> <p>(€418.516,04 + €749.580,96)</p> <p>(SGD /19462/14)</p> <p>Não foi possível chegar a acordo</p>	Dr. Cândido Oliveira	

Em caso de incumprimento da execução no referido prazo, a imposição de sanção pecuniária compulsória aos titulares dos órgãos incumbidos de proceder à execução – os membros do órgão executivo do Município, a saber o Sr. Presidente Paulo Fonseca e os Srs. Vereadores Nazareno do Carmo, Lucília Vieira, José Alho, Vitor Frazão, Luís Albuquerque e Humberto Antunes.						
A: Sónia Ferreira Lains Lopes R: Município de Ourém Requer que o acto impugnado, o despacho do Vereador Nazareno do Carmo, de 18/07/2013, seja declarado nulo, ou quando assim não se entenda, seja declarada a sua anulabilidade.	12314/2013	948/13.2BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa especial	Aguardamos que seja proferido despacho saneador.	LSA – Sociedade de Advogados	
A: PT Comunicações, S.A. R: Município de Ourém e Firts Rule, S.A. Requer a anulação do contrato celebrado entre o Município de Ourém e a Firts Rule, S.A.	11695/2013	904/13.0BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa comum	A 31/03/2014 o Município apresentou um articulado superveniente, aguarda-se prolação de sentença.	LSA – Sociedade de Advogados	
A: Ministério Público Cl: Tânia Patrícia Neves Pires (e outros 41 contra-interessados) R: Município de Ourém Requer a declaração de nulidade do despacho do PCM de 13/07/2011, da deliberação de CM de 19/07/2011, do despacho do PCM de 29/12/2011 e de 30/12/2011 e do contrato de trabalho por tempo indeterminado celebrado a 26/01/2012, e a reposição da legalidade, reconstituindo-se a situação que existiria se os mesmos não tivessem sido praticados.	1935/2013	1308/12.8BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa especial	O processo está concluso ao juiz desde 10/04/2014 para prolação de despacho saneador.	LSA – Sociedade de Advogados	

Processos em Tribunal Ano de 2012						
A/Exequente: Ministério Público R/Executado: Município de Ourém Requer a demolição no prazo de seis meses das obras licenciadas pelo despacho do Presidente de Câmara de 21/06/1997, declarado nulo nos autos RCA n.º 444/2000 e a reposição do terreno no estado em que se encontrava antes do início das obras. (Patrício Meireles Neto)	4137/2012	444-A/2000	Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra Execução de sentença	O processo encontra-se concluso ao juiz.	LSA – Sociedade de Advogados	
A: Massa Insolvente da Sociedade Aquino – Construções, S.A R: Município de Ourém Requer o pagamento de €150.803,45, acrescido de juros vencidos no valor de €3.330,83, no total de €154.134,28 e de juros vincendos à taxa legal, desde a data da citação até integral e efectivo pagamento; Pagamento das custas, incluindo custas de parte.	2998/2012	121/12.7BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa comum	Contestação enviada a 09/03/2012. Do processo judicial só temos uma cópia da PI que nos foi entregue a 02/03/2012	Dr. Cândido Oliveira	154.134,28 €
A: Massa Insolvente da Sociedade Aquino – Construções, S.A R: Município de Ourém; Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3041/2012	135/12.7BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa especial	Oposição enviada a 08/03/2012. A 09/08/2012 foi enviado o P.A. ao tribunal.	Dr. Cândido Oliveira	

<p>Requer a nulidade do ato administrativo em que a Câmara deliberou aplicar uma multa contratual à A de €730.263,27, pelo atraso de 140 dias na execução da obra de requalificação Urbana da Av. José A. C. da Silva, Parte B, troços entre a passagem desnivelada e as rotundas Norte e Sul, inclusive e declarada a nulidade do ato administrativo de decisão de accionamento da garantia bancária no valor de €260.808,31, emitida pela CGD;</p> <p>Devem os R ser condenados a reconhecer a nulidade dos atos administrativos referidos.</p> <p>Condenar o Município a reconhecer a suspensão da eficácia e abster-se de accionar a garantia bancária até à decisão com trânsito em julgado da ação principal;</p> <p>Condenar a CGD a abster-se de proceder ao pagamento da garantia bancária até à decisão com trânsito em julgado da ação principal;</p> <p>Condenar o Município ao pagamento das custas.</p>				<p>A 03/01/2013 foram entregues no Tribunal mais documentos.</p> <p>Audiência prévia para proceder à tentativa de conciliação marcada para 08/02/2016, pelas 10H30.</p> <p>SGD/22518/2015</p>		
Processos em Tribunal Ano de 2011						

<p>A: Maria Leonor Marques Valente Severino</p> <p>R: Município de Ourém</p> <p>CI: Natália Maria Simões Ferreira Amaro; Ana Isabel Simões Gonçalves; Inês Ferreira Brito</p> <p>Requer a anulação do despacho do PCMO que homologou a lista de classificação final do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de dois postos de trabalho de Assistente Operacional na área funcional de Auxiliar de Acção Educativa.</p>	5739/2011	323/11.3BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	Sentença de 20/07/2015 julga a ação procedente, ou seja, anula o despacho de 15/12/2010 do PCMO que homologou a lista de classificação final do procedimento concursal comum para a constituição de relações jurídicas de emprego em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 2 postos de trabalho de assistente operacional na área funcional de auxiliar de acção educativa.	Dr. António Agostinho
			Ação administrativa especial	SGD/18719/2015	Transitou o patrocínio para a LSA – Sociedade de Advogados
				Enviado email à LSA a 18.08.2015 e pedir que recorresse.	

<p>A: Carlos Manuel de Jesus Teixeira</p> <p>R: Município de Ourém</p> <p>Cl: Rui Manuel Lopes Tomé</p> <p>Requer o restabelecimento do afastamento do muro dos C.I. ao eixo da via (no mínimo de 4,50mts), através da demolição do muro actualmente existente.</p>	1914/2011	1140/10.3BELRA	<p>Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria</p> <p>Ação administrativa comum</p>	<p>O processo foi substabelecido. A 26/12/2011 e 27/09/2012 solicitámos que nos fosse informado em quem, mas até à presente data não obtivemos resposta.</p> <p>Aguarda julgamento.</p>	Dr. Sérgio Frias	
<p>A: Maria Rosa Marcelino</p> <p>R: Município de Ourém</p> <p>Requer que o despacho de demolição seja declarado ilegal e anulado e condenada a CMO a abster-se da prática de qualquer ato que vise a demolição da cobertura do anexo.</p>	595/2011	1857/10.2BELRA	<p>Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria</p> <p>Ação administrativa comum</p>	<p>A contestação foi apresentada a 14/02/2011 e a resposta a 28/02/2011.</p>	Dr. Cândido Oliveira	
Processos em Tribunal Ano de 2010						
<p>A: António José Gomes Domingues</p> <p>R: Câmara Municipal de Ourém</p>	22348/2010	1497/10.6BELRA	<p>Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria</p> <p>Ação administrativa comum</p>	<p>O TAFL declarou a sua incompetência material para apreciar o litígio.</p> <p>A 16/04/2015 o TCA Sul confirmou a sentença do TAFL e julgou improcedente o recurso.</p>	Dr. Cândido Oliveira	€21,536,43

<p>Requer o pagamento de €20.910,82 referente a 14 vencimentos;</p> <p>Requer o pagamento de €625,61, referente a juros vencidos até 01/10/2010;</p> <p>Requer o pagamento de juros de mora até ao pagamento efetivo.</p>				<p>O MP de Leiria mandou proc. p/ Instância local de Ourém, sec. cível, ai correu termos sob o n.º 510/15.5T8ORM, que também se declarou incompetente. Para resolução do conflito de competência é competente o STA.</p>		
<p>A: Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco</p> <p>R: Câmara Municipal de Ourém</p> <p>Requer o pagamento de €20.910,68 referente a 14 vencimentos;</p> <p>Requer o pagamento de juros de mora até ao pagamento efectivo.</p> <p>Requer o pagamento de custas e procuradoria.</p>	24548/2010	1747/10.9BELRA	<p>Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria</p> <p>Ação administrativa comum</p>	<p>A contestação foi apresentada a 30/12/2010 e a réplica a 14/01/2011.</p>	Dr. Cândido Oliveira	20.910,68 €
<p>A: Soldanova – Sociedade de Construções Metálicas, Ld.^a</p> <p>R: União Desportiva de Pinheiro e Cabiçalva e Município de Ourém</p>	12420/2010	752/10.0TBVNO	<p>Tribunal Judicial de Ourém – 2.º Juízo</p> <p>Ação de processo ordinário</p>	<p>Sentença de 03/11/2014 julga parcialmente procedente a ação, os RR são condenados ao pagamento do crédito.</p> <p>A 18/12/2014 foi apresentado recurso no Tribunal da Relação de Évora.</p>	<p>Dr. António Agostinho.</p> <p>Transitou patrocínio p/ a Dr.^a Sofia Alexandra Marques</p>	30.964,51 €

Pagamento de créditos no montante de €30.964,51, acrescido de juros moratórios.				SGD/19943/2014; 1594/2015		
Processos em Tribunal Ano de 2008						
A: Município de Ourém R: Estradas de Portugal Cl: Ministério das Finanças e Administração Pública Questiona-se a natureza de um troço de via (se municipal, se regional) e a quem cabe a sua jurisdição (se à CMO se ao Instituto de Estradas de Portugal).	17999/2008	404/06.5BERLRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa comum	A 10/07/2008 o TAFL absolveu réu. O Município interpôs recurso e a 26/02/2015 o TCA Sul revogou a sentença do TAFL. A 24/03/2015 o R. interpõe um recurso excecional de revista para o Supremo Tribunal Administrativo.	LSA – Sociedade de Advogados	
Processos em Tribunal Ano de 2007						
A: Ministério Público R: Câmara Municipal de Ourém Cl: Maria Fernanda Lopes Vieira Monteiro e Fernando Alves Teixeira Monteiro Requer a execução de sentença, que o R. seja compelido à reposição da construção na situação anterior à realização das obras licenciadas, cujo licenciamento foi declarado nulo no processo n.º 270/07.3BELRA. Seja condenado à prática dos actos de demolição da parte que excede a área máxima de implantação estabelecida para a construção e se determine a cassação do alvará de utilização, caso não se arranje solução alternativa.	6384/2007 (26228/2015)	270/07.3BELRA – A	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Execução de Sentença	A 04/11/2015 foi enviada PI e anexos e PA ao nosso mandatário.	LSA – Sociedade de Advogados	

Requer que a demolição seja efetuada em 120 dias. Caso o R. não cumpra, requer a condenação de sanção pecuniária compulsória prevista no art.º 169 e 176.º 4 CPTA.						
A: Ministério Público (Museu da Vida de Cristo) R: Município de Ourém Requer a declaração de nulidade da deliberação de CM de 10/07/2006 q/ aprovou o Estudo Urbanístico do Quarteirão do Museu da Vida de Cristo e autorizou a realização de obras; Requer ainda a condenação da CMO à obediência ao PP do Quarteirão e a adoção dos actos e operações necessárias tendentes à reconstituição da situação que existiria se o ato anulado não tivesse sido praticado.	3752/2007	168/07.5BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa especial	O processo está concluso ao juiz do TCA Sul desde o dia 13/09/2010 para decisão. Foi atribuído o n.º 04149/08. Conforme informação apresentada para os ROC's em Março/2015.	LSA – Sociedade de Advogados	
Processos em Tribunal Ano de 2006						
A: Jorge Lopes Santos Almeida e Maria Fernanda Lopes Almeida R: Município de Ourém e estado Português Indemnização por prejuízos decorrentes do incêndio em Besteiros, Freixianda a 20/08/2005.	20502/2006	736/06.2BECBR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ação administrativa comum	Aguarda-se que seja proferido acórdão pelo TCA Sul. Conforme informação apresentada para os ROC's em Março/2014	LSA – Sociedade de Advogados	

A: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.	18385/2006	1108/06.4BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	<p>A 02/10/2014 fomos notificados da sentença, que anula a deliberação de Câmara de 02/05/2006 alterada em 07/08/2006 que deferiu o pedido de licenciamento para a instalação do posto de abastecimento a favor da Petrofátima Carborantes e Óleos, Ld.^a, anula a deliberação de Câmara que atribui as licenças de exploração n.º 2 e 3/2006 à Petrofátima e condena o réu a indemnizar a autora, a liquidar em execução de sentença.</p>	LSA – Sociedade de Advogados
R: Município de Ourém			Ação administrativa especial	<p>Aguarda-se que a sentença transite em julgado.</p>	
Cl: Petrofátima – Carburantes e Óleos, Ld.^a				<p>SGD/17565/2014; A LSA vai recorrer (e-mail de 09.10.2014); ou, está em curso as negociações para acordo do valor da indemnização (= valor da acção – SGD/20029/2014</p>	

<p>Requer a declaração de nulidade da deliberação de 02/05/2006 e de 07/08/2006, que deferiu o pedido de instalação de posto de abastecimento à Petrofátima – Carburantes e Óleos, Ld.ª;</p> <p>A declaração de nulidade das deliberações de CMO que concederam as licenças de exploração n.º 2/2006 e n.º 3/2006 à Petrofátima.</p> <p>A condenação no pagamento de uma indemnização pelos prejuízos, à razão de €1.300,00 por dia, desde 02/05/2006, data do deferimento da licença de instalação do posto de abastecimento, até ao dia da sua anulação.</p>						
--	--	--	--	--	--	--

20. SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015)

As crises financeiras globais demonstraram como diversos Estados/Governos, tendem a utilizar práticas contabilísticas valendo-se do sistema de contabilidade na base de caixa, com o objetivo de melhorar os indicadores financeiros do país (nomeadamente os níveis de défice e de dívida) em determinado período, sem atender ao efeito que tais práticas têm em períodos subsequentes.

A ausência de informação financeira ou de informação insuficiente conduz, geralmente, a uma visão não completa ou menos credível da real posição e do desempenho financeiro de uma entidade o que pode levar os governos a tomarem decisões erradas com consequências na qualidade dos serviços que prestam e nas prioridades estabelecidas, tendo consequências evidentes no nível de confiança que os cidadãos depositam nos políticos e nas políticas públicas que estes pretendem implementar.

Embora algumas entidades da administração pública já tenham adoptado, há muitos anos, a contabilidade na base do acréscimo (aplicação do POCP ou sectoriais), como é o caso das autarquias locais, os hospitais e as universidades, uma parte significativa da administração pública em Portugal ainda não o efetua. Acresce referir que as empresas públicas e as sociedades constituídas no âmbito do Código das Sociedades Comerciais mas detidas totalmente por entidades públicas, e que aplicam o SNC ou as IFRS derivam numa aplicação diversa de critérios e conceitos que inibe uma adequada consolidação dos diferentes níveis das administrações públicas, inibindo maior transparência e comparabilidade.

A referida fragmentação constitui afeta a consolidação das contas no setor público e acarreta muitos ajustamentos que não são desejáveis e que comprometem a fiabilidade da informação em sede da sua integração.

Complementarmente, a Direção Geral do Orçamento, a Direção Geral das Autarquias Locais e o Instituto Nacional de Estatística têm que agregar informação produzida com base em sistemas orçamentais e financeiros que são inconsistentes e que dificultam o

apuramento dos indicadores macroeconómicos, entendidos como indispensáveis no âmbito das políticas orçamental e monetária ao nível da União Europeia.

A própria União Europeia, nos seus diversos Estados membros, apresenta relatos orçamentais e financeiros e em bases manifestamente diferentes.

Consequentemente, o Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, veio aprovar o SNC-AP o qual se irá aplicar a todos os serviços e organismos da administração central, regional, local, bem como às entidades públicas reclassificadas, adoptando as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS).

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do SNC-AP, a sua implementação produz efeitos a 1 de janeiro de 2017. Deste modo, os documentos previsionais que se submetem agora a aprovação deveriam estar dispostos seguindo as regras estabelecidos no referido diploma contemplando alterações substanciais.

Desde logo, a circunstância do horizonte tramitar de 4 para 5 anos, deixando o orçamento da receita da despesa de ser integral e global apenas para um ano económico, passando a integrar tal princípio em todo o seu horizonte. Assim, o orçamento deixa de ser anual e passa a prever 5 anos, contextualizando um orçamento e um plano orçamental plurianual. A cada projeto previsto em Plano Plurianual de Investimentos estará associada a sua fonte de financiamento (receitas próprias, receitas gerais, financiamento da UE, contração de empréstimos).

Ora, apesar de já ter decorrido mais de um ano desde a publicação em Diário da República do diploma em assunto, as entidades que recebem e tratam a informação ainda não se encontram preparadas para o efeito, pelo que a DGAL veio reportar, em 21 de setembro, o seguinte:

“Informa-se que o Orçamento Municipal de 2017 ainda será elaborado em POCAL, considerando que é esse o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor. A partir de 1 de janeiro de 2017 haverá um ajustamento em sede de execução para os modelos de reporte previsto no SNC-AP, oportunamente a divulgar”.

Efetivamente, não se antevê como será exequível transitar de forma simples e pacífica, os dados constantes num documento previsional elaborado na matriz POCAL para SNC-AP, salientando-se, desde logo, a circunstância do SNC-AP carecer de maior detalhe e quantidade informativa, associado a um horizonte temporal mais alargado. Face à referida circunstância, a adaptação ao SNC-AP poderá induzir a elaboração de renovados Documentos Previsionais e subsequente nova aprovação pelos órgãos municipais, prevendo-se um início de 2017 manifestamente conturbado e imprevisível.

Ainda relativamente ao SNC-AP, importa referir que se estabelece a figura do contabilista pública o qual terá que assegurar a regularidade técnica. Estas funções são assumidas pelo dirigente intermédio que tenha à sua responsabilidade a contabilidade, sendo o exercício desta atividade regulada pela Ordem dos Contabilísticos Certificados.

Finalmente, será ainda de mencionar que a transição para SNC-AP induzirá um trabalho hercúleo na elaboração de um novo balanço inicial do município, porquanto implicará uma reclassificação de todos os ativos e passivos (ex. todo o inventário e património municipal), com processos de reconhecimento e desreconhecimento, associado a um exaustivo levantamento e mensuração de todos os factos que influenciem, ou possam vir a influenciar no futuro, os ativos e passivos municipais.

21. Documentos de Encerramento e Aprovação

21.1 – Encerramento dos Documentos Previsionais para o ano Económico de 2017

TERMO DE ENCERRAMENTO

O Orçamento do Município de Ourém importa, tanto na receita como na despesa em Trinta e Nove Milhões, Setenta e Três Mil e Novecentos e Cinquenta Euros, incluindo as Grandes Opções do Plano que importam em Vinte e Quatro Milhões, Oitocentos e Trinta e Dois Mil e Oitocentos e Cinquenta Euros no ano de 2017 e em Cento e Três Milhões, Trezentos e Vinte e Sete Mil e Setecentos e Dezoito Euros no quadriénio 2017/2020 (inclui despesa já realizada).

Este documento é composto por 226 folhas e anexos, sendo estes últimos constituídos por:

- Capa de uma folha;
- Anexo A – composto por uma capa e por 22 folhas;
- Anexo B – composto por uma capa e por 9 folhas;
- Anexo C – composto por uma capa e por 1 folha;
- Anexo D – composto por uma capa e por 1 folha;
- Anexo E – composto por uma capa e por 1 folha;
- Anexo F – composto por uma capa e por 25 folhas;
- Anexo G – composto por uma capa e por 14 folhas;
- Anexo H – composto por uma capa e por 15 folhas;
- Anexo I – composto por uma capa e por 75 folhas;
- Anexo J – composto por uma capa e por 94 folhas

As folhas incluídas neste documento, seus anexos e o termo de aprovação final, estão devidamente numeradas e rubricadas pelos membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal aprovou este documento na reunião _____ realizada no dia ____ de _____ de 2016 e será presente à reunião _____ da Assembleia Municipal a realizar no dia ____ de _____ de 2016.

A Câmara Municipal (1)

(1) Rubricar também as folhas.

21.2 – Aprovação Final

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Os Documentos Previsionais que antecedem (Orçamento e Grandes Opções do Plano) mereceram aprovação por (1) _____, da Assembleia Municipal em sua sessão ordinária do dia ____ de _____ de 2016.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O 1º Secretário,

O 2º Secretário,

(1) - Unanimidade ou maioria.

Anexos



Ourém
Município

Anexo – A
Orçamento da Receita e da Despesa

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	6.309.500
010203	Imposto único de circulação	985.500
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	915.300
010205	Derrama	586.900
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	100
01020702	Imposto municipal de sisa	100
01020703	Imposto municipal sobre veículos	100
01020799	Outros impostos abolidos	100
010299	Impostos directos diversos	100
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.loais	
02020601	Mercados e feiras	10.200
02020602	Loteamentos e obras	155.400
02020603	Ocupação da via pública	1.100
02020605	Publicidade	31.000
02020606	Saneamento	
0202060601	Conservação	147.900
0202060602	Tratamento	67.900
02020607	Utilização da rede viária municipal	100
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	13.700
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	300
0202069903	Gestão de veículos	100
0202069904	Gestão florestal	100
0202069905	Emolumentos notariais	100
0202069906	Certidões	1.700
0202069907	Autenticação documental	1.300
0202069908	Plantas topográficas	300
0202069909	Táxis	200
0202069910	Licenciamento especial de ruído	2.000
0202069911	Fogueiras e queimadas	100
0202069912	Elevadores	2.200
0202069913	Instalações de armaz. e abastecimento de combust.	3.200

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
0202069914	Máquinas de diversão	100
0202069915	Inertes - Ressarcimento de prejuízos causados	100
0202069916	Espectáculos e divertimentos públicos	600
0202069917	Serviço de Metrologia Municipal	10.100
0202069999	Outros	5.700
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	109.400
04012302	Loteamentos e obras	224.700
04012303	Ocupação da via pública	300
04012305	Caça, uso e porte de arma	100
04012306	Saneamento	
0401230601	Conservação	436.900
0401230602	Tratamento	201.300
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	100
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	100
0401239903	Gestão de veículos	100
0401239904	Gestão florestal	100
0401239905	Emolumentos notariais	100
0401239906	Certidões	11.400
0401239907	Autenticação documental	700
0401239908	Plantas topográficas	3.600
0401239909	Táxis	100
0401239910	Licenciamento especial de ruído	100
0401239911	Fogueiras e queimadas	100
0401239912	Elevadores	3.100
0401239913	Instalações de armazen. e abastecimento de combust.	1.000
0401239914	Máquinas de diversão	100
0401239915	Guarda nocturno	100
0401239917	Gestão de licenças de condução	100
0401239999	Outras	2.100
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	56.300
040202	Juros compensatórios	6.100
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	41.500

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
040299	Multas e penalidades diversas	200
05	Rendimentos da propriedade	
0501	Juros-Sociedades e quase-socied.não financeiras	
050101	Públicas	100
050102	Privadas	100
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	500
050202	Companhias de seguros e fundos de pensões	100
0503	Juros-Administrações Públicas	
050301	Administração central-Estado	100
050302	Administração central-Serviços e fundos autónomos	100
050303	Administração regional	100
050304	Administração local-Continente	100
0505	Juros-Famílias	100
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050701	Empresas públicas	100
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100
050703	Empresas privadas	100
050799	Outras	1.000
0508	Dividend.particip.lucros de sociedades financ.	100
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	
050901	Associações de municípios	100
050999	Outras	100
0510	Rendas	
051001	Terrenos	140.000
051002	Activos no subsolo	100
051003	Habitações	100
051004	Edifícios	100
051005	Bens de domínio público	1.515.000
051099	Outros	100
0511	Activos incorpóreos	100
06	Transferências correntes	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
060101	Públicas	
06010101	Empresas públicas	100
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100
06010199	Outras	100

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
060102	Privadas	100
0602	Sociedades financeiras	
060201	Bancos e outras instituições financeiras	100
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	100
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.896.119
06030102	Fundo Social Municipal	808.796
06030103	Participação fixa no IRS	1.045.963
06030199	Outras	
0603019901	Educação - Componente de Apoio à Família	385.000
0603019902	Educação - Transportes	100
0603019903	Educação - atividades extra curriculares	210.000
0603019904	Educação - refeições escolares	135.000
0603019905	Educação - Gestão do parque escolar	60.000
0603019906	Transferência de competências - Educação	2.136.000
0603019907	Fundo Florestal	16.800
0603019908	Estágios	17.500
0603019999	Outros	100
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	1.000
060307	Serviços e fundos autónomos	100
060309	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	10.000
0605	Administração local	
060501	Continente	100
0606	Segurança social	
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	12.500
060604	Outras transferências	100
0607	Instituições sem fins lucrativos	
060701	Instituições sem fins lucrativos	100
0608	Famílias	
060801	Famílias	
06080101	Comparticipação dos alunos - transportes escolares	21.000
06080199	Outros	100
0609	Resto do mundo	
060901	União Europeia-Instituições	100
060904	União Europeia-Países membros	100
060905	Países terceiros e organizações internacionais	100

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070101	Material de escritório	100
070102	Livros e documentação técnica	100
070103	Publicações e impressos	100
070104	Fardamentos e artigos pessoais	100
070105	Bens inutilizados	100
070106	Produtos agrícolas e pecuários	29.700
070107	Produtos alimentares e bebidas	100
070108	Mercadorias	2.400
070109	Matérias de consumo	100
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	
07011001	Sucata	100
07011002	Outros	100
070111	Produtos acabados e intermédios	
07011101	Inertes	100
07011102	Outros	100
070199	Outros	1.000
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	100
070203	Vistorias e ensaios	100
070204	Serviços de laboratório	100
070205	Actividades de saúde	100
070206	Reparações	100
070207	Alimentação e alojamento	100
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	100
07020802	Serviços recreativos	
0702080201	Turismo Sénior	100
0702080202	Outros	100
07020803	Serviços culturais	
0702080301	Turismo Sénior	100
0702080302	Outros	100
07020804	Serviços desportivos	100
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	21.900
07020902	Resíduos sólidos	1.217.200

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
0702090301	Transportes efectuados p/ bombeiros ou ambulâncias	100
0702090302	Transportes escolares	2.000
0702090303	Transportes de pesoosas e mercadorias	1.700
0702090309	Outros	100
07020904	Trabalhos por conta de particulares	1.100
07020905	Cemitérios	21.400
07020906	Mercados e feiras	10.600
07020907	Parques de estacionamento	3.000
07020908	Parques de campismo	100
07020999	Outros	100
070299	Outros	100
0703	Rendas	
070301	Habitações	100
070302	Edifícios	43.600
070399	Outras	100
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deter.,roubo extravio bens patrim.	100
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	100
08019903	IVA reembolsado	100
08019904	IVA Inversão da liquidação	100
08019999	Diversas	
0801999901	Reembolso de despesas com encargos de instalações	5.000
0801999902	Reembolso de remunerações	100
0801999903	Indemniz. por baixa média ou acidentes de trabalho	15.000
0801999999	Outras	17.500
Total das Receitas Correntes:		27.165.278
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100
090102	Sociedades financeiras	100
090103	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100
090104	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	100
090106	Admin.Pública-Admin.local-Continente	100
090108	Admin.Pública-Segurança social	100

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
090109	Instituições sem fins lucrativos	100
090110	Famílias	100
0902	Habitações	
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100
090202	Sociedades financeiras	100
090203	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100
090204	Admin.Pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	100
090206	Admin.Pública-Admin.local-Continente	100
090208	Admin.Pública-Segurança social	100
090209	Instituições sem fins lucrativos	100
090210	Famílias	100
0903	Edifícios	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100
090302	Sociedades financeiras	100
090303	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100
090304	Admin.Pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	100
090306	Admin.Pública-Admin.local-Continente	100
090308	Admin.Pública-Segurança social	100
090309	Instituições sem fins lucrativos	100
090310	Famílias	100
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	100
09040102	Maquinaria e equipamento	100
09040103	Outros	100
090402	Sociedades financeiras	
09040201	Equipamento de transporte	100
09040202	Maquinaria e equipamento	100
09040203	Outros	100
090403	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
09040301	Equipamento de transporte	100
09040302	Maquinaria e equipamento	100
09040303	Outros	100
090404	Admin.Pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
09040401	Equipamento de transporte	100
09040402	Maquinaria e equipamento	100
09040403	Outros	100

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
090406	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
09040601	Equipamento de transporte	100
09040602	Maquinaria e equipamento	100
09040603	Outros	100
090408	Administração Pública-Segurança Social	
09040801	Equipamento de transporte	100
09040802	Maquinaria e equipamento	100
09040803	Outros	100
090409	Instituições sem fins lucrativos	
09040901	Equipamento de transporte	100
09040902	Maquinaria e equipamento	100
09040903	Outros	100
090410	Famílias	
09041001	Equipamento de transporte	100
09041002	Maquinaria e equipamento	100
09041003	Outros	100
090411	Resto do Mundo-União Europeia	
09041101	Equipamento de transporte	100
09041102	Maquinaria e equipamento	100
09041103	Outros	100
090412	Resto Mundo-Países terceiros e organiz.internac.	
09041201	Equipamento de transporte	100
09041202	Maquinaria e equipamento	100
09041203	Outros	100
10	Transferências de capital	
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
100101	Públicas	
10010101	Empresas públicas	100
10010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100
10010199	Outras	100
100102	Privadas	100
1002	Sociedades financeiras	
100201	Bancos e outras instituições financeiras	100
100202	Companhias de seguros e fundos de pensões	100
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	988.458

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	900.100
10030105	Delegação de competências - Educação	100
10030199	Outras	2.830.000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	4.512.500
100308	Serviços e fundos autónomos	100
1005	Administração local	
100501	Continente	100
1006	Segurança Social	
100601	Sistema de solidariedade e segurança social	100
100605	Outras transferências	100
1007	Instituições sem fins lucrativos	
100701	Instituições sem fins lucrativos	1.168.000
1008	Famílias	
100801	Famílias	100
1009	Resto do mundo	
100901	União Europeia-Instituições	100
100903	União Europeia-Países membros	100
100904	Países terceiros e organizações internacionais	100
11	Activos financeiros	
1103	Títulos a médio e longo prazos	
110301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100
110302	Sociedades financeiras	100
110303	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100
110306	Admin.Pública-Admin.local-Continente	100
1106	Empréstimos a médio e longo prazos	
110606	Admin.Pública-Admin.local-Continente	100
1108	Acções e outras participações	
110801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100
110802	Sociedades financeiras	100
110803	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100
110804	Admin.Pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	100
110806	Admin.Pública-Admin.local-Continente	100
1109	Unidades de participação	
110901	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100
110902	Sociedades financeiras	100
110903	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100
110904	Admin.Pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	100

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
110906	Admin.Pública-Admin.local-Continente	100
1110	Alienação de partes sociais de empresas	100
1111	Outros activos financeiros	
111101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100
111102	Sociedades financeiras	100
111103	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100
111104	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	100
111106	Admin.Pública-Admin.local-Continente	100
12	Passivos financeiros	
1205	Empréstimos a curto prazo	
120502	Sociedades financeiras	1.500.000
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120602	Sociedades financeiras	100
120603	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	100
130102	Activos incorpóreos	100
130199	Outras	100
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	114
Total das Receitas de Capital:		11.908.672
Total do Orçamento da Receita:		39.073.950

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
01		Administração Autárquica	
01	01	Despesas com o pessoal	
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01	010204	Ajudas de custo	2.000
01	010213	Outros suplementos e prémios	
01	01021302	Outros	25.000
01	0103	Segurança social	
01	010309	Seguros	
01	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	200
01	02	Aquisição de bens e serviços	
01	0201	Aquisição de bens	
01	020108	Material de escritório	100
01	020115	Prémios, condecorações e ofertas	400
01	020118	Livros e documentação técnica	50
01	020119	Artigos honoríficos e de decoração	150
01	020121	Outros bens	100
01	0202	Aquisição de serviços	
01	020209	Comunicações	
01	02020901	Telefones/Telemóveis	800
01	02020902	Portes/Registos/Franquias Postais	100
01	02020999	Outros	50
01	020211	Representação dos serviços	200
01	020213	Deslocações e estadas	500
01	020217	Publicidade	
01	02021701	Publicitação de concursos e editais	800
01	02021799	Outra	50
01	020220	Outros trabalhos especializados	350
01	020225	Outros serviços	
01	02022599	Outros	150
Total das Despesas Correntes:			31.000
Total do Capítulo Orgânico 01:			31.000

02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	
02	01	Despesas com o pessoal	
02	0101	Remunerações certas e permanentes	
02	010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	252.000
02	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	01010301	Pessoal em funções	100
02	01010302	Alterações obrigatórias de posicion. remuneratório	100
02	01010303	Alterações facultativas de posicion. remuneratório	100
02	01010304	Recrut. de pessoal para novos postos de trabalho	100
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02	01010401	Pessoal em funções	3.897.000
02	01010402	Alterações obrigatórias de posicion. remuneratório	100
02	01010403	Alterações facultativas de posicion. remuneratório	100
02	01010404	Recrut. Pessoal para novos postos de trabalho	202.500
02	010105	Pessoal além dos quadros	100
02	010106	Pessoal contratado a termo	
02	01010601	Pessoal em funções	100
02	01010602	Alterações obrigatórias de posicion. remuneratório	100
02	01010603	Alterações facultativa de posicion. remuneratório	100
02	01010604	Recrut. de pessoal para novos postos de trabalho	136.000
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	5.000
02	010108	Pessoal aguardando aposentação	5.000
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	5.000
02	010110	Gratificações	
02	01011001	Membros dos órgãos autárquicos	100
02	01011002	Pessoal dos quadros	100
02	01011003	Outros	100
02	010111	Representação	
02	01011101	Membros dos órgãos autárquicos	26.500
02	01011102	Outros	21.500
02	010112	Suplementos e prémios	100
02	010113	Subsidio de refeição	
02	01011301	Pessoal dos quadros	
02	0101130101	Transitado de anterior nomeação definitiva	381.050
02	01011302	Pessoal em qualquer outra situação	
02	0101130201	Membros dos órgãos autárquicos	8.500
02	0101130202	Outros	100
02	0101130203	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	26.000
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	
02	01011401	Pessoal dos quadros	650.000
02	01011402	Pessoal em qualquer outra situação	
02	0101140201	Membros dos órgãos autárquicos	36.500

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	0101140202	Outros	100
02	0101140203	Recrutamento de pessoal novos postos trabalho	57.500
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	125.000
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02	010201	Gratificações variáveis ou eventuais	100
02	010202	Horas extraordinárias	10.000
02	010203	Alimentação e alojamento	100
02	010204	Ajudas de custo	20.000
02	010205	Abono para falhas	10.000
02	010206	Formação	5.000
02	010207	Colaboração técnica e especializada	100
02	010208	Subsídios e abonos fixação, residência alojamento	100
02	010209	Subsídio de prevenção	100
02	010210	Subsídio de trabalho nocturno	100
02	010211	Subsídio de turno	100
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	100
02	010213	Outros suplementos e prémios	
02	01021301	Prémios de desempenho	100
02	01021302	Outros	13.000
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	270.000
02	010302	Outros encargos com a saúde	100
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	31.500
02	010304	Outras prestações familiares	5.000
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência doença dos funcion. públicos (ADSE)	100
02	01030502	S.S. pessoal reg. cont. trab funções púb. (RCTFP)	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	851.000
02	0103050202	Segurança Social - Regime Geral	385.500
02	01030503	Outros	500
02	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100
02	010308	Outras pensões	1.000
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	56.500
02	01030902	Seguros de saúde	100
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Event. paternidade, paternidade e adopção	1.000

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	01031002	Outras despesas de segurança social	100
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	75.000
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	2.000
02	02010202	Gasóleo	125.000
02	02010299	Outros	8.500
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	100
02	020104	Limpeza e higiene	5.500
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	65.000
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	100
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	8.000
02	020108	Material de escritório	67.500
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	4.000
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	500
02	020111	Material de consumo clínico	3.000
02	020112	Material de transporte-Peças	25.000
02	020113	Material de consumo hoteleiro	100
02	020114	Outro material-Peças	20.000
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	30.000
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011601	Água	100
02	02011602	Electricidade	100
02	02011603	Outras	1.000
02	020117	Ferramentas e utensílios	3.500
02	020118	Livros e documentação técnica	1.000
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	1.000
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	15.000
02	020121	Outros bens	40.000
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	
02	02020101	Água	90.000
02	02020102	Electricidade	544.000
02	02020103	Gás	6.500
02	02020109	Outros	125.100
02	020202	Limpeza e higiene	78.000

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020203	Conservação de bens	
02	02020301	Edifícios e outras construções (domínio privado)	208.500
02	02020302	Equipamento básico	30.000
02	02020303	Equipamento de transporte	75.000
02	02020304	Equipamento administrativo	500
02	02020305	Edifícios e outras construções (domínio público)	5.500
02	02020399	Outros	140.000
02	020204	Locação de edifícios	
02	02020401	Edifícios p/ funcionamento de serviços municipais	33.600
02	02020402	Edifícios para funcionamento escolar	100
02	02020499	Edifícios para actividades diversas	6.100
02	020205	Locação de material de informática	100
02	020206	Locação de material de transporte	100
02	020208	Locação de outros bens	12.500
02	020209	Comunicações	
02	02020901	Telefones/Telemóveis	50.000
02	02020902	Portes/Registos/Franquias Postais	15.500
02	02020903	Internet- Ligação/Portal/Correios electrónicos	24.500
02	02020999	Outros	100
02	020210	Transportes	
02	02021001	Transportes escolares	1.051.100
02	02021099	Outros	50.000
02	020211	Representação dos serviços	17.500
02	020212	Seguros	57.500
02	020213	Deslocações e estadas	31.000
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	450.000
02	020215	Formação	17.800
02	020216	Seminários, exposições e similares	105.100
02	020217	Publicidade	
02	02021701	Publicitação de concursos e editais	8.500
02	02021799	Outra	72.500
02	020218	Vigilância e segurança	85.000
02	020219	Assistência técnica	60.000
02	020220	Outros trabalhos especializados	966.050
02	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	100
02	020222	Serviços de saúde	15.000
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	225.000

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020225	Outros serviços	
02	02022501	Manutenção de espaços verdes	475.000
02	02022502	Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1.285.000
02	02022503	Exploração e manutenção de ETAR's	595.000
02	02022504	Recolha domiciliária de efluentes	17.500
02	02022505	Manutenção das redes de saneamento	110.000
02	02022507	Limpeza e man. de florestas e caminhos florestais	500
02	02022508	Edições e publicações periódicas municipais	1.000
02	02022509	Iluminação pública	1.500.000
02	02022510	Limpeza de terrenos e de lixeiras ilegais	1.000
02	02022511	Contencioso, notariado e registos diversos	10.000
02	02022512	Retenção dos Fundos pela DGAL, CCDR e GAT	9.250
02	02022513	Limpeza urbana	626.000
02	02022599	Outros	1.100.000
02	04	Transferências correntes	
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	040101	Públicas	
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100
02	04010102	Outras	100
02	040102	Privadas	10.100
02	0403	Administração central	
02	040301	Estado	100
02	040305	Serviços e fundos autónomos	100
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050101	Municípios	100
02	04050102	Freguesias	922.000
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	100
02	04050104	Associações de municípios	61.900
02	04050106	Regiões de turismo	100
02	04050107	Assembleias distritais	100
02	04050108	Outros	100
02	0406	Segurança social	
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	100
02	040602	Outras transferências	100
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	650.000

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	792.500
02	0409	Resto do mundo	
02	040901	União Europeia-Instituições	100
02	040902	União Europeia-Países membros	100
02	040903	Países terceiros e organizações internacionais	200
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	
02	0501010101	Preços sociais - Piscinas Municipais (indem.comp.)	284.000
02	0501010102	Preços sociais - Pav. Gimnodesport. (indem.comp.)	119.600
02	0501010104	Preços sociais - Museu Municipal	87.500
02	0501010106	Ucharia do Conde	20.700
02	0501010107	Serviços Escolares (CAF'S)	200.700
02	0501010199	Outros	45.700
02	05010102	Outras	100
02	050103	Privadas	100
02	0508	Famílias	
02	050803	Outras	100
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	25.000
02	060202	Activos incorpóreos	100
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	7.500
02	06020302	IVA pago	25.000
02	06020303	Diferenças de câmbio	100
02	06020304	Serviços bancários	4.500
02	06020305	Outras	
02	0602030501	Quotizações	110.000
02	0602030502	Reembolso de remunerações	100
02	0602030503	Custas Judiciais	10.000
02	0602030599	Outras	25.000
Total das Despesas Correntes:			21.790.950
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	070101	Terrenos	108.000
02	070102	Habitações	
02	07010201	Construção	100
02	07010202	Aquisição	100
02	07010203	Reparação e beneficiação	1.100
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	362.400
02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	32.200
02	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	10.000
02	07010305	Escolas	850.200
02	07010307	Outros	850.600
02	070104	Construções diversas	
02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	10.100
02	07010403	Estações de tratamento de águas residuais	5.000
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	300
02	07010413	Outros	12.300
02	070106	Material de transporte	
02	07010602	Outro	17.600
02	070107	Equipamento de informática	55.600
02	070108	Software informático	300
02	070109	Equipamento administrativo	7.700
02	070110	Equipamento básico	
02	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	3.100
02	07011002	Outro	75.400
02	070111	Ferramentas e utensílios	7.500
02	070112	Artigos e objectos de valor	5.000
02	070113	Investimentos incorpóreos	321.500
02	070115	Outros investimentos	668.800
02	0703	Bens de domínio público	
02	070303	Outras construções e infraestruturas	
02	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	4.812.300
02	07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	445.000
02	07030304	Iluminação pública	25.000
02	07030305	Parques e jardins	486.200
02	07030306	Instalações desportivas e recreativas	2.000
02	07030307	Captação e distribuição de água	60.100
02	07030308	Viação rural	297.700

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	07030309	Sinalização e trânsito	5.000
02	07030310	Infraestruturas p/ distribuição energia eléctrica	5.000
02	07030312	Cemitérios	1.000
02	07030313	Outros	802.600
02	070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.151.100
02	070306	Outros bens de domínio público	6.000
02	08	Transferências de capital	
02	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	080101	Públicas	
02	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100
02	08010102	Outras	100
02	080102	Privadas	100
02	0803	Administração central	
02	080301	Estado	100
02	080306	Serviços e fundos autónomos	100
02	0805	Administração local	
02	080501	Continente	
02	08050101	Municípios	100
02	08050102	Freguesias	560.000
02	08050103	Serviços autónomos da administração local	100
02	08050104	Associações de municípios	55.000
02	08050106	Regiões de turismo	100
02	08050107	Assembleias municipais	100
02	08050108	Outros	100
02	0806	Segurança social	
02	080601	Sistema de solidariedade e segurança social	100
02	080605	Outras transferências	100
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	1.300.000
02	0808	Famílias	
02	080802	Outras	200
02	0809	Resto do mundo	
02	080901	União Europeia-Instituições	100
02	080902	União Europeia-Países membros	100
02	080903	Países terceiros e organizações internacionais	200
02	11	Outras despesas de capital	
02	1102	Diversas	

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	110201	Restituições	100
02	110299	Outras	100

Total das Despesas de Capital: 13.420.900

Total do Capítulo Orgânico 02: 35.211.850

03 OPERAÇÕES FINANCEIRAS

03	03	Juros e outros encargos	
03	0301	Juros da dívida pública	
03	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
03	03010301	Empréstimos de curto prazo	5.000
03	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	25.000
03	030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	
03	03010501	Empréstimos de curto prazo	100
03	03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	84.500
03	030106	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100
03	0302	Outros encargos correntes da dívida pública	
03	030201	Despesas diversas	100
03	0303	Juros de locação financeira	
03	030301	Terrenos	100
03	030302	Habitações	100
03	030303	Edifícios	100
03	030304	Construções diversas	100
03	030305	Material de transporte	100
03	030306	Material de informática	100
03	030307	Maquinaria e equipamento	100
03	030308	Outros investimentos	100
03	0304	Juros tributários	
03	030401	Indemnizatórios	100
03	030402	Outros	100
03	0305	Outros juros	
03	030502	Outros	10.000
03	0306	Outros encargos financeiros	
03	030601	Outros encargos financeiros	5.000

Total das Despesas Correntes: 130.800

03	07	Aquisição de bens de capital	
03	0702	Locação financeira	
03	070205	Material de transporte	100

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
03	070206	Material de informática	100
03	070207	Maquinaria e equipamento	200
03	070209	Outros investimentos	100
03	09	Activos financeiros	
03	0902	Títulos a curto prazo	
03	090201	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100
03	090202	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100
03	090203	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100
03	090204	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100
03	090205	Admin.pública-Admin.central-Estado	100
03	090206	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100
03	090208	Admin.pública-Admin.local-Continente	100
03	0903	Títulos a médio e longo prazos	
03	090301	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100
03	090302	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100
03	090303	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100
03	090304	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100
03	090305	Admin.pública-Admin.central-Estado	100
03	090306	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100
03	090308	Admin.pública-Admin.local-Continente	100
03	0905	Empréstimos a curto prazo	
03	090508	Admin.pública-Admin.local-Continente	100
03	0906	Empréstimos a médio e longo prazos	
03	090608	Admin.pública-Admin.local-Continente	100
03	090613	Famílias-Outras	100
03	0907	Acções e outras participações	
03	090701	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100
03	090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100
03	090703	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100
03	090704	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100
03	090705	Admin.pública-Admin.central-Estado	100
03	090706	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100
03	090708	Admin.pública-Admin.local-Continente	100
03	0908	Unidades de participação	
03	090801	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100
03	090802	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	220.100
03	090803	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100

Município de Ourém

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
03	090804	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100
03	090805	Admin.pública-Admin.central-Estado	100
03	090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100
03	090808	Admin.pública-Admin.local-Continente	100
03	0909	Outros activos financeiros	
03	090901	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100
03	090902	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100
03	090903	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100
03	090904	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100
03	090905	Admin.pública-Admin.central-Estado	100
03	090906	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100
03	090908	Admin.pública-Admin.local-Continente	100
03	10	Passivos financeiros	
03	1003	Títulos a médio e longo prazos	
03	100303	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100
03	1005	Empréstimos a curto prazo	
03	100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.500.000
03	100504	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100
03	100506	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100
03	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
03	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	827.500
03	100604	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100
03	100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	1.148.000
03	100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100
Total das Despesas de Capital:			3.700.300
Total do Capitulo Orgânico 03:			3.831.100

Total do Orçamento da Despesa: 39.073.950

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Anexo – B
Resumo da Despesa por Classificação Económica

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	7.525.250,00
0101	Remunerações certas e permanentes	5.836.650,00
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	252.000,00
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	400,00
01010301	Pessoal em funções	100,00
01010302	Alterações obrigatórias de posicion. remuneratório	100,00
01010303	Alterações facultativas de posicion. remuneratório	100,00
01010304	Recrut. de pessoal para novos postos de trabalho	100,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	4.099.700,00
01010401	Pessoal em funções	3.897.000,00
01010402	Alterações obrigatórias de posicion. remuneratório	100,00
01010403	Alterações facultativas de posicion. remuneratório	100,00
01010404	Recrut. Pessoal para novos postos de trabalho	202.500,00
010105	Pessoal além dos quadros	100,00
010106	Pessoal contratado a termo	136.300,00
01010601	Pessoal em funções	100,00
01010602	Alterações obrigatórias de posicion. remuneratório	100,00
01010603	Alterações facultativa de posicion. remuneratório	100,00
01010604	Recrut. de pessoal para novos postos de trabalho	136.000,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	5.000,00
010108	Pessoal aguardando aposentação	5.000,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	5.000,00
010110	Gratificações	300,00
01011001	Membros dos órgãos autárquicos	100,00
01011002	Pessoal dos quadros	100,00
01011003	Outros	100,00
010111	Representação	48.000,00
01011101	Membros dos órgãos autárquicos	26.500,00
01011102	Outros	21.500,00
010112	Suplementos e prémios	100,00
010113	Subsidio de refeição	415.650,00
01011301	Pessoal dos quadros	381.050,00
0101130101	Transitado de anterior nomeação definitiva	381.050,00
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	34.600,00
0101130201	Membros dos órgãos autárquicos	8.500,00
0101130202	Outros	100,00
0101130203	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	26.000,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	744.100,00
01011401	Pessoal dos quadros	650.000,00
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	94.100,00
0101140201	Membros dos órgãos autárquicos	36.500,00
0101140202	Outros	100,00
0101140203	Recrutamento de pessoal novos postos trabalho	57.500,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	125.000,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	85.900,00
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	100,00
010202	Horas extraordinárias	10.000,00

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
010203	Alimentação e alojamento	100,00
010204	Ajudas de custo	22.000,00
010205	Abono para falhas	10.000,00
010206	Formação	5.000,00
010207	Colaboração técnica e especializada	100,00
010208	Subsídios e abonos fixação, residência alojamento	100,00
010209	Subsídio de prevenção	100,00
010210	Subsídio de trabalho nocturno	100,00
010211	Subsídio de turno	100,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	100,00
010213	Outros suplementos e prémios	38.100,00
01021301	Prémios de desempenho	100,00
01021302	Outros	38.000,00
0103	Segurança social	1.602.700,00
010301	Encargos com a saúde	270.000,00
010302	Outros encargos com a saúde	100,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	31.500,00
010304	Outras prestações familiares	5.000,00
010305	Contribuições para a segurança social	1.237.100,00
01030501	Assistência doença dos funcion. públicos (ADSE)	100,00
01030502	S.S. pessoal reg. cont. trab funções púb. (RCTFP)	1.236.500,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	851.000,00
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	385.500,00
01030503	Outros	500,00
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100,00
010308	Outras pensões	1.000,00
010309	Seguros	56.800,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	56.700,00
01030902	Seguros de saúde	100,00
010310	Outras despesas de segurança social	1.100,00
01031001	Event. aternidade, paternidade e adopção	1.000,00
01031002	Outras despesas de segurança social	100,00
02	Aquisição de bens e serviços	10.892.900,00
0201	Aquisição de bens	501.800,00
020101	Matérias-primas e subsidiárias	75.000,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	135.500,00
02010201	Gasolina	2.000,00
02010202	Gasóleo	125.000,00
02010299	Outros	8.500,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	100,00
020104	Limpeza e higiene	5.500,00
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	65.000,00
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	100,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	8.000,00
020108	Material de escritório	67.600,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	4.000,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias	500,00

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
020111	Material de consumo clínico	3.000,00
020112	Material de transporte-Peças	25.000,00
020113	Material de consumo hoteleiro	100,00
020114	Outro material-Peças	20.000,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	30.400,00
020116	Mercadorias para venda	1.200,00
02011601	Água	100,00
02011602	Electricidade	100,00
02011603	Outras	1.000,00
020117	Ferramentas e utensílios	3.500,00
020118	Livros e documentação técnica	1.050,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	1.150,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	15.000,00
020121	Outros bens	40.100,00
0202	Aquisição de serviços	10.391.100,00
020201	Encargos das instalações	765.600,00
02020101	Água	90.000,00
02020102	Electricidade	544.000,00
02020103	Gás	6.500,00
02020109	Outros	125.100,00
020202	Limpeza e higiene	78.000,00
020203	Conservação de bens	459.500,00
02020301	Edifícios e outras construções (domínio privado)	208.500,00
02020302	Equipamento básico	30.000,00
02020303	Equipamento de transporte	75.000,00
02020304	Equipamento administrativo	500,00
02020305	Edifícios e outras construções (domínio público)	5.500,00
02020399	Outros	140.000,00
020204	Locação de edifícios	39.800,00
02020401	Edifícios p/ funcionamento de serviços municipais	33.600,00
02020402	Edifícios para funcionamento escolar	100,00
02020499	Edifícios para actividades diversas	6.100,00
020205	Locação de material de informática	100,00
020206	Locação de material de transporte	100,00
020208	Locação de outros bens	12.500,00
020209	Comunicações	91.050,00
02020901	Telefones/Telemóveis	50.800,00
02020902	Portes/Registos/Franquias Postais	15.600,00
02020903	Internet- Ligação/Portal/Correios electrónicos	24.500,00
02020999	Outros	150,00
020210	Transportes	1.101.100,00
02021001	Transportes escolares	1.051.100,00
02021099	Outros	50.000,00
020211	Representação dos serviços	17.700,00
020212	Seguros	57.500,00
020213	Deslocações e estadas	31.500,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	450.000,00

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
020215	Formação	17.800,00
020216	Seminários, exposições e similares	105.100,00
020217	Publicidade	81.850,00
02021701	Publicitação de concursos e editais	9.300,00
02021799	Outra	72.550,00
020218	Vigilância e segurança	85.000,00
020219	Assistência técnica	60.000,00
020220	Outros trabalhos especializados	966.400,00
020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	100,00
020222	Serviços de saúde	15.000,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	225.000,00
020225	Outros serviços	5.730.400,00
02022501	Manutenção de espaços verdes	475.000,00
02022502	Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1.285.000,00
02022503	Exploração e manutenção de ETAR's	595.000,00
02022504	Recolha domiciliária de efluentes	17.500,00
02022505	Manutenção das redes de saneamento	110.000,00
02022507	Limpeza e man. de florestas e caminhos florestais	500,00
02022508	Edições e publicações periódicas municipais	1.000,00
02022509	Iluminação pública	1.500.000,00
02022510	Limpeza de terrenos e de lixeiras ilegais	1.000,00
02022511	Contencioso, notariado e registos diversos	10.000,00
02022512	Retenção dos Fundos pela DGAL, CCDR e GAT	9.250,00
02022513	Limpeza urbana	626.000,00
02022599	Outros	1.100.150,00
03	Juros e outros encargos	130.800,00
0301	Juros da dívida pública	114.700,00
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	30.000,00
03010301	Empréstimos de curto prazo	5.000,00
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	25.000,00
030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	84.600,00
03010501	Empréstimos de curto prazo	100,00
03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	84.500,00
030106	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100,00
0302	Outros encargos correntes da dívida pública	100,00
030201	Despesas diversas	100,00
0303	Juros de locação financeira	800,00
030301	Terrenos	100,00
030302	Habitações	100,00
030303	Edifícios	100,00
030304	Construções diversas	100,00
030305	Material de transporte	100,00
030306	Material de informática	100,00
030307	Maquinaria e equipamento	100,00
030308	Outros investimentos	100,00
0304	Juros tributários	200,00
030401	Indemnizatórios	100,00

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
030402	Outros	100,00
0305	Outros juros	10.000,00
030502	Outros	10.000,00
0306	Outros encargos financeiros	5.000,00
030601	Outros encargos financeiros	5.000,00
04	Transferências correntes	2.438.000,00
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	10.300,00
040101	Públicas	200,00
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00
04010102	Outras	100,00
040102	Privadas	10.100,00
0403	Administração central	200,00
040301	Estado	100,00
040305	Serviços e fundos autónomos	100,00
0405	Administração local	984.400,00
040501	Continente	984.400,00
04050101	Municípios	100,00
04050102	Freguesias	922.000,00
04050103	Serviços autónomos da administração local	100,00
04050104	Associações de municípios	61.900,00
04050106	Regiões de turismo	100,00
04050107	Assembleias distritais	100,00
04050108	Outros	100,00
0406	Segurança social	200,00
040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	100,00
040602	Outras transferências	100,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	650.000,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	650.000,00
0408	Famílias	792.500,00
040802	Outras	792.500,00
0409	Resto do mundo	400,00
040901	União Europeia-Instituições	100,00
040902	União Europeia-Países membros	100,00
040903	Países terceiros e organizações internacionais	200,00
05	Subsídios	758.500,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	758.400,00
050101	Públicas	758.300,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	758.200,00
0501010101	Preços sociais - Piscinas Municipais (indem.comp.)	284.000,00
0501010102	Preços sociais - Pav. Gimnodesport. (indem.comp.)	119.600,00
0501010104	Preços sociais - Museu Municipal	87.500,00
0501010106	Ucharia do Conde	20.700,00
0501010107	Serviços Escolares (CAF'S)	200.700,00
0501010199	Outros	45.700,00
05010102	Outras	100,00
050103	Privadas	100,00
0508	Famílias	100,00

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
050803	Outras	100,00
06	Outras despesas correntes	207.300,00
0602	Diversas	207.300,00
060201	Impostos e taxas	25.000,00
060202	Activos incorpóreos	100,00
060203	Outras	182.200,00
06020301	Outras restituições	7.500,00
06020302	IVA pago	25.000,00
06020303	Diferenças de câmbio	100,00
06020304	Serviços bancários	4.500,00
06020305	Outras	145.100,00
0602030501	Quotizações	110.000,00
0602030502	Reembolso de remunerações	100,00
0602030503	Custas Judiciais	10.000,00
0602030599	Outras	25.000,00
Total das Despesas Correntes:		21.952.750,00
07	Aquisição de bens de capital	11.504.400,00
0701	Investimentos	3.404.900,00
070101	Terrenos	108.000,00
070102	Habitações	1.300,00
07010201	Construção	100,00
07010202	Aquisição	100,00
07010203	Reparação e beneficiação	1.100,00
070103	Edifícios	2.105.400,00
07010301	Instalações de serviços	362.400,00
07010302	Instalações desportivas e recreativas	32.200,00
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	10.000,00
07010305	Escolas	850.200,00
07010307	Outros	850.600,00
070104	Construções diversas	27.700,00
07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	10.100,00
07010403	Estações de tratamento de águas residuais	5.000,00
07010406	Instalações desportivas e recreativas	300,00
07010413	Outros	12.300,00
070106	Material de transporte	17.600,00
07010602	Outro	17.600,00
070107	Equipamento de informática	55.600,00
070108	Software informático	300,00
070109	Equipamento administrativo	7.700,00
070110	Equipamento básico	78.500,00
07011001	Equipamento de recolha de resíduos	3.100,00
07011002	Outro	75.400,00
070111	Ferramentas e utensílios	7.500,00
070112	Artigos e objectos de valor	5.000,00
070113	Investimentos incorpóreos	321.500,00
070115	Outros investimentos	668.800,00

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
0702	Locação financeira	500,00
070205	Material de transporte	100,00
070206	Material de informática	100,00
070207	Maquinaria e equipamento	200,00
070209	Outros investimentos	100,00
0703	Bens de domínio público	8.099.000,00
070303	Outras construções e infraestruturas	6.941.900,00
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	4.812.300,00
07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	445.000,00
07030304	Iluminação pública	25.000,00
07030305	Parques e jardins	486.200,00
07030306	Instalações desportivas e recreativas	2.000,00
07030307	Captação e distribuição de água	60.100,00
07030308	Viação rural	297.700,00
07030309	Sinalização e trânsito	5.000,00
07030310	Infraestruturas p/ distribuição energia eléctrica	5.000,00
07030312	Cemitérios	1.000,00
07030313	Outros	802.600,00
070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.151.100,00
070306	Outros bens de domínio público	6.000,00
08	Transferências de capital	1.916.800,00
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	300,00
080101	Públicas	200,00
08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00
08010102	Outras	100,00
080102	Privadas	100,00
0803	Administração central	200,00
080301	Estado	100,00
080306	Serviços e fundos autónomos	100,00
0805	Administração local	615.500,00
080501	Continente	615.500,00
08050101	Municípios	100,00
08050102	Freguesias	560.000,00
08050103	Serviços autónomos da administração local	100,00
08050104	Associações de municípios	55.000,00
08050106	Regiões de turismo	100,00
08050107	Assembleias municipais	100,00
08050108	Outros	100,00
0806	Segurança social	200,00
080601	Sistema de solidariedade e segurança social	100,00
080605	Outras transferências	100,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	1.300.000,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	1.300.000,00
0808	Famílias	200,00
080802	Outras	200,00
0809	Resto do mundo	400,00
080901	União Europeia-Instituições	100,00

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
080902	União Europeia-Países membros	100,00
080903	Países terceiros e organizações internacionais	200,00
09	Activos financeiros	223.800,00
0902	Títulos a curto prazo	700,00
090201	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100,00
090202	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100,00
090203	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100,00
090204	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100,00
090205	Admin.pública-Admin.central-Estado	100,00
090206	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100,00
090208	Admin.pública-Admin.local-Continente	100,00
0903	Títulos a médio e longo prazos	700,00
090301	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100,00
090302	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100,00
090303	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100,00
090304	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100,00
090305	Admin.pública-Admin.central-Estado	100,00
090306	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100,00
090308	Admin.pública-Admin.local-Continente	100,00
0905	Empréstimos a curto prazo	100,00
090508	Admin.pública-Admin.local-Continente	100,00
0906	Empréstimos a médio e longo prazos	200,00
090608	Admin.pública-Admin.local-Continente	100,00
090613	Famílias-Outras	100,00
0907	Acções e outras participações	700,00
090701	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100,00
090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100,00
090703	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100,00
090704	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100,00
090705	Admin.pública-Admin.central-Estado	100,00
090706	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100,00
090708	Admin.pública-Admin.local-Continente	100,00
0908	Unidades de participação	220.700,00
090801	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100,00
090802	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	220.100,00
090803	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100,00
090804	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100,00
090805	Admin.pública-Admin.central-Estado	100,00
090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100,00
090808	Admin.pública-Admin.local-Continente	100,00
0909	Outros activos financeiros	700,00
090901	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100,00
090902	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100,00
090903	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100,00
090904	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100,00
090905	Admin.pública-Admin.central-Estado	100,00
090906	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100,00

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
090908	Admin.pública-Admin.local-Continente	100,00
10	Passivos financeiros	3.476.000,00
1003	Títulos a médio e longo prazos	100,00
100303	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	100,00
1005	Empréstimos a curto prazo	1.500.200,00
100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.500.000,00
100504	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100,00
100506	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1.975.700,00
100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	827.500,00
100604	Socied.financeiras-Comp. seguros e fundos pensões	100,00
100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	1.148.000,00
100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	100,00
11	Outras despesas de capital	200,00
1102	Diversas	200,00
110201	Restituições	100,00
110299	Outras	100,00
Total das Despesas de Capital:		17.121.200,00
Total do Orçamento da Despesa:		39.073.950,00

Anexo – C
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica

Município de Ourém
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2017)

Orgânica		Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
01	Administração Autárquica	31.000,00	0,00	31.000,00
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	21.790.950,00	13.420.900,00	35.211.850,00
03	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	130.800,00	3.700.300,00	3.831.100,00
Total Geral:		21.952.750,00	17.121.200,00	39.073.950,00

Anexo – D
Resumo do Orçamento

Município de Ourém

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2017

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	27.165.278		Correntes	21.952.750	
Capital	11.908.672		Capital	17.121.200	
Total:		39.073.950	Total:		39.073.950
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		39.073.950	Total Geral:		39.073.950

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Anexo – E
Resumo do Orçamento por Capítulo

Resumo do orçamento por Capítulo para 2017

Receitas	Montante
01 Impostos directos	8.797.700
02 Impostos indirectos	455.500
03 Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE	
04 Taxas, multas e outras penalidades	1.099.800
05 Rendimentos da propriedade	1.658.400
06 Transferências correntes	13.757.278
07 Venda de bens e serviços correntes	1.358.600
08 Outras receitas correntes	38.000
Total das Receitas Correntes	27.165.278
09 Venda de bens de investimento	5.400
10 Transferências de capital	10.400.558
11 Activos financeiros	2.100
12 Passivos financeiros	1.500.200
13 Outras receitas de capital	300
14 Recursos próprios comunitários	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	114
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Receitas Capital	11.908.672

Total das Receitas: 39.073.950

<p align="center">ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	7.525.250
02 Aquisição de bens e serviços	10.892.900
03 Juros e outros encargos	130.800
04 Transferências correntes	2.438.000
05 Subsídios	758.500
06 Outras despesas correntes	207.300
Total das Despesas Correntes	21.952.750
07 Aquisição de bens de capital	11.504.400
08 Transferências de capital	1.916.800
09 Activos financeiros	223.800
10 Passivos financeiros	3.476.000
11 Outras despesas de capital	200
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Despesas de Capital	17.121.200

Total das Despesas: 39.073.950

<p align="center">ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

Anexo – F
Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) – 2017/2021

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)														
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)																				
																	2017		Anos seguintes																	
01 EDUCAÇÃO																																				
01 001		Ensino Básico																																		
01	001	2010/182	Centro Escolar de Caxarias (JI/EB1Carvoeira)																																	
01	001	2010/182	1	Ampliação do edifício escolar	02	07010305	E			30	05	01/2017	12/2018	1		800.000	800.000		60.000					860.000												
01	001	2010/182	2	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				09	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		25.000					26.000												
01	001	2010/182	3	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O				02	01/2017	12/2018	0		100	100		5.000					5.100												
01	001	2010/182	4	Aquisição de material didáctico	02	070115	O				09	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		15.000					16.000												
01	001	2011/171	Centro Escolar de Fátima - Pastorinhos																																	
01	001	2011/171	1	Aquisição de terrenos	02	070101	O				04	01/2011	12/2020	0		100	100		25.000	75.000	5.000			105.100												
01	001	2011/171	2	Construção do edifício escolar	02	07010305	O				05	01/2011	12/2020	0		100	100		100	400.000	700.000			1.100.200												
01	001	2011/171	3	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				09	01/2012	12/2020	0		100	100		100	100	30.000			30.300												
01	001	2011/171	4	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O				02	01/2011	12/2020	0		100	100		100	100	20.000			20.300												
01	001	2011/171	5	Aquisição de material didáctico	02	070115	E				09	01/2011	12/2020	0		100	100		100	100	20.000			20.300												
01	001	2012/172	Centro Escolar de Atouguia (ampliação)																																	
01	001	2012/172	1	Construção do edifício escolar	02	07010305	E				05	01/2013	12/2020	0		100	100		100	75.000	350.000			425.200												
01	001	2012/172	2	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				09	01/2013	12/2020	0		100	100		100	100	15.000			15.300												
01	001	2012/172	3	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O				02	01/2013	12/2020	0		100	100		100	100	10.000			10.300												
01	001	2012/172	4	Aquisição de material didáctico	02	070115	O				09	01/2013	12/2020	0		100	100		100	100	10.000			10.300												
01	001	2017/1	Aquisição de terrenos				02	070101	O		04	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000												
01	001	2017/2	Benef./ampliação e revisão de preços				02	07010305	O		05	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000			200.000												
01	001	2017/3	Modernização e equipamento																																	
01	001	2017/3	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400												
01	001	2017/3	2	Aquisição de equipamento administrativo	02	070109	O				09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400												
01	001	2017/3	3	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O				09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400												
01	001	2017/3	4	Aquisição de software	02	070108	O				02	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400												
01	001	2017/3	5	Aquisição de material didático	02	070115	O				09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400												
01	001	2017/3	6	Outros investimentos	02	070115	O				09	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500			2.000												
Totais do Programa 001:															855.000	855.000		182.800	602.600	1.212.000		2.852.400														
01 004 Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino																																				
01	004	2016/172	Combate ao insucesso e abandono escolar																																	
01	004	2016/172	1	Planos Estratégicos Multinível																																
01	004	2016/172	1/1	Revisão da carta educativa	02	070113	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000				20.100												

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes											
											2017	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)					
01 EDUCAÇÃO																						
01	004	Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino																				
01	004	2016/172	1/2	Elaboração do Projeto Educativo Municipal	02	070113	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000		20.100
01	004	2016/172	2	Implementação de medidas de intervenção precoce																		
01	004	2016/172	2/1	Formação	02	020215	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		20.000	30.000	20.000	70.100
01	004	2016/172	2/2	Serviço de transportes	02	02021001	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	10.000	30.100
01	004	2016/172	2/3	Deslocações e estadas	02	020213	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		7.500	7.500	5.000	20.100
01	004	2016/172	2/4	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		15.000	15.000	15.000	45.100
01	004	2016/172	2/5	Aquisição - mat. didático, pedagógico e audiovisual	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	10.000	30.100
01	004	2016/172	2/6	Equipamentos para cursos profissionalizantes	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		2.500	2.500	5.000	10.100
01	004	2016/172	2/7	Material de avaliação/intervenção psicológica	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		1.500	1.500	1.500	4.600
01	004	2016/172	2/8	Aquisição de software	02	070108	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		2.500	2.500	2.500	7.600
01	004	2016/172	2/9	Equipamento informático	02	070107	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		2.500	2.500	2.500	7.600
01	004	2016/172	2/10	Aquisição de viatura para biblioteca itinerante	02	07010602	O				09	01/2016	12/2020	0		100	100		60.000	100	100	60.300
01	004	2016/172	2/11	Aquisição e livros	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	10.000	30.100
01	004	2016/172	3	Imp. de medidas de promoção da cultura científica, artes e competências metacognitivas																		
01	004	2016/172	3/1	Equipamento - implementação de laboratórios	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		15.000	15.000	10.000	40.100
01	004	2016/172	3/2	Aquisição de quadros interativos	02	07011002	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		15.000	15.000	2.500	32.600
01	004	2016/172	3/3	Aquisição de software	02	070108	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		3.500	3.500	100	7.200
01	004	2016/172	3/4	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	15.000	35.100
01	004	2016/172	3/5	Aquisição de equipamento desportivo	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		40.000	40.000	40.000	120.100
01	004	2016/172	3/6	Aq. - consumíveis para funcionamento dos laboratórios	02	020121	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		5.000	5.000	5.000	15.100
01	004	2016/172	3/7	Capacitação dos docentes	02	020215	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		1.250	1.250	100	2.700
01	004	2016/172	3/8	Aq. equipamento para Centro de Ciência	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		50.000	50.000	100	100.200
01	004	2016/172	3/9	Material de divulgação e promoção	02	020220	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		5.000	5.000	5.000	15.100
01	004	2016/172	4	Iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar																		
01	004	2016/172	4/1	Formação	02	020215	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		7.500	7.500	7.500	22.600
01	004	2016/172	4/2	Material de avaliação/intervenção psicológica	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		2.500	2.500	2.500	7.600
01	004	2016/172	4/3	Aq. - Material didático	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000
01	004	2016/172	4/4	Parques infantis em Escolas	02	07010406	E			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		50.000	50.000	50.000	150.100
01	004	2017/4		Protocolos/Contratos - Programa na área educativa																		
01	004	2017/4	1	Freguesia - Cedência de espaços	02	04050102	O				09	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2017			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)											
01				EDUCAÇÃO																			
01	004			Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino																			
01	004	2017/4	2	Outras entidades - Cedência de espaços	02	040701	O			09	01/2017	12/2020	5		1.500	1.500		1.500	1.500	1.500		6.000	
01	004	2017/5		Serviços escolares																			
01	004	2017/5	1	AAAF e refeições pré-escolares - Empresa Municipal	02	0501010107	O			09	01/2017	12/2020	5		97.100	97.100		97.100	97.100	97.100		388.400	
01	004	2017/5	2	AAAF e refeições pré-escolares - Outras Entidades	02	040802	O			09	01/2017	12/2020	5		375.000	375.000		375.000	375.000	375.000		1.500.000	
01	004	2017/6		Generalização de refeições escolares																			
01	004	2017/6	1	Refeições escolares - Empresa Municipal	02	0501010107	O			09	01/2017	12/2020	5		103.600	103.600		103.600	103.600	103.600		414.400	
01	004	2017/6	2	Refeições escolares - Outras entidades	02	040802	O			09	01/2017	12/2020	5		325.000	325.000		325.000	325.000	325.000		1.300.000	
01	004	2017/7		Atividades de enriquecimento curricular	02	020220	O			09	01/2017	12/2020	5		247.500	247.500		247.500	247.500	247.500		990.000	
01	004	2017/8		Transporte escolar																			
01	004	2017/8	1	Empresa Municipal (motoristas e vigilantes de transporte)	02	02021001	O			09	01/2017	12/2020	5		301.000	301.000		301.000	301.000	301.000		1.204.000	
01	004	2017/8	2	Outras entidades	02	02021001	O			09	01/2017	12/2020	5		750.000	750.000		750.000	750.000	750.000		3.000.000	
01	004	2017/9		Ações de cooperação com os PALOP	02	040903	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
01	004	2017/10		Atribuição de bolsas de investigação	02	040802	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
01	004	2017/11		Ação social escolar	02	040802	O			09	01/2017	12/2020	5		15.500	15.500		15.500	15.500	15.500		62.000	
01	004	2017/12		Aquecimento das escolas	02	02020109	O			09	01/2017	12/2020	5		125.000	125.000		125.000	125.000	125.000		500.000	
01	004	2017/13		Entrada de alunos em piscinas	02	02022599	O			09	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
01	004	2017/14		Conservação e manut. de equip. educativos																			
01	004	2017/14	1	Pré-escolar e 1.º CEB	02	02022599	O			09	01/2017	12/2020	5		186.500	186.500		186.500	186.500	186.500		746.000	
01	004	2017/14	2	2.º e 3.º CEB	02	02022599	O			09	01/2017	12/2020	5		62.500	62.500		62.500	62.500	62.500		250.000	
01	004	2017/15		Vigilância de crianças - Assistentes Operacionais	02	02022599	O			09	01/2017	12/2020	5		262.500	262.500		262.500	262.500	262.500		1.050.000	
01	004	2017/16		Ações complementares de apoio ao ensino																			
01	004	2017/16	1	Aquisição de bens	02	020121	O			09	01/2017	12/2020	5		200	200		200	200	200		800	
01	004	2017/16	2	Aquisição de bens para oferta	02	020115	O			09	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000	
01	004	2017/16	3	Alimentação	02	020105	O			09	01/2017	12/2020	5		9.500	9.500		9.500	9.500	9.500		38.000	
01	004	2017/16	4	Aquisição de serviços	02	02022599	O			09	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000	
01	004	2017/16	5	Medida extraordinária p/suprimento de ausências - empresas de trabalho temporário	02	020220	O			09	01/2017	12/2020	5		40.000	40.000		1.000	1.000	1.000		43.000	
Totais do Programa 004:															2.923.100	2.923.100		3.247.850	3.197.950	3.101.000		12.469.900	
Totais do Objetivo 01:															0	3.778.100	3.778.100	0	3.430.650	3.800.550	4.313.000	0	15.322.300

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2017			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)							
02				CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES																			
02 001				Cultura																			
02	001	2010/187		Remodelação do Edif. Paços do Concelho						08	01/2016	12/2017	0		50.000	50.000							50.000
02	001	2010/187	2	Aquisição de equipamento	02	070115	O																
02	001	2010/187	3	Ações de musealização																			
02	001	2010/187	3/1	Investigação e criação artística	02	070115	O			08	01/2016	12/2018	0		50.000	50.000		50.000					100.000
02	001	2010/187	3/2	Concepção e produção de conteúdos	02	020220	O			08	01/2017	12/2018	0		50.000	50.000		50.000					100.000
02	001	2015/204		Oficina da Emigração	02	070115	O			08	01/2015	12/2020	0		5.000	5.000		5.000					10.000
02	001	2015/205		Auditório no Edifício dos Monfortinos	02	07010307	E			05	01/2017	12/2020	0		100	100		200.000	200.000	1.000			401.100
02	001	2016/176		Aquis. de imóvel - cidade de Ourém p/ Serv. Culturais	02	07010307	O			01	07/2017	12/2018	0		1.000	1.000		1.000					2.000
02	001	2017/17		Aquisição de terrenos	02	070101	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
02	001	2017/18		Modernização e equipamento																			
02	001	2017/18	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
02	001	2017/19		Apoio ao associativismo cultural																			
02	001	2017/19	1	Apoio a despesas correntes	02	040701	O			08	01/2017	12/2020	5		85.000	85.000		85.000	85.000	85.000			340.000
02	001	2017/19	2	Apoio ao investimento	02	080701	O			08	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000			60.000
02	001	2017/20		Edições/ publicações municipais culturais																			
02	001	2017/20	1	Edições e publicações periódicas	02	02022508	O			08	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
02	001	2017/20	2	Publicações de livros ou similares	02	020120	O			08	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000			20.000
02	001	2017/21		Programa Cultural do Município																			
02	001	2017/21	1	Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O			08	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500			10.000
02	001	2017/21	2	Aquisição de bens	02	020121	O			08	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000			20.000
02	001	2017/21	3	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			08	01/2017	12/2020	5		17.500	17.500		17.500	17.500	17.500			70.000
02	001	2017/21	4	Locação Operacional	02	02020499	O			08	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
02	001	2017/21	5	Ações de divulg. e impressão de conteúdos	02	020220	O			08	01/2017	12/2020	5		12.500	12.500		12.500	12.500	12.500			50.000
02	001	2017/21	6	Aquisição de mercadorias	02	02011603	O			08	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
02	001	2017/21	7	Atribuição de prémios monetários	02	040701	O			08	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
02	001	2017/21	8	Aquisição de refeições	02	020105	O			08	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000			20.000
02	001	2017/22		Biblioteca Municipal																			
02	001	2017/22	1	Locação Operacional	02	02020401	O			08	01/2017	12/2020	5		33.500	33.500		33.500	33.500	33.500			134.000
02	001	2017/22	2	Aquisição de livros e outros documentos	02	020120	O			08	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000			40.000
02	001	2017/23		Preços Sociais - Indem. compen. (cultura)																			
02	001	2017/23	1	Galeria, Museu e Oficina do Património	02	0501010104	O			08	01/2017	12/2020	5		87.500	87.500		87.500	87.500	87.500			350.000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		2017														Anos seguintes							
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)													Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
		Ano / Nº	Ação					AC	AA	FC													
02																							
CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES																							
02 001																							
Cultura																							
02	001	2017/23	2	Cine - Teatro	02	0501010199	O				08	01/2017	12/2020	5		45.700	45.700		45.700	45.700	45.700		182.800
02	001	2017/24		Manutenção de instalações e equipamentos âmbito cultural	02	02020301	O				08	01/2017	12/2020	5		40.500	40.500		40.500	40.500	40.500		162.000
02	001	2017/165		Projeto Arteria - Cultura em Rede																			
02	001	2017/165	1	Criação e acolhimento de espetáculos	02	020220	O			85	08	01/2017	12/2019	0		27.750	27.750		27.750	1.000			56.500
02	001	2017/165	2	Direção de produção / Direção Técnica	02	020220	O			85	08	01/2017	12/2019	0		5.750	5.750		5.750	100			11.600
02	001	2017/165	3	Comunicação do projeto	02	020220	O			85	08	01/2017	12/2019	0		6.750	6.750		6.750	100			13.600
Totais do Programa 001:															563.450	563.450		713.350	568.300	368.100		2.213.200	
02 002																							
Desporto e Lazer																							
02	002	2010/189		Pavilhão Gimnodesportivo de Olival																			
02	002	2010/189	1	Estudos e projetos	02	07010406	O				05	01/2017	12/2018	1		100	100		10.000				10.100
02	002	2010/189	2	Construção do pavilhão	02	07010406	E				05	01/2017	12/2020	1		100	100		100	500.000	1.300.000		1.800.200
02	002	2010/189	3	Arranjos exteriores	02	07010401	E				05	01/2017	12/2020	0		100	100		100	100	75.000		75.300
02	002	2010/189	4	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				08	01/2017	12/2020	0		100	100		100	100	15.000		15.300
02	002	2012/179		Parque de Caravanismo em Ourém	02	07030306	E				05	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		65.000				66.000
02	002	2015/175		Equipamentos desportivos - Parque da Cidade António Teixeira	02	07030306	E				08	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		75.000				76.000
02	002	2017/25		Construção benef. - Desporto e Lazer																			
02	002	2017/25	1	Pavilhões e outros edifícios	02	07010302	O				05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
02	002	2017/25	2	Outras infra-estruturas de desporto e lazer	02	07010302	O				05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
02	002	2017/26		Aquisição de terrenos	02	070101	O				04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
02	002	2017/27		Modernização e aquisição (desporto e lazer)																			
02	002	2017/27	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				08	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
02	002	2017/27	2	Outros investimentos	02	070115	O				08	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000
02	002	2017/28		Parques infantis, de merendas e outros																			
02	002	2017/28	1	Beneficiação/ Ampliação	02	07030305	O				05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
02	002	2017/28	2	Construção de novos parques	02	07030305	O				05	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
02	002	2017/28	3	Manutenção de espaços de lazer	02	02020399	O				05	01/2017	12/2020	5		126.000	126.000		126.000	126.000	126.000		504.000
02	002	2017/29		Apoio ao associativismo desportivo e de lazer																			
02	002	2017/29	1	Apoio a despesas correntes	02	040701	O				08	01/2017	12/2020	5		120.000	120.000		120.000	120.000	120.000		480.000
02	002	2017/29	2	Apoio ao investimento	02	080701	O				08	01/2017	12/2020	5		200.000	200.000		200.000	100.000	100.000		600.000
02	002	2017/29	3	Celebração de protocolos e contratos-programa	02	040701	O				08	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes													
											2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)								
02																				CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES				
02 002		Desporto e Lazer																						
02	002	2017/29	4	Apoio a atletas de alta competição	02	040701	O			08	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000	40.000			
02	002	2017/30		Preços sociais - indem. compensatória (desporto)																				
02	002	2017/30	1	Piscinas municipais	02	0501010101	O			08	01/2017	12/2020	5		284.000	284.000		284.000	284.000	284.000	1.136.000			
02	002	2017/30	2	Complexo desportivo da Caridade	02	0501010102	O			08	01/2017	12/2020	5		33.000	33.000		33.000	33.000	33.000	132.000			
02	002	2017/30	4	Pavilhões gimnodesportivos	02	0501010102	O			08	01/2017	12/2020	5		86.600	86.600		86.600	86.600	86.600	346.400			
02	002	2017/31		Programa desportivo e de lazer do município																				
02	002	2017/31	1	Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O			08	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500	30.000			
02	002	2017/31	2	Aquisição de bens. Outros	02	020121	O			08	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000			
02	002	2017/31	3	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			08	01/2017	12/2020	5		100.000	100.000		100.000	100.000	100.000	400.000			
02	002	2017/31	4	Locação operacional	02	02020499	O			08	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000			
02	002	2017/31	5	Ações de divulgação	02	020220	O			08	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000	60.000			
02	002	2017/31	6	Atribuição de prémios monetários	02	040701	O			08	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000			
02	002	2017/31	7	Eventos/Animação/Desp.-Cont.Emp.Munic.	02	020220	O			08	01/2017	12/2020	5		57.500	57.500		57.500	57.500	57.500	230.000			
02	002	2017/31	8	Aquisição de refeições	02	020105	O			08	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000			
02	002	2017/152		Serviço de Transporte - apoio ao associativismo	02	02021099	O			08	01/2017	12/2020	5		30.000	30.000		30.000	30.000	30.000	120.000			
Totais do Programa 002:															1.122.600	1.122.600		1.270.500	1.520.400	2.410.200		6.323.700		
02 003																				Património				
02	003	2015/201		Capela de São Sebastião																				
02	003	2015/201	1	Investigação e interpretação	02	070113	O			08	01/2015	12/2020	0		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000			
02	003	2015/201	2	Preservação e consolidação	02	07010307	E			08	01/2015	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	50.000	250.000	302.000			
02	003	2017/33		Bens de domínio histórico, artístico e cultural																				
02	003	2017/33	1	Beneficiação	02	070305	O			08	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000			
02	003	2017/33	2	Apoio à valorização de bens patrimoniais inventariados em PDM	02	080701	O			08	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000	40.000			
02	003	2017/34		Salvaguarda e valorização do património																				
02	003	2017/34	1	Aquisição de bens. Outros.	02	020121	O			08	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500	2.000			
02	003	2017/34	2	Aquisição de serviços especializados	02	020220	O			08	01/2017	12/2020	5		3.500	3.500		3.500	3.500	3.500	14.000			
02	003	2017/34	3	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			08	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500	2.000			
02	003	2017/34	4	Aquisição de equipamento	02	070115	O			08	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500	30.000			
02	003	2017/34	5	Investimentos incorpóreos	02	070113	O			08	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400			
02	003	2017/148		Criação da rota dos Videntes de Fátima	02	070115	O			08	01/2017	12/2020	0		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000	40.000			

Município de Ourém

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes												
											2017	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)						
02		CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES																					
02 003		Património																					
02	003	2017/149		Recup. e interpretação dos Moinhos de Vento da Fazarga	02	070305	E			08	01/2017	12/2020	0		100	100		100	50.000	100.000			150.200
02	003	2017/150		Oficina do Património																			
02	003	2017/150	1	Intervenção no edifício	02	07010301	E			05	01/2017	12/2020	0		100	100		25.000	25.000	100			50.200
02	003	2017/150	2	Reabilitação do logradouro	02	07010413	E			05	01/2017	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	100			20.200
02	003	2017/151		Credenciação Vinho Medieval de Ourém- Património Imaterial Cultural	02	070113	O			08	01/2017	12/2018	0		5.000	5.000		5.000					10.000
Totais do Programa 003:															44.400	44.400		79.200	173.100	388.300			685.000
Totais do Objetivo 02:															0	1.730.450	1.730.450	0	2.063.050	2.261.800	3.166.600	0	9.221.900
03		ACÇÃO SOCIAL																					
03 001		Serviço e Acção Social																					
03	001	2006/183		Apoio à valorização do patrim. p/fins sociais - Fund. Agostinho Albano de Almeida	02	080701	O			09	01/2006	12/2020	5	360.000	90.000	90.000		450.000					900.000
03	001	2017/35		Aquisição de terrenos	02	070101	O			09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
03	001	2017/36		Acessibilidade p/ pessoas c/mobilidade reduzida																			
03	001	2017/36	1	Adaptação em edifícios municipais	02	07010301	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
03	001	2017/36	2	Adaptações urbanísticas	02	07030301	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
03	001	2017/36	3	Aquisição de equipamentos	02	070115	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
03	001	2017/37		Habitações degradadas																			
03	001	2017/37	1	Apoio à recuperação	02	080802	O			09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
03	001	2017/38		Apoio a situações emerg. social - alimentação	02	020105	O			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
03	001	2017/39		Banco de ajudas técnicas	02	070115	O			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
03	001	2017/40		Equipamentos de avaliação psicológica	02	070115	O			09	01/2017	12/2020	5		1.500	1.500		1.500	1.500	1.500			6.000
03	001	2017/153		Apoio às IPSS (Inst. Part. Solidariedade Social)																			
03	001	2017/153	1	Apoio a despesas correntes	02	040701	O			09	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500			30.000
03	001	2017/153	2	Apoio ao investimento	02	080701	O			09	01/2017	12/2020	5		100.000	100.000		100.000	100.000	100.000			400.000
03	001	2017/154		Programa de ação social do município																			
03	001	2017/154	1	Aquisição de bens para oferta	02	020115	O			09	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500			2.000
03	001	2017/154	2	Aquisição de bens. Outros.	02	020121	O			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
03	001	2017/154	3	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			09	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000			40.000
03	001	2017/154	4	Locação operacional	02	020208	O			09	01/2017	12/2020	5		3.000	3.000		3.000	3.000	3.000			12.000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes											
											2017	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)					
03		ACÇÃO SOCIAL																				
03 001		Serviço e Acção Social																				
03	001	2017/154	5	Ações de divulgação	02	020220	O			09	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000
03	001	2017/154	6	Apoio a ação social - Contratualização com E.M	02	020220	O			09	01/2017	12/2020	5		87.500	87.500		87.500	87.500	87.500		350.000
03	001	2017/154	7	Manutenção de instalações de âmbito social	02	02020301	O			09	01/2017	12/2020	5		87.500	87.500		87.500	87.500	87.500		350.000
03	001	2017/154	8	Deslocações	02	020213	O			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
03	001	2017/154	9	Apoios concedidos a famílias	02	040802	E			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
03	001	2017/154	10	Aquisição de refeições	02	020105	O			09	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
Totais do Programa 001:														360.000	398.500	398.500		758.500	308.500	308.500		2.134.000
Totais do Objetivo 03:														360.000	398.500	398.500	0	758.500	308.500	308.500	0	2.134.000
05		HABITAÇÃO E URBANISMO																				
05 001		Habitação																				
05	001	2017/41		Parque habitacional municipal																		
05	001	2017/41	1	Construção	02	07010201	E			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
05	001	2017/41	2	Aquisição	02	07010202	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
05	001	2017/41	3	Reparação e beneficiação	02	07010203	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
05	001	2017/42		Programa de Apoio aos Refugiados																		
05	001	2017/42	1	Adaptação de edifícios municipais	02	07010203	O			05	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
05	001	2017/42	2	Aquisição de equipamentos/ mobiliário	02	070115	O			09	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
Totais do Programa 001:															2.300	2.300		2.300	2.300	2.300		9.200
05 002		Planeamento Urbanístico																				
05	002	2010/131		Plano Director Municipal																		
05	002	2010/131	1	Alterações parciais ao PDM	02	070113	O			14	01/2010	12/2020	0		1.000	1.000						1.000
05	002	2010/131	2	Revisão do PDM	02	070113	O			14	01/2010	12/2017	4	1.478.490	243.500	243.500						1.721.990
05	002	2017/43		Plano de Pormenor	02	070113	O			14	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		50.000	50.000	10.000		120.000
05	002	2017/44		Planos de Urbanização	02	07010413	O			14	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		70.000	70.000	70.000		220.000
05	002	2017/45		Estudos setoriais	02	070113	O			14	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		25.000	25.000	25.000		125.000
05	002	2017/46		Consultadoria jurídica externa	02	020220	O			14	01/2017	12/2020	5		40.000	40.000		25.000	25.000	25.000		115.000
05	002	2017/47		Ortofotocartografia e cartografia numérica vetorial	02	070113	O			14	01/2017	12/2020	5		1.500	1.500		1.500	65.000	40.000		108.000
05	002	2017/48		Consultadorias técnicas	02	020220	O			14	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
05	002	2017/167		Consultadoria em SIG	02	020220	O			14	01/2017	12/2018	0		6.500	6.500		6.500				13.000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2017			Anos seguintes				
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)										
05				HABITAÇÃO E URBANISMO																		
05 002				Planeamento Urbanístico																		
05	002	2017/168		SMART CITIES - Projeto de desenvolvimento	02	020220	O			14	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		5.000	5.000	1.000		12.000
Totais do Programa 002:														1.478.490	368.500	368.500		188.000	245.000	176.000		2.455.990
05 003				Iluminação																		
05	003	2017/49		Rede elétrica																		
05	003	2017/49	1	Ampliação e beneficiação	02	07030310	E			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
05	003	2017/50		Rede de iluminação pública																		
05	003	2017/50	1	Ampliação e modernização	02	07030304	O			05	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000
05	003	2017/50	2	Consumos elétricos de iluminação pública	02	02022509	O			05	01/2017	12/2020	5		1.500.000	1.500.000		1.500.000	1.500.000	1.500.000		6.000.000
05	003	2017/51		Estudos e projetos	02	020214	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
Totais do Programa 003:															1.530.100	1.530.100		1.530.100	1.530.100	1.530.100		6.120.400
05 004				Urbanização																		
05	004	2009/143		Req. Urbana - Rua de Castela (Ourém)																		
05	004	2009/143	1	Expropriações	02	070101	O			04	01/2009	12/2020	4		25.000	25.000		25.000	1.000	1.000		52.000
05	004	2009/143	2	Intervenção Urbanística	02	07030301	E			05	01/2009	12/2020	3		1.000	1.000		250.000				251.000
05	004	2016/160		Plano de Ação - Regeneração Urbana de Ourém																		
05	004	2016/160	1	Gestão e animação da área urbana	02	02022599	O			85	01	01/2016	12/2020	0		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000	60.000
05	004	2016/160	2	Promoção da atividade económica - centro cidade de Ourém	02	02022599	O			85	01	01/2016	12/2020	0		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000
05	004	2016/160	3	Promoção da atividade económica - Vila Medieval	02	02022599	O			85	01	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		64.000	64.000	1.000	130.000
05	004	2016/160	4	Reabilitação do antigo Edifício do Crio - Univ. Sénior e Acad. Nac. de Futebol Feminino																		
05	004	2016/160	4/1	Estudos e projetos	02	07010302	O			05	01/2016	12/2020	0		10.000	10.000		20.000				30.000
05	004	2016/160	4/2	Empreitada de reabilitação	02	07010302	E			05	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	300.000	300.000		602.000
05	004	2016/160	5	Reab. Antigo Mercado Municipal - Forum Cultural																		
05	004	2016/160	5/1	Estudos e projetos	02	07010301	O			05	01/2016	12/2020	2	20.000	5.000	5.000		70.000				95.000
05	004	2016/160	5/2	Empreitada de reabilitação	02	07010301	E			05	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		100.000	900.000	1.500.000		2.501.000
05	004	2016/160	5/3	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			08	01/2016	12/2020	0		100	100		100	25.000	75.000		100.200
05	004	2016/160	6	Reabilitação do Cine-Teatro Municipal																		
05	004	2016/160	6/1	Estudos e projetos	02	07010307	O			85	05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		1.000			76.000
05	004	2016/160	6/2	Empreitada de reabilitação	02	07010307	E			85	05	01/2016	12/2020	0		500.000	500.000		400.000			900.000
05	004	2016/160	6/3	Aquisição de equipamento	02	070115	O			08	01/2016	12/2018	0		1.000	1.000		150.000				151.000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2017			Anos seguintes											
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)					
05 HABITAÇÃO E URBANISMO																							
05 004		Urbanização																					
05	004	2016/160	7	Reab. Antigo Colégio Fernão Lopes - Pavilhão Multiusos	02	07010302	O				01	01/2016	12/2020	0		100	100		75.000	75.000	50.000		200.100
05	004	2016/160	7/2	Aquisição do imóvel	02	07010302	O				01	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		50.000	50.000			101.000
05	004	2016/160	7/3	Empreitada de reabilitação	02	07010302	E				05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	1.250.000	1.250.000		2.500.200
05	004	2016/160	8	Reab. Antiga Azenha - Centro de Interpret. e Apoio ao Parque Dr. António Teixeira																			
05	004	2016/160	8/1	Aquisição do imóvel	02	07010307	O				01	01/2016	12/2020	0		25.000	25.000		1.000				26.000
05	004	2016/160	8/2	Estudos e projetos	02	07010307	O			85	05	01/2016	12/2020			12.500	12.500		1.000				13.500
05	004	2016/160	8/3	Empreitada de reabilitação	02	07010307	E			85	05	01/2016	12/2020	0		50.000	50.000		125.000	1.000			176.000
05	004	2016/160	9	Reab. do Castelo e Paço do Conde (1.ª fase)																			
05	004	2016/160	9/1	Estudos e projetos	02	070305	O			85	05	01/2016	12/2020	0		50.000	50.000		1.000				51.000
05	004	2016/160	9/2	Empreitada de reabilitação	02	070305	E			85	05	01/2016	12/2020	0		800.000	800.000		25.000				825.000
05	004	2016/160	10	Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira																			
05	004	2016/160	10/1	Aquisição de terrenos/expropriações	02	070101	O				01	01/2016	12/2020	0		40.000	40.000		40.000	40.000	40.000		160.000
05	004	2016/160	10/2	Estudos e projetos	02	07030305	O			85	05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		25.000				100.000
05	004	2016/160	10/3	Empreitada de expansão do parque	02	07030305	E			85	05	01/2016	12/2020	0		400.000	400.000		1.600.000	100.000			2.100.000
05	004	2016/160	11	Reabilitação do Jardim Plessis Trévise																			
05	004	2016/160	11/1	Estudos e projetos	02	07030305	O				05	01/2016	12/2020	0		100	100		25.000	100			25.200
05	004	2016/160	11/2	Empreitada de reabilitação	02	07030305	E				05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	375.000	100		375.300
05	004	2016/160	12	Reabilitação da Av. D. Nuno Álvares Pereira																			
05	004	2016/160	12/2	Empreitada de reabilitação	02	07030301	E			85	05	01/2016	12/2020	1		2.637.500	2.637.500		25.000				2.662.500
05	004	2016/160	13	Reabilitação do espaço público da Vila Medieval																			
05	004	2016/160	13/1	Estudos e projetos	02	07030301	O				05	01/2016	12/2020	0		20.000	20.000		5.000	100			25.100
05	004	2016/160	13/2	Empreitada de reabilitação	02	07030301	E			85	05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	200.000	140.000		340.200
05	004	2016/160	14	Reabilitação do Castelo e Paço do Conde - 2.ª fase (Musealização)																			
05	004	2016/160	14/1	Estudos e projetos	02	070305	O				08	01/2016	12/2020	0		50.000	50.000						50.000
05	004	2016/160	14/2	Empreitada no âmbito da musealização	02	070305	E				08	01/2016	12/2020	0		250.000	250.000		1.250.000				1.500.000
05	004	2016/160	14/3	Aquisição de equipamento	02	070115	O				08	01/2017	12/2020	0		100	100		25.000	1.000			26.100
05	004	2016/160	14/4	Investigação e concepção de conteúdos	02	070113	O				08	01/2017	12/2020	0		100	100		50.000	25.000			75.100
05	004	2016/161		Mobilidade Urbana Sustentável - Ourém																			

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação												2017			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
05 004				HABITAÇÃO E URBANISMO																			
05 004				Urbanização																			
05	004	2016/161	1	Criação de eixo vertical pedonal estruturante - Vila Medieval	02	07030313	O			85	05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000						75.000
05	004	2016/161	1/2	Const. de meios mecânicos de ligação vertical	02	07030313	E			85	05	01/2016	12/2020	0		650.000	650.000		50.000				700.000
05	004	2016/161	2	Requalificação de eixos pedonais estruturantes - Centro da Cidade de Ourém																			
05	004	2016/161	2/1	Estudos e projetos	02	07030301	O			85	05	01/2016	12/2020	0		25.000	25.000		50.000				75.000
05	004	2016/161	2/2	Empreitada de requalificação	02	07030301	E			85	05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	400.000	200.000		600.200
05	004	2016/161	3	Terminal de Transportes da Vila Medieval																			
05	004	2016/161	3/1	Estudos e projetos	02	07010307	O			05	01/2016	12/2020	0		25.000	25.000		50.000					75.000
05	004	2016/161	3/2	Construção do terminal	02	07010413	E			05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	300.000	350.000			650.200
05	004	2016/161	4	Terminal de Transportes do Centro da Cidade																			
05	004	2016/161	4/1	Estudos e projetos	02	07010413	O			05	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		50.000					51.000
05	004	2016/161	4/2	Construção do terminal	02	07010413	E			05	01/2016	12/2020	0		100	100		100.000	450.000	450.000			1.000.100
05	004	2017/52		Aquisição de terrenos	02	070101	A			04	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000			100.000
05	004	2017/55		Aquisição ou beneficiação de mobiliário urbano	02	070306	O			05	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
05	004	2017/56		Indemnizações - urbanismo	02	0602030599	O			01	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
05	004	2017/162		Benef. Infraestruturas Urbanas em Fátima - Centenário das Aparições	02	07030301	E	90		05	01/2017	12/2017	0		1.000.000	1.000.000							1.000.000
05	004	2017/178		Requalificação Urbana de Aljustrel	02	07030301	E			05	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		250.000	250.000				501.000
05	004	2017/183		Requalificação do Centro Urbano de Vilar dos Prazeres	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		75.000					76.000
05	004	2017/184		Requalificação do Centro Urbano de Alburitel	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		80.000	80.000		1.000					81.000
05	004	2017/185		Requalificação do Centro Urbano de Caxarias	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		120.000					121.000
05	004	2017/186		Requalificações urbanas diversas (Cidades e Vilas)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2020	5		150.000	150.000		150.000	150.000	150.000			600.000
05	004	2017/187		Requalificação da Av. Papa João XXIII	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		400.000	400.000				800.100
05	004	2017/188		Entradas de Fátima - (Fátima/Loureira)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		140.000	500.000				640.100
05	004	2017/190		Req. Rua N.ª Sr.ª dos Caminhos (Freixianda)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		150.000	150.000		1.000					151.000
Totais do Programa 004:														20.000	7.238.300	7.238.300		5.888.600	5.904.200	4.554.100		23.605.200	
Totais do Objetivo 05:														1.498.490	9.139.200	9.139.200	0	7.609.000	7.681.600	6.262.500	0	32.190.790	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		2017										Anos seguintes											
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)										
06				SANEAMENTO E SALUBRIDADE																			
06 001				Despoluição das Bacias Hidrográficas do Concelho																			
06	001	2016/175		Redes de Drenagem de Águas Residuais																			
06	001	2016/175	1	Freg. Fátima - Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga	02	07030302	E			85	06	07/2016	12/2020	0		200.000	200.000		1.750.000	25.000			1.975.000
06	001	2016/175	2	Freguesias de Espite, Matas e Cercal	02	07030302	E			85	06	07/2016	12/2020	0		200.000	200.000		875.000				1.075.000
06	001	2017/57		Redes de esgotos e águas pluviais																			
06	001	2017/57	1	Ampliação e remodelação	02	07030302	O				06	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000
06	001	2017/57	2	Manutenção das redes de saneamento	02	02022505	O				06	01/2017	12/2020	5		110.000	110.000		110.000	110.000	110.000		440.000
06	001	2017/58		Estações de tratamento de águas residuais																			
06	001	2017/58	1	Beneficiação	02	07010403	E				06	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
06	001	2017/58	2	Exploração e manutenção																			
06	001	2017/58	2/1	Contratualização E.M	02	02022503	O				06	01/2017	12/2020	5		170.000	170.000		170.000	170.000	170.000		680.000
06	001	2017/58	2/2	Outras entidades	02	02022503	O				06	01/2017	12/2020	5		425.000	425.000		425.000	425.000	425.000		1.700.000
06	001	2017/59		Recolha domiciliária de efluentes	02	02022504	O				06	01/2017	12/2020	5		17.500	17.500		17.500	17.500	17.500		70.000
06	001	2017/60		Maquinaria e equipamento	02	07011002	O				06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
06	001	2017/61		Ramais domic. de esgotos e águas pluviais	02	07030302	E				06	01/2017	12/2020	5		20.000	20.000		20.000	20.000	20.000		80.000
06	001	2017/62		Ações de desratização	02	02022599	O				06	01/2017	12/2020	5		22.500	22.500		22.500	22.500	22.500		90.000
06	001	2017/63		Estudos e projetos	02	020214	O				06	01/2017	12/2020	5		40.000	40.000		25.000	25.000	25.000		115.000
Totais do Programa 001:															1.235.100	1.235.100		3.445.100	845.100	820.100		6.345.400	
06 002				Resíduos Sólidos																			
06	002	2017/64		Maquinaria e equipamento																			
06	002	2017/64	1	Ilhas ecológicas																			
06	002	2017/64	1/1	Aquisição	02	07011001	O				06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		40.000	40.000	1.000		82.000
06	002	2017/64	1/2	Manutenção e lavagem	02	02022599	O				06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
06	002	2017/64	2	Aquisição de óleões	02	07011001	O				06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		5.000	5.000	1.000		12.000
06	002	2017/64	3	Ecocentros	02	07011001	O				06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		50.000	100.000	100.000		251.000
06	002	2017/64	4	Aquisição de outros equipamentos	02	07011001	O				06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
06	002	2017/65		Recolha, tratamento e transporte de resíduos																			
06	002	2017/65	1	Recolha e transporte de RSU's	02	02022502	O				06	01/2017	12/2020	5		800.000	800.000		800.000	800.000	800.000		3.200.000
06	002	2017/65	2	Recolha e transporte de resíduos não urbanos	02	02022502	O				06	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
06	002	2017/65	3	Tratamento de RSU's	02	02022502	O				06	01/2017	12/2020	5		475.000	475.000		475.000	475.000	475.000		1.900.000
06	002	2017/65	4	Recolha e transporte de resíduos volumosos	02	02022502	O				06	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000

Município de Ourém

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		AC	AA				FC	2017			Anos seguintes													
								Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)							
06				SANEAMENTO E SALUBRIDADE																				
06 002				Resíduos Sólidos																				
06	002	2017/66		Limpeza de terrenos e lixeiras ilegais	02	02022513	O			06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000		
06	002	2017/67		Limpeza urbana	02	02022513	O			06	01/2017	12/2020	5		625.000	625.000		625.000	625.000	625.000		2.500.000		
Totais do Programa 002:															1.915.100	1.915.100		2.007.100	2.057.100	2.014.100		7.993.400		
06 003				Higiene Pública																				
06	003	2005/191		Canil/Gatil Municipal																				
06	003	2005/191	1	Edifício	02	07010307	E			05	01/2011	12/2020	0		160.000	160.000		1.000				161.000		
06	003	2005/191	3	Arranjos exteriores	02	07010401	E			05	01/2011	12/2020	0		10.000	10.000		10.000				20.000		
06	003	2005/191	4	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			06	01/2011	12/2020	0		7.500	7.500		7.500				15.000		
06	003	2017/68		Sanitários públicos																				
06	003	2017/68	1	Construção e beneficiação	02	07010307	O			05	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000		
Totais do Programa 003:															178.500	178.500		19.500	1.000	1.000		200.000		
06 004				Cemitérios																				
06	004	2016/69		Cemitérios																				
06	004	2016/69	1	Aquisição de terrenos	02	070101	E			04	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		150.000	150.000	100.000		410.000		
06	004	2016/69	2	Ampliação e beneficiação	02	07030312	E			05	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		175.000	1.000	1.000		178.000		
06	004	2016/69	3	Manutenção	02	02022599	O			06	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000		
06	004	2016/69	4	Abertura de covais	02	02022599	O			06	01/2016	12/2020	5		12.500	12.500		12.500	12.500	12.500		50.000		
Totais do Programa 004:															24.500	24.500		338.500	164.500	114.500		642.000		
Totais do Objetivo 06:															0	3.353.200	3.353.200	0	5.810.200	3.067.700	2.949.700	0	15.180.800	
07				PROTECÇÃO CIVIL																				
07 001				Serviços Municipais de Protecção Civil																				
07	001	2013/160		Const. infra-estrutura de apoio logístico	02	07010301	E			16	01/2013	12/2020	0		1.000	1.000		50.000	1.000			52.000		
07	001	2016/162		Mosaicos de PGC e Inf. Sistemas DFCL	02	070115	O		85	16	01/2016	12/2020	0		117.500	117.500		1.000				118.500		
07	001	2017/69		Construção e beneficiação de pontos de água	02	07030313	E		85	16	01/2017	12/2020	5		77.500	77.500		25.000	25.000	25.000		152.500		
07	001	2017/70		Ações de sensibilização e divulgação																				
07	001	2017/70	1	Publicitação e divulgação	02	02021799	O			16	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000		
07	001	2017/70	2	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			16	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000		
07	001	2017/71		Limpeza e manut. florestas e caminhos florestais	02	02022507	O			16	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000		

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	Anos seguintes											
													2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)						
07																								
PROTECÇÃO CIVIL																								
07 001		Serviços Municipais de Protecção Civil																						
07	001	2017/72		Combate a catástrofes e situações de emergência																				
07	001	2017/72	1	Aluguer de máquinas com operador	02	02022599	O				16	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
07	001	2017/72	2	Forn. alim.p/grupos de intervenção e desalojados	02	020105	O				16	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
07	001	2017/72	3	Alojamento temporário de desalojados	02	02022599	O				16	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
07	001	2017/73		Serviços de apoio à Protecção Civil	02	02022599	O				16	01/2017	12/2020	5		23.000	23.000		23.000	23.000	23.000		92.000	
07	001	2017/74		Operações de Peregrinação - Fátima																				
07	001	2017/74	1	Aluguer de equipamentos	02	020208	O				16	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000	
07	001	2017/74	2	Aquisição de refeições	02	020105	O				16	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000	
07	001	2017/75		Equipa de sapadores florestais																				
07	001	2017/75	1	Complicipação - ADSAICA	02	040701	O				16	01/2017	12/2020	5		21.000	21.000		21.000	21.000	21.000		84.000	
07	001	2017/75	2	Equipamentos de protecção individual	02	020107	O				16	01/2017	12/2020	5		1.500	1.500		1.500	1.500	1.500		6.000	
Totais do Programa 001:																273.500	273.500		153.500	103.500	102.500		633.000	
07 002																								
Bombeiros																								
07	002	2017/76		Apoio financeiro às corporações de bombeiros																				
07	002	2017/76	1	Ass. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias																				
07	002	2017/76	1/1	Compart. em encargos de funcionamento	02	040701	O				16	01/2017	12/2020	5		21.200	21.200		21.200	21.200	21.200		84.800	
07	002	2017/76	1/2	Subsídio de refeição DECIF	02	040701	O				16	01/2017	12/2020	5		3.400	3.400		3.400	3.400	3.400		13.600	
07	002	2017/76	1/3	Complicipação em investimentos	02	080701	O				16	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
07	002	2017/76	1/4	Seguros de acidentes pessoais	02	020212	O				16	01/2017	12/2020	5		5.700	5.700		5.700	5.700	5.700		22.800	
07	002	2017/76	2	Ass. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima																				
07	002	2017/76	2/1	Compart. em encargos de funcionamento	02	040701	O				16	01/2017	12/2020	5		29.600	29.600		29.600	29.600	29.600		118.400	
07	002	2017/76	2/2	Subsídio de refeição DECIF	02	040701	O				16	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
07	002	2017/76	2/3	Complicipação em investimentos	02	080701	O				16	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
07	002	2017/76	2/4	Seguros de acidentes pessoais	02	020212	O				16	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
07	002	2017/76	3	Ass. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém																				
07	002	2017/76	3/1	Compart. em encargos de funcionamento	02	040701	O				16	01/2017	12/2020	5		98.800	98.800		98.800	98.800	98.800		395.200	
07	002	2017/76	3/2	Subsídio de refeição DECIF	02	040701	O				16	01/2017	12/2020	5		8.300	8.300		8.300	8.300	8.300		33.200	
07	002	2017/76	3/3	Complicipação em investimentos	02	080701	O				16	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
07	002	2017/76	3/4	Seguros de acidentes pessoais	02	020212	O				16	01/2017	12/2020	5		8.500	8.500		8.500	8.500	8.500		34.000	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)							
																	2017			Anos seguintes			
07				PROTECÇÃO CIVIL																			
07 002				Bombeiros																			
07	002	2017/76	3/5	Comp. seguro da VCOC 05	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
07	002	2017/76	3/6	Equipa de intervenção permanente	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		35.000	35.000		35.000	35.000	35.000		140.000	
Totais do Programa 002:															251.500	251.500		251.500	251.500	251.500		1.006.000	
Totais do Objetivo 07:															0	525.000	525.000	0	405.000	355.000	354.000	0	1.639.000
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																			
08 001				Água																			
08	001	2017/77		Aquisição de terrenos	02	070101	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	001	2017/78		Redes e sistemas de abastecimento de água																			
08	001	2017/78	1	Ampliação e remodelação	02	07030307	E			06	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000	
08	001	2017/78	2	Aquisição de equipamento básico	02	07030307	O			06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	001	2017/78	3	Ramais domiciliários	02	07030307	O			06	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
08	001	2017/79		Captações de água	02	02022599	O			06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
Totais do Programa 001:															60.300	60.300		60.300	60.300	60.300		241.200	
08 002				Energia																			
08	002	2016/169		Eficiência energética - Piscinas Munic. Ourém																			
08	002	2016/169	1	Soluções de adaptação no edifício	02	07010302	E		85	05	01/2016	12/2020	0		10.000	10.000		10.000	100	10		20.110	
08	002	2016/169	2	Aquisição de equipamentos	02	070115	O		85	05	01/2016	12/2020	0		50.000	50.000		50.000	100	100		100.200	
08	002	2017/80		Aquisição de terrenos	02	070101	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	002	2017/81		Medidas de racionalização energética																			
08	002	2017/81	1	Adaptação/alteração de edifícios	02	07010301	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	002	2017/81	2	Equip. p/captação/produção de energia	02	070115	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	002	2017/82		Eficiência energética - Iluminação pública																			
08	002	2017/82	1	Alteração/ adaptação de equipamentos	02	070115	O		85	05	01/2017	12/2020	0		275.000	275.000		275.000	100.000	100.000		750.000	
Totais do Programa 002:															335.300	335.300		335.300	100.500	100.410		871.510	
08 003				Turismo																			
08	003	2016/167		Centenário das aparições (1917-2017)																			
08	003	2016/167	1	Prémios condecorações e ofertas	02	020115	O			01	01/2016	12/2020	5		15.000	15.000		5.000	5.000	5.000		30.000	
08	003	2016/167	2	Aquisição de bens	02	020121	O			01	01/2016	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2017			Anos seguintes											
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
		Ano / Nº	Ação									Início	Fim										
08 DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																							
08 003		Turismo																					
08	003	2016/167	3	Representação dos serviços	02	020211	O				01	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		5.000	5.000	5.000		25.000
08	003	2016/167	4	Deslocações e estadas	02	020213	O				01	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
08	003	2016/167	5	Seminários, exposições, workshop's	02	020216	O				01	01/2016	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000
08	003	2016/167	6	Publicidade	02	02021799	O				01	01/2016	12/2020	5		15.000	15.000		5.000	5.000	5.000		30.000
08	003	2016/167	7	Assessoria imprensa	02	020220	O				01	01/2016	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	1.000	1.000		12.000
08	003	2016/167	8	Edições e publicações	02	020220	O				01	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
08	003	2016/167	9	Aquisição de refeições	02	020105	O				01	01/2016	12/2020	5		20.000	20.000		10.000	10.000	10.000		50.000
08	003	2016/167	10	Apoios a promotores parceiros																			
08	003	2016/167	10/1	Instituições sem fins lucrativos	02	040701	O				01	01/2016	12/2020	5		50.000	50.000		10.000	10.000	10.000		80.000
08	003	2016/167	10/2	Freguesia de Fátima	02	04050102	O				01	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
08	003	2016/167	10/3	Escolas	02	040102	O				01	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
08	003	2016/167	11	Aquisição de serviços outros	02	02022599	O				13	01/2016	12/2020	5		25.000	25.000		10.000	10.000	10.000		55.000
08	003	2016/167	12	Apoio financeiro - Jardim do Centenário	02	08050102	O				01	01/2016	12/2017	0		150.000	150.000						150.000
08	003	2016/171		Afirmação territorial - Rotas e percursos																			
08	003	2016/171	1	Planeamento de rotas e percursos	02	070113	O			85	13	01/2016	12/2020	0		100	100		20.000	5.000	100		25.200
08	003	2016/171	2	Aquisição de sinalética	02	070115	O			85	13	01/2016	12/2020	0		100	100		25.000	25.000	100		50.200
08	003	2016/171	3	Aq. equipamentos interativos e audiovisuais	02	070115	O			85	13	01/2016	12/2020	0		100	100		50.000	50.000	5.000		105.100
08	003	2016/171	4	Digulgação e promoção	02	02021799	O			85	13	01/2016	12/2020	0		100	100		15.000	15.000	15.000		45.100
08	003	2017/83		Participação em feiras e exposições	02	020216	A				13	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
08	003	2017/85		Gestão de espaços promocionais																			
08	003	2017/85	1	Gestão do Centro de Negócios	02	02022599	O				13	01/2017	12/2020	5		83.000	83.000		83.000	83.000	83.000		332.000
08	003	2017/85	2	Ucharia do Conde	02	0501010106	O				13	01/2017	12/2020	5		20.700	20.700		20.700	20.700	20.700		82.800
08	003	2017/156		Promoção e edição de conteúdos turísticos	02	020220	O				13	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
08	003	2017/157		Caminhos de Fátima																			
08	003	2017/157	1	Estudos e projetos	02	020220	O				13	01/2017	12/2020	0		10.000	10.000		5.000	1.000	1.000		17.000
08	003	2017/157	2	Implementação de sinalética	02	070115	O				13	01/2017	12/2020	0		10.000	10.000		25.000	25.000	1.000		61.000
08	003	2017/157	3	Requalificação dos Caminhos do Peregrino no Concelho de Ourém	02	07030301	E				05	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		50.000	50.000	50.000		151.000
08	003	2017/189		Implementação de rede wireless na Vila Medieval de Ourém	02	070115	O				02	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		75.000				76.000
Totais do Programa 003:															517.100	517.100		519.700	421.700	322.900		1.781.400	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		AC	AA					FC	2017			Anos seguintes													
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)							
08 004				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																					
08 004				Feiras e Mercados																					
08	004	2016/87		Feira de Gado e Produtos Agrícolas	02	02022599	O				01	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000		
08	004	2017/86		Realização da Feira de Santa Iria																					
08	004	2017/86	1	Publicidade e divulgação	02	02021799	O				12	01/2017	12/2020	5		750	750		750	750	750		3.000		
08	004	2017/86	2	Vigilância e segurança	02	020218	O				12	01/2017	12/2020	5		750	750		750	750	750		3.000		
08	004	2017/86	3	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O				12	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000		
08	004	2017/87		Feira e Mercado Municipal																					
08	004	2017/87	1	Beneficiação do Mercado Municipal	02	07010303	E				05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000		
															Totais do Programa 004:			13.500	13.500		13.500	13.500	13.500		54.000
08 005				Apoio ao Tecido Empresarial																					
08	005	2011/168		Ap. à construção - Centros de Congressos de Fátima	02	080701	O				01	01/2011	12/2020	5		100	100		100	100	100		400		
08	005	2011/170		Área de Localização Empresarial em Freixianda																					
08	005	2011/170	1	Aquisição de terrenos/expropriações	02	070101	O				04	01/2011	12/2020	5		100	100		100	50.000	150.000		200.200		
08	005	2011/170	2	Construção de infra-estruturas	02	07030301	O				05	01/2011	12/2020	5		100	100		100	250.000	700.000		950.200		
08	005	2015/221		Benef. Zona Industrial de Casal dos Frades																					
08	005	2015/221	1	Beneficiação de infra-estruturas	02	07030301	E				05	01/2015	12/2020	0		10.000	10.000		10.000	200.000	200.000		420.000		
08	005	2015/221	2	Aquisição de mobiliário urbano	02	070115	E				05	01/2015	12/2020	0		100	100		100	15.000	15.000		30.200		
08	005	2015/221	3	Acessos de ligação (Troço IC9 - ZI)	02	07030308	E				05	01/2015	12/2020	0		100	100		100	50.000	50.000		100.200		
08	005	2015/221	4	Acessos de ligação (Troço ZI - Caxarias)	02	07030308	E				05	01/2015	12/2020	0		100	100		100	50.000	50.000		100.200		
08	005	2017/88		Aquisição de terrenos	02	070101	O				01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400		
08	005	2017/89		Zonas industriais ou de localização empresarial																					
08	005	2017/89	1	Urbanização e infra-estruturas	02	07030301	E				05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400		
08	005	2017/89	2	Aquisição de terrenos	02	070101	O				01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400		
08	005	2017/89	3	Aquisição de mobiliário urbano	02	070115	O				04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400		
08	005	2017/192		Parque de Negócios Ourém Poente (Gondemaria)																					
08	005	2017/192	1	Aquisição de terrenos / expropriações	02	070101	O				01	01/2017	12/2020	0		5.000	5.000		50.000	50.000	50.000		155.000		
08	005	2017/192	2	Urbanização e infra-estruturas	02	07030301	E				05	01/2017	12/2020	0		5.000	5.000		25.000	150.000	150.000		330.000		
08	005	2017/193		Núcleo de Atividade Económica - Lameirinha																					
08	005	2017/193	1	Urbanização e infra-estruturas	02	07030301	E				05	01/2017	12/2020	0		5.000	5.000		25.000	75.000	1.000		106.000		
															Totais do Programa 005:			26.000	26.000		111.000	890.500	1.366.500		2.394.000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
																2017			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)												
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																					
08 006				Outras Acções de Desenvolvimento																					
08	006	2015/185		Redefinição da marca "Ourém"	02	020220	O				01	01/2015 12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
08	006	2015/216		Plano Estratégico de Desenvolv. 2015/2020	02	070113	A				01	01/2015 12/2020	3		5.000	5.000						5.000			
08	006	2015/222		Participação no Fundo de Apoio Municipal	03	090802	O				01	01/2015 12/2021	0	440.118	220.100	220.100		220.100	220.100	220.000	220.100	1.540.518			
08	006	2016/95		Monumento ao Emigrante	02	07010413	O				01	01/2016 12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
08	006	2017/90		Ações de apoio ao emprego																					
08	006	2017/90	1	Estágios profissionais																					
08	006	2017/90	1/1	Remunerações e transporte	02	040802	O				03	01/2017 12/2020	5		30.000	30.000		30.000	30.000	30.000		120.000			
08	006	2017/90	1/2	Seguro	02	01030901	O				03	01/2017 12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000			
08	006	2017/90	1/3	Encargos sociais da entidade	02	01030503	O				03	01/2017 12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000			
08	006	2017/90	1/4	Subsídio de refeição	02	040802	O				03	01/2017 12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000			
08	006	2017/90	2	Programas de emprego e inserção																					
08	006	2017/90	2/1	Remunerações	02	040802	O				03	01/2017 12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000			
08	006	2017/90	2/2	Subsídio de refeição	02	040802	O				03	01/2017 12/2020	5		17.500	17.500		17.500	17.500	17.500		70.000			
08	006	2017/90	2/3	Subsídio de transporte	02	040802	O				03	01/2017 12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000			
08	006	2017/90	2/4	Seguro	02	01030901	O				03	01/2017 12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000			
08	006	2017/91		Participação no capital de empresas																					
08	006	2017/91	1	Empresas de capitais mistos	03	090701	O				01	01/2017 12/2020	5		100	100		100	100	100		400			
08	006	2017/91	2	Empresas municipais e intermunicipais	03	090702	O				01	01/2017 12/2020	5		100	100		100	100	100		400			
08	006	2017/92		Apoio à internacionalização	02	02022599	O				01	01/2017 12/2020	5		51.700	51.700		51.700	51.700	51.700		206.800			
08	006	2017/155		Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo																					
08	006	2017/155	1	Quotização mensal	02	0602030501	O				04	01/2017 12/2020	5		81.000	81.000		81.000	81.000	81.000		324.000			
08	006	2017/155	2	Quota trimestral (Portugal 2020)	02	0602030599	O				04	01/2017 12/2020	5		3.500	3.500		3.500	3.500	3.500		14.000			
08	006	2017/155	3	Afirmação Territorial do Médio Tejo																					
08	006	2017/155	3/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O				04	01/2017 12/2020	5		10.000	10.000		100	100	100		10.300			
08	006	2017/155	3/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O				04	01/2017 12/2020	5		4.800	4.800		100	100	100		5.100			
08	006	2017/155	4	Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo	02	04050104	O				04	01/2017 12/2020	5		3.900	3.900		100	100	100		4.200			
08	006	2017/155	5	Educação de Excelência no Médio Tejo																					
08	006	2017/155	5/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O				04	01/2017 12/2020	5		9.600	9.600		100	100	100		9.900			
08	006	2017/155	5/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O				04	01/2017 12/2020	5		1.500	1.500		100	100	100		1.800			
08	006	2017/155	6	Unidades Móveis de Saúde																					
08	006	2017/155	6/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O				04	01/2017 12/2020	5		300	300		100	100	100		600			

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2017			Anos seguintes				
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)										
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																			
08 006				Outras Acções de Desenvolvimento																			
08	006	2017/155	6/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		4.900	4.900		100	100	100		5.200	
08	006	2017/155	7	Médio Tejo Inclusivo																			
08	006	2017/155	7/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		16.800	16.800		100	100	100		17.100	
08	006	2017/155	7/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		2.200	2.200		100	100	100		2.500	
08	006	2017/155	8	Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																			
08	006	2017/155	8/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		5.800	5.800		100	100	100		6.100	
08	006	2017/155	8/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		2.200	2.200		100	100	100		2.500	
08	006	2017/155	9	Promoção da eficiência energética nos edifícios públicos - Polo de Abrantes																			
08	006	2017/155	9/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		7.300	7.300		100	100	100		7.600	
08	006	2017/155	9/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		1.400	1.400		100	100	100		1.700	
08	006	2017/155	10	Modernização Administrativa no Médio Tejo																			
08	006	2017/155	10/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		400	400		100	100	100		700	
08	006	2017/155	10/2	Apoio ao investimento	02	08050104					01/2017	12/2020			13.700	13.700		100	100	100		14.000	
08	006	2017/155	11	Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																			
08	006	2017/155	11/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		3.400	3.400		100	100	100		3.700	
08	006	2017/155	11/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		24.300	24.300		100	100	100		24.600	
08	006	2017/155	12	GEFOR - Gestão da Formação	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
08	006	2017/155	13	Comparticipação em outros projetos CIMT	02	04050104	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	006	2017/155	14	Projeto Caminhos	02	04050104	O			08	01/2017	12/2020	0		3.000	3.000		5.000	5.000	5.000		18.000	
08	006	2017/158		Ações de Natal do Município																			
08	006	2017/158	1	Aquisição de equipamento	02	070115	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
08	006	2017/158	2	Aquisição de serviços	02	02022599	O			05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
Totais do Programa 006:														440.118	571.600	571.600		457.800	457.800	457.700	220.100	2.605.118	
08 007				Acções de Cooperação																			
08	007	2017/93		Ações de cooperação- cidades geminadas e territórios congêneres																			
08	007	2017/93	1	Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O			13	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000	
08	007	2017/93	2	Deslocações e estadas	02	020213	O			13	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000	
08	007	2017/93	3	Despesas de representação	02	020211	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
08	007	2017/93	4	Aquisição de serviços. Outros.	02	02022599	O			13	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)									
																	Anos seguintes								
08		DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																							
08 007		Ações de Cooperação																							
08	007	2017/94		Apoio ao investimento - PALOP's	02	080903	O			13	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400			
															Totais do Programa 007:		27.600	27.600		27.600	27.600	27.600		110.400	
															Totais do Objetivo 08:		440.118	1.551.400	1.551.400	0	1.525.200	1.971.900	2.348.910	220.100	8.057.628
09		COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES																							
09 001		Rede Viária e Sinalização																							
09	001	2011/174		Benef. EN 360 (zona limítrofe c/ Alcanena)																					
09	001	2011/174	1	Aquis./expropriações terrenos	02	07030301	O			01	01/2011	12/2020	5		1.000	1.000		25.000	25.000			51.000			
09	001	2011/174	2	Estudos e projectos	02	07030301	O			05	01/2011	12/2020	5		1.000	1.000		50.000				51.000			
09	001	2011/174	3	Obras de beneficiação	02	07030301	E			05	01/2011	12/2020	5		1.000	1.000		100.000	1.000.000	700.000		1.801.000			
09	001	2017/95		Aquisição de terrenos	02	070101	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400			
09	001	2017/96		Sinalização viária do concelho																					
09	001	2017/96	1	Sinalização semafórica	02	07030309	E			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000			
09	001	2017/96	2	Sinalização vertical diversa	02	07030308	O			05	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000			
09	001	2017/96	3	Sinalização horizontal	02	07030308	A			05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000			
09	001	2017/97		Recup.Benef. de estradas e caminhos municipais	02	07030308	O			05	01/2017	12/2020	5		250.000	250.000		250.000	250.000	250.000		1.000.000			
09	001	2017/98		Obras de arte de pequena dimensão																					
09	001	2017/98	1	Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões	02	07030308	E			05	01/2017	12/2020			10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000			
09	001	2017/98	2	Outras obras	02	07030308	E			05	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000			
09	001	2017/99		Maquinaria e equipamento																					
09	001	2017/99	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	100.000	100.000		210.000			
09	001	2017/99	2	Grande rep./ benef. de equipamento básico	02	07011002	E			05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000			
09	001	2017/99	3	Aquis. equip. básico em locação financeira	03	070207	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400			
09	001	2017/100		Estudos e projetos	02	020214	E			05	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000			
09	001	2017/101		Limpeza de bermas e valetas - outsourcing	02	02022599	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000			
09	001	2017/169		Rotunda de S. Sebastião (Atouguia)	02	07030301	O			05	01/2017	12/2019	0		100	100		50.000				50.100			
09	001	2017/170		Qualificação da Estrada do Agroal (Formigais)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		400.000	400.000			800.100			
09	001	2017/171		Estrada de Fungalvaz (Alburitel)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		40.000	40.000		100				40.100			
09	001	2017/172		Beneficiação da Ligação (Gondemaria-Olival)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		135.000	135.000		100				135.100			
09	001	2017/173		Estrada de Casais dos Montes (Urqueira)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		130.000				130.100			
09	001	2017/174		Reabilitação da Estrada N.ª Sr.ª Ortiga (Fátima)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		135.000				135.100			

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		AC	AA				FC	Início	Fim		Total (b)=(c)+(d)	2017 Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	Anos seguintes							
																2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)				
09				COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES																			
09	001			Rede Viária e Sinalização																			
09	001	2017/175		Reabilitação da Estrada do Salgueiral (Espite)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		195.000				195.100	
09	001	2017/176		Variante do Olival	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		50.000	50.000		50.000	350.000			450.000	
09	001	2017/179		ER 356 (Intervenção p/salvaguarda da vida humana - Lei 27/2016)	02	07030301	E	100		05	01/2017	12/2017	0		250.000	250.000						250.000	
09	001	2017/180		Largo do Teso - CEOurém Nascente	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		150.000	150.000		70.000				220.000	
09	001	2017/181		Rua da Salgueira (Casal dos Bernardos)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		100	100		180.000				180.100	
09	001	2017/191		Rua da Amenta (Freixianda)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		95.500	95.500		100				95.600	
Totais do Programa 001:															1.071.800	1.071.800		1.733.000	2.217.700	1.142.700		6.165.200	
09	002			Transportes																			
09	002	2017/102		Equipamento de transporte																			
09	002	2017/102 1		Aquisição	02	07010602	O			04	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		100.000	100.000	100.000		305.000	
09	002	2017/102 2		Grande rep.benef. de equipamento transporte	02	07010602	O			05	01/2017	12/2020	5		12.500	12.500		12.500	12.500	12.500		50.000	
09	002	2017/102 3		Aquisição em sistema de locação financeira	03	070205	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
09	002	2017/102 4		Locação operacional	02	020206	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
09	002	2017/102 5		Contrato de manut. (inclui 6 anos/200 mil Km)	02	02020303	O			04	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		25.000	10.000	1.000		41.000	
Totais do Programa 002:															22.700	22.700		137.700	122.700	113.700		396.800	
Totais do Objetivo 09:															0	1.094.500	1.094.500	0	1.870.700	2.340.400	1.256.400	0	6.562.000
10				DEFESA DO AMBIENTE																			
10	001			Parques e Jardins																			
10	001	2017/103		Parques, jardins e outros espaços verdes públicos																			
10	001	2017/103 1		Construção e beneficiação	02	07030305	E			06	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
10	001	2017/103 2		Manut. jardins municipais e espaços verdes	02	02022501	O			06	01/2017	12/2020	5		315.500	315.500		315.500	315.500	315.500		1.262.000	
10	001	2017/103 3		Cons. vigilância limp.-Parque Dr. António Teixeira e Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão	02	02022501	O			06	01/2017	12/2020	5		159.500	159.500		159.500	159.500	159.500		638.000	
10	001	2017/104		Maquinaria e equipamento																			
10	001	2017/104 1		Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
Totais do Programa 001:															480.100	480.100		480.100	480.100	480.100		1.920.400	
10	002			Protecção Ambiental																			
10	002	2017/105		Programa de sensibilização e ação ambiental																			

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação								2017				Anos seguintes									
											Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)					
10				DEFESA DO AMBIENTE																				
10 002				Protecção Ambiental																				
10	002	2017/105	1	Publicitação e divulgação	02	02021799	O				06	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500			2.000
10	002	2017/105	2	Aquisição de bens. Outros	02	020121	O				06	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500			2.000
10	002	2017/105	3	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O				06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
10	002	2017/106		Limpeza de linhas de água	02	02022599	O				02	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500			30.000
10	002	2017/107		Gabinete Técnico Florestal	02	020220	O				16	01/2017	12/2020	5		74.500	74.500		74.500	74.500	74.500			298.000
10	002	2017/108		Medições ambientais	02	020220	O				06	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500			10.000
10	002	2017/166		Implementação de estufa p/flores	02	07011002	O				06	01/2017	12/2018	0		25.000	25.000		10.000					35.000
10	002	2017/182		Beneficiação do Agroal	02	07030313	E				05	01/2017	12/2018	0		100	100		50.000					50.100
Totais do Programa 002:																111.600	111.600		146.500	86.500	86.500			431.100
Totais do Objetivo 10:															0	591.700	591.700	0	626.600	566.600	566.600	0	2.351.500	
11				FREGUESIAS																				
11 001				Apoios ao Investimento																				
11	001	2017/109		Apoio à construção de parques de lazer nas Freguesias	02	08050102	O				01	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000			200.000
11	001	2017/110		Apoio à construção e/ou Benef. sedes de Freguesia	02	08050102	O				01	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000			200.000
11	001	2017/111		Apoio à const. e/ou benef. casas mortuárias	02	08050102	O				01	01/2017	12/2020	5		100.000	100.000		100.000	100.000	100.000			400.000
11	001	2017/112		Outros apoios ao investimento das Freguesias	02	08050102	O				01	01/2017	12/2020	5		100.000	100.000		100.000	100.000	100.000			400.000
11	001	2017/113		Apoio à const. e/ou benef. cemitérios	02	08050102	O				01	01/2017	12/2020	5		100.000	100.000		100.000	100.000	100.000			400.000
11	001	2017/114		Intervenção florestal	02	08050102	O				01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000			20.000
Totais do Programa 001:																405.000	405.000		405.000	405.000	405.000			1.620.000
11 002				Deleg. de Competências no âmbito de despesas corren																				
11	002	2017/115		Manutenção de espaços verdes	02	04050102	O				01	01/2017	12/2020	5		60.000	60.000		60.000	60.000	60.000			240.000
11	002	2017/116		Limpeza de vias e espaços público, sarjetas e sumidouros	02	04050102	O				01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
11	002	2017/117		Manutenção de mobiliário urbano instalado no espaço público	02	04050102	O				01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
11	002	2017/118		Manutenção de feiras e mercados	02	04050102	O				01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
11	002	2017/119		Real. repar.estab.ed.pré-escolar e 1.ºCEB e espaços envolventes	02	04050102	O				01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
11	002	2017/120		Outras delegações comp.despesas correntes	02	04050102	O				01	01/2017	12/2020	5		850.000	850.000		850.000	850.000	850.000			3.400.000
Totais do Programa 002:																914.000	914.000		914.000	914.000	914.000			3.656.000

Município de Ourém

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	2017 Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes														
											2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)									
11				FREGUESIAS																					
11 003				Apoio de Despesas Correntes																					
11	003	2017/121		Apoio a iniciativas de âmbito cultural e desportivo	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	003	2017/122		Outros apoios a despesas correntes	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	003	2017/123		Promoção e desenvolvimento rural	02	020220	O			01	01/2017	12/2020	5		66.500	66.500		66.500	66.500	66.500		266.000			
															Totais do Programa 003:			68.500	68.500		68.500	68.500	68.500		274.000
11 004				Deleg. de Comp. no âmbito de Investimento																					
11	004	2017/124		Arranjos urbanísticos e de espaços públicos	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	004	2017/125		Rede viária	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	004	2017/126		Parque escolar	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	004	2017/127		Beneficiação viária - bermas e valetas	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	004	2017/128		Out. deleg. - âmbito investimento	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
															Totais do Programa 004:			5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
															Totais do Objetivo 11:		0	1.392.500	1.392.500	0	1.392.500	1.392.500	1.392.500	0	5.570.000
12				INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS																					
12 001				Edifícios																					
12	001	2016/132		Edifício Multiusos em Caxarias																					
12	001	2016/132	1	Edifício	02	07010301	E			05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	200.000	800.000		1.000.200			
12	001	2016/132	2	Aquisição de equipamento administrativo	02	070109	O			05	01/2016	12/2020	5		100	100		100	100	40.000		40.300			
12	001	2016/152		Implementação de Centros de Saúde																					
12	001	2016/152	1	Centro de Saúde em Sobral	02	07010301	E	100		05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		100				75.100			
12	001	2016/152	2	Centro de Saúde em Alburitel	02	07010301	E	100		05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		100				75.100			
12	001	2016/152	3	Centro de Saúde em Olival	02	07010301	E	100		05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		100				75.100			
12	001	2016/152	4	Centro de Saúde em Caxarias	02	07010301	E	100		05	01/2016	12/2020	0		105.000	105.000		100				105.100			
12	001	2017/129		Aquisição de terrenos / expropriações	02	070101	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
12	001	2017/130		Beneficiação e ampliação de edifícios municipais	02	07010301	O			01	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000			
12	001	2017/131		Locação operacional de edifícios	02	02020401	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400			
															Totais do Programa 001:			356.300	356.300		26.700	226.200	866.100		1.475.300
12 002				Medidas de Modernização e Eficiência e Operacionalizaç																					
12	002	2017/132		Maquinaria e equipamento																					

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2017			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)											
12																							
INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS																							
12 002		Medidas de Modernização e Eficiência e Operacionalizaç																					
12	002	2017/132	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			01	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000	
12	002	2017/132	2	Aquisição de equipamento administrativo	02	070109	O			01	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000	
12	002	2017/132	3	Aquisição de ferramentas e utensílios	02	070111	O			01	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000	
12	002	2017/132	4	Aquisição de máquinas e equip. locação financeira	03	070207	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
12	002	2017/133		Formação de pessoal	02	020215	O			01	01/2017	12/2020	5		17.500	17.500		17.500	17.500	17.500		70.000	
12	002	2017/134		Informatização dos serviços																			
12	002	2017/134	1	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O			01	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000	
12	002	2017/134	2	Material informático - locação financeira	03	070206	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
12	002	2017/134	3	Aquisição de software informático	02	070107	O			01	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000	
12	002	2017/134	4	Assistência técnica	02	020219	O			01	01/2017	12/2020	5		30.000	30.000		30.000	30.000	30.000		120.000	
12	002	2017/134	5	Infra-estruturas de rede	02	070107	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
12	002	2017/135		Promoção e Imagem do Município																			
12	002	2017/135	1	Aquisição de periódicos	02	020108	O			10	01/2017	12/2020	5		3.500	3.500		3.500	3.500	3.500		14.000	
12	002	2017/135	2	Divulgação e publicitação	02	02021799	O			05	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000	
12	002	2017/135	3	Aquisição de serviços especializados	02	020220	O			01	01/2017	12/2020	5		20.000	20.000		20.000	20.000	20.000		80.000	
12	002	2017/135	4	Comunicação e imagem - Contrat. E.M	02	020220	O			02	01/2017	12/2020	5		64.700	64.700		64.700	64.700	64.700		258.800	
12	002	2017/136		Ações jurídicas																			
12	002	2017/136	1	Honorários p/patrocínio judicial e pareceres	02	020214	O			11	01/2017	12/2020	5		200.000	200.000		200.000	200.000	200.000		800.000	
12	002	2017/136	2	Custas judiciais	02	0602030503	O			11	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
12	002	2017/137		Pareceres relativos a avaliações	02	020214	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
12	002	2017/138		Vigilância e segurança de edifícios municipais	02	020218	O			01	01/2017	12/2020	5		81.500	81.500		81.500	81.500	81.500		326.000	
12	002	2017/139		Limpeza de edifícios municipais	02	020202	O			01	01/2017	12/2020	5		76.000	76.000		76.000	76.000	76.000		304.000	
12	002	2017/140		Pequenas reparações em edifícios municipais	02	02020301	O			01	01/2017	12/2020	5		80.000	80.000		80.000	80.000	80.000		320.000	
12	002	2017/141		Medicina no trabalho	02	020222	O			03	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000	
12	002	2017/142		Gestão de instalações elétricas em infraestruturas municipais	02	02022599	O			01	01/2017	12/2020	5		38.500	38.500		38.500	38.500	38.500		154.000	
12	002	2017/159		Renovação do sistema de som do Auditório do Edifício Sede do Município	02	070115	O			02	01/2017	12/2018	0		15.000	15.000		1.000				16.000	
12	002	2017/160		Quiosque self-service p/Balcão Único	02	070115	O			02	01/2017	12/2018	0		7.500	7.500		1.000				8.500	
12	002	2017/161		Atividades complementares nas empreitadas																			
12	002	2017/161	1	Projetos de Segurança e Saúde em Obra	02	020214	O			05	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000	
12	002	2017/161	2	Coordenação e Segurança em Obra	02	020220	O			05	01/2017	12/2020	5		20.000	20.000		20.000	20.000	20.000		80.000	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		AC	AA					FC	2017			Anos seguintes													
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)							
12				INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS																					
12 002				Medidas de Modernização e Eficiência e Operacionalizaç																					
12	002	2017/161	3	Contratualização de fiscalização externa	02	020220	O				05	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000			100.000	
																Totais do Programa 002:	861.900	861.900		841.400	839.400	839.400			3.382.100
12 003				Outros investimentos																					
12	003	2017/144		Outros investimentos	02	070115	O				01	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000			200.000	
12	003	2017/145		Outros investimentos - Locação financeira	03	070209	O				01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400	
12	003	2017/146		Outros bens de domínio público	02	070306	O				01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000			20.000	
12	003	2017/147		Artigos e objetos de valor	02	070112	O				01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000			20.000	
																Totais do Programa 003:	60.100	60.100		60.100	60.100	60.100			240.400
																Totais do Objetivo 12:	0	1.278.300	1.278.300	0	928.200	1.125.700	1.765.600	0	5.097.800
Total Geral:																2.298.608	24.832.850	24.832.850	0	26.419.600	24.872.250	24.684.310	220.100	103.327.718	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Anexo – G
Plano Plurianual de Investimentos – 2017/2021

Município de Ourém

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	Início	Fim		2017				Anos seguintes								
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)				
01 EDUCAÇÃO																								
01 001		Ensino Básico																						
01	001	2010/182		Centro Escolar de Caxarias (JI/EB1Carvoeira)																				
01	001	2010/182	1	Ampliação do edificio escolar	02	07010305	E			30	05	01/2017	12/2018	1		800.000	800.000		60.000				860.000	
01	001	2010/182	2	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				09	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		25.000				26.000	
01	001	2010/182	3	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O				02	01/2017	12/2018	0		100	100		5.000				5.100	
01	001	2010/182	4	Aquisição de material didáctico	02	070115	O				09	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		15.000				16.000	
01	001	2011/171		Centro Escolar de Fátima - Pastorinhos																				
01	001	2011/171	1	Aquisição de terrenos	02	070101	O				04	01/2011	12/2020	0		100	100		25.000	75.000	5.000		105.100	
01	001	2011/171	2	Construção do edificio escolar	02	07010305	O				05	01/2011	12/2020	0		100	100		100	400.000	700.000		1.100.200	
01	001	2011/171	3	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				09	01/2012	12/2020	0		100	100		100	100	30.000		30.300	
01	001	2011/171	4	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O				02	01/2011	12/2020	0		100	100		100	100	20.000		20.300	
01	001	2011/171	5	Aquisição de material didáctico	02	070115	E				09	01/2011	12/2020	0		100	100		100	100	20.000		20.300	
01	001	2012/172		Centro Escolar de Atouguia (ampliação)																				
01	001	2012/172	1	Construção do edificio escolar	02	07010305	E				05	01/2013	12/2020	0		100	100		100	75.000	350.000		425.200	
01	001	2012/172	2	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				09	01/2013	12/2020	0		100	100		100	100	15.000		15.300	
01	001	2012/172	3	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O				02	01/2013	12/2020	0		100	100		100	100	10.000		10.300	
01	001	2012/172	4	Aquisição de material didáctico	02	070115	O				09	01/2013	12/2020	0		100	100		100	100	10.000		10.300	
01	001	2017/1		Aquisição de terrenos	02	070101	O				04	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
01	001	2017/2		Benef./ampliação e revisão de preços	02	07010305	O				05	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000	
01	001	2017/3		Modernização e equipamento																				
01	001	2017/3	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
01	001	2017/3	2	Aquisição de equipamento administrativo	02	070109	O				09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
01	001	2017/3	3	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O				09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
01	001	2017/3	4	Aquisição de software	02	070108	O				02	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
01	001	2017/3	5	Aquisição de material didático	02	070115	O				09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
01	001	2017/3	6	Outros investimentos	02	070115	O				09	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000	
Totais do Programa 001:															0	855.000	855.000	0	182.800	602.600	1.212.000	0	2.852.400	
01 004 Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino																								
01	004	2016/172		Combate ao insucesso e abandono escolar																				
01	004	2016/172	1	Planos Estratégicos Multinível																				
01	004	2016/172	1/1	Revisão da carta educativa	02	070113	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000			20.100	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	2017			Anos seguintes				
																Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
01 EDUCAÇÃO																							
01 004		Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino																					
01	004	2016/172	1/2	Elaboração do Projeto Educativo Municipal	02	070113	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000			20.100
01	004	2016/172	2	Implementação de medidas de intervenção precoce																			
01	004	2016/172	2/5	Aquisição - mat. didático, pedagógico e audiovisual	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	10.000		30.100
01	004	2016/172	2/6	Equipamentos para cursos profissionalizantes	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		2.500	2.500	5.000		10.100
01	004	2016/172	2/7	Material de avaliação/intervenção psicológica	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		1.500	1.500	1.500		4.600
01	004	2016/172	2/8	Aquisição de software	02	070108	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		2.500	2.500	2.500		7.600
01	004	2016/172	2/9	Equipamento informático	02	070107	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		2.500	2.500	2.500		7.600
01	004	2016/172	2/10	Aquisição de viatura para biblioteca itinerante	02	07010602	O				09	01/2016	12/2020	0		100	100		60.000	100	100		60.300
01	004	2016/172	2/11	Aquisição e livros	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	10.000		30.100
01	004	2016/172	3	Imp. de medidas de promoção da cultura científica, artes e competências metacognitivas																			
01	004	2016/172	3/1	Equipamento - implementação de laboratórios	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		15.000	15.000	10.000		40.100
01	004	2016/172	3/2	Aquisição de quadros interativos	02	07011002	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		15.000	15.000	2.500		32.600
01	004	2016/172	3/3	Aquisição de software	02	070108	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		3.500	3.500	100		7.200
01	004	2016/172	3/4	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	15.000		35.100
01	004	2016/172	3/5	Aquisição de equipamento desportivo	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		40.000	40.000	40.000		120.100
01	004	2016/172	3/8	Aq. equipamento para Centro de Ciência	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		50.000	50.000	100		100.200
01	004	2016/172	4	Iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar																			
01	004	2016/172	4/2	Material de avaliação/intervenção psicológica	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		2.500	2.500	2.500		7.600
01	004	2016/172	4/3	Aq. - Material didático	02	070115	O			85	09	01/2016	12/2020	0		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
01	004	2016/172	4/4	Parques infantis em Escolas	02	07010406	E			85	09	01/2016	12/2020	0		100	100		50.000	50.000	50.000		150.100
Totais do Programa 004:															0	6.700	6.700	0	300.000	240.100	156.800	0	703.600
Totais do Objetivo 01:															0	861.700	861.700	0	482.800	842.700	1.368.800	0	3.556.000
02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES																							
02 001		Cultura																					
02	001	2010/187		Remodelação do Edif. Paços do Concelho																			
02	001	2010/187	2	Aquisição de equipamento	02	070115	O				08	01/2016	12/2017	0		50.000	50.000						50.000
02	001	2010/187	3	Ações de musealização																			
02	001	2010/187	3/1	Investigação e criação artística	02	070115	O				08	01/2016	12/2018	0		50.000	50.000		50.000				100.000
02	001	2015/204		Oficina da Emigração	02	070115	O				08	01/2015	12/2020	0		5.000	5.000		5.000				10.000

Município de Ourém

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2017				Anos seguintes												
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)							
02 001				CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES																			
02 001				Cultura																			
02	001	2015/205		Auditório no Edifício dos Monfortinos	02	07010307	E			05	01/2017	12/2020	0		100	100		200.000	200.000	1.000		401.100	
02	001	2016/176		Aquis. de imóvel - cidade de Ourém p/ Serv. Culturais	02	07010307	O			01	07/2017	12/2018	0		1.000	1.000		1.000				2.000	
02	001	2017/17		Aquisição de terrenos	02	070101	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
02	001	2017/18		Modernização e equipamento																			
02	001	2017/18	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
Totais do Programa 001:														0	106.300	106.300	0	256.200	200.200	1.200	0	563.900	
02 002				Desporto e Lazer																			
02	002	2010/189		Pavilhão Gimnodesportivo de Olival																			
02	002	2010/189	1	Estudos e projetos	02	07010406	O			05	01/2017	12/2018	1		100	100		10.000				10.100	
02	002	2010/189	2	Construção do pavilhão	02	07010406	E			05	01/2017	12/2020	1		100	100		100	500.000	1.300.000		1.800.200	
02	002	2010/189	3	Arranjos exteriores	02	07010401	E			05	01/2017	12/2020	0		100	100		100	100	75.000		75.300	
02	002	2010/189	4	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			08	01/2017	12/2020	0		100	100		100	100	15.000		15.300	
02	002	2012/179		Parque de Caravanismo em Ourém	02	07030306	E			05	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		65.000				66.000	
02	002	2015/175		Equipamentos desportivos - Parque da Cidade António Teixeira	02	07030306	E			08	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		75.000				76.000	
02	002	2017/25		Construção benef. - Desporto e Lazer																			
02	002	2017/25	1	Pavilhões e outros edifícios	02	07010302	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
02	002	2017/25	2	Outras infra-estruturas de desporto e lazer	02	07010302	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
02	002	2017/26		Aquisição de terrenos	02	070101	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
02	002	2017/27		Modernização e aquisição (desporto e lazer)																			
02	002	2017/27	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			08	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
02	002	2017/27	2	Outros investimentos	02	070115	O			08	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000	
02	002	2017/28		Parques infantis, de merendas e outros																			
02	002	2017/28	1	Beneficiação/ Ampliação	02	07030305	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
02	002	2017/28	2	Construção de novos parques	02	07030305	O			05	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
Totais do Programa 002:														0	22.000	22.000	0	169.900	519.800	1.409.600	0	2.121.300	
02 003				Património																			
02	003	2015/201		Capela de São Sebastião																			
02	003	2015/201	1	Investigação e interpretação	02	070113	O			08	01/2015	12/2020	0		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
02	003	2015/201	2	Preservação e consolidação	02	07010307	E			08	01/2015	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	50.000	250.000		302.000	

Município de Ourém

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes												
											2017	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)						
02				CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES																			
02	003			Património																			
02	003	2017/33		Bens de domínio histórico, artístico e cultural																			
02	003	2017/33	1	Beneficiação	02	070305	O			08	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000		
02	003	2017/34		Salvaguarda e valorização do património																			
02	003	2017/34	4	Aquisição de equipamento	02	070115	O			08	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500	30.000		
02	003	2017/34	5	Investimentos incorpóreos	02	070113	O			08	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400		
02	003	2017/148		Criação da rota dos Videntes de Fátima	02	070115	O			08	01/2017	12/2020	0		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000	40.000		
02	003	2017/149		Recup. e interpretação dos Moinhos de Vento da Fazarga	02	070305	E			08	01/2017	12/2020	0		100	100		100	50.000	100.000	150.200		
02	003	2017/150		Oficina do Património																			
02	003	2017/150	1	Intervenção no edifício	02	07010301	E			05	01/2017	12/2020	0		100	100		25.000	25.000	100	50.200		
02	003	2017/150	2	Reabilitação do logradouro	02	07010413	E			05	01/2017	12/2020	0		100	100		10.000	10.000	100	20.200		
02	003	2017/151		Credenciação Vinho Medieval de Ourém- Património Imaterial Cultural	02	070113	O			08	01/2017	12/2018	0		5.000	5.000		5.000			10.000		
Totais do Programa 003:														0	29.900	29.900	0	64.700	158.600	373.800	0	627.000	
Totais do Objetivo 02:														0	158.200	158.200	0	490.800	878.600	1.784.600	0	3.312.200	
03				ACÇÃO SOCIAL																			
03	001			Serviço e Acção Social																			
03	001	2017/35		Aquisição de terrenos	02	070101	O			09	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400		
03	001	2017/36		Acessibilidade p/ pessoas c/mobilidade reduzida																			
03	001	2017/36	1	Adaptação em edifícios municipais	02	07010301	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400		
03	001	2017/36	2	Adaptações urbanísticas	02	07030301	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400		
03	001	2017/36	3	Aquisição de equipamentos	02	070115	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400		
03	001	2017/39		Banco de ajudas técnicas	02	070115	O			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000		
03	001	2017/40		Equipamentos de avaliação psicológica	02	070115	O			09	01/2017	12/2020	5		1.500	1.500		1.500	1.500	1.500	6.000		
Totais do Programa 001:														0	2.900	2.900	0	2.900	2.900	2.900	0	11.600	
Totais do Objetivo 03:														0	2.900	2.900	0	2.900	2.900	2.900	0	11.600	
05				HABITAÇÃO E URBANISMO																			
05	001			Habitação																			
05	001	2017/41		Parque habitacional municipal																			

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes												
											2017	2018 (e)			2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)						
							AC	AA	FC		Início	Fim											
05				HABITAÇÃO E URBANISMO																			
05 001				Habitação																			
05	001	2017/41	1	Construção	02	07010201	E				05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400	
05	001	2017/41	2	Aquisição	02	07010202	O				01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400	
05	001	2017/41	3	Reparação e beneficiação	02	07010203	O				05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400	
05	001	2017/42		Programa de Apoio aos Refugiados																			
05	001	2017/42	1	Adaptação de edifícios municipais	02	07010203	O				05	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000	
05	001	2017/42	2	Aquisição de equipamentos/ mobiliário	02	070115	O				09	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000	
														Totais do Programa 001:	0	2.300	2.300	0	2.300	2.300	2.300	0	9.200
05 002				Planeamento Urbanístico																			
05	002	2010/131		Plano Director Municipal																			
05	002	2010/131	1	Alterações parciais ao PDM	02	070113	O				14	01/2010	12/2020	0		1.000	1.000					1.000	
05	002	2010/131	2	Revisão do PDM	02	070113	O				14	01/2010	12/2017	4	1.478.490	243.500	243.500					1.721.990	
05	002	2017/43		Plano de Pormenor	02	070113	O				14	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		50.000	50.000	10.000	120.000	
05	002	2017/44		Planos de Urbanização	02	07010413	O				14	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		70.000	70.000	70.000	220.000	
05	002	2017/45		Estudos setoriais	02	070113	O				14	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		25.000	25.000	25.000	125.000	
05	002	2017/47		Ortofotocartografia e cartografia numérica vetorial	02	070113	O				14	01/2017	12/2020	5		1.500	1.500		1.500	65.000	40.000	108.000	
														Totais do Programa 002:	1.478.490	316.000	316.000	0	146.500	210.000	145.000	0	2.295.990
05 003				Iluminação																			
05	003	2017/49		Rede elétrica																			
05	003	2017/49	1	Ampliação e beneficiação	02	07030310	E				05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000	
05	003	2017/50		Rede de iluminação pública																			
05	003	2017/50	1	Ampliação e modernização	02	07030304	O				05	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000	100.000	
														Totais do Programa 003:	0	30.000	30.000	0	30.000	30.000	30.000	0	120.000
05 004				Urbanização																			
05	004	2009/143		Req. Urbana - Rua de Castela (Ourém)																			
05	004	2009/143	1	Expropriações	02	070101	O				04	01/2009	12/2020	4		25.000	25.000		25.000	1.000	1.000	52.000	
05	004	2009/143	2	Intervenção Urbanística	02	07030301	E				05	01/2009	12/2020	3		1.000	1.000		250.000			251.000	
05	004	2016/160		Plano de Ação - Regeneração Urbana de Ourém																			
05	004	2016/160	4	Reabilitação do antigo Edifício do Crio - Univ. Sénior e Acad. Nac. de Futebol Feminino																			
05	004	2016/160	4/1	Estudos e projetos	02	07010302	O				05	01/2016	12/2020	0		10.000	10.000		20.000			30.000	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2017			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)											
05 004				HABITAÇÃO E URBANISMO																			
05 004				Urbanização																			
05	004	2016/160	4/2	Empreitada de reabilitação	02	07010302	E				05	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	300.000	300.000		602.000
05	004	2016/160	5	Reab. Antigo Mercado Municipal - Forum Cultural																			
05	004	2016/160	5/1	Estudos e projetos	02	07010301	O				05	01/2016	12/2020	2	20.000	5.000	5.000		70.000				95.000
05	004	2016/160	5/2	Empreitada de reabilitação	02	07010301	E				05	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		100.000	900.000	1.500.000		2.501.000
05	004	2016/160	5/3	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				08	01/2016	12/2020	0		100	100		100	25.000	75.000		100.200
05	004	2016/160	6	Reabilitação do Cine-Teatro Municipal																			
05	004	2016/160	6/1	Estudos e projetos	02	07010307	O			85	05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		1.000				76.000
05	004	2016/160	6/2	Empreitada de reabilitação	02	07010307	E			85	05	01/2016	12/2020	0		500.000	500.000		400.000				900.000
05	004	2016/160	6/3	Aquisição de equipamento	02	070115	O				08	01/2016	12/2018	0		1.000	1.000		150.000				151.000
05	004	2016/160	7	Reab. Antigo Colégio Fernão Lopes - Pavilhão Multiusos																			
05	004	2016/160	7/1	Aquisição do imóvel	02	07010302	O				01	01/2016	12/2020	0		100	100		75.000	75.000	50.000		200.100
05	004	2016/160	7/2	Estudos e projetos	02	07010302	O				01	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		50.000	50.000			101.000
05	004	2016/160	7/3	Empreitada de reabilitação	02	07010302	E				05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	1.250.000	1.250.000		2.500.200
05	004	2016/160	8	Reab. Antiga Azenha - Centro de Interpret. e Apoio ao Parque Dr. António Teixeira																			
05	004	2016/160	8/1	Aquisição do imóvel	02	07010307	O				01	01/2016	12/2020	0		25.000	25.000		1.000				26.000
05	004	2016/160	8/2	Estudos e projetos	02	07010307	O			85	05	01/2016	12/2020			12.500	12.500		1.000				13.500
05	004	2016/160	8/3	Empreitada de reabilitação	02	07010307	E			85	05	01/2016	12/2020	0		50.000	50.000		125.000	1.000			176.000
05	004	2016/160	9	Reab. do Castelo e Paço do Conde (1.ª fase)																			
05	004	2016/160	9/1	Estudos e projetos	02	070305	O			85	05	01/2016	12/2020	0		50.000	50.000		1.000				51.000
05	004	2016/160	9/2	Empreitada de reabilitação	02	070305	E			85	05	01/2016	12/2020	0		800.000	800.000		25.000				825.000
05	004	2016/160	10	Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira																			
05	004	2016/160	10/1	Aquisição de terrenos/expropriações	02	070101	O				01	01/2016	12/2020	0		40.000	40.000		40.000	40.000	40.000		160.000
05	004	2016/160	10/2	Estudos e projetos	02	07030305	O			85	05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		25.000				100.000
05	004	2016/160	10/3	Empreitada de expansão do parque	02	07030305	E			85	05	01/2016	12/2020	0		400.000	400.000		1.600.000	100.000			2.100.000
05	004	2016/160	11	Reabilitação do Jardim Plessis Trévis																			
05	004	2016/160	11/1	Estudos e projetos	02	07030305	O				05	01/2016	12/2020	0		100	100		25.000	100			25.200
05	004	2016/160	11/2	Empreitada de reabilitação	02	07030305	E				05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	375.000	100		375.300
05	004	2016/160	12	Reabilitação da Av. D. Nuno Álvares Pereira																			
05	004	2016/160	12/2	Empreitada de reabilitação	02	07030301	E			85	05	01/2016	12/2020	1		2.637.500	2.637.500		25.000				2.662.500
05	004	2016/160	13	Reabilitação do espaço público da Vila Medieval																			

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	2017 Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes											
											2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)						
05 HABITAÇÃO E URBANISMO																						
05 004		Urbanização																				
05	004	2016/160	13/1	Estudos e projetos	02	07030301	O			05	01/2016	12/2020	0		20.000	20.000		5.000	100		25.100	
05	004	2016/160	13/2	Empreitada de reabilitação	02	07030301	E		85	05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	200.000	140.000	340.200	
05	004	2016/160	14	Reabilitação do Castelo e Paço do Conde - 2.ª fase (Musealização)																		
05	004	2016/160	14/1	Estudos e projetos	02	070305	O			08	01/2016	12/2020	0		50.000	50.000					50.000	
05	004	2016/160	14/2	Empreitada no âmbito da musealização	02	070305	E			08	01/2016	12/2020	0		250.000	250.000		1.250.000			1.500.000	
05	004	2016/160	14/3	Aquisição de equipamento	02	070115	O			08	01/2017	12/2020	0		100	100		25.000	1.000		26.100	
05	004	2016/160	14/4	Investigação e concepção de conteúdos	02	070113	O			08	01/2017	12/2020	0		100	100		50.000	25.000		75.100	
05	004	2016/161		Mobilidade Urbana Sustentável - Ourém																		
05	004	2016/161	1	Criação de eixo vertical pedonal estruturante - Vila Medieval																		
05	004	2016/161	1/1	Estudos e projetos	02	07030313	O		85	05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000					75.000	
05	004	2016/161	1/2	Const. de meios mecânicos de ligação vertical	02	07030313	E		85	05	01/2016	12/2020	0		650.000	650.000		50.000			700.000	
05	004	2016/161	2	Requalificação de eixos pedonais estruturantes - Centro da Cidade de Ourém																		
05	004	2016/161	2/1	Estudos e projetos	02	07030301	O		85	05	01/2016	12/2020	0		25.000	25.000		50.000			75.000	
05	004	2016/161	2/2	Empreitada de requalificação	02	07030301	E		85	05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	400.000	200.000	600.200	
05	004	2016/161	3	Terminal de Transportes da Vila Medieval																		
05	004	2016/161	3/1	Estudos e projetos	02	07010307	O			05	01/2016	12/2020	0		25.000	25.000		50.000			75.000	
05	004	2016/161	3/2	Construção do terminal	02	07010413	E			05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	300.000	350.000	650.200	
05	004	2016/161	4	Terminal de Transportes do Centro da Cidade																		
05	004	2016/161	4/1	Estudos e projetos	02	07010413	O			05	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		50.000			51.000	
05	004	2016/161	4/2	Construção do terminal	02	07010413	E			05	01/2016	12/2020	0		100	100		100.000	450.000	450.000	1.000.100	
05	004	2017/52		Aquisição de terrenos	02	070101	A			04	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000	100.000	
05	004	2017/55		Aquisição ou beneficiação de mobiliário urbano	02	070306	O			05	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000	
05	004	2017/162		Benef. Infraestruturas Urbanas em Fátima - Centenário das Aparições	02	07030301	E	90		05	01/2017	12/2017	0		1.000.000	1.000.000					1.000.000	
05	004	2017/178		Requalificação Urbana de Aljustrel	02	07030301	E			05	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		250.000	250.000		501.000	
05	004	2017/183		Requalificação do Centro Urbano de Vilar dos Prazeres	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		75.000			76.000	
05	004	2017/184		Requalificação do Centro Urbano de Alburitel	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		80.000	80.000		1.000			81.000	
05	004	2017/185		Requalificação do Centro Urbano de Caxarias	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		120.000			121.000	
05	004	2017/186		Requalificações urbanas diversas (Cidades e Vilas)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2020	5		150.000	150.000		150.000	150.000	150.000	600.000	
05	004	2017/187		Requalificação da Av. Papa João XXIII	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		400.000	400.000		800.100	

Município de Ourém

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
05		HABITAÇÃO E URBANISMO																					
05 004		Urbanização																					
05	004	2017/188		Entradas de Fátima - (Fátima/Loureira)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		140.000	500.000				640.100
05	004	2017/190		Req. Rua N.ª Sr.ª dos Caminhos (Freixianda)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		150.000	150.000		1.000					151.000
Totais do Programa 004:														20.000	7.216.300	7.216.300	0	5.803.600	5.819.200	4.532.100	0	23.391.200	
Totais do Objetivo 05:														1.498.490	7.564.600	7.564.600	0	5.982.400	6.061.500	4.709.400	0	25.816.390	
06		SANEAMENTO E SALUBRIDADE																					
06 001		Despoluição das Bacias Hidrográficas do Concelho																					
06	001	2016/175		Redes de Drenagem de Águas Residuais																			
06	001	2016/175	1	Freg. Fátima - Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga	02	07030302	E		85	06	07/2016	12/2020	0		200.000	200.000		1.750.000	25.000				1.975.000
06	001	2016/175	2	Freguesias de Espite, Matas e Cercal	02	07030302	E		85	06	07/2016	12/2020	0		200.000	200.000		875.000					1.075.000
06	001	2017/57		Redes de esgotos e águas pluviais																			
06	001	2017/57	1	Ampliação e remodelação	02	07030302	O			06	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000			100.000
06	001	2017/58		Estações de tratamento de águas residuais																			
06	001	2017/58	1	Beneficiação	02	07010403	E			06	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000			20.000
06	001	2017/60		Maquinaria e equipamento	02	07011002	O			06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
06	001	2017/61		Ramais domic. de esgotos e águas pluviais	02	07030302	E			06	01/2017	12/2020	5		20.000	20.000		20.000	20.000	20.000			80.000
Totais do Programa 001:														0	450.100	450.100	0	2.675.100	75.100	50.100	0	3.250.400	
06 002		Resíduos Sólidos																					
06	002	2017/64		Maquinaria e equipamento																			
06	002	2017/64	1	Ilhas ecológicas																			
06	002	2017/64	1/1	Aquisição	02	07011001	O			06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		40.000	40.000	1.000			82.000
06	002	2017/64	2	Aquisição de óleões	02	07011001	O			06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		5.000	5.000	1.000			12.000
06	002	2017/64	3	Ecocentros	02	07011001	O			06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		50.000	100.000	100.000			251.000
06	002	2017/64	4	Aquisição de outros equipamentos	02	07011001	O			06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
Totais do Programa 002:														0	3.100	3.100	0	95.100	145.100	102.100	0	345.400	
06 003		Higiene Pública																					
06	003	2005/191		Canil/Gatil Municipal																			
06	003	2005/191	1	Edifício	02	07010307	E			05	01/2011	12/2020	0		160.000	160.000		1.000					161.000
06	003	2005/191	3	Arranjos exteriores	02	07010401	E			05	01/2011	12/2020	0		10.000	10.000		10.000					20.000

Município de Ourém

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação												2017			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
06				SANEAMENTO E SALUBRIDADE																			
06 003				Higiene Pública																			
06	003	2005/191	4	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			06	01/2011	12/2020	0		7.500	7.500		7.500					15.000
06	003	2017/68		Sanitários públicos																			
06	003	2017/68	1	Construção e beneficiação	02	07010307	O			05	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000
Totais do Programa 003:														0	178.500	178.500	0	19.500	1.000	1.000	0	200.000	
06 004				Cemitérios																			
06	004	2016/69		Cemitérios																			
06	004	2016/69	1	Aquisição de terrenos	02	070101	E			04	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		150.000	150.000	100.000			410.000
06	004	2016/69	2	Ampliação e beneficiação	02	07030312	E			05	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		175.000	1.000	1.000			178.000
Totais do Programa 004:														0	11.000	11.000	0	325.000	151.000	101.000	0	588.000	
Totais do Objetivo 06:														0	642.700	642.700	0	3.114.700	372.200	254.200	0	4.383.800	
07				PROTECÇÃO CIVIL																			
07 001				Serviços Municipais de Protecção Civil																			
07	001	2013/160		Const. infra-estrutura de apoio logístico	02	07010301	E			16	01/2013	12/2020	0		1.000	1.000		50.000	1.000				52.000
07	001	2016/162		Mosaicos de PGC e Inf. Sistemas DFCl	02	070115	O		85	16	01/2016	12/2020	0		117.500	117.500		1.000					118.500
07	001	2017/69		Construção e beneficiação de pontos de água	02	07030313	E		85	16	01/2017	12/2020	5		77.500	77.500		25.000	25.000	25.000			152.500
Totais do Programa 001:														0	196.000	196.000	0	76.000	26.000	25.000	0	323.000	
Totais do Objetivo 07:														0	196.000	196.000	0	76.000	26.000	25.000	0	323.000	
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																			
08 001				Água																			
08	001	2017/77		Aquisição de terrenos	02	070101	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
08	001	2017/78		Redes e sistemas de abastecimento de água																			
08	001	2017/78	1	Ampliação e remodelação	02	07030307	E			06	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000			200.000
08	001	2017/78	2	Aquisição de equipamento básico	02	07030307	O			06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100			400
08	001	2017/78	3	Ramais domiciliários	02	07030307	O			06	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000			40.000
Totais do Programa 001:														0	60.200	60.200	0	60.200	60.200	60.200	0	240.800	
08 002				Energia																			
08	002	2016/169		Eficiência energética - Piscinas Munic. Ourém																			

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2017			Anos seguintes				
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)						
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																		
08 002				Energia																		
08	002	2016/169	1	Soluções de adaptação no edifício	02	07010302	E		85	05	01/2016	12/2020	0		10.000	10.000		10.000	100	10		20.110
08	002	2016/169	2	Aquisição de equipamentos	02	070115	O		85	05	01/2016	12/2020	0		50.000	50.000		50.000	100	100		100.200
08	002	2017/80		Aquisição de terrenos	02	070101	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
08	002	2017/81		Medidas de racionalização energética																		
08	002	2017/81	1	Adaptação/alteração de edifícios	02	07010301	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
08	002	2017/81	2	Equip. p/captação/produção de energia	02	070115	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
08	002	2017/82		Eficiência energética - Iluminação pública																		
08	002	2017/82	1	Alteração/ adaptação de equipamentos	02	070115	O		85	05	01/2017	12/2020	0		275.000	275.000		275.000	100.000	100.000		750.000
Totais do Programa 002:														0	335.300	335.300	0	335.300	100.500	100.410	0	871.510
08 003				Turismo																		
08	003	2016/171		Afirmção territorial - Rotas e percursos																		
08	003	2016/171	1	Planeamento de rotas e percursos	02	070113	O		85	13	01/2016	12/2020	0		100	100		20.000	5.000	100		25.200
08	003	2016/171	2	Aquisição de sinalética	02	070115	O		85	13	01/2016	12/2020	0		100	100		25.000	25.000	100		50.200
08	003	2016/171	3	Aq. equipamentos interativos e audiovisuais	02	070115	O		85	13	01/2016	12/2020	0		100	100		50.000	50.000	5.000		105.100
08	003	2017/157		Caminhos de Fátima																		
08	003	2017/157	2	Implementação de sinalética	02	070115	O			13	01/2017	12/2020	0		10.000	10.000		25.000	25.000	1.000		61.000
08	003	2017/157	3	Requalificação dos Caminhos do Peregrino no Concelho de Ourém	02	07030301	E			05	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		50.000	50.000	50.000		151.000
08	003	2017/189		Implementação de rede wireless na Vila Medieval de Ourém	02	070115	O			02	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		75.000				76.000
Totais do Programa 003:														0	12.300	12.300	0	245.000	155.000	56.200	0	468.500
08 004				Feiras e Mercados																		
08	004	2017/87		Feira e Mercado Municipal																		
08	004	2017/87	1	Beneficiação do Mercado Municipal	02	07010303	E			05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
Totais do Programa 004:														0	10.000	10.000	0	10.000	10.000	10.000	0	40.000
08 005				Apoio ao Tecido Empresarial																		
08	005	2011/170		Área de Localização Empresarial em Freixianda																		
08	005	2011/170	1	Aquisição de terrenos/expropriações	02	070101	O			04	01/2011	12/2020	5		100	100		100	50.000	150.000		200.200
08	005	2011/170	2	Construção de infra-estruturas	02	07030301	O			05	01/2011	12/2020	5		100	100		100	250.000	700.000		950.200
08	005	2015/221		Benef. Zona Industrial de Casal dos Frades																		

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)						
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																		
08 005				Apoio ao Tecido Empresarial																		
08	005	2015/221	1	Beneficiação de infra-estruturas	02	07030301	E			05	01/2015	12/2020	0		10.000	10.000		10.000	200.000	200.000		420.000
08	005	2015/221	2	Aquisição de mobiliário urbano	02	070115	E			05	01/2015	12/2020	0		100	100		100	15.000	15.000		30.200
08	005	2015/221	3	Acessos de ligação (Troço IC9 - ZI)	02	07030308	E			05	01/2015	12/2020	0		100	100		100	50.000	50.000		100.200
08	005	2015/221	4	Acessos de ligação (Troço ZI - Caxarias)	02	07030308	E			05	01/2015	12/2020	0		100	100		100	50.000	50.000		100.200
08	005	2017/88		Aquisição de terrenos	02	070101	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
08	005	2017/89		Zonas industriais ou de localização empresarial																		
08	005	2017/89	1	Urbanização e infra-estruturas	02	07030301	E			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
08	005	2017/89	2	Aquisição de terrenos	02	070101	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
08	005	2017/89	3	Aquisição de mobiliário urbano	02	070115	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
08	005	2017/192		Parque de Negócios Ourém Poente (Gondemaria)																		
08	005	2017/192	1	Aquisição de terrenos / expropriações	02	070101	O			01	01/2017	12/2020	0		5.000	5.000		50.000	50.000	50.000		155.000
08	005	2017/192	2	Urbanização e infra-estruturas	02	07030301	E			05	01/2017	12/2020	0		5.000	5.000		25.000	150.000	150.000		330.000
08	005	2017/193		Núcleo de Atividade Económica - Lameirinha																		
08	005	2017/193	1	Urbanização e infra-estruturas	02	07030301	E			05	01/2017	12/2020	0		5.000	5.000		25.000	75.000	1.000		106.000
														0	25.900	25.900	0	110.900	890.400	1.366.400	0	2.393.600
08 006				Outras Acções de Desenvolvimento																		
08	006	2015/216		Plano Estratégico de Desenvolv. 2015/2020	02	070113	A			01	01/2015	12/2020	3		5.000	5.000						5.000
08	006	2016/95		Monumento ao Emigrante	02	07010413	O			01	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
08	006	2017/158		Ações de Natal do Município																		
08	006	2017/158	1	Aquisição de equipamento	02	070115	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
														0	11.000	11.000	0	6.000	6.000	6.000	0	29.000
Totais do Objetivo 08:														0	454.700	454.700	0	767.400	1.222.100	1.599.210	0	4.043.410
09				COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES																		
09 001				Rede Viária e Sinalização																		
09	001	2011/174		Benef. EN 360 (zona limítrofe c/ Alcanena)																		
09	001	2011/174	1	Aquis./expropriações terrenos	02	07030301	O			01	01/2011	12/2020	5		1.000	1.000		25.000	25.000			51.000
09	001	2011/174	2	Estudos e projectos	02	07030301	O			05	01/2011	12/2020	5		1.000	1.000		50.000				51.000
09	001	2011/174	3	Obras de beneficiação	02	07030301	E			05	01/2011	12/2020	5		1.000	1.000		100.000	1.000.000	700.000		1.801.000
09	001	2017/95		Aquisição de terrenos	02	070101	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2017			Anos seguintes				
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)										
09				COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES																		
09 001				Rede Viária e Sinalização																		
09	001	2017/96		Sinalização viária do concelho	02	07030309	E			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
09	001	2017/96	1	Sinalização semafórica	02	07030308	O			05	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000
09	001	2017/96	2	Sinalização vertical diversa	02	07030308	A			05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
09	001	2017/96	3	Sinalização horizontal	02	07030308	A			05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
09	001	2017/97		Recup.Benef. de estradas e caminhos municipais	02	07030308	O			05	01/2017	12/2020	5		250.000	250.000		250.000	250.000	250.000		1.000.000
09	001	2017/98		Obras de arte de pequena dimensão																		
09	001	2017/98	1	Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões	02	07030308	E			05	01/2017	12/2020			10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
09	001	2017/98	2	Outras obras	02	07030308	E			05	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000
09	001	2017/99		Maquinaria e equipamento																		
09	001	2017/99	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	100.000	100.000		210.000
09	001	2017/99	2	Grande rep./ benef. de equipamento básico	02	07011002	E			05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
09	001	2017/99	3	Aquis. equip. básico em locação financeira	03	070207	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
09	001	2017/169		Rotunda de S. Sebastião (Atouguia)	02	07030301	O			05	01/2017	12/2019	0		100	100		50.000				50.100
09	001	2017/170		Qualificação da Estrada do Agroal (Formigais)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		400.000	400.000			800.100
09	001	2017/171		Estrada de Fungalvaz (Alburitel)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		40.000	40.000		100				40.100
09	001	2017/172		Beneficiação da Ligação (Gondemaria-Olival)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		135.000	135.000		100				135.100
09	001	2017/173		Estrada de Casais dos Montes (Urqueira)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		130.000				130.100
09	001	2017/174		Reabilitação da Estrada N.ª Sr.ª Ortiga (Fátima)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		135.000				135.100
09	001	2017/175		Reabilitação da Estrada do Salgueiral (Espite)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		100	100		195.000				195.100
09	001	2017/176		Variante do Olival	02	07030301	E			05	01/2017	12/2019	0		50.000	50.000		50.000	350.000			450.000
09	001	2017/179		ER 356 (Intervenção p/salvaguarda da vida humana - Lei 27/2016)	02	07030301	E	100		05	01/2017	12/2017	0		250.000	250.000						250.000
09	001	2017/180		Largo do Teso - CEOurém Nascente	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		150.000	150.000		70.000				220.000
09	001	2017/181		Rua da Salgueira (Casal dos Bernardos)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		100	100		180.000				180.100
09	001	2017/191		Rua da Amenta (Freixianda)	02	07030301	E			05	01/2017	12/2018	0		95.500	95.500		100				95.600
Totais do Programa 001:														0	1.041.800	1.041.800	0	1.703.000	2.187.700	1.112.700	0	6.045.200
09 002				Transportes																		
09	002	2017/102		Equipamento de transporte																		
09	002	2017/102	1	Aquisição	02	07010602	O			04	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		100.000	100.000	100.000		305.000
09	002	2017/102	2	Grande rep.benef. de equipamento transporte	02	07010602	O			05	01/2017	12/2020	5		12.500	12.500		12.500	12.500	12.500		50.000

Município de Ourém

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				2017				Anos seguintes												
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)							
							AC	AA	FC		Início	Fim											
09				COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES																			
09 002				Transportes																			
09	002	2017/102	3	Aquisição em sistema de locação financeira	03	070205	O				04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
Totais do Programa 002:															0	17.600	17.600	0	112.600	112.600	112.600	0	355.400
Totais do Objetivo 09:															0	1.059.400	1.059.400	0	1.815.600	2.300.300	1.225.300	0	6.400.600
10				DEFESA DO AMBIENTE																			
10 001				Parques e Jardins																			
10	001	2017/103		Parques, jardins e outros espaços verdes públicos																			
10	001	2017/103	1	Construção e beneficiação	02	07030305	E				06	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
10	001	2017/104		Maquinaria e equipamento																			
10	001	2017/104	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O				06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
Totais do Programa 001:															0	5.100	5.100	0	5.100	5.100	5.100	0	20.400
10 002				Protecção Ambiental																			
10	002	2017/166		Implementação de estufa p/flores	02	07011002	O				06	01/2017	12/2018	0		25.000	25.000		10.000				35.000
10	002	2017/182		Beneficiação do Agroal	02	07030313	E				05	01/2017	12/2018	0		100	100		50.000				50.100
Totais do Programa 002:															0	25.100	25.100	0	60.000	0	0	0	85.100
Totais do Objetivo 10:															0	30.200	30.200	0	65.100	5.100	5.100	0	105.500
12				INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS																			
12 001				Edifícios																			
12	001	2016/132		Edifício Multiusos em Caxarias																			
12	001	2016/132	1	Edifício	02	07010301	E				05	01/2016	12/2020	0		100	100		100	200.000	800.000		1.000.200
12	001	2016/132	2	Aquisição de equipamento administrativo	02	070109	O				05	01/2016	12/2020	5		100	100		100	100	40.000		40.300
12	001	2016/152		Implementação de Centros de Saúde																			
12	001	2016/152	1	Centro de Saúde em Sobral	02	07010301	E	100			05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		100				75.100
12	001	2016/152	2	Centro de Saúde em Alburitel	02	07010301	E	100			05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		100				75.100
12	001	2016/152	3	Centro de Saúde em Olival	02	07010301	E	100			05	01/2016	12/2020	0		75.000	75.000		100				75.100
12	001	2016/152	4	Centro de Saúde em Caxarias	02	07010301	E	100			05	01/2016	12/2020	0		105.000	105.000		100				105.100
12	001	2017/129		Aquisição de terrenos / expropriações	02	070101	O				01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2017			Anos seguintes				
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)										
12				INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS																		
12 001				Edifícios																		
12	001	2017/130		Beneficiação e ampliação de edificios municipais	02	07010301	O			01	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000
Totais do Programa 001:														0	356.200	356.200	0	26.600	226.100	866.000	0	1.474.900
12 002				Medidas de Modernização e Eficiência e Operacionalização																		
12	002	2017/132		Maquinaria e equipamento																		
12	002	2017/132	1	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O			01	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000
12	002	2017/132	2	Aquisição de equipamento administrativo	02	070109	O			01	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000
12	002	2017/132	3	Aquisição de ferramentas e utensílios	02	070111	O			01	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000
12	002	2017/132	4	Aquisição de máquinas e equip. locação financeira	03	070207	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
12	002	2017/134		Informatização dos serviços																		
12	002	2017/134	1	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O			01	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000
12	002	2017/134	2	Material informático - locação financeira	03	070206	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
12	002	2017/134	3	Aquisição de software informático	02	070107	O			01	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000
12	002	2017/134	5	Infra-estruturas de rede	02	070107	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
12	002	2017/159		Renovação do sistema de som do Auditório do Edifício Sede do Município	02	070115	O			02	01/2017	12/2018	0		15.000	15.000		1.000				16.000
12	002	2017/160		Quiosque self-service p/Balcão Único	02	070115	O			02	01/2017	12/2018	0		7.500	7.500		1.000				8.500
Totais do Programa 002:														0	117.700	117.700	0	97.200	95.200	95.200	0	405.300
12 003				Outros investimentos																		
12	003	2017/144		Outros investimentos	02	070115	O			01	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000
12	003	2017/145		Outros investimentos - Locação financeira	03	070209	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
12	003	2017/146		Outros bens de domínio público	02	070306	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
12	003	2017/147		Artigos e objetos de valor	02	070112	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
Totais do Programa 003:														0	60.100	60.100	0	60.100	60.100	60.100	0	240.400
Totais do Objetivo 12:														0	534.000	534.000	0	183.900	381.400	1.021.300	0	2.120.600
Total Geral:														1.498.490	11.504.400	11.504.400	0	12.981.600	12.092.800	11.995.810	0	50.073.100

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Anexo – H
Actividades Mais Relevantes – 2017/2021

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)							
															2017			Anos seguintes											
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)													
01 004				EDUCAÇÃO																									
01 004				Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino																									
01	004	2016/172		Combate ao insucesso e abandono escolar																									
01	004	2016/172	2	Implementação de medidas de intervenção precoce																									
01	004	2016/172	2/1	Formação										02	020215	O			85	09	01/2016	12/2020	0	100	100	20.000	30.000	20.000	70.100
01	004	2016/172	2/2	Serviço de transportes										02	02021001	O			85	09	01/2016	12/2020	0	100	100	10.000	10.000	10.000	30.100
01	004	2016/172	2/3	Deslocações e estadas										02	020213	O			85	09	01/2016	12/2020	0	100	100	7.500	7.500	5.000	20.100
01	004	2016/172	2/4	Aquisição de serviços. Outros										02	02022599	O			85	09	01/2016	12/2020	0	100	100	15.000	15.000	15.000	45.100
01	004	2016/172	3	Imp. de medidas de promoção da cultura científica, artes e competências metacognitivas																									
01	004	2016/172	3/6	Aq. - consumíveis para funcionamento dos laboratórios										02	020121	O			85	09	01/2016	12/2020	0	100	100	5.000	5.000	5.000	15.100
01	004	2016/172	3/7	Capacitação dos docentes										02	020215	O			85	09	01/2016	12/2020	0	100	100	1.250	1.250	100	2.700
01	004	2016/172	3/9	Material de divulgação e promoção										02	020220	O			85	09	01/2016	12/2020	0	100	100	5.000	5.000	5.000	15.100
01	004	2016/172	4	Iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar																									
01	004	2016/172	4/1	Formação										02	020215	O			85	09	01/2016	12/2020	0	100	100	7.500	7.500	7.500	22.600
01	004	2017/4		Protocolos/Contratos - Programa na área educativa																									
01	004	2017/4	1	Freguesia - Cedência de espaços										02	04050102	O			09	01/2017	12/2020	5	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000	
01	004	2017/4	2	Outras entidades - Cedência de espaços										02	040701	O			09	01/2017	12/2020	5	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	6.000	
01	004	2017/5		Serviços escolares																									
01	004	2017/5	1	AAAF e refeições pré-escolares - Empresa Municipal										02	0501010107	O			09	01/2017	12/2020	5	97.100	97.100	97.100	97.100	97.100	388.400	
01	004	2017/5	2	AAAF e refeições pré-escolares - Outras Entidades										02	040802	O			09	01/2017	12/2020	5	375.000	375.000	375.000	375.000	375.000	1.500.000	
01	004	2017/6		Generalização de refeições escolares																									
01	004	2017/6	1	Refeições escolares - Empresa Municipal										02	0501010107	O			09	01/2017	12/2020	5	103.600	103.600	103.600	103.600	103.600	414.400	
01	004	2017/6	2	Refeições escolares - Outras entidades										02	040802	O			09	01/2017	12/2020	5	325.000	325.000	325.000	325.000	325.000	1.300.000	
01	004	2017/7		Atividades de enriquecimento curricular										02	020220	O			09	01/2017	12/2020	5	247.500	247.500	247.500	247.500	247.500	990.000	
01	004	2017/8		Transporte escolar																									
01	004	2017/8	1	Empresa Municipal (motoristas e vigilantes de transporte)										02	02021001	O			09	01/2017	12/2020	5	301.000	301.000	301.000	301.000	301.000	1.204.000	
01	004	2017/8	2	Outras entidades										02	02021001	O			09	01/2017	12/2020	5	750.000	750.000	750.000	750.000	750.000	3.000.000	
01	004	2017/9		Ações de cooperação com os PALOP										02	040903	O			01	01/2017	12/2020	5	100	100	100	100	100	400	
01	004	2017/10		Atribuição de bolsas de investigação										02	040802	O			01	01/2017	12/2020	5	100	100	100	100	100	400	
01	004	2017/11		Ação social escolar										02	040802	O			09	01/2017	12/2020	5	15.500	15.500	15.500	15.500	15.500	62.000	
01	004	2017/12		Aquecimento das escolas										02	02020109	O			09	01/2017	12/2020	5	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	500.000	
01	004	2017/13		Entrada de alunos em piscinas										02	02022599	O			09	01/2017	12/2020	5	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000	

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
											2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
01 EDUCAÇÃO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
01 004		Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
01	004	2017/14																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2017			Anos seguintes											
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
		Ano / Nº	Ação									Início	Fim										
02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES																							
02 001		Cultura																					
02	001	2017/21	6	Aquisição de mercadorias	02	02011603	O				08	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
02	001	2017/21	7	Atribuição de prémios monetários	02	040701	O				08	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
02	001	2017/21	8	Aquisição de refeições	02	020105	O				08	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
02	001	2017/22		Biblioteca Municipal																			
02	001	2017/22	1	Locação Operacional	02	02020401	O				08	01/2017	12/2020	5		33.500	33.500		33.500	33.500	33.500		134.000
02	001	2017/22	2	Aquisição de livros e outros documentos	02	020120	O				08	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
02	001	2017/23		Preços Sociais - Indem. compen. (cultura)																			
02	001	2017/23	1	Galeria, Museu e Oficina do Património	02	0501010104	O				08	01/2017	12/2020	5		87.500	87.500		87.500	87.500	87.500		350.000
02	001	2017/23	2	Cine - Teatro	02	0501010199	O				08	01/2017	12/2020	5		45.700	45.700		45.700	45.700	45.700		182.800
02	001	2017/24		Manutenção de instalações e equipamentos âmbito cultural	02	02020301	O				08	01/2017	12/2020	5		40.500	40.500		40.500	40.500	40.500		162.000
02	001	2017/165		Projeto Arteria - Cultura em Rede																			
02	001	2017/165	1	Criação e acolhimento de espetáculos	02	020220	O			85	08	01/2017	12/2019	0		27.750	27.750		27.750	1.000			56.500
02	001	2017/165	2	Direção de produção / Direção Técnica	02	020220	O			85	08	01/2017	12/2019	0		5.750	5.750		5.750	100			11.600
02	001	2017/165	3	Comunicação do projeto	02	020220	O			85	08	01/2017	12/2019	0		6.750	6.750		6.750	100			13.600
Totais do Programa 001:															0	457.150	457.150	0	457.150	368.100	366.900	0	1.649.300
02 002		Desporto e Lazer																					
02	002	2017/28		Parques infantis, de merendas e outros																			
02	002	2017/28	3	Manutenção de espaços de lazer	02	02020399	O				05	01/2017	12/2020	5		126.000	126.000		126.000	126.000	126.000		504.000
02	002	2017/29		Apoio ao associativismo desportivo e de lazer																			
02	002	2017/29	1	Apoio a despesas correntes	02	040701	O				08	01/2017	12/2020	5		120.000	120.000		120.000	120.000	120.000		480.000
02	002	2017/29	2	Apoio ao investimento	02	080701	O				08	01/2017	12/2020	5		200.000	200.000		200.000	100.000	100.000		600.000
02	002	2017/29	3	Celebração de protocolos e contratos-programa	02	040701	O				08	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000
02	002	2017/29	4	Apoio a atletas de alta competição	02	040701	O				08	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
02	002	2017/30		Preços sociais - indem. compensatória (desporto)																			
02	002	2017/30	1	Piscinas municipais	02	0501010101	O				08	01/2017	12/2020	5		284.000	284.000		284.000	284.000	284.000		1.136.000
02	002	2017/30	2	Complexo desportivo da Caridade	02	0501010102	O				08	01/2017	12/2020	5		33.000	33.000		33.000	33.000	33.000		132.000
02	002	2017/30	4	Pavilhões gimnodesportivos	02	0501010102	O				08	01/2017	12/2020	5		86.600	86.600		86.600	86.600	86.600		346.400
02	002	2017/31		Programa desportivo e de lazer do município																			
02	002	2017/31	1	Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O				08	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000
02	002	2017/31	2	Aquisição de bens. Outros	02	020121	O				08	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000

Atividades mais Relevantes do ano 2017

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	

Pág. 4/15

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	2017 Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes												
											2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)							
03 ACÇÃO SOCIAL																							
03 001		Serviço e Acção Social																					
03	001	2017/154	2	Aquisição de bens. Outros.	02	020121	O			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000		
03	001	2017/154	3	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			09	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000	40.000		
03	001	2017/154	4	Locação operacional	02	020208	O			09	01/2017	12/2020	5		3.000	3.000		3.000	3.000	3.000	12.000		
03	001	2017/154	5	Ações de divulgação	02	020220	O			09	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500	2.000		
03	001	2017/154	6	Apoio a ação social - Contratualização com E.M	02	020220	O			09	01/2017	12/2020	5		87.500	87.500		87.500	87.500	87.500	350.000		
03	001	2017/154	7	Manutenção de instalações de âmbito social	02	02020301	O			09	01/2017	12/2020	5		87.500	87.500		87.500	87.500	87.500	350.000		
03	001	2017/154	8	Deslocações	02	020213	O			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000		
03	001	2017/154	9	Apoios concedidos a famílias	02	040802	E			09	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	4.000		
03	001	2017/154	10	Aquisição de refeições	02	020105	O			09	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000		
Totais do Programa 001:														360.000	395.600	395.600	0	755.600	305.600	305.600	0	2.122.400	
Totais do Objetivo 03:														360.000	395.600	395.600	0	755.600	305.600	305.600	0	2.122.400	
05 HABITAÇÃO E URBANISMO																							
05 002		Planeamento Urbanístico																					
05	002	2017/46		Consultadoria jurídica externa	02	020220	O			14	01/2017	12/2020	5		40.000	40.000		25.000	25.000	25.000	115.000		
05	002	2017/48		Consultadorias técnicas	02	020220	O			14	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000		
05	002	2017/167		Consultadoria em SIG	02	020220	O			14	01/2017	12/2018	0		6.500	6.500		6.500			13.000		
05	002	2017/168		SMART CITIES - Projeto de desenvolvimento	02	020220	O			14	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		5.000	5.000	1.000	12.000		
Totais do Programa 002:														0	52.500	52.500	0	41.500	35.000	31.000	0	160.000	
05 003		Iluminação																					
05	003	2017/50		Rede de iluminação pública																			
05	003	2017/50	2	Consumos elétricos de iluminação pública	02	02022509	O			05	01/2017	12/2020	5		1.500.000	1.500.000		1.500.000	1.500.000	1.500.000	6.000.000		
05	003	2017/51		Estudos e projetos	02	020214	O			05	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100	400		
Totais do Programa 003:														0	1.500.100	1.500.100	0	1.500.100	1.500.100	1.500.100	0	6.000.400	
05 004		Urbanização																					
05	004	2016/160		Plano de Ação - Regeneração Urbana de Ourém																			
05	004	2016/160	1	Gestão e animação da área urbana	02	02022599	O		85	01	01/2016	12/2020	0		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000	60.000		
05	004	2016/160	2	Promoção da atividade económica - centro cidade de Ourém	02	02022599	O		85	01	01/2016	12/2020	0		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	20.000		
05	004	2016/160	3	Promoção da atividade económica - Vila Medieval	02	02022599	O		85	01	01/2016	12/2020	0		1.000	1.000		64.000	64.000	1.000	130.000		

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação												2017			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
05		HABITAÇÃO E URBANISMO																					
05 004		Urbanização																					
05	004	2017/56		Indemnizações - urbanismo	02	0602030599	O			01	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
Totais do Programa 004:															0	22.000	22.000	0	85.000	85.000	22.000	0	214.000
Totais do Objetivo 05:															0	1.574.600	1.574.600	0	1.626.600	1.620.100	1.553.100	0	6.374.400
06		SANEAMENTO E SALUBRIDADE																					
06 001		Despoluição das Bacias Hidrográficas do Concelho																					
06	001	2017/57		Redes de esgotos e águas pluviais																			
06	001	2017/57	2	Manutenção das redes de saneamento	02	02022505	O			06	01/2017	12/2020	5		110.000	110.000		110.000	110.000	110.000		440.000	
06	001	2017/58		Estações de tratamento de águas residuais																			
06	001	2017/58	2	Exploração e manutenção																			
06	001	2017/58	2/1	Contratualização E.M	02	02022503	O			06	01/2017	12/2020	5		170.000	170.000		170.000	170.000	170.000		680.000	
06	001	2017/58	2/2	Outras entidades	02	02022503	O			06	01/2017	12/2020	5		425.000	425.000		425.000	425.000	425.000		1.700.000	
06	001	2017/59		Recolha domiciliária de efluentes	02	02022504	O			06	01/2017	12/2020	5		17.500	17.500		17.500	17.500	17.500		70.000	
06	001	2017/62		Ações de desratização	02	02022599	O			06	01/2017	12/2020	5		22.500	22.500		22.500	22.500	22.500		90.000	
06	001	2017/63		Estudos e projetos	02	020214	O			06	01/2017	12/2020	5		40.000	40.000		25.000	25.000	25.000		115.000	
Totais do Programa 001:															0	785.000	785.000	0	770.000	770.000	770.000	0	3.095.000
06 002		Resíduos Sólidos																					
06	002	2017/64		Maquinaria e equipamento																			
06	002	2017/64	1	Ilhas ecológicas																			
06	002	2017/64	1/2	Manutenção e lavagem	02	02022599	O			06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
06	002	2017/65		Recolha, tratamento e transporte de resíduos																			
06	002	2017/65	1	Recolha e transporte de RSU's	02	02022502	O			06	01/2017	12/2020	5		800.000	800.000		800.000	800.000	800.000		3.200.000	
06	002	2017/65	2	Recolha e transporte de resíduos não urbanos	02	02022502	O			06	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
06	002	2017/65	3	Tratamento de RSU's	02	02022502	O			06	01/2017	12/2020	5		475.000	475.000		475.000	475.000	475.000		1.900.000	
06	002	2017/65	4	Recolha e transporte de resíduos volumosos	02	02022502	O			06	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
06	002	2017/66		Limpeza de terrenos e lixeiras ilegais	02	02022513	O			06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
06	002	2017/67		Limpeza urbana	02	02022513	O			06	01/2017	12/2020	5		625.000	625.000		625.000	625.000	625.000		2.500.000	
Totais do Programa 002:															0	1.912.000	1.912.000	0	1.912.000	1.912.000	1.912.000	0	7.648.000

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes											
											2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)						
06				SANEAMENTO E SALUBRIDADE																		
06 004				Cemitérios																		
06	004	2016/69		Cemitérios						06	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
06	004	2016/69	3	Manutenção	02	02022599	O			06	01/2016	12/2020	5		12.500	12.500		12.500	12.500	12.500		50.000
06	004	2016/69	4	Abertura de covais	02	02022599	O			06	01/2016	12/2020	5									
Totais do Programa 004:														0	13.500	13.500	0	13.500	13.500	13.500	0	54.000
Totais do Objetivo 06:														0	2.710.500	2.710.500	0	2.695.500	2.695.500	2.695.500	0	10.797.000
07				PROTECÇÃO CIVIL																		
07 001				Serviços Municipais de Protecção Civil																		
07	001	2017/70		Ações de sensibilização e divulgação																		
07	001	2017/70	1	Publicitação e divulgação	02	02021799	O			16	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000
07	001	2017/70	2	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			16	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
07	001	2017/71		Limpeza e manut. florestas e caminhos florestais	02	02022507	O			16	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000
07	001	2017/72		Combate a catástrofes e situações de emergência																		
07	001	2017/72	1	Aluguer de máquinas com operador	02	02022599	O			16	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
07	001	2017/72	2	Forn. alim.p/grupos de intervenção e desalojados	02	020105	O			16	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
07	001	2017/72	3	Alojamento temporário de desalojados	02	02022599	O			16	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
07	001	2017/73		Serviços de apoio à Protecção Civil	02	02022599	O			16	01/2017	12/2020	5		23.000	23.000		23.000	23.000	23.000		92.000
07	001	2017/74		Operações de Peregrinação - Fátima																		
07	001	2017/74	1	Aluguer de equipamentos	02	020208	O			16	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000
07	001	2017/74	2	Aquisição de refeições	02	020105	O			16	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000
07	001	2017/75		Equipa de sapadores florestais																		
07	001	2017/75	1	Comparticipação - ADSAICA	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		21.000	21.000		21.000	21.000	21.000		84.000
07	001	2017/75	2	Equipamentos de proteção individual	02	020107	O			16	01/2017	12/2020	5		1.500	1.500		1.500	1.500	1.500		6.000
Totais do Programa 001:														0	77.500	77.500	0	77.500	77.500	77.500	0	310.000
07 002				Bombeiros																		
07	002	2017/76		Apoio financeiro às corporações de bombeiros																		
07	002	2017/76	1	Ass. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias																		
07	002	2017/76	1/1	Compart. em encargos de funcionamento	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		21.200	21.200		21.200	21.200	21.200		84.800
07	002	2017/76	1/2	Subsídio de refeição DECIF	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		3.400	3.400		3.400	3.400	3.400		13.600
07	002	2017/76	1/3	Comparticipação em investimentos	02	080701	O			16	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes											
											2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)						
07		PROTECÇÃO CIVIL																				
07 002		Bombeiros																				
07	002	2017/76	1/4	Seguros de acidentes pessoais	02	020212	O			16	01/2017	12/2020	5		5.700	5.700		5.700	5.700	5.700		22.800
07	002	2017/76	2	Ass. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima																		
07	002	2017/76	2/1	Compart. em encargos de funcionamento	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		29.600	29.600		29.600	29.600	29.600		118.400
07	002	2017/76	2/2	Subsídio de refeição DECIF	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
07	002	2017/76	2/3	Comp participação em investimentos	02	080701	O			16	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
07	002	2017/76	2/4	Seguros de acidentes pessoais	02	020212	O			16	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
07	002	2017/76	3	Ass. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém																		
07	002	2017/76	3/1	Compart. em encargos de funcionamento	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		98.800	98.800		98.800	98.800	98.800		395.200
07	002	2017/76	3/2	Subsídio de refeição DECIF	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		8.300	8.300		8.300	8.300	8.300		33.200
07	002	2017/76	3/3	Comp participação em investimentos	02	080701	O			16	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
07	002	2017/76	3/4	Seguros de acidentes pessoais	02	020212	O			16	01/2017	12/2020	5		8.500	8.500		8.500	8.500	8.500		34.000
07	002	2017/76	3/5	Comp. seguro da VCOC 05	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
07	002	2017/76	3/6	Equipa de intervenção permanente	02	040701	O			16	01/2017	12/2020	5		35.000	35.000		35.000	35.000	35.000		140.000
Totais do Programa 002:														0	251.500	251.500	0	251.500	251.500	251.500	0	1.006.000
Totais do Objetivo 07:														0	329.000	329.000	0	329.000	329.000	329.000	0	1.316.000
08		DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																				
08 001		Água																				
08	001	2017/79		Captações de água	02	02022599	O			06	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
Totais do Programa 001:														0	100	100	0	100	100	100	0	400
08 003		Turismo																				
08	003	2016/167		Centenário das aparições (1917-2017)																		
08	003	2016/167	1	Prémios condecorações e ofertas	02	020115	O			01	01/2016	12/2020	5		15.000	15.000		5.000	5.000	5.000		30.000
08	003	2016/167	2	Aquisição de bens	02	020121	O			01	01/2016	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
08	003	2016/167	3	Representação dos serviços	02	020211	O			01	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		5.000	5.000	5.000		25.000
08	003	2016/167	4	Deslocações e estadas	02	020213	O			01	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
08	003	2016/167	5	Seminários, exposições, workshop's	02	020216	O			01	01/2016	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000
08	003	2016/167	6	Publicidade	02	02021799	O			01	01/2016	12/2020	5		15.000	15.000		5.000	5.000	5.000		30.000
08	003	2016/167	7	Assessoria imprensa	02	020220	O			01	01/2016	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	1.000	1.000		12.000

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2017			Anos seguintes											
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																			
08 003				Turismo																			
08	003	2016/167	8	Edições e publicações	02	020220	O				01	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
08	003	2016/167	9	Aquisição de refeições	02	020105	O				01	01/2016	12/2020	5		20.000	20.000		10.000	10.000	10.000		50.000
08	003	2016/167	10	Apoios a promotores parceiros																			
08	003	2016/167	10/1	Instituições sem fins lucrativos	02	040701	O				01	01/2016	12/2020	5		50.000	50.000		10.000	10.000	10.000		80.000
08	003	2016/167	10/2	Freguesia de Fátima	02	04050102	O				01	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
08	003	2016/167	10/3	Escolas	02	040102	O				01	01/2016	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
08	003	2016/167	11	Aquisição de serviços outros	02	02022599	O				13	01/2016	12/2020	5		25.000	25.000		10.000	10.000	10.000		55.000
08	003	2016/167	12	Apoio financeiro - Jardim do Centenário	02	08050102	O				01	01/2016	12/2017	0		150.000	150.000						150.000
08	003	2016/171		Afirmação territorial - Rotas e percursos																			
08	003	2016/171	4	Digulgação e promoção	02	02021799	O			85	13	01/2016	12/2020	0		100	100		15.000	15.000	15.000		45.100
08	003	2017/83		Participação em feiras e exposições	02	020216	A				13	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
08	003	2017/85		Gestão de espaços promocionais																			
08	003	2017/85	1	Gestão do Centro de Negócios	02	02022599	O				13	01/2017	12/2020	5		83.000	83.000		83.000	83.000	83.000		332.000
08	003	2017/85	2	Ucharia do Conde	02	0501010106	O				13	01/2017	12/2020	5		20.700	20.700		20.700	20.700	20.700		82.800
08	003	2017/156		Promoção e edição de conteúdos turísticos	02	020220	O				13	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
08	003	2017/157		Caminhos de Fátima																			
08	003	2017/157	1	Estudos e projetos	02	020220	O				13	01/2017	12/2020	0		10.000	10.000		5.000	1.000	1.000		17.000
Totais do Programa 003:															0	504.800	504.800	0	274.700	266.700	266.700	0	1.312.900
08 004				Feiras e Mercados																			
08	004	2016/87		Feira de Gado e Produtos Agrícolas	02	02022599	O				01	01/2016	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
08	004	2017/86		Realização da Feira de Santa Iria																			
08	004	2017/86	1	Publicidade e divulgação	02	02021799	O				12	01/2017	12/2020	5		750	750		750	750	750		3.000
08	004	2017/86	2	Vigilância e segurança	02	020218	O				12	01/2017	12/2020	5		750	750		750	750	750		3.000
08	004	2017/86	3	Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O				12	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
Totais do Programa 004:															0	3.500	3.500	0	3.500	3.500	3.500	0	14.000
08 005				Apoio ao Tecido Empresarial																			
08	005	2011/168		Ap. à construção - Centros de Congressos de Fátima	02	080701	O				01	01/2011	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
Totais do Programa 005:															0	100	100	0	100	100	100	0	400

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
																2017			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)													Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)				
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																				
08 006				Outras Acções de Desenvolvimento																				
08	006	2015/185		Redefinição da marca "Ourém"	02	020220	O				01	01/2015	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
08	006	2015/222		Participação no Fundo de Apoio Municipal	03	090802	O				01	01/2015	12/2021	0	440.118	220.100	220.100		220.100	220.100	220.000	220.100	1.540.518	
08	006	2017/90		Ações de apoio ao emprego																				
08	006	2017/90	1	Estágios profissionais																				
08	006	2017/90	1/1	Remunerações e transporte	02	040802	O				03	01/2017	12/2020	5		30.000	30.000		30.000	30.000	30.000		120.000	
08	006	2017/90	1/2	Seguro	02	01030901	O				03	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000	
08	006	2017/90	1/3	Encargos sociais da entidade	02	01030503	O				03	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000	
08	006	2017/90	1/4	Subsídio de refeição	02	040802	O				03	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
08	006	2017/90	2	Programas de emprego e inserção																				
08	006	2017/90	2/1	Remunerações	02	040802	O				03	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000	
08	006	2017/90	2/2	Subsídio de refeição	02	040802	O				03	01/2017	12/2020	5		17.500	17.500		17.500	17.500	17.500		70.000	
08	006	2017/90	2/3	Subsídio de transporte	02	040802	O				03	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000	
08	006	2017/90	2/4	Seguro	02	01030901	O				03	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000	
08	006	2017/91		Participação no capital de empresas																				
08	006	2017/91	1	Empresas de capitais mistos	03	090701	O				01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	006	2017/91	2	Empresas municipais e intermunicipais	03	090702	O				01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	006	2017/92		Apoio à internacionalização	02	02022599	O				01	01/2017	12/2020	5		51.700	51.700		51.700	51.700	51.700		206.800	
08	006	2017/155		Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo																				
08	006	2017/155	1	Quotização mensal	02	0602030501	O				04	01/2017	12/2020	5		81.000	81.000		81.000	81.000	81.000		324.000	
08	006	2017/155	2	Quota trimestral (Portugal 2020)	02	0602030599	O				04	01/2017	12/2020	5		3.500	3.500		3.500	3.500	3.500		14.000	
08	006	2017/155	3	Afirmação Territorial do Médio Tejo																				
08	006	2017/155	3/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O				04	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		100	100	100		10.300	
08	006	2017/155	3/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O				04	01/2017	12/2020	5		4.800	4.800		100	100	100		5.100	
08	006	2017/155	4	Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo	02	04050104	O				04	01/2017	12/2020	5		3.900	3.900		100	100	100		4.200	
08	006	2017/155	5	Educação de Excelência no Médio Tejo																				
08	006	2017/155	5/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O				04	01/2017	12/2020	5		9.600	9.600		100	100	100		9.900	
08	006	2017/155	5/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O				04	01/2017	12/2020	5		1.500	1.500		100	100	100		1.800	
08	006	2017/155	6	Unidades Móveis de Saúde																				
08	006	2017/155	6/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O				04	01/2017	12/2020	5		300	300		100	100	100		600	
08	006	2017/155	6/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O				04	01/2017	12/2020	5		4.900	4.900		100	100	100		5.200	
08	006	2017/155	7	Médio Tejo Inclusivo																				

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2017			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Ação					Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)						
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																			
08 006				Outras Acções de Desenvolvimento																			
08	006	2017/155	7/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		16.800	16.800		100	100	100		17.100	
08	006	2017/155	7/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		2.200	2.200		100	100	100		2.500	
08	006	2017/155	8	Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																			
08	006	2017/155	8/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		5.800	5.800		100	100	100		6.100	
08	006	2017/155	8/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		2.200	2.200		100	100	100		2.500	
08	006	2017/155	9	Promoção da eficiência energética nos edifícios públicos - Polo de Abrantes																			
08	006	2017/155	9/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		7.300	7.300		100	100	100		7.600	
08	006	2017/155	9/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		1.400	1.400		100	100	100		1.700	
08	006	2017/155	10	Modernização Administrativa no Médio Tejo																			
08	006	2017/155	10/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		400	400		100	100	100		700	
08	006	2017/155	10/2	Apoio ao investimento	02	08050104					01/2017	12/2020			13.700	13.700		100	100	100		14.000	
08	006	2017/155	11	Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																			
08	006	2017/155	11/1	Apoio a despesas correntes	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		3.400	3.400		100	100	100		3.700	
08	006	2017/155	11/2	Apoio ao investimento	02	08050104	O			04	01/2017	12/2020	5		24.300	24.300		100	100	100		24.600	
08	006	2017/155	12	GEFOR - Gestão da Formação	02	04050104	O			04	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
08	006	2017/155	13	Comparticipação em outros projetos CIMT	02	04050104	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
08	006	2017/155	14	Projeto Caminhos	02	04050104	O			08	01/2017	12/2020	0		3.000	3.000		5.000	5.000	5.000		18.000	
08	006	2017/158		Ações de Natal do Município																			
08	006	2017/158	2	Aquisição de serviços	02	02022599	O			05	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000	
														Totais do Programa 006:	440.118	560.600	560.600	0	451.800	451.800	451.700	220.100	2.576.118
08 007				Acções de Cooperação																			
08	007	2017/93		Ações de cooperação- cidades geminadas e territórios congéneres																			
08	007	2017/93	1	Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O			13	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000	
08	007	2017/93	2	Deslocações e estadas	02	020213	O			13	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000	
08	007	2017/93	3	Despesas de representação	02	020211	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
08	007	2017/93	4	Aquisição de serviços. Outros.	02	02022599	O			13	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2017				Anos seguintes												
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)							
08				DESENVOL. ECONÓMICO E ABAST. PÚBLICO																			
08 007				Ações de Cooperação																			
08	007	2017/94		Apoio ao investimento - PALOP's	02	080903	O			13	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
														Totais do Programa 007:	0	27.600	27.600	0	27.600	27.600	27.600	0	110.400
														Totais do Objetivo 08:	440.118	1.096.700	1.096.700	0	757.800	749.800	749.700	220.100	4.014.218
09				COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES																			
09 001				Rede Viária e Sinalização																			
09	001	2017/100		Estudos e projetos	02	020214	E			05	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000	
09	001	2017/101		Limpeza de bermas e valetas - outsourcing	02	02022599	O			05	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000	
														Totais do Programa 001:	0	30.000	30.000	0	30.000	30.000	30.000	0	120.000
09 002				Transportes																			
09	002	2017/102		Equipamento de transporte																			
09	002	2017/102 4		Locação operacional	02	020206	O			04	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400	
09	002	2017/102 5		Contrato de manut. (inclui 6 anos/200 mil Km)	02	02020303	O			04	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		25.000	10.000	1.000		41.000	
														Totais do Programa 002:	0	5.100	5.100	0	25.100	10.100	1.100	0	41.400
														Totais do Objetivo 09:	0	35.100	35.100	0	55.100	40.100	31.100	0	161.400
10				DEFESA DO AMBIENTE																			
10 001				Parques e Jardins																			
10	001	2017/103		Parques, jardins e outros espaços verdes públicos																			
10	001	2017/103 2		Manut. jardins municipais e espaços verdes	02	02022501	O			06	01/2017	12/2020	5		315.500	315.500		315.500	315.500	315.500		1.262.000	
10	001	2017/103 3		Cons. vigilância limp.-Parque Dr. António Teixeira e Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão	02	02022501	O			06	01/2017	12/2020	5		159.500	159.500		159.500	159.500	159.500		638.000	
														Totais do Programa 001:	0	475.000	475.000	0	475.000	475.000	475.000	0	1.900.000
10 002				Protecção Ambiental																			
10	002	2017/105		Programa de sensibilização e ação ambiental																			
10	002	2017/105 1		Publicitação e divulgação	02	02021799	O			06	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000	
10	002	2017/105 2		Aquisição de bens. Outros	02	020121	O			06	01/2017	12/2020	5		500	500		500	500	500		2.000	
10	002	2017/105 3		Aquisição de serviços. Outros	02	02022599	O			06	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000	
10	002	2017/106		Limpeza de linhas de água	02	02022599	O			02	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000	
10	002	2017/107		Gabinete Técnico Florestal	02	020220	O			16	01/2017	12/2020	5		74.500	74.500		74.500	74.500	74.500		298.000	

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2018 (e)	2019 (f)			2020 (g)	Outros (h)									
10				DEFESA DO AMBIENTE																					
10 002				Protecção Ambiental																					
10	002	2017/108		Medições ambientais	02	020220	O			06	01/2017	12/2020	5		2.500	2.500		2.500	2.500	2.500		10.000			
															Totais do Programa 002:		0	86.500	86.500	0	86.500	86.500	86.500	0	346.000
															Totais do Objetivo 10:		0	561.500	561.500	0	561.500	561.500	561.500	0	2.246.000
11				FREGUESIAS																					
11 001				Apoios ao Investimento																					
11	001	2017/109		Apoio à construção de parques de lazer nas Freguesias	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000			
11	001	2017/110		Apoio à construção e/ou Benef. sedes de Freguesias	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000			
11	001	2017/111		Apoio à const. e/ou benef. casas mortuárias	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		100.000	100.000		100.000	100.000	100.000		400.000			
11	001	2017/112		Outros apoios ao investimento das Freguesias	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		100.000	100.000		100.000	100.000	100.000		400.000			
11	001	2017/113		Apoio à const. e/ou benef. cemitérios	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		100.000	100.000		100.000	100.000	100.000		400.000			
11	001	2017/114		Intervenção florestal	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000			
															Totais do Programa 001:		0	405.000	405.000	0	405.000	405.000	405.000	0	1.620.000
11 002				Deleg. de Competências no âmbito de despesas corren																					
11	002	2017/115		Manutenção de espaços verdes	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		60.000	60.000		60.000	60.000	60.000		240.000			
11	002	2017/116		Limpeza de vias e espaços público, sarjetas e sumidouros	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	002	2017/117		Manutenção de mobiliário urbano instalado no espaço público	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	002	2017/118		Manutenção de feiras e mercados	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	002	2017/119		Real. repar.estab.ed.pré-escolar e 1.ºCEB e espaços envolventes	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	002	2017/120		Outras delegações comp.despesas correntes	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		850.000	850.000		850.000	850.000	850.000		3.400.000			
															Totais do Programa 002:		0	914.000	914.000	0	914.000	914.000	914.000	0	3.656.000
11 003				Apoio de Despesas Correntes																					
11	003	2017/121		Apoio a iniciativas de âmbito cultural e desportivo	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	003	2017/122		Outros apoios a despesas correntes	02	04050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000			
11	003	2017/123		Promoção e desenvolvimento rural	02	020220	O			01	01/2017	12/2020	5		66.500	66.500		66.500	66.500	66.500		266.000			
															Totais do Programa 003:		0	68.500	68.500	0	68.500	68.500	68.500	0	274.000

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação												2017			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	
11				FREGUESIAS																		
11 004				Deleg. de Comp. no âmbito de Investimento																		
11	004	2017/124		Arranjos urbanísticos e de espaços públicos	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
11	004	2017/125		Rede viária	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
11	004	2017/126		Parque escolar	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
11	004	2017/127		Beneficiação viária - bermas e valetas	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
11	004	2017/128		Out. deleg. - âmbito investimento	02	08050102	O			01	01/2017	12/2020	5		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
Totais do Programa 004:														0	5.000	5.000	0	5.000	5.000	5.000	0	20.000
Totais do Objetivo 11:														0	1.392.500	1.392.500	0	1.392.500	1.392.500	1.392.500	0	5.570.000
12				INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS																		
12 001				Edifícios																		
12	001	2017/131		Locação operacional de edifícios	02	02020401	O			01	01/2017	12/2020	5		100	100		100	100	100		400
Totais do Programa 001:														0	100	100	0	100	100	100	0	400
12 002				Medidas de Modernização e Eficiência e Operacionalizaç																		
12	002	2017/133		Formação de pessoal	02	020215	O			01	01/2017	12/2020	5		17.500	17.500		17.500	17.500	17.500		70.000
12	002	2017/134		Informatização dos serviços																		
12	002	2017/134 4		Assistência técnica	02	020219	O			01	01/2017	12/2020	5		30.000	30.000		30.000	30.000	30.000		120.000
12	002	2017/135		Promoção e Imagem do Município																		
12	002	2017/135 1		Aquisição de periódicos	02	020108	O			10	01/2017	12/2020	5		3.500	3.500		3.500	3.500	3.500		14.000
12	002	2017/135 2		Divulgação e publicitação	02	02021799	O			05	01/2017	12/2020	5		50.000	50.000		50.000	50.000	50.000		200.000
12	002	2017/135 3		Aquisição de serviços especializados	02	020220	O			01	01/2017	12/2020	5		20.000	20.000		20.000	20.000	20.000		80.000
12	002	2017/135 4		Comunicação e imagem - Contrat. E.M	02	020220	O			02	01/2017	12/2020	5		64.700	64.700		64.700	64.700	64.700		258.800
12	002	2017/136		Ações jurídicas																		
12	002	2017/136 1		Honorários p/patrocínio judicial e pareceres	02	020214	O			11	01/2017	12/2020	5		200.000	200.000		200.000	200.000	200.000		800.000
12	002	2017/136 2		Custas judiciais	02	0602030503	O			11	01/2017	12/2020	5		10.000	10.000		10.000	10.000	10.000		40.000
12	002	2017/137		Pareceres relativos a avaliações	02	020214	O			01	01/2017	12/2020	5		5.000	5.000		5.000	5.000	5.000		20.000
12	002	2017/138		Vigilância e segurança de edifícios municipais	02	020218	O			01	01/2017	12/2020	5		81.500	81.500		81.500	81.500	81.500		326.000
12	002	2017/139		Limpeza de edifícios municipais	02	020202	O			01	01/2017	12/2020	5		76.000	76.000		76.000	76.000	76.000		304.000
12	002	2017/140		Pequenas reparações em edifícios municipais	02	02020301	O			01	01/2017	12/2020	5		80.000	80.000		80.000	80.000	80.000		320.000
12	002	2017/141		Medicina no trabalho	02	020222	O			03	01/2017	12/2020	5		15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000
12	002	2017/142		Gestão de instalações elétricas em infraestruturas municipais	02	02022599	O			01	01/2017	12/2020	5		38.500	38.500		38.500	38.500	38.500		154.000

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2017			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	
12 INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS																						
12 002 Medidas de Modernização e Eficiência e Operacionalizaç																						
12	002	2017/161		Atividades complementares nas empreitadas																		
12	002	2017/161	1	02	020214	O				05	01/2017	12/2020	5		7.500	7.500		7.500	7.500	7.500		30.000
12	002	2017/161	2	02	020220	O				05	01/2017	12/2020	5		20.000	20.000		20.000	20.000	20.000		80.000
12	002	2017/161	3	02	020220	O				05	01/2017	12/2020	5		25.000	25.000		25.000	25.000	25.000		100.000
Totais do Programa 002:														0	744.200	744.200	0	744.200	744.200	744.200	0	2.976.800
Totais do Objetivo 12:														0	744.300	744.300	0	744.300	744.300	744.300	0	2.977.200
Total Geral:														800.118	13.328.450	13.328.450	0	13.438.000	12.779.450	12.688.500	220.100	53.254.618

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Anexo – I
Mapa de pessoal para o ano económico 2017

Mapa de Pessoal para ano económico de 2017

UNIDADE ORGÂNICA / SUBUNIDADE ORGÂNICA	CARGO / CARREIRA / CATEGORIA	Código de PT para descrição de Funções	Área de Formação Académica ou Profissional	Postos de Trabalho								Outras Situações *	Observações *
				Contrato Por Tempo Indeterminado				Contrato a Termo Resolutivo Certo					
				Ocupados	Situação de Mobilidade	A Ocupar	TOTAL	Ocupados	A Ocupar	TOTAL			
Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal	Técnico Superior	GAAM-01	Linguas e Liter.Modernas/Estudos Portugueses	1			1			0			
Total do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal				1	0	0	1	0	0	0	0		
Projeto Ourém 2020 PO2020	Técnico Superior	PO2020-01	Gestão de Planeamento e Turismo	1			1			0			
		PO2020-02	Comunicação Social e Cultural	1			1			0			
		PO2020-03	Sociologia	1			1			0			
		PO2020-04	Design Industrial	1			1			0			
		PO2020-05	Gestão / Economia				0		1	1		1 PT em CTC - Proposta para MP/2017	
	Assistente Técnico	PO2020-06					0		1	1		1 PT em CTC - Proposta para MP/2017	
		PO2020-07					0		1	1		1 PT em CTC - Proposta para MP/2017	
		PO2020-08					0		1	1		1 PT em CTC - Proposta para MP/2017	
Total do Projeto Ourém 2020				4	0	0	4	0	4	4	0		
Gabinete de Apoio à Presidência - GAP	Técnico Superior	GAP-01	Comunicação Social e Educação Multimédia		1		1			0			
	Assistente Técnico	GAP-02					0			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de AT - CTI, por se encontrar em situação de Mobilidade Intercarreiras em Técnico Superior	
Total do Gabinete de Apoio à Presidência				0	1	0	1	0	0	0	1		

Autoridade Médico-Veterinária Municipal AMV	Técnico Superior	AMV-01	Medicina Veterinária	1			1			0		
Total do Serviço de Autoridade Médico-Veterinária Municipal				1	0	0	1	0	0	0	0	
Serviço Municipal de Proteção Civil - PCIVIL	Técnico Superior	PCIVIL-01	Engenharia Florestal	1			1			0		O posto de trabalho provido em Técnico Superior CTI, está designado no cargo de Comandante Operacional Municipal em Comissão de Serviço
	Assistente Técnico	PCIVIL-02				1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
Total do Serviço Municipal de Proteção Civil				1	0	1	2	0	0	0	0	
Projeto Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017 - PTRURBANA2017	Técnico Superior	PTRURBANA 2017-01	Engenharia Geográfica	2			2			0		
		PTRURBANA 2017-02	Urbanismo	1			1			0		
		PTRURBANA 2017-03	Geografia				0			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Técnico Superior CTI, por se encontrar em situação de licença sem remuneração
		PTRURBANA 2017-04	Arquitetura	1			1			0		
	Assistente Técnico	PTRURBANA 2017-05				1	1			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de AT CTI, por se encontrar em situação de Mobilidade em outros serviços(ACES-Baixo Mondego) 1PT em CTI - Proposta para MP/2017

Projeto Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017 - PTRURBANA2017	Assistente Operacional	PTRURBANA 2017-06		1			1			0		
	Técnico Superior	PTRURBANA 2017-07	Ciências da Engenharia/Engenharia do Território			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
		PTRURBANA 2017-08	Geografia variante cartografia e SIG			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
		PTRURBANA 2017-09	Gestão do Território				0		1	1		1PT em CTC - Proposta para MP/2017
		PTRURBANA 2017-10	Arquitetura				0		1	1		1PT em CTC - Proposta para MP/2017
	Total do Projeto Planeamento do Teritório e Reabilitação Urbana 2017			5	0	3	8	0	2	2	2	
Gabinete de Apoio à Vereação - GAV	Técnico Superior	GAV-01	Educação Básica	1			1			0		
	Assistente Técnico	GAV-02		2			2			0		Um PT provido em Assistente Técnico CTI está nomeado em comissão de serviço no cargo de Secretário da Vereação
Total do Gabinete de Apoio à Vereação				3	0	0	3	0	0	0	0	
Divisão de Apoio ao Município e Ativos Humanos - DAMAH	Chefe de Divisão	DAMAH-01	Área de Gestão de Empresas /				0			0	1	
	Técnico Superior	DAMAH-02	Gestão de Empresas				0			0	1	Posto de Trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço

Divisão de Apoio ao Município e Ativos Humanos - DAMAH	Chefe de Divisão	DAMAH-01	Área de Gestão de Empresas /				0			0	1	
	Técnico Superior	DAMAH-02	Gestão de Empresas				0			0	1	Posto de Trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço
DAMAH / Secção de Expediente - DAMAH/SE	Coordenador Técnico	DAMAH/SE-01		1			1			0		
	Assistente Técnico	DAMAH/SE-02		3			3			0		
	Assistente Operacional	DAMAH/SE-03		2			2			0		
		DAMAH/SE-04		2			2			0		
DAMAH / Secção de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho - DAMAH/SRHST	Técnico Superior	DAMAH/SRHST-01	Gestão de Recursos Humanos	1			1			0		
		DAMAH/SRHST-02	Gestão de Recursos Humanos	1			1			0		
		DAMAH/SRHST-03	Gestão de Empresas	1			1			0		
	Coordenador Técnico	DAMAH/SRHST-04		1			1			0		
	Assistente Técnico	DAMAH/SRHST-05		1			1			0		
	Assistente Técnico	DAMAH/SRHST-06	Área de Higiene e Segurança no Trabalho	1			1			0		
Divisão de Apoio ao Município e Ativos Humanos - DAMAH	Técnico Superior	DAMAH/GIAC-01	Administração Pública	1			1			0		
	Assistente Técnico	DAMAH/AM-01		3			3			0		
Total da Divisão de Atendimento ao Município e Ativos Humanos				18	0	0	18	0	0	0	2	
Divisão de Gestão Financeira - DGF	Chefe de Divisão	DGF-01	Área de Economia				0			0	1	
	Técnico Superior	DGF-02	Economia				0			0	1	Posto de Trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço

Divisão de Gestão Financeira - DGF	Técnico Superior		DGF/C-01	Contabilidade e Finanças/Administração Pública		1	2	3		0		2 PT em CTI - Proposta para MP/2017
			DGF/C-02	Gestão de empresas	1			1		0		
	Assistente Técnico		DGF/C-03		4			4		0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Técnico CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Técnico Superior
	Técnico de Informática do Grau 1	3	DGF/C-04					0		0		
		2						0		0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Técnico de Informática CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Especialista de Informática
		1						0		0		
	Assistente Técnico		DGF/T-01		2			2		0		
	Técnico Superior		DGF/CPA-01	Gestão Autárquica	1			1		0		
			DGF/CPA-02	Contabilidade e Finanças	1			1		0		
	Coordenador Técnico		DGF/CPA-03		1			1		0		
	Assistente Técnico		DGF/CPA-04		4			4		0		
	Assistente Operacional		DGF/CPA-05		1			1		0	1	Um posto de trabalho não ocupado, associado a Assistente Operacional CTI, em situação de licença sem remuneração

Divisão de Gestão Financeira - DGF	Técnico Superior	DGF/PN-01	Administração Pública	1			1			0		
	Coordenador Técnico	DGF/PN-02		1			1			0		
	Assistente Operacional	DGF/PN-03		1			1			0		
	Técnico Superior	DGF/PN-04	Gestão			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
	Técnico Superior	DGF/EPF-01	Gestão e Administração Pública	1			1			0		
Total da Divisão de Gestão Financeira				19	1	3	23	0	0	0	5	
Divisão de Obras Municipais - DOM	Chefe de Divisão	DOM-01	Engenharia Civil				0			0	1	
	Técnico Superior	DOM-02	Engenharia Civil	3			3			0	1	Posto de Trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço
	Assistente Técnico	DOM-03	Área de Construção Civil	1			1			0		
	Encarregado Operacional	DOM-04			3		3			0		
	Assistente Operacional	DOM-05	Cantoneiros	13			13			0		
		DOM-06	Pedreiros	5			5		1	1	2	Dois postos de trabalho não ocupados de Assistentes Operacionais CTI, por se encontrarem em situação de mobilidade intercarreiras em Encarregado Operacional 1 PT em CTC - Proposta MP/2017

Divisão de Obras Municipais - DOM	Assistente Operacional	DOM-07	Calceteiros	3			3			0		
		DOM-08	Pintores	1			1		1	1		1 PT em CTC - Proposta MP/2017
		DOM-09	Carpinteiros	1			1			0		
		DOM-10	Eletricistas	2			2			0		
		DOM-11	Canalizadores	1			1			0		
		DOM-12	Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais	4			4			0		
		DOM-13	Motoristas de Pesados / Ligeiros	2			2			0		
		DOM-14	Condutor de Cilindros	2			2			0		
		DOM-15	Tratoristas	2			2			0		
		DOM-16	Mecânicos	2			2			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Operacional CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Encarregado Operacional
		DOM-17	Serralheiros	3			3			0		
		DOM-18		2			2			0		
		DOM-19		1			1			0		
		DOM-20		2			2			0		
		DOM-21		2		2	4			0		
	Assistente Técnico	DOM-22				1	1			0		Procedimento concursal a decorrer

Divisão de Obras Municipais - DOM	Técnico superior	DOM-23	Arquitetura	2		1	3			0		
		DOM-24	Engenharia Civil	1			1			0	1	Um posto de trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço na CM de Leiria
		DOM-25	Engenharia do Território	1			1			0		
	Assistente Técnico	DOM-26	Área de Topografia	2			2			0		
		DOM-27	Área de Medidor Orçamentista	2			2			0		
		DOM-28		1		2	3			0		2 PT em CTI - Proposta MP/2017
	Assistente Operacional	DOM-29		1			1			0		
	Técnico superior	DOM-30	Engenharia Civil	1			1			0		
	Assistente Operacional	DOM-31							1	1		1 PT em CTC - Proposta MP/2017
Total da Divisão de Obras Municipais				63	3	6	72	0	3	3	6	
Divisão de Ambiente e Sustentabilidade - DAS	Chefe de Divisão	DAS-01	Área de Engenharia do Ambiente				0			0	1	
	Assistente Técnico	DAS-02				1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
		DAS-03				1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal

Divisão de Ambiente e Sustentabilidade - DAS	Técnico superior	DAS/AE-01	Engenharia do Ambiente	1			1			0	1	Um posto de trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço
		DAS/AE-02	Engenharia Civil	1			1			0		
	Assistente Técnico	DAS/AE-03	Área de Medidor Orçamentista	1			1			0		
		DAS/AE-04			1		1			0		
	Assistente Operacional	DAS/AE-05					0			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Operacional CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Assistente Técnico
		DAS/AE-06		1			1			0		
	Técnico Superior	DAS/AE-07	Engenharia do Ambiente / Engenharia Agrícola				0		1	1		1 PT em CTC - Proposta MP/2017
	Coordenador Técnico	DAS/RN-01		1			1			0		
	Assistente Operacional	DAS/RN-02	Fiscal dos Serviços de Higiene e Limpeza	1			1			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Operacional CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Assistente Técnico
		DAS/RN-03	Jardineiros	6			6			0		Incluídos 3 PT's - Termo de cedência de interesse público de trabalhadores com CTFPTI, a 01/01/2017
		DAS/RN-04		1			1			0		
Total da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade				13	1	2	16	0	1	1	4	

Divisão de Gestão Urbanística - DGU	Chefe de Divisão	DGU-01	Área de Planeamento Regional e Urbano				0			0	1		
	Técnico Superior	DGU-02	Planeamento Regional e Urbano		1		1			0	1	Um posto de trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço	
		DGU-03	Arquitetura	2			2			0			
		DGU-04	Engenharia Civil			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal	
		DGU-05				1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal	
		DGU-06	Administração Pública			1				0		PT em CTI - Proposta para MP/2017	
		Assistente Técnico	DGU/AA-01		5			5			0		
	DGU/AA-02			1			1			0			
	DGU/AA-03			1			1			0			
	DGU/AA-04					1	1			0		Procedimento concursal a decorrer	
	DGU/AA-05					3	3			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal	
	Total da Divisão de Gestão Urbanística				9	1	7	16	0	0	0	2	

Divisão de Educação e Assuntos Sociais - DEAS	Chefe de Divisão	DEAS-01	Área de Serviço Social				0			0	1	
	Técnico Superior	DEAS-02	Serviço Social				0			0	1	Um posto de trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço
	Assistente Técnico	DEAS-03		1			1			0		
	Técnico Superior	DEAS/E-01	Administração Pública		1		1			0		
	Assistente Técnico	DEAS/E-02		2			2			0	1	Posto de trabalho não ocupado de Assistente Técnico CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Técnico Superior
	Assistente Operacional	DEAS/E-03	Motorista de Transportes Coletivos	4			4			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Operacional CTI, por se encontrar em situação de licença sem remuneração
		DEAS/E-04	Cozinheiro	1			1			0		
	Técnico Superior	DEAS/E-05	Psicologia	2			2			0		
	Assistente Técnico	DEAS/E-06			1		1			0		
	Assistente Operacional	DEAS/E-07					0			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Operacional CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Assistente Técnico
	Chefe dos Serviços de Administração Escolar	DEAS/E-08		2	1		3			0		

Divisão de Educação e Assuntos Sociais - DEAS	Assistente Técnico	DEAS/E-09		27	1		28			0	2	Dois postos de trabalho não ocupados de Assistente Técnico CTI, 1 em situação de mobilidade na categoria em outros serviços(ACESMédio Tejo) e 1 em mobilidade intercarreiras em Chefe dos Serviços de Administração Escolar
		DEAS/E-10					0			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Técnico CTI, por se encontrar em situação de mobilidade intercarreiras em TS
		DEAS/E-11	Ação Educativa	8			8			0		
	Assistente Operacional	DEAS/E-12	Auxiliar de Ação Educativa	120			120			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Operacional CTI, por se encontrar em situação de licença sem remuneração
		DEAS/E-13	Guarda Noturno	1			1			0		
		DEAS/E-14	Cozinheiros	11			11			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Operacional CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Assistente Técnico
	Técnico Superior	DEAS/E-15	Administração Pública			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal (anterior DEAS/E-17)

Divisão de Educação e Assuntos Sociais - DEAS	Técnico Superior	DEAS/E-16	Educação Social		1	2	3			0		1PT criado pela 1ª alteração ao MP2016- Emitido despacho para abertura de procedimento concursal (anterior DEAS/E-18) 1 PT em CTI - Proposta para MP/2017 1PT mencionado no Mapa de Pessoal na sequência de despacho de início de mobilidade a 01/10/2016
	Assistente Operacional / Encarregado Operacional	DEAS/E-17				4	4			0		PT em CTI - Proposta para MP/2017
	Técnico Superior	DEAS/E-18	Contabilidade			1	1			0		PT em CTI - Proposta para MP/2017
		DEAS/E-19	Administração Pública			1	1			0		PT em CTI - Proposta para MP/2017
		DEAS/E-20	História			1	1					PT em CTI - Proposta para MP/2017
		DEAS/AS-01	Psicologia	1			1			0		
	Assistente Técnico	DEAS/AS-02		1			1			0		
	Assistente Técnico	DEAS/AS-03				1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal

Divisão de Educação e Assuntos Sociais - DEAS	Técnico Superior	DEAS/AS-04	Serviço Social			3	3		2	2		1 PT criado pela 1ª alteração ao MP2016- Emitido despacho para abertura de procedimento concursal 2PT em CTI e 2 PT em CTC - Proposta para MP/2017
		DEAS/AS-05	Psicologia/Psicologia Social e das Organizações				0		1	1		1 PT em CTC - Proposta para MP/2017
Total da Divisão de Educação e Assuntos Sociais				181	5	14	200	0	3	3	10	
Divisão de Ação Cultural - DAC	Chefe de Divisão	DAC-01	Área de Antropologia				0			0	1	
	Técnico Superior	DAC-02	Antropologia				0			0	1	Um posto de trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço
		DAC-03	Conservação e Restauro / Vertente de Arqueologia e da Paisagem			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
	Assistente Técnico	DAC-04				1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
	Técnico Superior	DAC/ACDJ-01	Secretariado	1			1			0		
		DAC/ACDJ-02	Educação Física	1				1			0	

Divisão de Ação Cultural - DAC	Assistente Técnico	DAC/ACDJ-03		1			1			0		
		DAC/ACDJ-04			1		1			0		
	Assistente Operacional	DAC/ACDJ-05					0			0	1	Um posto de trabalho não ocupado de Assistente Operacional CTI, em situação de mobilidade intercarreiras em Assistente Técnico
	Assistente Operacional	DAC/ACDJ-06		2			2			0		
		DAC/ACDJ-07		2			2			0		
	Técnico Superior	DAC/AM-01	História	1			1			0		
	Assistente Operacional	DAC/AM-02		1			1			0		
	Assistente Técnico	DAC/AM-03				1	1			0		1PT em CTI - Proposta para MP/2017
	Técnico Superior	DAC/BM-01	Linguas e Literaturas Modernas, Estudos Portugueses	1			1			0		
	Assistente Técnico	DAC/BM-02	Biblioteca e Documentação	1			1			0		
	Assistente Operacional	DAC/BM-03		1			1			0		
	Técnico Superior	DAC/BM-04	Licenciatura em Ensino Português e Francês			1				0		1PT em CTI - Proposta para MP/2017
Total da Divisão de Ação Cultural				14	1	4	18	0	0	0	3	

Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação - DTIC	Chefe de Divisão		DTIC-01	Área de Informática				0			0	1		
	Especialista de Informática do Grau 1	3						0			0			
		2	DTIC-02		1		1	2			0	1	Posto de trabalho não ocupado associado a Espec. de Informática de Grau 1 Nível 2 CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço.	
														1
	Especialista de Informática do Grau 1	3	DTIC-03					0			0			
		2				1		0						
		1					0							
	Técnico de Informática do Grau 1	3	DTIC-04					0			0			
		2					0			0				
		1			1		1		0					
Técnico Superior		DTIC-05	Relações Públicas	1			1			0				
		DTIC-06	Novas Tecnologias da Comunicação	1			1			0				
Total da Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação				4	1	1	6	0	0	0	2			
Subunidade Orgânica do 3º Grau de Relações Institucionais e Comunicação - RIC	Dirigente Intermédio de 3º Grau	3ºGrauRIC-01	Área de Comunicação Multimédia				0			0	1			
	Técnico Superior	3ºGrauRIC-02	Ciências da Comunicação	1			1			0				
	Assistente Técnico	3ºGrauRIC-03		1			1			0				
		3ºGrauRIC-04		1			1			0				

Subunidade Orgânica do 3º Grau de Relações Institucionais e Comunicação - RIC	Técnico Superior	3ºGrauRIC-05	Comunicação Social e Educação Multimédia			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
		3ºGrauRIC-06	Design Gráfico e Multimédia			2	2			0		1PT criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal 1PT em CTI-Proposta para MP/2017
		3ºGrauRIC-07	Design Industrial			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
		3ºGrauRIC-08	Relações Públicas e Comunicação Empresarial			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
		3ºGrauRIC-09	Educação e Comunicação Multimédia			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
Total da Subunidade Orgânica do 3º Grau de Relações Institucionais e Comunicação				3	0	6	9	0	0	0	1	

Subunidade Orgânica do 3º Grau de Fiscalização e Contencioso - FC	Dirigente Intermédio de 3º Grau	3ºGrauFC-01	Área de Direito/ Engenharia Civil/ Gestão/ Economia/ Arquitetura				0			0	1	
	Técnico Superior	3ºGrauFC-02	Direito	3			3			0	1	Um posto de trabalho não ocupado associado a Técnico Superior CTI, em exercício de funções dirigentes em comissão de serviço
	Assistente Técnico	3ºGrauFC-03		1			1			0		
	Coordenador Técnico	3ºGrauFC-04		2			2			0		
Subunidade Orgânica do 3º Grau de Fiscalização e Contencioso - FC	Técnico Profissional - Fiscal Municipal Especialista Principal	3ºGrauFC-05		1			1			0		
	Técnico Profissional - Fiscal Municipal Especialista			1			1			0		
	Técnico Profissional - Fiscal Municipal Principal			3			3			0	1	Um posto de trabalho não ocupado CTI, em situação de mobilidade na categoria na CM de Tomar
	Técnico Profissional - Fiscal Municipal 1ª cl			1			1			0		
Total da Subunidade Orgânica do 3º Grau de Fiscalização e Contencioso				12	0	0	12	0	0	0	3	
Subunidade Orgânica do 3º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos - LNU	Dirigente Intermédio de 3º Grau	3ºGrauLNU-01	Área de Relações Públicas	0			0			0	1	
	Técnico superior	3ºGrauLNU-02	Relações Públicas	1			1			0		
	Coordenador Técnico	3ºGrauLNU-03		1			1			0		
	Assistente Técnico	3ºGrauLNU-04		2			2			0		
	Encarregado Operacional	3ºGrauLNU-05		1			1			0		
	Assistente Operacional	3ºGrauLNU-06		1			1			0		
		3ºGrauLNU-07		1			1			0		

Subunidade Orgânica do 3º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos - LNU	Assistente Técnico	3ºGrauLNU-08		1			1			0		
		3ºGrauLNU-09				1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016 - reafetação efetuada por despacho de alteração de competências da DGF e LNU
		3ºGrauLNU-10		1			1			0		reafetação efetuada por despacho de alteração de competências da DGF e LNU
	Técnico Superior	3ºGrauLNU-11	Administração Pública			1	1			0		Posto de trabalho criado pela 1ª alteração ao MP2016-Emitido despacho para abertura de procedimento concursal
Total da Subunidade Orgânica do 3º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos				9	0	2	11	0	0	0	1	
Total Geral				360	14	49	421	0	13	13	42	

Descrição dos postos de trabalho

Anexo I Documento de apoio ao Mapa de Pessoal-2017 Descrição de Postos de Trabalho		
Código PT	Carreira/ Categoria - Caracterização da Carreira - nº 2 do artº 88º do anexo da Lei nº 35/2014, de 20/06 (ver descrição no final do mapa)	Funções Específicas
GAAM-01	Técnico Superior	<p>Assegurar o secretariado da Presidente da Assembleia Municipal e promover a correta articulação com o gabinete de apoio à Presidência;</p> <p>Assegurar todos os procedimentos relativos ao expediente, convocatórias, preparação de agenda e atas;</p> <p>Apoiar o funcionamento das comissões e grupos de trabalho, bem como os membros da Assembleia Municipal no exercício das suas funções;</p> <p>Transmitir aos serviços municipais competentes as informações necessárias ao processamento de remunerações e abonos devidos aos membros da Assembleia Municipal;</p> <p>Importar as deliberações e intervenções com preenchimento dos respetivos detalhes no aplicativo informático específico para o efeito;</p> <p>Organizar, classificar e gerir o arquivo do gabinete;</p> <p>Promover os contactos necessários e convenientes para o correto funcionamento dos serviços e uma cabal prossecução das atividades a implementar;</p> <p>Organizar a agenda do Presidente, nomeadamente, no que respeita às audiências e ao atendimento aos munícipes;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PO2020-01	Técnico Superior	<p>Garantir a qualidade no trabalho de acompanhamento e apoio aos vários projetos para os quais venha a estar envolvido;</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento económico e turismo através da promoção de iniciativas inovadoras;</p> <p>Desenvolver e acompanhar ações ao nível da internacionalização do Município;</p> <p>Aumentar a satisfação dos utentes externos no âmbito das iniciativas promovidas;</p> <p>Contribuir para melhorar o funcionamento dos serviços com vista à inovação e qualidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam incumbidas superiormente, em observância à sua área de competência.</p>
PO2020-02	Técnico Superior	<p>Desenvolver funções no atendimento aos turistas, promotores e empresários ligados ao setor do Turismo;</p> <p>Participar e para a promoção turística do Município e a divulgação das suas atividades;</p> <p>Promover e desenvolver ações que contribuam para o desenvolvimento turístico do Município;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência</p>
PO2020-03	Técnico Superior	<p>Dinamizar a Rede de Informação e Apoio ao peregrino de Fátima, através da elaboração de relatórios trimestrais;</p> <p>Garantir a qualidade no trabalho de acompanhamento e apoio aos projetos aos quais venha a estar envolvido;</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento do Município através de propostas inovadoras;</p> <p>Contribuir para melhorar o funcionamento dos serviços com vista à sua qualidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência</p>

PO2020-04	Técnico Superior	<p>Coordenar e promover a divulgação do projeto de reabilitação urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva;</p> <p>Promover a divulgação do Plano de Pormenor Av. Papa João XXIII;</p> <p>Esclarecer e colaborar com os interessados nos processos de licenciamento de obras na zona ACCRU;</p> <p>Promover e esclarecer o acesso a incentivos para a reabilitação urbana;</p> <p>Obter informação sobre os protocolos bancários que assegurem condições especiais de financiamento;</p> <p>Assegurar a comunicação institucional e relacionamento com outras entidades externas;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PO2020-05	Técnico Superior	<p>Elaborar relatórios técnicos e pareceres nas áreas do desenvolvimento económico e turismo;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento estratégico de informação estatística nas áreas do desenvolvimento económico e turismo;</p> <p>Garantir o acompanhamento técnico aos projetos aos quais venha a estar envolvido;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
PO2020-06	Assistente Técnico	<p>Desenvolver funções no atendimento aos turistas e outros intervenientes no setor do turismo, nos idiomas: português, inglês e francês;</p> <p>Recolher informação com vista à atualização dos suportes de informação turística;</p> <p>Colaborar na organização de atividades de promoção turística;</p> <p>Assegurar o apoio administrativo e logístico do serviço;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PO2020-07	Assistente Técnico	<p>Colaborar no contacto com os parceiros internacionais do Município;</p> <p>Colaborar na organização das actividades ao nível do turismo e da internacionalização;</p> <p>Apoiar a estruturação de projetos internacionais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PO2020-08	Assistente Técnico	<p>Assegurar o apoio administrativo e logístico do serviço;</p> <p>Recolher dados com vista à atualização da informação necessária ao serviço;</p> <p>Apoiar a organização das atividades realizadas ao nível do turismo e da internacionalização;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
GAP-01	Técnico Superior	<p>Desenvolver funções de estudo, conceção de métodos e processos no âmbito da comunicação social e educação multimédia em articulação com Gabinete da Presidência;</p> <p>Executar com autonomia e responsabilidade a organização e preparação de informação, destinada à divulgação;</p> <p>Colaborar na preparação de conteúdos para inclusão no sítio do município;</p> <p>Incrementar adequadamente a comunicação interna, entre as várias unidades, subunidades, serviços e membros do executivo;</p> <p>Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços;</p> <p>Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;</p> <p>Efetuar o apoio ao nível do secretariado e dinamização de atividades em articulação com o executivo;</p> <p>Assegurar todos os procedimentos relativos ao expediente, convocatórias e preparação da agenda;</p> <p>Organizar, classificar e gerir o arquivo do gabinete;</p>

		<p>Organizar a agenda e marcar as reuniões com entidades externas e com os diversos responsáveis dos serviços municipais, visando a obtenção de uma efetiva coordenação e interligação entre as mesmas;</p> <p>Preparar contactos exteriores, fornecendo elementos que permitam a sua documentação prévia;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
GAP-02	Assistente Técnico	<p>Assegurar todos os procedimentos relativos ao expediente, convocatórias e preparação da agenda;</p> <p>Organizar, classificar e gerir o arquivo do gabinete;</p> <p>Organizar a agenda e marcar as reuniões com entidades externas e com os diversos responsáveis dos serviços municipais, visando a obtenção de uma efetiva coordenação e interligação entre as mesmas;</p> <p>Preparar contactos exteriores, fornecendo elementos que permitam a sua documentação prévia;</p> <p>Exercer as demais funções e ou poderes funcionais que lhe forem cometidos superiormente.</p>
AMV-01	Técnico Superior	<p>Desenvolver e realizar ações de inspeção, fiscalização e controlo de higiene dos estabelecimentos onde se comercializam, manipulam, transformam e armazenam produtos alimentares de origem animal;</p> <p>Melhorar a gestão e funcionamento do Canil Municipal e assegurar a recolha de animais vadios ou errantes, assim como assegurar a entrega voluntária de animais pelos munícipes;</p> <p>Executar as campanhas de vacinação anti-rábica e de identificação eletrónica de canídeos promovendo ações pedagógicas e de sensibilização na sua área de atividade;</p> <p>Emitir pareceres ou informações sobre assuntos da sua competência;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
PCIVIL-01	Técnico Superior	<p>Proceder à elaboração de relatório com análise dos dados enviados pela GNR - Destacamento de Tomar, relativos à sinistralidade rodoviária, tendo por base o Protocolo firmado entre o Município de Ourém e a edilidade supra referida;</p> <p>Promover ações de sensibilização junto da comunidade escolar, no âmbito das medidas de autoproteção, sismos e incêndios florestais;</p> <p>Promover a preparação de todo o material de apoio às comissões de Proteção civil e Defesa da Floresta contra incêndios;</p> <p>Promover a realização de Briefings mensais durante o período crítico, relativamente aos incêndios florestais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
PCIVIL-02	Assistente Técnico	<p>Proceder ao levantamento e atualização dos meios e recursos ao nível do município;</p> <p>Acompanhar a elaboração e atualização do Plano Municipal de Emergência, do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e outros planos especiais;</p> <p>Planear o apoio logístico a prestar em situações de emergência;</p> <p>Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência;</p> <p>Preparar e desenvolver projetos de sensibilização na área da proteção civil e da defesa da floresta contra incêndios;</p> <p>Apoiar nos pareceres relativos às ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais;</p> <p>Apoiar nos teatros de operações em situações de emergência no que diz respeito à célula de logística;</p>

		<p>Preparar e acompanhar as reuniões da Comissão Municipal de Defesa da floresta, da Comissão Municipal de Proteção Civil e do Conselho Municipal de Segurança;</p> <p>Apoiar os estabelecimentos de ensino e outros na implementação das Medidas de Autoproteção;</p> <p>Preparar e executar exercícios e simulacros no que diz respeito aos edifícios públicos e outros que possam ser solicitados;</p> <p>Efetuar o atendimento ao público;</p> <p>Efetuar todo o serviço administrativo inerente ao Serviço Municipal de Proteção Civil e Gabinete Técnico Florestal;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
PTRURBANA 2017-01	Técnico Superior	<p>Coordenar e orientar tecnicamente processos de produção e manutenção de informação geo-referenciada, edição e processamento;</p> <p>Definir de sistemas de referência e de coordenadas;</p> <p>Produzir informação geográfica de referência;</p> <p>Produzir cartografia de base e temática;</p> <p>Assumir responsabilidade pelo desenho, arquitetura e gestão do Sistemas de Informação Geográfica (SIG), pela aquisição, estruturação e exploração de dados e implementação dos serviços internos de disponibilização de informação, e publicação de produtos de Informação Geográfica (IG);</p> <p>Desempenhar funções no domínio do planeamento e ordenamento do território (cuja execução se baseia sempre em IG oficial ou homologada), nomeadamente, na direção e integração dos dados temáticos na cartografia base e a sua gestão num ambiente de SIG – garantia da qualidade dos dados;</p> <p>Executar funções no domínio do Cadastro Predial – criação, conservação e atualização, principalmente na componente geométrica e geo-referenciada e respectiva integração no SIG;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PTRURBANA 2017-02	Técnico Superior	<p>Desempenhar funções no domínio do ordenamento do território, planeamento urbano, desenho urbano e gestão urbanística;</p> <p>Elaborar, apreciar e coordenar os instrumentos de gestão territorial admitidos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente os de âmbito municipal (plano director municipal, planos de urbanização e planos de pormenor);</p> <p>Identificar espaços, formular diagnósticos e apresentar soluções para a sua (re)organização, concebendo modelos ou possíveis soluções desenhadas, tendo em vista, obter a integração funcional e estética em cada área do território considerado;</p> <p>Elaborar pretensões urbanísticas, designadamente de operações de loteamento ou de operações urbanísticas com impacto urbanístico relevante;</p> <p>Executar funções específicas no domínio do urbanismo desde a escala de desenho urbano até à escala de ordenamento do território;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PTRURBANA 2017-03	Técnico Superior	<p>Desempenhar funções no domínio do planeamento, territorial e ambiental, nomeadamente no estudo de áreas urbanas e rurais, na relação entre as atividades humanas e as características físicas e ambientais, na realização de análises socio-económicas e habitacionais;</p> <p>Elaborar estudos na área de Turismo, migrações, população e atividades económicas;</p> <p>Desempenhar funções específicas no âmbito de pesquisas e elaboração de estudos de carácter físico/geográfico, na interpretação das condições hidrológicas de bacias fluviais, climatologia e geomorfologia;</p> <p>Elaborar estudos de estabilidade de vertente, erosão de solos, desertificação, riscos de incêndios;</p> <p>Definir zonas de intervenção florestal;</p> <p>Produzir cartografia temática, nomeadamente cartografia municipal de risco e de uso do solo;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

PTRURBANA 2017-04	Técnico Superior	<p>Desempenhar funções no domínio do ordenamento do território, planeamento urbano, desenho urbano e gestão urbanística;</p> <p>Elaborar, apreciar e coordenar os instrumentos de gestão territorial admitidos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente os de âmbito municipal (plano director municipal, planos de urbanização e planos de pormenor);</p> <p>Identificar espaços, formular diagnósticos e apresentar soluções para a sua (re)organização, concebendo modelos ou possíveis soluções desenhadas, tendo em vista, obter a integração funcional e estética em cada área do território considerado;</p> <p>Elaborar pretensões urbanísticas, designadamente de operações de loteamento ou de operações urbanísticas com impacto urbanístico relevante;</p> <p>Executar funções específicas no domínio do urbanismo desde a escala de desenho urbano até à escala de ordenamento do território;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PTRURBANA 2017-05	Assistente Técnico	<p>Apoiar administrativamente o responsável hierárquico, bem como os restantes serviços do projeto;</p> <p>Registar e encaminhar a documentação produzida e recebida;</p> <p>Coordenar diariamente o expediente interno e externo;</p> <p>Proceder ao arquivamento da documentação (papel / digital) após a sua conclusão;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento, no âmbito dos IGT, e gestão corrente, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços;</p> <p>Proceder à organização de todo o arquivo existente, permitindo um acesso eficaz e célere, à documentação de cada processo;</p> <p>Registar e controlar toda a faturação;</p> <p>Secretariar as reuniões, sempre que necessário;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PTRURBANA 2017-06	Assistente Operacional	<p>Apoiar o responsável hierárquico, bem como os restantes serviços do projeto;</p> <p>Apoiar o registo e encaminhamento da documentação produzida e recebida;</p> <p>Proceder ao arquivamento da documentação (papel / digital) após a sua conclusão;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PTRURBANA 2017- 07	Técnico Superior	<p>Elaborar relatórios e conteúdos materiais e documentais específicos dos planos municipais de ordenamento do território;</p> <p>Elaborar, autonomamente ou em grupo, estudos sectoriais, cartas temáticas e cartas de riscos naturais, classificação e qualificação de solo urbano e rural;</p> <p>Produção de documentos de relacionamento de fenómenos com base em tecnologia de sistemas de informação geográfica;</p> <p>Elaborar propostas de estratégia, de metodologia e desenvolvimento em intervenções urbanísticas;</p> <p>Desenvolver propostas de desenho urbano, que promovam a reabilitação e requalificação urbana;</p> <p>Trabalhar em articulação com as demais áreas que atuam no campo do planeamento do território, urbanismo, paisagem e reabilitação urbana;</p> <p>Programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;</p> <p>Exercer as funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, e representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

PTRURBNA 2017- 08	Técnico Superior	<p>Elaborar relatórios e conteúdos materiais e documentais específicos dos planos municipais de ordenamento do território;</p> <p>Elaborar, autonomamente ou em grupo, estudos sectoriais, cartas temáticas e cartas de riscos naturais, classificação e qualificação de solo urbano e rural;</p> <p>Produção de documentos de relacionamento de fenómenos com base em tecnologia de sistemas de informação geográfica;</p> <p>Acompanhar e participar na realização de procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão do território com o objectivo de integrar e adequar os resultados nas opções ao nível do uso, transformação e ocupação do solo;</p> <p>Elaborar estudos e realizar funções consultivas na área do planeamento biofísico e riscos ambientais, defesa e salvaguarda do património natural e construído;</p> <p>Realizar funções consultivas e de estudo na delimitação da REN e da RAN;</p> <p>Trabalhar em articulação com as demais áreas que atuam no campo do planeamento do território, urbanismo, paisagem e reabilitação urbana;</p> <p>Programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;</p> <p>Exercer as funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, e representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
PTRURBNA 2017- 09	Técnico Superior	<p>Desenvolver funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científicos e técnicos, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, nas áreas de planeamento e ordenamento do território, de gestão de recursos naturais, de cartografia temática e de Sistemas de Informação Geográfica;</p> <p>Desenvolver e analisar portais geográficos;</p> <p>Recolher, sistematizar e normalizar dados espaciais;</p> <p>Desenvolver e fazer manutenção de bases de dados geográficos;</p> <p>Desenvolver funções na georreferenciação e atualização de toponímia e numeração de polícia;</p> <p>Colaborar na realização dos relatórios de atividades da unidade orgânica dentro do prazo e nos termos pré-estabelecidos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
PTRURBNA 2017- 10	Técnico Superior	<p>Elaborar relatórios e conteúdos materiais e documentais específicos dos planos municipais de ordenamento do território;</p> <p>Elaborar, autonomamente ou em grupo, estudos sectoriais, cartas temáticas e cartas de riscos naturais, classificação e qualificação de solo urbano e rural;</p> <p>Produção de documentos de relacionamento de fenómenos com base em tecnologia de sistemas de informação geográfica;</p> <p>Elaborar propostas de estratégia, de metodologia e desenvolvimento em intervenções urbanísticas;</p> <p>Desenvolver propostas de desenho urbano, que promovam a reabilitação e requalificação urbana;</p> <p>Trabalhar em articulação com as demais áreas que atuam no campo do planeamento do território, urbanismo, paisagem e reabilitação urbana;</p> <p>Programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;</p> <p>Exercer as funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, e representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

GAV-01	Técnico Superior	<p>Estudar, planejar, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;</p> <p>Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços;</p> <p>Exercer funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado;</p> <p>Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;</p> <p>Efetuar o apoio ao nível do secretariado e dinamização de atividades em articulação com o executivo;</p> <p>Assegurar todos os procedimentos relativos ao expediente, convocatórias e preparação da agenda;</p> <p>Organizar, classificar e gerir o arquivo do gabinete;</p> <p>Organizar a agenda e marcar as reuniões com entidades externas e com os diversos responsáveis dos serviços municipais, visando a obtenção de uma efetiva coordenação e interligação entre as mesmas;</p> <p>Preparar contactos exteriores, fornecendo elementos que permitam a sua documentação prévia;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
GAV-02	Assistente Técnico	<p>Assegurar o secretariado do Vereador e promover a correta articulação com o Gabinete de Apoio à Presidência;</p> <p>Assegurar todos os procedimentos relativos ao expediente, convocatórias e preparação da agenda;</p> <p>Organizar, classificar e gerir o arquivo do gabinete;</p> <p>Organizar a agenda e marcar as reuniões com entidades externas e com os diversos responsáveis dos serviços municipais, visando a obtenção de uma efetiva coordenação e interligação entre as mesmas;</p> <p>Preparar contactos exteriores do Vereador, fornecendo elementos que permitam a sua documentação prévia;</p> <p>Exercer as demais funções e ou poderes funcionais que lhe forem cometidos por despacho do Vereador.</p>
DAMAH-01	Chefe de Divisão - Divisão de Atendimento ao Múncipe e Ativos Humanos	<p>Coordenar todos os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a Divisão;</p> <p>Assegurar a realização das tarefas inerentes à gestão de RH, sejam elas administrativas ou estratégicas, incluindo a formação profissional e a tramitação do processo de avaliação de desempenho;</p> <p>Assegurar o cumprimento dos procedimentos no âmbito da higiene e segurança no trabalho;</p> <p>Apoiar a população e empresários através de um serviço de interface entre ambos, que vise a colocação em emprego, público ou privado;</p> <p>Apoiar a população em matéria de informação, mediação de conflitos e sensibilização para o consumo;</p> <p>Assegurar a preparação do material, processos e demais elementos, necessários ao fluente decorrer das Reuniões de Câmara, incluindo a preparação das agendas e a elaboração das atas, bem como efetuar o acompanhamento e controle da verificação da execução das deliberações resultantes das mesmas;</p> <p>Assegurar a preparação e envio do material, processos e demais elementos, a remeter à Assembleia Municipal;</p> <p>Coordenar os atendimentos aos múnicipes e dos espaços deslocalizados de proximidade aos múnicipes;</p> <p>Assegurar a execução das demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas da Divisão.</p>

DAMAH-02	Técnico Superior	<p>Recolher, tratar e difundir informação com vista ao desenvolvimento de estudos de suporte às decisões estratégicas municipais;</p> <p>Acompanhar e analisar os Planos de Acção/Plano Territorial de Desenvolvimento decorrentes das iniciativas centrais, regionais e intermunicipais;</p> <p>Propor e assegurar a concretização de projectos em parceria com entidades externas;</p> <p>Recolher, organizar e analisar a documentação publicada no âmbito dos apoios financeiros comunitários e nacionais;</p> <p>Recolher, tratar e difundir informação necessária conducente à elaboração, acompanhamento e encerramento de candidaturas a financiamentos comunitários e nacionais;</p> <p>Organizar e controlar os mapas de execução física e financeira dos projectos co-financiados;</p> <p>Articular com os serviços técnicos o cumprimento das regras e orientações dos programas de financiamento;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DAMAH/SE-01	Coordenador Técnico	<p>Coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas na secção;</p> <p>Distribuir o trabalho pelos trabalhadores que lhe estão afetos, emitir diretivas e orientar a execução das tarefas;</p> <p>Assegurar a gestão corrente dos seus serviços, equacionando a problemática do pessoal, designadamente em termos de carência de recursos humanos;</p> <p>Aferir ainda as necessidades de meios materiais indispensáveis ao funcionamento da secção;</p> <p>Organizar os processos da sua área de competências, informá-los, emitir pareceres e minutar o expediente;</p> <p>Atender e esclarecer funcionários, bem como pessoas do exterior sobre questões específicas da sua vertente de atuação;</p> <p>Coordenar e orientar as agendas e atas inerentes às reuniões do Órgão Executivo, respetivas convocatórias, emitir certidões de deliberação e demais tarefas associadas;</p> <p>Controlar a assiduidade dos trabalhadores que lhe estão afetos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DAMAH/SE-02	Assistente Técnico	<p>Orientar as agendas e as atas inerentes às reuniões do Órgão Executivo, respetivas convocatórias, emitir certidões de deliberação e demais tarefas associadas;</p> <p>Registrar, classificar e digitalizar a entrada de correspondência;</p> <p>Organizar e registar em ficheiro todos os editais elaborados pelos diversos serviços municipais;</p> <p>Elaborar certidões inerentes à subunidade orgânica;</p> <p>Desenvolver a parte processual inerente à autenticação de fotocópias;</p> <p>Organizar e classificar o arquivo da subunidade orgânica;</p> <p>Colaborar nos processos referentes a eleições;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DAMAH/SE-03	Assistente Operacional	<p>Emitir plantas topográficas requeridas pelos contribuintes;</p> <p>Tirar fotocópias e cópias e efetuar encadernações e dobragens de plantas;</p> <p>Efetuar a distribuição das impressões ordenadas por funcionários de outros serviços para as impressoras de rede existentes neste serviço;</p> <p>Zelar pela manutenção das máquinas afetas à atividade de reprografia;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DAMAH/SE-04	Assistente Operacional	<p>Efetuar o atendimento adstrito à central telefónica do Município;</p> <p>Executar os procedimentos relativos à expedição de correio;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

DAMAH/ SRHST-01	Técnico Superior	Aferir a necessidade de formação profissional, avaliando as exigências impostas a cada serviço e os valores humanos disponíveis, promovendo as necessárias adaptações e ações de formação, conforme os planos de formação validados pelo serviço; Promover as ações necessárias ao recrutamento de pessoal, definindo perfis, métodos e critérios de selecção; Assegurar a adequação com as normas legais vigentes, os processos de recrutamento de pessoal, promovendo a organização e o normal decurso dos processos; Assegurar a inscrição/reinscrição, de trabalhadores, na Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DAMAH/ SRHST-02	Técnico Superior	Proceder ao atendimento e inscrever as pessoas em situação de desemprego na base de dados de oferta de trabalho; Informar e orientar profissionalmente os utentes com vista à sua integração na vida ativa; Recolher e divulgar ofertas de emprego disponibilizadas pelos empresários; Proceder ao recrutamento e pré-selecção dos candidatos a encaminhar em resposta às propostas de trabalho; Organizar e promover sessões de técnicas de procura de emprego; Elaborar, apresentar e acompanhar as candidaturas do Município aos apoios financeiros nacionais e comunitários, no âmbito de estágios profissionais e outros de interesse para a autarquia; Colaborar nos restantes trabalhos desenvolvidos na secção, sempre que necessário; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DAMAH/ SRHST-03	Técnico Superior	Manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores do município, contabilizar faltas e ausências em geral; Elaborar mapas para entidades externas, processar vencimentos e outros abonos; Registar e encaminhar a correspondência relativa a recursos humanos; Recolher e tratar os dados de registo de assiduidade; Colaborar na organização do processo de medicina no trabalho; Instruir processos de juntas médicas, de aposentação e de acidentes em serviço; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DAMAH/ SRHST-04	Coordenador Técnico	Coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas na secção; Distribuir o trabalho pelos trabalhadores que lhe estão afetos, emitir diretivas e orientar a execução das tarefas; Assegurar a gestão corrente dos seus serviços, equacionando a problemática do pessoal, designadamente em termos de carência de recursos humanos; Aferir ainda as necessidades de meios materiais indispensáveis ao funcionamento da secção; Organizar os processos da sua área de competências, informá-los, emitir pareceres e minutar o expediente; Atender e esclarecer funcionários, bem como pessoas do exterior sobre questões específicas da sua vertente de atuação; Controlar assiduidade dos trabalhadores que lhe estão afetos; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DAMAH/ SRHST-05	Assistente Técnico	Manter actualizados os processos individuais dos trabalhadores do município, contabilizar faltas e ausências em geral; Elaborar mapas para entidades externas, processar vencimentos e outros abonos; Registar e encaminhar a correspondência relativa a recursos humanos; Recolher e tratar os dados de registo de assiduidade; Colaborar na organização do processo de medicina no trabalho; Instruir processos de juntas médicas, de aposentação e de acidentes em serviço; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.

DAMAH/ SRHST-06	Assistente Técnico	<p>Manter atualizada a base de dados do programa informático SMT – Sistema de medicina no trabalho;</p> <p>Aferir os trabalhadores a convocar para consultas no âmbito da medicina no trabalho, gerir e arquivar fichas de aptidão dos trabalhadores;</p> <p>Acompanhar os trabalhos efetuados pela empresa prestadora dos serviços de medicina no trabalho;</p> <p>Participar e acompanhar os processos de acidente em serviço;</p> <p>Registar e classificar acidentes de trabalho para fins estatísticos;</p> <p>Assegurar a coordenação da higiene, segurança e saúde nas empreitadas promovidas pelo município e nas obras realizadas por administração direta;</p> <p>Elaborar planos de segurança e saúde em projeto;</p> <p>Analisar planos de segurança e saúde do modo de execução de obra e fichas de procedimento de segurança em obra;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAMAH/ GIAC-01	Técnico Superior	<p>Assegurar a gestão processual e administrativa de todas as petições fazendo a análise económico-jurídica interna;</p> <p>Auscultar, receber, tratar e encaminhar os pedidos de informação, reclamações e pedidos de mediação dos munícipes consumidores às entidades competentes e agentes económicos;</p> <p>Prestar informação económico-jurídica aos consumidores;</p> <p>Mediar a resolução de litígios de consumo com os agentes económicos;</p> <p>Direcionar casos, se necessário, para Julgados de Paz e Tribunais Arbitrais ou Judiciais;</p> <p>Promover e desenvolver ações preventivas que visem a divulgação, sensibilização e formação do cidadão enquanto consumidor junto da comunidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DAMAH/ AM- 01	Assistente Técnico	<p>Assegurar o atendimento do público que se dirige diariamente aos serviços municipais;</p> <p>Assegurar o encaminhamento do público no seu contacto com os serviços;</p> <p>Prestar apoio aos munícipes na organização e instrução das pretensões, relativas às matérias da competência do município, ou se for o caso, encaminhá-lo para os serviços competentes;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

DGF-01	Chefe de Divisão - Divisão de Gestão Financeira	<p>Assegurar a coordenação adequada de todos os serviços e recursos, materiais e humanos, da Divisão;</p> <p>Preparar, elaborar e acompanhar, se necessário, todos os documentos e informações económico-financeiras;</p> <p>Assegurar uma gestão rigorosa, criando e analisando indicadores de gestão e acompanhando da execução dos documentos financeiros do Município;</p> <p>Preparar e enviar, a entidades externas, informação económico-financeira, nos termos legais;</p> <p>Coordenar e assegurar o regular funcionamento, dos serviços de contabilidade, tesouraria, contratação pública e aprovisionamento, património e notariado, metrologia e estudos e projetos financeiros;</p> <p>Coordenar a informação, planear e acompanhar a gestão de candidaturas a fundos de financiamentos externos, de origem comunitária e/ou outros;</p> <p>Disponibilizar informação económica e financeira fidedigna de apoio à decisão e ao planeamento;</p> <p>Apoiar o acompanhamento ao setor empresarial local e das entidades participadas;</p> <p>Identificar anomalias nos edifícios da responsabilidade do município, assegurando a sua correta manutenção e conservação, em articulação com o serviço responsável pelas obras municipais;</p> <p>Acompanhar a execução patrimonial;</p> <p>Elaborar a Prestação de Contas e assegurar os procedimentos de encerramento anual, tais como a elaboração da Consolidação de Contas;</p> <p>Garantir e acompanhar a execução financeira de Protocolos, Contratos de Financiamento e Acordos de Colaboração celebrados entre o Município e organismos da Administração Central, Autarquias Locais ou outras entidades;</p> <p>Assegurar a execução das demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas da Divisão.</p>
DGF-02	Técnico Superior	<p>Elaborar e preparar os documentos previsionais do Município, tendo por base estudos económico-financeiros e a avaliação das receitas e despesas municipais;</p> <p>Organizar e elaborar os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão;</p> <p>Acompanhar, controlar e avaliar a execução das Opções do Plano e do Orçamento, bem com elaborar relatórios periódicos de avaliação, propondo, se for caso disso, a adopção de medidas de reajustamento;</p> <p>Conceber, instituir e manter um sistema de indicadores de gestão;</p> <p>Efetuar o plano de gestão de tesouraria municipal;</p> <p>Apurar e acompanhar periodicamente o endividamento municipal;</p> <p>Elaborar estudos económico-financeiros que fundamentem decisões adotadas;</p> <p>Elaborar estudos de sustentabilidade ou de viabilidade económico-financeira;</p> <p>Elaborar estudos económico-financeiros que fundamentem decisões relativas a impostos, taxas ou outros tributos que constituam receita municipal;</p> <p>Analisar pedidos de isenção ou redução de taxas, de reembolsos e pagamentos a prestações;</p> <p>Acompanhar a situação económico-financeira das entidades externas em que o Município participa;</p> <p>Gerir a aplicação das disponibilidades financeiras do Município;</p> <p>Gerir a revelação contabilística dos factos patrimoniais e das operações realizadas;</p> <p>Elaborar e atualizar o sistema de controlo interno;</p> <p>Propor e fundamentar a eventual constituição de fundos de manuseio e fundos fixos de caixa;</p> <p>Garantir o reporte de informação económico-financeira a entidades externas;</p> <p>Assegurar a regularidade financeira dos procedimentos internos;</p> <p>Analisar e propor o recurso ao crédito;</p> <p>Elaborar protocolos e contratos-programa com entidades terceiras dos quais derivem despesas municipais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

DGF/C-01	Técnico Superior	<p>Executar tarefas relativas ao circuito de despesa; Apoiar na preparação dos documentos de prestação de contas; Conferir balancetes e circularizar as dívidas do Município a terceiros; Processar movimentos contabilísticos inerentes à contabilidade de custos; Promover a recolha e tratamento de dados inerentes à área económico financeira, tendo em vista a determinação dos custos de cada serviço, à definição de uma estatística financeira necessária a um efetivo controlo de gestão e à produção do relatório de gestão ou à elaboração dos documentos previsionais; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGF/C-02	Técnico Superior	<p>Coordenar todas as tarefas inerentes ao serviço, em observância às competências funcionais; Garantir o reporte de informação económico-financeira a entidades externas, em observância às obrigações legais estabelecidas; Promover a elaboração de mapas que verifiquem a existência de desvios orçamentais entre o programado e o executado e preparar a compilação de elementos necessários ao controlo de execução orçamental; Conferir e analisar a adequação dos registos contabilísticos, dos factos patrimoniais e das operações de natureza orçamental; Auxiliar na elaboração dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do Município; Conferir os tributos de natureza fiscal que o Município, nos termos legais, deverá liquidar junto de terceiros; Conferir os procedimentos subjacentes à emissão de Ordens de Pagamento; Participar no planeamento e execução do Plano de Tesouraria Municipal; Parametrizar os aplicativos inerentes à área contabilística; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DGF/C-03	Assistente Técnico	<p>Executar tarefas relativas ao circuito de despesa, com particular incidência sobre os cabimentos, compromissos e o registo de documentos em conferência; Conferir e lançar documentos de despesa em conta corrente; Emitir Ordens de Pagamento; Elaborar o balanço mensal à Tesouraria; Efetuar o expediente geral, particularmente no âmbito do aplicativo de gestão documental; Proceder ao registo contabilístico das receitas e proveitos municipais; Proceder ao apuramento mensal das Operações de Tesouraria (cobranças efectuadas para terceiros); Apoiar na preparação dos documentos de prestação de contas; Conferir balancetes e circularizar as dívidas do Município a terceiros; Processar movimentos contabilísticos inerentes à contabilidade de custos; Promover a recolha e tratamento de dados inerentes à área económico financeira, tendo em vista a determinação dos custos de cada serviço, à definição de uma estatística financeira necessária a um efetivo controlo de gestão e à produção do relatório de gestão ou à elaboração dos documentos previsionais; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

DGF/C-04	Técnico de Informática - Conteúdo funcional - Portaria nº 357/2002, de 03/04 - DR nº78	Executar tarefas relativas ao circuito de despesa; Apoiar na preparação dos documentos de prestação de contas; Conferir balancetes e circularizar as dívidas do Município a terceiros; Processar movimentos contabilísticos inerentes à contabilidade de custos; Promover a recolha e tratamento de dados inerentes à área económico financeira, tendo em vista a determinação dos custos de cada serviço, à definição de uma estatística financeira necessária a um efetivo controlo de gestão e à produção do relatório de gestão ou à elaboração dos documentos previsionais; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DGF/T-01	Assistente Técnico	Executar funções que se enquadrem no âmbito do serviço de tesouraria; Atendimento ao público; Arquivo geral; Encerramento da Caixa ao fim do dia; Elaboração de todos os mapas referentes ao movimento diário; Controle de certidões de não dívida à Segurança Social/Finanças; Depósitos de valores na máquina Home Deposit; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DGF/CPA-01	Técnico Superior	Coordenar o serviço assegurando a gestão estratégica operacional e transacional das aquisições de bens e serviços em articulação com os serviços envolvidos; Elaborar estudos, planear e aplicar métodos de natureza técnica e ou científica que fundamentem e preparem a decisão; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DGF/CPA-02	Técnico Superior	Realizar atividades de elevado grau de complexidade de natureza técnica e administrativa e com grande sentido de autonomia e responsabilidade, nomeadamente: elaborar peças procedimentais, analisar propostas, atualizar a plataforma de contratação e elaborar estudos; Planear e aplicar métodos de natureza técnica e ou científica que fundamentem e preparem a decisão; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DGF/CPA-03	Coordenador Técnico	Realizar atividades de elevado grau de complexidade de natureza técnica e administrativa e com grande sentido de autonomia e responsabilidade, nomeadamente: elaboração de peças procedimentais, análise de propostas, atualização da plataforma de contratação e publicitação de Ajustes Diretos no Portal; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DGF/CPA-04	Assistente Técnico	Realizar tarefas de natureza executiva com aplicação de métodos de acordo com as instruções imanadas do responsável do serviço; Prestar apoio na elaboração de peças de procedimento, condução de procedimentos de ajuste direto em regime simplificado, aprovisionamento de bens, gestão de stocks, informação de faturas; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DGF/CPA-05	Assistente Operacional	Realizar tarefas de natureza executiva com aplicação de métodos de acordo com as instruções imanadas pelo responsável do serviço; Assumir as tarefas inerentes à gestão de stocks e zelar pelo correto acondicionamento de bens; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.

DGF/PN-01	Técnico Superior	<p>Coordenar todas as tarefas inerentes ao serviço, em observância às competências funcionais;</p> <p>Proceder à atualização do cadastro e inventário dos bens patrimoniais móveis, promovendo a co-responsabilidade dos serviços pelos bens sob a sua administração;</p> <p>Promover o levantamento de todos os bens do Município e respetiva localização;</p> <p>Assegurar que os gestores de bens móveis comuniquem as alterações à situação dos bens sob a sua responsabilidade, em caso de transferências, abates, reparações e beneficiações;</p> <p>Acompanhar e diligenciar as ações necessárias no âmbito dos processos de abate ou alienação de bens móveis, assegurando o cumprimento dos requisitos legais;</p> <p>Manter valorizado o inventário do património móvel;</p> <p>Criar e manter atualizado o inventário e cadastro do património móvel municipal;</p> <p>Verificar o cumprimento dos requisitos legais e avaliar as condições económicas dos atos que alterem ou onerem o património imóvel municipal, diligenciando os subsequentes registos de propriedade e patrimoniais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGF/PN-02	Coordenador Técnico	<p>Preparar a documentação necessária e organizar os processos para a celebração de escrituras e contratos em que esta autarquia seja outorgante;</p> <p>Assegurar a realização das escrituras e demais atos notariais, manter atualizado e organizado o sistema de ficheiros das escrituras e o arquivo respeitante aos processos das mesmas;</p> <p>Proceder ao registo nos livros correspondentes dos diversos atos notariais e dos respetivos encargos;</p> <p>Instruir e remeter ao Tribunal de Contas os processos para fiscalização, nos termos da lei;</p> <p>Remeter aos serviços competentes da administração central, as informações ou elementos que por lei esteja obrigada;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGF/PN-03	Assistente Operacional	<p>Assegurar a gestão dos contratos de fornecimento de água, gás e energia às instalações do Município;</p> <p>Confirmar e validar os documentos de despesa referentes a encargos de instalações municipais;</p> <p>Elaborar mapas estatísticos sobre a evolução dos diversos tipos de encargos com instalações municipais;</p> <p>Zelar pela funcionalidade e dignificação das instalações municipais, detetando e informando as anomalias verificadas;</p> <p>Manter atualizado e devidamente acondicionado, um arquivo com as chaves das diversas instalações municipais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DGF/PN-04	Técnico Superior	<p>Proceder à atualização do cadastro dos bens patrimoniais móveis, promovendo a co-responsabilidade dos serviços pelos bens sob a sua administração;</p> <p>Promover o levantamento de todos os bens do Município e respetiva localização;</p> <p>Manter valorizado o inventário do património móvel;</p> <p>Criar e manter atualizado o inventário e o cadastro do património móvel Municipal;</p> <p>Proceder à identificação dos bens incluídos no imobilizado do Município;</p> <p>Organizar, em relação a cada bem inventariado, um processo com toda a documentação que a ele respeite;</p> <p>Proceder à conferência física de bens que integrem o inventário municipal;</p> <p>Proceder à regularização dos prédios inscritos e inscrição de novos prédios junto da Autoridade Tributária e Aduaneira;</p> <p>Efetuar todos os procedimentos relacionados com o registo de bens sujeitos a tal, nomeadamente, promover o registo e averbamentos necessários na Conservatória do Registo Predial e Automóvel;</p> <p>Aferir os documentos de despesa relacionados com os consumos inerentes aos encargos de instalações municipais, particularmente nos domínios da energia e água;</p> <p>Processamento da faturação inerente a rendas e concessões municipais;</p> <p>Coadjuvar na gestão das viaturas municipais afetas a serviços eventuais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGF/EPF-01	Técnico Superior	<p>Recolher, organizar e analisar a documentação publicada no âmbito dos apoios financeiros comunitários e nacionais;</p> <p>Recolher, tratar e difundir informação necessária conducente à elaboração, acompanhamento e encerramento de candidaturas a financiamentos comunitários e nacionais;</p> <p>Organizar e controlar os mapas de execução física e financeira dos projectos co-financiados;</p> <p>Articular com os serviços técnicos o cumprimento das regras e orientações dos programas de financiamento;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

DOM-01	Chefe de Divisão - Divisão de Obras Municipais	<p>Coordenar todos os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a Divisão;</p> <p>Assegurar a execução de todas as obras por administração direta, tendo em conta os projetos respetivos;</p> <p>Gerir todo o equipamento existente no Estaleiro Municipal, ao cuidado da Divisão, e necessário ao seu trabalho;</p> <p>Gerir o serviço de manutenção e reparação de máquinas e viaturas;</p> <p>Gerir os serviços de carpintaria e serralharia;</p> <p>Assegurar a fiscalização das obras realizadas pelo Município, ou por ele patrocinadas, caso tal seja estabelecido, bem como fiscalizar obras realizadas por terceiros em espaço público;</p> <p>Assegurar a coordenação e execução de projetos de arquitetura e engenharia, quer do âmbito Municipal, quer no âmbito de protocolos estabelecidos com Juntas de Freguesia, Associações ou Coletividades;</p> <p>Analisar projetos elaborados em regime de outsourcing;</p> <p>Promover o diálogo com as entidades externas ao município e obter os respetivos pareceres que se tornem necessários à tomada de decisão;</p> <p>Prestar apoio técnico na área dos espaços públicos e municipais;</p> <p>Assegurar a realização de trabalhos de topografia, orçamentação e desenho técnico;</p> <p>Analisar e propor a colocação de sinalização, bem como analisar estudos de mobilidade;</p> <p>Elaborar pareceres, informações e relatórios técnicos, bem como todos os elementos necessários para anexar aos processos e, proceder à execução de peças gráficas complementares à tomada de decisão;</p> <p>Assegurar a execução das demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas da Divisão.</p>
DOM-02	Técnico Superior	<p>Coordenar a equipa de fiscalização que integra;</p> <p>Fiscalizar, de acordo com a legislação em vigor, todas as empreitadas de obras para as quais seja designado;</p> <p>Proceder aos estudos, cálculos de engenharia, pareceres, relatórios técnicos, projetos, medições, orçamentos ou outros trabalhos que lhe sejam superiormente incumbidos, no âmbito das suas competências;</p> <p>Coordenar e participar nas vistorias a efetuar no âmbito das receções provisórias e definitivas das obras que estejam em curso e que sejam ou tenham sido da sua responsabilidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DOM-03	Assistente Técnico	<p>Proceder à elaboração dos estudos, cálculos, pareceres, relatórios técnicos, medições, orçamentos, ou outros trabalhos que sejam superiormente incumbidos, no âmbito da sua competência;</p> <p>Fiscalizar de acordo com a legislação em vigor, todas as empreitadas de obras para as quais seja designado;</p> <p>Manter devidamente atualizada a base de dados sobre o estado de realização de cada empreitada e proceder à recolha dos dados necessários a essa atualização;</p> <p>Participar nas vistorias a efetuar no âmbito das receções provisórias e definitivas das obras que estejam em curso e que sejam ou tenham sido da sua responsabilidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DOM-04	Assistente Operacional / Encarregado Operacional	<p>Coordenar todas as tarefas inerentes a uma ou mais brigadas ou grupo de trabalho, pertencentes à unidade orgânica, que lhe estejam adstritas, em observância às competências funcionais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DOM-05	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de cantoneiro no âmbito das suas competências, nomeadamente limpeza de aquedutos, valetas, caixas de recolha de águas pluviais, sumidouros, sarjetas, coletores pluviais, manutenção das bermas das estradas e outros trabalhos similares; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-06	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de pedreiro no âmbito das suas competências, nomeadamente muros, valetas, aquedutos, caixas de infra-estruturas, coletores de infra-estruturas, bases de abrigos rodoviários; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-07	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de calceteiro no âmbito das suas competências, nomeadamente pavimentos novos em pedra de calçada, reparação de pavimentos existentes em pedra de calçada; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-08	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de pintor no âmbito das suas competências, nomeadamente pintura de sinalização horizontal de estradas e de parques, pintura de edifícios, de muros, de paredes, e de todo o tipo de materiais, limpeza e tratamento das superfícies a pintar; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-09	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de carpinteiro no âmbito das suas competências, nomeadamente, construção ou reparação de mobiliário, de outros elementos de madeira, tais como: estrados, portas, janelas, cabides, pavimentos, rodapés, coberturas de edifícios, mudanças de mobiliário, montagem de palcos de madeira, afixação de elementos de madeira, afagamentos de pavimentos de madeira; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-10	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de eletricista no âmbito das suas competências, nomeadamente execução e reparação de instalações de baixa tensão, redes elétricas de edifícios, reparação de aparelhos elétricos, reparação e manutenção de semáforos, montagem de quadros elétricos, montagem de equipamentos de proteção elétrica, substituição de lâmpadas em edifícios, montagem de extensões elétricas e quadros para apoio a eventos; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-11	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de canalizador no âmbito das suas competências, nomeadamente execução e reparação de instalações de abastecimento de água e de rede de esgotos incluindo tubagens, acessórios e aparelhos, desentupimentos nas redes de águas e esgotos; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-12	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de maquinista no âmbito das suas competências, nomeadamente, condução e operação de máquinas especiais no apoio aos trabalhos a realizar; Alertar o superior hierárquico para a existência de avarias na máquina ou de necessidade de manutenção e reparação; Manter a máquina em bom estado de apresentação e limpeza; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área de competência.
DOM-13	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de motorista no âmbito das suas competências, nomeadamente, condução de veículos pesados ou ligeiro de mercadorias no apoio aos trabalhos a realizar; Alertar o superior hierárquico para a existência de avarias no veículo ou de necessidade de manutenção e reparação; Manter o veículo em bom estado de apresentação e limpeza; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.

DOM-14	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos no âmbito das suas competências, de apoio aos trabalhos a realizar; Alertar o superior hierárquico para a existência de avarias na máquina ou de necessidade de manutenção e reparação; Manter a máquina em bom estado de apresentação e limpeza; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-15	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de tratorista no âmbito das suas competências, nomeadamente, condução de tratores no apoio aos trabalhos a realizar; Alertar o superior hierárquico para a existência de avarias no trator ou da necessidade de manutenção e reparação; Manter o trator em bom estado de apresentação e limpeza; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-16	Assistente Operacional	Assegurar a manutenção e reparação do parque de máquinas e viaturas municipais; Propor as aquisições, alugueres e substituições de viaturas e máquinas visando a rentabilização do parque existente e de modo a garantir que seja adequado às exigências funcionais dos serviços do município; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-17	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de serralharia, tais como abrigos rodoviários, grades, corrimãos, grelhagens para caixas e caleiras de recolha de água, portões, portas e reparações de mobiliário metálico; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-18	Assistente Operacional	Manter devidamente ventiladas, arrumadas e limpas, a oficina de mecânica, a estação de serviço, a serralharia, a estação de combustível e todas as dependências de acondicionamento de materiais, de ferramentas, de combustíveis e de lubrificantes; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-19	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de servente no âmbito das suas competências, nomeadamente, dar apoio aos trabalhos de carpintaria; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-20	Assistente Operacional	Assegurar o funcionamento, limpeza e desinfeção do canil; Participar nas ações de hospedagem, alimentação e abate de animais; Assegurar a limpeza do terreno das instalações do canil; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-21	Assistente Operacional	Assegurar o funcionamento de uma Brigada de Intervenção Urbana (BIU); Proceder à reparação de passeios, bermas, vias pedonais, estacionamento, praças entre outras; Executar obras de pequena dimensão, designadamente: troços de passeio, colocação de lancis e pavimentação; Executar obras de adaptação de espaços públicos às condições de acessibilidade, nomeadamente rebaixamento/alteamento de passeios em zonas de passeadeiras ou de acessos a edifícios, entre outras; Reparar, desobstruir e proceder à manutenção de coletores pluviais, valetas, sarjetas, sumidouros e passagens hidráulicas; Executar pontualmente caixas sumidouro de águas pluviais; Efetuar o levantamento/rebaixamento de tampas das caixas da rede de saneamento pluvial, de esgotos domésticos, de abastecimento de água, ou outras, desde que previamente acordado com as respetivas entidades gestoras/responsáveis; Proceder à reparação e manutenção de sinalização viária; Proceder à remoção de publicidade ilícita, sempre que solicitado; Proceder à colocação de placas de toponímia, sempre que solicitado;

		Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
DOM-22	Assistente Técnico	<p>Coordenar a Brigada de Intervenção Urbana (BIU);</p> <p>Efetuar a gestão de todos os pedidos solicitados;</p> <p>Assegurar e planejar a aquisição dos materiais necessários às intervenções previstas;</p> <p>Assegurar a boa gestão dos equipamentos afetos à BIU;</p> <p>Colaborar na execução de pequenos projetos de arquitetura e estudos urbanos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DOM-23	Técnico Superior	<p>Elaborar projetos de arquitetura e estudos urbanos;</p> <p>Realizar o acompanhamento de obra para a boa prática da construção, face aos projectos de conjunto;</p> <p>Acompanhar os trabalhos e soluções construtivas adaptadas, face a soluções de durabilidade e de economia mais viáveis;</p> <p>Acompanhar e verificar as infra-estruturas apresentadas face ao bom desempenho dos edifícios;</p> <p>Coordenar todos os projetos de execução de arquitetura, interiores, restauro do património edificado;</p> <p>Verificar a exequibilidade dos projetos apresentados no município, face ao bom desempenho, adequabilidade ao local face à sua parte prática, funcional e económica para o município;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DOM-24	Técnico Superior	<p>Proceder a estudos, cálculos de engenharia, pareceres, relatórios técnicos, projetos, medições, orçamentos ou outros trabalhos que lhe sejam superiormente incumbidos;</p> <p>Dar acompanhamento técnico, de acordo com a legislação em vigor, a todas as empreitadas de obras em que os projetos tenham sido elaborados na Divisão;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DOM-25	Técnico Superior	<p>Analisar pedidos de sinalização;</p> <p>Propor a colocação de sinalização;</p> <p>Analisar estudos de mobilidade;</p> <p>Acompanhar estudos externos relacionados com mobilidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DOM-26	Assistente Técnico	Efetuar levantamentos topográficos e implantações; Fiscalizar obras; Calcular áreas; Elaborar perfis; Efetuar estudos viários; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-27	Assistente Técnico	Elaborar medições e estimativas orçamentais; Analisar projetos; Apoiar o gabinete de trânsito; Analisar erros e omissões de concursos; Elaborar e controlar fichas de projetos; Atualizar o arquivo de projetos e o arquivo de catálogos de materiais; Efetuar tratamento de dados e realizar relatórios de atividades; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-28	Assistente Técnico	Efetuar o apoio administrativo da Divisão; Elaborar ofícios, faxes, e-mail e respetiva expedição; Elaborar comunicações e informações internas; Proceder ao registo e tramitação de documentos em SGD; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-29	Assistente Operacional	Realizar tarefas auxiliares à execução dos trabalhos de um Topógrafo, seguindo as suas instruções; Colaborar no transporte e manuseamento dos equipamentos topográficos; Efetuar a limpeza dos instrumentos de observação e medição (óticos, eletrónicos, etc.); Fixar e posicionar alvos topográficos, nos levantamentos e implantações de obras; Percorrer terreno a fim de posicionar os alvos nos pontos mais significativos do recorte altimétrico e planimétrico; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DOM-30	Técnico Superior	Coordenar a equipa de fiscalização que integra; Fiscalizar, de acordo com a legislação em vigor, todas as empreitadas de obras para as quais seja designado; Proceder aos estudos, cálculos de engenharia, pareceres, relatórios técnicos, projetos, medições, orçamentos ou outros trabalhos que lhe sejam superiormente incumbidos, no âmbito das suas competências; Coordenar e participar nas vistorias a efetuar no âmbito das receções provisórias e definitivas das obras que estejam em curso e que sejam ou tenham sido da sua responsabilidade; Verificar a exequibilidade dos projetos apresentados pelo Município; Acompanhar os trabalhos e soluções construtivas adaptadas, face a soluções de durabilidade e de economia mais viáveis Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.

DOM-31	Assistente Operacional	Executar diversos trabalhos de servente no âmbito das suas competências, nomeadamente, dar apoio aos trabalhos de carpinteiro e pedreiro; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DAS-01	Chefe de Divisão - Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	Coordenar todos os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a Divisão; Planear, implementar e avaliar medidas de sensibilização e de proteção ambiental, bem como realizar iniciativas práticas de carácter pedagógico; Exercer fiscalização ambiental e monitorizar as fontes poluidoras do Concelho; Elaborar e dar parecer sobre estudos que versem o Ambiente e a Qualidade de Vida; Gerir, elaborando documentos de análise, os sistemas de saneamento e de resíduos, a limpeza urbana e o cemitério, todo o processo de efluentes e resíduos, a cargo do Município, das Empresas Municipais ou de Concessionárias; Acompanhar, com as devidas articulações, a concessão do abastecimento de água; Planear o processo de expansão das redes de abastecimento de água, de saneamento e a necessidade e localização de novas ETAR's; Emitir pareceres e analisar documentos relativos a recursos hídricos, recursos naturais, ruído e ar, promovendo as articulações com as entidades externas; Efetuar o estudo e ordenamento viário e soluções de mobilidade; Elaborar estudos, planeamento e prospetiva da sustentabilidade energética e de recursos; Gerir e manter os jardins públicos em articulação com a entidade empresarial local; Assegurar a execução das demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas da Divisão.
DAS-02	Assistente Técnico	Apoiar administrativamente o responsável hierárquico, bem como os restantes serviços da unidade orgânica; Promover o registo e encaminhar a documentação produzida e recebida na unidade orgânica; Coordenar diariamente o expediente interno e externo; Proceder ao arquivamento da documentação (papel / digital) após a sua conclusão, mantendo actualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços; Proceder à organização do arquivo existente, permitindo um acesso eficaz e célere, à documentação de cada processo; Efetuar atendimento geral sempre que necessário; Promover a modernização administrativa da divisão; Dinamizar os conteúdos do site do município na área da divisão; Desenvolver projetos de sensibilização e educação ambiental e organizar os eventos; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.

DAS-03	Assistente Técnico	<p>Zelar pelas instalações municipais correspondentes ao Canil Municipal, numa óptica de sustentabilidade, efetuando atendimento ao público e procedendo a todos os registos e comunicações necessárias;</p> <p>Apoiar a DAS na gestão do canil municipal, tratando da logística, alimentação, higiene dos animais;</p> <p>Dar apoio ao médico veterinário na medicação dos animais e outros afazeres necessários;</p> <p>Integrar a equipa da fiscalização ambiental, fiscalizando e assegurando o cumprimento das posturas e regulamentos municipais e legislação nacional, no que diz respeito às normas ambientais, nomeadamente as relacionadas com as áreas de águas, saneamento, resíduos, ruído, ar, espaços verdes, entre outras, pelos municípios, empresas privadas e empresas que prestam serviços à autarquia na área do ambiente;</p> <p>Dar apoio à DAS na salvaguarda do património ambiental e na proteção dos recursos naturais, principalmente nos recursos hídricos do concelho, nomeadamente através da logística necessária para o bom funcionamento do Agroal, acautelando as questões da Agência Portuguesa do Ambiente;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAS/AE-01	Técnico Superior	<p>Desenvolver, analisar e acompanhar projetos e ações no domínio da engenharia do ambiente, nomeadamente nas áreas de águas, saneamento, resíduos, espaços verdes, ruído, ar, entre outras correlacionadas com a utilização das melhores técnicas de engenharia disponíveis, fiscalizando os contratos existentes com as empresas da especialidade que executam serviços para a autarquia;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAS/AE-02	Técnico Superior	<p>Desenvolver, analisar e acompanhar projetos e ações no domínio da engenharia, nomeadamente nas áreas de águas e saneamento, entre outras correlacionadas com a utilização das melhores técnicas de engenharia disponíveis, fiscalizando os contratos existentes com as empresas da especialidade que executam serviços para a autarquia;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAS/AE-03	Assistente Técnico	<p>Apoiar os técnicos superiores nas temáticas da divisão, principalmente nas áreas de águas e saneamento, analisar pedidos, reclamações técnicas e prestar esclarecimentos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAS/AE-04	Assistente Técnico	<p>Proceder ao controlo da portaria do estaleiro municipal, efetuando o registo diário das entradas e saídas do estaleiro, através do preenchimento do relatório de portaria;</p> <p>Proceder ao controlo da deposição de resíduos seletivos, identificando os utilizadores e efetuando o registo diário das deposições;</p> <p>Efetuar a gestão de resíduos no estaleiro municipal, acompanhando a produção, remoção e encaminhamento para operador licenciado, recolhendo e registando as guias de acompanhamento de resíduos;</p> <p>Controlar o estado de limpeza e asseio do espaço do estaleiro, tomando diligências para manter o mesmo em perfeitas condições;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAS/AE-05	Assistente Operacional	<p>Proceder ao controlo da portaria do estaleiro municipal, bem como ao controlo da deposição de resíduos seletivos e controlo da limpeza e asseio do espaço do estaleiro;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DAS/AE-06	Assistente Operacional	Efetuar trabalhos de campo relacionados com a temática do ambiente, principalmente nas áreas de águas, saneamento e resíduos, dando apoio aos técnicos da Divisão; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DAS/AE-07	Técnico Superior	Acompanhar a gestão de espaços verdes municipais ou a cargo do Município de Ourém, promovendo o embelezamento e a sustentabilidade dos mesmos, através da modernização e otimização dos sistemas de rega, da escolha das espécies mais adequadas, da avaliação dos espaços existentes, visando a implementação das técnicas mais inovadoras de gestão, dentro das boas regras de jardinagem, tudo a um custo economicamente adequado; Promover a gestão adequada de recursos hídricos, no que diz respeito à salvaguarda do interesse público local, através da promoção da sua valorização, preservação e limpeza, da elaboração de projetos de licenciamento de utilização e da análise e emissão de pareceres, dinamizando a relação institucional com a Agência Portuguesa do Ambiente e salvaguardando o património existente; Desenvolver, analisar e acompanhar projetos e ações no domínio da conservação da natureza, da proteção do ambiente, da salvaguarda dos recursos naturais e da promoção da biodiversidade, acompanhando as empresas privadas do concelho nas temáticas referidas; Dar apoio técnico à equipa da fiscalização ambiental, nas temáticas referidas bem como na renovação de procedimentos para uma maior eficácia na limpeza de terrenos urbanos e de matos, para a salvaguarda de pessoas e bens; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DAS/RN-01	Coordenador Técnico	Apoiar administrativamente o responsável hierárquico, bem como os restantes serviços da unidade orgânica; Registar e encaminhar a documentação produzida e recebida na unidade orgânica; Coordenar diariamente o expediente interno e externo; Proceder ao arquivamento da documentação (papel / digital) após a sua conclusão, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços; Proceder à organização do arquivo existente, permitindo um acesso eficaz e célere, à documentação de cada processo; Efetuar atendimento geral sempre que necessário; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DAS/RN-02	Assistente Operacional	Fiscalizar e assegurar o cumprimento das posturas e regulamentos municipais e legislação nacional, no que diz respeito às normas ambientais, nomeadamente as relacionadas com as áreas de águas, saneamento, resíduos, ruído, ar, espaços verdes, entre outras, pelos munícipes, empresas privadas e empresas que prestam serviços à autarquia na área do ambiente; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.

DAS/RN-03	Assistente Operacional	<p>Proceder ao cultivo de flores, árvores ou outras plantas e semear relvados em parques ou jardins públicos, sendo responsável por todas as operações inerentes ao normal desenvolvimento das culturas e à sua manutenção e conservação;</p> <p>Proceder à limpeza e conservação dos arruamentos e canteiros;</p> <p>Cuidar de viveiros de plantas, procedendo à cultura de sementes, bolbos, arbustos, árvores e flores, ao ar livre ou em estufa, para propagação, preparando os viveiros, cravando-os e compondo-os adequadamente;</p> <p>Operar com diversos instrumentos necessários à realização das tarefas inerentes à função de jardinagem, que podem ser manuais ou mecânicos;</p> <p>Proceder à limpeza, afinação e lubrificação do equipamento mecânico ficando responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos;</p> <p>Proceder a pequenas reparações, providenciando em caso de avarias maiores o arranjo do material;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAS/RN-04	Assistente Operacional	<p>Proceder à manutenção e controle dos sistemas de rega de espaços verdes do município, gerindo os mesmos com sustentabilidade ambiental e económico-financeira na poupança do BEM ÁGUA (entre outros espaços ou situações semelhantes);</p> <p>Apoiar a realização das tarefas de jardinagem, sempre que necessário;</p> <p>Dar apoio no Ecocentro, sempre que necessário;</p> <p>Proceder à limpeza, afinação e lubrificação do equipamento mecânico ficando responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos;</p> <p>Proceder a pequenas reparações, providenciando, em caso de avarias maiores, o arranjo do material;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

<p>DGU-01</p>	<p>Chefe de Divisão - Divisão de Gestão Urbanística</p>	<p>Coordenar todos os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a Divisão; Apreciar os pedidos de realização de operações urbanísticas e pedidos de informação prévia, abrangidas pelo regime de urbanização e edificação; Assegurar a organização dos processos, ficheiros e arquivos referentes a pedidos para obras particulares, vistorias e autorização de utilização; Apreciar os pedidos de outras operações, no âmbito da sua localização, abrangidas por legislação específica nomeadamente, estabelecimentos de restauração e bebidas, estabelecimentos de comércio, de armazenamento e abastecimento de combustíveis, empreendimentos turísticos, industriais, recintos de espetáculos e divertimentos públicos, infraestruturas de suporte de instalações de radiocomunicações; Informar os processos administrativos, organizar e manter atualizados os ficheiros, anotando todos os movimentos dos respetivos processos, mantendo em ordem o arquivo setorial; Garantir a movimentação técnico-administrativa dos processos dos particulares de modo a garantir o cumprimento dos prazos legais e as normas vigentes; Assegurar a execução do controlo dos prazos dos processos enviados a outras entidades e ou serviços Câmara Municipal para efeitos de emissão de parecer; Propor matérias a serem incluídas em regulamentos de urbanização e de edificação, bem como a revisão dos mesmos; Colaborar na elaboração, alteração e revisão dos instrumentos de gestão territorial; Organizar os processos de vistoria das construções para todos os fins consignados na lei e dar andamento aos despachos que incidirem nos mesmos; Receber e encaminhar sugestões, propostas e reclamações apresentadas pelos munícipes, em matéria de urbanização e de edificação; Emitir registo e arquivamento de alvarás de licenças de construção, de autorizações de utilização, de ocupação da via pública por motivos de obras e de certidões no âmbito das competências da divisão; Proceder às notificações no âmbito do licenciamento de operações urbanísticas; Implementar meios de difusão e divulgação da informação da divisão; Elaborar estatísticas relativas ao regime jurídico da urbanização e da edificação e a outros regimes de licenciamento da sua competência, e remetê-las aos organismos oficiais competentes; Efetuar atendimento ao público, no âmbito das suas competências, quer de forma continuada, quer por marcação. Rececionar e proceder ao saneamento dos processos no âmbito das atribuições da divisão; Assegurar a execução das demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas da Divisão.</p>
<p>DGU-02</p>	<p>Técnico Superior</p>	<p>Realizar as tarefas no âmbito das competências da unidade orgânica; Analisar processos e emitir informações técnicas; Efetuar atendimento técnico; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DGU-03	Técnico Superior	<p>Realizar as tarefas que lhe são distribuídas pelo Chefe de Divisão, no âmbito das competências da unidade orgânica;</p> <p>Analisar processos e emitir informações técnicas;</p> <p>Efetuar atendimento técnico;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGU-04	Técnico Superior	<p>Desempenhar funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;</p> <p>Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços;</p> <p>Exercer funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado;</p> <p>Representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;</p> <p>Apreciar e informar, à luz dos planos e regulamentos urbanísticos em vigor e demais legislação aplicável, todos os processos de obras particulares. Na análise dos processos atrás referidos incluem-se aqui os projectos de engenharia (especialidades);</p> <p>Efetuar vistorias no âmbito do Regime Jurídico da urbanização e da Edificação;</p> <p>Efetuar vistorias no âmbito do Sistema de Industria Responsável;</p> <p>Efetuar atendimento técnico;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGU-05	Técnico Superior	<p>Desempenhar funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;</p> <p>Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços;</p> <p>Exercer funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado;</p> <p>Representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;</p> <p>Apreciar e informar, à luz dos planos e regulamentos urbanísticos em vigor e demais legislação aplicável, todos os processos de obras particulares. Na análise dos processos atrás referidos incluem-se aqui os projectos de engenharia (especialidades);</p> <p>Apreciar processos de obras particulares na área de reabilitação urbana;</p> <p>Efetuar vistorias no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação;</p> <p>Efetuar atendimento técnico;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGU-06	Técnico Superior	<p>Emitir alvarás de loteamento/aditamentos, licenças de construção e de utilização de edifícios;</p> <p>Emitir certidões de destaque e propriedades horizontais;</p> <p>Solicitar pareceres, quer internos quer externos ao município e assegurar a execução do controlo dos prazos para efeitos de emissão de parecer;</p> <p>Apreciar os pedidos de realização de operações urbanísticas e pedidos de informação prévia, abrangidas pelo regime jurídico de urbanização e edificação, relativamente às especialidades: águas pluviais, rede predial de água (Be Water) e rede predial de esgotos e Projeto de gestão de resíduos –</p>

		<p>relacionado com a atividade;</p> <p>Colaborar na elaboração, alteração e revisão dos instrumentos de gestão territorial;</p> <p>Propor matérias a serem incluídas em regulamentos de urbanização e de edificação, bem como a revisão dos mesmos;</p> <p>Receber as sugestões e reclamações apresentadas pelos munícipes, em matéria de urbanização e de edificação, dando-lhes o devido andamento;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGU/AA-01	Assistente Técnico	<p>Realizar tarefas, no âmbito das competências da unidade orgânica;</p> <p>Prestar apoio administrativo à unidade orgânica;</p> <p>Efetuar atendimento geral;</p> <p>Efetuar arquivo geral;</p> <p>Assegurar movimentação dos registos de SGD;</p> <p>Efetuar averbamentos de Técnicos e Empreiteiros;</p> <p>Assegurar entradas e encaminhamento de processos;</p> <p>Executar os procedimentos relativos à expedição de correio;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGU/AA-02	Assistente Técnico	<p>Realizar tarefas administrativas de apoio à emissão de pareceres e análise de processos de licenciamento;</p> <p>Efetuar atendimento geral;</p> <p>Efetuar arquivo geral;</p> <p>Assegurar movimentação dos registos na aplicação informática;</p> <p>Efetuar averbamentos de Técnicos e Empreiteiros;</p> <p>Assegurar entradas e encaminhamento de processos;</p> <p>Executar os procedimentos relativos à expedição de correio;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGU/AA-03	Assistente Técnico	<p>Efetuar atendimento ao público;</p> <p>Conferir e encaminhar os pedidos/requerimentos para os vários serviços;</p> <p>Colaborar no âmbito do atendimento digital assistido;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DGU/AA-04	Assistente Técnico	<p>Assegurar o atendimento ao público;</p> <p>Assegurar tarefas administrativas que lhe forem solicitadas, enquadráveis na área das suas competências;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

<p>DGU/AA-05</p>	<p>Assistente Técnico</p>	<p>Exercer funções administrativas individuais ou em equipa; Realizar atividades de programação e organização do trabalho segundo orientações e diretivas superiores; Exercer as funções com relativo grau de autonomia e responsabilidade; Assegurar a tramitação do processo de controlo prévio desde a sua entrada até à sua conclusão; Emitir alvarás de loteamento/aditamentos, licenças de construção e de utilização de edifícios; Emitir certidões de destaque e propriedades horizontais; Solicitar pareceres, quer internos quer externos e assegurar a execução do controlo dos prazos para efeitos de emissão de parecer; Elaborar ofícios; Assegurar a organização dos processos, ficheiros e arquivos referentes a pedidos para obras particulares, vistorias e autorização de utilização; Informar os processos administrativos, organizar e manter atualizados os ficheiros, anotando todos os movimentos dos respetivos processos, mantendo em ordem o arquivo setorial; Proceder à emissão, registo e arquivamento de alvarás de licenças de construção, de autorizações de utilização, de ocupação da via pública por motivos de obras, e de certidões no âmbito das competências da divisão; Gerir todos os procedimentos administrativos associados às operações urbanísticas e demais tarefas atribuídas à Divisão; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
<p>DEAS-01</p>	<p>Chefe de Divisão - Divisão de Educação e Assuntos Sociais</p>	<p>Coordenar todos os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a Divisão; Assegurar a execução das competências municipais no âmbito da educação, ação social escolar, ação socioeducativa e pedagógica, rede e parque escolar, transportes escolares, intervenção social, rede social e equipamentos sociais, habitação social e saúde; Assegurar o planeamento, execução e avaliação das matérias relacionadas com a educação e assuntos sociais; Garantir o planeamento integrado e a participação dos agentes educativos e sociais; Gerir a articulação com as instituições, públicas e privadas, que exerçam a sua atividade no domínio educativo e social; Assegurar a execução das demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas do serviço.</p>

DEAS-02	Técnico Superior	<p>Colaborar na resolução dos problemas habitacionais dos cidadãos, através da mobilização de recursos internos e externos, que permitam integrar soluções inovadoras, numa lógica de participação dos cidadãos;</p> <p>Detetar as necessidades dos indivíduos, grupos e comunidades, utilizando para o efeito teorias e metodologias de intervenção, designadamente, diagnóstico, entrevista, mediação, visita domiciliária, parcerias, investigação ação participativa, projetos, etc;</p> <p>Definir estratégias que permitam o apoio a famílias na resolução do problema habitacional, potenciando os recursos e benefícios facultados por diversos serviços, independentemente da sua natureza pública ou privada, em função das políticas setorial de habitação;</p> <p>Efetuar o trabalho técnico, emitir pareceres na área de especialidade e elaborar relatórios sociais, projetos de intervenção comunitária e projetos interdisciplinares;</p> <p>Realizar trabalhos de investigação social, designadamente na área da política habitacional do Município;</p> <p>Participar no planeamento da rede de equipamentos de saúde concelhios e nos órgãos consultivos dos estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde;</p> <p>Participar na definição das políticas e das ações de saúde pública levadas a cabo pelas delegações de saúde concelhias;</p> <p>Participar na prestação de cuidados de saúde continuados no quadro do apoio social à dependência, em parceria com a administração central e outras instituições locais e assegurar a parceria na Rede Nacional de Cuidados Continuados;</p> <p>Cooperar no sentido da compatibilização da saúde pública com o planeamento estratégico de desenvolvimento concelhio;</p> <p>Promover, articular e qualificar as respostas na área da saúde numa intervenção em rede;</p> <p>Apoiar a construção de equipamentos que promovam respostas no domínio da saúde;</p> <p>Promover a educação para a saúde e contribuir para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para o tratamento;</p> <p>Favorecer o acesso aos cuidados primários de saúde;</p> <p>Promover e apoiar projetos no âmbito da saúde e bem-estar dos cidadãos;</p> <p>Propor, em função dos diagnósticos, dos instrumentos e medidas de política central e local, os programas e as ações adequadas às necessidades identificadas, tendo em conta a mobilização possível de meios municipais, da Administração Central ou particulares;</p> <p>Definir programas e estratégias de intervenção no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos;</p> <p>Articular em permanência com as entidades estatais e a sociedade civil que operam na área das dependências, tendo em vista a adoção de parcerias que proporcionem respostas adequadas aos diferentes níveis de intervenção: investigação, prevenção primária, tratamento, reinserção, redução de riscos e danos;</p> <p>Colaborar com a Protecção Civil no apoio aos munícipes vítimas de acidentes graves ou catástrofes;</p> <p>Integrar a CPCJ, Rede Social, UCC, intervenção precoce e demais projetos desenvolvidos pela Divisão;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS-03	Assistente Técnico	<p>Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento e gestão corrente, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços;</p> <p>Fazer o acompanhamento operacional ligado às prestações de serviços na área alimentar;</p> <p>Dar apoio na área da nutrição na recolha de estimativas orçamentais para aquisição de bens e serviços;</p> <p>Dar apoio à concretização de atividades dinamizadas pela Divisão;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DEAS/E-01	Técnico Superior	<p>Promover o relacionamento com instituições educativas (agrupamentos, colégios, M.E);</p> <p>Acompanhar a gestão do pessoal não docente das escolas;</p> <p>Promover as ações de manutenção e apetrechamento de escolas;</p> <p>Acompanhar as construções escolares, em articulação com outros serviços técnicos internos e externos;</p> <p>Preparar e propor a formação de pessoal não docente das escolas;</p> <p>Acompanhar o funcionamento das atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo;</p> <p>Acompanhar o funcionamento e a faturação de telefones das escolas;</p> <p>Organizar e gerir os transportes coletivos municipais para o ensino Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e outras entidades;</p> <p>Controlar os contratos-programa celebrados com a empresa municipal relativos a motoristas e vigilantes de transportes de crianças;</p> <p>Desenvolver os necessários relacionamentos com entidades gestoras de transportes;</p> <p>Organizar e gerir os transportes para alunos com condições especiais;</p> <p>Elaborar e monitorizar a Carta dos Transportes Escolares Municipais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-02	Assistente Técnico	<p>Aplicar os métodos de processamento de informação concebidos para dar uma resposta eficaz e célere às solicitações dos particulares e restantes serviços municipais;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento e gestão corrente, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços;</p> <p>Atender e apoiar os contribuintes no âmbito da atividade da Divisão;</p> <p>Organizar e manter atualizado o arquivo do expediente da Divisão;</p> <p>Colaborar na monitorização dos serviços prestados pelas empresas municipais na área da educação, nomeadamente os respeitantes à gestão dos pedidos de intervenção dos jardins-de-infância e escolas nas áreas de: Manutenção do parque informático, reparação e manutenção dos edifícios escolares, aquecimento das escolas, gestão do equipamento escolar, elaboração da estatística dos pedidos;</p> <p>Gerir e apoiar projetos de âmbito educativo ou social;</p> <p>Organizar e gerir os transportes de alunos com condições especiais, transportes coletivos municipais de ensino Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do EB e outras entidades;</p> <p>Controlar os contratos-programa celebrados com a empresa municipal relativos a motoristas e vigilantes de transportes de crianças;</p> <p>Elaborar e monitorizar a Carta dos Transportes Escolares Municipais;</p> <p>Organizar o processo referente aos protocolos com várias entidades, na área da educação;</p> <p>Assegurar o apoio logístico e o tratamento do expediente da Divisão;</p> <p>Assegurar o apoio executivo e administrativo ao responsável hierárquico, bem como aos serviços da unidade orgânica em que se insere, de forma integrada;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento e gestão corrente, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços;</p> <p>Organizar e manter o economato do respectivo serviço;</p> <p>Gerir e apoiar projetos de âmbito social e da CPCJ;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DEAS/E-03	Assistente Operacional	<p>Efetuar o transporte de alunos pré-escolar e 1º CEB;</p> <p>Efetuar o transporte de alunos para as refeições;</p> <p>Efetuar o transporte de alunos para as piscinas - Pré-escolar e 1º CEB;</p> <p>Efetuar o transporte de alunos para as Atividades de Enriquecimento Curricular;</p> <p>Efetuar o transporte em visitas de estudo;</p> <p>Efetuar o transporte de grupos sempre que autorizados superiormente;</p> <p>Cuidar da higiene e manutenção do veículo à sua responsabilidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-04	Assistente Operacional	<p>Organizar as atividades de preparação e confeção das refeições;</p> <p>Supervisionar os trabalhos relacionados com o nível dos diferentes setores de uma cozinha, nomeadamente nas seguintes tarefas: Receção de matérias-primas, preparação, disposição e distribuição de alimentos, higiene geral da cozinha, higiene, empacotamento e disposição de talheres, gestão de todos os utensílios e géneros necessários ao serviço, responsabilizar-se pela organização e métodos de trabalho, controlar a gestão documental relativa aos processos de Qualidade e Higiene e Segurança dos alimentos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-05	Técnico Superior	<p>Desenvolver atividades de consultadoria aos órgãos de gestão e aos diretores de turma;</p> <p>Prestar apoio à comunidade educativa;</p> <p>Apoiar alunos com necessidades educativas especiais;</p> <p>Efetuar avaliação psicopedagógica de alunos;</p> <p>Efetuar acompanhamento psicológico;</p> <p>Efetuar intervenções temáticas em turmas e grupos de alunos, nomeadamente em programas de desenvolvimento de competências emocionais, ou cognitivas, gestão do tempo, métodos de estudo, controle de ansiedade, etc;</p> <p>Efetuar aconselhamento e desenvolvimento de competências parentais;</p> <p>Desenvolver, no âmbito da Orientação Escolar e Profissional: programas orientados para o 9º ano, que se desenvolvem na turma, ao longo do ano letivo;</p> <p>Desenvolver ações e avaliações pontuais com turmas do ensino secundário;</p> <p>Orientar, seleccionar e encaminhar alunos para cursos profissionais e cursos de educação e formação;</p> <p>Trabalho de equipa com Professores, na discussão de casos, e participação em projetos do PES- Programa de Educação para a Saúde;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DEAS/E-06	Assistente Técnico	<p>Assegurar o apoio logístico e o tratamento do expediente necessário ao exercício de funções do pessoal afeto à Divisão;</p> <p>Assegurar o apoio executivo e administrativo ao responsável hierárquico, bem como aos serviços da unidade orgânica em que se insere, de forma integrada;</p> <p>Aplicar os métodos de processamento de informação concebidos para dar uma resposta eficaz e célere às solicitações dos particulares e restantes serviços municipais;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento e gestão corrente, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços;</p> <p>Atender e apoiar os contribuintes no âmbito da atividade da Divisão;</p> <p>Arquivar os processos depois de concluído o procedimento;</p> <p>Organizar e manter organizado o arquivo da Divisão;</p> <p>Monitorizar os serviços prestados pelas empresas municipais na área da educação, nomeadamente os respeitantes à gestão dos pedidos de intervenção dos jardins-de-infância e escolas nas áreas de: Manutenção do parque informático, reparação e manutenção dos edifícios escolares, aquecimento das escolas, gestão do equipamento escolar e elaboração da estatística dos pedidos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-07	Assistente Operacional	<p>Apoiar o acompanhamento do Contrato de Execução no âmbito da educação;</p> <p>Colaborar na revisão dos instrumentos de planeamento da área da educação;</p> <p>Fazer o acompanhamento dos projetos financiados;</p> <p>Participar nos projetos da educação, desde o planeamento à execução e avaliação;</p> <p>Fazer a estatística na área da educação;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-08	Chefe dos Serviços de Administração Escolar	<p>Dirigir e orientar o pessoal afeto ao serviço administrativo no exercício diário das suas tarefas;</p> <p>Exercer todas as competências delegadas pela direção executiva;</p> <p>Propor as medidas tendentes à modernização e eficiência dos serviços de apoio administrativo;</p> <p>Preparar e submeter a despacho dos órgãos de administração e gestão competentes todos os assuntos respeitantes ao funcionamento da escola;</p> <p>Assegurar a elaboração do projecto de orçamento de acordo com as linhas traçadas pela direção executiva;</p> <p>Coordenar, de acordo com as orientações do conselho administrativo, a elaboração do relatório de conta de gerência;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DEAS/E-09	Assistente Técnico	<p>Executar funções inerentes às áreas de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade /processamento de vencimentos, pessoal, alunos, aprovisionamento, economato, com vista a assegurar o regular funcionamento da Escola/Agrupamento;</p> <p>Assegurar a comunicação entre órgãos e entre estes e os particulares;</p> <p>Assegurar o processamento de texto e organização da informação;</p> <p>Recolher e efetuar apuramentos estatísticos elementares, mapas, quadros ou utilizar outra forma de transmissão eficaz de dados existentes;</p> <p>Recolher, examinar, conferir e proceder à escrituração de dados relativos às transacções financeiras e contabilísticas e assegurar a movimentação do fundo de maneio;</p> <p>Manter os processos atualizados;</p> <p>Organizar, calcular e desenvolver processos relativos à aquisição de material, equipamento, instalações ou serviços;</p> <p>Manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores, contabilizar faltas e ausências em geral, elaborar mapas para entidades externas, instruir processos disciplinares e outros;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-10	Assistente Técnico	<p>Exercer funções de dinamização de atividades nas bibliotecas dos centros escolares de Stª Teresa, Misericórdias e Caridade, tratar do acervo literário (bibliobase) e executar trabalho de acompanhamento de alunos;</p> <p>Exercer funções na biblioteca da escola sede do agrupamento, nomeadamente, assegurar a dinamização de atividades e organização das tarefas dos alunos, acompanhamento no Gabinete de apoio aos alunos e organização de atividades no Programa de Educação para a Saúde e na Educação para a Sexualidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-11	Assistente Técnico	<p>Contribuir para a plena formação, realização, bem-estar e segurança das crianças e alunos;</p> <p>Contribuir para a correta organização dos estabelecimentos de educação e de ensino e assegurar a realização e o desenvolvimento regular das atividades neles prosseguidas;</p> <p>Colaborar ativamente com todos os intervenientes no processo educativo;</p> <p>Zelar pela preservação das instalações e equipamentos escolares e propor medidas de melhoramento dos mesmos, cooperando ativamente com o órgão executivo da escola ou do agrupamento de escolas na prossecução desses objetivos e com o Município;</p> <p>Participar em ações de formação e empenhar-se no sucesso das mesmas;</p> <p>Cooperar com os restantes intervenientes no processo educativo na deteção de situações que exijam correção ou intervenção urgente, identificadas no âmbito do exercício continuado das respetivas funções;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-12	Assistente Operacional	<p>Contribuir para a plena formação, realização, bem-estar e segurança das crianças e alunos;</p> <p>Contribuir para a correta organização dos estabelecimentos de educação e de ensino e assegurar a realização e o desenvolvimento regular das atividades neles prosseguidas;</p> <p>Colaborar ativamente com todos os intervenientes no processo educativo;</p> <p>Zelar pela preservação das instalações e equipamentos escolares e propor medidas de melhoramento dos mesmos, cooperando ativamente com o órgão executivo da escola ou do agrupamento de escolas na prossecução desses objetivos e com o Município;</p> <p>Participar em ações de formação e empenhar-se no sucesso das mesmas;</p> <p>Cooperar com os restantes intervenientes no processo educativo na deteção de situações que exijam correção ou intervenção urgente, identificadas no âmbito do exercício continuado das respetivas funções;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DEAS/E-13	Assistente Operacional	Exercer a vigilância da respetiva área das instalações da escola que está sob a sua responsabilidade; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DEAS/E-14	Assistente Operacional	Organizar as atividades de preparação e confeção das refeições; Supervisionar os trabalhos relacionados com o nível dos diferentes setores de uma cozinha, nomeadamente nas seguintes tarefas: Receção de matérias-primas, preparação, disposição e distribuição de alimentos, higiene geral da cozinha, higiene, empacotamento e disposição de talheres, gestão de todos os utensílios e géneros necessários ao serviço, responsabilizar-se pela organização e métodos de trabalho, controlar a gestão documental relativa aos processos de Qualidade e Higiene e Segurança dos Alimentos; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DEAS/E-15	Técnico Superior	Analisar e elaborar pareceres técnicos na área da gestão educativa; Coordenar programas e iniciativas para a educação e participar na criação de projetos educativos; Fazer a gestão administrativa, financeira e estatística das matérias relacionadas com a educação; Organizar e gerir os transportes coletivos municipais para o ensino pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e os transportes para outras entidades; Elaborar e monitorizar a Carta dos Transportes Escolares Municipais; Acompanhar a execução dos contratos-programa e protocolos celebrados com entidades externas, relativos à área da educação; Elaborar e acompanhar a execução dos os projetos comunitários e nacionais da área da educação; Estudar e aplicar métodos de processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadrados em conhecimentos profissionais específicos; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DEAS/E-16	Técnico Superior	Diagnosticar problemas socioeducativos de cidadãos; Intervir em matéria de educação, de forma sistemática e planificada, em diversos contextos sociais, com grupos desfavorecidos, em situação de risco ou exclusão social; Elaborar projetos de formação socioeducativa, otimizar estratégias de aprendizagem não formal e de comunicação interpessoal; Definir planos de intervenção que integrem a aprendizagem da gestão doméstica e familiar, princípios de higiene habitacional e pessoal, da gestão orçamental, no contexto micro-familiar, no âmbito do trabalho de intervenção junto das famílias; Gerir programas de educação social e comunitária; Efetuar o trabalho técnico, emitir pareceres na área de especialidade e elaborar relatórios sociais; Estudar e aplicar métodos de processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadrados em conhecimentos profissionais específicos; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DEAS/E-17	Assistente Operacional/Encarregado Operacional	Desempenhar de funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade; Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal que está sob a sua coordenação. Funções de supervisão de um grupo de assistentes operacionais, sendo responsável pela afectação dos funcionários que supervisiona aos diferentes domínios escolares, coordenando-os no exercício das suas actividades; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.

DEAS/E-18	Técnico Superior	<p>Executar funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação e local onde se encontra integrado;</p> <p>Organizar e classificar os documentos contabilísticos;</p> <p>Efetuar o registo das operações contabilísticas, ordenando os movimentos pelo débito e crédito nas respetivas contas, de acordo com a natureza do documento, utilizando aplicações informáticas, documentos e livros auxiliares e obrigatórios;</p> <p>Contabilizar as operações do serviço público, registando débitos e créditos;</p> <p>Preparar, para a gestão do serviço onde está integrado, a documentação necessária ao cumprimento das obrigações legais e ao controlo das atividades;</p> <p>Recolher dados necessários à elaboração de relatórios periódicos da situação económico-financeira do serviço público, nomeadamente, orçamentos, planos de ação, inventários e relatórios;</p> <p>Organizar e arquivar todos os documentos relativos à atividade contabilística;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-19	Técnico Superior	<p>Executar funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação e local onde se encontra integrado;</p> <p>Contabilizar as operações do serviço público, registando débitos e créditos e os respectivos movimentos;</p> <p>Registar contabilisticamente a despesa e receita;</p> <p>Arrecadar a receita diariamente e priorizar o pagamento a terceiros por transferência bancária ou emissão de cheque;</p> <p>Efectuar pedidos de orçamento;</p> <p>Criar e actualizar os ficheiros de fornecedores;</p> <p>Elaborar todas peças processuais referentes à aquisição pública, nos termos do código da contratação pública;</p> <p>Organizar e arquivar todos os documentos relativos à atividade contabilística;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/E-20	Técnico Superior	<p>Executar funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação;</p> <p>Planificação, implementação e acompanhamento de projetos educativos e projetos locais na área da educação;</p> <p>Acompanhamento dos processos de candidaturas a projetos educativos financiados na área da educação;</p> <p>Gestão da plataforma de gestão de informação educativa que concentra informação sobre as intervenções nas escolas, transportes e refeições escolares;</p> <p>Acompanhamento da execução dos contratos-programa e protocolos celebrados com entidades externas, relativos à área da educação;</p> <p>Realização de apoio pedagógico de crianças de risco em projectos no âmbito da prevenção e acompanhamento escolar;</p> <p>Construção de materiais didáticos sobre a história local e regional;</p> <p>Implementação de iniciativas de complexa dimensão organizativa;</p> <p>Aplicação de métodos e processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadrados em conhecimentos profissionais específicos, designadamente nos seguintes domínios de atividade: sucesso escolar, projetos educativos, autonomia das escolas, carta educativa, conselhos municipais de educação e conselhos gerais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DEAS/AS-01	Técnico Superior	<p>Efetuar estudos de natureza científico-técnicos, tendo em vista a fundamentação da tomada de decisões, em áreas como recursos humanos, apoio social, educativo e cultural, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas:</p> <p>Prestar apoio técnico, mediante designação do Presidente da Câmara, na aplicação dos métodos de seleção, em sede de recrutamento de trabalhadores - avaliação psicológica;</p> <p>Detetar necessidades da comunidade e propor a realização de ações de prevenção e medidas de intervenção adequadas;</p> <p>Identificar necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa de crianças integradas em agregados familiares disfuncionais;</p> <p>Avaliar e gerir os processos de promoção e proteção que lhe forem atribuídos pela comissão restrita da CPCJ;</p> <p>Avaliação e acompanhamento psicológico de crianças e jovens;</p> <p>Efetuar aconselhamento e treino parental;</p> <p>Articular o encaminhamento para instituições e estruturas locais;</p> <p>Elaborar pareceres e relatórios técnicos;</p> <p>Definir estratégias que permitam o apoio a famílias ou grupos vulneráveis na resolução dos problemas sociais, potenciando os recursos e benefícios facultados por diversos serviços, independentemente da sua natureza pública ou privada, em função das políticas setoriais;</p> <p>Elaborar projetos de intervenção comunitária e projetos interdisciplinares;</p> <p>Realizar trabalhos de investigação social;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/AS-02	Assistente Técnico	<p>Aplicar os métodos de processamento de informação concebidos para dar uma resposta eficaz e célere às solicitações dos particulares e restantes serviços municipais;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento e gestão corrente, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços;</p> <p>Atender e apoiar os contribuintes no âmbito da atividade da Divisão;</p> <p>Organizar e manter atualizado o arquivo do expediente da Divisão;</p> <p>Colaborar na monitorização dos serviços prestados pelas empresas municipais na área da educação, nomeadamente os respeitantes à gestão dos pedidos de intervenção dos jardins-de-infância e escolas nas áreas de: Manutenção do parque informático, reparação e manutenção dos edifícios escolares, aquecimento das escolas, gestão do equipamento escolar, elaboração da estatística dos pedidos;</p> <p>Gerir e apoiar projetos de âmbito educativo ou social;</p> <p>Organizar e gerir os transportes de alunos com condições especiais, transportes coletivos municipais de ensino Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do EB e outras entidades;</p> <p>Controlar os contratos-programa celebrados com a empresa municipal relativos a motoristas e vigilantes de transportes de crianças;</p> <p>Elaborar e monitorizar a Carta dos Transportes Escolares Municipais;</p> <p>Organizar o processo referente aos protocolos com várias entidades, na área da educação;</p> <p>Assegurar o apoio logístico e o tratamento do expediente da Divisão;</p> <p>Assegurar o apoio executivo e administrativo ao responsável hierárquico, bem como aos serviços da unidade orgânica em que se insere, de forma integrada;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento e gestão corrente, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços;</p> <p>Organizar e manter o economato do respetivo serviço;</p> <p>Gerir e apoiar projetos de âmbito social e da CPCJ;</p>

		Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DEAS/AS-03	Assistente Técnico	<p>Executar todas as tarefas inerentes às competências funcionais;</p> <p>Assegurar o apoio executivo e administrativo ao responsável hierárquico, bem como aos serviços da unidade orgânica em que se insere;</p> <p>Aplicar os métodos de processamento de informação concebidos para dar uma resposta eficaz e célere às solicitações dos cidadãos e restantes serviços municipais;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento de dados destinados à elaboração de informação para planeamento e gestão corrente, mantendo atualizadas as bases de dados e ficheiros necessários ao bom funcionamento dos serviços;</p> <p>Organizar e manter organizado o arquivo da Divisão;</p> <p>Gerir e apoiar projetos de âmbito educativo, social e da saúde e bem-estar;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DEAS/AS-04	Técnico Superior	<p>Detetar as necessidades dos cidadãos utilizando para o efeito teorias e metodologias de intervenção, designadamente: diagnóstico, entrevista, mediação, visita domiciliária, estabelecimento de parcerias, realização de projetos sociais, entre outras.</p> <p>Colaborar na resolução de problemas sociais dos cidadãos através da mobilização de recursos internos e externos, que permitam integrar soluções inovadoras, numa lógica de participação dos cidadãos na definição do projeto de vida;</p> <p>Participar na criação de serviços sociais municipais conducentes à resolução de problemas da comunidade na área de intervenção;</p> <p>Elaborar projetos de intervenção comunitária e projetos interdisciplinares;</p> <p>Efetuar trabalho técnico, emitir pareceres na área de especialidade e elaborar relatórios sociais;</p> <p>Realizar trabalhos de investigação social;</p> <p>Estudar e aplicar métodos de processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadrados em conhecimentos profissionais específicos;</p>

		Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.
DEAS/AS-05	Técnico Superior	<p>Efectuar estudos de natureza científico-técnica tendo em vista a fundamentação da tomada de decisões, em áreas como recursos humanos, saúde, apoio social e educativo;</p> <p>Avaliar e monitorizar indicadores psicossociais da comunidade;</p> <p>Desenvolver e implementar planos de prevenção de factores de risco e promoção de factores de bem-estar e de saúde psicológica junto da comunidade;</p> <p>Realizar acções de formação, educação, sensibilização e capacitação da comunidade e dos profissionais que trabalham no Município;</p> <p>Prevenir e intervir nos riscos psicossociais;</p> <p>Promover acções necessárias ao recrutamento, selecção e orientação profissional;</p> <p>Realizar avaliação e acompanhamento psicológico;</p> <p>Efetuar aconselhamento e treino parental;</p> <p>Realizar orientação escolar e vocacional;</p> <p>Articular o encaminhamento para instituições e estruturas locais;</p> <p>Elaborar pareceres e relatórios técnicos da área de especialidade;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC-01	Chefe de Divisão - Divisão de Ação Cultural	<p>Coordenar todos os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a Divisão;</p> <p>Assegurar a gestão, corrente e estratégica, da Biblioteca Municipal;</p> <p>Assegurar a gestão, corrente e estratégica, do Arquivo Municipal;</p> <p>Assegurar a gestão, corrente e estratégica, do Museu Municipal, tendo em conta as suas valências;</p> <p>Assegurar a gestão, corrente e estratégica, do espaço Jovem - Loja Ponto Já;</p> <p>Promover o estudo, a difusão e a salvaguarda do património cultural;</p> <p>Assegurar a gestão de um programa cultural municipal, assente em recursos próprios e externos, apostado na diversidade de ofertas e de espaços que as recebem;</p> <p>Assegurar a articulação com as Associações e Coletividades do concelho, nas mais diversas vertentes, nomeadamente no apoio técnico e financeiro;</p> <p>Dinamizar acções de Política Municipal de Juventude, Desporto e Cultura;</p> <p>Assegurar a articulação com os demais agentes culturais do concelho;</p> <p>Gerir os equipamentos desportivos, em articulação com os gestores do património municipal e com a entidade empresarial local;</p> <p>Assegurar a execução das demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas do serviço.</p>

DAC-02	Técnico Superior	<p>Dirigir o Museu Municipal;</p> <p>Emitir pareceres técnicos, estudo, inventário e produção de conteúdos em matéria de património cultural;</p> <p>Assegurar a programação e gestão museológica e patrimonial;</p> <p>Programar e gerir ações culturais;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC-03	Técnico Superior	<p>Assegurar a conservação preventiva das coleções em exposições e reserva do Museu Municipal de Ourém através da monitorização dos equipamentos de registo e controlo de temperatura e humidade relativa;</p> <p>Proceder ao tratamento e acondicionamento do acervo patrimonial móvel e imóvel do Museu Municipal de Ourém;</p> <p>Prestar apoio técnico na conservação e valorização do património cultural propriedade e /ou tutela do Município ou de outras entidades locais;</p> <p>Proceder à seleção, recolha e incorporação de bens móveis no acervo museológico do Museu Municipal de Ourém;</p> <p>Manter atualizado o inventário do acervo móvel e imóvel do Museu Municipal de Ourém;</p> <p>Prestar acompanhamento técnico de obra, que envolva a salvaguarda e valorização de elementos construtivos e arquitetónicos com valor patrimonial;</p> <p>Participar em campanhas arqueológicas promovidas pelo município;</p> <p>Disponibilizar informação sobre património a investigadores e outros cidadãos;</p> <p>Participar em estudos e organizar documentação do património natural e cultural do concelho e da região;</p> <p>Programar e participar em atividades culturais promovidas pelo município com propósitos de valorização e promoção turística cultural;</p> <p>Substituir colegas em áreas congéneres;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC-04	Assistente Técnico	<p>Participar na programação, organização e realização de atividades no âmbito o serviço educativo e cultural da Biblioteca Municipal e Museu Municipal;</p> <p>Prestar apoio administrativo no âmbito do associativismo, desporto e juventude, nomeadamente na organização de processos associativos, recepção, triagem, encaminhamento e acompanhamento de pedidos de apoio;</p> <p>Participar na programação, organização e realização de atividades culturais de âmbito municipal</p> <p>Efetuar o acompanhamento administrativo de iniciativas promovidas por entidades culturais recreativas e desportivas, em parceria com o município;</p> <p>Participar em iniciativas de animação sociocultural dirigida à comunidade sénior do concelho;</p> <p>Apoiar no secretariado da unidade orgânica;</p> <p>Apoiar administrativamente na organização de encontros científicos e técnicos promovidos pelo Município;</p> <p>Colaborar nos processos de levantamento e recriação de práticas tradicionais representativas da identidade de Ourém;</p> <p>Acompanhar os processos de apoio ao associativismo cultural, recreativo e desportivo, consubstanciadas em medidas financeiras, técnicas, logísticas e de divulgação/promoção;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DAC/ACDJ-01	Técnico Superior	<p>Executar tarefas de secretariado de apoio a dirigentes e serviços de carácter técnico, assegurando a tramitação do expediente normal e preparando a correspondência, deslocações e reuniões;</p> <p>Executar traduções e retroversões de textos escritos, em inglês;</p> <p>Cuidar da classificação de material informativo e respetivo conteúdo, de acordo com o sistema previamente estabelecido;</p> <p>Analisar, caracterizar, sintetizar e seleccionar os elementos e documentos informativos para atribuição de descritores e ou elaboração de sumário-resumo;</p> <p>Efetuar a escolha e o primeiro tratamento de dados colhidos nos documentos classificados e proceder ao tratamento específico de determinado assunto de acordo com indicações superiormente definidas;</p> <p>Distribuir documentação e informação técnica de uma forma seletiva pelos serviços;</p> <p>Atender, informar ou encaminhar os visitantes estrangeiros.</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam incumbidas superiormente, em observância à sua área de competência.</p>
DAC/ACDJ-02	Técnico Superior	<p>Estudar, planear, programar e aplicar métodos de natureza técnico-científica que fundamentem a decisão em matéria de intervenção junto da comunidade, elaboração de pareceres técnicos com diversos graus de complexidade;</p> <p>Participar na gestão de equipamentos desportivos municipais;</p> <p>Programação e execução de atividades desportivas dirigidas a diferentes tipos de públicos;</p> <p>Trabalhar programas desportivos com as coletividades;</p> <p>Participar na realização de processos de diagnósticos desportivos e sequente elaboração de documentos programáticos;</p> <p>Elaborar relatórios das atividades;</p> <p>Orientar e executar procedimentos e ações de apoio administrativo;</p> <p>Organizar arquivos de correspondência e processos respeitantes à intervenção do Município em matéria desportiva;</p> <p>Exercício das funções com responsabilidade e autonomia.</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam incumbidas superiormente, em observância à sua área de competência.</p>
DAC/ACDJ-03	Assistente Técnico	<p>Receber e encaminhar processos;</p> <p>Arquivar documentos;</p> <p>Assegurar o processamento de texto de memorandos, ofícios, relatórios, notas informativas e outros documentos, com base em informação fornecida;</p> <p>Apoiar administrativamente e participar em atividades promovidas, desenvolvidas ou apoiadas pelo serviço;</p> <p>Efetuar o registo fotográfico do património e de outros elementos pertinentes;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC/ACDJ-04	Assistente Técnico	<p>Preparar e executar atividades de animação cultural no serviço educativo da Biblioteca Municipal;</p> <p>Prestar apoio administrativo no âmbito do associativismo, desporto e juventude, com tarefas de organização de processos associativos, recepção, triagem, encaminhamento e acompanhamento de pedidos de apoio;</p> <p>Preparar e concretizar atividades culturais promovidas pelo Município e efetuar o acompanhamento administrativo de iniciativas promovidas por entidades, em parceria com o município;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DAC/ACDJ-05	Assistente Operacional	<p>Prestar apoio administrativo, triagem e recenseamento do Arquivo Histórico e Corrente; Assegurar o atendimento e apoiar os consultores do Arquivo; Participar no Serviço Educativo do Museu Municipal; Efetuar o atendimento ao leitor e utilizador da internet; Gerir o empréstimo de livros; Elaborar cartões de leitor; Apoiar o espaço infantil; Efetuar o apoio operacional nas tarefas do Museu Municipal e Patrimonial; Distribuir material de divulgação; Efetuar apoio administrativo e acompanhar os processos nas áreas do associativismo, desporto, cultura e juventude; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC/ACDJ-06	Assistente Operacional	<p>Assegurar o atendimento no Estádio Municipal; Efetuar a gestão dos horários de utilização; Efetuar o acompanhamento dos eventos; Proceder à recolha dos dados de consumo de água, luz e gás; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DAC/ACDJ-07	Assistente Operacional	<p>Proceder à limpeza das instalações do Estádio Municipal e de outros edifícios municipais; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
DAC/AM-01	Técnico Superior	<p>Efetuar pesquisa e redação de conteúdos alusivos à história local; Participar na organização de iniciativas culturais dotadas de uma componente histórica, envolvendo sequeentemente tarefas de pesquisa e recreação; Recolher, tratar e gerir, informação documental sobre a História do Município e sequente disponibilização ao público e apoio nos processos de pesquisa; Coordenar a gestão da documentação do Município; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DAC/AM-02	Assistente Operacional	<p>Prestar apoio administrativo, triagem e recenseamento do Arquivo Histórico e Corrente;</p> <p>Assegurar o atendimento e apoiar os consultores do Arquivo;</p> <p>Participar no Serviço Educativo do Museu Municipal;</p> <p>Efetuar o atendimento ao leitor e utilizador da internet;</p> <p>Gerir o empréstimo de livros;</p> <p>Elaborar cartões de leitor;</p> <p>Apoiar o espaço infantil;</p> <p>Efetuar o apoio operacional nas tarefas do Museu Municipal e Patrimonial;</p> <p>Distribuir material de divulgação;</p> <p>Efetuar apoio administrativo e acompanhar os processos nas áreas do associativismo, desporto, cultura e juventude;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC/AM-03	Assistente Técnico	<p>Participar na programação, planeamento, organização e realização de atividades inerentes às oficinas lúdico pedagógicas, no âmbito do serviço educativo e cultural do Museu Municipal, dirigidas à comunidade educativa/escolar e sénior;</p> <p>Participar no planeamento e organização de atividades promocionais do Museu Municipal de Ourém, bem como na implementação de planos e estratégias de relações públicas e nos processos de avaliação dos resultados, no âmbito do serviço cultural e educativo do Museu;</p> <p>Participar em iniciativas promovidas por entidades culturais recreativas e desportivas, em parceria com o Município;</p> <p>Prestar apoio administrativo no âmbito do Arquivo Municipal de Ourém, prestando inclusivamente apoio no atendimento ao público, na realização de pesquisas e disponibilização de documentação através de digitalização e gravação;</p> <p>Executar recenseamento, conservação preventiva, inventariação, descrição e acondicionamento de conjuntos documentais internos e externos (doações e aquisições);</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC/BM-01	Técnico Superior	<p>Dinamizar o serviço educativo da Biblioteca Municipal;</p> <p>Prestar apoio técnico nos processos de seleção e tratamento do acervo bibliográfico;</p> <p>Desenvolver ações que visem a promoção do livro e da leitura;</p> <p>Programação e dinamização cultural e apoio ao associativismo cultural;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC/BM-02	Assistente Técnico	<p>Executar tarefas e procedimentos técnicos relativos à incorporação, tratamento e difusão dos fundos documentais e manter os catálogos atualizados;</p> <p>Acompanhar os processos de empréstimos, permutas e doações;</p> <p>Efetuar o atendimento ao leitor e utilizador da internet;</p> <p>Efetuar a seleção de livros e outros suportes de produtos que enriqueçam o acervo da Biblioteca Municipal;</p> <p>Participar no serviço educativo da Biblioteca;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DAC/BM-03	Assistente Operacional	<p>Prestar apoio administrativo, e efetuar triagem e recenseamento do Arquivo Histórico e Corrente;</p> <p>Assegurar o atendimento e apoiar os consultores do Arquivo;</p> <p>Participar no Serviço Educativo do Museu Municipal;</p> <p>Efetuar o atendimento ao leitor e utilizador da internet;</p> <p>Gerir o empréstimo de livros;</p> <p>Elaborar cartões de leitor;</p> <p>Apoiar o espaço infantil;</p> <p>Efetuar o apoio operacional nas tarefas do Museu <municipal e Patrimonial;</p> <p>Distribuir material de divulgação;</p> <p>Efetuar apoio administrativo e acompanhar os processos nas áreas do associativismo, desporto, cultura e juventude;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC/BM-04	Técnico Superior	<p>Gerir a Biblioteca Municipal nas várias valências;</p> <p>Executar tarefas e procedimentos técnicos relativos à incorporação, tratamento e difusão dos fundos documentais e manter os catálogos atualizados;</p> <p>Emitir parecer sobre pedidos de cedência temporária ou depósito de publicações pertencentes a outras entidades e sobre o interesse do Município na aceitação de doações, heranças e legados;</p> <p>Proceder à seleção de livros e outros suportes de produtos que enriqueçam o acervo da Biblioteca Municipal;</p> <p>Apoiar e orientar os utilizadores dos serviços em pesquisas nos vários suportes de informação;</p> <p>Realizar ações de extensão cultural e de promoção da leitura que incentivem a formação de leitores e o aumento dos índices de leitura a nível concelhio;</p> <p>Prestar apoio a estudantes/utilizadores no âmbito da leitura, estudo e pesquisa de bibliografia utilizando vários suportes;</p> <p>Promover atividades, em cooperação com outras bibliotecas, entidades e organismos culturais, visando a igualdade no acesso à cultura e educação;</p> <p>Apoiar alunos com necessidades educativas especiais, nomeadamente nas dificuldades de leitura e principalmente em situações de dislexia;</p> <p>Prestar apoio técnico às bibliotecas existentes no Município, públicas e escolares, dentro dos limites das suas competências, designadamente, prestar apoio técnico à Rede de Bibliotecas Escolares na preparação de candidaturas e programas;</p> <p>Realizar a revisão de textos e traduções no âmbito das competências da DAC;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC/MM-01	Técnico Superior	<p>Assegurar a conservação preventiva de bens móveis e imóveis;</p> <p>Acompanhar as exposições realizadas nos espaços do Museu Municipal;</p> <p>Registar e inventariar o património do Município;</p> <p>Participar na programação e ação cultural do Município;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DAC/MM-02	Técnico Superior	<p>Executar, cumprindo a vocação do Museu Municipal de Ourém e em articulação com os demais serviços da autarquia, as políticas e estratégias municipais em matérias de investigação, documentação, salvaguarda e divulgação do património natural do concelho, enquadrado no atual conhecimento científico, nomeadamente;</p> <p>Promover a cultura científica na área das ciências naturais: biologia, física, química, geologia e astronomia, e a valorização do património natural concelhio, através de programas científicos, expositivos e educativos, individualmente, com a comunidade local e demais parceiros relevantes, no âmbito da educação formal, informal e não formal, de modo a chegar a todos os tipos de público e a promover a educação para a cidadania;</p> <p>Coligir informação científica e empírica, disponível e promover a continuação da investigação e inventariação do património natural (biológico e geológico)</p>

		<p>do concelho de Ourém, promovendo a sua conservação/proteção e, quando se justifique, a sua classificação legal;</p> <p>Promover a colaboração com a comunidade local, instituições académicas, organismos públicos, organizações não governamentais de ambiente, etc, com vista a fomentar a investigação, o estudo, a salvaguarda, a conservação, a fruição e a divulgação do património natural de Ourém;</p> <p>Colaborar na definição de percursos interpretativos, com vista à promoção turística integrada, dos patrimónios cultural e natural do concelho de Ourém;</p> <p>Coordenar e promover a gestão científica e educacional das infraestruturas municipais, existentes e a instalar (centros de interpretação, espaços temáticos, trilhos, etc.), que visem a interpretação dos valores naturais do concelho;</p> <p>Emitir pareceres e prestar acompanhamento técnico no âmbito de matérias relacionadas com o património natural do território;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DTIC-01	Chefe de Divisão - Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação	<p>Coordenar todos os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a Divisão;</p> <p>Gerir todo o sistema de informação e comunicação do Município, assim como todos os balcões para acesso mediado, sob gestão do Município;</p> <p>Gerir todo o sistema de informação e comunicação dos estabelecimentos escolares a cargo do Município;</p> <p>Implementar os mecanismos necessários de segurança do sistema informático, garantindo a privacidade e integridade, quer dos vários componentes que formam os sistemas informáticos e de comunicações, quer da informação constante dos ficheiros informáticos centralizados ou que circulem na rede de ligações telemáticas;</p> <p>Projetar, implementar e gerir as redes de informática e de comunicações, assim como garantir a segurança das mesmas;</p> <p>Acompanhar a evolução das tecnologias de informação e avaliar o seu impacto na organização, promover a sua adoção e coordenar a sua aplicação;</p> <p>Elaborar estudos conducentes à definição das políticas de sistemas de informação, redes e aplicações informáticas e inovação tecnológica para tomadas de decisão superior;</p> <p>Informar superiormente da necessidade de novos equipamentos ou softwares, assim como recomendar quais os mais adequados;</p> <p>Manter todo o parque informático em funcionamento, através de manutenção preventiva e pontual;</p> <p>Gerir os contratos de manutenção dos equipamentos informáticos e de comunicações, bem como dos sistemas operativos e das aplicações comuns;</p> <p>Identificar as anomalias dos sistemas informáticos, de comunicações e de telecomunicações, desencadeando com a maior brevidade possível, as ações de normalização requerida;</p> <p>Prestar o apoio necessário na articulação entre as diferentes aplicações existentes no Município;</p> <p>Manter em funcionamento as redes públicas de livre acesso a cargo do Município, zelando pela sua segurança e pelo seu uso correto;</p> <p>Propor, implementar e acompanhar medidas de modernização administrativa;</p> <p>Coordenar a operacionalização, no âmbito dos procedimentos de modernização administrativa, a interoperabilidade com outros sistemas e organismos;</p> <p>Assegurar a execução das demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas do serviço.</p>

DTIC-02	<p>Especialista de Informática - Funções constantes do artº 2º da Portaria nº358/2002, de 03/04</p>	<p>Coordenar a gestão e operação do ERP AIRC, assim como os produtos derivados tais como o MyNET;</p> <p>Organizar, promover e implementar o planeamento e controlo da execução dos sistemas, acessos, bem como todas as atividades de operacionalidade e manutenção dos sistemas, quer físicos quer virtuais;</p> <p>Administrar os sistemas de informação do Município.</p> <p>Elaborar estudos conducentes à definição das políticas de sistemas de informação, redes e aplicações informáticas e inovação tecnológica para tomadas de decisão superior;</p> <p>Desenvolver sítios Internet e aplicações, melhorando a comunicação interna e externa;</p> <p>Garantir a gestão, manutenção e operação do datacenter e redes informáticas da autarquia;</p> <p>Organizar, promover e implementar a simplificação dos processos administrativos;</p> <p>Proceder a estudos de auditoria e análise de sistemas, com vista à redefinição de processos e reformulação de equipamentos face à evolução destes e das aplicações;</p> <p>Desenvolver manuais e guias de procedimentos, com vista à sistematização da informação disponível;</p> <p>Promover a eficiente utilização dos sistemas instalados e a adopção de medidas que melhorem a produtividade, segurança e rapidez dos circuitos informáticos;</p> <p>Acompanhar a evolução das tecnologias de informação e avaliar o seu impacto na organização, promover a sua adoção e coordenar a sua aplicação;</p> <p>Implementar os mecanismos necessários de segurança dos sistemas informáticos, garantindo a privacidade e a integridade quer dos vários componentes que formam os sistema informáticos e de comunicações, quer da informação constante dos ficheiros informáticos centralizados ou que circulem na rede de ligações telemáticas;</p> <p>Pronunciar-se sobre processos de aquisição de equipamento informático;</p> <p>Coligir informação junto de entidades especializadas nos domínios da informática, com vista à sua eventual aquisição, designadamente em sistemas de informação, aplicações, colaborando na instalação, configuração e manutenção de produtos e equipamentos;</p> <p>Propor a aquisição e assegurar a instalação, formatação, operação, segurança e manutenção dos sistemas, equipamentos informáticos, fotocopiadores e outros que se mostrem necessários ao desenvolvimento das actividades do município;</p> <p>Desencadear e controlar procedimentos regulares de salvaguarda da informação, promovendo a sua recuperação em caso de destruição, mau funcionamento ou avaria do sistema;</p> <p>Implementar os mecanismos necessários de segurança do sistema informático, garantindo a privacidade e a integridade quer dos vários componentes que formam os sistema informáticos e de comunicações, quer da informação constante dos ficheiros informáticos centralizados ou que circulem na rede de ligações telemáticas;</p> <p>Gerir os contratos de manutenção dos equipamentos informáticos e de comunicações, bem como dos sistemas operativos e das aplicações comuns;</p> <p>Apoiar a elaboração do relatório mensal, trimestral e anual das atividades desenvolvidas e fornecer indicadores de actividade, produtividade e desempenho da divisão e dos sistemas, das aplicações, equipamentos, redes e diferentes de tecnologias de informação e comunicação;</p> <p>Promover a política de melhoria contínua do serviço, assumindo um papel de inovação e modernização da base tecnológica;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
---------	--	---

DTIC-03	Especialista de Informática - Funções constantes do artº 2º da Portaria nº358/2002, de 03/04	<p>Planear e desenvolver projetos de infra-estruturas tecnológicas, englobando, designadamente, sistemas servidores de dados, de aplicações e de recursos, redes e controladores de comunicações, dispositivos de segurança das instalações, assegurando a respectiva gestão e manutenção;</p> <p>Configurar e instalar peças do suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respectiva gestão e operacionalidade;</p> <p>Configurar, gerir e administrar os recursos dos sistemas físicos e aplicativos instalados, de forma a otimizar a utilização e partilha das capacidades existentes e resolver os incidentes de exploração, elaborar as normas e documentação técnica a que deva obedecer a respetiva operação;</p> <p>Assegurar a aplicação dos mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados;</p> <p>Realizar estudos técnico-financeiros com vista à selecção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e peças do suporte lógico de base;</p> <p>Apoiar os utilizadores na operação dos equipamentos terminais de processamento e de comunicação de dados, dos microcomputadores e dos respetivos suportes lógicos de base e definir procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização de todos os sistemas instalados;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DTIC-04	Técnico de Informática – Funções constantes do artº 3º da Portaria nº358/2002, de 03/04	<p>Auxiliar os utilizadores do ERP;</p> <p>Atualizar os conteúdos nos sítios Internet do Município de Ourém;</p> <p>Gerir os equipamentos periféricos, municiar os consumíveis e vigiar o seu funcionamento;</p> <p>Desenvolver manuais e guias de procedimentos, tendo em vista a sistematização da informação disponível;</p> <p>Garantir a correta gestão do equipamento informático (software e hardware), elaborando e mantendo atualizado o inventário dos meios informáticos (GLPI);</p> <p>Assegurar a manutenção e operacionalidade do parque informático do município, e das escolas sob a sua responsabilidade;</p> <p>Responder às solicitações e pedidos efetuados na plataforma eletrónica de gestão de pedidos de assistência técnica (GLPI);</p> <p>Assegurar a operacionalidade dos passivos de rede e atualização do registo e inventário dos mesmos;</p> <p>Apoiar a elaboração do relatório mensal, trimestral e anual das atividades desenvolvidas na Divisão;</p> <p>Promover a política de melhoria contínua do serviço, assumindo um papel de inovação e modernização;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

DTIC-05	Técnico Superior	<p>Garantir a gestão, manutenção e operação do ERP autárquico (AIRC);</p> <p>Planear e promover ações de formação para os utilizadores do ERP;</p> <p>Desenvolver modelos internos para suporte dos serviços municipais e manuais e guias de procedimentos de sistematização da informação disponível;</p> <p>Atualizar os conteúdos no sítio da Internet do Município de Ourém;</p> <p>Promover, planejar e acompanhar a elaboração de planos de prevenção de riscos nas áreas de atuação da Divisão;</p> <p>Elaborar estudos conducentes à definição das políticas de sistemas de informação, redes e aplicações informáticas e inovação tecnológica para tomadas de decisão superior;</p> <p>Proceder a estudos de auditoria e análise de sistemas de redefinição de processos e reformulação de equipamentos face à evolução destes e das aplicações;</p> <p>Acompanhar a evolução das tecnologias de informação, avaliar o impacto na organização, promover a sua adoção e coordenar a sua aplicação;</p> <p>Promover a eficiente utilização dos sistemas instalados e a adopção de medidas que melhorem a produtividade, segurança e rapidez dos circuitos informáticos e de telecomunicações;</p> <p>Coligir informação junto de entidades especializadas nos domínios da informática, para eventual aquisição de sistemas de informação e aplicações, apoiando a instalação, configuração e manutenção de produtos e equipamentos;</p> <p>Propor a aquisição e assegurar a instalação, formatação, operação, segurança e manutenção dos sistemas, equipamentos informáticos, redes, comunicações e telecomunicações, fotocopiadores e outros existentes no município;</p> <p>Gerir os contratos de manutenção dos equipamentos informáticos e de comunicações, bem como dos sistemas operativos e das aplicações comuns;</p> <p>Assegurar a elaboração do relatório mensal, trimestral e anual das atividades desenvolvidas e fornecer indicadores de atividade, produtividade e desempenho da divisão e dos sistemas, das aplicações, equipamentos, redes e diferentes de tecnologias de informação e comunicação;</p> <p>Promover a política de melhoria contínua do serviço, assumindo um papel de inovação e modernização da base tecnológica;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
DTIC-06	Técnico Superior	<p>Auxiliar os utilizadores do ERP, prestar apoio aos utilizadores do município e das escolas;</p> <p>Atualizar os conteúdos no sítio da Internet do Município;</p> <p>Desenvolver manuais/guias de procedimentos, para sistematização da informação;</p> <p>Gerir os equipamentos periféricos e os respetivos consumíveis, vigiando o seu funcionamento;</p> <p>Apoiar na gestão do equipamento informático, elaborando e atualizando o inventário dos meios informáticos (GLPI);</p> <p>Assegurar a manutenção e operacionalidade do parque informático do município e das escolas;</p> <p>Responder às solicitações da plataforma eletrónica de gestão de pedidos de assistência técnica (GLPI);</p> <p>Assegurar a elaboração do relatório mensal, trimestral e anual das atividades da Divisão, fornecer indicadores de atividade, produtividade e desempenho da divisão e dos sistemas, aplicações, equipamentos, redes e diferentes tecnologias de informação e comunicação;</p> <p>Promover a política de melhoria contínua do serviço, assumindo um papel de inovação e modernização da base tecnológica;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>

3ºGrauRIC-01	Dirigente Intermédio de 3º Grau - Relações Institucionais e Comunicação	<p>Coordenar os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a subunidade;</p> <p>Garantir o relacionamento institucional em cooperação com as restantes unidades;</p> <p>Promover e gerir toda a comunicação e merchandising da Câmara Municipal, nos vários canais de comunicação;</p> <p>Recolher informação e propor a política de meios e canais;</p> <p>Promover de forma adequada, interna e externamente a comunicação e imagem institucional do Município e da atividade dos seus órgãos, valorizando os diferentes canais de comunicação da autarquia, ajustados aos desafios das tecnologias da informação e comunicação;</p> <p>Desenvolver suportes de comunicação sobre as atividades da Câmara Municipal, como catálogos, cartazes, outdoors, muppies, flyers, roteiros, boletim municipal, merchandising, entre outros;</p> <p>Estabelecer contactos com os órgãos de comunicação social, recolher e analisar a informação veiculada e manter organizado o respetivo arquivo, constituindo um repositório municipal;</p> <p>Assegurar uma adequada articulação com os órgãos de comunicação social nacional e regional com vista à difusão da informação municipal;</p> <p>Promover, coordenar e monitorizar, em estreita articulação com as respetivas divisões e unidades orgânicas, o desenvolvimento de projetos especiais;</p> <p>Assegurar ainda, genericamente, as demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas da subunidade.</p>
3ºGrauRIC-02	Técnico Superior	<p>Promover a divulgação das atividades do município;</p> <p>Promover a atualização constante do site do Município e redes sociais;</p> <p>Proceder à elaboração de newsletter e envio para a base de dados do Município;</p> <p>Proceder à elaboração do clipping;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
3ºGrauRIC-03	Assistente Técnico	<p>Elaborar e proceder à composição e pré-impressão de trabalhos gráficos;</p> <p>Proceder à conceção gráfica de anúncios para a comunicação social;</p> <p>Conceber e tratar logótipos, símbolos e outros suportes de identidade visual;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
3ºGrauRIC-04	Assistente Técnico	<p>Colaborar na promoção e divulgação das atividades do município;</p> <p>Auxiliar na atualização dos conteúdos do site e redes sociais;</p> <p>Proceder à elaboração do clipping;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

3ºGrauRIC-05	Técnico Superior	Exercer funções de complexidade funcional de grau superior, nomeadamente de natureza consultiva, de estudo/planeamento e elaboração de pareceres e projetos nas áreas inerentes à promoção e divulgação da imagem institucional da Organização e produção informativa, na qual se inclui a produção de conteúdos informativos e a comunicação com o exterior, atendendo aos diferentes segmentos alvo: publicações escritas, publicações eletrónicas, e relações institucionais com os media; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
3ºGrauRIC-06	Técnico Superior	Exercer funções de complexidade funcional de grau superior, nomeadamente na área da produção gráfica, na qual se inclui a criação, produção e publicação de conteúdos gráficos, quer para os suportes tradicionais, quer para as publicações eletrónicas da Organização, dispositivos de publicidade e propaganda para serviço público, onde se inclui a adaptação e criação de toda a comunicação off-line (panfletos, cartazes e flyers, outdoors, entre outros suportes); Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
3ºGrauRIC-07	Técnico Superior	Exercer funções de complexidade funcional de grau superior, nomeadamente na área da produção gráfica, na qual se inclui a criação, produção e publicação de conteúdos gráficos, conceção de produtos de merchandising dirigidos às diferentes áreas funcionais da Organização, análise e implementação de suportes gráficos (cartazes e outdoors, ao nível externo e catálogos informativos, na dimensão interna) dirigidos à realização de exposições, workshops, mostras temáticas e congressos, criação de dispositivos clássicos e digitais dirigidos à promoção da imagem institucional do Município; Efetuar o acompanhamento e monitorização ao nível da comunicação e branding dos projetos relacionados com os produtos distintivos do Município; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
3ºGrauRIC-08	Técnico Superior	Exercer funções de complexidade funcional de grau superior, nomeadamente de natureza operacional nas áreas inerentes ao planeamento, criação e divulgação de conteúdos relacionados com a Organização e que se mostrem de manifesto interesse público, traduzido em produção informativa, na qual se inclui o procedimento comunicacional com o exterior, pressupondo para tal, o recurso às publicações clássicas e eletrónicas; Assegurar as relações institucionais com os media e as relações públicas com o exterior, numa perspetiva institucional, organizacional e estratégica; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.

3ºGrauRIC-09	Técnico Superior	<p>Exercer funções de complexidade funcional de grau superior, nomeadamente de natureza consultiva, estudo, planeamento e implementação de soluções na esfera comunicacional da Organização;</p> <p>Elaborar pareceres e projetos nas áreas inerentes à promoção e divulgação da imagem institucional da Organização, a produção informativa e a definição dos meios comunicacionais adequados a cada circunstância, nos quais se incluem os recursos clássicos e os meios eletrónicos e ainda o processo comunicacional especializado com o exterior, atendendo aos diferentes utilizadores: publicações escritas, plataformas digitais e o relacionamento direto com os media;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
---------------------	-------------------------	--

3ºGrauFC-01	Dirigente Intermédio de 3º Grau - Fiscalização e Contencioso	<p>Coordenar os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a subunidade;</p> <p>Relativamente à fiscalização:</p> <p>Assegurar o cumprimento das leis, posturas e regulamentos, dirigindo o trabalho de fiscalização, sem prejuízo das competências atribuídas a outros serviços neste domínio, bem como promover os procedimentos adequados em função das ocorrências verificadas;</p> <p>Recolher as informações necessárias à instrução de processos ou à satisfação de pedidos feitos aos serviços, quando devidamente autorizados;</p> <p>Proceder a notificações, intimações e citações pessoais ordenadas pela Câmara ou pelo seu Presidente;</p> <p>Levantar participações por contraordenação, autos de notícia diversos, nomeadamente quando seja detetada qualquer atividade não licenciada;</p> <p>Acompanhar ou executar as medidas de polícia e administrativas que superiormente lhe forem cometidas: mandados de embargo, reposições de situações anteriores, encerramentos, despejos sumários, demolições e processos de notificação;</p> <p>Informar superiormente sobre os assuntos que possam ser objeto de fiscalização, enquadrados nas atribuições do município e nas competências do serviço de fiscalização municipal;</p> <p>Articular a fiscalização municipal com outras unidades orgânicas fiscalizadoras;</p> <p>Colaborar com as demais autoridades administrativas e policiais na fiscalização e cumprimento das disposições legais relativas à ocupação do espaço público e ao uso não autorizado do solo e demais património público ou privado;</p> <p>Obter informações e elaborar relatórios que, na área da sua intervenção, tenham interesse para a Câmara e serviços Municipais, mesmo que concessionados;</p> <p>Intervir em vistorias no âmbito das atribuições municipais, por determinação superior;</p> <p>Zelar pela conservação do património propriedade do município participando As anomalias encontradas, nomeadamente em edifícios e mobiliário urbano;</p> <p>Relativamente ao Contencioso:</p> <p>Emitir pareceres e informações de natureza jurídica sobre atos, contratos, regulamentos dos serviços municipais, quando solicitados pelo Presidente da Câmara ou algum órgão municipal;</p> <p>Promover o tratamento de queixas, reclamações ou exposições de natureza jurídica ou administrativa, formuladas pelos utentes dos serviços;</p> <p>Prestar apoio jurídico, em procedimentos desenvolvidos pelos serviços, tais como júris nos concursos públicos, processos de inquérito e disciplinares, execução fiscal, de contraordenação;</p> <p>Organizar, desenvolver e instruir os processos judiciais de que for incumbida;</p> <p>Providenciar pela recolha dos documentos necessários à realização de atos notariais, que nos termos da lei caibam ao notário privativo do Município e efetuar os correspondentes registos do património imobiliário;</p> <p>Colaborar na elaboração de autos de expropriação;</p> <p>Elaborar minutas de contrato e desencadear procedimentos pré-contratuais, desde que não específicos de outros serviços;</p> <p>Instruir e promover a tramitação de processos de execução fiscal;</p> <p>Organizar, desenvolver e instruir os processos de contraordenação;</p> <p>Apoiar o estudo de soluções genéricas de procedimentos, na contratação pública;</p> <p>Assegurar ainda, genericamente, as demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas da subunidade.</p>
-------------	---	--

3ºGrauFC-02	Técnico Superior	Recolha, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência e outras informações necessárias aos serviços; Elaborar posturas e regulamentos municipais; Instruir processos de contra-ordenação e de execução fiscal; Acompanhar processos judiciais e colaborar com os mandatários do município; Analisar autos de notícia elaborados pela fiscalização municipal para correta instrução dos processos de contra ordenação; Assegurar a célere instrução dos processos de contra ordenação remetidos; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
3ºGrauFC-03	Assistente Técnico	Prestar apoio administrativo designadamente expediente e arquivo de documentação; Tratamento de correspondência; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
3ºGrauFC-04	Coordenador Técnico	Coordenar todas as tarefas dos assistentes técnicos e dos fiscais municipais afetos à subunidade orgânica; Observar o cumprimento dos prazos legais dos procedimentos que correm na subunidade orgânica; Cumprir os despachos, decisões e notificações em tempo oportuno; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.
3ºGrauFC-05	Técnico Profissional - Fiscal Municipal - Conteúdo funcional - Despacho nº 20/94, de 12/05 - DR nº110	Fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Prestar informações sobre situações de facto, com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica; Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.

3ºGrauLNU-01	Dirigente Intermédio de 3º Grau - Licenciamentos Não Urbanísticos	<p>Coordenar os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem a subunidade;</p> <p>Promover o conhecimento público e o cumprimento dos regulamentos municipais e legislação que enquadra a área de atuação;</p> <p>Gerir todas as tarefas relacionadas com o licenciamento publicitário, com o licenciamento de ocupação de espaço público, com o comércio de retalho não sedentário, englobando restauração e/ou bebidas, com as feiras e mercados sob jurisdição municipal, incluindo a informação dos requerimentos entregues e o respetivo expediente;</p> <p>Manter organizado o registo de Meras Comunicações Prévias e Comunicações Prévias com Prazo, na área das suas atribuições;</p> <p>Organizar os processos de concursos para atribuição de licenças a veículos de aluguer para transporte de passageiros – táxis, bem como assegurar as demais formalidades e trâmites legais;</p> <p>Organizar os processos referentes a unidades móveis ou amovíveis de caráter não sedentário, a atividade de Guarda-Noturno, máquinas de diversão e emissão de Licenças Especiais de Ruído;</p> <p>Proceder ao registo dos atos cemiteriais e instruir os processos de concessão de sepulturas perpétuas e ossários, ou simplesmente de terrenos para sepulturas perpétuas, mausoléus ou jazigos/capelas no cemitério municipal e, bem assim, emitir os respetivos alvarás de concessão, mantendo atualizados os registos relativos à inumação, exumação e trasladação;</p> <p>Instruir os processos para inspeção e manutenção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;</p> <p>Instruir os processos relativos à vistorias de veículos para transporte de carne, pescado e animais vivos, bem como para venda de pão;</p> <p>Instruir os processos relativos a licenciamentos de recintos itinerantes, improvisados e de diversão provisória e emitir as respetivas licenças;</p> <p>Proceder, pelos meios adequados, ao registo dos atos e procedimentos administrativos;</p> <p>Colaborar com os serviços de fiscalização e salubridade pública na área das respetivas atribuições;</p> <p>Tratar todo o expediente afeto à subunidade orgânica;</p> <p>Assegurar ainda, genericamente, as demais tarefas solicitadas superiormente, decorrentes da lei e ou necessárias no âmbito das tarefas da subunidade.</p>
3ºGrauLNU-02	Técnico Superior	<p>Elaborar Regulamentos;</p> <p>Apoiar na definição de procedimentos internos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
3ºGrauLNU-03	Coordenador Técnico	<p>Colaborar na instrução dos processos, informá-los de acordo com os preceitos legais, com vista ao despacho superior;</p> <p>Manter atualizada a base de dados no sistema informático;</p> <p>Manter atualizados e uniformizados os modelos de requerimentos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
3ºGrauLNU-04	Assistente Técnico	<p>Colaborar na instrução dos processos da competência da subunidade orgânica;</p> <p>Apoio administrativo à subunidade orgânica;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

3ºGrauLNU-05	Assistente Operacional / Encarregado Operacional	<p>Coordenar todas as tarefas inerentes ao grupo de trabalho, em observância às competências funcionais;</p> <p>Assegurar o recebimento, a arrumação, a entrega e o controle de todos os bens e equipamentos afetos aos mercados e feiras, observando o cumprimento das funções atribuídas pelo regulamento dos mercados e feiras;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
3ºGrauLNU-06	Assistente Operacional	<p>Receber, arrumar, entregar e controlar todos os bens e equipamentos afetos aos mercados e feiras, observando o cumprimento das funções atribuídas pelo regulamento dos mercados e feiras;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
3ºGrauLNU-07	Assistente Operacional	<p>Desempenhar tarefas na Junta de Freguesia de Caxarias, conforme protocolo celebrado em 03/01/2011, que compreendem o atendimento de munícipes, receção de petições, requerimentos e pedido de certificação e prestação de informações sobre licenciamentos municipais diversos;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
3ºGrauLNU-08	Assistente Técnico	<p>Assegurar a gestão de parcometros;</p> <p>Proceder à recolha de valores monetários dos parcometros e encaminhamento dos mesmos;</p> <p>Proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos;</p> <p>Proceder à análise das sugestões dos munícipes no âmbito do estacionamento;</p> <p>Assegurar a gestão dos pedidos de cartão de residente;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
3ºGrauLNU-09	Assistente Técnico	<p>Auxiliar na verificação de instrumento de pesagem, massas e contadores de tempo;</p> <p>Auxiliar na elaboração de relatórios mensais das cobranças efetuadas para terceiros;</p> <p>Promover a cobrança das taxas devidas pelo controlo metrológico;</p> <p>Manter os processos administrativos permanentemente atualizados e organizados;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>
3ºGrauLNU-10	Assistente Técnico	<p>Coordenar todas as tarefas inerentes ao serviço;</p> <p>Efetuar verificações de instrumentos de pesagem, massas e contadores de tempo;</p> <p>Elaborar relatórios mensais das cobranças efetuadas para terceiros;</p> <p>Cobrar as taxas devidas pelo controlo metrológico;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à sua área de competência.</p>

3ºGrauLNU-11	Técnico Superior	<p>Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;</p> <p>Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços;</p> <p>Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado;</p> <p>Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores;</p> <p>Analisa e informa Meras Comunicações Prévias e Autorizações submetidas no âmbito do Regime Jurídico de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (Decreto-Lei 10/2015, de 16/janeiro);</p> <p>Analisa e informa pedidos de licenciamento de Publicidade;</p> <p>Analisa e informa pedidos de licenciamento de Ocupação de Espaço Público;</p> <p>Analisa e informa pedidos de uso de vias públicas;</p> <p>Analisa e informa todos os procedimentos de atribuição, renovação e averbamentos referentes ao Aluguer de Veículos Automóveis com Condutor (Táxis);</p> <p>Analisa e informa pedidos de licenciamento de Licenças Especiais de Ruído;</p> <p>Analisa e informa todas as matérias relacionadas com a atividade de guardas-noturnos;</p> <p>Analisa e informa toda a matéria relacionada com o Decreto-Lei 411/98, de 30/Dezembro (Cemitérios);</p> <p>Analisa e informa pedidos de autorização para a angariação de receita com fins de beneficência, assistência ou investigação científica (Decreto-Lei 87/99, de 19/Março);</p> <p>Analisa e informa pedidos de licenciamento de grafitos, picotagem e outras formas de alteração temporária de fachadas (Lei 61/2013, de 23/Agosto);</p> <p>Efetua atendimento técnico, visando esclarecer munícipes e empresários em matérias relacionadas com a área de atuação do serviço;</p> <p>Propõe regulamentação municipal sobre matérias da competência do serviço;</p> <p>Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.</p>
--------------	------------------	--

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.

Coordenador Técnico - Funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável; Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores; Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade; Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.

Assistente Técnico - Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.

Chefe dos Serviços de Administração Escolar - Participar no conselho administrativo e na dependência da direção executiva da escola, coordenar toda a atividade administrativa nas áreas da gestão de recursos humanos, da gestão financeira, patrimonial e de aquisições, da gestão do expediente e arquivo, bem como do atendimento e informação aos alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente e a outros utentes da escola;

Assistente Operacional / Encarregado Operacional - Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu setor de atividade, por cujos resultados é responsável; Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação; Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.

Assistente Operacional - Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo, quando necessário, à sua manutenção e reparação dos mesmos.

Anexo – J
Relatório Previsional OurémViva 2017/2021

ouremviva

GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS, E.M., S.A.

RELATÓRIO PREVISIONAL 2017-2021

Índice

I. SUMÁRIO EXECUTIVO	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
PRESSUPOSTOS BASE PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO	6
II. PLANO DE ATIVIDADES	6
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	6
PRINCIPAIS ATIVIDADES POR ÁREA DE NEGÓCIO	7
MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER	7
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL	10
UCHARIA DO CONDE	13
RECOLHA DE RESÍDUOS E MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	13
MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES ESCOLARES E EDIFÍCIOS PÚBLICOS	15
LIMPEZA, PEQUENAS REPARAÇÕES E VIGILÂNCIA DE EDIFÍCIOS E SANITÁRIOS PÚBLICOS	15
CONSERVAÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA DO PARQUE DR. ANTÓNIO TEIXEIRA E MERCADO MUNICIPAL	16
EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE SEIÇA, ALTO NABÃO E ZONA INDUSTRIAL	17
GESTÃO DO ESTACIONAMENTO TAXADO NO CONCELHO DE OURÉM	18
SERVIÇOS ESCOLARES	18
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS II E 1.º CICLO	19
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS 2.º E 3.º CICLO	21
TRANSPORTES ESCOLARES E VIGILANTES	21
VIGILANTES DAS ESCOLAS	21
PISCINAS DE OURÉM	21
PISCINA DE CAXARIAS	22
COMPLEXO DESPORTIVO DA CARIDADE	23
PAVILHÕES MUNICIPAIS	24
EQUIPAMENTOS CULTURAIS	24
CINETEATRO MUNICIPAL DE OURÉM	27
CENTRO DE NEGÓCIOS DE OURÉM	27
EVENTOS, ANIMAÇÃO E DESPORTO	28
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	28
APOIO À AÇÃO SOCIAL	29

MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÂMBITO SOCIAL	29
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	29
APOIO À PROTEÇÃO CIVIL	30
APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO	30
EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	31
III. RECURSOS HUMANOS	32
IV. CONTAS DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAIS POR ÁREA DE ATIVIDADE	33
DADOS GERAIS	33
GASTOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	33
REPARTIÇÃO DOS GASTOS LÍQUIDOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PELAS RESTANTES ÁREAS DE SERVIÇO	35
APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL	38
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	39
GTF (GABINETE TÉCNICO FLORESTAL)	40
UCHARIA DO CONDE	41
RECOLHA DE RESÍDUOS E MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	43
MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES ESCOLARES E EDIFÍCIOS PÚBLICOS	45
LIMPEZA, PEQUENAS REPARAÇÕES E VIGILÂNCIA DE EDIFÍCIOS E SANITÁRIOS PÚBLICOS	47
CONSERVAÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA DO PARQUE DR. ANTÓNIO TEIXEIRA E MERCADO MUNICIPAL	48
EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE SEIÇA, ALTO NABÃO E ZONA INDUSTRIAL	50
GESTÃO DO ESTACIONAMENTO TAXADO NO CONCELHO DE OURÉM	52
SERVIÇOS ESCOLARES	53
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS JI E 1.º CICLO	57
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS 2.º E 3.º CICLO	59
TRANSPORTES ESCOLARES E VIGILANTES	60
VIGILANTES DAS ESCOLAS	61
PISCINAS DE OURÉM	62
PISCINA DE CAXARIAS	64
COMPLEXO DESPORTIVO DA CARIDADE	66
PAVILHÕES MUNICIPAIS	68
GALERIA MUNICIPAL	70
MUSEU MUNICIPAL	72
OFICINA DO PATRIMÓNIO	74

CINETEATRO MUNICIPAL DE OURÉM	75
CENTRO DE NEGÓCIOS DE OURÉM	77
EVENTOS, ANIMAÇÃO E DESPORTO	78
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	79
APOIO À AÇÃO SOCIAL	80
MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÂMBITO SOCIAL	81
MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	82
APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO	83
APOIO À PROTEÇÃO CIVIL	84
EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	85
V. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – ORÇAMENTO PLURIANUAL	86
ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL, DECOMPOSTO POR CLASSIFICADOR ECONÓMICO	86
RESUMO DO ORÇAMENTO DE 2017	88
RESUMO DO ORÇAMENTO DE 2017 POR CAPÍTULO	89
VI. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	90
VII. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91
BALANÇO	91
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	92
ORÇAMENTO ANUAL DE TESOURARIA	93
VIII. PARECER DO FISCAL ÚNICO	94

I. Sumário executivo

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Ourémviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. apresenta o seu relatório previsional para o período 2017-2021, para análise e apreciação por parte do Município de Ourém, seu acionista único.

O presente relatório foi elaborado tendo em conta as novas regras a aplicar à Ourémviva a partir de 2017. Com efeito, a empresa encontra-se atualmente caracterizada como entidade pública reclassificada pelo que, nos termos do decreto-lei n.º 192/2015, terá de aplicar a partir do próximo ano o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública (SNC-AP).

O SNC-AP contempla os subsistemas de contabilidade orçamental (até aqui não aplicável à Ourémviva), financeira e de gestão. Neste sentido e tratando-se de uma nova realidade, as previsões apresentadas na ótica orçamental revestem-se de natural incerteza pela ausência de dados históricos comparativos.

As estimativas que apresentamos no documento representam um significativo esforço de contenção dos gastos e, consequentemente, no valor a faturar pelos diversos serviços prestados ao Município de Ourém, seguindo as linhas orientadoras implementadas por este último.

O Conselho de Administração expressa uma palavra de especial agradecimento ao Município de Ourém, ao seu executivo e a todos os seus colaboradores que, uma vez mais, muito contribuíram para os sucessos já registados. Queremos ainda reforçar a nossa disponibilidade para, de forma responsável e construtiva, continuarmos a trabalhar em prol do desenvolvimento do concelho de Ourém.

Ourém, 12 de outubro de 2016

O Conselho de Administração

Pressupostos base para a elaboração do orçamento

Como já referido no capítulo anterior, a elaboração deste relatório teve em conta a necessária adaptação às novas necessidades e exigências nos termos da adoção em 2017 do SNC-AP a todas as entidades públicas reclassificadas, de modo a que seja possível o controlo orçamental já a partir de 2017, de acordo com o referido normativo.

A preparação deste relatório previsional teve como principais pressupostos as orientações definidas na lei, segundo a qual não só o orçamento deverá prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, mas também que a empresa terá de garantir viabilidade económica e resultados anuais equilibrados.

O conjunto das demonstrações orçamentais é composto pelo orçamento e plano orçamental plurianual e pelo plano plurianual de investimentos.

Para além destes documentos, são também apresentadas demonstrações financeiras previsionais numa ótica financeira / patrimonial (balanço e a demonstração dos resultados), documentos essenciais para posterior controlo de gestão.

II. Plano de atividades

Orientações estratégicas

A Ourémviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. têm como objeto principal, a gestão de serviços de interesse geral, a promoção do desenvolvimento local e regional, competindo-lhe, sem prejuízo da eficiência económica e respeito pelos princípios da não discriminação e da transparência:

- ⊇ Assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados, a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, a coesão económica e social local ou regional e a proteção dos utentes;
- ⊇ Promover o crescimento económico, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social.

Para a prossecução dos seus objetivos, desenvolverá as seguintes atividades:

- ⊇ Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto;
- ⊇ Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano;
- ⊇ Saneamento de águas residuais urbanas;
- ⊇ Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública;

- ⇒ Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana.

Principais atividades por área de negócio

Manutenção de espaços de lazer

Esta área inclui a gestão do Agroal e promoção do turismo natureza no concelho, a gestão da Mata Municipal, a manutenção de parques de merendas, do terreno junto à Ponte do Carregal, dos parques infantis e a Mata da Zona Industrial.

Parques de merendas

A Ourémviva compromete-se na manutenção dos parques de merendas existentes no concelho de Ourém, designadamente nos seguintes:

- ⇒ Parque de merendas de Espite;
- ⇒ Parque de merendas da Amieira;
- ⇒ Parque de merendas de Casal dos Bernardos;
- ⇒ Parque de merendas de Pias Longas;

Compromete-se na execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Limpeza de matos das zonas circundantes;
- ⇒ Corte de árvores secas;
- ⇒ Conservação e manutenção dos equipamentos existentes nos parques, como sejam o mobiliário urbano, sanitários, entre outros.

Parques infantis

A Ourémviva obriga-se à manutenção dos parques infantis existentes no concelho de Ourém, nomeadamente nos seguintes:

- ⇒ Parque Infantil do Jardim Pléssis Trévisé – Junto ao Tribunal – Ourém;
- ⇒ Parque Infantil da Praça da República – Junto à Igreja – Ourém;
- ⇒ Parque Infantil do Parque Dr. António Teixeira – Junto ao Centro de Negócios – Ourém;
- ⇒ Parque Infantil da Caridade - Urbanização Dr. Alves – Ourém;
- ⇒ Parque Infantil na Praça Central – Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida – Ourém;

- ⇒ Parque Infantil do Alto das Nogueiras – Av. Beato Nuno – Fátima.

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, à manutenção dos parques infantis, designadamente na execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Manutenção e reparação dos elementos dos parques;
- ⇒ Manutenção dos pisos;
- ⇒ Manutenção e reparação da vedação;
- ⇒ Manutenção e reparação dos painéis informativos.

Agroal

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, a:

- ⇒ Elaborar um plano de ações de educação ambiental a desenvolver no parque natureza do Agroal;
- ⇒ Dinamizar o centro de Educação Ambiental do Alto Nabão;
- ⇒ Manter o espaço, desenvolvendo as seguintes ações:
 - Limpeza da vegetação do sub-bosque e manutenção dos caminhos;
 - Implementação e manutenção de percurso pedestre e outras infraestruturas que se considerem necessárias à preservação e divulgação dos valores ambientais;
 - Corte de arvoredos secos, caducos ou em perigo de queda;
 - Plantações para aumentar as áreas de sombra e recuperar o corredor ripícola do rio Nabão;
 - Outras ações necessárias à conservação, recuperação e divulgação de habitats;
- ⇒ Implementar o parque de campismo rural;
- ⇒ Elaborar candidaturas no âmbito do atual Quadro Comunitário quando aplicável e com percentagens de financiamento compatíveis com a disponibilidade financeira;
- ⇒ Promover a coordenação e vigilância da Zona Balnear do Agroal, no período compreendido entre 1 de Julho e 15 de Setembro;
- ⇒ Efetuar a exploração e manutenção dos edifícios de apoio à Zona Balnear do Agroal, onde se incluem os sanitários/balneários e a cafetaria;
- ⇒ Implementar a vigilância do parque de estacionamento durante a época balnear.

Mata municipal

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, a:

- ⊃ Elaborar um plano de gestão florestal simplificado, doravante PGF, para aprovação da Autoridade Florestal Nacional;
- ⊃ Fazer aplicar as ações previstas no PGF tais como:
 - Limpeza da vegetação do sub-bosque e manutenção dos caminhos;
 - Manutenção do circuito de manutenção e outras infraestruturas existentes;
 - Corte de arvoredo seco, caduco ou em perigo de queda;
 - Plantações.
- ⊃ Elaborar candidaturas no âmbito do atual Quadro Comunitário quando aplicável e com percentagens de financiamento compatíveis com a disponibilidade financeira;
- ⊃ Promover ações de educação ambiental apropriadas ao espaço oferecido pela mata municipal em meio urbano – Parque florestal urbano.

Terreno junto à ponte do Carregal

A Ourémviva obriga-se a, nos termos das competências atribuídas a:

- ⊃ Efetuar a gestão do espaço com vista à manutenção da galeria ripícola;
- ⊃ Promover ações de Educação Ambiental.

Mata da Zona Industrial

A Ourémviva obriga-se a, nos termos das competências atribuídas a:

- ⊃ Efetuar a limpeza da vegetação do sub-bosque e manutenção dos caminhos;
- ⊃ Manter o circuito de manutenção e outras infraestruturas existentes;
- ⊃ Corte de arvoredo seco, caduco ou em perigo de queda;
- ⊃ Plantações;
- ⊃ Programar limpezas, desbastes, cortes finais e extraordinários, dando continuidade ao processo de venda do material lenhoso e outros produtos, quando necessário ao bom desenvolvimento dos povoamentos e/ou sua valorização económica;

- ⇒ Representar o município na zona de intervenção Florestal (ZIF) de Seiça e assegurar que o Plano de Gestão Florestal integre todas as preocupações técnico-económicas, de conservação do solo, da biodiversidade e da paisagem na proposta de gestão dos povoamentos.

Promoção do desenvolvimento rural

Esta atividade inclui os serviços de colaboração no domínio do ordenamento do território, urbanismo, política de solos e reabilitação urbana, Gabinete Técnico Florestal (GTF), apoio ao desenvolvimento rural, o serviço de apoio à atividade produtiva do mundo rural, e segurança e higiene alimentar, gabinete de apoio ao comércio, restauração e hotelaria.

Colaboração no domínio do ordenamento do território, urbanismo, política de solos e reabilitação urbana.

A Ourémviva, no âmbito do ordenamento do território e urbanismo, política dos solos e reabilitação urbana, compromete-se na execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Preparação de informação geográfica de base em SIG;
- ⇒ Elaboração de propostas de plano e alterações aos planos em vigor;
- ⇒ Desenvolvimento de mecanismos de execução dos planos;
- ⇒ Apoio à coordenação dos serviços da Câmara Municipal com as entidades externas envolvidas na elaboração/alteração dos planos;
- ⇒ Apoio ao desenvolvimento de projetos/candidaturas de reabilitação urbana no quadro do programa Portugal 2020;
- ⇒ Execução dos trabalhos de campo necessários.

Gabinete Técnico Florestal

A Ourémviva, no âmbito da gestão do Gabinete Técnico Florestal, compromete-se a desenvolver as seguintes tarefas:

- ⇒ Proceder à revisão do PMDFCI;
- ⇒ Implementar as ações previstas no PMDFCI;
- ⇒ Colaborar no processo de revisão do PDM, nomeadamente:
 - No uso e ocupação do solo;
 - Na identificação das áreas ardidas;
 - Na elaboração de cartografia de risco.

A Ourémviva, no âmbito do PDMFCI, compromete-se, através do Gabinete Técnico Florestal, desenvolver ações visando a integração do PMDFCI no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), bem como as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Ribatejo.

Apoio ao desenvolvimento rural

A Ourémviva compromete-se a prestar apoio ao desenvolvimento rural, nomeadamente através da elaboração de candidaturas, realizando as seguintes tarefas:

- ⊇ Recolher, organizar e analisar a documentação publicada no âmbito dos apoios financeiros comunitários e nacionais;
- ⊇ Recolher, tratar e difundir informação necessária conducente à elaboração de candidaturas a financiamentos comunitários e nacionais;
- ⊇ Garantir e assegurar a elaboração e gestão de candidaturas a financiamentos comunitários e nacionais para a construção de obras e/ou fornecimento de bens e serviços;
- ⊇ Assegurar a tramitação das candidaturas, nomeadamente, a apresentação das mesmas e prestação ou pedido de esclarecimentos às entidades promotoras dos apoios financeiros;
- ⊇ Organizar e controlar os mapas de execução física e financeira dos projetos cofinanciados;
- ⊇ Propor e assegurar a concretização de projetos em parceria com entidades externas, através da elaboração e celebração de eventuais protocolos ou outros instrumentos de colaboração que venham a ser definidos.
- ⊇ Recolher e tratar junto dos respetivos serviços os documentos relativos às despesas efetuadas no âmbito dos projetos cofinanciados;
- ⊇ Elaborar relatórios anuais e de conclusão dos projetos cofinanciados;
- ⊇ Organizar os dossiers processuais das candidaturas apresentadas, de acordo com as normas definidas pelos respetivos programas de apoio;
- ⊇ Promover com os responsáveis técnicos dos projetos cofinanciados a publicitação dos apoios financeiros de acordo com as normas regulamentadas pelos respetivos programas;
- ⊇ Articular com os serviços técnicos o cumprimento das regras relativas ao Código dos Contratos Públicos, implícitas nas orientações dos programas de financiamento;
- ⊇ Participar nas reuniões de coordenação dos projetos cofinanciados;
- ⊇ Acompanhar os técnicos dos organismos gestores dos projetos cofinanciados aos locais de intervenção do projeto, no âmbito das verificações físicas do mesmo;
- ⊇ Colaborar e participar nas auditorias previstas no âmbito das candidaturas aprovadas e encerradas, prestando toda a documentação e informação solicitada pelos auditores.

Serviço de apoio à atividade produtiva do mundo rural

A Ourémviva compromete-se a prestar apoio aos agricultores, nomeadamente nas seguintes tarefas:

- ⇒ Prestar auxílio na elaboração de diversas declarações;
- ⇒ Na elaboração de candidaturas a diversos programas e medidas;
- ⇒ Na promoção do ordenamento e planeamento florestal, através da elaboração de candidaturas às diferentes medidas, tais como QREN/PRODER e na constituição de ZIF;
- ⇒ Na defesa da floresta contra agentes bióticos, bem como contra incêndios florestais;
- ⇒ Na certificação florestal, implementando-se um sistema de certificação florestal de grupo.

Segurança e higiene alimentar, gabinete de apoio ao comércio, restauração e hotelaria

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, a:

- ⇒ Auxiliar os estabelecimentos de restauração e bebidas no seu normal funcionamento gestão e cumprimento dos requisitos legais, em matéria de funcionamento e do cumprimento da legislação em vigor;
- ⇒ Promover a agilização dos processos de apoio às atividades económicas, prestando aconselhamento e facilitando o relacionamento das empresas com o município, nos processos de instalação e licenciamento das atividades económicas.
- ⇒ Suprir a falta de informação e apoio aos agentes económicos do concelho, através de uma intervenção dinâmica, ativa e continuada, através de um contacto único e personalizado, de forma a ser obtida a informação necessária para a concretização dos seus projetos e/ou esclarecimentos das suas dúvidas;
- ⇒ Apoio na identificação, preservação e promoção dos produtos da Tradicionais da Região;
- ⇒ Reforçar a excelência da qualidade e valor dos Produtos Agro-Alimentares Tradicionais do Concelho;
- ⇒ Promover os produtos locais de modo a tornar as empresas da região mais competitivas, envolvendo uma maior participação dos produtores;
- ⇒ Organização de uma Feira Anual para divulgação dos Produtos Locais;
- ⇒ Implementação e manutenção do Sistema de Higiene e Segurança Alimentar de acordo com a legislação vigente, nos refeitórios e cantinas escolares dos estabelecimentos de ensino da responsabilidade do Município;
- ⇒ Realização de ações de formação/informação e sensibilização sobre boas práticas de Saúde Higiene e Segurança Alimentar aos manipuladores de alimentos;
- ⇒ Assumir a função de membro da Comissão de Vistorias do Município;

- ⊃ Revisão/Elaboração dos protocolos com as entidades fornecedoras de refeições;
- ⊃ Realização das ações inspetivas no âmbito da segurança alimentar;
- ⊃ Elaboração de pareceres técnicos na área de Higiene e Segurança Alimentar;
- ⊃ Elaboração do perfil de Saúde do Município;
- ⊃ Desenvolvimento do Plano de Saúde do Município.

Ucharia do Conde

O Ourémviva compromete-se na gestão da Ucharia do Conde e Galeria de Artesanato, dinamizando estas instalações, integrando-as numa perspetiva abrangente da animação temática do Centro Histórico, promovendo, divulgando e comercializando os produtos locais exclusivos do concelho de Ourém.

A gestão das instalações inclui:

- ⊃ A limpeza dos edifícios;
- ⊃ Pequenas reparações;
- ⊃ Dinamização do espaço, promovendo o Centro Histórico através da realização de diversos eventos;
- ⊃ Promoção de produtos e arte do concelho de Ourém, ou que de alguma forma se relacione com o mesmo;
- ⊃ Representação em feiras e eventos ligados ao mundo rural;

Recolha de resíduos e manutenção das infraestruturas de saneamento

Esta atividade agrega a recolha de resíduos volumosos, a limpeza e despejo de fossas sépticas e a manutenção das redes de saneamento.

Recolha de resíduos volumosos

A Ourémviva obriga-se a gerir a recolha dos resíduos volumosos, nomeadamente eletrodomésticos, móveis e outros objetos de grandes dimensões, nas freguesias do Município de Ourém, bem como ao transporte dos mesmos para os locais autorizados.

A recolha dos resíduos volumosos é efetuada uma vez por semana, de acordo com o seguinte:

- ⊃ Na primeira semana de cada mês, nas seguintes freguesias de Fátima, Atouguia e Nossa Senhora das Misericórdias;
- ⊃ Na segunda semana de cada mês, nas seguintes freguesias de Nossa Senhora da Piedade, Caxarias, Seiça e Alburitel;
- ⊃ Na terceira semana de cada mês, nas seguintes freguesias de Gondemaria, Olival, Cercal, Matas, Espite e Urqueira;

- ⊃ Na quarta semana de cada mês, nas seguintes freguesias de Casal dos Bernardos, Rio de Couros, Ribeira do Fárrio, Freixianda e Formigais.

Limpeza e despejo de fossas sépticas

A Ourémviva obriga-se a proceder à limpeza e despejo de fossas no concelho de Ourém, nomeadamente:

- ⊃ Nos locais solicitados pelo Município de Ourém;
- ⊃ Nos locais requisitados por empresas ou particulares, sendo o serviço faturado diretamente aos requisitantes.

Manutenção de redes de saneamento

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, à manutenção das redes de saneamento de esgotos domésticos, designadamente na execução das seguintes tarefas:

- ⊃ Manter os coletores constantemente visitáveis, ou seja, mantendo os terrenos de acesso e junto às caixas de visita limpos de matos e outros materiais;
- ⊃ Identificar os pontos problemáticos em matéria de entupimentos e obstruções, e efetuar ações de limpeza preventivas;
- ⊃ Identificar todas as travessias de rios e ribeiras e proceder periodicamente à limpeza das respetivas caixas de visita, de forma a evitar entupimentos, uma vez que estas travessias funcionam na sua maioria em sistema de sifão, entupindo frequentemente;
- ⊃ Sempre que possível identificar possíveis infratores que efetuem descargas ilegais de efluentes não aconselháveis, suscetíveis de prejudicar os sistemas de tratamento existentes no fim da linha, informando os serviços de fiscalização do Município de Ourém;
- ⊃ Recolher informação de forma a manter atualizados os mapas das redes e emissários e efetuar, em parceria com a autarquia, se esta assim o entender, registos dos mesmos;
- ⊃ Proceder a trabalhos de reparação de pequenas anomalias que ocorram intempestivamente e que inviabilizem o funcionamento dos sistemas de condução de esgotos domésticos;
- ⊃ Proceder a pequenos trabalhos de reparação das caixas de visita e coletores, nomeadamente o chumbamento de tampas das caixas de visita deslocadas, reparação de ramais e ao isolamento de algumas roturas;
- ⊃ Identificar e informar o Município de Ourém, de anomalias, que não estejam ainda a inviabilizar o funcionamento dos sistemas de condução de esgotos, mas que o possam fazer a curto ou médio prazo, apresentando propostas para reparação das mesmas por solicitação da autarquia.
- ⊃ Proceder a ações de desentupimento e desobstrução nas redes de saneamento, nomeadamente caixas de visita, coletores e emissários, em situações urgentes;
- ⊃ Manter as estações elevatórias em funcionamento, procedendo regularmente à verificação do estado de operacionalidade das mesmas.

Manutenção dos espaços verdes escolares e edifícios públicos

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, a assegurar a manutenção dos espaços verdes escolares e de edifícios públicos:

- ⇒ Proceder à manutenção dos jardins de edifícios públicos designadamente na execução das seguintes tarefas:
 - Rega dos espaços verdes e respetiva manutenção;
 - Operações de fertilização, adubação e correção;
 - Limpeza de erva e infestantes;
 - Controlo de pragas e fungos;
 - Corte e escarificação de relva;
 - Aplicação de produtos químicos;
 - Poda de árvores, sebes e arbustos;
 - Execução de pequenos trabalhos de melhoramento dos jardins, nomeadamente a renovação de relvados e reposição de árvores e arbustos;
- ⇒ Proceder à manutenção dos espaços verdes escolares.

A Ourémviva assume ainda a obrigação de manutenção das seguintes infraestruturas:

- ⇒ Limpeza, lavagem, manutenção e conservação das seguintes fontes:
 - Fonte luminosa;
 - Fonte junto à Igreja da Sé Colegiada;
 - Fontanário de Caxarias;
- ⇒ Limpeza, lavagem e manutenção da Rotunda do Ribeirinho;
- ⇒ Substituição e reparação no sistema elevatório da Bandeira do Castelo.

Limpeza, pequenas reparações e vigilância de edifícios e sanitários públicos

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, a proceder às limpezas e pequenas reparações nos seguintes edifícios municipais:

- ⇒ Sanitários de uso público existentes junto à Igreja da Sé Colegiada (Castelo), na Praça da República e na Praça do Município;
- ⇒ Edifício dos Paços do Concelho;

- ⇒ Sanitários e capela do cemitério municipal;

A limpeza dos espaços mencionados será efetuada, no mínimo, duas vezes por semana nos sanitários, e ocasionalmente, mediante solicitação do Município, na Capela.

A Ourémviva assume ainda a obrigação de efetuar limpezas nos seguintes edifícios:

- ⇒ Edifício da biblioteca e arquivo municipal;
- ⇒ Estaleiro municipal e edifício do Gabinete Técnico Florestal;
- ⇒ Oficina do Património;
- ⇒ Casa mortuária;
- ⇒ Lojas da metrologia;
- ⇒ Loja do Gabinete de Informação Autárquica ao Consumidor (GIAC);
- ⇒ Loja Ponto Já;
- ⇒ Oficina de artes a funcionar na antiga escola primária de Vale da Perra;
- ⇒ Limpeza do espaço do Gabinete de Apoio e Promoção da Atividade Empresarial (GAPAE) e DECO.

A Ourémviva procede ainda à prestação de serviços na receção dos Paços do Conselho, assegurando a presença contínua de pelo menos um funcionário, de modo a orientar os munícipes que se desloquem àquele espaço.

Conservação, vigilância e limpeza do parque Dr. António Teixeira e mercado municipal

A Ourémviva obriga-se à conservação, vigilância e limpeza das áreas que compõem o Parque Dr. António Teixeira e o Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, incluindo-se o Espelho de Água e Parque de Feiras e Mercados, bem como o edifício do Mercado Municipal.

Designadamente na execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Efetuar vigilância, de modo a evitar a utilização errónea dos equipamentos ou a sua vandalização;
- ⇒ Efetuar pequenas reparações, tais como:
 - Manutenção e conservação da iluminação pública do Parque Dr. António Teixeira, exceto infraestruturas tais como armários elétricos de rua, passagens de cabos, postos de transformação;
 - Manutenção e conservação de bebedouros, candeeiros, papelerias, suportes para bicicletas, bancos, parque radical e recinto desportivo.
- ⇒ Manutenção e conservação do Espelho de Água;

- ⇒ Manutenção e limpeza de sarjetas e sumidouros de águas pluviais;
- ⇒ Conservação, manutenção e pequenas reparações do sistema e da casa das bombas referentes à “Praça da Água”;
- ⇒ Limpeza de lixos da superfície da linha de água da ribeira de Seiça;
- ⇒ Ação preventiva de desratização do Mercado Municipal;
- ⇒ Limpeza do Edifício do Mercado Municipal, após a realização semanal dos mercados de quinta-feira e Sábado, bem como a feira anual de Santa Iria;
- ⇒ Abertura e limpeza diária dos sanitários existentes no Parque Dr. António Teixeira e Mercado Municipal;
- ⇒ Manutenção e conservação das infraestruturas do Edifício do Mercado Municipal;
- ⇒ Manutenção e conservação de pavimentos.

Exploração, manutenção e conservação das estações de tratamento de águas residuais de Seiça, Alto Nabão e Zona Industrial

A Ourémviva obriga-se à exploração, manutenção e conservação das ETAR's de Seiça, Alto Nabão e Zona Industrial de Ourém, designadamente na execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Manter o funcionamento normal das ETAR's de Seiça, Alto Nabão e Zona Industrial de Ourém em laboração contínua, obtendo graus de tratamento que correspondam ao exigido pela legislação em vigor, procedendo-se a:
 - Recolhas compostas das entradas de efluente nas ETAR's, e das saídas de água tratada, bem como a recolhas de amostras simples ao longo do processo de tratamento, as quais serão processadas em laboratório, procedendo-se ao seu controlo analítico;
 - Análises das lamas desidratadas, de acordo com as exigências legais;
- ⇒ Efetuar a manutenção dos órgãos de tratamento e instalações, elaborando para o efeito um plano mensal de operações, nas quais se inserem as lavagens de tanques, equipamentos e espaços adjacentes, limpezas de edifícios e viaturas, manutenção dos espaços verdes e taludes.
- ⇒ Efetuar as manutenções elétricas que comportam todas as manutenções presentes nos planos de manutenção preventiva existentes em cada ETAR, nos quais se inserem as verificações de tensão do consumo elétrico de energia, estado dos cabos elétricos dos equipamentos, verificação e limpeza dos quadros elétricos, testes ao gerador, entre outras que poderão vir a ser necessárias, ou solicitadas pelo Município de Ourém.
- ⇒ Efetuar as manutenções mecânicas que comportam todas as manutenções presentes nos planos de manutenção mecânica preventiva, nomeadamente ações de verificação de níveis de óleo e reposição do mesmo, verificação e ajuste de folgas, verificação de rolamentos, lubrificações, verificação de possíveis desgastes dos equipamentos, entre outras, de todos os equipamentos existentes.

- ⇒ Resolução de anomalias eletromecânicas, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, o qual ajuda a detetar a gravidade da avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação de avarias e anomalias.
- ⇒ Adquirir todos os materiais, produtos e serviços necessários à condução, manutenção e conservação das ETAR's.
- ⇒ Apresentação de relatórios de exploração das ETAR's, com periodicidade anual, contendo a descrição do comportamento das mesmas, incluindo todos os parâmetros atrás descritos
- ⇒ Respeitar todas as condições de higiene e segurança em conformidade com a legislação em vigor;
- ⇒ Proceder ao envio, para a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, de todos os elementos necessários ao cálculo da componente E da Taxa de Recursos Hídricos e proceder à liquidação da mesma, remetendo mensalmente o valor para o Município de Ourém.

Gestão do estacionamento taxado no concelho de Ourém

A Ourémviva gere, em regime de exclusividade, todo o estacionamento público taxado no concelho de Ourém.

A Ourémviva obriga-se a:

- ⇒ Efetuar a gestão do estacionamento nos termos dos regulamentos municipais, assumindo a cobrança das taxas e preços previstos nesses regulamentos;
- ⇒ Disponibilizar ao Município de Ourém, a título gratuito, lugares de estacionamento:
 - Nos parques de estacionamento;
 - Nas zonas de estacionamento de duração limitada, nos termos definidos em regulamento.
- ⇒ Constituem encargos da Ourémviva:
 - As despesas com a limpeza das infraestruturas dos parques de estacionamento cobertos abertos ao público em geral;
 - A manutenção do sistema de controlo e gestão do estacionamento e do sistema de videovigilância instalados nos parques de estacionamento;
 - A manutenção dos equipamentos das zonas de estacionamento de duração limitada.

Serviços escolares

A Ourémviva obriga-se a:

- ⇒ Garantir o bom funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família, na dupla vertente de prestação de alimentação e complemento de horário, a qual integra as atividades de animação socioeducativa dos alunos do pré-escolar integrados no Centro Escolar da Freixianda, Vale Travesso,

Pinheiro, Mata, Carvoeira e Pisões, apoiando as famílias na tarefa de educação dos seus educandos, de acordo com as necessidades específicas de cada local;

- ⇒ Garantir o fornecimento de refeições e complementos de horário aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico das EB1 Vale Travesso, EB1 Pinheiro, EB1 Mata, EB1 Carvoeira e EB1 Pisões;
- ⇒ Efetuar a gestão da Cozinha Central, sita no edifício dos Monfortinos em Fátima;
- ⇒ Com a execução das seguintes tarefas:
 - Efetuar a limpeza de todos estes espaços afetos a este fim;
 - Efetuar a manutenções elétricas dos sistemas de iluminação;
 - Efetuar as manutenções dos sistemas de água escolares dos espaços afetos;
 - Reparação de todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permita detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
 - Adquirir todos os materiais, produtos e serviços necessários à manutenção e conservação dos espaços afetos;
 - Respeitar e cumprir todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor, sob supervisão de técnicos na implementação do HACCP;
 - Efetuar mensalmente os pagamentos de luz, água, gás, combustíveis e seguros de todas as estruturas e veículos afetos a este serviço;
 - Efetuar a gestão nos termos dos regulamentos Municipais em vigor, assumindo a cobrança das taxas ou tarifas previstas para a finalidade;
 - Efetuar a gestão das viaturas que efetuam a distribuição das refeições.

Conservação e manutenção de equipamentos educativos II e 1.º ciclo

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, a efetuar as intervenções de reparação corrente nas escolas básicas do 1º ciclo e Jardins de Infância, favorecendo a qualidade do serviço prestado, com a execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Manutenção e reparação de portas, janelas, estores e persianas;
- ⇒ Pequenas reparações no mobiliário escolar;
- ⇒ Substituição de vidros;
- ⇒ Substituição de lâmpadas, no interior e exterior dos edifícios;
- ⇒ Pagamentos mensais dos alugueres, combustíveis e seguros dos dois veículos afetos a este serviço;

- ⊃ Manutenção e reparações de rede elétrica;
- ⊃ Aplicação e reparação de placares e cacifos;
- ⊃ Reparação das redes prediais de água nas escolas em que esta responsabilidade é da autarquia;
- ⊃ Manutenção, afinação e reparação dos sistemas de aquecimento e seus equipamentos;
- ⊃ Fornecimento e entrega de cera acrílica e decapante para os pavimentos de madeira;
- ⊃ Verificação e limpeza de chaminés;
- ⊃ Manutenção e reparação nas coberturas, telhados e caleiras dos edifícios;
- ⊃ Manutenção e reparação de cilindros e esquentadores;
- ⊃ Desobstrução e limpeza das redes prediais de esgotos domésticos;
- ⊃ Manutenção e reparação em muros de vedação, vedações e portões de acesso;
- ⊃ Manutenção dos equipamentos exteriores de jogo, recreio e lazer, como sejam caixas de areia, parques infantis, entre outros;
- ⊃ Mudança de areia das respetivas caixas;
- ⊃ Fornecimento e entrega de lenha para os edifícios com lareiras ou salamandras;
- ⊃ Desentupimento de grelhas e sumidouros;
- ⊃ Pequenas reparações das redes interiores de águas e esgotos de tubagem à vista (não implicando trabalho de pedreiro), incluindo torneiras do aquecimento;
- ⊃ Reparação e substituição de loiças dos sanitárias e outros equipamentos de instalações sanitárias, incluindo torneiras e autoclismos;
- ⊃ Reparação e substituição de equipamentos fixos de cozinha, nomeadamente torneiras e sifões;
- ⊃ Pintura de espaços e outros serviços cuja intervenção tenha natureza simplificada.
- ⊃ Contratação de recursos humanos necessários ao funcionamento do serviço;
- ⊃ Intervenção em todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permita detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⊃ Aquisição de todos os materiais, produtos e serviços necessários à conservação e manutenção dos equipamentos educativos;
- ⊃ Respeito e cumprimento de todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor.

Conservação e manutenção de equipamentos educativos 2.º e 3.º ciclo

A Ourémviva obriga-se a efetuar as intervenções de reparação de média intervenção que se revertam de caráter urgente e que coloquem em risco o funcionamento das seguintes EB's 2/3:

- ⇒ EB 2/3 de Caxarias;
- ⇒ EB 2/3 de Freixianda;
- ⇒ EB 2/3 4º Conde de Ourém.

Transportes escolares e vigilantes

O Município de Ourém obriga-se, nos termos da delegação de competências, a manter o normal funcionamento deste serviço, favorecendo um bom grau de satisfação dos utentes, cumprindo para o efeito a legislação em vigor junto dos recursos humanos que prestam o serviço, de forma a:

- ⇒ Assegurar o transporte escolar e acompanhamento dos alunos dos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do concelho, atendendo às disposições da Lei nº 13/2006 de 17 de Abril para o transporte escolar de crianças até aos 16 anos;
- ⇒ Efetuar a contratação dos motoristas necessários ao transporte dos alunos dos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo, em veículos da propriedade do Município;
- ⇒ Efetuar a contratação de vigilantes/acompanhantes necessárias à realização dos transportes escolares dos alunos do 1º ciclo com escolas suspensas, ou outros transportes que venham a ser necessários, de acordo com as indicações transmitidas pelo Município de Ourém, em veículos da propriedade deste.

Vigilantes das escolas

A Ourémviva compromete-se a assegurar a prestação no apoio à vigilância de crianças, através de funcionários capacitados para o exercício das funções, e à atividade escolar, organização e limpeza dos espaços escolares, bem como as demais funções operacionais inerentes à ação educativa durante o período letivo, devendo contribuir para o correto funcionamento das escolas.

Piscinas de Ourém

A gestão das Piscinas de Ourém, é da competência da Ourémviva, a qual se obriga, nos termos da delegação de competências previstas, a manter o normal funcionamento desta estrutura, favorecendo um bom grau de satisfação dos utentes, cumprindo para o efeito a legislação em vigor para estes espaços, com a execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Efetuar a vigilância permanente dos espaços interiores da piscina e das piscinas cobertas bem como da piscina exterior durante o período da época balnear;
- ⇒ Efetuar a limpeza de balneários, cais, tanques, receção, casa das máquinas bem como das zonas envolventes;
- ⇒ Efetuar as manutenções elétricas dos sistemas de iluminação, aquecimento de água e som;
- ⇒ Efetuar as manutenções ao nível dos balneários e sanitários na perspetiva da prevenção dos desperdícios de recursos hídricos, e na obtenção de uma gestão eficiente;
- ⇒ Efetuar a reparação de todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permita detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⇒ Adquirir todos os materiais, produtos químicos necessários ao tratamento e boa qualidade da água, assim como de serviços necessários à manutenção e conservação da Piscina;
- ⇒ Efetuar colheitas e solicitar análises à água, para avaliação da qualidade regular da mesma;
- ⇒ Apresentar relatório semestral de exploração/ocupação da Piscina contendo a descrição das intervenções dentro dos parâmetros atrás referidos;
- ⇒ Cumprir todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor;
- ⇒ Efetuar mensalmente os pagamentos de luz, água, gás e seguro da estrutura;
- ⇒ Efetuar a gestão nos termos dos regulamentos municipais em vigor, assumindo a cobrança das taxas ou tarifas previstas nesses regulamentos;
- ⇒ Gerir o bar das piscinas de Ourém.

Piscina de Caxarias

A gestão das Piscinas Municipais de Caxarias é da competência da Ourémviva, a qual se obriga, nos termos da delegação de competências previstas, a manter o normal funcionamento desta estrutura, favorecendo um bom grau de satisfação dos utentes, cumprindo para o efeito a legislação em vigor para estes espaços, com execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Vigilância permanente dos espaços interiores da piscina;
- ⇒ Limpeza de balneários, cais, tanque, receção, casa das máquinas bem como das zonas envolventes;
- ⇒ Efetuar as manutenções elétricas dos sistemas de iluminação, aquecimento de água e som;
- ⇒ Efetuar as manutenções ao nível dos balneários e sanitários na perspetiva da prevenção dos desperdícios de recursos hídricos, e na obtenção de uma gestão eficiente;

- ⇒ Efetuar a reparação de todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permita detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⇒ Adquirir todos os materiais, produtos químicos necessários ao tratamento e boa qualidade da água, assim como de serviços necessários à manutenção e conservação da Piscina;
- ⇒ Efetuar colheitas e solicitar análises à água, para avaliação da qualidade regular da mesma;
- ⇒ Apresentar relatório semestral de exploração/ocupação da Piscina contendo a descrição das intervenções dentro dos parâmetros atrás referidos;
- ⇒ Cumprir todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor;
- ⇒ Efetuar mensalmente os pagamentos de luz, água, gás, vigilância e seguro de toda a estrutura;
- ⇒ Efetuar a gestão nos termos dos regulamentos municipais em vigor, assumindo a cobrança das taxas ou tarifas previstas nesses regulamentos.

Complexo desportivo da Caridade

A Ourémviva obriga-se a manter o normal funcionamento desta estrutura, favorecendo um bom grau de satisfação dos utentes, cumprindo para o efeito a legislação em vigor para estes espaços, procedendo-se a:

- ⇒ Vigilância dos espaços interiores e zonas envolventes;
- ⇒ Efetuar a limpeza do campo de jogos, balneários, bem como das zonas envolventes;
- ⇒ Efetuar as manutenções elétricas dos sistemas de iluminação e aquecimento de água;
- ⇒ Efetuar a reparação de todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permite detetar a gravidade de cada avaria, possibilitando uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⇒ Adquirir todos os materiais, produtos e serviços necessários à manutenção e conservação do complexo;
- ⇒ Apresentar relatórios de exploração do Complexo Desportivo, contendo a descrição das intervenções dentro dos parâmetros atrás referidos;
- ⇒ Cumprir todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor;
- ⇒ Efetuar mensalmente os pagamentos mensais de luz, água, gás e seguros de toda a estrutura;
- ⇒ Efetuar a gestão nos termos dos regulamentos municipais em vigor, assumindo a cobrança das taxas ou tarifas previstas nesses regulamentos;
- ⇒ Elaborar e implementar o regulamento de utilização do Complexo Desportivo, de acordo com a legislação em vigor.

Pavilhões municipais

A gestão dos Pavilhões é da competência da Ourémviva. A Ourémviva obriga-se à exploração, manutenção e conservação dos Pavilhões de Ourém, Caneiro, Pinheiro, Caxarias e Freixianda, zelando pelo normal funcionamento destas estruturas, proporcionando um bom grau de satisfação dos utentes, cumprindo para o efeito a legislação em vigor para estes espaços, com a execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Efetuar a vigilância permanente dos espaços interiores;
- ⇒ Efetuar limpeza diária dos espaços interiores – ringues, sanitários, salas de assistência, balneários;
- ⇒ Efetuar as manutenções elétricas dos sistemas de iluminação e aquecimento de água;
- ⇒ Efetuar as manutenções ao nível dos balneários e sanitários na perspetiva da prevenção dos desperdícios de recursos hídricos, e na obtenção de uma gestão eficiente;
- ⇒ Reparar todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permita detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⇒ Adquirir todos os materiais, produtos e serviços necessários à manutenção e conservação dos Pavilhões;
- ⇒ Apresentar os relatórios de exploração/ocupação dos Pavilhões contendo a descrição das intervenções dentro dos parâmetros atrás referidos;
- ⇒ Respeitar todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor;
- ⇒ Efetuar mensalmente os pagamentos de luz, água, gás e seguros de todas as estruturas;
- ⇒ Efetuar a gestão nos termos dos regulamentos Municipais em vigor, assumindo a cobrança das taxas ou tarifas previstas nesses regulamentos.

Equipamentos culturais

Esta área inclui a exploração, manutenção e conservação do Museu Municipal de Ourém e Galeria Municipal, bem como a gestão da Oficina do Património.

Museu municipal

A Ourémviva obriga-se, a manter o normal funcionamento desta estrutura, favorecendo um bom grau de satisfação dos utentes, cumprindo para o efeito a legislação em vigor para estes espaços, com a execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Efetuar a vigilância permanente dos espaços interiores e acompanhamento dos visitantes;
- ⇒ Efetuar a limpeza da estrutura museológica;
- ⇒ Efetuar as manutenções elétricas dos sistemas de iluminação e som;

- ⇒ Efetuar a manutenção ao nível dos sanitários na perspetiva da prevenção dos desperdícios de recursos hídricos, e na obtenção de uma gestão eficiente;
- ⇒ Reparação de todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permita detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⇒ Adquirir todos os materiais, produtos e serviços necessários à manutenção e conservação do museu;
- ⇒ Apresentar os relatórios de exploração/ocupação do Museu contendo a descrição das intervenções dentro dos parâmetros atrás referidos;
- ⇒ Respeitar todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor;
- ⇒ Efetuar mensalmente os pagamentos de luz, água, seguro e vigilância da estrutura;
- ⇒ Efetuar a gestão nos termos dos regulamentos municipais em vigor, assumindo a cobrança das taxas ou tarifas previstas nesses regulamentos.

Galeria municipal

A Ourémviva obriga-se a manter o normal funcionamento desta estrutura, favorecendo um bom grau de satisfação dos utentes, cumprindo para o efeito a legislação em vigor para estes espaços, com execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Assegurar o funcionamento da Galeria Municipal de Ourém, assumindo os encargos com limpeza e manutenção corrente das infraestruturas e equipamentos afetos a esta estrutura;
- ⇒ Efetuar a vigilância permanente dos espaços interiores e acompanhamento dos visitantes e outras iniciativas culturais e educativas na esfera de competência do Museu;
- ⇒ Efetuar a limpeza da estrutura de exposições;
- ⇒ Efetuar as manutenções elétricas dos sistemas de iluminação e som;
- ⇒ Reparação de todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permite detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⇒ Adquirir todos os materiais, produtos e serviços necessários à manutenção e conservação da Galeria;
- ⇒ Apresentar os relatórios de exploração/ocupação da Galeria;
- ⇒ Cumprir todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor;
- ⇒ Efetuar mensalmente os pagamentos de luz, seguro e vigilância da estrutura;
- ⇒ Efetuar a gestão nos termos dos regulamentos municipais em vigor, assumindo a cobrança das taxas ou tarifas previstas nesses regulamentos.

Oficina do Património

A Ourémviva obriga-se, a manter o normal funcionamento desta estrutura, na qualidade de plataforma dos serviços de investigação, documentação e conservação dos bens patrimoniais indispensáveis ao funcionamento do MMO, nos termos da Lei 47/2004 de 19 de Agosto. Este edifício acolhe o inventário, as reservas e a oficina de conservação e restauro, cumprindo para o efeito a legislação em vigor para estes espaços, com execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Assegurar o funcionamento da Oficina do Património, assumindo os encargos com limpeza e manutenção corrente das infraestruturas e equipamentos afetos a esta estrutura;
- ⇒ Efetuar a vigilância permanente dos espaços interiores;
- ⇒ Reparação de todas as anomalias, recorrendo-se a um plano de manutenção interventiva, que permite detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⇒ Adquirir os utensílios, consumíveis, produtos e serviços necessários à conservação e ao restauro do acervo patrimonial gerido pelo MMO, bem como de bens patrimoniais de outras propriedades/tutelas, intervencionado pelos técnicos de conservação e restauro mediante contratualização com a Ourémviva ao abrigo do programa de prestação de serviços pela Oficina do Património;
- ⇒ Apresentar os relatórios de diagnóstico/conservação dos bens museológicos/patrimoniais, contendo a descrição das intervenções;
- ⇒ Cumprir todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor.

Cineteatro municipal de Ourém

No âmbito desta atividade a Ourémviva é responsável pela realização das seguintes tarefas:

- ⊃ Efetuar a vigilância permanente dos espaços interiores;
- ⊃ Efetuar a limpeza da estrutura;
- ⊃ Efetuar as manutenções elétricas do sistema de iluminação e som;
- ⊃ Efetuar a manutenção ao nível dos sanitários na perspetiva da prevenção dos desperdícios hídricos e na obtenção de uma gestão eficiente;
- ⊃ Reparar todas as anomalias, recorrendo a um plano de manutenção interventiva, que permita detetar a gravidade de cada avaria, sendo assim possível uma rápida e eficaz resposta de reparação;
- ⊃ Adquirir todos os materiais, produtos e serviços necessários à manutenção e conservação do Cineteatro;
- ⊃ Apresentar os relatórios de exploração/ocupação do Cineteatro, contendo a descrição das intervenções dentro dos parâmetros atrás referidos;
- ⊃ Respeitar todas as condições de higiene e segurança, em conformidade com a legislação em vigor;
- ⊃ Efetuar mensalmente os pagamentos de eletricidade, água, seguro e vigilância da estrutura;
- ⊃ Efetuar a gestão nos termos dos regulamentos municipais em vigor, assumindo a cobrança das taxas ou tarifas previstas nesses regulamentos;
- ⊃ Realizar de diversas atividades e eventos, nomeadamente na realização de concertos, revistas, “*stand up comedy*”, e outros que se considerem pertinentes.

Centro de negócios de Ourém

A Ourémviva compromete-se na manutenção do normal funcionamento do Centro de Negócios, favorecendo um bom grau de satisfação dos utentes, cumprindo, para o efeito, a legislação em vigor para estes espaços, desenvolvendo as seguintes atividades:

- ⊃ Exploração e gestão do centro de Negócios de Ourém;
- ⊃ Promoção de ações de formação destinadas às empresas;
- ⊃ Organização de eventos, tais como exposições, feiras, conferências;
- ⊃ Exploração, direta ou indireta, de espaços de natureza comercial, nomeadamente nas áreas da restauração;
- ⊃ Apoio à divulgação e promoção do setor empresarial do Município de Ourém e região envolvente;
- ⊃ Organização de outros eventos em parceria com o Município de Ourém e outras entidades;

- ⇒ Outras atividades acessórias ou complementares consideradas relevantes para o bom funcionamento do espaço.

Eventos, animação e desporto

A Ourémviva compromete-se à realização de eventos culturais, desportivos e de lazer, em conformidade com o solicitado pelo Município, com o objetivo de potenciar a participação da população do concelho de Ourém.

Comunicação e imagem

No âmbito desta atividade a Ourémviva é responsável por:

- ⇒ Assegurar as relações públicas e promover a imagem do Município enquanto instituição ao serviço da comunidade;
- ⇒ Promover a divulgação das atividades do Município face às necessidades do desenvolvimento do Concelho e aos problemas concretos da população;
- ⇒ Promover a comunicação entre o Município e os Municípios, estimulando o diálogo permanente, a co-responsabilidade coletiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- ⇒ Preparar, elaborar e divulgar publicações e informações municipais, internas ou externas, periódicas ou não, de caráter geral ou específico;
- ⇒ Desenvolver a relação do Município com os órgãos de Comunicação Social;
- ⇒ Recolher as matérias noticiosas com interesse para o Município e promover a sua divulgação;
- ⇒ Promover ações com outros Municípios ou agências de desenvolvimento;
- ⇒ Apoiar a realização de iniciativas promocionais de interesse para o Concelho;
- ⇒ Fazer o acompanhamento e a divulgação de iniciativas e eventos sociais, desportivos e culturais;
- ⇒ Realizar a conceção gráfica e paginação de publicações;
- ⇒ Realizar a composição de trabalhos gráficos de divulgação;
- ⇒ Realizar o design gráfico de brochuras;
- ⇒ Realizar a conceção gráfica de estacionários (p.ex. cartão, carta, envelope);
- ⇒ Efetuar a conceção e tratamento de logótipos, símbolos e de outros suportes de identidade visual;
- ⇒ Criar e tratar imagens das exposições do Município e de outras produções congéneres;
- ⇒ Coordenar a pré-impressão em articulação com tipografias;

- ⇒ Exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por despacho superior.

Apoio à ação social

A Ourémviva obriga-se a prestar apoio no âmbito social do concelho de Ourém, nomeadamente:

- ⇒ Apoio psicossocial a diversos projetos de intervenção social;
- ⇒ Apoio técnico ao domicílio;
- ⇒ Intervenções em situações de emergência social;
- ⇒ Intervenção no núcleo de apoio à vítima, entre outros projetos desta natureza;
- ⇒ Apoio técnico na área da rede social.

Manutenção de instalações de âmbito social

No âmbito desta atividade a Ourémviva compromete-se a efetuar as intervenções de manutenção, conservação e reparação corrente nos edifícios e instalações de âmbito social municipal e que são:

- ⇒ Centro Comunitário de Ourém (Antigo II);
- ⇒ Antigo Edifício dos Paços do Concelho;
- ⇒ Apartamentos do nº 48 da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro;
 - R/C DRT. – Republica Social;
 - 1º Esq. – Emergência Social;
 - 2º Esq. – Emergência Social.
- ⇒ Efetuar pequenas intervenções de manutenção, conservação e reparação corrente em habitações de estratos sociais desfavorecidos.

Conservação e manutenção de instalações e equipamentos culturais

O âmbito desta atividade inclui efetuar as intervenções de manutenção, conservação e reparação corrente nos edifícios, instalações ou outros equipamentos de âmbito cultural municipal:

- ⇒ Oficina do Património (Antiga Biblioteca);
- ⇒ Museu Municipal;

- ⊃ Biblioteca Municipal;
- ⊃ Galeria Municipal (Castelos);
- ⊃ Oficina de Artes do Vale da Perra (Antiga EB1);
- ⊃ Oficina de Artes dos Castelos (Antiga EB1);
- ⊃ Locais patrimoniais:
 - Ruínas da Capela de São Sebastião;
 - Calçadas Medievais da Carapita e Fonte dos Cavalos (Castelos);
 - Calçadas Medievais da Mulher Morta (Castelos).

Apoio à proteção civil

A Ourémviva obriga-se a prestar apoio à Proteção Civil, incluindo:

- ⊃ Apoio no acompanhamento de situações de emergência;
- ⊃ Apoio na preparação das operações Fátima, realizadas de Maio a Outubro;
- ⊃ Apoio na resolução de situações de árvores em risco de queda e respetivo acompanhamento do processo administrativo;
- ⊃ Acompanhamento e divulgação dos alertas de proteção civil;
- ⊃ Acompanhamento de eventos que envolvam a proteção civil;
- ⊃ Apoio no planeamento de emergência;
- ⊃ Promoção de ações de sensibilização junto da comunidade escolar e população em geral;
- ⊃ Planeamento e execução de exercícios e simulacros nas escolas e preparação da comunidade escolar no âmbito das medidas de auto proteção;
- ⊃ Preparação e acompanhamento das reuniões do Conselho Municipal de Segurança e da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Apoio à internacionalização

No âmbito desta atividade a Ourémviva compromete-se a assegurar os serviços necessários à receção de comitivas internacionais nas seguintes atividades:

- ⊃ Serviços de restauração da Ucharia do Conde;
- ⊃ Serviços do Museu Municipal de Ourém com a cedência de entradas gratuitas para as respetivas comitivas;

- ⇒ Serviço de visitas guiadas ao Centro Histórico de Ourém;
- ⇒ Serviço da Galeria Municipal, nomeadamente visita e cedência do espaço para realização de encontros;
- ⇒ Cedência do Parque Aventura e auditório do Agroal para a realização de palestras/encontros relacionados com a Internacionalização;
- ⇒ Apoio à divulgação e promoção de atividades relacionadas com a cooperação internacional junto do setor empresarial local;
- ⇒ Apoio a outras atividades complementares consideradas relevantes para a boa divulgação da rede de cooperação internacional.

Exploração de instalações elétricas em infraestruturas municipais

A Ourémviva obriga-se, nos termos da delegação de competências, a efetuar as intervenções de gestão das Instalações elétricas em infraestruturas municipais, favorecendo a qualidade do serviço prestado, com a execução das seguintes tarefas:

- ⇒ Análise de projetos elétricos;
- ⇒ Acompanhamento nas fiscalizações às obras relacionadas com as instalações elétricas;
- ⇒ Realização de vistorias obrigatórias previstas no n.º 1 do artigo 15º do Estatuto do Técnico Responsável por instalações elétricas e as que o Município de Ourém solicitar;
- ⇒ Realização de visitas às instalações elétricas sempre que ocorra qualquer acidente pessoal provocado por ação da corrente elétrica.

III. Recursos humanos

Não se prevê neste documento previsual alterações nos quadros da Ourémviva. A decomposição dos recursos humanos por vínculo laboral e categoria profissional prevista para 2017 é a seguinte:

Vínculo laboral / categoria profissional	Nomeação	A termo certo	A termo indeterminado	Cedência de interesse público	Outros (Contrato emprego-inserção, estágio emprego, etc.)	Total
Animador turístico			1			1
Assistente operacional			71	5		76
Assistente técnico			13	2		15
Auxiliar			30		8	38
Carpinteiro			1			1
Coordenador técnico			1			1
Encarregado operacional				1		1
Escriturário			2			2
Jardineiro			5			5
Motorista			6			6
Operador de Etar			2			2
Órgãos sociais	2					2
Secretário geral			1			1
Rececionista			6			6
Técnico de informática			2			2
Técnico de manutenção			2			2
Técnico audiovisual			1			1
Técnico profissional de desporto			1			1
Técnico superior			22			22
Tratorista agrícola			1			1
Vigilante florestal			1			1
Vigilante			8			8
Total	2		177	8	8	195

De salientar que se mantém 3 funcionárias em regime de cedência à Insignare desde 31/08/2010.

IV. Contas de exploração previsionais por área de atividade

Dados gerais

Como já foi referido anteriormente, as previsões de exploração por atividade tem como base os valores históricos registados em cada área de atividade, bem como os previstos pelo Conselho de Administração, sempre que existam alterações de âmbito. Neste capítulo do relatório efetuamos uma análise detalhada das áreas de serviço que compõem a atividade da Ourémviva.

Gastos da estrutura administrativa

Os gastos previstos respeitam aos gastos diretamente imputados à estrutura administrativa.

Detalhando as rubricas mais relevantes temos:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Serviços especializados Materiais; Energia e fluidos - eletricidade, combustíveis e água; Serviços diversos;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e custos com a medicina no trabalho);
<i>Gastos de depreciação</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto.

A conta de exploração da estrutura administrativa é a seguinte:

Unidade: euros

Estrutura Administrativa	
+ Imputação da margem da Área de Gestão do Estacionamento	
	2017
Rendimentos da estrutura administrativa	
Venda de mercadorias - Outras entidades	378
Outros rendimentos e ganhos	3.128
Total dos rendimentos da estrutura administrativa	3.505
Gastos da estrutura administrativa	
Fornecimentos e serviços externos	123.779
Gastos com pessoal	278.322
Outros gastos e perdas	1.476
Total dos gastos da estrutura administrativa	403.577
Outros gastos repartíveis	
Gastos de depreciação e de amortização	10.578
Imputação da margem da área de gestão do estacionamento	-24.304
Total dos outros gastos repartíveis	-13.726
Total dos gastos repartíveis	389.851
Gastos líquidos a repartir	386.346

Os outros gastos repartíveis referem-se a depreciações do equipamento afeto a esta atividade, bem como à imputação da margem da área gestão de estacionamento.

Repartição dos gastos líquidos da estrutura administrativa pelas restantes áreas de serviço

A imputação dos rendimentos e gastos de estrutura às diversas áreas da empresa tem como base de cálculo o peso dos gastos diretos de cada atividade nos gastos totais da empresa.

Com base neste critério, temos a seguinte chave de repartição por área de serviço:

Repartição dos gastos líquidos a repartir por área de serviço	2017
Manutenção de espaços de lazer	3,7%
Apoio ao desenvolvimento rural	2,0%
Ordenamento do território e urbanismo	5,9%
GTF	1,8%
Ucharia do Conde	1,2%
Recolha de resíduos e manutenção das infraestruturas de saneamento	3,1%
Espaços verdes escolares e edifícios públicos	7,7%
Limpeza, peq. reparações e vigilância em edifícios e sanitários públicos	4,4%
Conservação, vigilância e limpeza do parque Dr. António Teixeira e mercado municipal	3,9%
ETARS de Seíça, Alto Nabão e Zona Industrial	4,1%
Serviços escolares	9,4%
Conservação e manutenção de equipamentos educativos - 1.º e 2.º ciclo	4,5%
Conservação e manutenção de equipamentos educativos - 3.º e 4.º ciclo	1,5%
Transportes escolares e vigilantes	7,3%
Vigilantes das escolas	6,4%
Piscinas de Ourém	5,5%
Piscina de Caxarias	5,2%
Complexo desportivo da Caridade	1,0%
Pavilhões municipais	3,1%
Galeria Municipal	0,9%
Museu Municipal	0,9%
Oficina do Património	0,9%
Cineteatro municipal	2,3%
Centro de negócios de Ourém	2,2%
Eventos, animação e desporto	1,7%
Comunicação e imagem	1,6%
Apoio à ação social	2,0%
Manutenção de instalações de âmbito social	2,1%
Manutenção de instalações e equipamentos culturais	1,0%
Apoio à internacionalização	1,3%
Apoio à proteção civil	0,6%
Exploração de instalações elétricas em infraestruturas municipais	0,9%
Total	100%

Manutenção de espaços de lazer

Os gastos mais significativos desta atividade:

Rubrica	Itens
<i>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</i>	Compra de matérias-primas para confeção dos produtos a servir na Cafetaria do Agroal;
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Serviços especializados – incluem para além de gastos de reparação e conservação, honorários (nadadores salvadores e colaboradores da Cafetaria do Agroal) e serviços especializados.
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER	Número de funcionários
Auxiliar	2
Técnico superior	2
Assistente técnico	1
Assistente operacional	5
Jardineiro	1
Total	11

Conta de exploração para a área manutenção de espaços de lazer:

Unidade: euros

MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Município de Ourém		102.251
Prestação de serviços - Outras entidades - Bar Agroal		29.713
Outros rendimentos e ganhos		443
Total dos rendimentos		132.407
Gastos		
Custo das matérias primas consumidas - Bar Agroal		17.468
Fornecimentos e serviços externos		17.159
Gastos com pessoal		73.937
Gastos de depreciação e de amortização		2.443
Total dos gastos		111.006
Margem operacional		21.401
Gastos líquidos a repartir		11.132
Resultado antes de impostos		10.269

Apoio ao desenvolvimento rural

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL	Número de funcionários
Assistente técnico	1
Coordenador	1
Técnico superior	1
Auxiliar	1
Total	4

Conta de exploração para a área apoio ao desenvolvimento rural:

Unidade: euros

APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	54.045
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes (G.A.A.)	13.156
Total dos rendimentos	67.201
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	14.950
Gastos com pessoal	41.793
Gastos de depreciação e de amortização	13
Outros gastos e perdas	2.666
Total dos gastos	59.422
Margem operacional	7.779
Gastos líquidos a repartir	7.779
Resultado antes de impostos	0

Ordenamento do Território e Urbanismo

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	Número de funcionários
Auxiliar	1
Coordenador	1
Assistente técnico	2
Técnico superior	6
Técnico de informática	1
Total	11

Conta de exploração para a área Ordenamento do Território e Urbanismo:

Unidade: euros

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	197.618
Subsídio à exploração	452
Total dos rendimentos	198.070
Gastos	
Gastos com pessoal	174.919
Total dos gastos	174.919
Margem operacional	23.151
Gastos líquidos a repartir	23.151
Resultado antes de impostos	0

GTF (Gabinete técnico florestal)

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

GTF	Número de funcionários
Assistente técnico	1
Técnico superior	1
Técnico de informática	1
Total	3

Conta de exploração para a área GTF:

Unidade: euros

GTF	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	60.533
Total dos rendimentos	60.533
Gastos	
Gastos com pessoal	53.485
Total dos gastos	53.485
Margem operacional	7.048
Gastos líquidos a repartir	7.048
Resultado antes de impostos	0

Ucharia do Conde

Esta área compreende a exploração da Ucharia do Conde.

Os gastos mais significativos desta atividade são:

Rubrica	Itens
<i>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</i>	Compra de matérias-primas para confeção das refeições;
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Conservação e reparação; Eletricidade; Água;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

A Ourémviva, nesta atividade, conta a afetação parcial de dois assistentes operacionais.

Conta de exploração para a área Ucharia do Conde:

Unidade: euros

UCHARIA DO CONDE	2017
Rendimentos	
Venda de mercadorias - Outras entidades	5.875
Venda de mercadorias - Município de Ourém	348
Prestação de serviços - Outras entidades	10.410
Prestação de serviços - Município de Ourém	3.979
Subsídio à exploração - Município de Ourém	20.639
Total dos rendimentos	41.252
Gastos	
Custo das matérias primas consumidas	18.796
Fornecimentos e serviços externos	4.748
Gastos com pessoal	11.922
Gastos de depreciação e de amortização	644
Outros gastos e perdas	458
Total dos gastos	36.568
Margem operacional	4.684
Gastos líquidos a repartir	4.684
Resultado antes de impostos	0

Recolha de resíduos e manutenção das infraestruturas de saneamento

Esta área compreende a manutenção das infraestruturas de saneamento.

A estrutura de gastos é composta pelas seguintes rubricas:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Subcontratos; Energia e fluidos; Serviços especializados; Materiais; Serviços diversos;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta área são:

RECOLHA DE RESÍDUOS E MANUTENÇÃO DE DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	Número de funcionários
Técnico de manutenção e saneamento	1
Auxiliar	1
Tractorista agrícola	1
Assistente técnico	2
Total	5

Conta de exploração da área recolha de resíduos e manutenção das infraestruturas de saneamento:

Unidade: euros

RECOLHA DE RESÍDUOS E MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Município de Ourém		96.035
Prestação de serviços - Outras entidades		12.302
Total dos rendimentos		108.337
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		36.009
Gastos com pessoal		55.395
Gastos de depreciação e de amortização		721
Outros gastos e perdas		105
Total dos gastos		92.231
Margem operacional		16.106
Gastos líquidos a repartir		12.017
Resultado antes de impostos		4.088

Manutenção dos espaços verdes escolares e edifícios públicos

Os gastos mais significativos desta área de atividade são:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Subcontratação de serviços; Serviços especializados; Energia e fluidos; Materiais; Serviços diversos;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

Os gastos com pessoal assumem-se como sendo os que têm maior peso nos gastos totais. Dos fornecimentos e serviços externos as rubricas subcontratos, energia e fluidos e serviços diversos são as que apresentam maior materialidade.

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES ESCOLARES E EDIFÍCIOS PÚBLICOS	Número de funcionários
Assistente operacional	9
Auxiliar	6
Jardineiro	4
Técnico superior	1
Vigilante florestal	1
Total	22

Conta de exploração da área manutenção dos jardins municipais e espaços verdes escolares:

Unidade: euros

MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES ESCOLARES E EDIFÍCIOS PÚBLICOS		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Município de Ourém		256.422
Subsídio à exploração - I.E.F.P.		452
Total dos rendimentos		256.874
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		34.057
Gastos com pessoal		185.672
Gastos de depreciação e de amortização		6.686
Outros gastos e perdas		741
Gastos e perdas de financiamento		135
Total dos gastos		227.291
Margem operacional		29.582
Gastos líquidos a repartir		29.582
Resultado antes de impostos		0

Limpeza, pequenas reparações e vigilância de edifícios e sanitários públicos

Os recursos humanos total ou parcialmente afetos a esta área são:

LIMPEZA, PEQUENAS REPARAÇÕES E VIGILÂNCIA DE EDIFÍCIOS E SANITÁRIOS PÚBLICOS	Número de funcionários
Assistente técnico	2
Assistente operacional	8
Auxiliar	3
Total	13

Conta de exploração da área limpeza, pequenas reparações e vigilância de edifícios e sanitários públicos:

Unidade: euros

LIMPEZA, PEQUENAS REPARAÇÕES E VIGILÂNCIA DE EDIFÍCIOS E SANITÁRIOS PÚBLICOS	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	147.103
Total dos rendimentos	147.103
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	23.122
Gastos com pessoal	106.653
Gastos de depreciação e de amortização	117
Total dos gastos	129.892
Margem operacional	17.211
Gastos líquidos a repartir	17.211
Resultado antes de impostos	0

Conservação, vigilância e limpeza do parque Dr. António Teixeira e mercado municipal

Os gastos com maior materialidade nesta área são:

<i>Rubrica</i>	<i>Itens</i>
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Subcontratos; Serviços especializados; Energia e fluidos; Serviços diversos;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

CONSERVAÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA DO PARQUE DR. ANTÓNIO TEIXEIRA E MERCADO MUNICIPAL		Número de funcionários
Auxiliar		7
Assistente operacional		6
Assistente técnico		1
Total		14

Conta de exploração da área conservação, vigilância e limpeza do parque Dr. António Teixeira e mercado municipal:

Unidade: euros

CONSERVAÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA DO PARQUE DR. ANTÓNIO TEIXEIRA E MERCADO MUNICIPAL		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Município de Ourém		129.536
Total dos rendimentos		129.536
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		14.138
Gastos com pessoal		99.755
Gastos de depreciação e de amortização		863
Total dos gastos		114.756
Margem operacional		14.780
Gastos líquidos a repartir		14.780
Resultado antes de impostos		0

Exploração, manutenção e conservação das estações de tratamento de águas residuais de Seiça, Alto Nabão e Zona Industrial

Os gastos com maior materialidade nesta área são:

<i>Rubrica</i>	<i>Itens</i>
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Serviços especializados; Materiais; Serviços diversos;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE SEIÇA, ALTO NABÃO E ZONA INDUSTRIAL	Número de funcionários
Operador de ETARS	2
Assistente técnico	1
Técnico superior	1
Assistente operacional	3
Total	7

Conta de exploração da área Etars de Seiça, Alto Nabão e Zona Industrial:

Unidade: euros

ETARS DE SEIÇA, ALTO NABÃO E ZONA INDUSTRIAL		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Município de Ourém		138.032
Total dos rendimentos		138.032
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		49.043
Gastos com pessoal		61.123
Gastos de depreciação e de amortização		4.770
Outros gastos e perdas		6.985
Total dos gastos		121.921
Margem operacional		16.111
Gastos líquidos a repartir		16.111
Resultado antes de impostos		0

Gestão do estacionamento taxado no concelho de Ourém

Esta área regista resultados nulos, no pressuposto de que a margem líquida de encargos é imputada às restantes áreas.

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

GESTÃO DO ESTACIONAMENTO TAXADO NO CONCELHO DE OURÉM	Número de funcionários
Assistente operacional	2
Assistente técnico	2
Auxiliar	3
Total	7

A conta de exploração para esta área é a seguinte:

Unidade: euros

GESTÃO DO ESTACIONAMENTO TAXADO NO CONCELHO DE OURÉM	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Outras entidades	139.957
Total dos rendimentos	139.957
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	41.497
Gastos com pessoal	74.043
Gastos de depreciação e de amortização	113
Total dos gastos	115.653
Margem operacional	24.304
Imputação da margem operacional às restantes áreas de actividade	24.304
Resultado antes de impostos	0

Serviços escolares

Para a preparação da conta de exploração desta área teve-se em conta os seguintes dados estimados:

SERVIÇOS ESCOLARES	Número de crianças	Comparticipação mensal do Município	Unidade: euros
			Comparticipação mensal das Famílias (*)
Jardins de Infância			
Crianças na modalidade refeição e acompanhamento	17	31,99	42,68
Crianças na modalidade refeição e prolongamento	49	62,98	59,76
Crianças na modalidade de prolongamento - Centro escolar da Freixianda			
Prolongamento - Sem escalão	19	30,99	24,39
Prolongamento - Escalão A	6	30,99	8,13
Prolongamento - Escalão B	10	30,99	16,26
Ensino Básico 1.º Cido			
Crianças na modalidade refeição e acompanhamento			
Refeição e acompanhamento - Sem escalão	47	21,84	34,15
Refeição e acompanhamento - Escalão A	14	52,50	9,22
Refeição e acompanhamento - Escalão B	8	37,17	21,68
Crianças na modalidade refeição e prolongamento			
Refeição e prolongamento - Sem escalão	31	21,84	65,49
Refeição e prolongamento - Escalão A	7	52,50	34,83
Refeição e prolongamento - Escalão B	10	37,17	47,29

(*) Valores sujeitos a IVA

Decorrente dos valores atrás mencionados, apresentamos o resumo mensal das comparticipações:

Unidade: euros

SERVIÇOS ESCOLARES	Comparticipação do Município	Comparticipação das Famílias
Jardins de Infância		
Refeição e acompanhamento	544	726
Refeição e prolongamento	3.086	2.928
Prolongamento	1.085	675
Total - Jardins de Infância	4.715	4.328
Escolas E.B.1		
Refeição e prolongamento	1.416	2.747
Refeição e acompanhamento	2.059	1.907
Prolongamento	0	0
Total - Escolas E.B.1	3.475	4.654

Com a subcontratação do serviço de confeção das refeições está previsto o seguinte custo médio mensal estimado por localidade:

Unidade: euros

SERVIÇOS ESCOLARES	Número médio mensal de refeições	Custo médio mensal c/ subcontratação das refeições
Mata	567	1.316
Pinheiro	1.260	2.925
Carvoeira e Pisões	1.743	4.046
Vale Travesso	273	634
Total	3.843	8.922

Relativamente às refeições a servir a entidades externas, está previsto o serviço ao Centro Social do Espírito Santo com as seguintes refeições médias mensais:

IPSS e Associações de Pais	Número médio mensal de refeições	Unidade: euros	
		Custo médio mensal c/ subcontratação das refeições	Receita média mensal
Centro Social do Espírito Santo	1.697	3.940	4.243
Total	1.697	3.940	4.243

Os gastos desta área são decompostos maioritariamente por fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal.

Os fornecimentos e serviços externos referem-se maioritariamente à subcontratação do serviço de confeção das refeições.

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

SERVIÇOS ESCOLARES	Nº de funcionários
Auxiliares	7
Vigilante de crianças	2
Assistente operacional	5
Técnico superior	1
Total	15

Conta de exploração da área Serviços escolares:

Unidade: euros

SERVIÇOS ESCOLARES	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Comparticipação das famílias	85.336
Jardins de Infância	41.120
Ensino Básico 1.º Ciclo	44.216
Prestação de serviços - IPSS e Associações de Pais	40.310
Subsídio à exploração - Município de Ourém - Compensação área	110.556
Subsídio à exploração Município de Ourém	77.801
Jardins de Infância	44.788
Ensino Básico 1.º Ciclo	33.013
Total dos rendimentos	314.003
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	130.224
Gastos com pessoal	147.166
Total dos gastos	277.391
Margem operacional	36.613
Gastos líquidos a repartir	36.613
Resultado antes de impostos	0

Conservação e manutenção de equipamentos educativos JI e 1.º ciclo

As rubricas mais relevantes de gastos diretos desta área de serviço são:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Subcontratos; Serviços especializados; Materiais; Serviços diversos;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gasto com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação</i>	Gastos de depreciação dos equipamentos afetos;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

Esta atividade conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS JI E 1.º CICLO	Número de funcionários
Técnico de manutenção	1
Assistente técnico	1
Assistente operacional	2
Carpinteiro	1
Vigilante	3
Auxiliar	3
Total	11

A conta de exploração para esta área é a seguinte:

Unidade: euros

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS JI E 1.º CICLO		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Município de Ourém		151.399
Total dos rendimentos		151.399
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		39.757
Gastos com pessoal		93.864
Gastos de depreciação e de amortização		8
Outros gastos e perdas		105
Total dos gastos		133.734
Margem operacional		17.665
Gastos líquidos a repartir		17.665
Resultado antes de impostos		0

Conservação e manutenção de equipamentos educativos 2.º e 3.º ciclo

Esta área contempla os serviços de conservação e manutenção de equipamentos educativos 2.º e 3.º ciclo.

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS 2.º E 3.º CICLO		Número de funcionários
Auxiliar		1
Assistente técnico		2
Total		3

Conta de exploração da área conservação e manutenção de equipamentos educativos 2.º e 3.º ciclo:

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS 2.º E 3.º CICLO		Unidade: euros
		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Município de Ourém		50.642
Total dos rendimentos		50.642
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		10.710
Gastos com pessoal		34.031
Total dos gastos		44.741
Margem operacional		5.901
Gastos líquidos a repartir		5.901
Resultado antes de impostos		0

Transportes escolares e vigilantes

A atividade de transporte escolar consiste na contratação e gestão administrativa de motoristas e vigilantes para os autocarros de transporte escolar.

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

TRANSPORTES ESCOLARES E VIGILANTES	Número de funcionários
Assistente operacional	12
Motorista	6
Vigilante	2
Total	20

Conta de exploração para a área Transportes escolares e vigilantes:

Unidade: euros

TRANSPORTES ESCOLARES E VIGILANTES	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	244.567
Total dos rendimentos	244.567
Gastos	
Gastos com pessoal	216.065
Total dos gastos	216.065
Margem operacional	28.502
Gastos líquidos a repartir	28.502
Resultado antes de impostos	0

Vigilantes das escolas

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

VIGILANTES DAS ESCOLAS	Número de funcionários
Auxiliar	3
Assistente operacional	16
Total	19

Conta de exploração para a área Vigilantes das escolas:

Unidade: euros	
VIGILANTES DAS ESCOLAS	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	213.254
Total dos rendimentos	213.254
Gastos	
Gastos com pessoal	188.410
Total dos gastos	188.410
Margem operacional	24.844
Gastos líquidos a repartir	24.844
Resultado antes de impostos	0

Piscinas de Ourém

Os gastos diretos desta área de serviço mais relevantes são:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Serviços especializados - trabalhos especializados, honorários e conservação e reparação; Serviços diversos;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gasto com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados nesta atividade são:

PISCINAS DE OURÉM	Número de funcionários
Auxiliar	5
Assistente técnico	1
Rececionista	1
Técnico superior	2
Total	9

Conta de exploração para as Piscinas de Ourém:

Unidade: euros

PISCINAS DE OURÉM	2017
Rendimentos	
Venda de mercadorias - Outras entidades / Utentes	576
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes	29.251
Subsídio à exploração - Município de Ourém	141.918
Rendimentos Bar das Piscinas	
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes	14.391
Total dos rendimentos	186.136
Gastos	
Custo das mercadorias vendidas	733
Fornecimentos e serviços externos	85.821
Gastos com pessoal	67.646
Gastos de depreciação e de amortização	283
Outros gastos e perdas	1
Total dos gastos	154.484
Gastos Bar das Piscinas	
Custo das mercadorias vendidas	9.169
Fornecimentos e serviços externos	743
Gastos de depreciação e de amortização	25
Total dos gastos do Bar das Piscinas	9.936
Total dos gastos	164.420
Margem operacional	21.716
Gastos líquidos a repartir	21.716
Resultado antes de impostos	0

Piscina de Caxarias

Os gastos diretos mais relevantes desta atividade são:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Serviços especializados - nomeadamente conservação e reparação, trabalhos especializados e honorários; Energia e fluidos – combustíveis e água; Serviços diversos;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gasto com os vencimentos dos funcionários (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação e de amortização</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

Os recursos humanos total ou parcialmente afetos a esta atividade são:

PISCINA DE CAXARIAS	Número de funcionários
Auxiliar	7
Assistente operacional	3
Encarregado operacional	1
Técnico superior	1
Total	12

Conta de exploração para a Piscina de Caxarias:

Unidade: euros

PISCINA DE CAXARIAS	2017
Rendimentos	
Venda de mercadorias - Outras entidades / Utentes	678
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes	33.271
Subsídio à exploração - Município de Ourém	141.918
Total dos rendimentos	175.867
Gastos	
Custo das mercadorias vendidas	1.369
Fornecimentos e serviços externos	76.679
Gastos com pessoal	77.229
Gastos de depreciação e de amortização	125
Outros gastos e perdas	1
Total dos gastos	155.402
Margem operacional	20.464
Gastos líquidos a repartir	20.464
Resultado antes de impostos	0

Complexo desportivo da Caridade

Os gastos diretos desta área de serviço incluem as seguintes rubricas:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Serviços especializados; Combustíveis e água;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gasto com os funcionários afetos (vencimento, encargos, subsídio de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação e de amortização</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

A Ourémviva, nesta atividade, conta com a afetação de um assistente operacional de parcialmente de um auxiliar.

Conta de exploração para o Complexo desportivo da Caridade:

Unidade: euros

COMPLEXO DESPORTIVO DA CARIDADE		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes		50
Subsídio à exploração - Município de Ourém		32.855
Total dos rendimentos		32.905
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		10.231
Gastos com pessoal		18.900
Total dos gastos		29.131
Margem operacional		3.774
Gastos líquidos a repartir		3.774
Resultado antes de impostos		0

Pavilhões municipais

Os gastos diretos afetos a esta área são:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Serviços especializados - trabalhos especializados e conservação e reparação;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gasto com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

PAVILHÕES MUNICIPAIS	Número de funcionários
Auxiliar	4
Assistente Operacional	1
Total	5

Conta de exploração para a área pavilhões municipais:

PAVILHÕES MUNICIPAIS		Unidade: euros
		2017
Rendimentos		
Venda de mercadorias - Outras entidades / Utentes		43
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes		18.665
Subsídio à exploração - Município de Ourém		86.558
Outros rendimentos e ganhos		47
Total dos rendimentos		105.312
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		43.408
Gastos com pessoal		49.496
Gastos de depreciação e de amortização		125
Total dos gastos		93.029
Margem operacional global		12.282
Gastos líquidos a repartir		12.282
Resultado antes de impostos		0

Galeria Municipal

Os gastos diretos desta área de serviço são:

<i>Rubrica</i>	<i>Itens</i>
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

GALERIA MUNICIPAL	Número de funcionários
Animador turístico	1
Rececionista	2
Assistente operacional	1
Auxiliar	1
Total	5

Conta de exploração para a Galeria Municipal:

Unidade: euros	
GALERIA MUNICIPAL	2017
Rendimentos	
Venda de mercadorias - Outras entidades / Utentes	323
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes	1.522
Subsídio à exploração - Município de Ourém	29.016
Total dos rendimentos	30.861
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	3.453
Gastos com pessoal	23.842
Outros gastos e perdas	21
Total dos gastos	27.316
Margem operacional	3.545
Gastos líquidos a repartir	3.545
Resultado antes de impostos	0

Museu Municipal

As principais rubricas de gastos diretos afetos a esta atividade são:

Rubrica	Itens
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com os funcionários afetos (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

MUSEU MUNICIPAL	Número de funcionários
Animador turístico	1
Rececionista	2
Assistente operacional	2
Total	5

Conta de exploração para a área Museu Municipal:

Unidade: euros	
MUSEU MUNICIPAL	2017
Rendimentos	
Venda de mercadorias - Outras entidades / Utentes	251
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes	1.104
Subsídio à exploração - Município de Ourém	29.016
Total dos rendimentos	30.371
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	6.114
Gastos com pessoal	20.676
Outros gastos e perdas	49
Total dos gastos	26.840
Margem operacional	3.531
Gastos líquidos a repartir	3.531
Resultado antes de impostos	0

Oficina do Património

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

OFICINA DO PATRIMÓNIO	Número de funcionários
Assistente operacional	2
Técnico audiovisual	1
Auxiliar	2
Total	5

Conta de exploração para a área Oficina do Património:

Unidade: euros

OFICINA DO PATRIMÓNIO	2017
Rendimentos	
Subsídio à exploração - Município de Ourém	29.016
Total dos rendimentos	29.016
Gastos	
Gastos com pessoal	25.687
Total dos gastos	25.687
Margem operacional	3.329
Gastos líquidos a repartir	3.329
Resultado antes de impostos	0

Cineteatro municipal de Ourém

Os principais gastos afetos a esta área de serviço são:

Rubrica	Itens
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	Subcontratação de peças de teatro e de outras atividades; Serviços especializados;
<i>Gastos com pessoal</i>	Gastos com o funcionário afeto (vencimentos, encargos, subsídios de alimentação e outros gastos);
<i>Gastos de depreciação e de amortização</i>	Gastos de depreciação do equipamento afeto;
<i>Gastos líquidos de estrutura</i>	Ver ponto justificativo do cálculo dos mesmos.

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

CINETEATRO MUNICIPAL DE OURÉM	Número de funcionários
Técnico audiovisual	1
Coordenador	1
Assistente operacional	2
Total	4

Conta de exploração do Cineteatro municipal:

Unidade: euros

CINETEATRO MUNICIPAL DE OURÉM		2017
Rendimentos		
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes		32.138
Subsídio à exploração - Município de Ourém		45.608
Total dos rendimentos		77.746
Gastos		
Fornecimentos e serviços externos		37.032
Gastos com pessoal		30.922
Gastos de depreciação e de amortização		72
Outros gastos e perdas		663
Total dos gastos		68.689
Margem operacional		9.057
Gastos líquidos a repartir		9.057
Resultado antes de impostos		0

Centro de negócios de Ourém

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

CENTRO DE NEGÓCIOS	Número de funcionários
Assistente operacional	2
Assistente técnico	1
Técnico audiovisual	1
Rececionista	3
Auxiliar	1
Total	8

Conta de exploração do Centro de Negócios:

Unidade: euros

CENTRO DE NEGÓCIOS	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	67.461
Prestação de serviços - Outras entidades	5.862
Outros rendimentos e ganhos	2.101
Total dos rendimentos	75.424
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	17.001
Gastos com pessoal	47.397
Total dos gastos	64.398
Margem operacional	11.026
Gastos líquidos a repartir	8.391
Resultado antes de impostos	2.635

Eventos, animação e desporto

A Ourémviva, nesta atividade, conta com a afetação parcial de um coordenador técnico.

Conta de exploração da área Eventos, animação e desporto:

Unidade: euros	
EVENTOS, ANIMAÇÃO E DESPORTO	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	46.504
Prestação de serviços - Outras entidades / Utentes	11.118
Total dos rendimentos	57.623
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	43.214
Gastos com pessoal	4.750
Gastos de depreciação e de amortização	638
Outros gastos e perdas	2.182
Total dos gastos	50.784
Margem operacional	6.838
Gastos líquidos a repartir	6.838
Resultado antes de impostos	0

Comunicação e imagem

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

COMUNICAÇÃO E IMAGEM	Número de funcionários
Técnico superior	2
Coordenador técnico	1
Total	3

Conta de exploração da área Comunicação e imagem:

Unidade: euros

COMUNICAÇÃO E IMAGEM	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	52.527
Total dos rendimentos	52.527
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	1.071
Gastos com pessoal	45.344
Total dos gastos	46.415
Margem operacional	6.112
Gastos líquidos a repartir	6.112
Resultado antes de impostos	0

Apoio à ação social

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

APOIO À AÇÃO SOCIAL	Número de funcionários
Técnico superior	4
Auxiliar	1
Assistente operacional	1
Total	6

Conta de exploração da área apoio à ação social:

Unidade: euros	
APOIO À AÇÃO SOCIAL	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	63.838
Prestação de serviços - Outras Entidades	1.896
Total dos rendimentos	65.733
Gastos	
Gastos com pessoal	57.481
Gastos de depreciação e de amortização	637
Total dos gastos	58.117
Margem operacional	7.616
Gastos líquidos a repartir	7.616
Resultado antes de impostos	0

Manutenção de instalações de âmbito social

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta área são:

MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÂMBITO SOCIAL	Número de funcionários
Técnico superior	3
Assistente operacional	1
Técnico de manutenção	2
Total	6

A conta de exploração para esta área é a seguinte:

Unidade: euros

MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÂMBITO SOCIAL	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	71.109
Total dos rendimentos	71.109
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	3.257
Gastos com pessoal	59.517
Outros gastos e perdas	65
Total dos gastos	62.839
Margem operacional	8.271
Gastos líquidos a repartir	8.271
Resultado antes de impostos	0

Manutenção de instalações e equipamentos culturais

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	Número de funcionários
Técnico superior	1
Técnico audiovisual	1
Assistente operacional	1
Total	3

Conta de exploração para a área Manutenção de instalações e equipamentos culturais:

Unidade: euros

MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	32.868
Total dos rendimentos	32.868
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	128
Gastos com pessoal	28.976
Total dos gastos	29.104
Margem operacional	3.764
Gastos líquidos a repartir	3.764
Resultado antes de impostos	0

Apoio à internacionalização

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO	Número de funcionários
Assistente operacional	3
Auxiliar	1
Total	4

Conta de exploração da área Apoio à internacionalização:

Unidade: euros

APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	41.951
Total dos rendimentos	41.951
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	1.639
Gastos com pessoal	35.491
Total dos gastos	37.129
Margem operacional	4.821
Gastos líquidos a repartir	4.821
Resultado antes de impostos	0

Apoio à proteção civil

Os recursos humanos total ou parcialmente imputados a esta atividade são:

APOIO À PROTEÇÃO CIVIL	Número de funcionários
Auxiliar	1
Técnico superior	1
Assistente operacional	1
Total	3

A conta de exploração da área de apoio à proteção civil:

Unidade: euros	
APOIO À PROTEÇÃO CIVIL	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	18.545
Total dos rendimentos	18.545
Gastos	
Fornecimentos e serviços externos	2.072
Gastos com pessoal	14.289
Total dos gastos	16.361
Margem operacional	2.184
Gastos líquidos a repartir	2.184
Resultado antes de impostos	0

Exploração de instalações elétricas em infraestruturas municipais

A Ourémviva, nesta atividade, conta com os seguintes recursos humanos total ou parcialmente imputados:

EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	Número de funcionários
Assistente operacional	1
Assistente técnico	1
Auxiliar	1
Total	3

A conta de exploração da área de exploração de instalações elétricas em infraestruturas municipais:

Unidade: euros

EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	2017
Rendimentos	
Prestação de serviços - Município de Ourém	31.289
Total dos rendimentos	31.289
Gastos	
Gastos com pessoal	27.657
Total dos gastos	27.657
Margem operacional	3.632
Gastos líquidos a repartir	3.632
Resultado antes de impostos	0

V. Demonstrações previsionais — orçamento plurianual

Orçamento e plano orçamental plurianual, decomposto por classificador económico

Unidade: euros

Rubricas	Agrup	Sub	Rub	Alin	Subal	Designação	Orçamento 2017			Plano orçamental plurianual			
							Períodos anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
						Receita corrente							
R5						Transferências correntes	0	745.804	745.804	753.262	760.794	768.402	776.086
R51						Administrações públicas	0	745.804	745.804	753.262	760.794	768.402	776.086
R512						Administração central - Outras entidades	0	903	903	912	921	931	940
	06	03	01	99		Outras	0	903	903	912	921	931	940
	06	05				Administração local	0	744.900	744.900	752.349	759.873	767.472	775.146
	06	05	01			Continente	0	744.900	744.900	752.349	759.873	767.472	775.146
	06	05	01	01		Municípios	0	744.900	744.900	752.349	759.873	767.472	775.146
R6						Venda de bens e serviços	0	3.359.164	3.359.164	3.392.756	3.426.684	3.460.950	3.495.560
	07	01				Venda de bens	0	10.420	10.420	10.524	10.629	10.736	10.843
	07	01	07			Produtos alimentares e bebidas	0	7.655	7.655	7.731	7.809	7.887	7.966
	07	01	08			Mercadorias	0	2.765	2.765	2.793	2.820	2.849	2.877
	07	01	08	99		Outros	0	2.765	2.765	2.793	2.820	2.849	2.877
	07	02				Serviços	0	3.348.745	3.348.745	3.382.232	3.416.054	3.450.215	3.484.717
	07	02	06			Reparações	0	429.447	429.447	433.741	438.079	442.460	446.884
	07	02	08			Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	0	154.545	154.545	156.090	157.651	159.228	160.820
	07	02	08	01		Serviços sociais	0	154.545	154.545	156.090	157.651	159.228	160.820
	07	02	08	03		Serviços culturais	0	142.680	142.680	144.107	145.548	147.003	148.473
	07	02	08	03	99	Outros	0	42.760	42.760	43.188	43.620	44.056	44.496
	07	02	08	04		Serviços desportivos	0	99.920	99.920	100.919	101.928	102.947	103.977
	07	02	09			Serviços específicos das autarquias	0	2.616.354	2.616.354	2.642.518	2.668.943	2.695.633	2.722.589
	07	02	09	01		Saneamento	0	261.151	261.151	263.762	266.400	269.064	271.754
	07	02	09	03		Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	0	1.708.328	1.708.328	1.725.412	1.742.666	1.760.092	1.777.693
	07	02	09	03	02	Transportes escolares	0	300.817	300.817	303.826	306.864	309.932	313.032
	07	02	09	03	99	Outros	0	1.407.511	1.407.511	1.421.586	1.435.802	1.450.160	1.464.662
	07	02	09	06		Mercados e feiras	0	159.330	159.330	160.923	162.532	164.158	165.799
	07	02	09	07		Parques de estacionamento	0	172.147	172.147	173.868	175.607	177.363	179.136
	07	02	09	99		Outros	0	315.399	315.399	318.553	321.739	324.956	328.206
	07	02	99			Outros	0	5.718	5.718	5.776	5.833	5.892	5.951
						Receita corrente	0	4.104.968	4.104.968	4.146.018	4.187.478	4.229.353	4.271.646
						Receita de capital	0	0	0	0	0	0	0
						Receita efetiva (1)	0	4.104.968	4.104.968	4.146.018	4.187.478	4.229.353	4.271.646
						Receita não efetiva (2)	0	0	0	0	0	0	0
						Receita total (3)=(1)+(2)	0	4.104.968	4.104.968	4.146.018	4.187.478	4.229.353	4.271.646

							Unidade: euros						
Rubricas	Agrup	Sub	Rub	Alin	Subal	Designação	Orçamento 2017			Plano orçamental plurianual			
							Períodos anteriores	Período	Soma	2018	2019	2020	2021
Despesa corrente													
D1	01					Despesa com pessoal	0	2.531.856	2.531.856	2.557.175	2.582.746	2.608.574	2.634.660
D11	01	01				Remunerações certas e permanentes	0	2.014.114	2.014.114	2.034.255	2.054.597	2.075.143	2.095.895
	01	01	02			Órgãos sociais	0	35.847	35.847	36.205	36.568	36.933	37.303
	01	01	03			Pessoal dos quadros - Regime de função pública	0	55.488	55.488	56.043	56.603	57.169	57.741
	01	01	03	01		Pessoal em funções	0	55.488	55.488	56.043	56.603	57.169	57.741
	01	01	04			Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	0	1.447.894	1.447.894	1.462.373	1.476.997	1.491.767	1.506.684
	01	01	04	01		Pessoal em funções	0	1.447.894	1.447.894	1.462.373	1.476.997	1.491.767	1.506.684
	01	01	06			Pessoal contratado a termo	0	16.098	16.098	16.259	16.421	16.586	16.751
	01	01	06	01		Pessoal em funções	0	16.098	16.098	16.259	16.421	16.586	16.751
	01	01	11			Representação	0	3.423	3.423	3.458	3.492	3.527	3.562
	01	01	12			Suplementos e prémios	0	1.212	1.212	1.224	1.236	1.248	1.261
	01	01	13			Subsídio de refeição	0	194.931	194.931	196.880	198.849	200.838	202.846
	01	01	14			Subsídio de férias e de Natal	0	259.221	259.221	261.813	264.431	267.076	269.747
D12	01	02				Abonos variáveis ou eventuais	0	30.796	30.796	31.104	31.415	31.729	32.046
	01	02	02			Horas extraordinárias	0	10.739	10.739	10.846	10.955	11.064	11.175
	01	02	03			Alimentação e alojamento	0	3.372	3.372	3.405	3.439	3.474	3.508
	01	02	05			Abono para falhas	0	16.685	16.685	16.852	17.021	17.191	17.363
D13	01	03				Segurança social	0	486.947	486.947	491.816	496.734	501.702	506.719
	01	03	02			Outros encargos com a saúde	0	38.883	38.883	39.272	39.665	40.061	40.462
	01	03	05			Contribuições para a segurança social	0	430.955	430.955	435.265	439.617	444.013	448.454
	01	03	05	02		Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho	0	430.955	430.955	435.265	439.617	444.013	448.454
	01	03	05	02	01	Caixa Geral de Aposentações	0	25.307	25.307	25.560	25.816	26.074	26.335
	01	03	05	02	02	Segurança social - Regime geral	0	405.648	405.648	409.704	413.801	417.939	422.119
	01	03	09			Seguros	0	17.109	17.109	17.280	17.452	17.627	17.803
	01	03	09	01		Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0	17.109	17.109	17.280	17.452	17.627	17.803
D2						Aquisição de bens e serviços	0	1.052.141	1.052.141	1.062.699	1.073.600	1.084.414	1.095.184
	02	01				Aquisição de bens	0	355.393	355.393	358.947	362.537	366.162	369.824
	02	01	01			Matérias-primas e subsidiárias	0	52.988	52.988	53.518	54.053	54.593	55.139
	02	01	02			Combustíveis e lubrificantes	0	260.096	260.096	262.697	265.324	267.978	270.657
	02	01	02	02		Gasóleo	0	29.835	29.835	30.133	30.434	30.739	31.046
	02	01	02	99		Outros	0	230.262	230.262	232.564	234.890	237.239	239.611
	02	01	08			Material de escritório	0	8.788	8.788	8.876	8.965	9.054	9.145
	02	01	09			Produtos químicos e farmacêuticos	0	12.217	12.217	12.340	12.463	12.588	12.713
	02	01	15			Prémios, condecorações e ofertas	0	1.599	1.599	1.615	1.631	1.648	1.664
	02	01	16			Mercadorias para venda	0	2.117	2.117	2.138	2.159	2.181	2.202
	02	01	16	03		Outras	0	2.117	2.117	2.138	2.159	2.181	2.202
	02	01	17			Ferramentas e utensílios	0	10.373	10.373	10.477	10.582	10.687	10.794
	02	01	18			Livros e documentação técnica	0	88	88	89	90	91	92
	02	01	21			Outros bens	0	7.127	7.127	7.198	7.270	7.343	7.416
	02	02				Aquisição de serviços	0	696.747	696.747	703.752	711.063	718.251	725.360
	02	02	02			Limpeza e higiene	0	20.838	20.838	21.046	21.256	21.469	21.684
	02	02	03			Conservação de bens	0	140.938	140.938	142.348	143.771	145.209	146.661
	02	02	09			Comunicações	0	21.488	21.488	21.703	21.920	22.139	22.361
	02	02	10			Transportes	0	3.388	3.388	3.421	3.456	3.490	3.525
	02	02	12			Seguros	0	10.678	10.678	10.785	10.893	11.002	11.112
	02	02	13			Deslocações e estadas	0	1.638	1.638	1.654	1.671	1.688	1.705
	02	02	17			Publicidade	0	2.330	2.330	2.353	2.377	2.401	2.425
	02	02	18			Vigilância e segurança	0	18.777	18.777	18.965	19.155	19.346	19.540
	02	02	20			Outros trabalhos especializados	0	417.083	417.083	421.291	425.778	430.114	434.341
	02	02	25			Outros serviços	0	59.589	59.589	60.185	60.787	61.395	62.008
D3						Juros e outros encargos	0	157	157	0	0	0	0
	03	06				Outros encargos financeiros	0	157	157	0	0	0	0
	03	06	01			Outros encargos financeiros	0	157	157	0	0	0	0
D6						Outras despesas correntes	0	469.640	469.640	473.989	480.209	484.590	488.132
	06	02				Diversas	0	469.640	469.640	473.989	480.209	484.590	488.132
	06	02	01			Impostos e taxas	0	16.012	16.012	15.895	15.161	17.070	16.185
	06	02	01	01		Impostos e taxas pagos pela empresa	0	16.012	16.012	15.895	15.161	17.070	16.185
	06	02	03			Outras	0	453.629	453.629	458.094	465.048	467.520	471.948
	06	02	03	02		IVA pago	0	449.874	449.874	454.302	461.218	463.651	468.040
	06	02	03	05		Outras	0	3.755	3.755	3.792	3.830	3.869	3.907
Despesa corrente							0	4.053.794	4.071.100	4.093.863	4.136.555	4.177.577	4.217.975
Despesa de capital													
						Investimentos	0	51.174	51.174	52.154	50.924	51.776	53.671
	07	01	04			Construções diversas	0	9.354	9.354	33.335	42.683	20.903	23.248
	07	01	04	06		Instalações desportivas e recreativas	0	1.230	1.230	27.675	24.600	0	6.150
	07	01	04	13		Outros	0	8.124	8.124	5.660	18.083	20.903	17.098
	07	01	06			Material de transporte	0	0	0	0	0	0	0
	07	01	06	02		Outro	0	0	0	0	0	0	0
	07	01	09			Equipamento administrativo	0	0	0	0	0	0	0
	07	01	10			Equipamento básico	0	33.702	33.702	369	1.476	25.338	0
	07	01	10	02		Outro	0	33.702	33.702	369	1.476	25.338	0
	07	01	11			Ferramentas e utensílios	0	8.118	8.118	18.450	6.765	5.535	30.423
Despesa capital							0	51.174	51.174	52.154	50.924	51.776	53.671
Despesa efetiva (4)							0	4.104.968	4.122.274	4.146.018	4.187.478	4.229.353	4.271.646
Despesa não efetiva (5)							0	0	0	0	0	0	0
Despesa total (6)=(4)+(5)							0	4.104.968	4.104.968	4.146.018	4.187.478	4.229.353	4.271.646
Saldo total (3) - (6)							0	0	0	0	0	0	0
Saldo global (1) - (4)							0	0	0	0	0	0	0

Resumo do orçamento de 2017

<i>Unidade: euros</i>			
Receitas	Montante	Despesas	Montante
Correntes	4.104.968	Correntes	4.053.794
Capital	0	Capital	51.174
Total geral	4.104.968	Total geral	4.104.968

Resumo do orçamento de 2017 por capítulo

Unidade: euros

Receitas		Montante	Despesas		Montante
R11	Impostos directos	0	D1	Despesas com pessoal	2.531.856
R12	Impostos indirectos	0	D2	Aquisição de bens e serviços	1.052.141
R2	Contribuições para Seg. Social, CGA e ADSE	0	D3	Juros e outros encargos	157
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	D4	Transferências correntes	0
R4	Rendimentos de propriedade	0	D5	Subsídios	0
R5	Transferências correntes	745.804	D6	Outras despesas correntes	469.640
R6	Venda de bens e serviços	3.359.164			
R7	Outras receitas correntes	0			
Total das receitas correntes		4.104.968	Total das despesas correntes		4.053.794
R8	Venda de bens de investimento	0	D7	Aquisição de bens de capital	51.174
R9	Transferência de capital	0	D8	Transferências de capital	0
R10	Outras receitas de capital	0	D9	Outras despesas de capital	0
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	0	D10	Despesa com ativos financeiros	0
R12	Receita com ativos financeiros	0	D11	Despesa com passivos financeiros	0
R13	Receita com passivos financeiros	0			
Total das receitas capital		0	Total das despesas de capital		51.174
Total das receitas		4.104.968	Total das despesas		4.104.968

VI. Demonstrações previsionais – Plano plurianual de investimentos

Unidade: euros

Objetivo (1)	Número do projeto (2)	Designação do projeto (3)	Rubrica orçamental (4)	Forma de realização (5)	Fonte de financiamento				Datas		Fase de Execução (12)	Realizado em per. ant. (13)	Estim. realiz. em 2016 (14)	Pagamentos						Total previsto
					RG (6)	RP (7)	UE (8)	EMPR (9)	Início (10)	Fim (11)				Períodos seguintes						
														2017 (15)	2018 (16)	2019 (17)	2020 (18)	2021 (19)	Outros (20)	
ETAR do Alto Nabão	2017P1	Bomba obra entrada	07011002	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	7.995						7.995
ETAR do Alto Nabão	2017P2	Bomba nitratos nº3	07011002	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	4.428						4.428
ETAR do Alto Nabão	2017P3	Correntes inox	070111	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	3.075						3.075
ETAR do Alto Nabão	2017P4	Telas Tamisador	070111	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	2.460						2.460
ETAR de Seíça	2017P5	Bomba obra entrada	07011002	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	7.995						7.995
ETAR de Seíça	2017P6	Reparação de fenda do reator biológico	07011002	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	4.920						4.920
ETAR de Seíça	2017P7	Bomba nitratosº 3	07011002	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	4.428						4.428
ETAR de Seíça	2017P8	Bomba de polímero	07011002	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	2.460						2.460
Ucharia do Conde	2017P9	Forno	07011002	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	1.476						1.476
Piscina de Ourém	2017P10	Contador para medição de entrada água no tanque	070111	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	738						738
Piscina de Ourém	2017P11	Artigos didáticos e equipamentos de piscina	070111	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	615						615
Piscina de Caxarias	2017P12	Contador para medição de entrada água no tanque	070111	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	615						615
Piscina de Caxarias	2017P13	Artigos didáticos e equipamentos de piscina	070111	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	615						615
Pavilhões Municipais	2017P14	Colocação de pilaretes na zona pedonal exterior junto às escadas para impedir o estacionamento de viaturas	07010406	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	1.230						1.230
Parque Dr. António Teixeira e mercado municipal	2017P15	Investimentos vários em equipamentos a substituir	07010413	A		X			jan-17	dez-17	0	0	0	8.124						8.124
ETAR do Alto Nabão	2018P1	Sistema desinfecção UV	070111	A		X			jan-18	dez-18	0	0	0	9.225		9.225				9.225
ETAR de Seíça	2018P2	Sistema desinfecção UV	070111	A		X			jan-18	dez-18	0	0	0	9.225		9.225				9.225
Ucharia do Conde	2018P3	Máquina de lavar roupa	07011002	A		X			jan-18	dez-18	0	0	0	369		369				369
Piscina de Ourém	2018P4	Substituição de portões da nave da piscina	07010406	A		X			jan-18	dez-18	0	0	0	18.450		18.450				18.450
Piscina de Ourém	2018P5	Intervenção de manutenção e reparação do sistema de AVAC	07010406	A		X			jan-18	dez-18	0	0	0	9.225		9.225				9.225
Parque Dr. António Teixeira e mercado municipal	2018P6	Investimentos vários em equipamentos a substituir	07010413	A		X			jan-18	dez-18	0	0	0	5.660		5.660				5.660
ETAR do Alto Nabão	2019P1	Decantador	070111	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				3.075			3.075
ETAR de Seíça	2019P2	Decantador	070111	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				1.230			1.230
ETAR de Seíça	2019P3	Telas para filtro de bandas	070111	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				2.460			2.460
Ucharia do Conde	2019P4	Máquina de secar roupa	07011002	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				1.476			1.476
Centro de Negócios de Ourém	2019P5	Isolamento do espaço da cantina	07010413	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				5.535			5.535
Centro de Negócios de Ourém	2019P6	Substituição de sistema de climatização	07010413	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				11.134			11.134
Pavilhões Municipais	2019P7	Pinturas e reparações interiores - Pavilhão de Caxarias	07010406	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				12.300			12.300
Pavilhões Municipais	2019P8	Pinturas e reparações interiores - Pavilhão de Freixianda	07010406	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				12.300			12.300
Parque Dr. António Teixeira e mercado municipal	2019P9	Investimentos vários em equipamentos a substituir	07010413	A		X			jan-19	dez-19	0	0	0				1.413			1.413
ETAR do Alto Nabão	2020P1	Bomba obra entrada	07011002	A		X			jan-20	dez-20	0	0	0					7.995		7.995
ETAR do Alto Nabão	2020P2	Bomba nitratos nº3	07011002	A		X			jan-20	dez-20	0	0	0					4.428		4.428
ETAR do Alto Nabão	2020P3	Correntes inox	070111	A		X			jan-20	dez-20	0	0	0					3.075		3.075
ETAR do Alto Nabão	2020P4	Telas Tamisador	070111	A		X			jan-20	dez-20	0	0	0					2.460		2.460
ETAR de Seíça	2020P5	Bomba obra entrada	07011002	A		X			jan-20	dez-20	0	0	0					7.995		7.995
ETAR de Seíça	2020P6	Reparação do reator biológico	07011002	A		X			jan-20	dez-20	0	0	0					4.920		4.920
Centro de Negócios de Ourém	2020P7	Substituição de sistema de climatização	07010413	A		X			jan-20	dez-20	0	0	0					20.903		20.903
ETAR do Alto Nabão	2021P1	Sistema desinfecção UV	070111	A		X			jan-21	dez-21	0	0	0						10.455	10.455
ETAR de Seíça	2021P2	Sistema desinfecção UV	070111	A		X			jan-21	dez-21	0	0	0						9.225	9.225
ETAR de Seíça	2021P3	Decantador	070111	A		X			jan-21	dez-21	0	0	0						4.305	4.305
ETAR de Seíça	2021P4	Telas para filtro de bandas	070111	A		X			jan-21	dez-21	0	0	0						2.460	2.460
Centro de Negócios de Ourém	2021P5	Isolamento do espaço da cantina	07010413	A		X			jan-21	dez-21	0	0	0						8.150	8.150
Piscina de Ourém	2021P6	Intervenção de manutenção e reparação do sistema de AVAC	07010406	A		X			jan-21	dez-21	0	0	0						6.150	6.150
Piscina de Caxarias	2021P7	Equipamentos de piscina	070111	A		X			jan-21	dez-21	0	0	0						3.978	3.978
Parque Dr. António Teixeira e mercado municipal	2021P8	Investimentos vários em equipamentos a substituir	07010413	A		X			jan-21	dez-21	0	0	0						8.948	8.948
Total												0	0	51.174	52.154	50.924	51.776	53.671	0	259.699

VII. Demonstrações previsionais – Demonstrações financeiras

Balanço

Unidade: euros

Rubricas	2017	2018	2019	2020	2021
Ativo					
Ativos fixos tangíveis	174.130	192.913	209.140	223.988	235.819
Ativos intangíveis	13.485	6.743	0	0	0
Inventários	15.570	15.725	15.883	16.042	16.202
Clientes	495.905	500.864	505.873	510.932	516.041
Caixa e depósitos	320.470	321.128	321.217	323.923	323.815
Total - Ativo	1.019.560	1.037.374	1.052.112	1.074.885	1.091.877
Património líquido					
Capital social	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
Reservas	68.475	69.112	69.714	70.188	70.931
Resultados transitados	284.124	296.231	307.670	316.679	330.785
Resultado líquido do período	12.744	12.042	9.482	14.849	11.830
Total - Capital próprio	415.343	427.384	436.867	451.716	463.546
Passivo					
Fornecedores	226.501	228.774	231.120	233.448	235.767
Estado e outros entes públicos	56.930	57.221	56.891	59.215	58.753
Outras contas a pagar	320.786	323.994	327.234	330.506	333.811
Total - Passivo	604.217	609.990	615.245	623.169	628.331
Total - Património líquido e passivo	1.019.560	1.037.374	1.052.112	1.074.885	1.091.877

Demonstração dos resultados

Unidade: euros

Rubricas	2017	2018	2019	2020	2021
Rendimentos					
Vendas	8.471	8.556	8.642	8.728	8.815
Prestações de serviços	2.751.959	2.779.478	2.807.273	2.835.346	2.863.699
Subsídios à exploração obtidos	745.804	753.262	760.794	768.402	776.086
Outros rendimentos e ganhos	5.718	5.776	5.833	5.892	5.951
Total Rendimentos de exploração	3.511.952	3.547.071	3.582.542	3.618.367	3.654.551
Gastos					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	47.533	48.009	48.489	48.974	49.463
Fornecimentos e serviços externos	871.056	879.798	888.832	897.788	906.702
Gastos com pessoal	2.531.856	2.557.175	2.582.746	2.608.574	2.634.660
Gastos/reversões de depreciação e amortização	28.861	30.360	34.001	27.245	31.805
Outros gastos e perdas	15.518	15.673	15.830	15.988	16.148
Juros e gastos similares suportados	135	0	0	0	0
Total Gastos de exploração	3.494.960	3.531.015	3.569.899	3.598.569	3.638.778
Resultado antes de impostos	16.992	16.056	12.643	19.798	15.773
Imposto sobre o rendimento	4.248	4.014	3.161	4.950	3.943
Resultado líquido do período	12.744	12.042	9.482	14.849	11.830

Orçamento anual de tesouraria

Unidade: euros

Rubricas	2017	2018	2019	2020	2021
Recebimentos de exploração					
Rendimentos de exploração	3.511.952	3.547.071	3.582.542	3.618.367	3.654.551
Município de Ourém	3.016.756	3.046.924	3.077.393	3.108.167	3.139.249
Outros	495.195	500.147	505.149	510.200	515.302
Variação do crédito concedido	4.910	4.959	5.009	5.059	5.109
Variação de stocks	154	156	157	159	160
Total	3.506.888	3.541.957	3.577.376	3.613.150	3.649.281
Pagamentos de exploração					
Gastos de exploração	3.466.099	3.500.655	3.535.898	3.571.324	3.606.973
Variação do crédito obtido	2.243	5.772	5.256	7.924	5.163
Total	3.463.856	3.494.883	3.530.642	3.563.400	3.601.811
Meios libertos de exploração	43.032	47.074	46.734	49.750	47.471
Recebimentos extra-exploração					
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0
Pagamentos extra-exploração					
Investimentos em ativo fixo	41.605	42.402	43.484	42.094	43.635
Impostos s/ lucros	4.248	4.014	3.161	4.950	3.943
Total	45.853	46.416	46.645	47.044	47.578
Meios libertos líquidos	-2.821	658	89	2.706	-107
Meios disponíveis iniciais	323.291	320.470	321.128	321.217	323.923
Meios disponíveis acumulados	320.470	321.128	321.217	323.923	323.815

VIII. Parecer do fiscal único

Em anexo